



# REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE REDONDO

ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO  
REVISTOS

Câmara Municipal de Redondo



Outubro de 2020

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Equipa:

**Coordenação geral:**

Sérgio Prazeres (Geógrafo)

José Oliveira (Geógrafo)

**Assessorias técnicas:**

Carlos Fonseca (Especialista em SIG)

Fernando Honório (Geógrafo)

Rita Martinho (Arq<sup>a</sup> Paisagista)

Jacinto Oliveira (Economista)

José Diogo Mateus (Urbanista)

Cristina Rebelo (Eng<sup>a</sup> Química)

Bruno Martinho (Jurista)

Eduardo Fernandes (Eng.º Civil)

**Equipa da Câmara Municipal de Redondo**

Hugo Ferreira (Coordenação)

Milene Silva (Geógrafa/SIG)

Nuno Pedrosa (Arquitecto)

## ÍNDICE GERAL

I.	ENQUADRAMENTO.....	24
1.	ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO .....	25
2.	ENQUADRAMENTO JURÍDICO.....	26
3.	ENQUADRAMENTO EM PLANOS DE NÍVEL SUPERIOR.....	38
3.1.	O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-A) .....	38
II.	SECTOR BIOFÍSICO E UNIDADES DA PAISAGEM .....	57
1.	CLIMA.....	58
2.	TEMPERATURA.....	58
3.	HUMIDADE RELATIVA DO AR.....	59
4.	PRECIPITAÇÃO .....	60
5.	VENTO .....	61
6.	INSOLAÇÃO E RADIAÇÃO SOLAR.....	61
7.	NEVOEIRO.....	62
8.	GEADA .....	62
9.	GEOLOGIA.....	62
9.1.	Enquadramento geológico e litológico .....	62
9.2.	Recursos Minerais .....	65
9.3.	Recursos Hidrogeológicos .....	65
9.4.	Evolução tectónica .....	66
9.5.	Enquadramento geomorfológico .....	67
9.6.	Caracterização Sísmica .....	68
1.	GEOMORFOLOGIA .....	70
1.1.	Hipsometria.....	70
1.2.	Declives .....	73
1.3.	Exposição solar.....	75
1.4.	Hidrografia e síntese fisiográfica.....	76
2.	SOLOS .....	81
3.	OCUPAÇÃO DO SOLO.....	83
4.	ENQUADRAMENTO ECOLÓGICO.....	86
4.1.	Flora e vegetação .....	86

---

---

4.2.	Habitats naturais e seminaturais.....	87
4.3.	Fauna.....	89
5.	ESTATUTOS DE PROTEÇÃO.....	89
5.1.	Reserva Agrícola Nacional (RAN).....	89
5.2.	Reserva Ecológica Nacional (REN).....	94
6.	PAISAGEM.....	115
III.	ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DE RISCOS.....	117
1.	Caracterização dos Riscos.....	118
1.1.	Análise do Risco.....	118
2.	Estratégias para a Mitigação dos Riscos.....	150
IV.	POPULAÇÃO E CONDIÇÕES SOCIAIS.....	154
1.	INTRODUÇÃO.....	155
2.	EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO.....	155
3.	ESTRUTURA ETÁRIA E POR GÉNEROS.....	166
4.	MOVIMENTO DA POPULAÇÃO.....	177
5.	ESTRUTURA FAMILIAR.....	184
6.	INSTRUÇÃO, TRABALHO E MEIOS DE VIDA.....	190
7.	MOVIMENTOS PENDULARES DE TRABALHO OU ESTUDO.....	198
8.	PERSPETIVAS DE POPULAÇÃO.....	205
V.	ACTIVIDADES ECONÓMICAS.....	209
1.	INTRODUÇÃO.....	210
2.	TERRITÓRIO E POPULAÇÃO.....	211
3.	EMPREGO NAS EMPRESAS.....	213
3.1.	Distribuição territorial do emprego.....	213
3.2.	Distribuição Sectorial do emprego.....	213
4.	INDICADORES DAS EMPRESAS.....	214
4.1.	Distribuição Territorial das empresas.....	214
4.2.	Distribuição Sectorial das empresas.....	215
5.	VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS.....	215
5.1.	Distribuição Territorial.....	215
5.2.	Distribuição Sectorial.....	216
6.	CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA.....	217
6.1.	Sector Primário.....	217

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

6.2.	Sector Secundário.....	222
6.3.	Sector Terciário.....	223
7.	UMA ANÁLISE DETALHADA AO NÍVEL DO MUNICÍPIO E DAS SUAS FREGUESIAS.....	224
7.1.	Introdução.....	224
7.2.	Emprego.....	224
7.3.	Empresas.....	236
7.4.	Volume de negócios.....	250
8.	COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	257
9.	CONCLUSÃO.....	260
VI.	ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS TURÍSTIOS.....	262
1.	o turismo no concelho de redondo.....	263
1.1.	Identificação dos Recursos Turísticos no Concelho de Redondo.....	263
VII.	EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA.....	279
1.	INTRODUÇÃO.....	280
2.	EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS.....	280
3.	EQUIPAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO, PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICAS.....	285
4.	EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	287
5.	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	291
6.	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS.....	295
7.	EQUIPAMENTOS CULTURAIS.....	297
8.	EQUIPAMENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA.....	300
9.	OUTROS EQUIPAMENTOS RELEVANTES.....	302
9.1.	Cemitérios.....	302
9.2.	Espaços Verdes.....	303
9.3.	Outros equipamentos públicos.....	303
9.4.	Outros equipamentos privados.....	304
VIII.	PATRIMÓNIO.....	305
1.	PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL EDIFICADO.....	306
1.1.	Património classificado e zonas de proteção.....	306
1.2.	Património imóvel não classificado ou que foi, depois dos estudos de 1992, entretanto classificado.....	308
2.	PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO.....	311
IX.	AGLOMERADOS E URBANISMO.....	322

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

1.	INTRODUÇÃO.....	323
2.	CARACTERIZAÇÃO DOS LUGARES URBANOS DO MUNICÍPIO .....	324
2.1.	Redondo .....	324
2.2.	Foros da Fonte Seca.....	352
2.3.	Santa Susana .....	362
2.4.	Aldeia da Serra .....	367
2.5.	Freixo .....	372
2.6.	Montoito .....	377
2.7.	Aldeias de Montoito.....	395
2.8.	Falcoeirias .....	399
2.9.	Outros Lugares censitários .....	404
X.	INFRAESTRUTURAS .....	409
1.	INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE .....	410
1.1.	Rodovias.....	410
1.2.	Ferrovias.....	414
1.3.	Requalificação Urbana, Acessibilidades e Sistemas de Transportes .....	418
2.	INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO.....	433
2.1.	Abastecimento de Água .....	433
2.2.	Saneamento de Água .....	435
3.	INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA.....	439
3.1.	Eletricidade .....	439
3.2.	Gás .....	441
3.3.	Energias alternativas.....	441
4.	SISTEMA DE RECOLHA, DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS.....	443
4.1.	Resíduos urbanos.....	443
4.2.	Resíduos provenientes das Atividades Industriais.....	445
XI.	DIAGNÓSTICO.....	446

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Índice de quadros

Quadro 1 - Eixos e Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) do PROT-Alentejo .....	54
Quadro 2 - Características das estações climatológicas utilizadas na caracterização climática (IPMA, 2012) .....	58
Quadro 3 - Áreas das classes de ocupação do solo COS18.....	85
Quadro 4 - Albufeiras que integraram a REN .....	99
Quadro 5 - Unidades litológicas e limiares de declive .....	109
Quadro 6 - Quantificação das tipologias de Áreas REN em vigor .....	112
Quadro 7 - Grau da Probabilidade.....	118
Quadro 8 - Grau de Gravidade .....	119
Quadro 9 - Matriz de Risco .....	120
Quadro 10 - Matriz de Risco para o Concelho de Redondo .....	122
Quadro 11 – Probabilidade e gravidade de situações meteorológicas adversas no Concelho de Redondo .....	123
Quadro 12 - Registo das Ondas de Color no Concelho de Redondo .....	124
Quadro 13 – Probabilidade e gravidade de situações de ondas de calor no Concelho de Redondo .....	125
Quadro 14 – Probabilidade e gravidade de situações de cheias e inundações no Concelho de Redondo .....	126
Quadro 15 – Probabilidade e gravidade de situações de seca no Concelho de Redondo .....	133
Quadro 16 – Probabilidade e gravidade de situações de ocorrência de sismos no Concelho de Redondo .....	134
Quadro 17 – Probabilidade e gravidade de situações de ocorrência de incêndios florestais no Concelho de Redondo .....	140
Quadro 18 – Probabilidade e gravidade de situações de ocorrência de acidentes industriais no Concelho de Redondo .....	142
Quadro 19 – Probabilidade e gravidade de situações de transporte de matérias perigosas no Concelho de Redondo .....	143
Quadro 20 – Probabilidade e gravidade de situações de acidentes de tráfego no Concelho de Redondo .....	146

---

Quadro 21 - Características da Barragem da Vigia .....	147
Quadro 22 – Probabilidade e gravidade de situações de rutura de barragens no Concelho de Redondo	147
Quadro 23 – Probabilidade e gravidade de situações incêndios urbanos no Concelho de Redondo.....	150
Quadro 24 - Evolução da população residente, 1864 - 2017.....	156
Quadro 25 - População residente por lugares, aglomerados urbanos e outros lugares.....	158
Quadro 26 – Evolução da população nos aglomerados urbanos .....	159
Quadro 27 – Edifícios clássicos para habitação familiar por data de construção.....	161
Quadro 28 – edifícios e fogos de habitação familiar clássica licenciados e concluídos – concelho do Redondo .....	164
Quadro 29 - Edifícios e alojamentos de habitação familiar clássica – estimativa do parque habitacional – concelho do Redondo .....	164
Quadro 30 – Alojamentos familiares 2011 .....	165
Quadro 31 – Distribuição da população por grupos etários 2011.....	167
Quadro 32 – Estrutura etária por género da população residente 2011 .....	168
Quadro 33 – Relação de masculinidade* .....	169
Quadro 34 – índice de envelhecimento* .....	170
Quadro 35 – índice de longevidade* .....	171
Quadro 36 – População jovem e idosa por lugares 2011 – concelho do Redondo .....	172
Quadro 37 – Distribuição da população por grupos etários funcionais.....	175
Quadro 38 – Índice de dependência* .....	176
Quadro 39 – índice de sustentabilidade potencial* .....	177
Quadro 40 - Natalidade, mortalidade e crescimento demográfico – concelho do Redondo .....	181
Quadro 41 - População residente por naturalidade 2011 .....	183
Quadro 42 - População estrangeira com estatuto legal de residente, segundo as principais nacionalidades no país – concelho do Redondo 2017 .....	183
Quadro 43 – População residente segundo as migrações 2011 – concelho do Redondo .....	184
Quadro 44 – Famílias clássicas por dimensão – concelho do Redondo .....	185
Quadro 45 – Tipos de família – concelho do Redondo.....	186

---

Quadro 46 - Tipos de família 2011 .....	187
Quadro 47 – tipos de família 2001 e 2011 .....	188
Quadro 48 – Pessoas residentes segundo o grupo etário, por estatuto da pessoa na família – concelho do Redondo, 2011 .....	189
Quadro 49 – Pessoas residentes segundo o grupo etário, por estatuto da pessoa na família – diferenças percentuais entre o concelho do Redondo e Portugal* - 2011 .....	190
Quadro 50 - População residente segundo o nível de escolaridade completo (%) .....	191
Quadro 51 –Condição perante a actividade económica .....	191
Quadro 52 –Condição perante a actividade económica – freguesias do concelho do Redondo.....	192
Quadro 53 – População residente empregada segundo grupos de profissões .....	193
Quadro 54 – População ativa empregada por sectores de atividade – concelho do Redondo .....	194
Quadro 55 – Actividades (cae 3d) com 50 ou mais activos em 2011 – concelho do Redondo .....	196
Quadro 56 – População com 15 ou mais anos por principal meio de vida .....	197
Quadro 57 – População com 15 ou mais anos por principal meio de vida – freguesias do concelho do Redondo .....	198
Quadro 58 – População residente ativa e estudante por locais de trabalho 2011.....	200
Quadro 59 – Saídas e entradas de população activa e estudante por município de origem/destino – concelho do Redondo 2011 .....	202
Quadro 60 – Projeção de população, por grupo etário quinquenal, para a Freguesia de Redondo.....	206
Quadro 61 – Projeção de população, por grupo etário quinquenal, para a Freguesia de Montoito.....	207
Quadro 62 – Projeção de população, por grupo etário quinquenal, para o total do Concelho .....	208
Quadro 63 - Indicadores de População .....	211
Quadro 64 - População e Atividade .....	212
Quadro 65 - Pessoal ao Serviço das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Territorial, 2017.....	213
Quadro 66 - Pessoal ao Serviço das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Sectorial, 2017.....	214

---

---

Quadro 67 - Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Territorial, 2017 .....	215
Quadro 68 - Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Sectorial, 2017 .....	215
Quadro 69 - Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Territorial, 2017 .....	216
Quadro 70- Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Sectorial, 2017 .....	217
Quadro 71 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, no Sector Primário, 2017 .....	217
Quadro 72 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 2017 .....	218
Quadro 73 - Superfície das explorações agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de utilização das terras; 2009 .....	218
Quadro 74 - Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classes de superfície agrícola utilizada; 2009 .....	219
Quadro 75 - Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Composição da superfície agrícola utilizada; 2009 .....	220
Quadro 76 - Superfície das culturas (ha) por Localização geográfica (Região agrária/ Ilha) e Tipo; 2009 .....	220
Quadro 77 - Superfície das culturas permanentes (ha) por Localização geográfica (Região agrária/ Ilha) e Tipo (culturas permanentes); 2009 .....	221
Quadro 78 - Superfície das culturas temporárias (N.º) por Localização geográfica (Região agrária/ Ilha) e Tipo (culturas temporárias); 2009 .....	222
Quadro 79 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, no Sector Secundário, 2017 .....	222
Quadro 80 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, no Sector Terciário, 2017 .....	223
Quadro 81 – população activa empregada por sectores de actividade Concelho de Redondo .....	225
Quadro 82 – Atividades (cae 3d) com 50 ou mais ativos em 2011 - Concelho de Redondo .....	227

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Quadro 83 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) por sectores de atividade - Concelho de Redondo .....	229
Quadro 84 – Estrutura empresarial, 2018 - Concelho de Redondo .....	237
Quadro 85 – Principais indicadores de empresas, 2018 - Concelho de Redondo.....	239
Quadro 86 – Empresas por dimensão – 2008-2018 - Concelho de Redondo .....	240
Quadro 87 – Saldo entre empresas criadas e dissolvidas – 2008-2018 - Concelho de Redondo.....	242
Quadro 88 – indicadores de alojamento turístico - Concelho de Redondo.....	248
Quadro 89– Alojamento turístico – Procura - Concelho de Redondo .....	249
Quadro 90 – Alojamento turístico – Oferta - Concelho de Redondo.....	249
Quadro 91 – Alojamento turístico em 2020- localização - Concelho de Redondo.....	250
Quadro 92 – Principais exportações por tipo de bens – 2019 - Concelho de Redondo .....	258
Quadro 93 – Principais importações por tipo de bens – 2019 - Concelho de Redondo .....	258
Quadro 94 - Recursos Culturais Monumentais do Concelho de Redondo .....	266
Quadro 95 - Recursos culturais de cariz artístico e etnográfico do concelho de Redondo.....	267
Quadro 96 - Recursos culturais complementares do Concelho de Redondo .....	269
Quadro 97 - Recursos de tipo desportivo complementares do Concelho de Redondo .....	270
Quadro 98 - Atividades de Gastronomia e Vinhos do Concelho de Redondo .....	271
Quadro 99 - Rotas e Circuitos Turísticos do Concelho de Redondo .....	273
Quadro 100 - Eventos Culturais do Concelho de Redondo .....	274
Quadro 101- Equipamentos Culturais e Recreativos do Concelho de Redondo .....	275
Quadro 102 - Equipamentos Desportivos do Concelho de Redondo .....	276
Quadro 103 - Equipamentos e Serviços Turísticos do Concelho de Redondo .....	277
Quadro 104 – Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Redondo .....	282
Quadro 105 – Taxas Brutas de Escolarização* – Concelho de Redondo.....	285
Quadro 106 - Equipamentos de prevenção e segurança públicas .....	286
Quadro 107 - Equipamentos sociais.....	289
Quadro 108 - Equipamentos públicos de saúde.....	292

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Quadro 109 - Equipamentos privados de saúde.....	293
Quadro 110 - Equipamentos privados de venda de medicamentos .....	294
Quadro 111 - Equipamentos desportivos .....	296
Quadro 112 - Equipamentos culturais .....	298
Quadro 113 - Equipamentos municipais de apoio à actividade económica.....	301
Quadro 114 - Cemitérios.....	302
Quadro 115 – Património cultural classificado no concelho de Redondo.....	306
Quadro 116 – Sítios arqueológicos segundo o tipo de achados.....	311
Quadro 117 – Sítios arqueológicos segundo a época estimada dos achados .....	311
Quadro 118 – Listagem do património edificado classificado do concelho de Redondo.....	312
Quadro 119 – Aglomerados urbanos do PDM em vigor e respetiva evolução populacional .....	323
Quadro 120 – Lugar de Redondo – População residente.....	328
Quadro 121 – Lugar de Redondo – Edifícios clássicos por data de construção.....	328
Quadro 122 – Edifícios 2011 – Lugar de Redondo.....	332
Quadro 123 – Alojamentos 2011 – Lugar de Redondo.....	336
Quadro 124 – População 2011 – Género, Idade, Instrução - Lugar de Redondo.....	343
Quadro 125 – Famílias 2011 – Lugar de Redondo.....	350
Quadro 126 – Atividade económica da população - Lugar de Redondo .....	351
Quadro 127 – Foros da Fonte Seca – População residente.....	355
Quadro 128 – Foros da Fonte Seca – Edifícios clássicos por data de construção.....	355
Quadro 129– Foros da Fonte Seca – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	359
Quadro 130 – Santa Susana – População residente.....	364
Quadro 131 – Santa Susana – Edifícios clássicos por data de construção.....	364
Quadro 132– Santa Susana – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	365
Quadro 133 – Aldeia da Serra – População residente.....	369
Quadro 134 – Aldeia da Serra – Edifícios clássicos por data de construção.....	370
Quadro 135 – Aldeia da Serra – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	371

---

Quadro 136 – Freixo – População residente .....	374
Quadro 137 – Freixo – Edifícios clássicos por data de construção .....	375
Quadro 138 – Freixo – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	375
Quadro 139 – Montoito – População residente.....	379
Quadro 140 – Montoito – Edifícios clássicos por data de construção .....	379
Quadro 141– Montoito – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	383
Quadro 142 – Aldeias de Montoito – População residente.....	397
Quadro 143 – Aldeias de Montoito – Edifícios clássicos por data de construção.....	397
Quadro 144 – Aldeias de Montoito – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	398
Quadro 145 – Falcoeiras – População residente.....	401
Quadro 146 – Falcoeiras – Edifícios clássicos por data de construção.....	401
Quadro 147 – Falcoeiras – síntese de indicadores retidos para análise, 2011 .....	402
Quadro 148 – Edifícios clássicos por data de construção – Outros lugares censitários.....	405
Quadro 149 – Outros indicadores sobre os edifícios em outros lugares censitários, 2011 .....	405
Quadro 150 – Indicadores sobre os alojamentos em outros lugares censitários, 2011.....	406
Quadro 151 – Indicadores sobre as famílias em outros lugares censitários, 2011.....	407
Quadro 152 – Indicadores sobre os indivíduos em outros lugares censitários, 2011.....	408
Quadro 153 - Principais diferenças entre o PNR 85 e o PNR 2000 .....	410
Quadro 154 -Lugares que não cumprem os níveis mínimos de serviço.....	431
Quadro 155 - Matriz de diagnóstico.....	447

Índice de figuras

Figura 1 – Divisão territorial .....	25
Figura 2 - Esquema de articulação dos conteúdos e produtos do PNPOT (conteúdos e processos com formalizações diferenciadas) .....	40
Figura 3 – Sistemas interdependentes que enformam o Modelo Territorial .....	45
Figura 4 – Modelo Territorial do PNPOT .....	46
Figura 5 – Modelo territorial do PROT-Alentejo .....	53
Figura 6 - Valores mensais da temperatura média do ar, registados para o período 1971-2000, nas estações meteorológicas de Elvas, Évora e Portalegre (IPMA, 2012).....	59
Figura 7 - Valores da precipitação média mensal, registados para o período 1971-2000, nas estações meteorológicas de Elvas, Évora e Portalegre (IPMA, 2012).....	60
Figura 8 - Valores da velocidade média do vento, registados para o período 1971-2000, nas estações meteorológicas de Elvas, Évora e Portalegre (IPMA, 2012).....	61
Figura 9 - Carta Geológica 36-D.....	63
Figura 10 - Sismicidade (1970-02/2007; IPMA - Portugal) e principais falhas ativas .....	68
Figura 9 - Carta Geológica de Portugal Continental, adaptado do site Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) .....	69
Figura 12 - Carta da Intensidade Sísmica do Concelho de Redondo.....	70
Figura 13 - Hipsometria .....	72
Figura 14 - Declives.....	74
Figura 15 - Orientação solar das encostas .....	75
Figura 16 - Rede Hidrográfica do Concelho de Redondo.....	77
Figura 17 - Fisiografia.....	79
Figura 18 - Carta da Rede de Pontos de Água do Concelho de Redondo.....	80
Figura 19 – Tipos de solo .....	82
Figura 20 – Carta de Ocupação do Solo – COS18.....	84
Figura 21 – Reserva Agrícola Nacional (RAN) .....	90

---

Figura 22 - Perímetro Hidroagrícola da Vigia.....	92
Figura 23 - Rede Hidrográfica do Concelho de Redondo.....	97
Figura 24 - Albufeiras e faixas de proteção que integram a REN.....	99
Figura 25 - Vulnerabilidade elevada dos aquíferos.....	100
Figura 26 - Imagem das Zonas de Cheias no Concelho de Redondo.....	103
Figura 27 - Erosão potencial do solo, através da aplicação da seguinte equação: $A = R$ (Fonte: Pena, S.B., 2016) *K (Fonte: APA) *LS (Fonte: DGT), em ton/ha.ano.....	104
Figura 28 - Modelo utilizado no processo de generalização das Áreas de Risco de Erosão Hídrica do Solo.....	105
Figura 29 - Cartas das Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo.....	106
Figura 30- Áreas de suscetibilidade à ocorrência de vertentes no Concelho de Redondo.....	111
Figura 31 - REN em Vigor.....	113
Figura 32 – Reserva Ecológica Nacional (REN).....	114
Figura 33 – Unidades de Paisagem definidas no PROT-Alentejo.....	115
Figura 34 - Carta de Risco de Ondas de Calor de Portugal Continental (ANPC, 2014).....	124
Figura 35 - Carta Vulnerabilidade face ao Risco de Cheia do Concelho de Redondo.....	126
Figura 36 - Monitorização da Seca Índice PDSI Set 2013 a Out 2014 (IPMA,2014).....	128
Figura 37 - Carta de Risco de Seca Hidrológica de Portugal Continental (ANPC, 2014).....	128
Figura 38 - Carta de Poços Alternativos do Concelho de Redondo.....	131
Figura 39 - Carta de Pontos de Água do Concelho de Redondo.....	132
Figura 40 - Carta de Sismicidade histórica do Concelho de Redondo.....	134
Figura 41 - Componentes do Modelo de Risco (Fonte: ICNF, 2009).....	135
Figura 42 - Carta de Perigosidade do Concelho de Redondo.....	137
Figura 43 - Carta de Risco de Incêndio do Concelho de Redondo.....	138
Figura 44 - Carta de Modelo de Combustíveis do Concelho de Redondo.....	139
Figura 45 - Carta de Prioridades de Defesa do Concelho de Redondo.....	141
Figura 46 - Sinistralidade no Concelho de Redondo, no período de 2004 a 2014.....	144

---

Figura 47 - Sinistralidade da estrada nacional 254 por Km, no período de 2004 a 2014 .....	144
Figura 48 - Sinistralidade da estrada regional 381 por Km, no período de 2004 a 2014 .....	145
Figura 49 - Sinistralidade nas Outras Estradas, no período de 2004 a 2014 .....	145
Figura 50 - Histórico de Ocorrências de Incêndios Urbanos no Concelho de Redondo 1997-2014.....	148
Figura 51 - Localização das bocas-de-incêndio na zona histórica da Vila de Redondo .....	149
Figura 52 - Localização das bocas-de-incêndio na zona histórica das Aldeias de Montoito .....	150
Figura 53 - Evolução da população residente, 1864 - 2017 .....	157
Figura 54 - Variação percentual da população residente, 1864 – 2017.....	157
Figura 55 - Número de habitantes por lugares censitários – concelho de Redondo 2011 .....	160
Figura 56 - Dinâmica da construção de habitação – 1991-2011 .....	162
Figura 57 - Alojamentos que não são residência habitual - 2011 .....	166
Figura 58 - Pirâmide etária do concelho do concelho do Redondo 2001 .....	169
Figura 59 - Pirâmide etária do concelho do concelho do Redondo 2011 .....	170
Figura 60 - População com idade superior a 64 anos (%).....	173
Figura 61 - População por grupos etários funcionais (%) – concelho do Redondo .....	174
Figura 62 - Variação dos grupos etários funcionais 2001-2017 (%).....	174
Figura 63 - Taxa bruta de natalidade.....	177
Figura 64 - Taxa fecundidade .....	178
Figura 65 - Taxa bruta de mortalidade.....	179
Figura 66 - Taxa de crescimento natural .....	179
Figura 67 - Taxa de crescimento migratório .....	180
Figura 68 - Movimento da população 2003-2017 – concelho do Redondo.....	181
Figura 69 - População estrangeira com estatuto legal de residente – concelho do Redondo .....	182
Figura 70 - Famílias clássicas por dimensão (nº de pessoas) – concelho do Redondo.....	185
Figura 71 - População residente que trabalha ou estuda noutros municípios – concelho do Redondo ...	199
Figura 72 - Municípios de destino da população residente do Redondo que trabalha ou estuda fora do concelho - 2011 .....	203

---

Figura 73 - Municípios de origem da população que vem trabalhar ou estudar ao concelho do Redondo - 2011.....	204
Figura 74 – Pessoal ao serviço nas empresas (Estabelecimentos) 2004–2018 - Concelho de Redondo	228
Figura 75 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – agricultura, indústria transformadora e construção - Concelho de Redondo .....	231
Figura 76 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – indústria transformadora – principais ramos industriais - Concelho de Redondo.....	232
Figura 77 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – comércio e transportes - Concelho de Redondo .....	233
Figura 78 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – serviços – principais setores - Concelho de Redondo .....	235
Figura 79 – nº de empresas 2004-2018 - Concelho de Redondo.....	236
Figura 80 – concentração nas 4 maiores empresas (%) - Concelho de Redondo.....	241
Figura 81 – taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes .....	243
Figura 82 – evolução do número empresas 2004-2018 – agricultura, indústria transformadora e construção - Concelho de Redondo .....	244
Figura 83 – evolução do número empresas 2004-2018 – indústria transformadora - Concelho de Redondo .....	245
Figura 84 – evolução do número empresas 2004-2018 – comércio e transportes - Concelho de Redondo .....	246
Figura 85 – evolução do número empresas 2004-2017– serviços - Concelho de Redondo .....	247
Figura 86 – Volume de negócios 2004-2018 – agricultura - Concelho de Redondo.....	251
Figura 87 – volume de negócios 2004-2018 – indústrias alimentares - Concelho de Redondo .....	252
Figura 88 – volume de negócios 2004-2018 – indústria das bebidas - Concelho de Redondo .....	252
Figura 89 – Volume de negócios 2004-2018 – Indústrias de produtos minerais não metálicos e de produtos metálicos - Concelho de Redondo.....	253
Figura 90 – Volume de negócios 2004-2018 – Indústria da madeira e cortiça - Concelho de Redondo ..	253
Figura 91 – Volume de negócios 2004-2018 – Construção - Concelho de Redondo .....	254
Figura 92 – Volume de negócios 2004-2018 – Comércio - Concelho de Redondo .....	254

---

Figura 93 – Volume de negócios 2004-2018 – Alojamento - Concelho de Redondo .....	255
Figura 94 – Volume de negócios 2004-2018 – Restauração - Concelho de Redondo .....	255
Figura 95 – Volume de negócios 2004-2018 – Serviços coletivos e de apoio às empresas - Concelho de Redondo .....	256
Figura 96 – volume de negócios 2004-2018 – serviços de saúde e apoio social - Concelho de Redondo .....	256
Figura 97 – Comércio internacional – Exportações e importações - Concelho de Redondo .....	257
Figura 98 – Exportações – Animais vivos; Bebidas e líquidos alcoólicos; Produtos hortícolas, plantas - Concelho de Redondo .....	259
Figura 99 – Exportações – Cortiça e suas obras; Gordura e óleos vegetais e animais; Desperdícios das indústrias alimentares - Concelho de Redondo .....	259
Figura 100 – Exportações – Produtos cerâmicos - Concelho de Redondo .....	260
Figura 101 - Número de estabelecimentos por níveis de ensino – Concelho de Redondo .....	281
Figura 102 – Alunos matriculados por níveis de ensino – Concelho de Redondo.....	284
Figura 103 – Convento de São Paulo, na Serra d’Ossa .....	307
Figura 104 – Lugar de Redondo - Altimetria.....	325
Figura 105 – Lugar de Redondo – Limite censitário .....	326
Figura 106 – Lugar de Redondo – Áreas urbanas principais.....	327
Figura 107 – Lugar de Redondo – População (até 1900 da freguesia, depois de 1900 do aglomerado).328	
Figura 108 – Lugar de Redondo – Edifícios por data de construção: antes de 1961 .....	329
Figura 109 – Lugar de Redondo – Edifícios por data de construção: entre 1961 e 1980.....	330
Figura 110 – Lugar de Redondo – Edifícios por data de construção: depois de 1980 .....	331
Figura 111 – Lugar de Redondo – densidade de edifícios, 2011 .....	333
Figura 112 – Lugar de Redondo – edifícios exclusivamente residenciais, 2011 .....	334
Figura 113 – Lugar de Redondo – edifícios de 1 ou 2 pisos, 2011.....	335
Figura 114 – Lugar de Redondo – Alojamentos arrendados, 2011 .....	337
Figura 115 – Lugar de Redondo – Alojamentos de segunda residência, 2011 .....	338
Figura 116 – Lugar de Redondo – Alojamentos vagos, 2011.....	339

---

Figura 117 – Lugar de Redondo – Alojamentos com área até 50 m <sup>2</sup> , 2011 .....	340
Figura 118 – Lugar de Redondo – Alojamentos com área entre 51 m <sup>2</sup> e 100 m <sup>2</sup> , 2011.....	341
Figura 119 – Lugar de Redondo – Alojamentos com mais de 100 m <sup>2</sup> , 2011 .....	342
Figura 120 – Lugar de Redondo – Densidade Populacional 2011 .....	344
Figura 121 – Lugar de Redondo – População com 14 ou menos anos de idade, 2011 .....	345
Figura 122 – Lugar de Redondo – População com 15 a 24 anos de idade, 2011 .....	346
Figura 123 – Lugar de Redondo – População com 25 a 64 anos de idade, 2011 .....	347
Figura 124 – Lugar de Redondo – População com 65 ou mais anos de idade, 2011 .....	348
Figura 125 – Lugar de Redondo – População com ensino secundário ou superior, 2011 .....	349
Figura 126 – Lugar de Redondo – Famílias, 2011.....	350
Figura 127 – Foros da Fonte Seca - Altimetria .....	352
Figura 128 – Foros da Fonte Seca – exemplo de arruamento .....	353
Figura 129 – Foros da Fonte Seca – limite censitário.....	354
Figura 130 – Edifícios construídos antes de 1961 .....	356
Figura 131 – Edifícios construídos entre 1961 e 1980.....	357
Figura 132 – Edifícios construídos depois de 1980 .....	358
Figura 133 – Santa Susana – Altimetria .....	362
Figura 134 – Santa Susana – limite censitário.....	363
Figura 135 – Aldeia da Serra – Altimetria .....	368
Figura 136 – Aldeia da Serra – limite censitário .....	368
Figura 137 – Freixo – Altimetria .....	372
Figura 138 – Freixo – zonas urbanas .....	373
Figura 139 – Montoito – Altimetria .....	377
Figura 140 – Montoito – limite censitário .....	378
Figura 141 – Edifícios por data de construção (antes de 1961), em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras .....	380

---

Figura 142 – Edifícios por data de construção (entre 1961 e 1980), em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras .....	381
Figura 143 – Edifícios por data de construção (depois de 1980), em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras .....	382
Figura 144 – Densidade de edifícios – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011 .....	384
Figura 145 – Edifícios exclusivamente residenciais – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011 .....	385
Figura 146 – Edifícios com 1 ou 2 pisos – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011.....	386
Figura 147 – Alojamentos arrendados – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011 .....	387
Figura 148 – Alojamentos de segunda residência – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011 .....	388
Figura 149 – Alojamentos vagos – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011.....	389
Figura 150 – Alojamentos – Dimensão – Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeiras .....	390
Figura 151 – Alojamentos – Dimensão – Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeiras .....	391
Figura 152 – Alojamentos – Dimensão – Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeiras .....	392
Figura 153 – Densidade populacional – Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011.....	393
Figura 154 – Aldeias de Montoito – Altimetria .....	395
Figura 155 – Aldeias de Montoito – limite censitário.....	396
Figura 156 – Falcoeiras – Altimetria .....	400
Figura 157 – Falcoeiras – limite censitário.....	400
Figura 158 – Rede Rodoviária do concelho de Redondo, considerando as proposta da IP.....	414
Figura 159 - Rede ferroviária desativada (a preto) e de alta velocidade (a vermelho) .....	417
Figura 160 - ARU da Vila de Redondo .....	420
Figura 161 - ORU de Montoito.....	422
Figura 162 – Carreira Municipal - Percurso Redondo - Santa Susana e Paragens.....	424
Figura 163 – Carreira Municipal - Percurso de Aldeia da Serra - Foros da Fonte Seca e Paragens.....	425
Figura 164 – Carreira Municipal - Percurso Freixo-Redondo e Paragens .....	425
Figura 165 – Carreira Municipal - Percurso Redondo - Reguengos de Monsaraz e Paragens .....	426

---

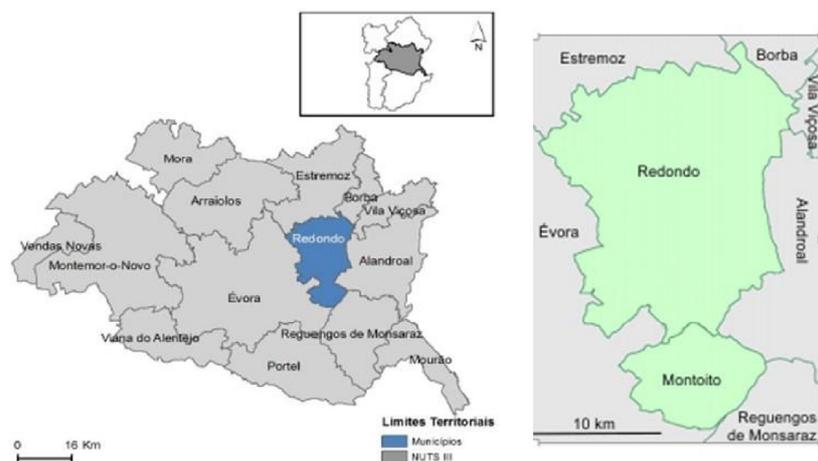
Figura 166 – Carreira Intermunicipal - Percurso Évora-Reguengos e Paragens.....	427
Figura 167 – Carreira Intermunicipal - Percurso Alandroal - Évora e Paragens.....	428
Figura 168 - Carreira Inter-Regional - Percurso Elvas - Évora e Paragens.....	429
Figura 169- Carreira Inter-Regional - Percurso Elvas - Évora e Paragens.....	430
Figura 170 - Cobertura da Rede de TPCR no Município de Redondo – PE.....	431
Figura 171 - Cobertura da rede de TPCR no Município de Redondo – PNE.....	431
Figura 172 – Rede de abastecimento de água no Concelho.....	434
Figura 173 - Redes de saneamento no Concelho de Redondo.....	436
Figura 174 - Rede de Saneamento de Água na Freguesia de Redondo.....	437
Figura 175 - Rede de Saneamento de Água na Freguesia de Montoito.....	438
Figura 176 – Quantidade de consumo total de energia elétrica (em milhões de quilovátios por hora), no concelho de Redondo, entre 2011 e 2017.....	441
Figura 177 – Quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos no concelho de Redondo, entre 2002 e 2016.....	444
Figura 178 – Quantidade de resíduos recicláveis recolhidos no concelho de Redondo, entre 2004 e 2016.....	444

## I. ENQUADRAMENTO

## 1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DO CONCELHO

O município de Redondo localiza-se no distrito de Évora, região do Alentejo e sub-região do Alentejo Central e ocupa um território de aproximadamente 370 km<sup>2</sup> que é limitado, a Norte, pelos concelhos de Estremoz e de Borba, a leste, por Vila Viçosa e Alandroal, a sueste, por Reguengos de Monsaraz e, a Oeste, por Évora. Pertence à circunscrição florestal do Sul e ao Núcleo Florestal do Alto Alentejo e Alentejo Central. Tem uma área de 369,51 Km<sup>2</sup>, para uma população de 7031 habitantes em 2011 (7 288 habitantes em 2001), o que resultava numa densidade populacional de 19 habitantes por km<sup>2</sup>. A divisão administrativa atual encontra-se organizada em 2 freguesias: Redondo (5733 habitantes em 2011, com uma densidade de 18,6 hab./km<sup>2</sup>) e Montoito (1298 habitantes em 2011, com uma densidade de 21,0 hab./km<sup>2</sup>).

Figura 1 – Divisão territorial



Fonte: CMR

Apesar da progressiva perda de população ao longo de décadas e apesar da quase duplicação de lugares censitários, o povoamento tem vindo a reforçar a importância das sedes de freguesia (Redondo e Montoito), sendo evidentes os sinais de concentração populacional nestes dois aglomerados. Este facto é bastante positivo para a agilização e rendibilização dos processos de gestão territorial, nomeadamente em termos da aplicação de recursos, incluindo os financeiros.

O município do Redondo encontra-se situado na planície alentejana, a 317 m de altitude, nas abas da Serra d'Ossa, a qual, com 40 km de comprimento no sentido Este – Sudeste e a largura de 15 km e uma altitude máxima de 653 m (alto de São Gens) se ergue a norte da vila sede de concelho. É constituído por duas freguesias, Redondo e Montoito, localizando-se esta a 18 km a Sul da vila do Redondo.

Do ponto de vista da sua localização geográfica no contexto da rede urbana regional, a Vila do Redondo encontra-se numa posição mais ou menos equidistante entre Évora e Estremoz (de Redondo a Évora, são

cerca de 37 km e de Redondo a Estremoz, são cerca de 26 km). No entanto Évora enquanto sede de distrito, assume um papel preponderante no domínio dos serviços, exercendo uma forte atração sobre todo um conjunto de centros urbanos de menores dimensões, onde para além do Redondo, também se incluem Reguengos de Monsaraz e Arraiolos, entre outros.

No que se refere à acessibilidade rodoviária, a povoação do Redondo encontra-se a 24 Km do IP7, o que permite fáceis ligações de âmbito regional. Neste domínio e de acordo com o Plano Rodoviário Nacional em vigor (PRN 2000), o concelho de Redondo é atravessado pelas EN 254 e EN 373, que ligam ao concelho de Évora, de Elvas, do Alandroal, de Vila Viçosa e, já em Espanha, a Badajoz. Este eixo, de sentido Este-Oeste tem a função de atravessamento e, simultaneamente, de articulação com as estradas municipais e rede municipal. A ligação mais curta da sede de Concelho ao IP7 que passa a norte do concelho e que liga Lisboa a Madrid, faz-se pela ER 381. A rede rodoviária local possui estrutura radial, com centro na sede do concelho, podendo-se concluir que a acessibilidade no interior do território municipal é boa.

Em síntese, a sede do concelho encontra-se localizada a cerca de 160 quilómetros de Lisboa, 60 Km de Badajoz, em Espanha, e 35 km de Évora (sede do distrito), o que em distância/tempo significa algo próximo dos 25 a 30 minutos de deslocação até à sede de distrito. Deste modo, o Concelho fica servido por infraestruturas e equipamentos de nível superior, tais como o hospital distrital e a universidade, por exemplo, a uma distância/tempo que se pode considerar razoável e, até, melhor que outras situações em áreas densamente urbanizadas.

## **2. ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

Uma das principais e mais notórias características do Planeamento e Ordenamento do Território é, certamente, a sua transdisciplinaridade.

Quer isto significar, sumariamente, que para a consecução desta importante tarefa do Estado e dos entes públicos é exigido o contributo de um conjunto amplo e diversificado de domínios de conhecimento e, consequentemente, agentes especializados, aptos a traduzir, em instrumentos próprios, o *status* atual e a projeção futura de uma parcela de solo e de todas as parcelas de solo, e a situação dos cidadãos que sobre as mesmas detêm direitos e nas quais realizam as suas atividades, incluindo as manifestações da sua cidadania.

Este carácter incontornável decorre desde logo da natureza desta função e, especialmente, do objeto último da mesma: o território. Este espaço é, por definição, portador e palco de um conjunto numeroso e distinto de eventos, fenómenos e fluxos, de diversa ordem e expressão, que devem ser objeto de previsão e adequado planeamento.

Com efeito, esta é uma tarefa fundamental do Estado, que no contexto português visa a título principal definir a ocupação do território e, por essa via, dar-lhe estrutura, utilidade económica e social, e alinhamento com as grandes estratégias nacionais e com os desígnios constitucionais vigentes.

Em simultâneo, assegura um propósito garantista de grande importância, na forma de estabilidade, previsibilidade e adequação no uso do território, deste modo assumindo uma manifesta utilidade de ordem administrativa e legal.

Enquanto manifestação de facto, tal ordenamento opera essencialmente por via do exercício de poderes públicos, de âmbito político-administrativo, sobre uma determinada circunscrição espacial ou material.

Entre nós, o *Sistema de Gestão Territorial* procede a um elaborado equilíbrio entre competências da administração central e da administração local, considerando o âmbito e as atribuições de uma e de outra em função da matéria e do território, pondo ao seu serviço os instrumentos de planeamento e de gestão que reputa mais apropriados.

Com o mesmo fim, por motivos de ordem constitucional e opção política, e orientado por um vincado princípio de subsidiariedade na ação da administração do Estado, o dito sistema confere uma notória predominância às atribuições e competências de nível local, fazendo emergir o Plano Diretor Municipal como alicerce principal do planeamento do território, e como tal fundamental para a realização dos fins do sistema no seu conjunto.

Nestes termos, o Plano Diretor Municipal (PDM) é colocado ao dispor da entidade pública especialmente competente na ordem mais próxima do cidadão e do território – necessariamente: o Município –, dotando-o de grandes poderes de organização do seu território.

No sentido de elucidar acerca de quais os conteúdos que este instrumento deve atualmente conter, impõe-se constatar, sem prejuízo da diversidade disciplinar que começámos por descrever, que o Sistema de Gestão Territorial - do qual emerge o Plano Diretor Municipal -, assenta e se manifesta, formalmente, em instrumentos essencialmente jurídicos, sejam estes os diplomas legais que o definem, ou os instrumentos de gestão territorial através dos quais se realiza. E que assim sucede por ser essa a linguagem típica da administração pública e aquela mais adequada para dotar a sua atuação das necessárias exequibilidade e coercividade.

Desta construção resulta então que a previsão, o enquadramento e até mesmo os veículos pelos quais os instrumentos de gestão territorial se manifestam são primordialmente jurídicos - ainda que o seu conteúdo seja, reiteramos, transdisciplinar - motivo pelo qual importa dedicar uma referência estruturante a esta componente que sustenta o Sistema de Gestão ora em vigor.

Em concreto, o enquadramento jurídico do Plano Diretor Municipal assenta sobre um conjunto normativo alargado, beneficiando de um suporte constitucional expreso, que sucessivamente se completa pela Lei

---

de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), e caso se mantenham sem revisão mesmo perante as alterações recentemente introduzidas por estes dois diplomas - e naquilo que com eles seja compatível - pelo normativo referente à constituição, composição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento da Elaboração e da revisão do Plano Diretor Municipal, aos conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, aos critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definições de utilização dominante, bem como das categorias relativas ao solo rural e urbano aplicáveis a todo o território nacional, à regulamentação referente à avaliação ambiental de planos e programas, ao dispositivo normativo sobre as Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais, e ao aplicável no que importa a servidões e restrições de utilidade pública, entre outros situados nesta esfera sistémica.

E não menos importante para a regulação do Plano Diretor Municipal e, afinal, para o Planeamento e Ordenamento do Território, são os inúmeros diplomas que se perfilam na periferia do Sistema de Gestão Territorial mas que são essenciais para a sua operacionalização, entre os quais mais distintivamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - que substituiu a amplamente conhecida Lei das Autarquias Locais - e que define o regime jurídico destas, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Local e especificamente, o Plano Diretor Municipal concreto deverá também ser afetado pelos Planos Regionais, Setoriais e Especiais que importem a área geografia sobre o qual coincidam, em termos a detalhar adiante.

Todos estes conteúdos são, pela sua natureza jurídica, suscetíveis de permanente evolução por via da sua revisão e/ou aprovação de novos diplomas destinados, idealmente, à atualização e aperfeiçoamento das matérias sobre as quais dispõem. No caso do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, tem sido esse o cenário recente, em especial com a aprovação em 2014 da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo e em 2015 do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sendo de esperar que este movimento se faça sentir, com maior ou menor impacto nos tempos futuros, através do rearranjo do restante dispositivo legal conexo.

Não nos cabendo nesta sede proceder a uma qualquer avaliação das alterações legislativas ocorridas ou requerer outras que gostaríamos de ver acolhidas, mas antes proceder à sua correta aplicação, sempre pretendemos destacar três linhas de força relativas ao Plano Diretor Municipal que consideramos especialmente interessantes, para que depois possamos observar quais os requisitos e critérios que este deve agora respeitar:

---

Em primeiro lugar, pretende o legislador que o Plano Diretor Municipal passe a agregar todas as disposições que importem ao particular em matéria de urbanismo, planeamento e ordenamento do território, mesmo que originárias e/ou previstas noutros instrumentos de gestão territorial, designadamente nos programas e planos (até à sua adaptação) de âmbito nacional, regional, especial ou sectorial. Para o efeito recuperamos a nossa menção à transdisciplinaridade, agora exponenciada pela agregação de programas e planos, alguns dos quais extraordinariamente específicos no seu escopo e objeto.

Em segundo lugar, aspira-se com esta agregação formal de conteúdos alcançar não apenas a manutenção do PDM como pedra basilar do planeamento nacional, mas também permitir ao cidadão que através de um único instrumento público seja conhecedor de toda a regulamentação destinada a definir a sua situação perante o território.

Finalmente, observar como esta intenção de facilitação na utilização dos instrumentos de gestão territorial se associa a uma outra vontade de desmaterialização da elaboração dos programas e planos, que doravante terá lugar sedeada numa plataforma eletrónica, visando a sua acessibilidade, composição partilhada ativa e celeridade nos procedimentos correspondentes.

Sobre estes três pontos que quisemos destacar cumpre-nos notar, porém, que não bastará a desmaterialização, a celeridade ou a concentração de disposições em sede de planeamento no PDM para que fique realizado o objetivo de permitir um devido ou mais completo acesso do cidadão ao complexo normativo e regulamentar que lhe importe diretamente.

Para que o Plano Diretor Municipal e tudo o que esta inclua seja acessível, o plano deverá antes demais ser inteligível e acessível, intenção que aparenta ser contrária a uma densificação de conteúdos tão expressiva quanto a que é agora prevista.

Em face desta aparente tensão de finalidades, defendemos para o Plano Diretor Municipal de Redondo, tanto na componente jurídica como em todas as demais, um esforço no sentido da simplificação e acessibilidade que permita ao Plano Diretor Municipal ser, como ambiciona o legislador, o repositório de todas as regras de ordenamento vinculativas dos particulares, mas também um instrumento acessível a estes e aos próprios serviços municipais competentes, para que sejam capazes de o interpretar e aplicar com a celeridade e o rigor que apenas a excelência do plano poderá permitir. E assim o fazer em todas as áreas científicas que não apenas a jurídica, na certeza porém de ser esta a componente mais frequentemente apontada pelos cidadãos e pelos serviços como sendo a responsável pelo caráter complexo e meândrico de alguma atividade pública.

Nesta sequência, para conveniência e cumprimento de uma finalidade orientadora, procedemos em seguida à (e)numeração de todos os itens que consideramos constituírem requisito, interno ou externo do

novo Plano Diretor Municipal a desenvolver. E fazemo-lo desde já com uma necessária modulação do tecnicismo jurídico, pelos motivos expostos.

Ora perante o cenário que descrevemos supra, o legislador não foi parco nem nos objetivos, nem nos requisitos fixados ao Plano Diretor Municipal. Esta é uma tendência que se vem verificando na ainda breve história do planeamento e ordenamento do território e urbanismo nacional, mas que ganha um novo fôlego com as mais recentes alterações legislativas que já referimos.

Assim o fez desde logo, como já mencionámos, quando determinou que o PDM, mantendo-se como instrumento de definição da estratégia municipal<sup>1</sup> e estabelecendo o quadro estratégico de desenvolvimento territorial local, passaria também a ser o único instrumento passível de determinar a [1] classificação e [2] qualificação do uso do solo, bem como a respetiva [3] execução e [4] programação. Por estes motivos devem agora ser integradas e articuladas no PDM e nele adaptadas as [5] orientações de desenvolvimento territorial decorrentes dos programas de âmbito nacional, regional e sub-regional.

Quer isto significar, enquanto grande objetivo de sistematização do PDM mas também numa vertente eminentemente funcional, reiteramos, que ao particular deverá ser permitido conhecer, num único plano – o Plano Diretor Municipal – as normas dispersas por outros vários instrumentos de outras ordens e grandezas que o vinculem diretamente. Pelos mesmos motivos, é obrigatória a [6] integração no conteúdo dos planos diretores municipais do disposto pelos planos especiais, doravante constituídos por normas de execução pelas quais se estabelecem ações permitidas, condicionadas ou interditas em função dos regimes de proteção e valorização dos recursos naturais que prossigam.

Mais ainda: prevê-se no Sistema de Gestão Territorial a obrigatoriedade de fixação no conteúdo documental do PDM de [7] indicadores destinados a sustentar a avaliação e a monitorização do mesmo, de cujos resultados passam a depender diretamente os processos de alteração e revisão dos planos, bem como um [8] plano de sustentabilidade urbanística a integrar o programa plurianual de investimentos municipais na execução, na manutenção e no reforço das infraestruturas gerais e na previsão de custos gerais de gestão urbana.

Este é um caderno de encargos admirável para os Planos Diretores Municipais e para as entidades públicas que devam garantir todos os demais procedimentos que ocorrem na sua órbita - necessariamente e uma vez mais: os Municípios. Principalmente se tivermos em consideração que os territórios a planear divergem extraordinariamente e porque nem todas as estruturas municipais (e serviços autárquicos) dispõem dos

---

<sup>1</sup> Numa descrição sucinta, tendo em conta a legislação sobre a matéria, pelo Plano Diretor Municipal estabelece-se, designadamente, a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política municipal de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal.

---

meios e dos recursos necessários à elaboração e, ainda mais, à aplicação de um instrumento com estes níveis de complexidade e abrangência.

Neste quadro, o Sistema de Gestão Territorial, conforme previsto na referida Lei de Bases do Solo e em especial o novel RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), produz um elenco de requisitos a cumprir pelo PDM, que se apresenta afinal como uma vasta lista de verificação - que ensaiamos *infra* -, de contornos tanto formais como materiais, procedimentais e documentais, prévios, contemporâneos e posteriores à elaboração e aprovação do Plano Diretor Municipal.

Como poderemos constatar adiante, é de recuperar uma vez mais a referência à transdisciplinaridade com que abrimos este excuro, porquanto a variedade temática do que é solicitado ao PDM é significativa e imprescindível.

Assim, num perímetro imediatamente exterior ao próprio PDM, prevê-se que todos os interessados têm direito a ser [9] informados sobre a política de gestão do território e, em especial, sobre a elaboração, a aprovação, o acompanhamento, a execução e a avaliação dos programas e planos territoriais. Esta imposição subsume o direito à consulta dos diversos processos preparatórios e fundadores do PDM - designadamente os estudos de base e outra documentação, escrita e desenhada, que sustentem as opções estabelecidas -, obter cópias de atas de reuniões deliberativas e certidões dos instrumentos aprovados, obter informações sobre as disposições constantes de programas e de planos territoriais, bem como conhecer as condicionantes, as servidões administrativas e as restrições de utilidade aplicáveis ao uso do solo, e que os particulares [10] possam aceder a essa informação em formatos abertos, que permitam a "leitura por máquina" (sic).

Nesta mesma esfera de transparência da ação administrativa, as entidades públicas responsáveis pela elaboração, alteração, revisão, execução e avaliação do PDM devem divulgar, por várias formas definidas na lei, [11] a decisão de desencadear o processo de elaboração, de alteração ou de revisão, [12] identificando os objetivos a prosseguir, [13] a conclusão da fase de elaboração, de alteração ou de revisão, bem como o [14] teor dos elementos a submeter a discussão pública, [15] a abertura e a duração das fases de discussão pública, [16] as conclusões da discussão pública, [17] os mecanismos de execução do plano, o [18] regime económico e financeiro do planos e o [19] início e as conclusões dos procedimentos de avaliação, incluindo de avaliação ambiental.

Quanto ao próprio PDM e principiando a sua descrição do geral e orientador rumo ao concreto e específico, deve o mesmo constituir-se, como já mencionámos, como o documento estratégico de desenvolvimento territorial do município e como tal proponente do correspondente [20] modelo de organização territorial, estabelecendo a título prévio, nomeadamente, a [21] caracterização ou a sua atualização da situação económica, social e biofísica do território a planear.

---

Continua o normativo vigente - que observaremos enquanto conjunto sistémico a bem de uma desejável economia de escrita -, transitando agora para a componente da fundamentação global da iniciativa, impondo que o PDM deva [22] identificar os interesses públicos prosseguidos, justificando os [23] critérios utilizados na sua identificação e hierarquização, e [24] detalhando a harmonização dos vários interesses públicos com expressão territorial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intra e intergeracional na ocupação e utilização do território, [25] assegurando a qualidade de vida e um equilibrado desenvolvimento socioeconómico às gerações presentes e futuras.

Prosseguindo, já em "ambiente" de plano e numa vertente tanto descritiva como prospetiva, o PDM deve identificar [26] as áreas afetas à defesa nacional, à segurança e à proteção civil, [27] os recursos e valores naturais, [28] as áreas perigosas e as áreas de risco, [29] as áreas agrícolas e florestais, [30] as áreas de exploração de recursos energéticos e geológicos, [31] a estrutura ecológica, [32] o património arquitetónico, [33] arqueológico e [34] paisagístico, [35] o sistema urbano, [36] a localização e a distribuição das atividades económicas, [37] as redes de transporte e [38] mobilidade, [39] as redes de infraestruturas e [40] equipamentos coletivos, as redes de [41] estruturas, de [42] infraestruturas e dos [43] sistemas indispensáveis à defesa nacional, e o conjunto dos [44] equipamentos, [45] infraestruturas e [46] sistemas que asseguram a segurança, a proteção civil e a prevenção e minimização de riscos, os [47] sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, as [48] medidas e os [49] limiares mínimos e [50] máximos de utilização que garantem a renovação e a valorização do património natural.

Complementarmente, o PDM deverá garantir em concreto a [51] identificação dos recursos e valores naturais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional, nas vertentes específicas da [52] orla costeira e [53] zonas ribeirinhas, [54] albufeiras de águas públicas, [55] áreas protegidas e as zonas únicas que integram, [56] rede hidrográfica e [57] outros recursos territoriais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, quando aplicáveis.

Segue o RJGT e o Sistema de Gestão complementando a componente do "risco" a prever em plano, impondo ainda mais a [58] identificação e [59] delimitação das áreas perigosas e de risco, [60] desenvolvendo-as e [61] concretizando-as, identificando os [62] elementos vulneráveis para cada risco e estabelecendo as [63] regras e as [64] medidas para a prevenção e minimização de riscos, em função da [65] graduação dos níveis de perigosidade e de acordo com os critérios a estabelecer pelas entidades responsáveis em razão da matéria.

Num outro nível de detalhes, e agora no que concerne às áreas afetas a usos agrícolas, florestais e pecuários a identificar, deverá o PDM concretizar as que sejam e quais sejam as [66] áreas de reserva agrícola, de [67] obras de aproveitamento hidroagrícola e de [68] regime florestal, devendo ainda reconhecer as [69] áreas afetas à exploração de recursos energéticos e [70] geológicos, [71] delimitando e

---

[72] regulamentando aquelas, assegurando a [73] minimização dos impactes ambientais e a [74] compatibilização de usos.

Os Planos Diretores Municipais devem também identificar as [75] áreas, os [76] valores e os [77] sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rústicos e urbanos, designadamente as [78] redes de proteção e valorização ambiental, regionais e municipais, que incluem especificamente as áreas de risco de desequilíbrio ambiental, o que importa uma aferição concreta desta tipologia de espaço.

Continuando num esforço de detalhe que é concordante com o carácter exaustivo que o PDM parece vir a encerrar, o mesmo deve ainda estabelecer os [79] parâmetros e as [80] condições de ocupação e de utilização do solo, assegurando a [81] compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento [82] com os usos produtivos, o recreio e lazer, e o bem-estar das populações.

Da mesma forma, na sequência da identificação de vestígios arqueológicos e conexos com presença no território em causa, deve o mesmo plano municipal descrever os [83] elementos e conjuntos construídos que representem testemunhos da história da ocupação e do uso do território e que por isso assumam interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades, determinando ainda que deve estabelecer as medidas indispensáveis à [84] proteção e à [85] valorização do património [86] arquitetónico, [87] arqueológico e [88] paisagístico, acautelando o [89] uso dos espaços envolventes.

Mantendo a progressão para previsões cada vez menos descritivas e cada vez mais prospetivas, o legislador determina que o PDM deve igualmente estabelecer os [90] parâmetros urbanísticos aplicáveis e a [91] delimitação de zonas de proteção que se tenham por necessárias, no que se deve complementar com o [92] quadro de parâmetros de ocupação e utilização definidos pelos programas e pelos planos territoriais cuja eficácia devam condicionar o respetivo conteúdo, destinados à concretização do modelo do desenvolvimento urbano adotado.

E mais se prossegue, devendo o PDM determinar as [93] condições e os critérios de localização e a [94] distribuição das atividades [95] industriais, [96] turísticas, de [97] comércio e de [98] serviços, e as [99] condições e os [100] critérios e [101] parâmetros de ocupação e de utilização do solo, para os fins relativos à localização e distribuição das atividades económicas.

Conjugando escalas estratégicas e quase-micro-gestionárias, vai o PDM também descrever e fixar as [102] redes rodoviária e [103] ferroviária nacionais, as [104] estradas regionais, os [105] portos e [106] aeroportos, bem como a respetiva [107] articulação com as redes locais de transporte e mobilidade, ao que se juntam as [108] redes de infraestruturas e os [109] equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida, [110] apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à [111] cultura, à [112] educação, à [113] justiça, à [114] saúde, à [115] segurança social, ao [116] desporto e ao [117] lazer, tarefa assessorada pela [118] estratégia de instalação, de conservação e de desenvolvimento das infraestruturas

---

ou equipamentos, considerando as [119] necessidades sociais e culturais da população e as [120] perspectivas de evolução económicas e sociais, umas e outras a identificar expressa e fundamentadamente.

A estes elementos juntam-se os seguintes com um carácter já eminentemente programático e/ou associado à execução do plano, designadamente: [121] A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a [122] definição das respetivas regras de gestão; [123] os critérios para a definição das áreas de cedência e a [124] definição das respetivas regras de gestão, assim como a [125] cedência média para efeitos de perequação; [126] os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão, [127] a especificação qualitativa e [128] quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, [129] bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes; [130] a programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e [131] a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano, [132] identificando, para cada uma destas, os respetivos objetivos e os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor; [133] a identificação de condicionantes de carácter permanente, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como as necessárias à concretização dos planos de emergência de proteção civil de âmbito municipal; [134] a identificação e a [135] delimitação das áreas urbanas, com a [136] definição do sistema urbano municipal e os correspondentes [137] programas na área habitacional, bem como as [138] condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as [139] condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal; [140] a articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis; e [141] o prazo de vigência, [142] o sistema de monitorização e [143] as condições de revisão do plano.

Encerrado este exaustivo, complexo e até por vezes redundante elenco, o RJGT determina enfim qual é o conteúdo documental do PDM, isto é, quais os suportes nos quais toda aquela vasta informação, argumentação e caracterização deverá organizar-se.

E com esse fim em vista fixa imediatamente a obrigatoriedade do [144] "Regulamento" e da [145] "Planta de Ordenamento", esta representando o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas e, ainda, a delimitação das zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais. O que não é uma tarefa fácil para um instrumento visual, que apenas poderá beneficiar dos professos tecnológicos da informática aplicada a geografia para que seja verdadeiramente inteligível. Ao que se junta a [146] "Planta de Condicionantes", pela qual se identifiquem as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

---

E mais refere que o PDM deverá ser acompanhado por outro conjunto de documentos, na forma do [147] "Relatório" - que deverá explicitar a estratégia e modelo de desenvolvimento local, nomeadamente os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais para a sua execução -, o [148] "Relatório Ambiental" - no qual se identifiquem, descrevam e avaliem os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos -, o [149] "Programa de Execução" - contendo, designadamente, as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo -, e o [150] "Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira".

Não bastando, o Plano Diretor Municipal deverá ainda ser guarnecido por [151] "Planta de Enquadramento Regional" - com indicação dos centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação, infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município e indicação dos demais programas e planos territoriais em vigor para a área do município -, [152] "Planta da Situação Existente" - com a ocupação do solo à data da deliberação que determina a elaboração do plano -, [154] "Planta e Relatório" - com a indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano -, [155] "Mapa de ruído", [156] participações" recebidas em sede de discussão pública e respetivo [157] Relatório de Ponderação, e [158] "Ficha" dos dados estatísticos em modelo a disponibilizar pela Direção-Geral do Território.

Tudo dito, e sem prejuízo de alguma redundância introduzida pelo legislador a bem de um melhor detalhe ou explicação dos requisitos pretendidos, estaremos sempre perante uma lista impressionante de condições, requisitos e documentos a cumprir na elaboração de um Plano Diretor Municipal e na manutenção permanente das condições para a sua aplicação, execução e avaliação, tendo em vista, com grande importância sistémica, ponderar os programas, os planos e os projetos com incidência na área "sob planeamento" e assegurar as necessárias compatibilizações.

O que, reiteramos, exigirá no período de aplicação do plano uma significativa capacidade técnica dos serviços municipais competentes, e enfim do cidadão interessado, que deverá em virtude da sua provável agnosia na matéria beneficiar de um esforço de simplificação por parte redatores e dos aprovadores do Plano Diretor Municipal, no sentido da formação de um instrumento simples ou simplificável.

Através da mais recente Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo e do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o legislador pretendeu também intervir de forma categórica na sempre controvertida matéria das relações entre os instrumentos

---

de gestão territorial de diferentes ordens, âmbitos materiais e grandezas geográficas. É mais concretamente, por representar o âmago da questão, a forma como se articulam os planos municipal com os demais que afetam a circunscrição territorial que lhes seja comum.

A este respeito cumpre resumir do normativo, porque ainda a merecer um período de vigência que permita aferir da sua eficácia, que:

- O programa nacional da política de ordenamento do território, os programas setoriais, os programas especiais e os programas regionais traduzem um compromisso recíproco de compatibilização das respetivas opções;
- O programa nacional da política de ordenamento do território, os programas setoriais e os programas especiais prosseguem objetivos de interesse nacional e estabelecem os princípios e as regras que devem ser observados pelos programas regionais;
- A elaboração dos programas setoriais e especiais é condicionada pelas orientações definidas no programa nacional de política de ordenamento do território;
- Os programas regionais prosseguem os objetivos de interesse regional e respeitam o disposto nos programas territoriais de âmbito nacional;
- Os programas regionais definem o quadro estratégico a desenvolver pelos programas e pelos planos intermunicipais e municipais;
- Os programas e os planos intermunicipais, bem como os planos municipais devem assegurar a programação e a concretização das políticas com incidência territorial, que, como tal, estejam assumidas pelos programas territoriais de âmbito nacional e regional;
- Os planos territoriais de âmbito municipal devem atender às orientações definidas nos programas intermunicipais preexistentes;
- A existência de um plano diretor, de um plano de urbanização ou de um plano de pormenor de âmbito intermunicipal exclui a possibilidade de existência, na respetiva área de abrangência, de planos municipais do mesmo tipo, sem prejuízo das regras relativas à dinâmica de planos territoriais;
- O plano diretor municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais;

- Sempre que entre em vigor um programa territorial de âmbito nacional ou regional é obrigatória a alteração ou a atualização dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal, que com ele não sejam conformes ou compatíveis.

E ainda estabelecer:

- A distinção entre programas e planos, com fundamento na diferenciação material entre as intervenções de natureza estratégica da administração central e as intervenções da administração local, de caráter dispositivo e vinculativo dos particulares;
- A introdução de um princípio de prevalência cronológica uniforme, com obrigatoriedade de atualização e adaptação dos instrumentos anteriores;
- A articulação das estratégias de ordenamento territorial, determinadas pela prossecução dos interesses públicos com expressão territorial, impondo ao Estado, às entidades intermunicipais e às autarquias locais, o dever de coordenação das respetivas intervenções em matéria territorial;
- A elaboração, a aprovação, a alteração, a revisão, a execução e a avaliação dos programas e dos planos territoriais obrigando à identificação e à ponderação, nos diversos âmbitos, dos planos, dos programas e dos projetos, designadamente da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam, considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações;
- Um imperativo de atuação coordenada entre entidades da Administração Pública, tendo em vista o desenvolvimento nacional, regional, sub-regional e municipal, comprometendo soluções de compatibilização expedita entre programas e planos territoriais, cuja aprovação e entrada em vigor se sucedam no tempo;
- Que o Estado, os municípios e as associações de municípios têm o dever de promover, de forma articulada entre si, a política de ordenamento do território, garantindo, designadamente o respeito pelas respetivas atribuições, na elaboração dos programas e dos planos territoriais nacionais, regionais, intermunicipais e municipais, o cumprimento dos limites materiais impostos à intervenção dos diversos órgãos e agentes, relativamente ao procedimento de planeamento nacional, regional, intermunicipal e municipal, e a definição, em função das estruturas orgânicas e funcionais, de um modelo de interlocução que permita uma interação coerente em matéria de ordenamento territorial, evitando o concurso de competências.

Ordenar o território não se resume à sua mera descrição ou ao seu planeamento segundo uma visão de neutralidade. É, antes, uma tarefa ativa e essencialmente transformativa do *status quo*, não só quando visa

---

a preservação ou estabilização de situações com presença territorial, mas também quando determina a sua alteração em conformidade com instrumentos de gestão próprios, conhecidos e universais, tendo em vista, *in fine*, o aumento da eficiência no uso e gestão dos recursos disponíveis, e o avanço da qualidade de vida das populações a que importa.

O Plano Diretor Municipal de Redondo virá a ser, certamente, portador das vantagens que o novo enquadramento jurídico possa importar, mantendo presente que as autarquias locais se apresentam em Portugal dotadas de uma extraordinária autonomia na sua ação, e que serem pessoas coletivas de base territorial beneficiam de uma divisão efetiva e material do espaço nacional, que lhes confere exclusividade sobre uma circunscrição expressamente definida, devendo por isso prosseguir, sempre, o melhor interesse das suas populações em paralelo com a realização dos fins constitucionais reservados para o planeamento e ordenamento do território nacional.

### **3. ENQUADRAMENTO EM PLANOS DE NÍVEL SUPERIOR**

#### **3.1. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-A)**

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), originalmente aprovado pela Lei n.º 58/2007 (publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 170, de 4 de Setembro), a qual veio a ser retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007 (publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro), e n.º 103-A/2007, (publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 211, de 2 de Novembro), foi objeto da sua primeira revisão, a qual, com os respetivos relatório e programa de ação, foi aprovada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

O PNPOT aplica-se a todo o território nacional, abrangendo o território historicamente consolidado no continente europeu e os arquipélagos dos Açores e da Madeira, bem como as águas territoriais definidas por lei, sem prejuízo das competências das Regiões Autónomas. O PNPOT é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.

Desta forma, o PNPOT constitui o quadro de referência para o desenvolvimento de um conjunto de instrumentos de gestão territorial que intervêm em domínios temáticos e geográficos mais restritos e que devem desenvolver e concretizar as orientações gerais, nos seus respetivos âmbitos de intervenção, como é o caso dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). Os princípios, objetivos e orientações

consagrados no PNPOT deverão ser desenvolvidos nos vários PROT que, por sua vez, constituem um quadro de referência estratégico para os Planos Diretores Municipais (PDM).

A lei identifica os PROT como instrumentos estratégicos que estabelecem as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios regionais e enquadram não só os planos de nível municipal e as áreas sujeitas a planeamento especial, mas também as grandes intervenções e os investimentos estruturantes a realizar no espaço regional.

O PROT, enquanto instrumento de planeamento de âmbito regional, tem um papel fundamental na coordenação das políticas sectoriais regionais, pelo que a concertação de interesses e objetivos é um fator crítico de sucesso. Esta concertação deverá envolver diretamente as Autarquias Locais, dado que é em sede de planeamento municipal que se concretizarão grande parte das opções do PROT.

O PROT Alentejo (PROT-A) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, no Diário da República, 1.ª série, n.º 148, de 2 de Agosto entretanto retificada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, 1.ª série, n.º 192, de 1 de Outubro.

### **3.1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**

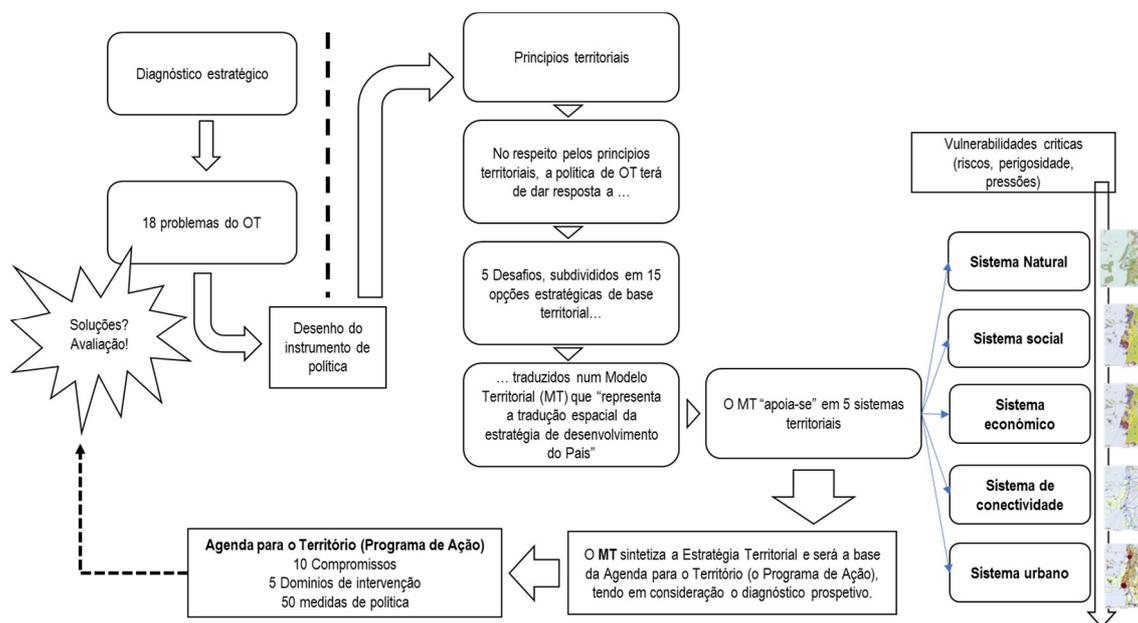
Ao contrário da versão anterior do PNPOT, a resultante da sua revisão é muito parca na concretização a escalas maiores (regional e local) dos seus resultados de diagnóstico estratégico e das suas recomendações, deixando-se ao leitor uma interpretação casuística baseada na observação de algumas infografias ou cartogramas ilustrativos dos grandes desafios, sistemas e domínios de intervenção que estruturam o documento. Deste modo, apesar de se manterem válidas as conclusões relativas ao processo de urbanização em Portugal, emanadas das análises efetuadas na anterior versão do PNPOT, não existem agora referências particulares à rede urbana do Alentejo, e ainda menos em termos de enquadramento do papel do centro urbano do Redondo na estruturação dessa rede a nível regional. De qualquer modo, tendo em conta os quantitativos populacionais e as tendências da demografia, resulta claro nos já referidos cartogramas, que esse papel é muito diminuto e não apresenta relevante potencial estruturador num contexto intermunicipal.

Dada a complexidade do documento, onde por vezes surgem desconformidades conceptuais e de conteúdo<sup>2</sup> que não ajudam à clarificação da sua estruturação lógica e procedimental, ensaiámos o esquema seguinte, na tentativa de contribuirmos para essa mesma clarificação.

---

<sup>2</sup> Por exemplo, na página 58 diz-se que “O Modelo Territorial apoia -se em cinco sistemas territoriais fundamentais — o Sistema Natural, o Sistema Urbano, o Sistema Social, o Sistema Económico e o Sistema de Conetividade — e identifica, num quadro prospetivo, os territórios especialmente vulneráveis às mudanças críticas, que importam contrariar.” Mas, Já na p. 72, afirma-se que “A definição do Modelo

Figura 2 - Esquema de articulação dos conteúdos e produtos do PNPOT (conteúdos e processos com formalizações diferenciadas)



Fonte: elaboração própria

O diagnóstico estratégico do PNPOT resultou na identificação de 18 problemas, os quais se enunciam:

1. Riscos e alterações climáticas
2. Degradação e perda de recursos naturais
3. Ineficiente utilização dos recursos e produtos
4. Ineficiência energética e intensidade carbónica na economia e na mobilidade
5. Envelhecimento e abandono de territórios
6. Falhas no acesso à habitação
7. Insuficiente planeamento e permanência de áreas urbanas desqualificadas
8. Desperdício de solo urbanizado e infraestruturado
9. Desajustes entre oferta e procura de serviços públicos
10. Bolsas de pobreza, de segregação e exclusão social
11. Desajustes no sistema de transportes
12. Assimetrias territoriais no acesso e uso das novas tecnologias

Territorial baseia -se em quatro sistemas territoriais fundamentais — o sistema natural, o sistema urbano, o sistema socioeconómico e o sistema de conectividade — e identifica os territórios especialmente vulneráveis às mudanças críticas em diferentes dimensões (...). Significa isto, apenas, que “economia” e “sociedade” foram agrupados num “sistema socioeconómico”? Tal não está conforme com a formulação, já no âmbito do plano de ação, dos domínios de enquadramento das medidas de política.

13. Assimetrias inter-regionais do tecido económico com falhas de produtividade e inovação
14. Territórios de baixa atratividade socioeconómica
15. Défice de racionalidade territorial no investimento público
16. Défices de produção e constrangimentos à disponibilização de informação
17. Insuficiente cultura de cooperação e de trabalho em rede
18. Défice de uma cultura do território

Estes 18 problemas de ordenamento, os quais cobrem um conjunto alargado, sobretudo dos âmbitos económico, social e do ambiente natural, justificaram a formulação de um conjunto de princípios (territoriais) que ajudam a balizar, em termos mais operacionais, um leque de 5 desafios (também territoriais) que acolhem um outro conjunto 15 opções estratégicas, as quais, com um carácter mais específico servirão depois para organizar o conseqüente Plano de Ação. Isto é, os princípios territoriais estabelecem as linhas mestras de estruturação das grandes áreas de intervenção do PNPOT. Esses princípios, de acordo com a nossa interpretação, referem-se a:

- 1) Governança territorial – o motor da articulação institucional por via da cooperação entre diferentes níveis de governo e planos ou segmentos de atores e agentes;
- 2) organização territorial – em ligação com o princípio anterior, acolhe as estratégias e necessidades de estabelecimento de parcerias e associações, a diferentes escalas, mas tendo sempre por objetivo a racionalidade e a sustentabilidade de mobilização e aproveitamento de recursos;
- 3) diversidade e especificidade dos territórios – obviamente que a diversidade se baseia no encontro de diferenças, ou seja, do que é específico de cada um desses territórios; aqui a ideia é a de, em contextos territoriais mais marginalizados, promover o aproveitamento das potencialidades locais;
- 4) solidariedade e equidade territoriais – trata-se de gerar políticas que ajudem os processos de coesão territorial, a qual deve ser entendida, quanto a nós, como o apetrechamento dos territórios de capacidades equilibradas que garantam a captação de investimento em tendencial igualdade de oportunidades entre eles;
- 5) sustentabilidade de utilização dos recursos – combate ao desperdício, promoção da racionalidade e eficiência (cumprimento de objetivos com parcimónia financeira), descarbonização e promoção da economia verde e circular;
- 6) abordagens territoriais integradas – concretizando intervenções (derivadas de estratégias e políticas bem concebidas) que contribuam para a coesão territorial (potenciar ativos locais e regionais e a capacitação institucional).

Tendo por base os princípios acima enunciados, foram definidos 5 desafios territoriais, os quais, como também já se referiu, acolhem um conjunto de 15 opções estratégicas, assim denominadas mas que, na realidade, acabam por ser desígnios operacionais traduzíveis em objetivos e quantificáveis em metas. Isto

---

é, de facto não se percebe a necessidade de se terem introduzido mais níveis de intermediação entre estas opções, o modelo territorial resultante e a estruturação do plano de ação, com os seus compromissos territoriais e domínios de intervenção que acolhem as medidas de política. De facto, aquilo que pode ser entendido como uma riqueza de coerência é, quanto a nós, uma redundância desnecessária, de forte carácter gerundial e aspectual que pouco acrescenta à compreensão do programa de política. Iremos tentar sintetizar o conteúdo de cada um dos desafios e opção estratégica:

1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável
  - 1.1. Valorizar o capital natural
  - 1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
  - 1.3. Aumentar a resiliência socioecológica

Assumem-se os serviços dos ecossistemas como fulcrais para o desenvolvimento, com destaque para alguns recursos como a água, o solo e a biodiversidade. Introduce-se o conceito de “metabolismo urbano”, analogia organicista que pretende traduzir a preocupação com o consumo e a reciclagem, os fluxos e o desperdício. Sendo Portugal um dos países europeus mais expostos aos efeitos negativos das alterações climáticas, interessa promover um ordenamento que promova os bons princípios da prevenção e combata os maus modelos de florestação, de uso do solo em geral e da urbanização difusa e dispersa, em particular.

2. Promover um sistema urbano policêntrico
  - 2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e competitividade externa
  - 2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural -urbana como fator de coesão interna
  - 2.3. Promover a qualidade urbana

Um sistema urbano de tipo policêntrico será mais equilibrado e contribuirá para contrariar os malefícios da polarização, ajudando a uma maior equidade territorial. Chama-se a atenção para a necessidade de criar mais cidades portuguesas com dimensão europeia. Presume-se que essa dimensão se poderá obter a partir do aumento dos níveis de cooperação e complementaridade e não da concentração e densificação espacial. Deste modo, “num cenário de perda demográfica e envelhecimento da população, a cooperação interurbana e rural-urbana pode promover as regiões economicamente mais frágeis, fortalecer a sua resiliência e fomentar padrões de produção e consumo mais sustentáveis, robustecendo as economias de escala necessárias” (PNPOT, 2019: 37 e 38). Também as iniciativas de revitalização urbana e de atividades económicas se incluem neste desafio.

3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial

3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral

3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização

3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço

Trata-se de reduzir a pobreza e aumentar a igualdade de oportunidades e direitos, não só dos cidadãos, mas também, por exemplo, das comunidades imigrantes, num contexto em que apesar de a segmentação social se manifestar com perfis e intensidades espacialmente diferenciados, os contrastes serem mais vincados nas áreas urbanas. “Nas regiões menos desenvolvidas, as (...) infraestruturas empresariais e tecnológicas ligadas à agricultura, à floresta, ao turismo, às energias renováveis, aos recursos natural, arquitetónico, cultural artístico (incluindo as artes e os ofícios tradicionais) e paisagístico precisam de estar conectadas com os principais centros de decisão e inovação” (PNPOT, 2019: 44). Cabem também neste desafio as iniciativas de promoção do desenvolvimento das regiões de fronteira.

4. Reforçar a conectividade interna e externa

4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica

4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade

4.3. Dinamizar as redes digitais

Ultrapassada a fase da provisão de serviços básicos de saneamento, de recolha e tratamento de resíduos e de abastecimento de energia, importa agora promover maiores níveis de otimização e eficiência na sua prestação e funcionamento. A gestão das bacias hidrográficas e das áreas protegidas, nomeadamente todas as de âmbito transfronteiriço, será também uma prioridade. Cabem também neste desafio as questões da acessibilidade e da mobilidade intra e internacional, desde o sistema aeroportuário ao rodoviário, passando pelo portuário e ferroviário. Neste âmbito das comunicações, interessará também prosseguir o esforço de modernização das redes digitais e de telecomunicações.

5. Promover a governança territorial

5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível

5.2. Promover redes colaborativas de base territorial

5.3. Aumentar a Cultura Territorial

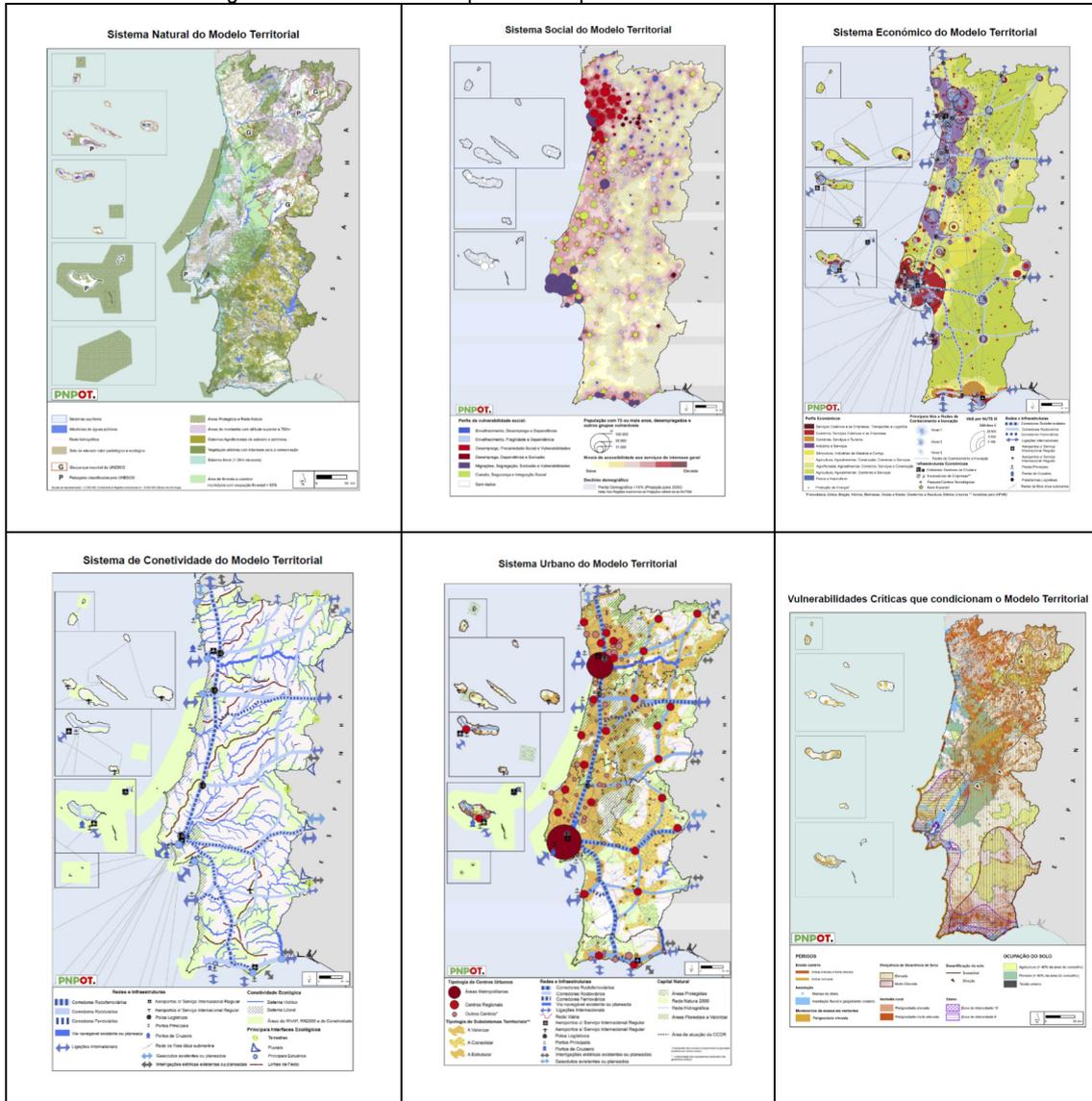
O ordenamento do território enquanto desígnio de desenvolvimento do País merecedor de uma nova educação e cultura (informação, conhecimento, valores, comportamentos) que passa pela capacitação institucional, pela governação colaborativa e pela melhoria das próprias práticas de planeamento e de monitorização e avaliação. A descentralização das funções do Estado pode ser suportada por um fortalecimento do poder autárquico municipal e a legitimação democrática de novos níveis supramunicipais e regionais. Mais concretamente, pretende-se reforçar o papel dos Grupos de Ação Local (GAL engajados nas iniciativas LEADER e importantes agentes de desenvolvimento local) e continuar a consolidação das Comunidades Intermunicipais (CIM).

Por fim, é definido um Modelo Territorial para o País (esquema de organização do espaço nacional) ancorado em cinco sistemas interdependentes e que sinteticamente correspondem aos temas do ambiente natural, da economia, da sociedade, da conectividade e da rede urbana. Estes sistemas são intermediados pelo elenco de perigosidades, riscos e vulnerabilidades, sobretudo de ordem natural, que acabam por se constituir como condicionantes ao seu desenvolvimento (“mudanças críticas que importam contrariar”, (PNPOT, 2019: 58)).

Muito resumidamente, considerando os padrões de diferenciação territorial, apresenta-se:

- 1) um **sistema natural** de grande potencial e com elevados níveis de proteção cobrindo, em diferentes “tonalidades” ou naturezas uma grande parte do País;
- 2) um **sistema social** que põe em evidência uma dicotomia norte – sul, entre a maior incidência do desemprego e os fenómenos de desintegração e exclusão social, entre outras vulnerabilidades mais típicas das maiores densidades urbanas, e uma outra dicotomia litoral – interior, sobretudo organizada em torno do envelhecimento e da marginalização pela maior dificuldade de acesso aos serviços públicos;
- 3) um **sistema económico** que diferencia áreas litorais de maior concentração de serviços de maior valor acrescentado, de indústria e de atividades turísticas, em oposição a um extenso mundo rural de agricultura e floresta, apesar de tudo pontuado por alguns centros geradores de conhecimento e inovação;

Figura 3 – Sistemas interdependentes que enformam o Modelo Territorial

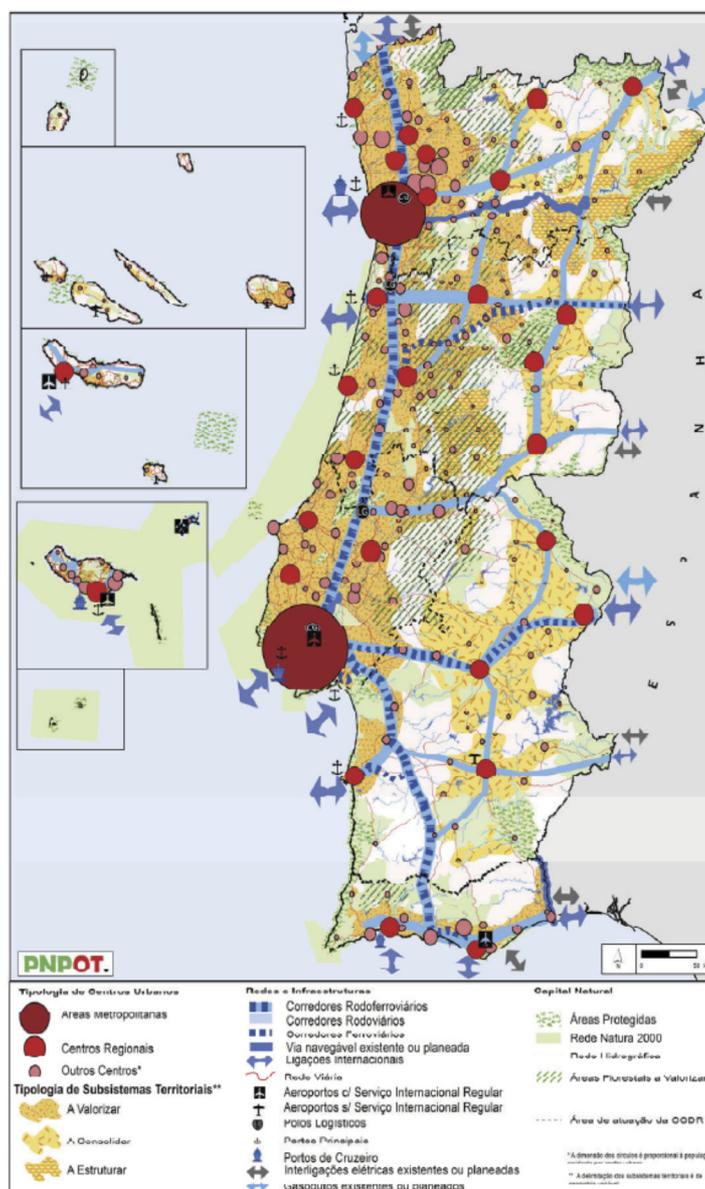


Fonte: PNPOT, 2019

- 4) um **sistema de conectividades** cobrindo todos os modos de transporte, particularmente com um elevado grau de infraestruturização em rodovias e fraca densidade de ligações ferroviárias, problemas de ajustamento aeroportuário e razoável rede de portos marítimos;
- 5) um **sistema urbano** que se pretende policêntrico dominado por duas áreas metropolitanas de compactação diferenciada, também constituído por um conjunto de centros regionais que estruturam outros níveis hierárquicos de mais reduzida dimensão, mas mais próximos das populações e do poder local;

- 6) por fim, como já se referiu, a intermediar os sistemas descritos, regista-se um conjunto alargado de **vulnerabilidades** onde se destacam: i) os riscos de seca na quase totalidade do interior do País, mas com maior gravidade na sua parte sul; ii) os riscos de incêndio, naturalmente nas áreas de maior densidade florestal e com ocupação maioritária por espécies alóctones; iii) os riscos de instabilidade de vertentes nas áreas de relevo mais acidentado; iv) a perigosidade sísmica, mais incidente no litoral a sul de Peniche, mas com maior gravidade, *grosso modo*, no litoral algarvio.

Figura 4 – Modelo Territorial do PNPOT



Fonte: PNPOT, 2019

O Modelo Territorial acaba por corresponder, em termos gerais, à sobreposição ponderada dos vários sistemas descritos, agora com uma indicação operacional relativa às intervenções a efetuar sobre algumas áreas do País, agora designadas por “subsistemas territoriais”. Assim, tipificam-se i) áreas a **valorizar**, com maior expressão, no Continente, na sua parte litoral; ii) áreas a **consolidar**, correspondentes a alguns “eixos” definidos por relações de tipo mais urbano, tais como, genericamente, Chaves-Vila Real, Bragança-Mirandela, Guarda-Castelo Branco, Portalegre-Évora e Beja-Almodôvar; iii) áreas a **estruturar**, mais salientes no Alto Douro e ao longo do Douro internacional e também numa grande parte do Pinhal Interior.

A estruturação e apresentação do Plano de Ação (articulado de compromissos para o território e de 50 medidas de política organizadas por domínios), é no final rematado por uma análise de coerência tendo por referência a relação entre as medidas de política e os sistemas de enquadramento e conceção do Modelo Territorial, seguindo um esquema expositivo baseado na identificação de efeitos esperados diretos de cada medida considerada como de articulação forte com cada um dos mesmos sistemas e de efeitos indiretos, nesses ou nos restantes casos, consoante a apreciação técnica.

Com alguma simplificação, mas de forma mais resumida e analítica em resultado da nossa apreciação e esforço de síntese, tentando reproduzir, mas não repetir, o que está no documento do PNPO, o Plano de Ação estrutura-se do modo seguinte:

### **D1 Domínio Natural**

Inserção dos recursos naturais escassos (água, solo, diversidade biológica e mineral) nas prioridades de ordenamento, juntamente com a valorização do litoral e da paisagem e a revitalização de áreas urbanas e dos territórios florestais, tudo coordenado pela prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas.

### **D2 Domínio Social**

Medidas destinadas a combater a perda populacional e os malefícios do envelhecimento e a melhorar a qualidade de funcionamento e de acesso aos serviços públicos, nomeadamente a justiça e a saúde, e à habitação. A inovação social, a qualificação dos recursos humanos e a inclusão e a igualdade de oportunidades, juntamente com a valorização do património cultural e das artes, são também objeto de medidas de política.

### **D3 Domínio Económico**

Medidas destinadas ao reforço da internacionalização e atração de investimento externo, a melhorar o comércio e serviços e a promover a economia do mar e a economia circular. O desenvolvimento rural, incluindo uma agricultura e silvicultura mais competitivas, é também uma prioridade, do mesmo modo que as ações tendentes à melhoria das qualificações em geral (com combate à precariedade contratual) e dos ambientes de inovação. Pretende-se também promover uma reindustrialização de última geração, bem

como a valorização dos ativos patrimoniais, nomeadamente daqueles, entre outros, que também são estratégicos para o turismo.

#### **D4 Domínio da Conetividade**

Conjunto de medidas preferencialmente viradas para algumas componentes do sistema de transportes, desde a gestão às infraestruturas, considerando os seus vários modos e escalas de conexão. Também se consideram dois outros domínios de investimento, tais como o ambiental e energético (redes e continuidades) e o das tecnologias de comunicação (conexão digital internacional e geração 5G).

#### **D5 Domínio da Governança Territorial**

Este conjunto de medidas de política pode subdividir-se em três subconjuntos: i) um, de carácter mais funcional, tendente a aprofundar as articulações intra e interurbanas e com as suas áreas rurais imediatas; ii) outro, de carácter mais cultural, mas também operacional, de fomento da informação geográfica e concomitante conhecimento e cultura territorial, indutores de maior cooperação, incluindo a transfronteiriça; iii) um terceiro, mais estrutural e baseado no reforço das abordagens integradas de base territorial, com descentralização e desconcentração, ou seja, com melhor governança multinível.

\*\*\*

Por último, o PNPT enumera um conjunto de diretrizes, de coordenação e de conteúdo, a ter em conta pelos vários planos territoriais dos quais apenas iremos agora reter as relativas aos Planos Diretores Municipais (PDM).

De um modo geral, a linguagem adotada é, em parte como seria de esperar, de carga demasiadamente política, havendo alguma redundância e repetição (por exemplo, “estar apto e ter condições para...”, significa o mesmo) ou mesmo a falta de concretização do discurso através da apresentação de alguns exemplos. Insere-se também nesta última observação a utilização de conceitos novos que não têm a devida definição e explicação. Estão nesta categoria, por exemplo, os conceitos de “cultura territorial” e o de “regime económico de uso do solo”. O primeiro surge associado ao conceito de “cultura de ordenamento do território”, presumindo-se que para além das questões de boa cidadania seja também algo relacionado, ou com o conceito de “identidade territorial”, ou apenas com a capacidade de coligir, estruturar e analisar informação geográfica. O segundo, mencionado uma única vez, não apresenta quaisquer relações discursivas, não se esclarecendo que regime é esse e quem o define, definiu ou definirá.

Em síntese, as diretrizes para a elaboração dos PDM são demasiado vagas e de forte carga desejosa, faltando-lhes suficiente clareza de concretização prática. Por exemplo, uma ideia basilar que perpassa o discurso é a de que o PDM tem de ser mais estratégico e menos regulamentar. Esta ideia, aparentemente simples, transporta em si uma filosofia de intervenção para a gestão que obriga a drenar esse conteúdo regulamentar para outros instrumentos de planeamento de maior escala (planos de urbanização e de

---

pormenor) ou para outros instrumentos de regulação municipal não diretamente associados a planos. Isto é, sem regras não há gestão, ou dito de outro modo, não é com orientações estratégicas que se justificam a atribuição ou a anulação de direitos e obrigações, sobretudo quando se trata de um contexto de agência que envolve inúmeros interesses, muitas vezes antagónicos. Ora, essa transferência, corresponde à velha discussão sobre se o PDM deve ser o grande instrumento regulador para todo o território municipal, operacionalizando assim, inclusive, as próprias metodologias de justiça peregativa, ou se, pelo contrário, esse mesmo território municipal deve ser sectorizado por inúmeros instrumentos de intervenção em áreas mais restritas do território municipal, com as suas regras específicas ajustadas a uma realidade mais detalhada que pode mesmo descer à escala das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.

O PDM enquanto repositório do planeamento municipal e de carácter regulador e inflexível do ponto de vista das regras, não é, quanto a nós, um problema. O problema está na falta de adaptação dos PDM às realidades em mutação, para o bem e para o mal, sendo que isto apenas acontece, não porque o atual ambiente tecnológico não o permita, mas sim porque as próprias regras de política que enquadram a sua vigência não são flexíveis nem adaptativas, sendo sim mutáveis e transformativas, por vezes sem qualquer sentido de oportunidade e coerência. Veja-se, por exemplo, o que se passa no capítulo das exigências cartográficas ou nas sucessivas alterações às eufemísticas recomendações de aplicação dos critérios de delimitação da Reserva Ecológica Nacional, já para não falar da inconstitucionalidade de algumas regras de definição de critérios de acesso a oportunidades de negócio, como no caso dos empreendimentos turísticos, acompanhados e sancionados por organismos públicos.

Deste ponto de vista, é sintomático que apesar de o PNPOT dedicar todo um domínio de intervenções à governança territorial, depois ser omisso nas diretrizes para os PDM relativas a este aspeto. De facto, apesar de a responsabilidade de elaboração desse plano ser do município, a verdade é que contribuem para o sucesso dessa elaboração inúmeras entidades dos mais variados níveis da administração, incluindo a territorializada, e nesse âmbito é mesmo necessário proceder à introdução de mecanismos de governança (procedimentos, por exemplo) que agilizem processos (tramitações, por exemplo), com especial incidência nos de tomada de decisão (repartição e definição criteriosa de responsabilidades, por exemplo). É certo que isto tem vindo a melhorar, mas ainda há muito espaço de atuação que merece ser utilizado em prol da eficiência e da transparência.

### **3.1.2. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT-A)**

O PROT-A aplica-se a 47 concelhos que integram o Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo.

Grande parte das medidas prioritárias do PNPOT, tinham como horizonte temporal o ano de 2013 porém, só três anos após a entrada em vigor do PNPOT, foi aprovado e publicado o PROT-A em 2010, que

---

absorveu as orientações supervenientes deste e que visa concretizar, à escala regional do Alentejo, as orientações supervenientes, bem como clarificar, através de medidas práticas, as orientações nacionais do PNPOT. Neste intervalo temporal de três anos entre o PNPOT e o PROT-A, terá havido alguma estagnação na implementação das medidas prioritárias do PNPOT.

O PROT-A assenta em quatro grandes opções estratégicas, que valorizam os seguintes aspetos:

- 1 – O desenvolvimento da plataforma portuária de Sines;
- 2 – A concretização da linha de alta velocidade ferroviária entre Lisboa e Madrid e da linha convencional de mercadorias Sines – Évora – Elvas/Caia – Badajoz – Madrid;
- 3 – O aproveitamento da envolvente de Alqueva;
- 4 – A relação com Área Metropolitana de Lisboa (AML), reforçada pela localização do novo aeroporto de Lisboa;
- 5 – O reforço da complementaridade dos centros urbanos que permitirá o crescimento da competitividade e da coesão territorial do Alentejo, considerando como polos estruturantes Évora, Beja, Portalegre, Sines – Santiago do Cacém – Santo André e Elvas – Campo Maior;
- 6 – Promoção da produção de energia elétrica limpa, sem emissões de CO<sub>2</sub>, fomentando a instalação de unidades centralizadas e descentralizadas de microgeração de energia elétrica e térmica, baseadas em fontes renováveis;
- 7 – O Litoral Alentejano, articulando as suas potencialidades de destino turístico de excelência e de atração de projetos estruturantes;
- 8 – O aeroporto de Beja, que abrirá caminho a novos processos de internacionalização da região;
- 9 – O solo rural, assumindo-o como o suporte das atividades diretamente relacionadas com o aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, regendo-se por princípios gerais de contenção da edificação isolada e do parcelamento da propriedade, pela racionalização das infraestruturas e pelo fomento à reabilitação do existente.

Considerando que o 2.º e 4.º aspetos sofreram retrocessos por decisão da Administração Central, dever-se-á dar destaque aos aspetos que a curto e médio prazo, tenham implicações para o concelho de Redondo e que seguidamente se passam a enunciar.

### 3.1.3. *O PROT Alentejo e o papel de Redondo no seu Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT)*

Os PROT têm como funções principais: definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional; promover no plano regional, a integração das políticas sectoriais e ambientais no ordenamento do território e a coordenação das intervenções; e formular orientações para a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

O poder transformador e as potencialidades dos PROT são significativamente ampliados pela articulação com a revisão dos Planos Diretores Municipais (PDM). Face a uma nova geração de PDM, que se pretendem mais estratégicos, os PROT devem fornecer um quadro de referência estratégica de longo prazo que permita aos municípios estabelecerem as suas opções de desenvolvimento e definirem regras de gestão territorial, compatíveis com o modelo consagrado para a região.

Atualmente com já com nove anos de vigência, o PROT-A, foi no mesmo ano da sua publicação, adaptado ao PDM de Redondo. Como linhas mestras a reter no âmbito da presente Revisão do PDMR, o PROT-A define quanto à estratégia do sistema urbano previsto inicialmente no PNPO, que o Redondo faz parte da rede de centros urbanos complementares, mas surge isolado entre um sistema organizado por Évora e mais polarizado na direção da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e um outro organizado em torno de Estremoz correspondendo a um agrupamento de centros urbanos complementares mais especializados na indústria extrativa de rochas ornamentais.

Quanto à proposta de Modelo Territorial Regional, o PROT-A visa a concretização do seguinte para a região (Modelo e Sistemas Territoriais, Modelo Territorial Regional):

Em primeiro lugar, o Modelo Territorial sublinha o posicionamento da região Alentejo no contexto das relações inter-regionais no espaço nacional e, particularmente, no contexto das relações económicas entre Portugal e Espanha e o restante espaço europeu – enfatizando, de forma particular, **a função primordial do corredor central — inserido no eixo Lisboa-Madrid** — como espaço fundamental de intermediação entre a região metropolitana de Lisboa e o espaço económico de Espanha, bem como o corredor Sines-Badajoz como eixo de conectividade do principal porto internacional português ao território espanhol.

Um segundo aspeto que é sublinhado e valorizado pelo Modelo Territorial diz respeito ao papel dos **centros urbanos** e, principalmente, dos centros urbanos de dimensão regional — os Centros Urbanos Regionais (CUR) — como espaços determinantes do desenvolvimento económico regional, da coesão territorial e da sustentabilidade económica e social das zonas rurais de mais baixa densidade – É dada particular relevância à função estratégica e estruturante dos cinco principais centros urbanos e económicos de âmbito regional — Évora, Portalegre, Beja, Elvas -

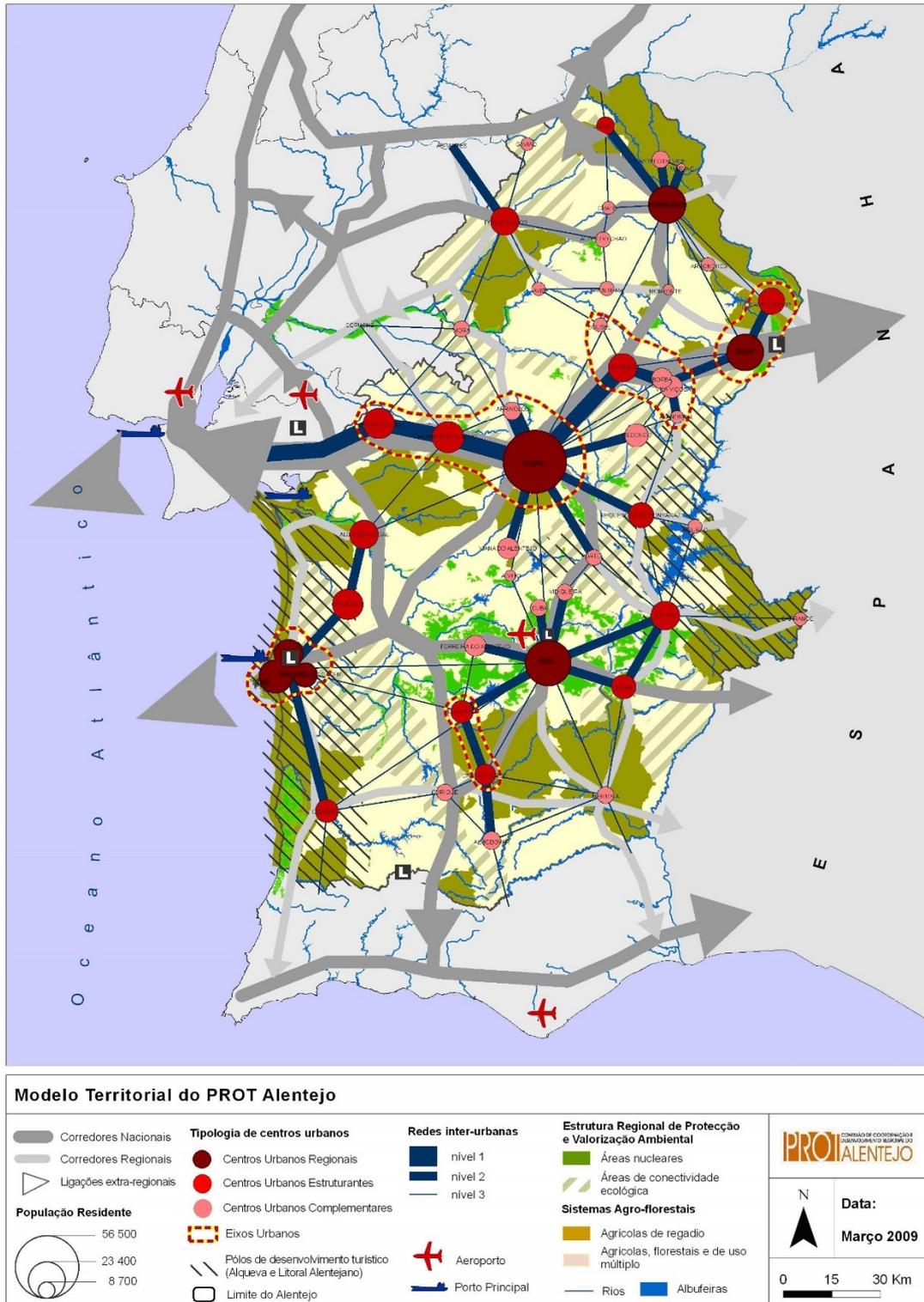
---

Campo Maior, Sines-Santiago do Cacém-Santo André — na constituição de uma rede de centros de desenvolvimento de dimensão regional, apoiando a emergência de ambientes urbanos favoráveis à inovação social e económica e afirmando a sua função polarizadora ao nível sub-regional e com capacidade de afirmação no contexto nacional e transfronteiriço. Ainda nesta perspetiva, o Modelo Territorial também destaca a função dos centros urbanos locais — **sedes concelhias** — no suporte da coesão territorial e na constituição de polos de desenvolvimento social e de atividades económicas de âmbito local (atividades económicas em espaços de baixa densidade) e de pequenas economias de natureza residencial. Numa escala intermunicipal, o Modelo do PROT preconiza uma proposta de sistema urbano policêntrico assente num conjunto de subsistemas urbanos regionais e em eixos urbanos de proximidade, com base em parcerias de âmbito urbano-rural e em cooperações estratégicas interurbanas. Por outro lado, o policentrismo organiza-se em torno de uma tipologia hierárquica de centros urbanos — centros urbanos regionais, centros urbanos estruturantes e centros urbanos complementares — com funcionalidades diferenciadas.

Em suma, como proposta de Modelo Territorial Regional do PROT-A, com repercussões diretas sobre o concelho de Redondo e o seu PDM, poder-se-á concluir o seguinte:

Em termos de modelo rural e embora as **atividades agrícolas e florestais** registem uma tendência regressiva na estrutura económica regional, o padrão produtivo da economia alentejana conserva, ainda hoje, a sua singularidade no quadro da economia nacional, através da sua elevada especialização na produção agroflorestral e, também, na produção extrativa, mantendo, assim, uma profunda ligação à terra e aos recursos naturais. O Modelo Territorial do PROT-A traduz de forma expressiva a importância territorial desta componente da economia regional, destacando, por um lado, o papel estruturante das fileiras agroflorestais, nomeadamente no que se refere à exploração e valorização do sistema de exploração de povoamentos de azinheira e sobreiro em montado e da indústria da cortiça, e, por outro lado, o potencial de modernização do modelo agrícola associado à expansão das áreas de regadio e à valorização das áreas de produção do olival e da vinha, assim e em consonância com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROFAC):

Figura 5 – Modelo territorial do PROT-Alentejo



Fonte: PROT-A (Mapa 1 – Modelo Territorial)

Em concreto, o PROT-A estabelece as seguintes **Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)** que importarão mobilizar para o desenvolvimento do concelho de Redondo:

Quadro 1 - Eixos e Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) do PROT-Alentejo

Eixos Estratégicos	Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)	Excerto do conteúdo da RCM
Eixo Estratégico I — Integração Territorial e Abertura ao Exterior	OEBT I.1 — Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a competitividade das redes de infra -estruturas de transporte e promovendo a constituição de um Sistema Regional de Logística Empresarial, por forma a dotar a região de condições de elevada qualidade de atração de empresas e de desenvolvimento empresarial.	“Ao nível dos eixos rodoviários de ligação do Alentejo com o território nacional envolvente, revela -se de importância regional, no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, a constituição do corredor rodoviário do Litoral Alentejano, a construção dos troços em falta no IP2, a infra -estruturação completa do corredor de ligação interior do Baixo Alentejo ao Algarve (IC27), bem como a qualificação das ligações à Lezíria do Tejo (através do IC13) e ao Médio Tejo (através do IC9).” (RCM, 2971)
	OEBT I.2 — Promover a internacionalização da região, através da consolidação da conectividade urbana externa, do desenvolvimento de serviços avançados e de uma aposta urbana diferenciadora.	“Isso passa pela promoção do potencial locativo do litoral e dos centros urbanos mais atrativos, de forma a assegurar a instalação de atividades especializadas de retaguarda a funções avançadas sedeadas na área metropolitana e a potenciar o desenvolvimento urbano de serviços avançados relacionados com especializações emergentes ao nível de “atividades transacionáveis” — energias renováveis, aeronáutica, cultura e turismo.” (RCM, 2972)
	OEBT I.3 — Afirmar em termos europeus e internacionais os recursos naturais e a paisagem, em prol de uma maior integração territorial e de uma estratégia de construção de redes.	“Os sistemas culturais tradicionais do Alentejo têm como base as espécies características do clima mediterrânico, sobretudo o sobro (o Alentejo é o maior produtor mundial de cortiça) e o azinho explorados em sistema de montado” (RCM, 2973)
Eixo Estratégico II — Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural	OEBT II.1 — Cumprir as metas ambientais, garantindo a manutenção e valorização da biodiversidade através de uma integração sólida entre a gestão dos sistemas naturais, em especial nas áreas classificadas para a conservação da natureza, e as oportunidades que se oferecem às atividades produtivas.	“é crucial assegurar a estrutura e a dinâmica dos ecossistemas a fim de beneficiar dos serviços que estes providenciam, nomeadamente, na alimentação (agricultura), no controlo da erosão, na manutenção do ciclo hidrológico e nos serviços culturais (turismo).” (RCM, 2973)
	OEBT II.2 — Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais	“A gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais, (...) incidirá na conservação dos valores naturais e paisagísticos associados ao espaço rural e na valorização das externalidades positivas criadas pelos sistemas agro- florestais, bem como na otimização da utilização dos recursos naturais com vista à durabilidade dos sistemas.” (RCM, 2974)
	OEBT II.3 — Prevenir os fatores e as situações de riscos naturais e tecnológicos e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos impactes e controlar e mitigar os processos associados à desertificação.	“Uma abordagem de gestão de riscos, (...) exige (...) o desenvolvimento de uma estratégia integrando as diversas situações de risco, tendo em conta os meios necessários e a capacidade de intervenção, e implicará a definição de planos de emergência

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Eixos Estratégicos	Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)	Excerto do conteúdo da RCM
		distritais e supra-distritais a adotar pelas diversas entidades públicas e privadas.” (RCM, 2974)
	OEBT II.4 — Assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos, incluindo a proteção da rede hidrográfica e dos aquíferos e uma política de uso eficiente da água	“promover o uso eficiente da água na Região, nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico (...). Neste âmbito, deverão ser desenvolvidos esforços com vista à redução de perdas, com destaque para as originadas por fugas nos sistemas públicos de abastecimento de água, para 15 % (...). Deve ainda ser considerada a reutilização das águas residuais tratadas para usos secundários (ex: rega) e os sistemas alternativos de abastecimento de água (cisternas, sistemas de pequena escala).” (RCM, 2975)
	OEBT II.5 — Valorizar e ordenar o Litoral potenciando o seu valor ambiental e económico à escala regional e nacional	Não se aplica ao Redondo
	OEBT II.6 — Assegurar uma gestão eficaz dos resíduos no que se refere à reciclagem multimaterial, valorização orgânica, incineração, com recuperação de energia, e confinamento técnico.	“cumprimento das metas comunitárias em matéria de reciclagem e valorização para fluxos específicos de resíduos” (RCM, 2976)
Eixo Estratégico III — Diversificação e Qualificação da Base Económica Regional	OEBT III.1 — Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos ampliando e qualificando as respetivas cadeias de valor, e consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas emergentes diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional. OEBT III.1.1 — Sectores tradicionais OEBT III.1.2 — Atividades estratégicas emergentes	“A agricultura, a pecuária e floresta têm um papel relevante nas cadeias de valor da região” (RCM, 2976) “O turismo assume-se como uma atividade económica de importância crescente a nível regional, sendo um sector em que a Região pode crescer significativamente no futuro próximo.” (RCM, 2977)
	OEBT III.2 — Desenvolver o modelo de produção agro -florestal e agro -industrial com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis, promovendo a diversificação e valorização das produções e tornando operativa a multifuncionalidade dos sistemas agro-silvo-pastoris e do património agrícola e rural.	“Na Região, identificam-se como fileiras estratégicas no âmbito dos sistemas agrícolas: o olival e o azeite, a vinha e o vinho, as frutícolas, as hortícolas, os produtos de qualidade da pecuária extensiva e outros produtos de qualidade diferenciada (incluindo a agricultura biológica); e no âmbito dos sistemas florestais: o sistema de montado e a cortiça, o pinhão e a caça.” (RCM, 2978)
	OEBT III.3 — Aumentar a atratividade das áreas rurais, com base na multifuncionalidade da agricultura e na melhoria global da qualidade de vida	“A estratégia de revitalização económica e social das zonas rurais deverá ser concretizada através de objetivos específicos, tais como: implementação de serviços de proximidade; dinamização e diversificação da atividade económica e do emprego em meio rural; desenvolvimento de competências nas zonas rurais e promoção do reforço da coesão territorial e social.” (RCM, 2979)
	OEBT III.4 — Consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada e ajustada às características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de	“A qualidade e a diversidade dos atrativos patrimoniais permitem que no Alentejo se possa desenvolver um turismo orientado para as mais variadas vertentes, com especial vocação para as formas menos convencionais e massificadas,

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Eixos Estratégicos	Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)	Excerto do conteúdo da RCM
	produtos turísticos de elevada qualidade e identidade na Região.	nomeadamente, turismo de natureza, turismo cultural, enoturismo e gastronomia, turismo cinegético e turismo ativo/desportivo.” (RCM, 2979)
	OEBT III.5 — Promover a constituição de uma Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo regional e às dinâmicas económicas regionais, fomentadora da competitividade empresarial e respondendo aos desafios da modernização e qualificação da base económica regional.	“Existe pois, na linha do diagnóstico realizado pelo Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA — 2005), um longo caminho a percorrer no sentido do reforço das atividades e das instituições de desenvolvimento científico, tecnológico e do incremento e promoção das iniciativas de inovação empresarial no Alentejo, quer nas designadas atividades tradicionais, quer nas atividades estratégicas emergentes.” (RCM, 2980)
Eixo estratégico IV — Afirmção do Policentrismo e do Desenvolvimento Rural	OEBT IV.1 — Desenvolver um sistema policêntrico de âmbito regional, assente num conjunto de centros urbanos de nível superior, capazes de articular redes regionais, de promover a sua integração funcional e de gerar níveis acrescidos de cooperação estratégica.	“é de reforçar o potencial estruturante dos grandes eixos de comunicação, de forma a estimular complementaridades entre os principais centros urbanos e a assegurar as ligações intrarregionais relevantes para a coesão regional.” (RCM, 2981)
	OEBT IV.2 — Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada.	“é necessário refletir sobre as funções urbanas das sedes de concelho, de forma a evidenciarem-se enquanto centros organizadores do território, apostando em estratégias e projetos concertados e inovadores.” (RCM, 2981)
	OEBT IV.3 — Garantir a qualificação das concentrações urbanas estruturantes através da regeneração e valorização urbanística e da potenciação dos valores patrimoniais existentes.	“Neste sentido, deve-se procurar preservar o modelo urbano compacto do Alentejo e tentar encontrar respostas urbanísticas que valorizem as expansões urbanas e melhorem a qualidade da paisagem urbana.” (RCM, 2982)
	OEBT IV.4 — Articular as redes de acessibilidade e organizar os sistemas de transporte em torno de uma mobilidade sustentável, de forma a consolidar o sistema urbano policêntrico e a promover a equidade territorial.	“A Região possui também boas condições para apostar na efetivação de vias pedonais e cicláveis, no seguimento de experiências já concretizadas com as ecopistas, devendo encaminhar-se para uma lógica de rede e estender-se o mais possível às áreas urbanas, por forma a potenciar estes modos de transporte no quadro das deslocações urbanas e de curta distância.” (RCM, 2982)
	OEBT IV.5 — Promover o acesso às redes e ao uso das TIC, nomeadamente por parte das empresas e dos serviços públicos, contribuindo para um desenvolvimento mais integrado e uma maior coesão territorial.	“Nos territórios de baixa densidade é necessário modernizar os serviços rurais, utilizando as novas tecnologias, proporcionando os benefícios e as oportunidades da era digital às áreas rurais — educação ao longo da vida, possibilidades de formação especializada, procura de emprego, saúde e outros serviços públicos.” (RCM, 2982)

Fonte: elaboração própria com base nos conteúdos do PROT-ALENTEJO

## II. SECTOR BIOFÍSICO E UNIDADES DA PAISAGEM

## 1. CLIMA

Neste ponto pretende-se fazer uma caracterização do concelho em termos climáticos, considerando-se para isso os seguintes parâmetros: temperatura, humidade relativa, precipitação, vento, insolação, nebulosidade/nevoeiro, geada e evapotranspiração.

Da informação recolhida é possível constatar-se que existem várias estações meteorológicas e postos udométricos nos concelhos limítrofes, sendo que dentro do concelho existem postos udométricos, que não disponibilizam dados que permitam efetuar uma análise completa do clima, nomeadamente do parâmetro da temperatura e por um período igual ou superior a 10 anos.

Para a caracterização climática do concelho de Redondo recorreu-se aos dados fornecidos pelo Instituto Português do Mar e Atmosfera, publicados nas Normais Climatológicas, para o período de 1971-2000. As estações escolhidas foram as de Évora, Elvas e Portalegre, por serem as mais próximas do concelho.

No quadro seguinte estão representadas as características de cada estação climatológica estudada.

Quadro 2 - Características das estações climatológicas utilizadas na caracterização climática (IPMA, 2012)

	ELVAS	ÉVORA	PORTALEGRE
<b>Altitude</b>	208	309	597
<b>Latitude</b>	38°53'N	38°34'N	39°97'N
<b>Longitude</b>	07°09'W	07°54'W	07°25'W
<b>Temperatura Média Anual</b>	16,3 °C	15,9 °C	15,2 °C
<b>Precipitação Média Anual</b>	535,4 mm	609,4 mm	852,4 mm

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

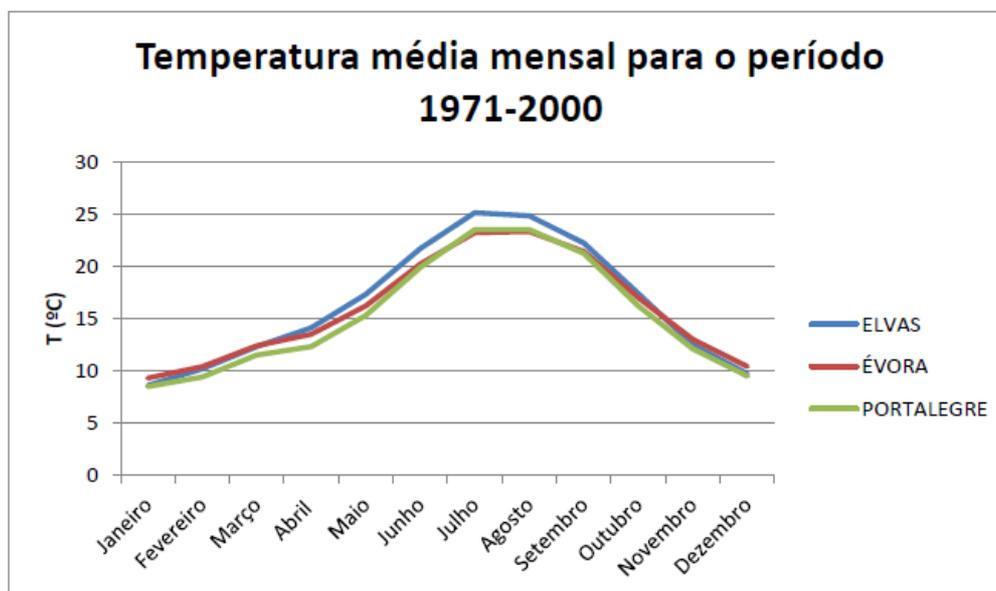
## 2. TEMPERATURA

Para o período analisado de 1971-2000, última normal climatológica disponível, verifica-se que a temperatura média anual é de 15.8°C com uma amplitude térmica de 13.7°C. A média máxima, na ordem dos 30°C regista-se nos meses de Julho e Agosto. Contudo, ocorrem temperaturas máximas diárias superiores a 30°C, entre Abril a Outubro, atingindo por vezes temperaturas superiores a 40°C.

O número de dias com um máximo superior a 25°C é muito longo, cerca de 108 dias no ano, sendo que os meses de Julho e Agosto apresentam quase todos os dias valores superiores a esta temperatura.

Relativamente ao inverno térmico (número de dias com temperaturas inferiores a 0°C) ocorre entre Novembro e Março, sendo Dezembro e Janeiro os meses com temperatura mais baixa (-1.5 °C e -2.9°C respetivamente). A média anual da temperatura mínima é de 3.1°C.

Figura 6 - Valores mensais da temperatura média do ar, registados para o período 1971-2000, nas estações meteorológicas de Elvas, Évora e Portalegre (IPMA, 2012)



Fonte: elaboração própria com dados do IPMA

### 3. HUMIDADE RELATIVA DO AR

A humidade relativa do ar representa a razão entre a massa de vapor de água que existe num determinado volume de ar húmido e a massa de água que existira se o ar estivesse saturado à mesma temperatura, num dado local e no instante considerado. Esta varia na razão inversa da temperatura, ocorrendo em geral os valores máximos de madrugada durante o inverno.

Os valores de humidade relativa do ar são expressos em centésimos, correspondendo o 0% ao ar seco e 100% ao ar saturado de vapor de água.

De acordo com as normais climatológicas, do portal do Clima, a humidade relativa do ar no período de 1971 a 2000, no Alentejo Central tem uma variação de 45% a 85% durante o ano, sendo que os meses com menor humidade são julho e agosto e os com maior humidade são janeiro e dezembro.

É possível aferir que a humidade relativa do ar varia diretamente com os valores de precipitação. Nos meses de verão, com temperaturas mais elevadas, os valores de humidade assumem registos mais reduzidos, enquanto que nos meses de inverno, onde o nível de precipitação é maior os níveis de humidade são também mais elevados.

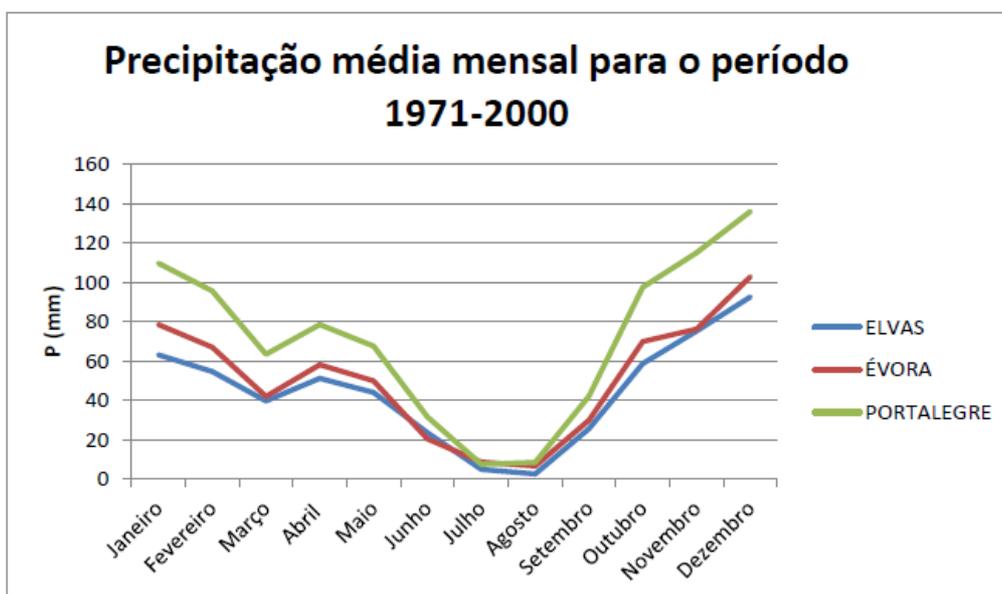
Devido às suas características biofísicas, o concelho é predominantemente mais húmido na metade oeste da região.

#### 4. PRECIPITAÇÃO

O ano pluviométrico é tipicamente mediterrânico, com forte influência continental, caracterizado por um nítido período seco e um instável período chuvoso registando precipitações médias anuais na ordem dos 650-700 mm, ultrapassadas pela região da Serra d'Ossa – 900 a 1000 mm no Alto de S. Gens. O período seco decorre entre os meses de junho a setembro, sendo que o período chuvoso se baliza entre novembro e março.

De acordo com as normais climatológicas para a estação de Évora, no período de 1971 a 2000, os meses com maiores níveis de precipitação média são janeiro e dezembro, com 78.5 mm e 102.7 mm respetivamente. Por outro, lado os meses mais secos são julho e agosto com valores de 8.6 mm e 6.6 mm respetivamente.

Figura 7 - Valores da precipitação média mensal, registados para o período 1971-2000, nas estações meteorológicas de Elvas, Évora e Portalegre (IPMA, 2012)



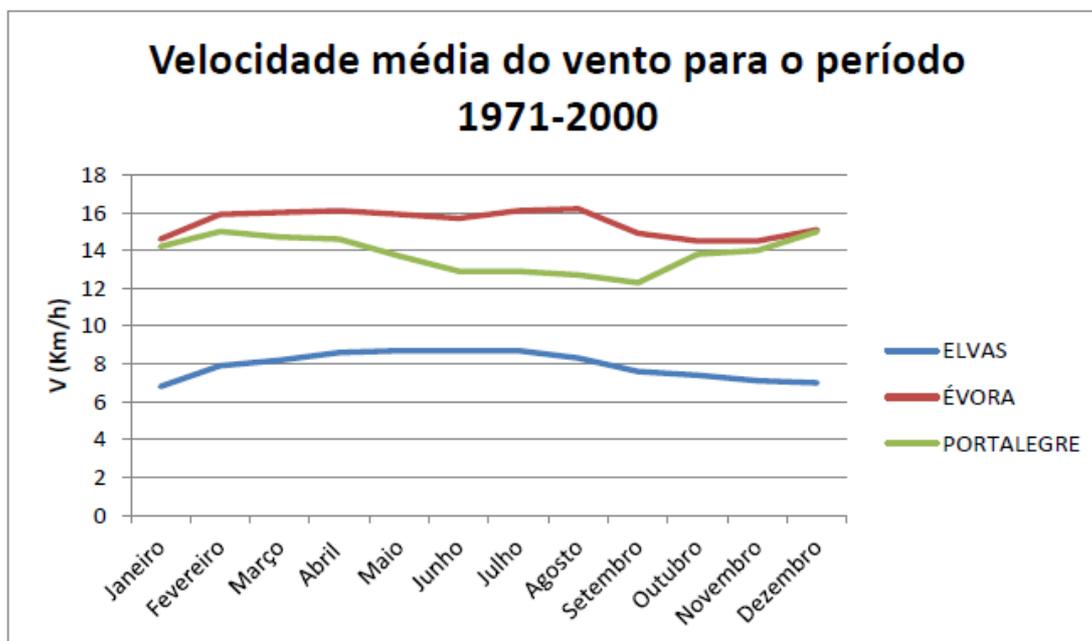
Fonte: elaboração própria com dados do IPMA

## 5. VENTO

O concelho do Redondo caracteriza-se por apresentar ventos fracos, sendo que durante um ano apenas existem cerca de 14 dias com ventos fortes. Os rumos dominantes são o NW que se fazem sentir especialmente nos meses de junho a agosto.

Por vezes também ocorrem ventos de NE, vindos do interior de Espanha – “ventos de Suão”, que se caracterizam por ventos fracos mais muito quentes e secos, que contribuem muitas vezes para a seca de algumas culturas.

Figura 8 - Valores da velocidade média do vento, registados para o período 1971-2000, nas estações meteorológicas de Elvas, Évora e Portalegre (IPMA, 2012)



Fonte: elaboração própria com dados do IPMA

## 6. INSOLAÇÃO E RADIAÇÃO SOLAR

Devido à topografia do concelho e às diferentes exposições solares, a insolação verifica os valores mais baixos a norte do concelho aumentando exponencialmente para sul.

As médias anuais de radiação global anual para a região são da ordem dos 160w/m<sup>2</sup>, sendo que os valores mais elevados ocorrem na faixa oriental do concelho. Durante o mês de janeiro é quando o concelho apresenta menos horas de insolação, sendo que o máximo é durante o mês de Julho.

Os elevados valores de insolação e radiação solar verificadas no concelho devem-se às elevadas temperaturas que ocorrem durante a maior parte do ano e aos baixos valores de nebulosidade.

## **7. NEVOEIRO**

No concelho do Redondo os níveis de nevoeiro são baixos, sendo que durante um ano apenas cerca de 20 dias apresentam níveis de nevoeiro durante a noite, que se dissipam durante a manhã e que ocorrem durante o Inverno.

## **8. GEADA**

A geada constitui um fenómeno significativo no concelho, ocorrendo em média durante 3 a 5 meses no período que vai de novembro a março. Ocorre de forma mais acentuada a SW do que a NE do concelho, que se deve à fisiografia local.

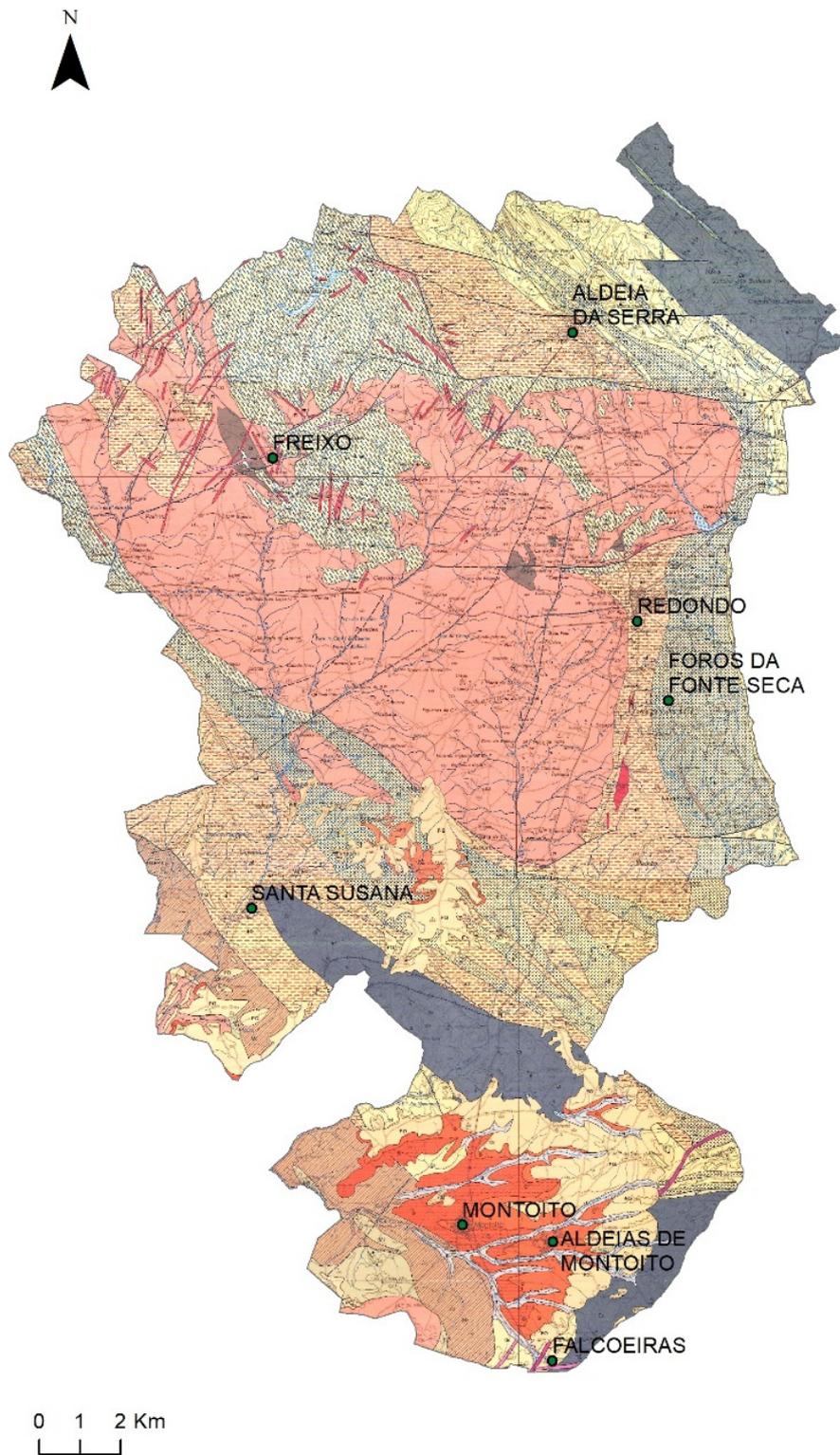
A Serra d'Ossa constitui um elemento importante na ocorrência de geada, em que o ar arrefecido durante a noite “desce” para as cotas mais baixas o que provoca a acumulação de massas de ar frio que ocorrem nos fundos dos vales e na proximidade com obstáculos como aterros e sebes. Desta forma, pode-se afirmar que em noites frias e secas, a probabilidade de ocorrência de geada é muito maior nas zonas de cotas mais baixas do que nas encostas.

## **9. GEOLOGIA**

### **9.1. Enquadramento geológico e litológico**

O concelho do Redondo está abrangido pela folha 36D – Redondo da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50.000 que foi realizada sobre as folhas 439, 440, 450 e 451 da Carta Militar de Portugal, na escala 1:25.000.

Figura 9 - Carta Geológica 36-D.



Fonte: Câmara Municipal do Redondo

De forma genérica, a geologia de Redondo situa-se em subdomínios da Zona de Ossa Morena, que compreende a terminação periclinal sudeste do anticlinal de Estremoz, o sinclinal de Terena cujo fecho noroeste se situa na região de Estremoz e a antifforma do Redondo que corresponde ao bordo do Maciço Cristalofílico de Évora.

Em termos de idade, a área concelhia é constituída por terrenos cuja idade vão desde o Proterozóico superior até aos tempos modernos.

O concelho do Redondo é constituído pelas seguintes unidades litoestratigráficas:

- Depósitos de cobertura ceno-antropozóicos:
  - Rochas sedimentares plio-quadernárias;
  - Rochas sedimentares paleo-miocénicas.
- Estrutura Hercínica:
  - Formação de Barrancos;
  - Formação de Ossa;
  - Formação de “Xistos de Moura”;
  - Rochas intrusivas.

As rochas sedimentares plio-quadernárias são divididas entre dois tipos – as de aluviões recentes e as de cascalheiras do tipo “ranha” (do termo original “raña”, em castelhano). As primeiras têm fraca representação no concelho localizando-se apenas na região do Montoito, nos vales das ribeiras de Montoito, Caliças, Mencoca e Pedrões.

Os depósitos de “ranhas” são constituídos especialmente por cascalheiras com calhaus de quartzo que formam afloramentos separados uns dos outros. Assentam geralmente sobre substrato Hercínico ou sobre rochas sedimentares terciárias. Localizam-se sobretudo nas áreas de Falcoeiras, Montoito e Aldeias de Montoito, Colmeal, Pessanha, S. Miguel, Monte do Grou, etc.

As rochas sedimentares paleo-miocénicas são constituídas por argilas, calcários conglomerados e cascalheiras. Encontram-se na região deprimida de Montoito, onde se estende uma mancha bastante homogénea que envolve os vales das ribeiras da região. Existem ainda outras duas manchas nas ribeiras do Freixo e do Vale do Mato, muito recortadas.

Relativamente à estrutura Hercínica, a formação de Barrancos é constituída essencialmente por xistos finos micáceos e encontra-se uma mancha orientada no sentido noroeste – sudeste entre Santa Susana e a Malhada e outra mancha no extremo nordeste do concelho.

A formação de Barrancos passa de forma aparentemente gradual para a formação de Ossa. A formação de Ossa é a unidade litoestratigráfica com maior representação no concelho. É constituída essencialmente por rochas xistosas com abundante sílica e quartzo de exsudação, evidenciando habitualmente carácter gresoso e micáceo. Associados a xistos ricos em quartzo, aparecem ainda metagrauvaques e metagnaisses.

A formação de “Xistos de Moura” litologicamente é constituída por rochas maciças xistosas de granometria grosseira de origem vulcânica, os anfibolitos. Esta encontra-se na parte sudoeste do concelho e segue quase sempre ao lado da formação de Ossa, cuja passagem se dá em geral por tectónica de rutura.

Por fim, as rochas intrusivas existem no concelho da seguinte forma:

- Rochas eruptivas granitoides que ocorrem por uma grande mancha que se alonga por dois braços de orientação sudeste-noroeste e sudoeste-nordeste.
- Rochas filonianas de composição granítica. Aparecem em grande número a norte do concelho orientadas predominantemente de nordeste para sudoeste.
- Grande filão do Alentejo é constituído por doleritos e gabros doleríticos e encontra-se a sul do concelho, com orientação nordeste-sudoeste

## **9.2. Recursos Minerais**

De acordo com a Notícia Explicativa da carta 36-D não existe no concelho mineralizações metálicas nem jazigos de rochas ornamentais com viabilidade económica.

## **9.3. Recursos Hidrogeológicos**

Relativamente aos recursos hidrogeológicos, as características topográficas, geológicas e climáticas do concelho permitem dividir o território concelhio em duas zonas: zona de peneplanície e a zona da Serra d'Ossa.

A Zona de Peneplanície apresenta reduzida potencialidade de água subterrânea, apesar da grande diversidade litológica. As captações no substrato hercínico, constituído por formações xistosas, apresentam caudais geralmente inferiores a 1 l/s. As formações sedimentares também não apresentam caudais

significativos devido à sua reduzida espessura e elevada porção de material argiloso. As rochas intrusivas seguem as características das formações anteriores.

Esta baixa produtividade dos aquíferos da zona de peneplanície deve-se à componente geomorfológica da área e do regime de precipitação e evapotranspiração que condicionam conjuntamente a água que se infiltra.

A Zona da Serra d'Ossa também não apresenta grandes potencialidades de água subterrânea. Tratam-se de formações predominantemente xistosas com permeabilidade muito baixa, sendo que os recursos hídricos subterrâneos existentes resultam da textura e do grau de fracturação destas formações ou de sectores onde ocorrem falhas ou filões muito fraturados.

Nesta zona tem-se verificado uma crescente florestação por eucaliptais e pinhais em detrimento de vegetação adaptada às condições edafo-climáticas, a infiltração será cada vez menos eficaz, promovendo um maior escoamento superficial e conseqüentemente um aumento da erosão hídrica.

#### **9.4. Evolução tectónica**

A região foi atingida por duas fases de dobramento, seguidas de tectónica de rutura, que pertencem ao ciclo orogénico hercínico. O estilo de deformação, resultante da ação dos dois dobramentos, foi condicionado, principalmente, pela natureza petrográfica, espessura e profundidade dos níveis *deformados*.

A primeira fase de deformação manifestou-se no período Devónico médio e superior e foi acompanhado de metamorfismo que originou a xistosidade generalizada que atingiu todas as formações.

A segunda fase de deformação afetou sobretudo as formações de Ossa e os Xistos de Moura que provocou alterações litológicas e estruturais.

A maioria das rochas eruptivas graníticas implantaram-se entre as duas fases, tendo sido conjuntamente com as rochas filonianas profundamente marcadas pela segunda fase.

No final do ciclo orogénico hercínico o maciço hespérico foi afetado por tectónica de rutura que originou um emaranhado de falhas, inversas e transversais. Algumas foram preenchidas por rochas filianas. Posteriormente algumas falhas foram reativadas dando lugar a depressões que foram preenchidas por depósitos sedimentares. Esta reativação também deu origem a relevos importantes como a Serra d'Ossa.

## **9.5. Enquadramento geomorfológico**

O tipo de formações litológicas existentes e do seu modo de jazida, as condições climáticas definem diferentes formas topográficas no concelho.

### **9.5.1. Peneplanície**

Esta topografia da região, apresenta à semelhança de todo o Alentejo irregularidades resultantes das diferenças de comportamento das rochas que compõem a estrutura hercínica. Nos locais onde predominam as rochas eruptivas graníticas observam-se vales largos e encostas esbatidas e aplanadas. Quando existe o predomínio de rochas xistosas observa-se um relevo muito dissecado e uma rede hidrográfica densa e confusa que separa numerosos cabeços ou montículos irregulares.

### **9.5.2. Depressão de Montoito**

De génese tectónica que originou o abatimento de uma área considerável, sendo essencialmente delimitada por escarpas de falha e/ou por contornos afestoados. Esta área foi parcialmente preenchida por depósitos sedimentares plio-quadernários de tipo “ranha”, provenientes de processos mais ou menos erosivos.

### **9.5.3. Crista do Redondo**

Consiste num relevo com declive acentuado a muito acentuado, atingindo muitas vezes 25%, com cumeada viva, bem desenhada devido a grande concentração de quartzo de génese tectónica e que atravessa a peneplanície a leste do Redondo com cerca de 8 km de comprimento.

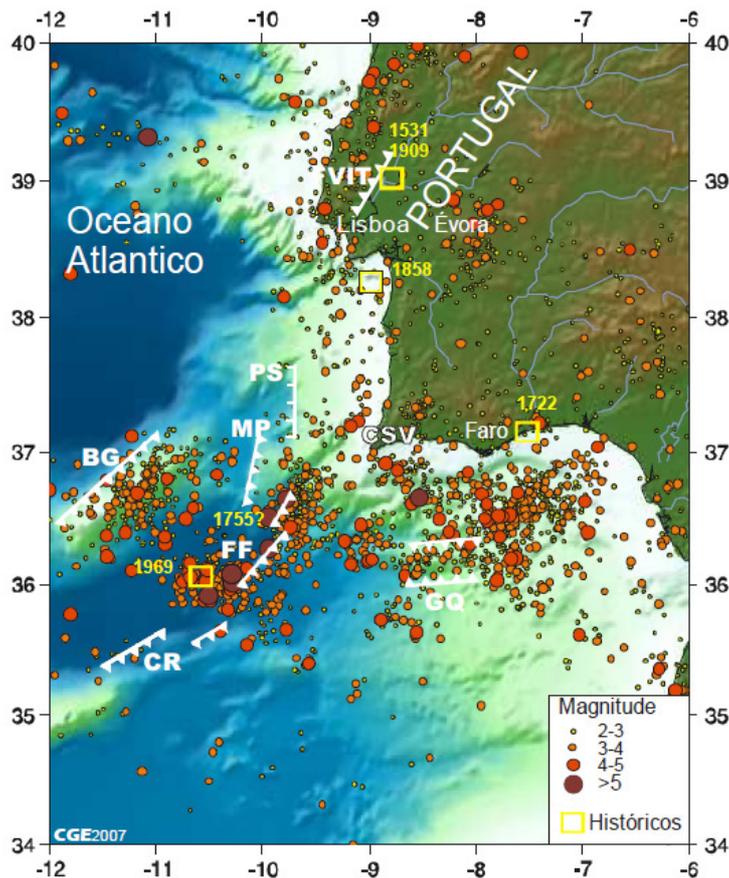
### **9.5.4. Serra d'Ossa**

Esta serra tem forma complexa e é essencialmente composta por dois grandes compartimentos, um mais ao nordeste, constituído por dois alinhamentos de xistos siliciosos, que correm com a estratificação, e um maciço de rochas da Formação de Ossa, constituído por rochas metamórficas diversas e aplanado na parte superior. Os alinhamentos de xistos siliciosos apresentam superiormente várias lombas acentuadas nos pontos mais altos da serra. Os dois compartimentos são separados pelo vale de fratura da ribeira da Água Santa e outro barranco em sentido contrário, alinhados e paralelos à estratificação.

### 9.6. Caracterização Sísmica

Em Portugal Continental podem considerar-se, genericamente, duas zonas sísmicamente ativas capazes de gerar eventos de magnitude elevados ( $M > 6$ ) e causadores de impactos humanos e materiais significativos (VIII): a região Sul de Portugal - em especial a zona do vale do Tejo -, e toda a sua orla costeira. Toda esta atividade sísmica é justificada por uma tectónica associada à fronteira de placas. No caso do território continental, para além da sismicidade associada à fronteira de placas existe uma atividade sísmica intraplaca possivelmente associada a algumas falhas ativas que atravessam o território e apresentam prolongamento submarino. (Mourad Bezzeghoud *et al*).

Figura 10 - Sismicidade (1970-02/2007; IPMA - Portugal) e principais falhas ativas



Fonte: Mourad Bezzeghoud et al.

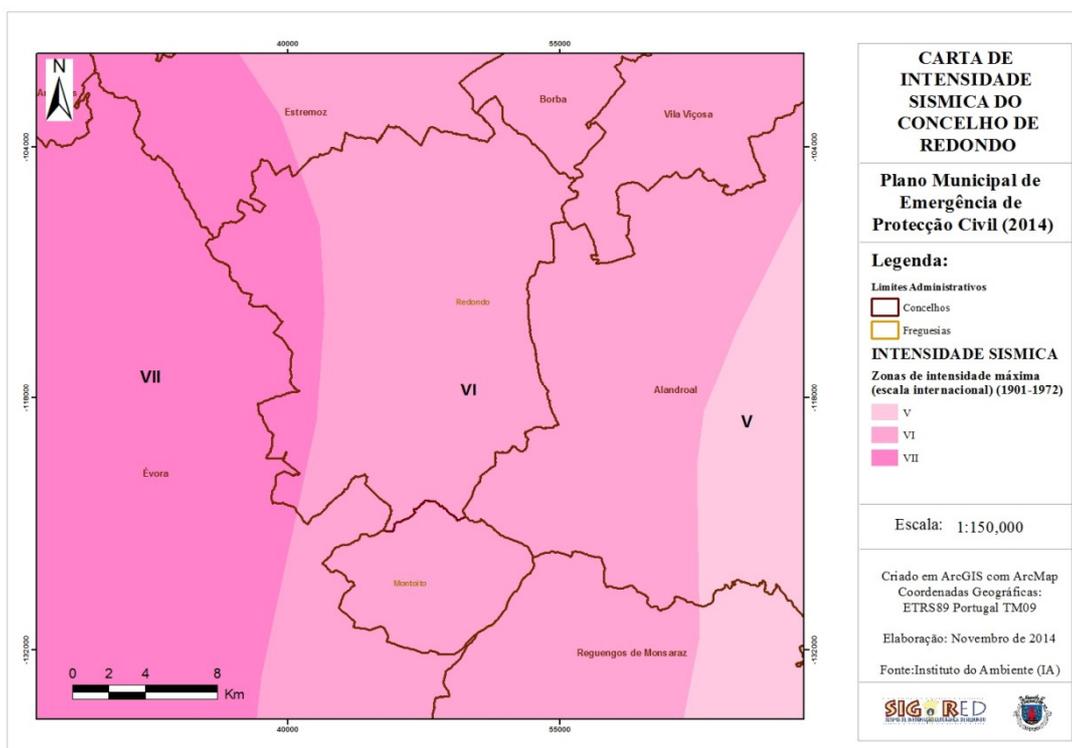
Os epicentros dos sismos são indicados com círculos coloridos e as falhas com segmentos brancos. Os sismos históricos são representados com quadrados amarelos. FF= Falha da Ferradura; MP= Falha do Marquês de Pombal; BG= Banco de Goringe;



percorre no sentido SW-NE, todo o Alentejo, prolongando-se, a partir de Campo Maior, por terras de Espanha. Tal como se pode verificar na figura anterior.

De acordo com a Carta de Isossistas de Intensidades Máximas, da autoria do IPMA (Figura 9), prevê-se que o concelho de Redondo possa ser atingido por sismos com intensidade até VI, na escala de Mercalli Modificada.

Figura 12 - Carta da Intensidade Sísmica do Concelho de Redondo



Fonte: PMEPC de Redondo 2014 / CMR

## 1. GEOMORFOLOGIA

### 1.1. Hipsometria

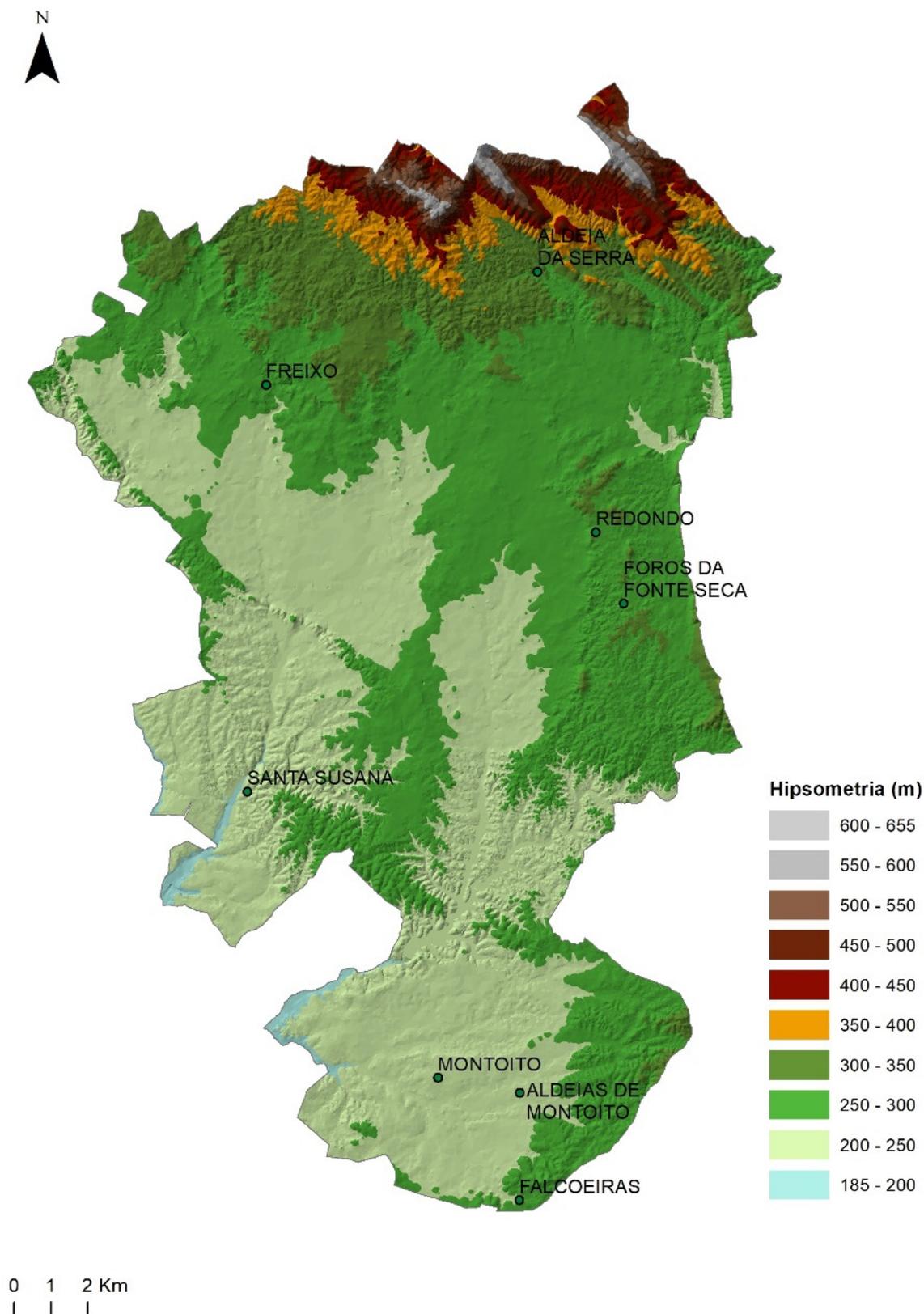
Para a realização do estudo sobre o relevo do concelho de Redondo procedeu-se à elaboração do Modelo Digital do Terreno (MDT) elaborado através da altimetria à escala 1:10.000. Através das curvas de nível e da definição do MDT obtém-se uma espacialização da altimetria do concelho, que apresenta altitudes que vão desde os 185 m aos 655 m.

As cotas mais baixas localizam-se nos fundos dos vales, sendo que a cota mais baixa do concelho encontra-se no fundo do vale da Ribeira de Vale de Vasco. Por sua vez, a cota mais elevada localiza-se na Serra d'Ossa, atingindo-se os 655 m de altitude. Esta começa a ser definida a partir dos 300 m de altitude,

como se pode observar pela imagem. As altitudes médias entre os 200 e os 300 m são as que predominam no concelho e situam-se na zona da peneplanície.

Como se pode observar na figura seguinte, a hipsometria do Concelho é pouco complexa e dominada, como já se referiu, pelas áreas relativamente aplanadas entre os 200 e os 300 metros, as quais se dividem entre as expansões dos vales muito abertos das ribeiras do Freixo e a de Vale de Vasco, enquanto a norte se destaca o relevo mais vigoroso da serra d'Ossa, com altitudes que chegam aos 655 metros.

Figura 13 - Hipsometria



Fonte: CMR

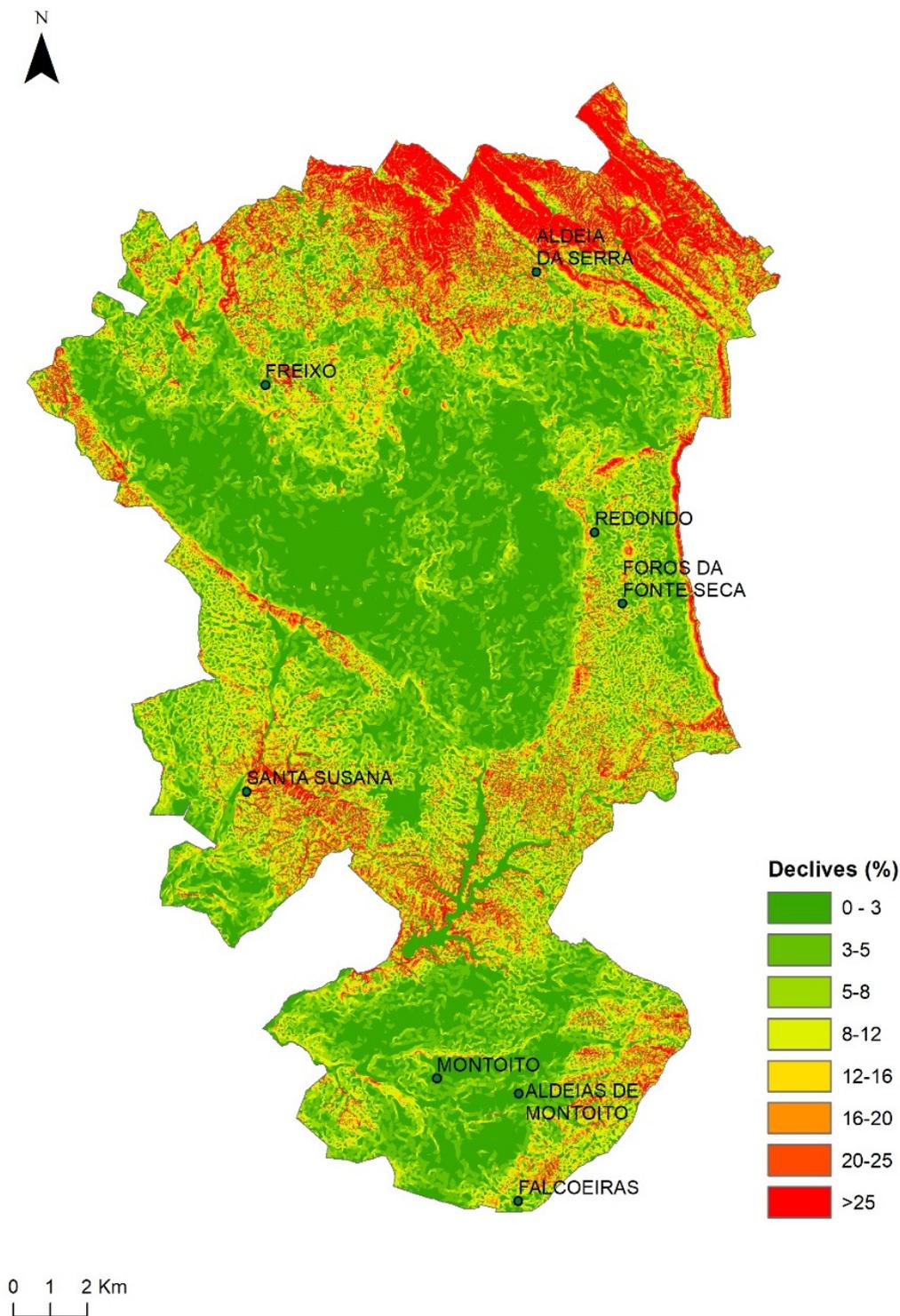
## **1.2. Declives**

A carta de declives vem demonstrar a existência das duas zonas já referidas, a Zona da Peneplanície e a Zona da Serra d'Ossa.

A zona de peneplanície que ocupa a maior parte do concelho, é onde se encontram os declives mais suaves, existindo um predomínio das classes inferiores a 8%. Contudo é possível verificar-se a existência de alguns declives mais acentuados nas zonas de encosta. Salienta-se a depressão que corresponde à área de Montoito aplanada e encaixada por relevos de declives variados sendo por vezes superiores a 25% sobretudo na envolvente da Barragem da Vigia que se prolonga para NW nas áreas a jusante da Ribeira do Freixo.

Nesta área também se observam declives superiores a 20 % no limite oriental do concelho. Por sua vez, a zona da Serra d'Ossa caracteriza-se por um relevo bastante mais acentuado, com declives superiores a 20% a que correspondem vertentes acentuadas com grande risco de erosão do solo. Nos cabeços podemos encontrar algumas zonas planas.

Figura 14 - Declives



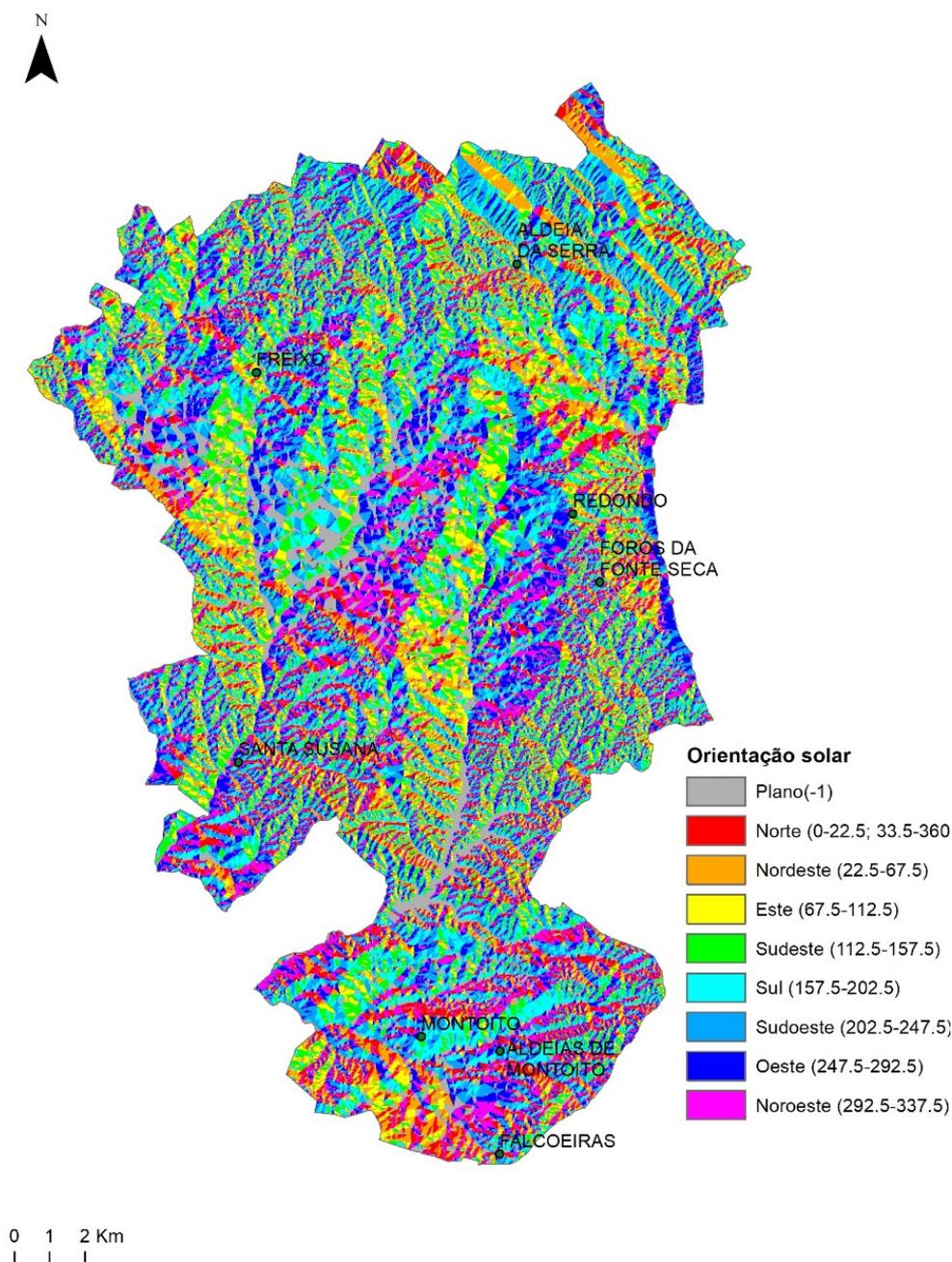
Fonte: CMR

No entanto, pela observação da carta é possível perceber-se que existe um domínio evidente das classes com declives mais baixas no território concelhio.

### 1.3. Exposição solar

Relativamente à exposição solar, é possível verificar-se pela imagem seguinte que as áreas sem exposição estão presentes um pouco por todo o concelho com alguma predominância. Não se pode dizer que no concelho exista uma orientação que sobressaia em relação às restantes, existindo uma grande diversidade de planos com diferentes orientações que se alternam umas com as outras.

Figura 15 - Orientação solar das encostas



Fonte: CMR

#### **1.4. Hidrografia e síntese fisiográfica**

Em termos de hidrografia, o concelho do Redondo é pobre em recursos hídricos superficiais comparativamente ao restante território continental, que se deve em grande parte aos baixos níveis de precipitação.

As cabeceiras dos principais cursos de água que atravessam o concelho estão situadas a norte e nelas têm origem numerosas pequenas linhas de drenagem processando-se o escoamento superficial através de várias ribeiras orientadas predominantemente segundo as direções N-SW, destacando-se pela sua importância na região, as ribeiras do Freixo, S. Bento, Alcorovisco e Vale de Vasco afluentes da margem esquerda do Rio Degebe, pertencentes à Bacia hidrográfica do Guadiana.

Na zona da Serra d'Ossa, a norte correm águas das bacias hidrográficas do Tejo e do Guadiana e os principais cursos de água são as ribeiras do Castelo e Seca. Já a sul, os principais cursos de água são os ribeiros da Mencoca, da Vila e das Caliças.

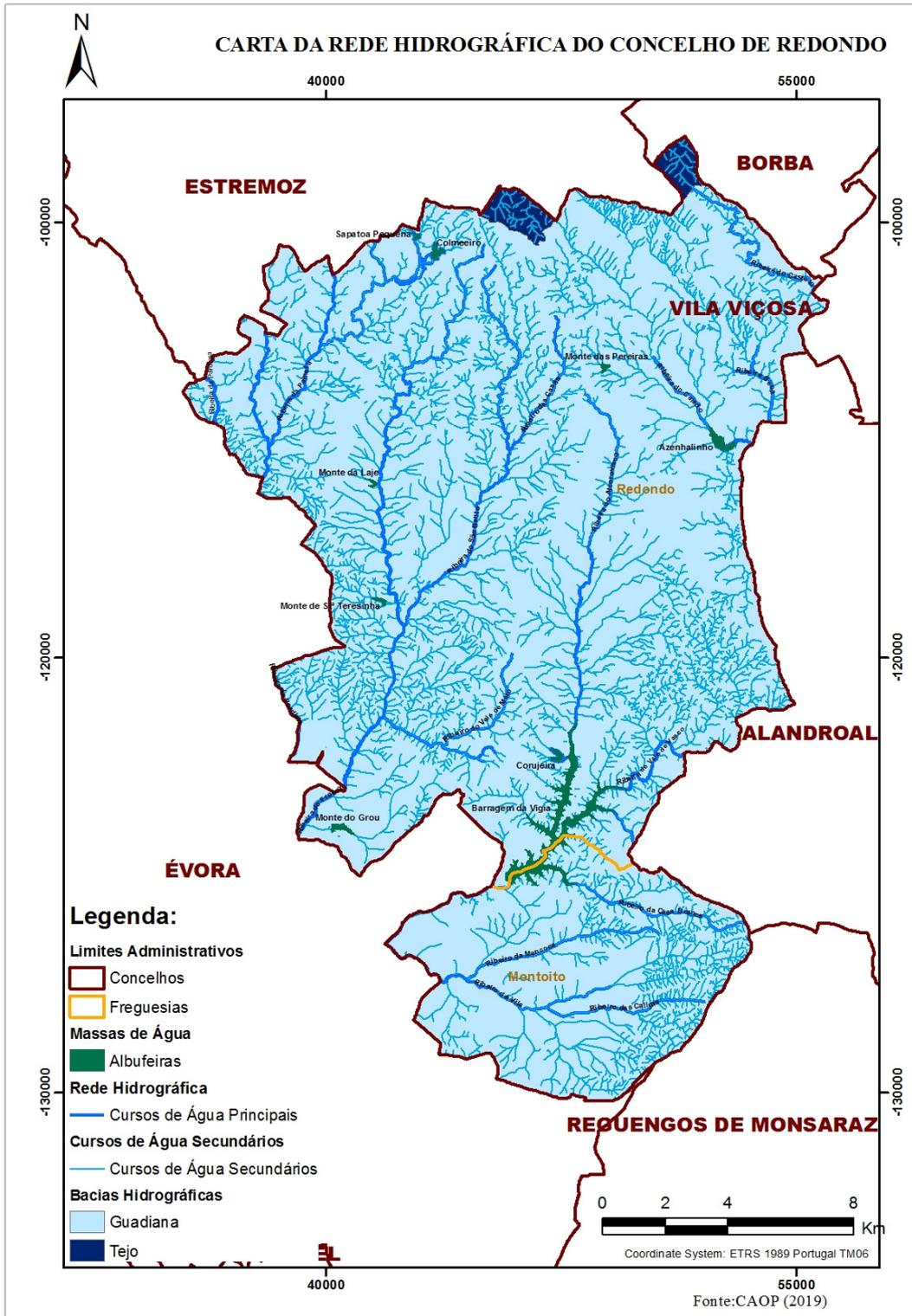
A albufeira da Vigia, a mais importante do concelho fica localizada entre as freguesias do Redondo e Montoito. As principais linhas de água afluentes são, além da ribeira de Vale Vaso, a ribeira do Alcorovisco, a ribeira da Casa Branca e o ribeiro de Vale Figueira. A cerca de 2 km a montante da barragem, a Albufeira divide-se em dois grandes braços, alcançando o seu comprimento máximo de 6 km ao longo do vale da ribeira da Alcorovisca.

A albufeira da Vigia é a única albufeira do concelho que tem como principais utilizações o abastecimento de água para consumo da população e o fornecimento de água de rega ao aproveitamento hidroagrícola com o mesmo nome (aproveitamento hidroagrícola da albufeira da Vigia). Em períodos de seca, a albufeira da Vigia recebe água da albufeira de Alqueva, já que nesses períodos, quando mais longo, a albufeira chega a atingir uma reserva inferior a 10% da sua capacidade útil.

O já referido aproveitamento hidroagrícola foi construído nos anos de 1976 a 1985, estando equipado com um sistema de rega por aspersão que, atualmente, beneficia uma área de 1,505 hectares que se distribuem pelos concelhos de Évora (466 hectares) e de Redondo (1,039 hectares). Atualmente, está previsto o seu aumento para mais 10271 ha, dos quais 1706.86 ha se localizam no concelho de Redondo.

Para além da Vigia, existem ainda algumas albufeiras destinadas à rega e ao beberamento animal destacando-se, pela sua dimensão, as albufeiras de Azinhalinho, Corujeira e Sapatoa Pequena.

Figura 16 - Rede Hidrográfica do Concelho de Redondo



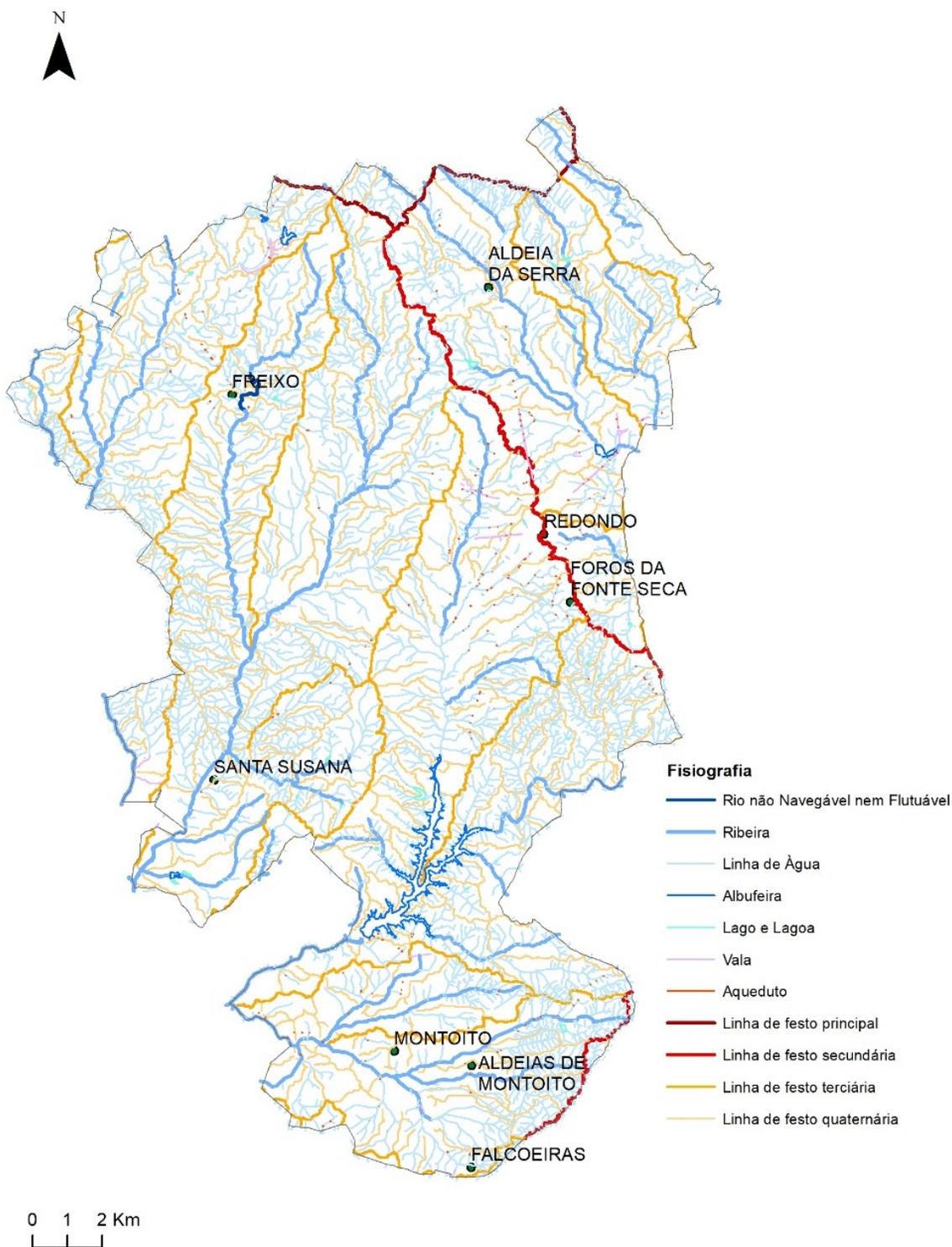
Fonte: CMR

Os pequenos cursos de água geralmente secam no período mais quente, criando pegos ou charcos dispersos ao longo dos seus leitos. Parte destes pequenos cursos de água normalmente secam no período de Verão criando-se pegos ou charcos dispersos ao longo dos seus leitos, sendo denominados de não permanentes.

Com a delimitação das linhas de água e das linhas de festo e com as restantes componentes biofísicas é possível identificar-se diferentes zonas:

- Zonas de vale - zonas côncavas de declive plano sobre formações aluvionares, onde se localizam as linhas de água. São zonas de acumulação e como tal apresentam geralmente solos com boa aptidão para a agricultura. Aparecem por todo o concelho, apresentando características diferentes por vezes. Nas formações eruptivas granitoides têm formas bastante regulares, constituindo vales largos. Nas formações xistosas a rede hidrográfica é mais densa, formando vales estreitos e mais encaixados. São áreas em que se deve ter medidas de gestão orientadas para a sua proteção.
- Zonas de festo – zonas convexas ou planálticas de declive quase plano, onde se localizam as linhas de festo. São áreas onde geralmente se verificam grandes amplitudes térmicas, sendo frequentemente afetadas por ventos. Estas áreas têm maior importância na Serra d'Ossa. Devido a apresentarem risco de erosão hídrica são áreas com alguma sensibilidade, sendo que o uso proposto deve contrariar os problemas de erosão e favorecer a infiltração de água no solo.
- Zonas de encosta – áreas definidas entre as linhas de água e as linhas de festo e onde ocorrem diferentes declives e orientações.

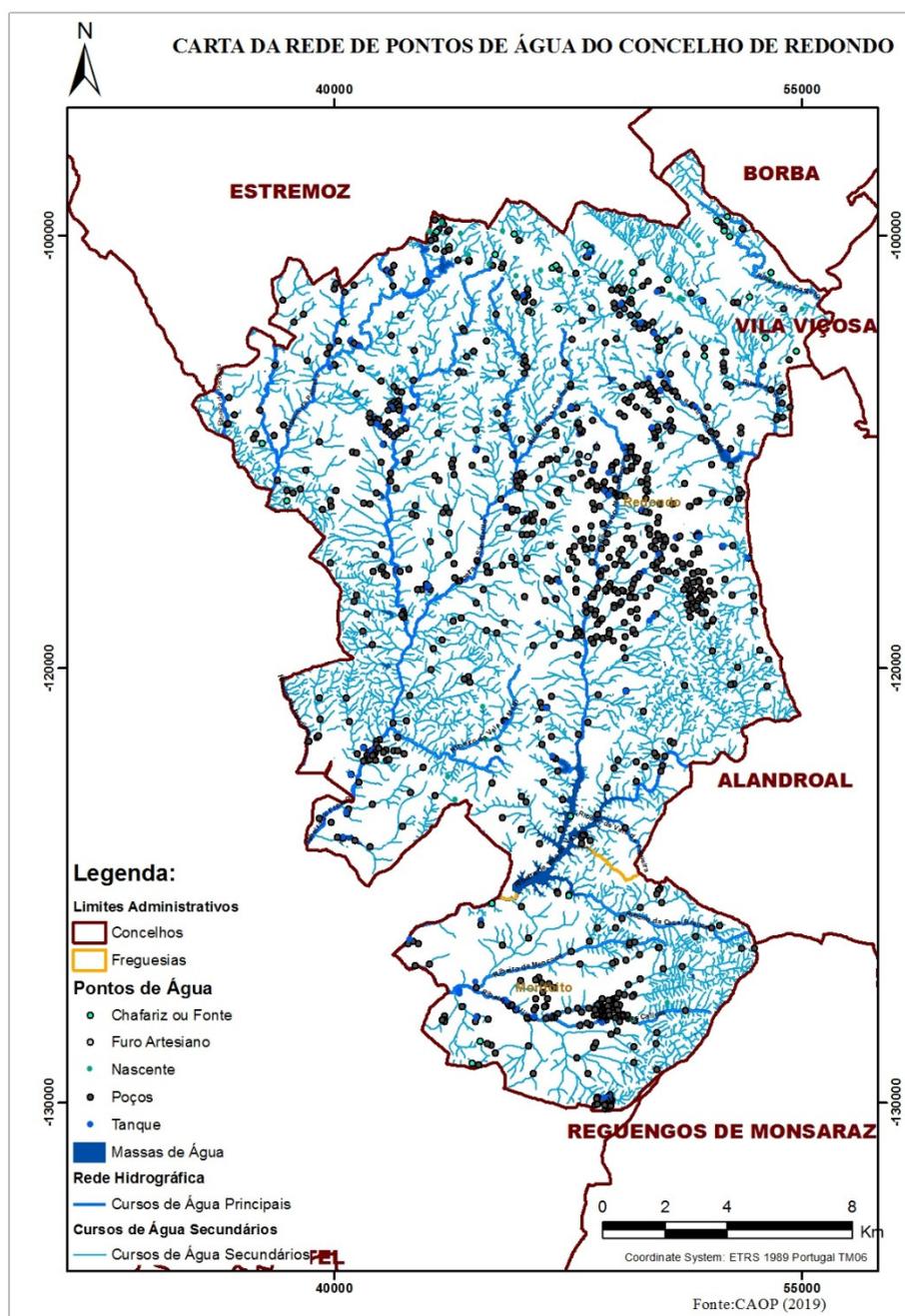
Figura 17 - Fisiografia



Fonte: CMR

No que se refere aos recursos hídricos subterrâneos, o concelho de Redondo tem alguma densidade de poços e furos, localizados na proximidade da ribeira do Alcorovisco, nos Foros da Fonte Seca e nas Aldeias de Montoito.

Figura 18 - Carta da Rede de Pontos de Água do Concelho de Redondo



Fonte: CMR

## 2. SOLOS

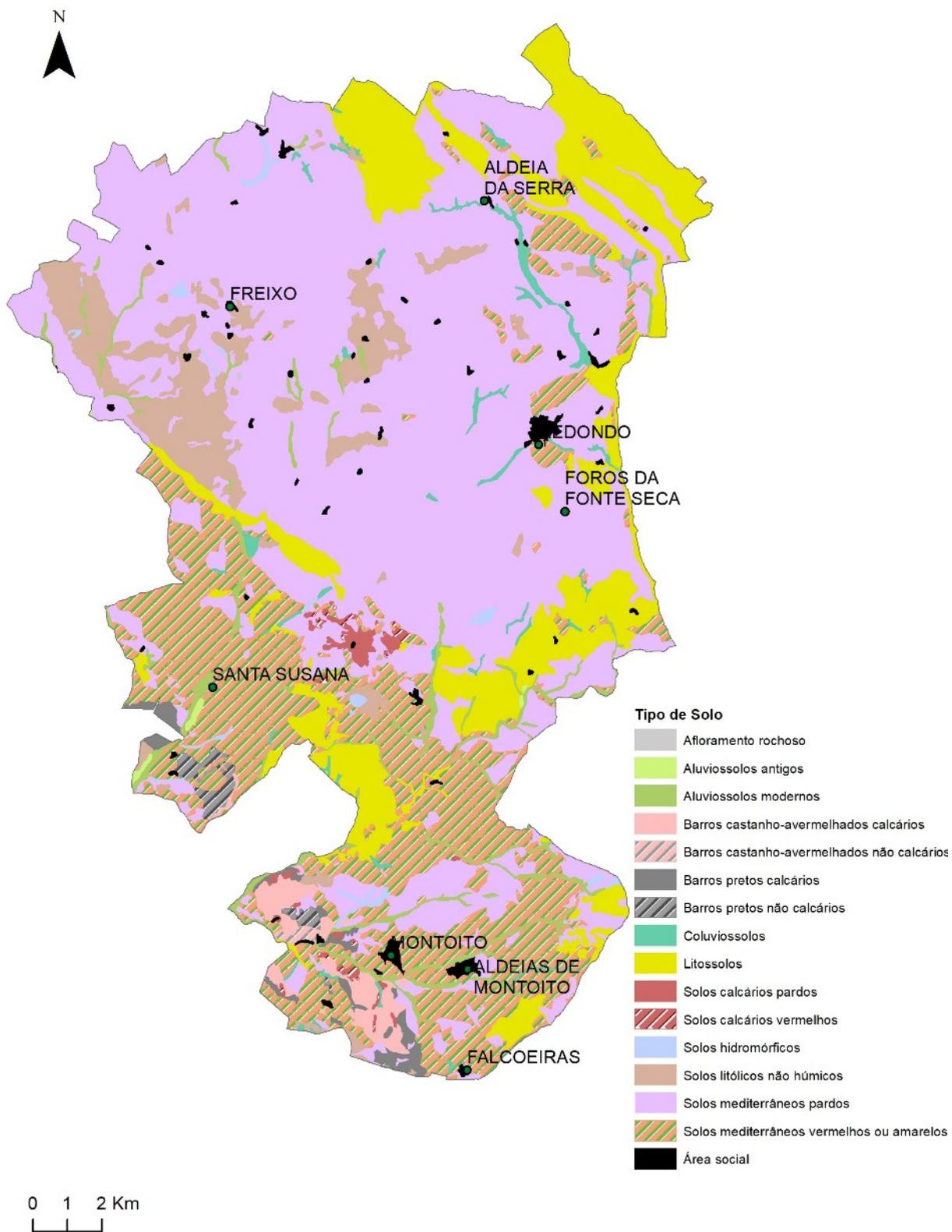
A geologia da região deu origem a diferentes solos, potenciados pela distinta morfologia do terreno. No entanto em termos edáficos, apesar desta diferenciação, não se verifica uma grande heterogeneidade dentro de cada classe de solos.

A norte do concelho dominam os solos mediterrâneos pardos, que correspondem a solos evoluídos. Na zona da Serra d'Ossa existem manchas significativas de litossolos que são solos pouco evoluídos derivados de rochas consolidadas, ou seja, solos com fortes condicionantes e sem uso produtivo direto.

Na metade sul do concelho existe uma maior diferenciação de solos, sendo que continua a existir um predomínio dos solos mediterrâneos, assumindo os mediterrâneos vermelhos ou amarelos a maior importância.

Junto das linhas de água e fundos de vales encontram-se os aluviossolos e os coluviossolos, que são solos com elevado valor ecológico. Alias pode-se afirmar que o concelho em termos gerais, e de acordo com o trabalho desenvolvido pela equipa do EPIC WebGIS, o território do Redondo apresenta solos de elevado valor ecológico, pelo que a gestão e planeamento do uso do solo deve ser feito de forma a promover a sua conservação.

Figura 19 – Tipos de solo



Fonte: CMR

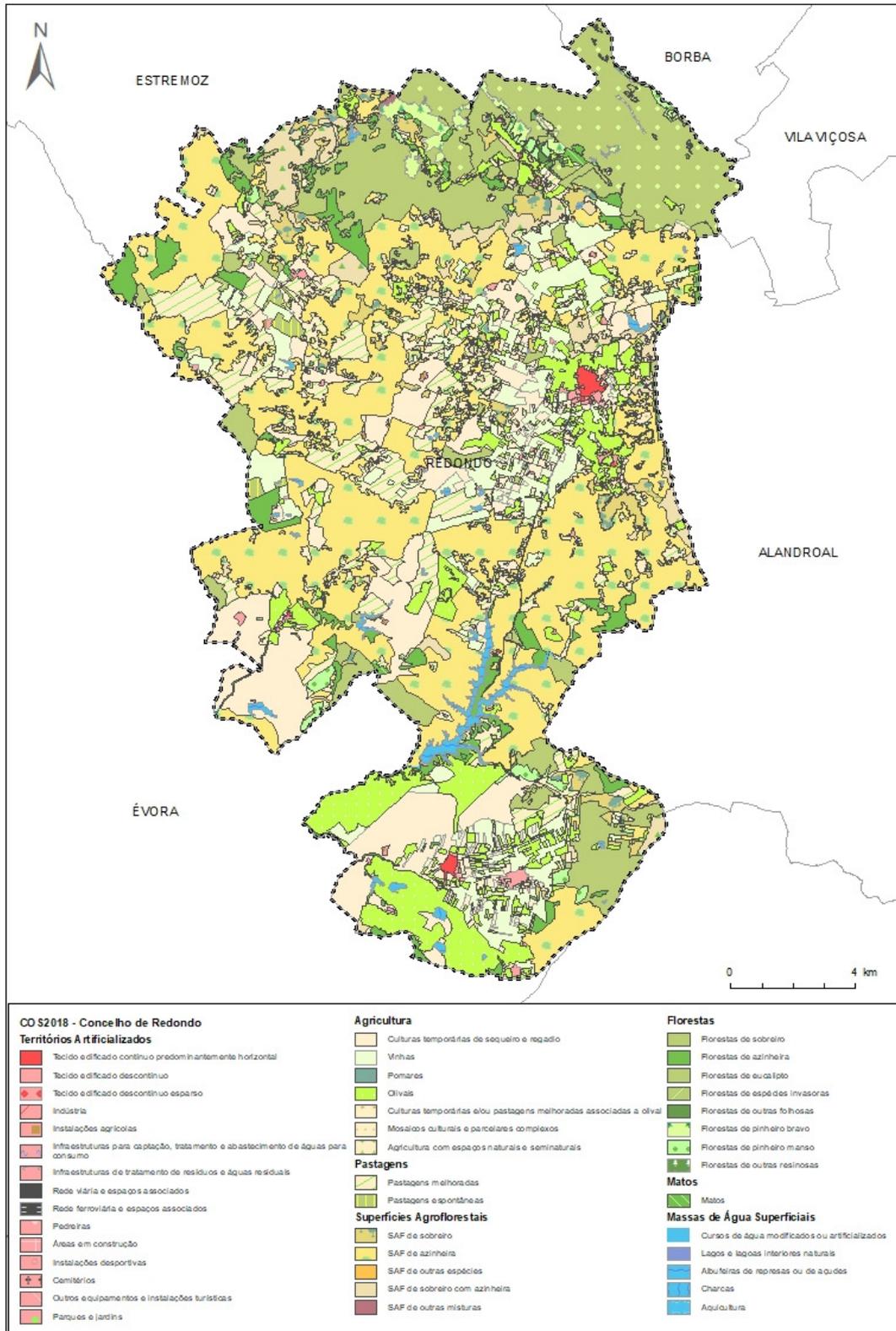
### **3. OCUPAÇÃO DO SOLO**

Para a avaliação da ocupação do solo utilizou-se a Carta de Ocupação do Solo de 2018 da Direção Geral do Território. Numa primeira observação da carta em anexo a estes estudos, é possível verificar-se que existe um domínio dos sistemas agroflorestais, especialmente dos sistemas agroflorestais de azinheira, o qual ocupa uma área de 11064,95 ha (aproximadamente 30% do território concelhio). Por sua vez a classe com menos representação no concelho, ocupando apenas 1,1 ha são os sistemas agroflorestais de outras espécies.

As outras duas classes que apresentam maior expressão são as culturas temporárias de sequeiro e regadio (4355,99 ha) e as pastagens melhoradas (3838,59 ha) que demonstram bem a importância que as atividades agrícolas e agropecuárias ainda assumem no concelho.

Também é possível observar manchas razoáveis de olival, em solos mediterrânicos e em solos litólicos. As manchas de vinhas também assumem alguma expressão e, tendo em conta os dados de 2018 e anteriores, esta cultura tem vindo a aumentar no território concelhio, a par do olival intensivo.

Figura 20 – Carta de Ocupação do Solo – COS18



Fonte: CMR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Outro elemento importante que se verifica, é a existência de uma grande mancha de floresta de eucalipto, sobretudo na zona da Serra d'Ossa (2721,26 ha no total do concelho), a qual, caso não sejam respeitadas as boas práticas de plantio, poderá contribuir para uma maior erosão do solo, numa área que, sendo já de risco devido às suas características biofísicas, deverá ser tida em consideração na definição de medidas de gestão do território.

Quadro 3 - Áreas das classes de ocupação do solo COS18

Legenda da Carta de Ocupação do Solo de 2018 (nível 4, ou desagregação a 4 dígitos)	Área, em hectares
1.1.1.2 Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	92,54
1.1.2.1 Tecido edificado descontínuo	96,09
1.1.2.2 Tecido edificado descontínuo esperso	33,80
1.2.1.1 Indústria	33,33
1.2.3.1 Instalações agrícolas	91,27
1.3.2.1 Infraestruturas para captação, tratamento e abastecimento de águas para consumo	2,85
1.3.2.2 Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais	4,69
1.4.1.1 Rede viária e espaços associados	24,10
1.4.1.2 Rede ferroviária e espaços associados	2,13
1.5.1.2 Pedreiras	3,13
1.5.3.1 Áreas em construção	11,47
1.6.1.2 Instalações desportivas	10,44
1.6.4.1 Cemitérios	3,67
1.6.5.1 Outros equipamentos e instalações turísticas	12,97
1.7.1.1 Parques e jardins	1,09
2.1.1.1 Culturas temporárias de sequeiro e regadio	4355,99
2.2.1.1 Vinhas	2800,17
2.2.2.1 Pomares	5,15
2.2.3.1 Olivais	3304,27
2.3.1.3 Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	125,26
2.3.2.1 Mosaicos culturais e parcelares complexos	185,24
2.3.3.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	20,88
3.1.1.1 Pastagens melhoradas	3838,59
3.1.2.1 Pastagens espontâneas	117,69
4.1.1.1 SAF de sobreiro	968,12
4.1.1.2 SAF de azinheira	11064,95
4.1.1.5 SAF de outras espécies	1,08
4.1.1.6 SAF de sobreiro com azinheira	1325,91
4.1.1.7 SAF de outras misturas	13,87
5.1.1.1 Florestas de sobreiro	3128,21
5.1.1.2 Florestas de azinheira	1259,72
5.1.1.5 Florestas de eucalipto	2721,26
5.1.1.6 Florestas de espécies invasoras	8,02
5.1.1.7 Florestas de outras folhosas	76,79
5.1.2.1 Florestas de pinheiro bravo	293,75

Legenda da Carta de Ocupação do Solo de 2018 (nível 4, ou desagregação a 4 dígitos)	Área, em hectares
5.1.2.2 Florestas de pinheiro manso	304,11
5.1.2.3 Florestas de outras resinosas	1,99
6.1.1.1 Matos	170,70
9.1.1.2 Cursos de água modificados ou artificializados	13,26
9.1.2.2 Lagos e lagoas interiores naturais	3,51
9.1.2.4 Albufeiras de represas ou de açudes	385,06
9.1.2.5 Charcas	14,78
9.2.1.1 Aquicultura	18,91

Fonte: CMR

## 4. ENQUADRAMENTO ECOLÓGICO

### 4.1. Flora e vegetação

De acordo com o relatório “Flora, Vegetação e Habitats Naturais e Semi-Naturais do Ecomuseu do Redondo” da Universidade de Évora, foram identificadas 277 plantas diferentes, a que correspondem 195 géneros e 48 famílias distintas.

Parte destas plantas estão associadas à atividade agrícola, fruto de uma ocupação humana secular dos territórios, devido ao grande potencial agrícola que o concelho apresenta em resultado das suas características biofísicas.

Desta forma, as áreas mais meridionais apresentam amplas zonas de montado de azinho. Por sua vez, a norte do concelho, onde o relevo é mais acentuado predomina o sobreiral. Nos tempos mais recentes, o eucalipto também começou a tomar conta deste território, destruindo muitas vezes o coberto vegetal arbustivo e herbáceo através de uso de maquinaria.

Junto das linhas de água, que muitas vezes se encontram degradadas, pontificam os silvados, e muito raramente os matos ripários de *Erica lusitânica* (constitui um habitat integrado na Directiva 92/43/CEE).

O relatório referido afirma que, do ponto de vista climatófilo, ocorrem no território duas séries de vegetação:

- Série climatófila luso-extremadurenses mesomediterrânea seco-subhúmida silicícola de *Quercus rotundifolia* (*Pyro bourgaeanae-Querceto rotundifoliae* S.);
- Série climatófila luso-extremadurenses mesoditerrânea subhúmido-húmida silicícola de *Quercus suber* (*Sanguisorbo hybridae-Querceto suberis* S.).

A série de vegetação *Pyro-bourgaeanae-Querceto rotundifoliae* S. tem como etapa clímax um bosque perenifólio e esclerófilo dominado por azinheiras de *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae* (*Quercus rotundifolia*, *Pyrus bourgaeana*, *Daphne gnidium*, *Quercus coccifera*, *Pistacia lentiscus*, *Teucrium fruticans*

...) que se desenvolve sobre solos pobres em bases derivados de xistos, granitos e quartzitos. A presença de plantas como *Olea sylvestris*, *Pistacia lentiscus* e *Rhamnus oleoides*, confere um carácter termófilo a esta série. Devido à forte influência humana nestas áreas, estas formações com carácter de bosque são muito raras, surgindo novas espécies que dependem da forma como o bosque é destruído e o que resta do solo.

Em relação aos sobreirais pertencentes à série de vegetação *Sanguisorbo hybridae-Querceto suberis* S. ocorrem, sobretudo nos territórios mais a norte da área estudada, sobre solos mais profundos e frescos que os anteriores. Este facto parece dever-se a razões de ordem pedológica associadas à bioclimatologia. A etapa clímax desta série é um bosque denso perenifólio e esclerófilo de sobreiros: *Sanguisorbo hybridae Quercetum suberis* (*Quercus suber*, *Sanguisorba hybrida*, *Arbutus unedo*, *Phillyrea angustifolia*, *Daphne gnidium*, *Rubia peregrina*). Também estes bosques estão praticamente ausentes, devido ao interesse económico da cortiça e, em menor grau do montado, pelo relevo mais acidentado das áreas potenciais desta série.

Devido à intensa exploração agrícola e pecuária existem ainda resquícios de medronhais, giestais e de tojais do endémico *Ulex eriocladus*. De facto, tal como é referido no já citado relatório, face à intensa exploração agrícola, suberícola e pecuária destas paisagens, como principais etapas de vegetação desta série estão presentes no território estudado alguns resquícios de medronhais, giestais e de tojais do endémico *Ulex eriocladus*. Tal como na série anterior, as formações com melhor estado de conservação estão relegadas a barrancos mais declivosos e, portanto, de difícil exploração (e.g. mobilizações do solo).

Como vegetação edafohigrófila (ou ribeirinha) foi assinalada a presença de freixiais dispersos, filiaíveis na associação *Ficario ranunculoidis - Fraxinetum angustifoliae*, de alguns tamargais de *Polygono equisetiformis - Tamaricetum africanae*, bem como de salgueirais de *Salicetum atrocinereo-australis*.

Pelo valor do património natural devem ser desenvolvidas medidas de gestão adequadas à sua valorização e preservação, pelo que se torna essencial o desenvolvimento sustentável do território concelhio.

#### **4.2. Habitats naturais e seminaturais**

Na área em estudo existem os seguintes habitats naturais e seminaturais constantes no Anexo I da Diretiva 92/43/CEE (transposta para a ordem jurídica nacional pela Decreto-Lei n.º 140/99, mais recentemente revisto pelo Decreto-Lei n.º 49/2005):

III - Habitats de água doce

32 - Água corrente

3260 - Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*

3290 - Cursos de água mediterrânicos intermitentes de *Paspalo-Agrostidion*

IV - Charnecas e matos das zonas temperadas

4030 - Charnecas secas europeias

V - Matos esclerofilos

53 - Matos termomediterrânicos pré-estépicos

5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos

VI - Formações herbáceas naturais e semi-naturais

62 - Formações herbáceas secas seminaturais e fácies arbustivas

6220 - Subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*

63 - Florestas esclerófilas sujeitas a pastoreio (montados)

6310 - Montados de *Quercus* spp. de folha perene

64 - Pradarias húmidas seminaturais de ervas altas

6420 - Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*

6430 - Comunidades de ervas altas higrofilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino

VIII - Habitats rochosos e grutas

82 - Vertentes rochosas com vegetação casmofítica

8220 - Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica

IX – Florestas

91 - Florestas da Europa temperada

91B0 - Freixiais termófilos de *Fraxinus angustifolia*

92 - Florestas mediterrânicas caducifólias

92A0 - Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*

92D0 - Galerias e matos ribeirinhos meridionais (*NerioTamaricetea* e *Securinegion tinctoriae*)

93 - Florestas esclerófilas mediterrânicas

9340 - Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*

### **4.3. Fauna**

Nas áreas de sub-bosque é possível encontrar as seguintes aves: Toutinegras, Felosa-comum e o Pisco-de-peito-ruivo, Peito—verde, Pica-pau-malhado-grande, Pica-pau-malhado-pequeno, Corvo e Gaio.

Nas áreas das linhas de água é frequente observarem-se vestígios de Lontra e entre os anfíbios encontra-se o Tritão-marmorado, a Salamandra, o Tritão-de-ventre-laranja, o Sapo-parteiro-ibérico, o Sapo e a Relá, entre outros.

A Serra d'Ossa é considerada um Sítio de Interesse Ornitológico, já que acolhe a nidificação de espécies em vias de extinção como por exemplo a águia de bonelli.

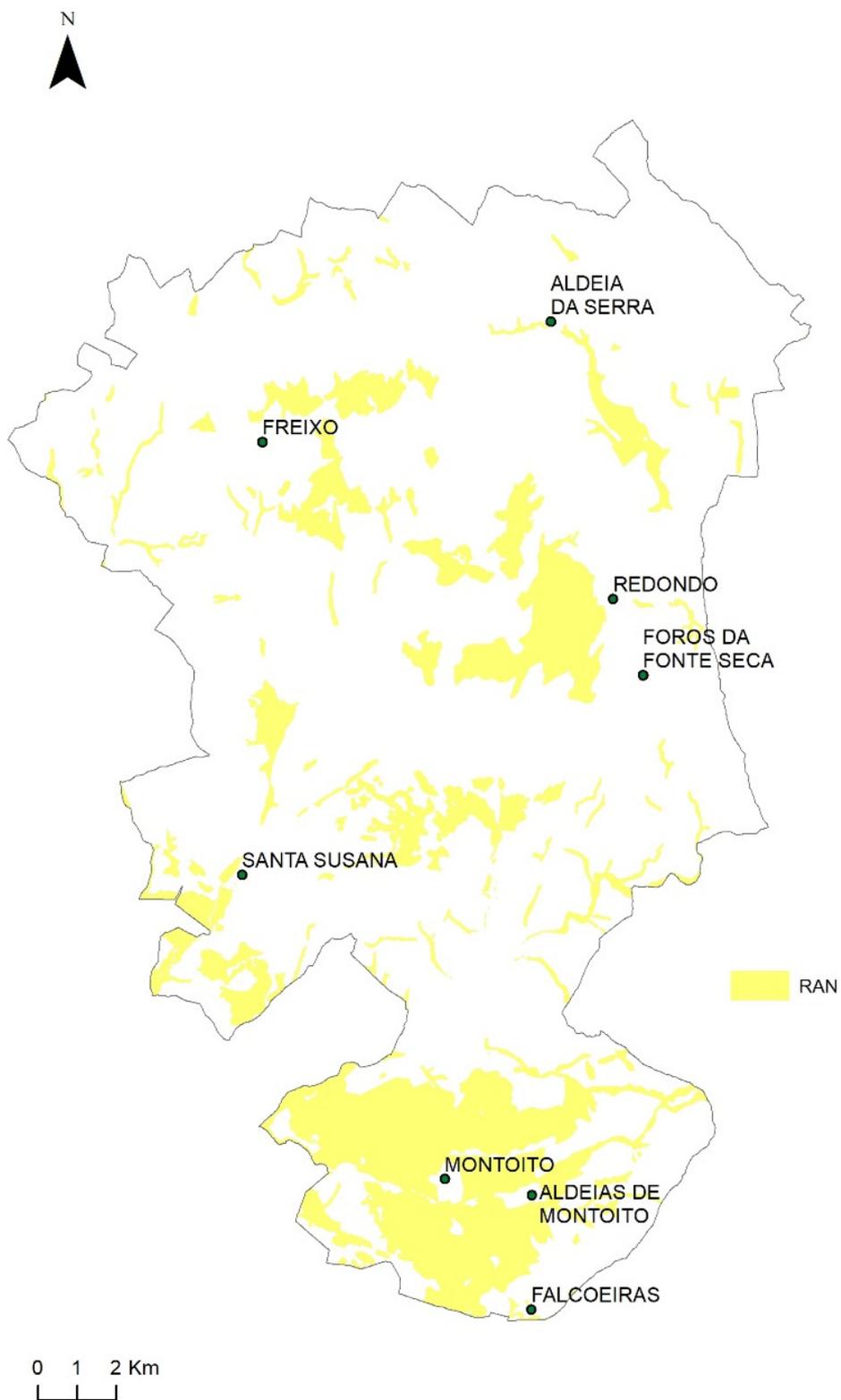
## **5. ESTATUTOS DE PROTEÇÃO**

### **5.1. Reserva Agrícola Nacional (RAN)**

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) consiste no conjunto de áreas que em termos biofísicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, pelo que se aplica restrições em termos de uso não agrícola de forma a proteger o recurso solo, contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola e contribuir para a preservação dos recursos naturais e ecossistemas.

A RAN definida para o concelho do Redondo ocupa cerca de 6120 ha, ou seja, cerca de 16% do território concelhio.

Figura 21 – Reserva Agrícola Nacional (RAN)



Fonte: CMR

Sobrepondo a RAN à carta de solos é possível verificar-se que esta engloba maioritariamente os aluviossolos e os coluviossolos, solos mediterrâneos pardos e barros, solos com características favoráveis para a produção agrícola.

Em termos de ocupação do solo, as áreas de RAN encontram-se maioritariamente sobrepostas com a classe de culturas temporárias de sequeiro e regadio, de vinha e de olivais, ou seja, têm usos adequados à sua função.

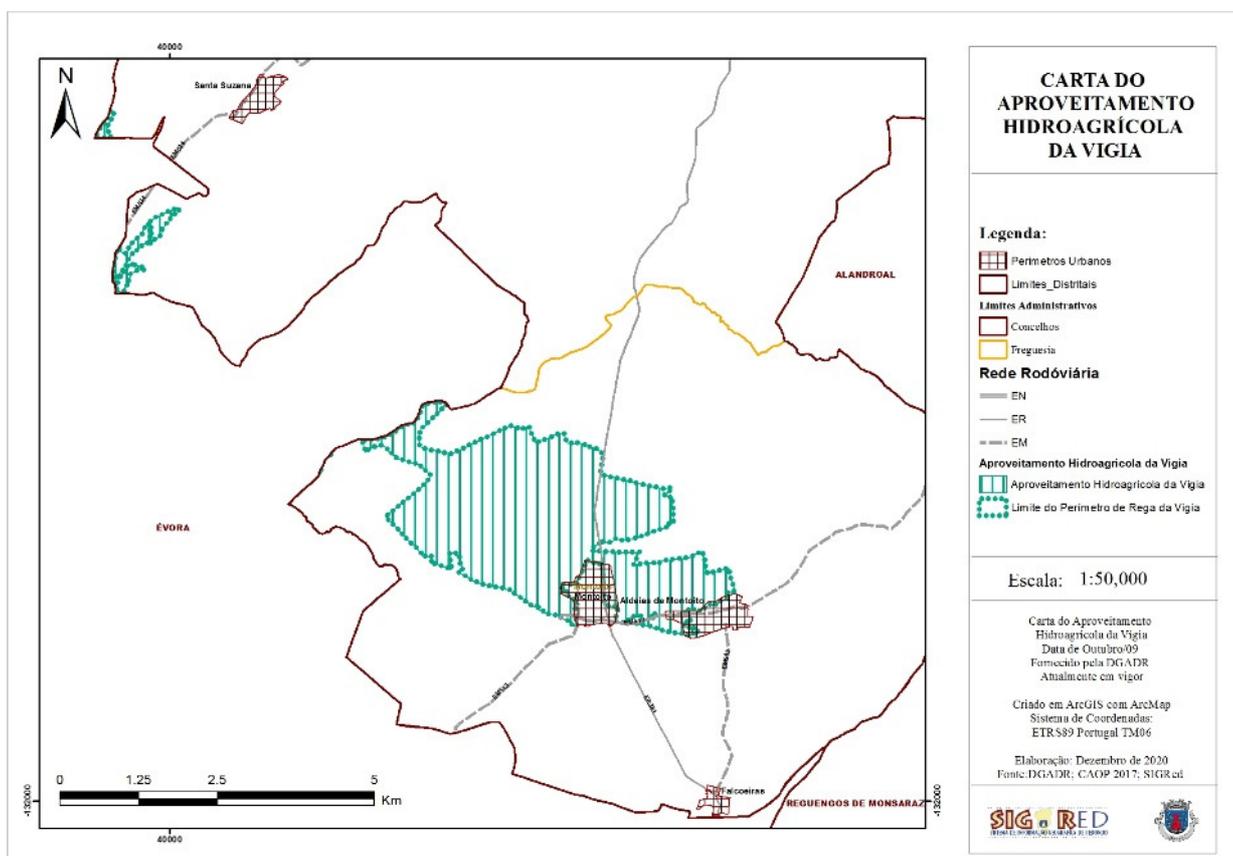
#### **5.1.1. Área de Aproveitamento Hidroagrícola da Vigia**

O Aproveitamento Hidroagrícola da vigia, construído nos anos de 1976 a 1985, está equipado com um sistema de rega por aspersão e beneficia atualmente uma área de 1.500 hectares, localizados nos concelhos de Évora e Redondo, do distrito de Évora.

A exploração e conservação da Obra da Vigia iniciou-se em 1985 a cargo da Direção Geral dos Recursos Naturais e, em Março de 1991 foi transferida para a Associação de Beneficiários da Obra da Vigia, com sede em Montoito, constituída por escritura pública de 9 de julho de 1990, realizada no Cartório Notarial do redondo e reconhecida como pessoa coletiva de direito público pela Portaria do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação de 6 de Novembro de 1990, publicada no Diário da República IIª Série n.º 240, de 22 de Novembro de 1990.

O número de beneficiários deste aproveitamento hidroagrícola varia de ano para ano, rondando os 164.

Figura 22 - Perímetro Hidroagrícola da Vigia



Fonte: CMR

Na área abrangida pelo aproveitamento hidroagrícola da vigia, segundo o projeto inicial onde só se previa uma área de 1.210 hectares, predominam solos de materiais calcários margosos, por vezes não compacto misturado com grés argiloso, dando origem a solos com horizontes de cor parda (211,5%); solos de aluvião, de textura fraco-arenosa profundos, férteis e fáceis de trabalhar (20,3%); e solos de material originário de clorito-xisto com calcário friável com horizontes de cor parda avermelhada escura, de textura argilosa (10,8%).

A água utilizada para a rega e abastecimento às populações (autarquia) provém da albufeira da Vigia, localizada na ribeira de Vale Vasco, 4,5 km a montante da confluência com a ribeira de Pardiela e 4 km a norte de Montoito. As principais características da barragem e da albufeira são:

Barragem:

Tipo de terra com perfil zonado
Altura máxima acima do leito – 30,0 m
Desenvolvimento do coroamento – 300,0 m
Largura do coroamento – 10,0 m

Albufeira:

Bacia Hidrográfica	125 Km <sup>2</sup>
Área inundada	262 ha
Cota do N.P.A.	224,00 m
Cota do N.M.C.	224,75 m
Capacidade total	16,725 hm <sup>3</sup>
Capacidade útil	15,580 hm <sup>3</sup>
Capacidade morta	1,145 hm <sup>3</sup>

Na barragem foi instalada uma estação elevatória, equipada com 4 grupos de eletrobombas destinados ao fornecimento de água para a rega e dois grupos para o abastecimento às populações, que por meio de uma conduta eleva a água para um reservatório.

A estação elevatória para a rega está equipada com 4 bombas do tipo centrífugas de eixo vertical, com uma potência nominal de 425 CV, caudal nominal de 3 x 500 l/s e altura máxima de elevação de 55 metros.

A conduta elevatória é constituída por 170 metros de condutas em aço de diâmetro 900 mm, 270 metros de condutas em fibrocimento de 700 mm e 30 metros de condutas em aço de diâmetro 500 mm.

O reservatório de regulação é do tipo elevado cilíndrico, com uma altura máxima acima do solo de 36 metros e com duas células de 100 m<sup>3</sup> de capacidade cada uma.

Para a distribuição de água para a agricultura foi construída uma rede de rega com um desenvolvimento total de 58.954 metros, dos quais 14.054 metros constituem a rede primária e 44.900 metros a rede secundária. A carga nas tomadas de água na zona da grande propriedade é de 5Kg/cm<sup>2</sup> e na zona de pequena propriedade de 3 Kg/cm<sup>2</sup> com caudais nas tomadas de 15 l/s e 5 l/s respetivamente.

## **5.2. Reserva Ecológica Nacional (REN)**

A Reserva Ecológica Nacional (REN) tal como a RAN constitui uma restrição de utilidade pública, sendo uma estrutura biofísica que integra áreas com valor e sensibilidade ecológico ou expostas e com suscetibilidade a riscos naturais, pelo que os seus usos e ocupações devem ser compatíveis com o objetivo de proteção do capital natural.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, a REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos:

Proteger os recursos naturais água e solo e salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre por assegurarem bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;

- Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa de vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

Estabelece então uma rede ecológica fundamental e diversificada que integra todas as áreas consideradas fundamentais à manutenção da estabilidade ecológica do território e ao uso dos recursos nos processos de ordenamento do território.

O regime jurídico da REN foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março. A redação deste diploma sofreu modificações sucessivas (Decreto-lei n.º 316/90 de 13 de outubro; Decreto-lei n.º 203/2002 de 1 de outubro), tendo sido alterado pelo Decreto-lei n.º 180/2006 de 6 de setembro, o qual integra uma republicação.

Em 2008 o Decreto-lei n.º 166/2008 de 22 de agosto clarifica e objetiva as tipologias de áreas integradas na REN, estabelecendo indicações para a sua delimitação. No final de 2012 as Orientações Estratégicas são publicadas pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 81/2012 de 3 de Outubro e é publicado o

Decreto-lei n.º 239/20012 de 2 de novembro que altera e república o Decreto-lei n.º 166/2008 de 22 de agosto.

De modo a dar cumprimento às novas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, publicada pela Resolução de Concelho de Ministros n.º 81/2012 de 3 de Outubro, retificada pela declaração de retificação n.º 71/2012, o Município de Redondo optou por recalcular a REN para o concelho de Redondo.

Considerando o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de Agosto, foram integradas na REN, três grandes grupos a proteger:

- Áreas de proteção do litoral:
  - Não afetam o concelho de Redondo;
- Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre:
  - Cursos de água e respetivos leitos e margens;
  - Lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
  - Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
  - Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos.
- Áreas de prevenção de riscos naturais:
  - Zonas adjacentes;
  - Zonas ameaçadas pelo mar – (Não afetam o concelho de Redondo);
  - Zonas ameaçadas pelas cheias;
  - Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo;
  - Áreas de instabilidade de vertentes.

Posteriormente a uma cuidada e ponderada definição dos critérios e parâmetros determinantes de cada uma das variáveis que constituem a REN, a ferramenta SIG permitiu aplicar esses critérios, executar essas relações, manipular a informação de base, até ao resultado final, traduzindo-se assim, na definição de uma área específica do território para cada variável da REN.

Assim, de acordo como o artigo 4.º acima referido, as áreas REN que afetarão o concelho de Redondo são:

- Cursos de água e respetivos leitos e margens;
  - Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
  - Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos;
  - Zonas ameaçadas pelas cheias;
  - Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo;
  - Áreas de instabilidade de vertentes;
-

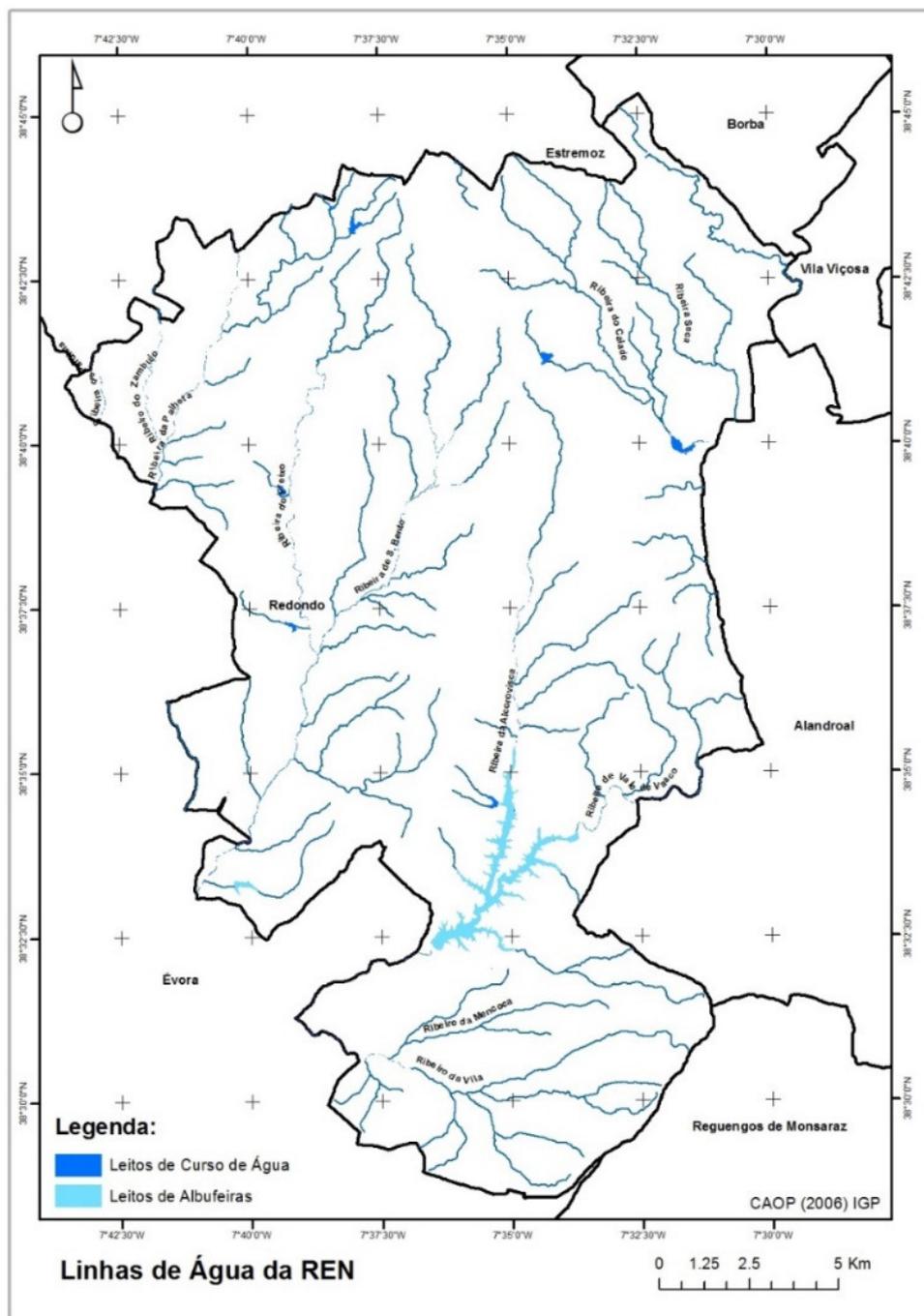
O Cálculos das áreas afetas à REN foi realizado pela Universidade de Évora com apoio da CIMAC, onde posteriormente o município de Redondo realizou uma análise pormenorizada das áreas propostas para integrar na REN do Concelho de Redondo.

#### **5.2.1. Metodologia para o cálculo das áreas de REN**

- **Cursos de água e respetivos leitos e margens**

Na definição da rede hidrográfica foram identificados os cursos de água que contribuem para compreender o funcionamento do sistema em termos hidrológicos. Os cursos de água de maior relevância foram delimitados com base na cartografia 1:10 000, e os leitos de cursos de águas onde se integraram pequenas albufeiras, delimitados com base na Carta Militar série M888 de 2008, sendo esta a cartografia mais atual do concelho.

Figura 23 - Rede Hidrográfica do Concelho de Redondo



Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

- **Albufeiras que contribuem para a conetividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção**

Consideram-se as lagoas e lagos classificados como de águas públicas, nos termos do disposto no Decreto-lei n.º 107/2009, de 15 de maio, e os que contribuem para a conetividade e coerência ecológica

da Reserva Ecológica Nacional (REN), tendo por referência as lagoas identificadas na Resolução do Concelho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de Outubro, ou outras no quadro das disposições do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, verificando no terreno a sua existência e origem. São integrados nesta tipologia os pauis, não sendo de considerar as turfeiras, as charcas, os lagos artificiais e outras massas de água de origem antrópica.

Segundo Guiomar et al. (2009) consideram-se nesta classe áreas permanente (ou por alguns períodos) cobertas por água doce, resultantes de acidentes geomorfológicos, tais como:

- Lagoas de montanha, de dimensão reduzida e fraca profundidade e podem ser oligotróficas ou mesotróficas (Alves et al., 1998);
- Lagoas de planície que se constituem em depressões do terreno em que o solo apresenta características de impermeabilidade, em situação terminal ou a jusante de bacias hidrográficas mais ou menos extensas, ou em locais muito deprimidos nos quais o nível da toalha freática atinge a superfície, e podem ser oligotróficas, mesotróficas ou eutróficas (Alves et al., 1998);
- Charcos temporários que se encontram sazonalmente cobertos por água e temporariamente sem água de cobertura, embora mantenham humidade edáfica (Alves et al., 1998) e apresentem características únicas cuja sobrevivência depende de uma tolerância fisiológica excecional (Pinho et al., 2003).

Foram localizadas todas as lagoas listadas na Resolução do Concelho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, analisadas as Cartas Militares (série M888) e ainda contactados investigadores envolvidos na identificação de habitats naturais no âmbito da elaboração do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (apenas foram identificados dois charcos mediterrâneos temporários, sem correspondência com o objetivo deste estudo). Assim, não se encontraram elementos no concelho de Redondo com estas características.

- **Carta de Albufeiras e respetivas faixas de proteção**

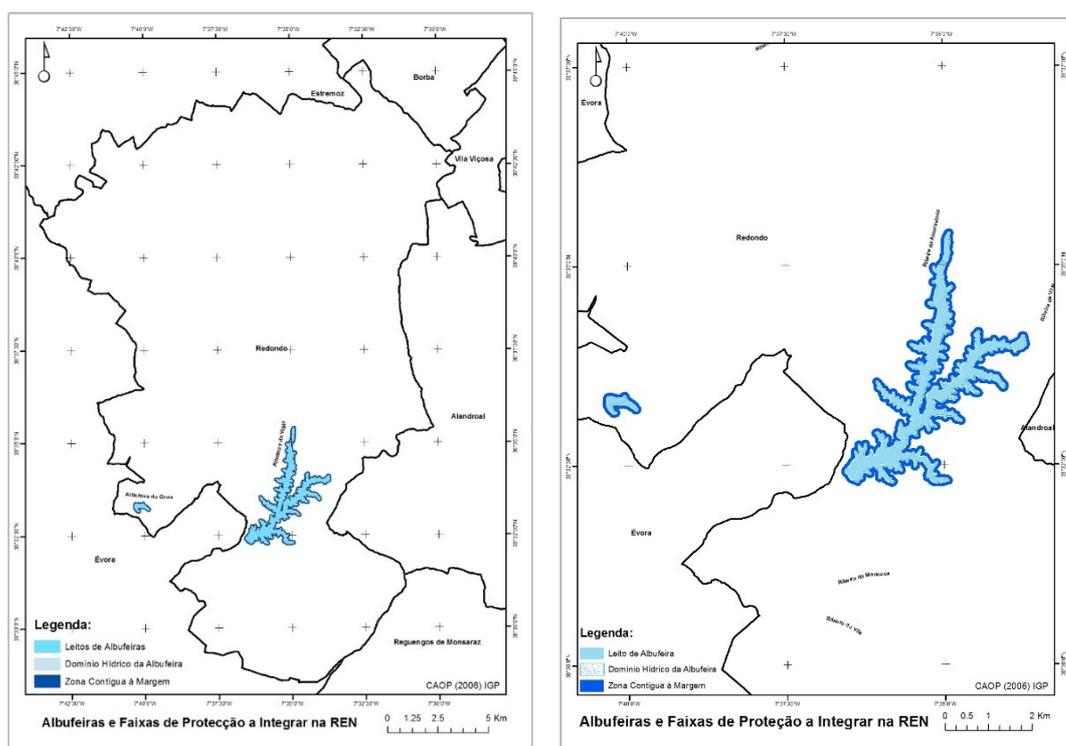
As albufeiras que integram a REN do Concelho de Redondo, com aprovação da APA, foram: a Albufeira da Vigia, de domínio público e a albufeira do Grou, de domínio privado com capacidade superior a 100 000m<sup>3</sup>, como se pode verificar no quadro e imagem abaixo. Integram a REN com uma faixa de proteção de 100 metros, onde 30 metros correspondem ao domínio hídrico da albufeira (margem) e 70 metros à zona contígua à margem. A delimitação dos Leitões das Albufeiras foram digitalizados tendo por base a carta militar de Portugal Série M888 de 2008 à escala de 1:25000, sendo esta a cartografia mais recente do concelho.

Quadro 4 - Albufeiras que integraram a REN

Albufeiras	Domínio	Faixa de Proteção (m)
Vigia	Público	100
Grou	Privado	100

Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

Figura 24 - Albufeiras e faixas de proteção que integram a REN



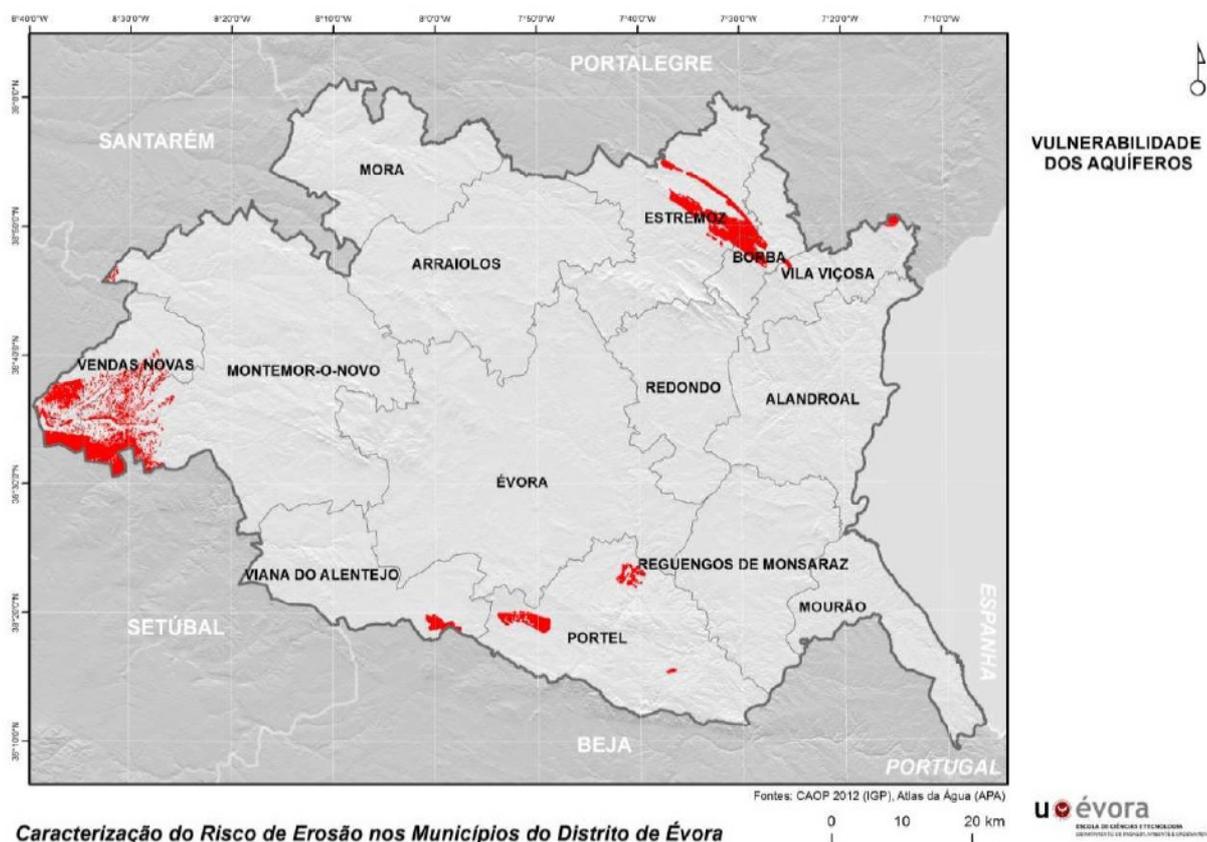
Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

- **Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos**

Para o cálculo do sistema de aquíferos no distrito de Évora, a Universidade de Évora aplicou o índice de vulnerabilidade EPIK, método desenvolvido especificamente para a avaliação da vulnerabilidade dos aquíferos cársicos conforme indicado nas orientações estratégicas da REN.

Com a análise do método EPIK verificou-se que o Concelho de Redondo não é afetado por nenhum sistema de aquífero de relevância como se pode verificar na figura abaixo.

Figura 25 - Vulnerabilidade elevada dos aquíferos



Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

- **Zonas ameaçadas pelas cheias**

Consideram-se como zonas ameaçadas pelas cheias, ou zonas inundáveis, as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados. Não estão incluídas nesta tipologia as áreas suscetíveis de inundação motivada por outros fenómenos, como por exemplo tsunamis, rotura de barragens ou diques.

Para o cálculo das zonas ameaçadas pelas cheias o trabalho iniciou-se com a aplicação do modelo hidrológico HEC-HMS e do modelo hidráulico HEC-RAS, associados a um Sistema de Informação Geográfica para o cálculo dos caudais de ponta de cheia e delimitação das zonas inundáveis para um período de retorno de 100 anos.

Com o desenvolvimento do trabalho e face à avaliação intermédia atrás referida, constatou-se que a abordagem inicial não permitiria produzir os resultados desejados, devido um conjunto de delimitações que desaconselhavam fortemente a aplicação dos modelos HEC-HMS e HEC-RAS à totalidade da área integrante deste estudo.

Considerando as limitações foi decidido adoptar uma metodologia distinta, fazendo recurso a um modelo experimental (SWAMP – Structural Water Accumulation Modelling Prediction) , desenvolvido anteriormente por um conjunto de membros da equipa do presente estudo, cujo potencial demonstrado em análises anteriores se tinha relevado extremamente significativo.

O modelo SWAMP destina-se primariamente à avaliação da pantanosidade estrutural, que pode ser descrita como a propensão para a acumulação de escoamentos e a sua estagnação decorrente de uma menor propensão para o movimento.

Neste modelo considera-se que a morfologia do terreno é simultaneamente a assinatura e a infraestrutura dos fenómenos hidrológicos e que os processos de acumulação de escoamento ocorrem em resultado de diversos fatores bem mais dificilmente modeláveis, sendo o seu comportamento passado, presente e futuro passível de ser inferido a partir do condicionamento infraestruturante da morfologia do terreno.

O modelo SWAMP integra a formulação e o processo de modelação geográfica assente na criação de um conjunto de variáveis morfométricas globais visando a criação de um índice de pantanosidade.

De entre as variáveis morfométricas e morfodinâmicas globais utilizadas merecem particular destaque as seguintes:

- HRACCM (Hydrological Reverse Accumulation Metric): variável morfométrica e morfodinâmica descrevendo um tensor de alargamento, obtida pela integração do valor estimado de acumulação reversiva através do modelo relativo do terreno para uma bacia ou sub-bacia hidrográfica com morfologia hidrológicamente funcional;
- HRTM (Hydrological Relative Terrain Model): modelo digital de elevações relativo, gerado a partir da modelação recursiva de escoamentos segundo o modelo D8clássico, sobre uma base do modelo digital de elevação definido a partir de processos de multi-resolução adaptativa com condicionamento hidrológico funcional.

Considerando a sua formulação matemática e os processos integrados de modelação geográfica, o modelo SWAMP permite para além da avaliação da pantanosidade estrutural, uma avaliação de altura de alargamento bem como o estabelecimento de funções de previsão de base logística, estabelecendo a probabilidade de classificação como local de cheia (1) ou de não-cheia (0) em todas as células de uma bacia hidrográfica representada matricialmente.

Assim, e face aos problemas encontrados na abordagem inicialmente seguida, decidiu-se utilizar o modelo SWAMP como base preditiva da ocorrência de cheias nas bacias hidrográficas que integram a área de estudo.

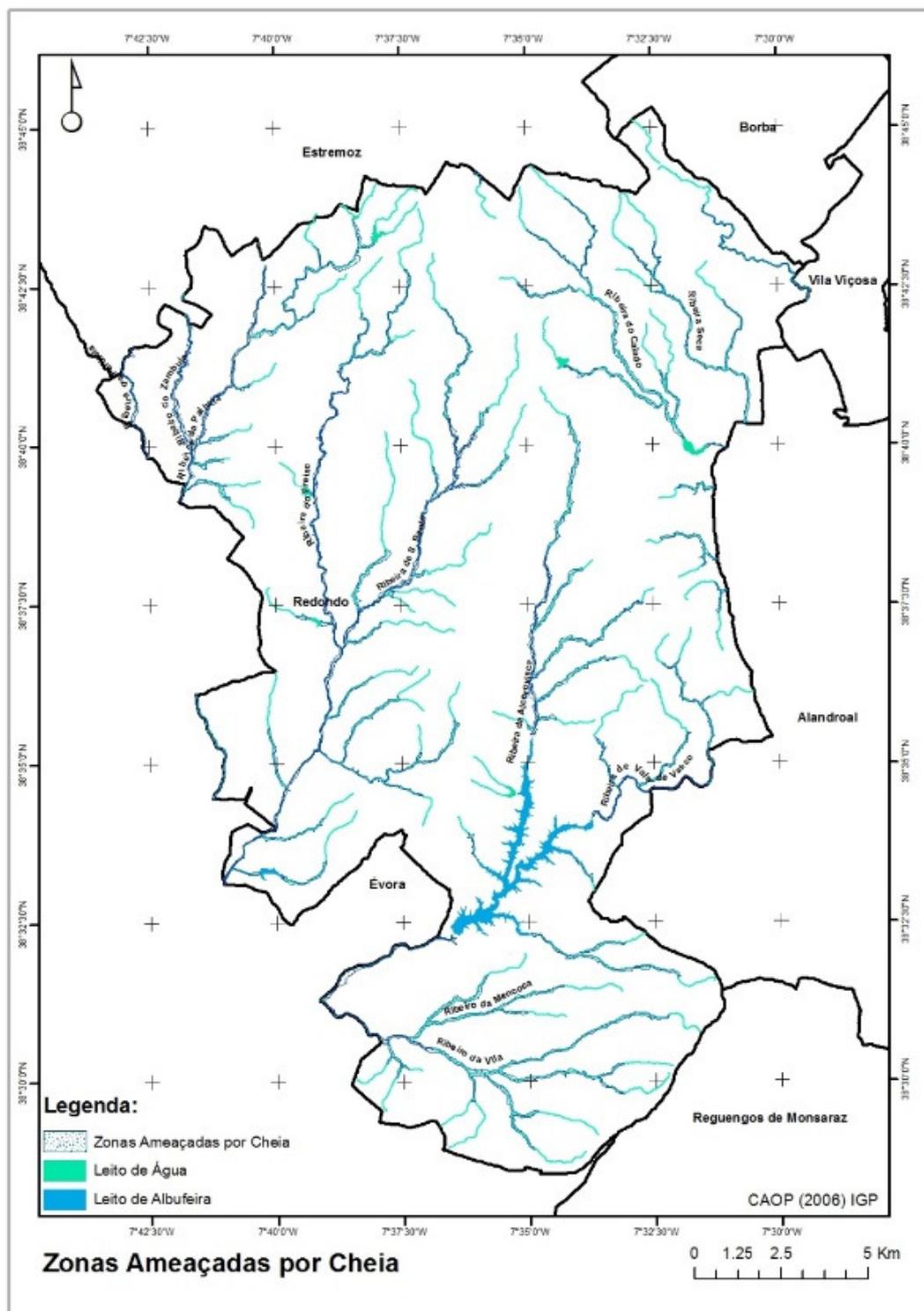
Os resultados alcançados permitiram a definição espacial das áreas de cheias para o concelho de Redondo, no entanto houve a necessidade de validação e correção de algumas áreas, indicadas pelo

---

modelo como zonas de cheias, onde não existe históricos de cheia, e consultando as características do terreno não existe a possibilidade de ocorrência de cheia. O modelo selecionou os leitos de albufeiras e cursos de água como áreas de cheias, no entanto, em reunião com a CCDRA e a APA verificou-se que o sistema “leitos de albufeiras” e “leitos de curso de água” não deve ter qualquer outro sobreposto, com exceção das “Áreas Estratégicas de Proteção e Recarga de Aquíferos”, desta forma foram eliminados todos os polígonos de risco de cheia coincidente com os leitos dos cursos de água e leitos de albufeiras.

As zonas ameaçadas pela cheia incidem nas ribeiras principais que atravessam o concelho de redondo, tais como a ribeira da Pardiela, o ribeiro do Zambujo, a ribeira da Palheta, ribeira do Freixo, ribeira de S<sup>o</sup> Bento, ribeira da Alcorovisca, ribeira do Calado, ribeira Seca, ribeira de Vale de Vasco, ribeira da Vila e ribeiro da Mencoca, totalizando esta classe uma área de 1 210,83 ha, como se pode verificar na figura seguinte.

Figura 26 - Imagem das Zonas de Cheias no Concelho de Redondo

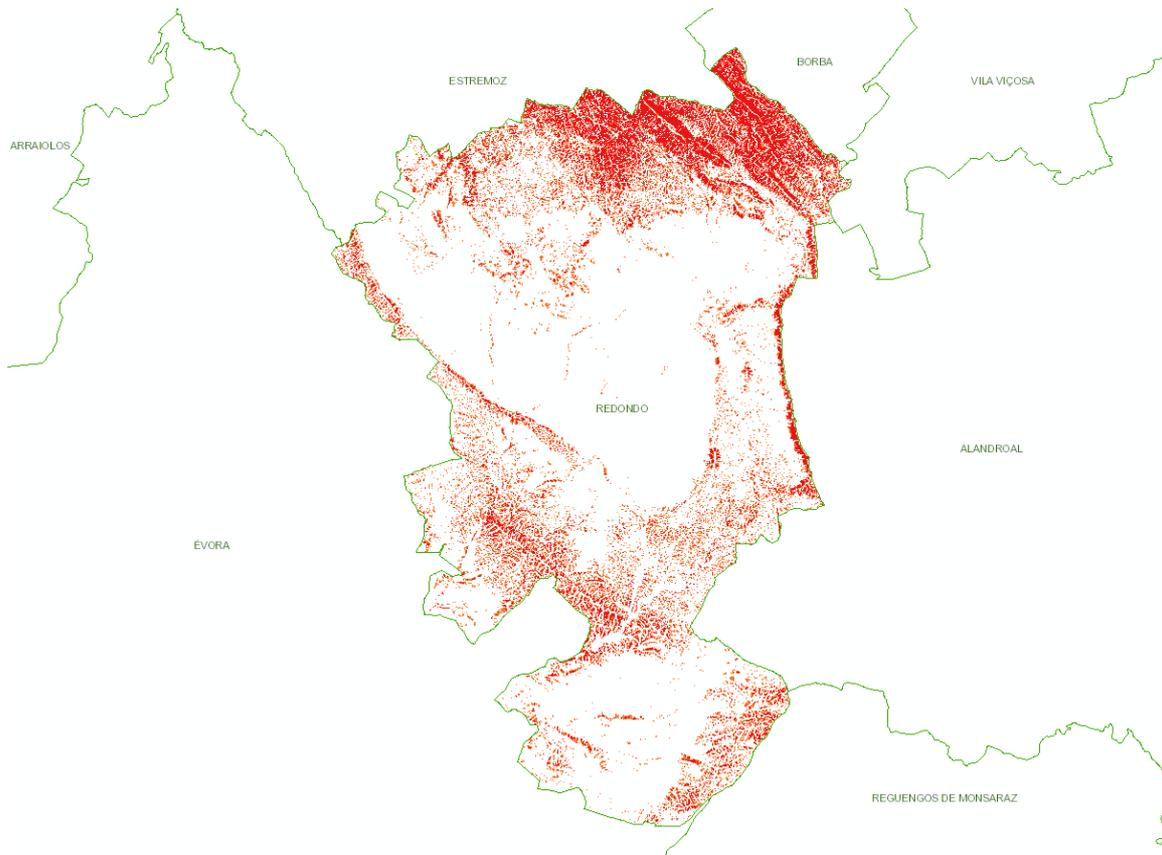


Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

- Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo

O cálculo das Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo (AEREHS) para o Concelho de Redondo foi realizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção Geral do Território (DGT), com base na erosividade da precipitação de Pena (2016), da erodibilidade dos solos determinada pela APA, I.P., e do fator topográfico calculada pela DGT, tal como apresenta a imagem seguinte:

Figura 27 - Erosão potencial do solo, através da aplicação da seguinte equação:  $A = R$  (Fonte: Pena, S.B., 2016) \*  $K$  (Fonte: APA) \*  $LS$  (Fonte: DGT), em ton/ha.ano



Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

No trabalho apresentado não foi efetuado o processo de generalização e/ou agregação de manchas.

Na reunião realizada entre o Município de Redondo e a CCDR-A foi analisada a proposta cedida pela APA e pela DGT, e decidido que o Município de Redondo se responsabilizava por realizar o processo de generalização e/ou agregação de manchas para que a carta final de Risco de Erosão Hídrica do Solo.

O processo de generalização teve por base os seguintes critérios, enviados pela CCDR-A:

- 1- Considerando que a unidade mínima cartográfica para a escala 1/25.000 é de 1 ha, sempre que a delimitação geográfica das tipologias (e.g. áreas estratégicas de proteção

e recarga dos aquíferos, áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo) origina áreas de dimensão igual ou inferior a 1 ha, essas são sujeitas a um processo de generalização: foram eliminadas as manchas isoladas iguais ou inferiores a 1 ha ou incluídas numa mancha adjacente se a proximidade for inferior a 25 ou 50 metros (testámos com as duas medidas).

- 2- Foram identificados os conflitos existentes com os usos atuais ou propostos e o sistema de REN, por ex. agroindústrias, perímetros urbanos, equipamentos, e ponderada a delimitação das áreas identificadas como REN.
- 3- Foram verificadas, sobre o ortofotomapa, imagem de satélite ou in loco eventuais incongruências decorrentes da aplicação direta do algoritmo.

Desta forma o modelo utilizado foi o seguinte:

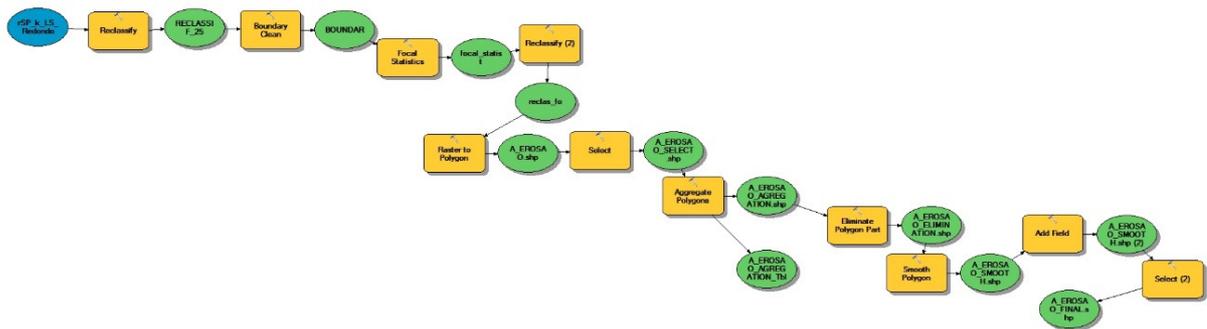
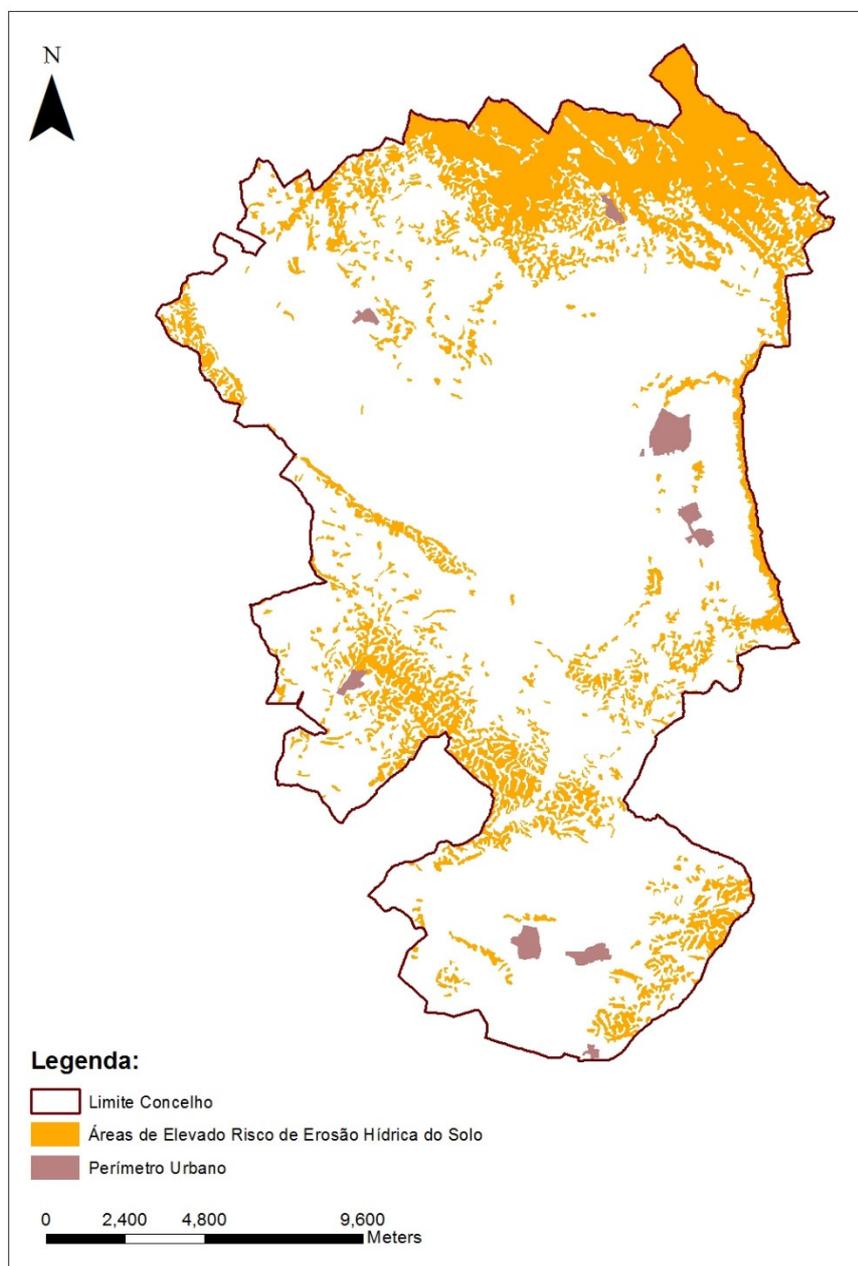


Figura 28 - Modelo utilizado no processo de generalização das Áreas de Risco de Erosão Hídrica do Solo

Posteriormente foi realizada uma análise criteriosa pelo Ortofotomapa de forma a identificar áreas que confrontavam com os perímetros urbanos e com o Leito de Albufeiras e Leito de Água, tal como áreas já desafetadas e incompatíveis com o regime da REN.

A carta final das Áreas de Risco de Erosão Hídrica do Solo para o Concelho de Redondo totaliza uma área de 7 443,86 ha.

Figura 29 - Cartas das Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo



Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

- **Áreas de instabilidade de vertentes**

A delimitação das áreas de instabilidade de vertentes deveria seguir a metodologia proposta pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro. Em concreto, a metodologia aponta para

que o modelo de delimitação destas áreas deva ter como informação fundamental o inventário de movimentos de massas em vertentes já ocorridos nas áreas dos municípios em análise. Assim, a delimitação de áreas de instabilidade de vertentes deveria obedecer aos seguintes procedimentos:

Inventariação, determinação da tipologia e análise dos movimentos de vertente já verificados no território, com recurso a análise de fotografia aérea e ortofotomapas, devidamente validada com trabalho de campo. A avaliação da suscetibilidade deve ser efetuada de modo individualizado para cada tipo de movimento de vertente que tenha incidência relevante no concelho, só sendo aceite o eventual tratamento conjunto quando se demonstre que a análise não resulta distorcida por essa opção. Pela maior importância que assumem no território português, deve ser dedicada uma atenção especial a três tipos de movimentos: desabamentos, deslizamentos e escoadas.

Identificação e cartografia dos fatores de pré-disposição (condicionantes) responsáveis pelo aparecimento ou aceleração dos movimentos. Os fatores de predisposição da instabilidade das vertentes são estáticos e inerentes ao terreno. Estes fatores condicionam o grau de instabilidade potencial da vertente e determinam a variação espacial da suscetibilidade do território à instabilidade. No procedimento de delimitação das áreas de instabilidade de vertentes devem ser considerados, pelo menos, os seguintes fatores de predisposição: declive, exposição das vertentes, curvatura das vertentes (perfil transversal), litologia e coberto vegetal/uso do solo. Adicionalmente, podem ser utilizados outros fatores relevantes, como é o caso dos solos, formações superficiais, Wetness Index, estrutura geológica.

Interpretação dos fatores com recurso a um modelo estatístico de relação espacial. A ponderação de cada classe de cada fator de predisposição da instabilidade de vertentes deve ser efetuada de forma objetiva e quantificada, através da aplicação do Método do Valor Informativo (Yin e Yan, 1988; Zêzere, 2002) sobre unidades de terrenos matriciais (pixéis).

Este método tem uma base Bayesiana, sustentando-se na transformação logarítmica (log natural) da razão entre probabilidade condicionada e probabilidade à priori. O Valor Informativo ( $li$ ) para qualquer variável independente  $X_i$  é determinado pela equação:

$$li = \log \frac{Si Ni}{S N}$$

onde:

$S_i$  é o número de pixéis com movimentos de massa em vertentes na variável  $X_i$ ;  $N_i$  é o número de pixéis com a variável  $X_i$  no território concelho;  $S$  é o número total de pixéis com movimentos de massa em vertentes no território concelho; e  $N$  é o número total de pixéis no território concelho.

Devido à normalização logarítmica,  $li$  não é determinável quando  $S_i = 0$ . Nestes casos, o valor de  $li$  deve ser assumido como igual ao  $li$  mais baixo determinado para o conjunto das variáveis de predisposição consideradas.

---

O valor de suscetibilidade para cada unidade matricial  $j$  é calculado pelo Valor Informativo total dado pela equação:

$$I_j = \sum_{i=1}^m X_{ij} I_j$$

onde:

$m$  é o número de variáveis e  $X_{ij}$  é igual a 1 ou 0, consoante a variável  $X_i$  está ou não presente no pixel  $j$ , respetivamente.

De seguida efetua-se a validação do modelo preditivo com a curva de sucesso. A qualidade da carta de avaliação da suscetibilidade à instabilidade das vertentes deve ser demonstrada pela aplicação de procedimentos de validação standardizados, baseados no cruzamento do inventário de movimentos com a carta de suscetibilidade. Utiliza-se a Taxa de Sucesso, que permite validar o mapa de suscetibilidade a partir do cruzamento com os mesmos movimentos de vertente que foram utilizados para a sua realização. A expressão gráfica da Taxa de Sucesso obtém-se através da representação da percentagem da área de estudo, hierarquizada por ordem decrescente de instabilidade (em abcissas) e a correspondente distribuição acumulada da área instabilizada corretamente classificada (em ordenadas).

Devem integrar-se as vertentes classificadas como mais suscetíveis pela aplicação do Método do Valor Informativo. A área a integrar deve ser a suficiente para garantir a inclusão de uma fração nunca inferior a 70% das áreas identificadas como instabilizadas no inventário referido no primeiro ponto deste subcapítulo. Assim, é expectável que cerca de 30% dos movimentos de massa em vertentes não sejam englobados na REN pelo modelo preditivo baseado na aplicação do Valor Informativo. A superfície correspondente aos movimentos de massa em questão deve ser incluída, acrescida de uma faixa de segurança de 10 m definida para o exterior dos limites de cada movimento.

Contudo, das reuniões de trabalho realizadas com a CIMAC e a CCDR-Alentejo resultou que a existir este tipo de informação não há a garantia de que os dados tenham sido recolhidos/registados com exatidão espacial minimamente credível para que se possa utilizar no processo de modelação proposto pelo RCM n.º 81/2012, de 3 de outubro. Para que o modelo estatístico de relação espacial explanado no RCM possa ter uma utilização cabal e os resultados sejam considerados fiáveis, é importante que o volume de dados sobre ocorrências de movimentos em vertentes seja significativo de modo a ser representativo da realidade do território em estudo.

Tendo em conta que a informação detalhada e sistemática sobre os registos de fenómenos de instabilidade de vertentes ocorridos no distrito de Évora não foi possível de obter, a aplicação da metodologia sugerida foi preterida por uma estratégia alternativa, mas verosímil.

Assim, considerando que no Alentejo as áreas com instabilidade de vertentes correspondem essencialmente a episódios isolados, associados a ocorrências geológicas em situação de relevo

---

acidentado, como escarpas de falha e zonas de serra, optou-se por seguir a metodologia utilizada no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo - PROTOVT (CCDRLVT, 2008). A metodologia utilizada teve por base a aplicação de um modelo heurístico para a delimitação das áreas de maior Suscetibilidade aos Movimentos de Vertente (SMV) já que não existiam inventários de ocorrência de movimentos de massa para a região. Este modelo sugere o cruzamento dos fatores considerados como sendo os principais condicionantes da instabilidade de movimento de vertentes, nomeadamente a litologia e o declive (Zêzere et al., 2005; CCDRLVT, 2008; Henriques, 2009).

Com base na metodologia citada anteriormente efetuou-se a agregação das unidades litológicas existentes. Esta agregação teve por base a Carta Geológica de Portugal à escala 1/500.000 dado que a série 1/50.000 não está completa para a totalidade do distrito de Évora. Do processo de agregação litológica resultou um conjunto de oito classes distintas, nomeadamente, Depósitos Superficiais, Rochas Carbonatadas Compactas, Rochas Graníticas e Afins, Rochas Quartzíticas e Afins, Rochas Sedimentares Detríticas, Rochas Sedimentares Plásticas, Rochas Vulcânicas e Rochas Xistentas. Após esta agregação adaptou-se para a realidade litológica do distrito de Évora os Limiares Críticos de Declive (LCD) (Tabela 3), os quais representam o limiar a partir do qual os materiais rochosos passam a ser considerados como formações com suscetibilidade à ocorrência de fenómenos de instabilidade (Zêzere et al., 2005; CCDRLVT, 2008; Henriques, 2009).

Quadro 5 - Unidades litológicas e limiares de declive

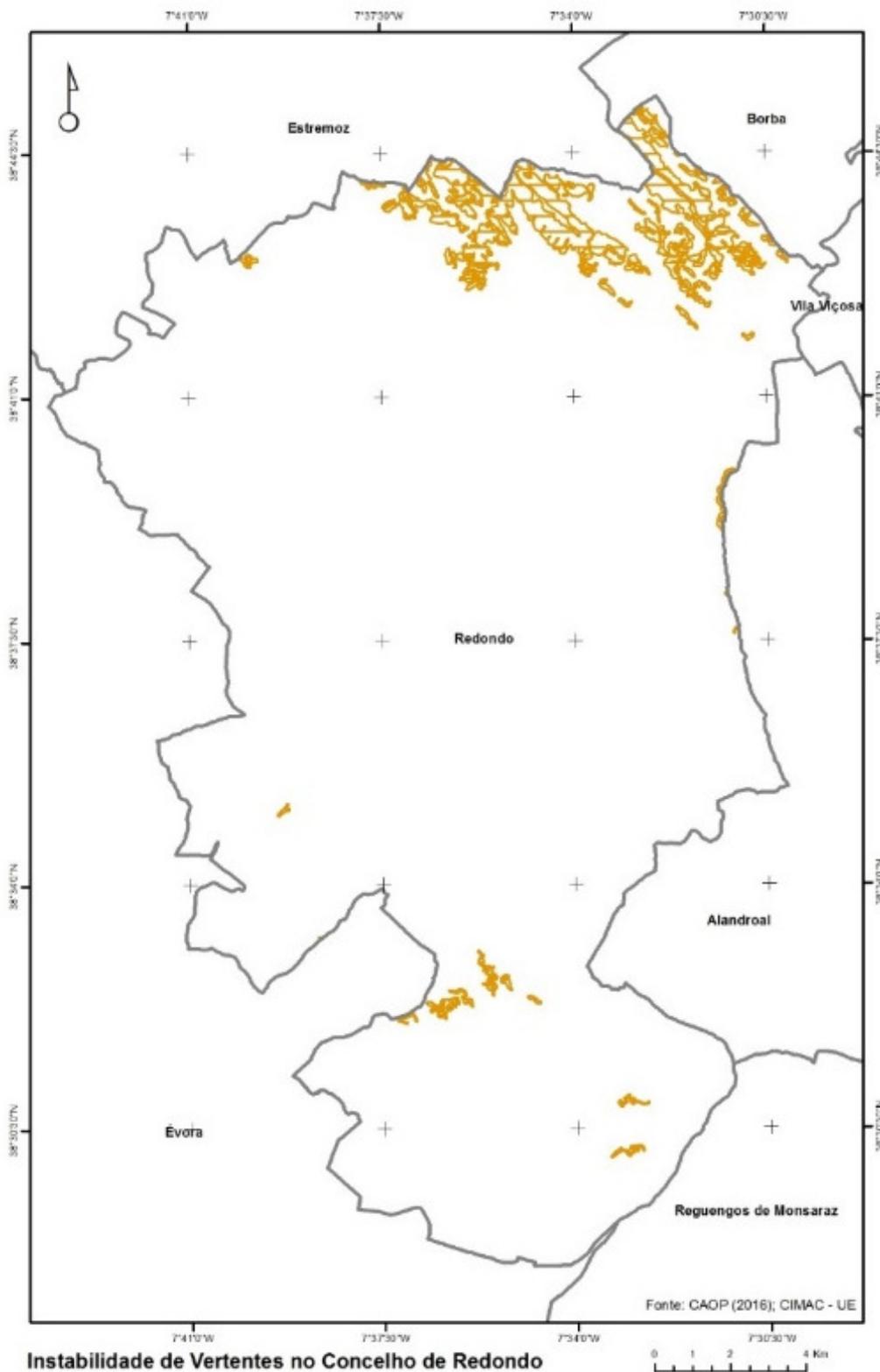
Classe litológica	Limiar Crítico de Declive (°)
Depósitos superficiais	10
Rochas carbonatadas compactas	25
Rochas graníticas e afins	25
Rochas quartzíticas e afins	25
Rochas sedimentares detríticas	15
Rochas sedimentares plásticas	10
Rochas vulcânicas	20
Rochas Xistentas	15

Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

Para o cálculo da Carta de Declives (em graus) foi utilizada a altimetria fornecida pela CIMAC. O processamento desta informação foi desenvolvido em ambiente SIG com recurso ao algoritmo “Topo to Raster” implementado no software ArcGIS 10.1 (Hutchinson, 1989) tendo-se gerado uma Carta de Declives com resolução espacial de 10m através do método de Horn (Horn, 1981). O cruzamento destas duas informações gerou um mapa que evidencia as áreas de maior suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertentes.

A delimitação das áreas de instabilidade de vertentes, segundo a metodologia anteriormente descrita, permitiu a identificação de situações que suscitam uma preocupação acrescida. No concelho de Redondo a área de maior suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa surgem maioritariamente concentradas na zona da Serra D’Ossa onde a litologia xistosa e os declives superiores a 15º se conjugam e lhe conferem uma maior instabilidade. Esta classe totaliza uma área de 1 132,11 ha.

Figura 30- Áreas de suscetibilidade à ocorrência de vertentes no Concelho de Redondo



Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

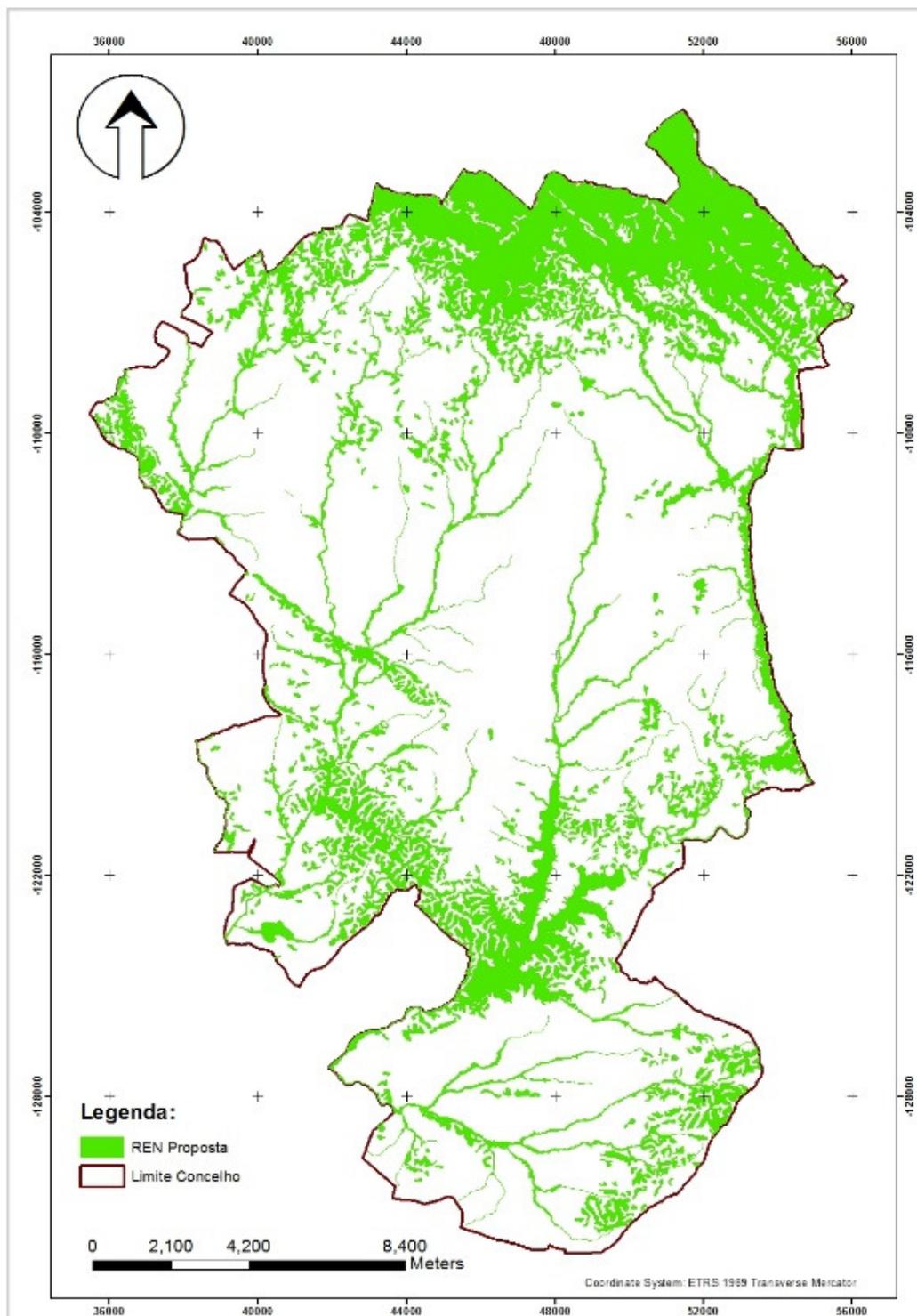
Atualmente a Reserva Ecológica Nacional abrange uma área de 11 280,98 ha, ocupando 25,41% da Área total do Concelho de Redondo, composta por: cursos de água, leito de curso de água, faixa de proteção do curso de água, leito de albufeira, domínio hídrico da albufeira, zona contígua à margem, zonas ameaçadas por cheia, áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e áreas de instabilidade de vertentes, como consta nas orientações estratégicas e como se pode verificar na tabela seguinte.

Quadro 6 - Quantificação das tipologias de Áreas REN em vigor

<b>Classes REN Proposta</b>	<b>Área (ha)</b>
Leito de Água	<b>135,8</b>
Leito de Albufeira	<b>287,4</b>
Áreas de instabilidade de vertentes	<b>1132,1</b>
Zona ameaçada por cheia	<b>1210,8</b>
Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	<b>7443,9</b>
Faixa de Proteção dos cursos de água	<b>690,1</b>
Domínio hídrico da albufeira	<b>123,17</b>
Zona contígua à margem	<b>257,8</b>

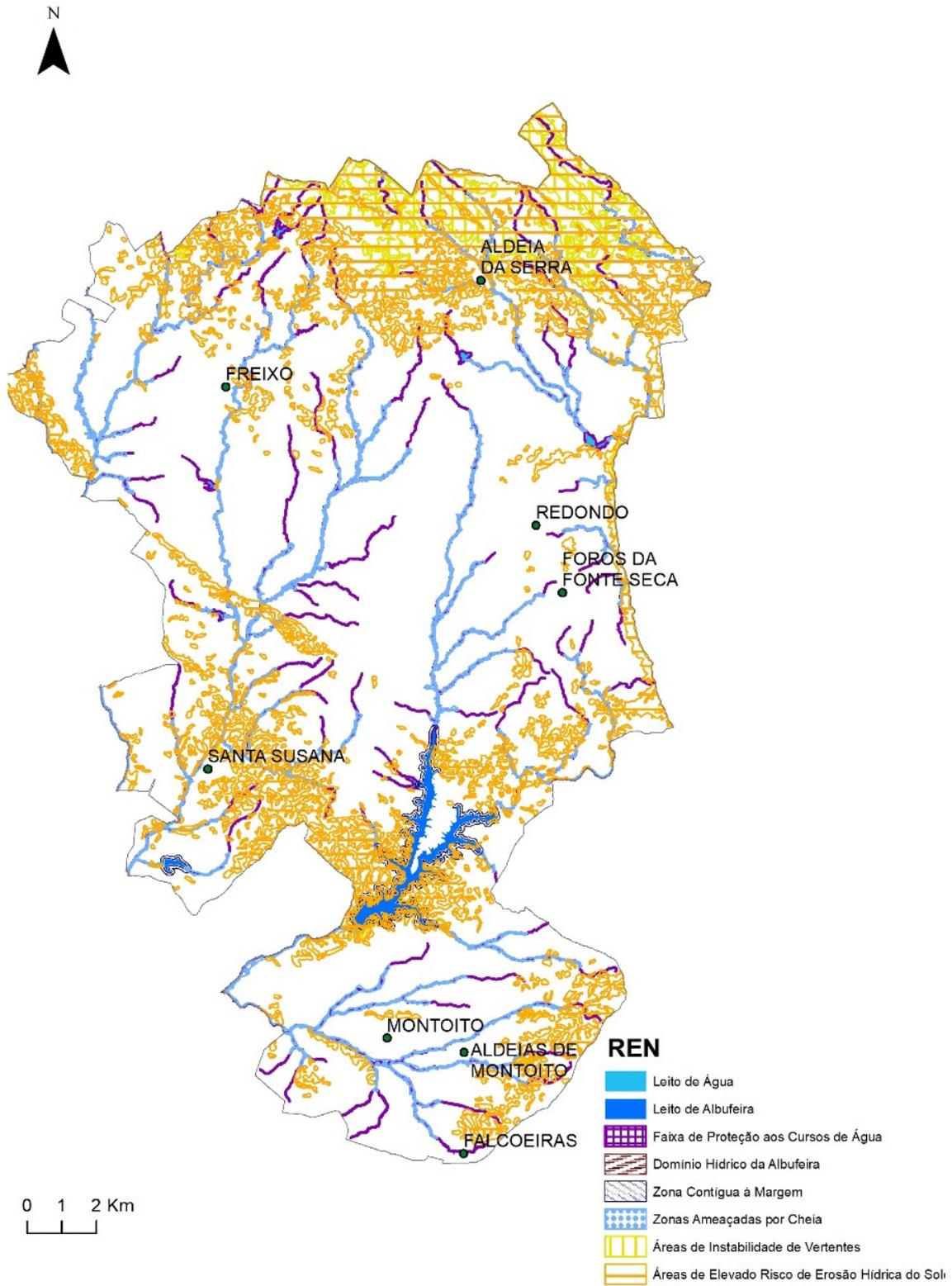
Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

Figura 31 - REN em Vigor



Fonte: Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Redondo / CMR

Figura 32 – Reserva Ecológica Nacional (REN)

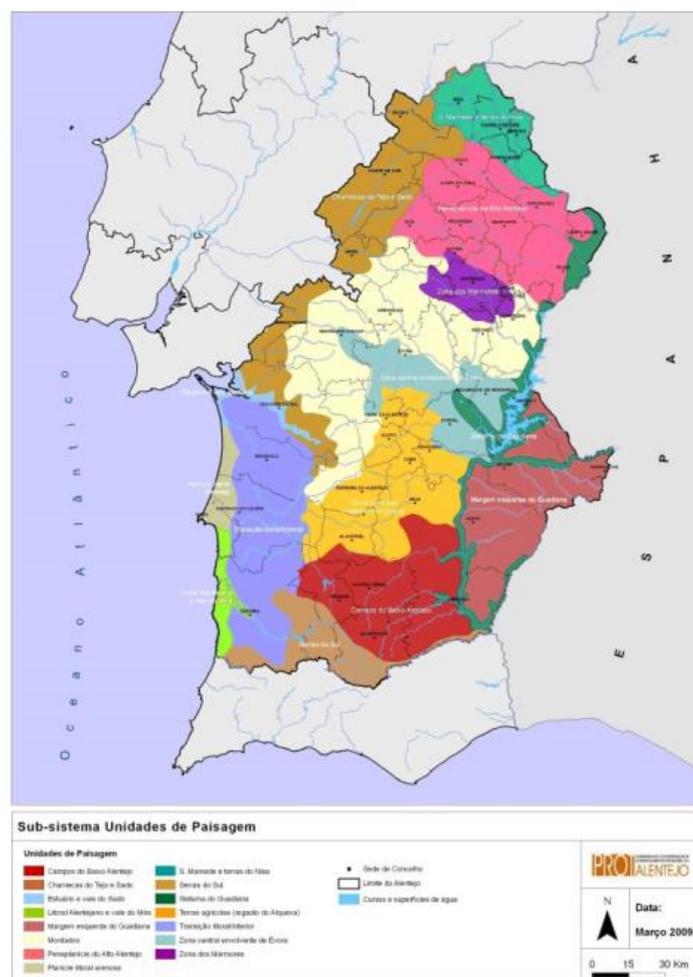


Fonte: CMR

## 6. PAISAGEM

Tendo em conta as Unidades de Paisagem definidas no PROT – Alentejo (2010), o município do Redondo inclui-se maioritariamente na unidade de paisagem (UP) “Montado” e, a norte, numa pequena área da unidade “Zona dos Mármore”, a qual corresponde a uma parte da área ocupada pela Serra d’Ossa. Na parte sul do Concelho, já na freguesia de Montoito, prevalece uma UP designada como “zona central envolvente de Évora”.

Figura 33 – Unidades de Paisagem definidas no PROT-Alentejo



Fonte: PROT-Alentejo, 2010

As Unidades de Paisagem (UP) do município do Redondo que iremos definir na segunda fase dos trabalhos de revisão do PDM, quando estiverem em causas os primeiros estudos contributivos para a definição da estrutura ecológica municipal (EEM) e respetivas medidas de gestão, terão por base o conceito de que «a paisagem é um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração

particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter» (DGOTDU, 2004).

Deste modo, a análise da Paisagem será feita com base na avaliação do seu carácter, partindo da interação entre um conjunto de variáveis biofísicas como a geologia, a morfologia, a hidrografia e os solos. Por sua vez, as Unidades de Paisagem serão definidas a partir da avaliação pericial das variáveis que mais determinam o seu carácter, de entre a geologia, a morfologia, o solo e os seus padrões de ocupação.

De forma preliminar e em grandes traços de uma primeira avaliação, existem pelo menos duas unidades distintas: a unidade relativa à Serra d'Ossa e a unidade relativa à peneplanície. A Serra d'Ossa apresenta um grande contraste com a peneplanície, que tem a ver com a morfologia e com a textura das superfícies, como já foi referido. A Serra d'Ossa trata-se de uma unidade descaracterizada pela florestação maciça com espécies exóticas, perdendo grande parte da sua identidade, pelo que serão necessárias medidas de gestão que façam a sua reconversão, para assumir novamente características únicas. Dentro da peneplanície poderão ser definidas outras unidades, com características diferentes. Por exemplo, junto dos aglomerados urbanos é possível observar a pequena e média propriedade com construções dispersas e culturas permanentes de oliveiras e videiras, hortas e ferragiais, que se diferenciam das áreas de subsistemas agroflorestais de azinheiras.

A área do Montoito também apresenta em termos de ocupação do solo uma maior compartimentação comparativamente à área central do concelho do Redondo, pelo que também se poderá aí definir uma Unidade de Paisagem.

### III. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DE RISCOS

## 1. Caracterização dos Riscos

### 1.1. Análise do Risco

Segundo o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC) do Concelho de Redondo, a caracterização dos riscos deriva da sua identificação e da probabilidade e gravidade com que podem ou não ocorrer.

No concelho de Redondo a probabilidade de acidente grave depende de alguns riscos que existem devido a algumas vulnerabilidades, quer em termos de riscos naturais quer em termos de riscos tecnológicos.

A matriz de análise do risco foi realizada de acordo com os procedimentos metodológicos vertidos no Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Proteção Civil (ANPC, 2009). Neste contexto, o risco é classificado pela interseção entre a probabilidade de ocorrência do evento perigoso e o grau de gravidade dos danos potenciais que o mesmo pode produzir.

O Quadro 7 e Quadro 9 representam, respetivamente, os descritores das classes de probabilidade e de gravidade utilizadas neste Plano. A classificação do Risco, a partir do cruzamento entre a probabilidade e a gravidade, foi efetuada de acordo com a matriz proposta pela ANPC (2009) representada no Quadro 10.

Quadro 7 - Grau da Probabilidade

Probabilidade	Descrição
Elevada	É expectável que ocorra em quase todas as circunstâncias;
	E/ou nível elevado de incidentes registados;
	E/ou fortes evidências;
	E/ou forte probabilidade de ocorrência do evento;
	E/ou fortes razões para ocorrer;
	Pode ocorrer uma vez por ano ou mais.
Média-Alta	Irá provavelmente ocorrer em quase todas as circunstâncias;
	E/ou registos regulares de incidentes e razões fortes para ocorrer;
	Pode ocorrer uma vez em cada cinco anos.
	Pode ocorrer uma vez em períodos de 5-10 anos.
Média	Poderá ocorrer em algum momento;

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

	E/ou com uma periodicidade incerta, aleatória e com fracas razões para ocorrer
	Pode ocorrer uma vez em cada 20 anos.
	Pode ocorrer uma vez em períodos de 20-50 anos.
Média- Baixa	Média-Baixa
	Não é provável que ocorra;
	Não há registos ou razões que levem a estimar que ocorram;
	Pode ocorrer uma vez em cada 100 anos.
Baixa	Poderá ocorrer apenas em circunstâncias excecionais.
	Pode ocorrer uma vez em cada 500 anos ou mais.

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Quadro 8 - Grau de Gravidade

Classificação	Impacto	Descrição
Residual	População	Não há feridos nem vítimas mortais. Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário (não há suporte ao nível monetário nem material). Danos sem significado.
	Ambiente	Não há impacto no ambiente.
	Socioeconomia	Não há ou há um nível reduzido de constrangimentos na comunidade Não há perda financeira.
Reduzida	Socioeconomia	Pequeno número de feridos mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações e retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos
	Ambiente	Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros.
	Socioeconomia	Disrupção (inferior a 24 horas). Alguma perda financeira
Moderada	População	Tratamento médico necessário, mas sem vítimas mortais. Algumas hospitalizações. Retirada de pessoas por um período de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos.
	Ambiente	Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros.
	Socioeconomia	Alguma disrupção na comunidade (menos de 24 horas). Alguma perda financeira.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Classificação	Impacto	Descrição
Acentuada	População	Número elevado de feridos e de hospitalizações. Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Vítimas mortais. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos.
	Ambiente	Alguns impactes com efeitos a longo prazo.
	Socioeconomia	Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária.
Crítica	População	Grande número de feridos e de hospitalizações. Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Significativo número de vítimas mortais. Pessoal de apoio e reforço necessário.
	Ambiente	Impacte ambiental significativo e ou danos permanentes.
	Socioeconomia	A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo.

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Quadro 9 - Matriz de Risco

Probabilidade elevada	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo	Risco extremo
Probabilidade média-alta	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade média	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade média-baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado	Risco extremo
Probabilidade baixa	Risco baixo	Risco baixo	Risco moderado	Risco moderado	Risco elevado
	Gravidade residual	Gravidade reduzida	Gravidade moderada	Gravidade acentuada	Gravidade Crítica

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

O Quadro 10 representa a matriz de Risco para o concelho de Redondo. Refira-se que, na construção da matriz, se considerou, para cada categoria de risco, a possibilidade de ocorrência de eventos com a máxima

severidade plausível. Adicionalmente, na caracterização global da gravidade de cada risco foi atribuída uma ponderação duas vezes superior aos impactos na população, por comparação com os admitidos para o ambiente e para a socio economia.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 10 - Matriz de Risco para o Concelho de Redondo

Categoria	Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco	
		Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual		
Riscos Naturais	Condições Meteorológicas Adversas	Fenómenos Atmosféricos Adversos					X				X		Baixo
		Ondas de Calor			X						X		Moderado
	Hidrologia	Seca			X						X		Moderado
		Cheias e Inundações				X					X		Baixo
	Geologia	Sismos					X					X	Baixo
Riscos Tecnológicas	Atividade e Indústria	Acidentes Industriais					X					X	Baixo
		Transportes	Transporte de Matérias Perigosas					X					X
	Acidentes de Tráfego					X					X		Baixo
	Vias de Comunicação e Infraestruturas	Ruturas de Barragens					X				X		Baixo
Áreas Urbanas	Incêndios Urbanos					X				X		Baixo	
Riscos Mistos	Incêndios Florestais	X							X			Elevado	

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

### 1.1.1. Riscos de Origem Natural

Os riscos de origem natural mais suscetíveis de ocorrer no Concelho de Redondo são os seguintes:

- **Fenómenos Meteorológicos Adversos**

Em Portugal, as situações meteorológicas adversas têm vindo a merecer maior atenção, uma vez que são caracterizadas pela violência e pela agressividade dos elementos em presença, que provocam consequências humanas irreparáveis e destruições e prejuízos elevados.

No Inverno e nas estações que o antecede e o sucede ocorrem fenómenos meteorológicos habitualmente designados por Temporais e caracterizam-se pela violência e pela intensidade dos diversos elementos climáticos em presença, nomeadamente do vento, do frio, do granizo e das precipitações, acompanhadas ou não por trovoadas.

Os temporais e os tornados que atingem o território de Portugal podem ser previstos com a antecipação de alguns dias, a partir do estudo da evolução das situações premonitórias típicas da sua ocorrência. O acompanhamento da evolução e do percurso das formações meteorológicas geradoras destes fenómenos permite antever o início da eclosão, as intensidades e as regiões atingidas e a atingir pelos tornados e temporais.

No concelho de Redondo não é muito comum ocorrerem situações meteorológicas adversas, no entanto se tal situação se verificar poderão ser afetadas as zonas históricas do concelho, uma vez que é onde se situam os edifícios mais antigos que poderão sofrer derrocadas.

Poderá também ocorrer quedas de árvores e estruturas que poderão afetar as vias de comunicação do concelho.

Quadro 11 – Probabilidade e gravidade de situações meteorológicas adversas no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Fenómenos Atmosféricos Adversos					x				x		Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Ondas de Calor**

Em termos técnicos, considera-se que ocorre uma onda de calor quando, num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio diário no período de referência.

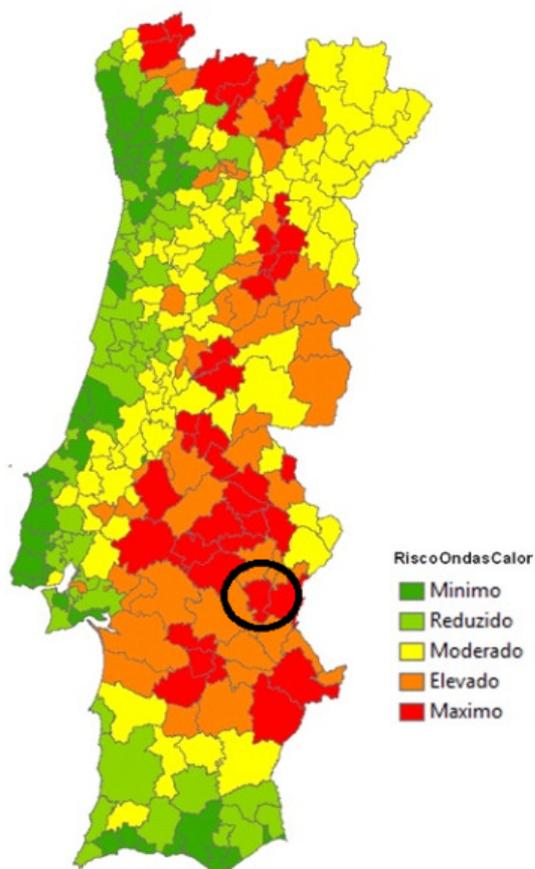
Apesar de poderem ocorrer em qualquer altura do ano, as ondas de calor são mais notórias e os seus efeitos mais sentidos quando acontecem nos meses de Verão (Junho, Julho e Agosto). De acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o mês de Junho é o mês do Verão em que as ondas de calor ocorrem com maior frequência em Portugal Continental. Nos últimos anos no concelho de Redondo registaram-se as seguintes ondas de calor:

Quadro 12 - Registo das Ondas de Color no Concelho de Redondo

Onda de Calor	Nº de dias
10 a 20 Julho de 1981	> 11
10 a 18 Julho 1991	8-9
29 Julho a 15 Agosto 2003	> 11
30 Maio a 11 Junho 2005	8-9
15 a 23 Junho 2005	6-7

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Figura 34 - Carta de Risco de Ondas de Calor de Portugal Continental (ANPC, 2014)



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Pela análise da carta de risco de ondas de calor verifica-se que o concelho de Redondo tem um risco máximo para a incidência das ondas de calor (Figura 30).

No entanto é pertinente analisar a dinâmica interna do concelho, nomeadamente ao nível da vulnerabilidade da população exposta. Desta forma as ondas de calor assumem especial importância quando estamos perante grupos de risco, nomeadamente crianças, idosos, portadores de doenças crónicas (cardiovasculares, respiratórias, renais, diabetes), pessoas acamadas, não descurando, pessoas com problemas de saúde mental, trabalhadores expostos ao sol e/ou calor e pessoas que vivem em más condições de habitação.

Em termos espaciais é necessário ter em consideração o levantamento dos locais onde se encontram idosos, lares, santa casa da misericórdia e centros de dia e os infantários, escolas, entre outros.

É ainda imprescindível que se proceda à identificação da população idosa que habita, quer nos aglomerados urbanos mais antigos, quer nos montes mais isolados, uma vez que o parque habitacional no qual habitam é antigo e na maioria dos casos não têm qualquer sistema de refrigeração.

Por último, no que concerne, à vigilância e monitorização de ondas de calor com potenciais efeitos na saúde humana implementa-se, sazonalmente, o Sistema de Vigilância Ícaro. Este projeto nacional que engloba atividades de investigação, vigilância e monitorização, fundamentalmente, do efeito de ondas de calor na mortalidade e morbilidade humanas, teve início em 1999, numa parceria com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera e com a participação da Direção Geral da Saúde e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Desde 2004 faz parte integrante do Plano de Contingência de Ondas de Calor. Genericamente o índice Ícaro é um valor que relaciona o calor com a mortalidade. O objetivo deste índice é refletir a mortalidade estimada possivelmente associada aos fatores climáticos previstos.

Quadro 13 – Probabilidade e gravidade de situações de ondas de calor no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Crítica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Ondas de Calor			x						x		Moderado

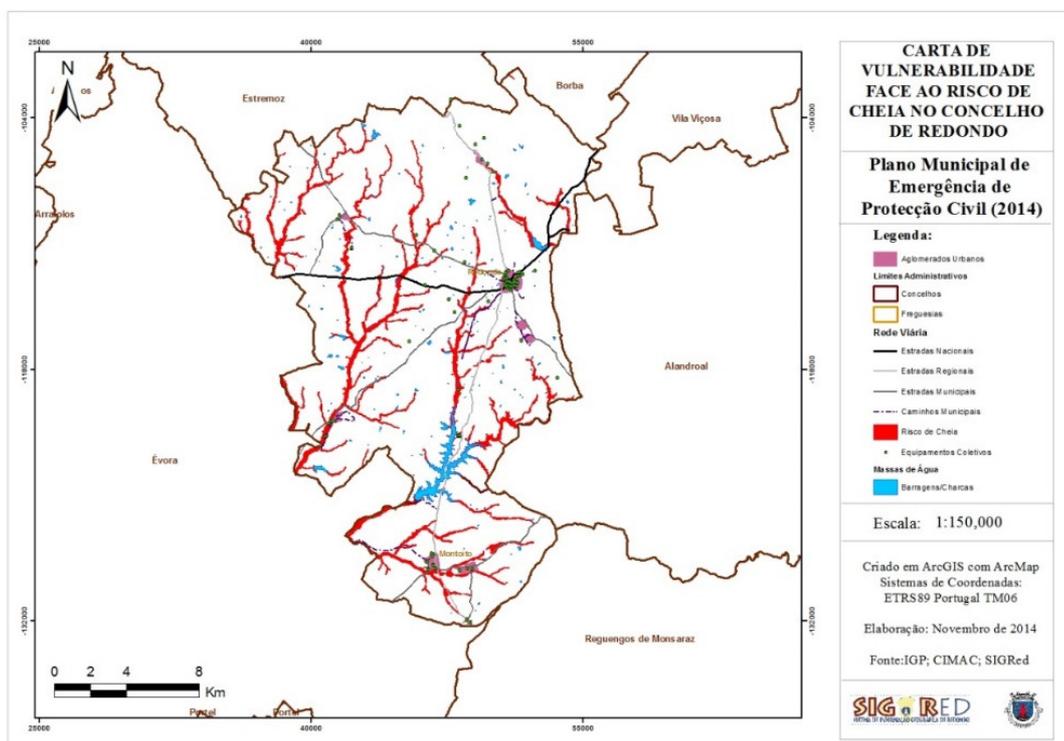
Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Cheias e Inundações**

Grande parte das inundações ocorridas no concelho são desencadeadas pelas chuvas torrenciais. Este tipo de fenómeno natural ocorre geralmente na estação climática do Inverno e também na que a precede (Outono) ou lhe sucede (Primavera). Esta situação meteorológica é caracterizada pela violência e agressividade dos elementos em presença, podem provocar consequências humanas irreparáveis,

destruição e prejuízos elevados. São fenómenos de difícil previsão, que provocam rapidamente inundações urbanas, especialmente das zonas mais baixas da Vila de Redondo (habitações e estabelecimentos, ruas e estradas), na EN 254 (junto à Adegas de Redondo), CM 1102 (Vinhas) e em Santa Susana (Rua Principal) pela dificuldade de os coletores drenarem as águas pluviais que se concentram muito rapidamente.

Figura 35 - Carta Vulnerabilidade face ao Risco de Cheia do Concelho de Redondo



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

As inundações podem surgir devido à ocorrência excecional relativa ao comportamento das barragens, cuja evolução não controlada é suscetível de conduzir à rutura de uma ou mais componentes estruturais, podendo originar uma onda e inundação. No entanto, uma cheia provocada por chuvas intensas e repentinas, dificilmente permitirá que as populações sejam avisadas.

Quadro 14 – Probabilidade e gravidade de situações de cheias e inundações no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Crítica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Cheias e Inundações				X					X		Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Seca**

A seca é entendida como uma condição física transitória caracterizada pela escassez de água, associada a períodos extremos de reduzida precipitação mais ou menos longos, com repercussões negativas significativas nos ecossistemas e nas atividades socioeconómicas.

Segundo a United Nations - International Strategy for Disaster Reduction. Terminology of disaster risk reduction, 2000, a seca pode ser:

- Agrícola – Défice significativo da humidade do solo, em que se esgota a capacidade de suporte dos ecossistemas agrícolas.
- Climática – Caracterizada através de uma variável climática – período de precipitação anormalmente reduzida.
- Hidrológica – Caracterizada por uma componente do ramo terrestre do ciclo hidrológico (escoamento, humidade do solo, níveis piezométricos, entre outros) ser anormalmente reduzido.
- Urbana – Défice significativo relativo às disponibilidades hídricas nos sistemas de captação de água para abastecimento.

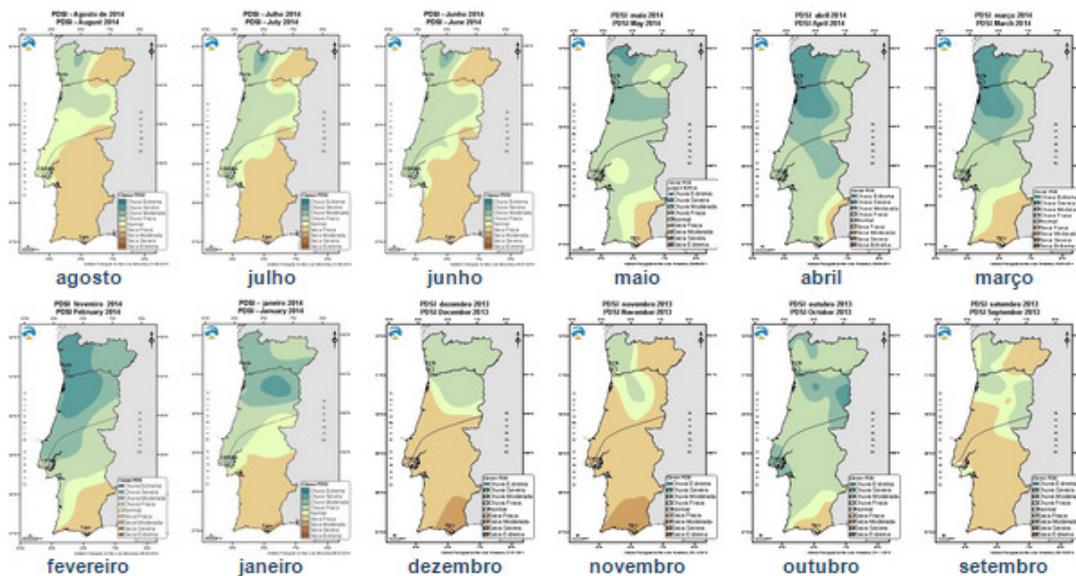
As condições para que uma seca se instale estão também relacionadas com diversos fatores, como por exemplo o incorreto ordenamento do território, insuficientes infraestruturas de armazenamento de água, a sobre utilização das reservas hídricas subterrâneas, uma gestão incorreta do consumo de água e até a desflorestação das áreas florestais.

Segundo Rebelo (2003) a seca é um risco climático típico do domínio mediterrâneo no qual Portugal se encontra, assim como a área em estudo, caracterizado por períodos estivais quentes e secos, por vezes excessivamente prolongados, e por outro lado caracterizado por períodos de bom tempo associado a anticiclones que ocorrem durante o Inverno.

Apresentam-se em seguida os valores mensais da percentagem de território do Continente em cada uma das classes de seca meteorológica, entre setembro 2013 e agosto 2014 (Figura 36).

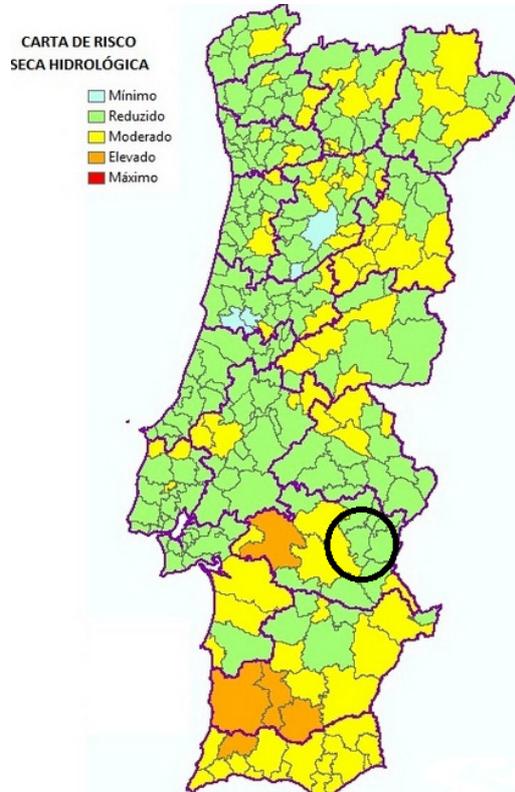
Nos últimos 12 meses não se verifica a ocorrência de um período de seca contínuo, apenas nalguns meses se verifica a ocorrência da situação de seca fraca mas sem grande significado. No final de agosto 56% do território encontrava-se em seca fraca.

Figura 36 - Monitorização da Seca Índice PDSI Set 2013 a Out 2014 (IPMA,2014)



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Figura 37 - Carta de Risco de Seca Hidrológica de Portugal Continental (ANPC, 2014)



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Pela análise da e tendo em consideração a escala de análise supra municipal para a região Alentejo, podemos verificar que Redondo apresenta uma suscetibilidade reduzida à seca hidrológica. No entanto, o registo de ocorrências de secas anteriores, os dados de precipitação, temperatura do ar pode considerar-se que o concelho de Redondo apresenta um grau de risco moderado.

Em termos de vulnerabilidade e elementos expostos, quando estudamos a severidade de uma seca esta assume maiores repercussões nos setores agrícola e habitacional, com a falta de abastecimento de água e indiretamente a degradação da qualidade da água e a erosão do solo.

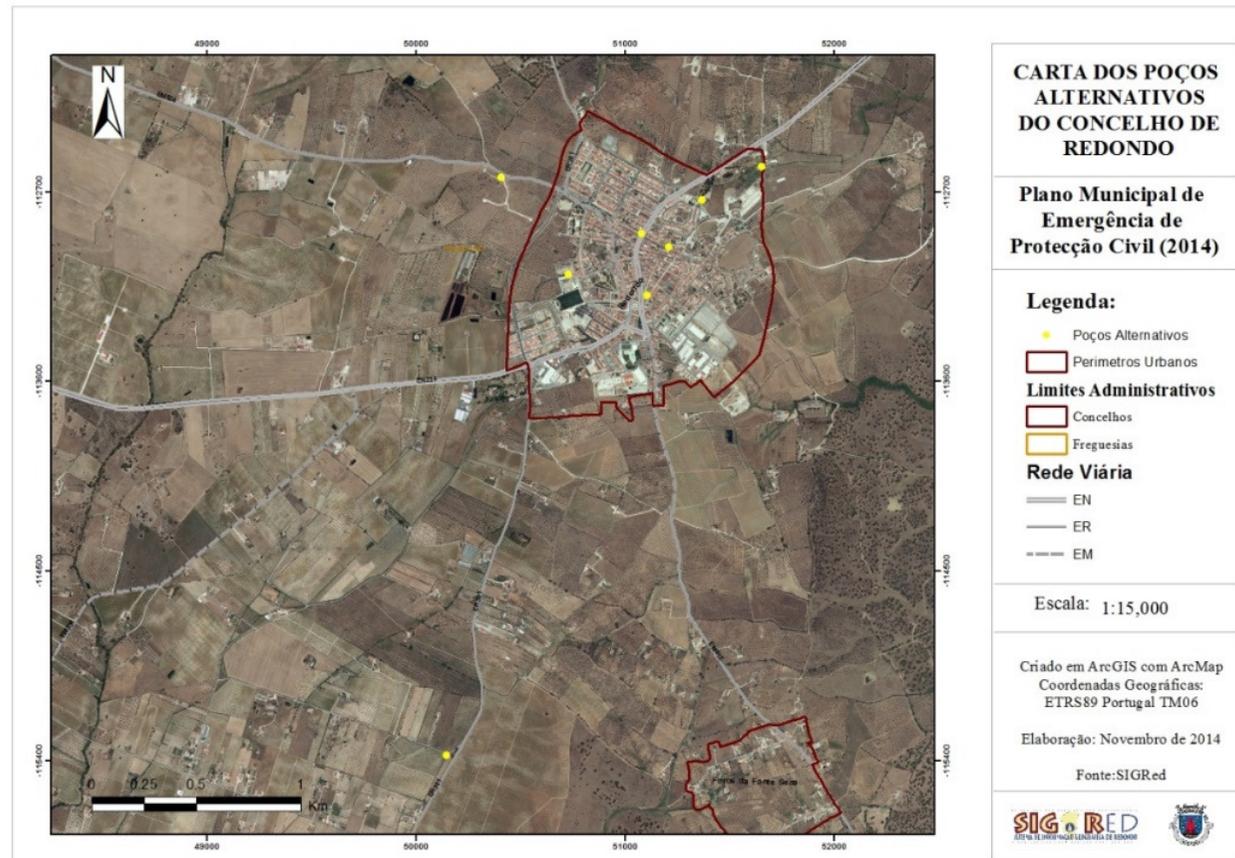
Em caso de ocorrência degradação acentuada da qualidade da água da albufeira da Vigia, que a torne inviável para consumo humano, serão ativados os furos e poços alternativos (

Figura 38). Após um tratamento adequado, a água dos furos será transportada por autotanque para os reservatórios municipais de abastecimento de água.

Na situação de esgotamento de furos destinados ao embeberamento dos animais e à rega em alguns aglomerados rurais, situação esta que será colmatada por formas alternativas de fornecimento de água, designadamente através de autotanques dos Bombeiros Voluntários de Redondo, para abastecimento de reservatórios.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

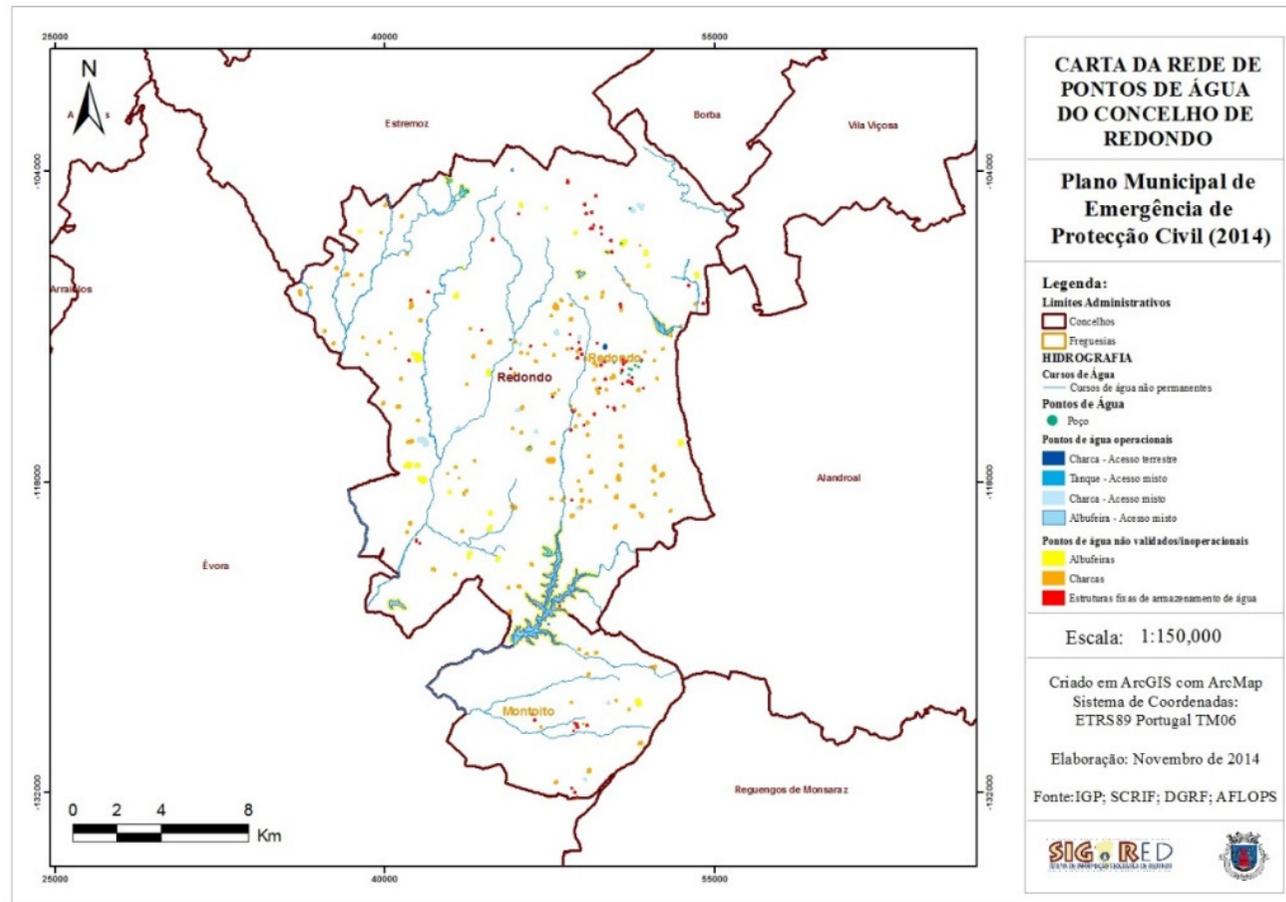
Figura 38 - Carta de Poços Alternativos do Concelho de Redondo



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 39 - Carta de Pontos de Água do Concelho de Redondo



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Quadro 15 – Probabilidade e gravidade de situações de seca no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Crítica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Seca			x						x		Moderado

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Sismos**

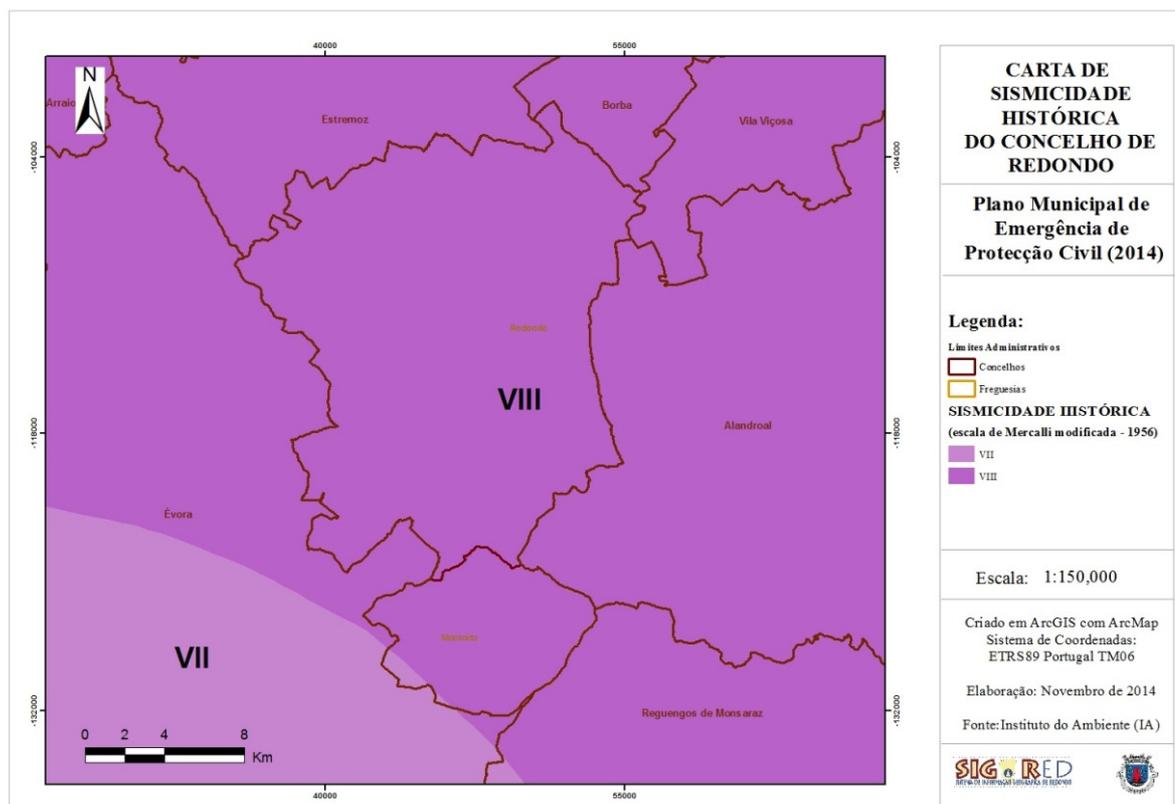
Segundo Cabral 2003, os sismos correspondem a vibrações das rochas resultantes da passagem de ondas sísmicas de diversos tipos. Estas vibrações junto à superfície podem causar grandes danos nas estruturas produzidas pelo Homem.

Um sismo é pois um fenómeno natural resultante de uma rotura mais ou menos violenta no interior da crosta terrestre, na qual ocorre libertação de uma grande quantidade de energia e que provoca vibrações que se transmitem a uma vasta área circundante. De salientar que à quantidade de energia libertada no foco damos o nome de magnitude e ao grau de severidade do movimento do solo provocado por um sismo damos o nome de intensidade sísmica (por exemplo a Escala de Mercalli).

Nos termos da carta de Isossistas de Intensidades Máximas (IPMA) o Concelho de Redondo situa-se maioritariamente na zona de intensidade máxima de 6 da Escala de Mercalli Modificada (máximo XII), correspondendo ao grau 5 de Richter (magnitude), distribuindo-se o território continental entre os níveis de intensidade V e X da escala de Mercalli. Em tal ocorrência (intensidade VI) há que considerar a possibilidade de pânico geral, pois será de perceção geral, verificando-se leves prejuízos em edifícios e deslocamentos dos móveis nas habitações. Numa maior magnitude sísmica há que considerar consequências de destruição de estruturas básicas, como instalações e redes de abastecimento/saneamento.

A análise da carta da sismicidade histórica (Figura 40) permite verificar que a quase totalidade do Concelho de Redondo foi assolado por sismos, em 1755 e 1969, de intensidade máxima 8, existindo uma pequena área a Sudoeste que apresenta intensidade máxima 7.

Figura 40 - Carta de Sismicidade histórica do Concelho de Redondo



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Os Sismos têm uma probabilidade de ocorrência baixa. A gravidade associada é residual. No total, o risco é considerado Baixo.

Quadro 16 – Probabilidade e gravidade de situações de ocorrência de sismos no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco	
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual		
Sismos					x						x	Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

### 1.1.2. Riscos Mistos

- Incêndios Florestais

Os incêndios florestais são das catástrofes mais graves em Portugal, não só pela elevada frequência com que ocorrem e extensão que alcançam, como pelos efeitos destrutivos que causam. Para além dos prejuízos económicos e ambientais, podem constituir uma fonte de perigo para as populações e bens.

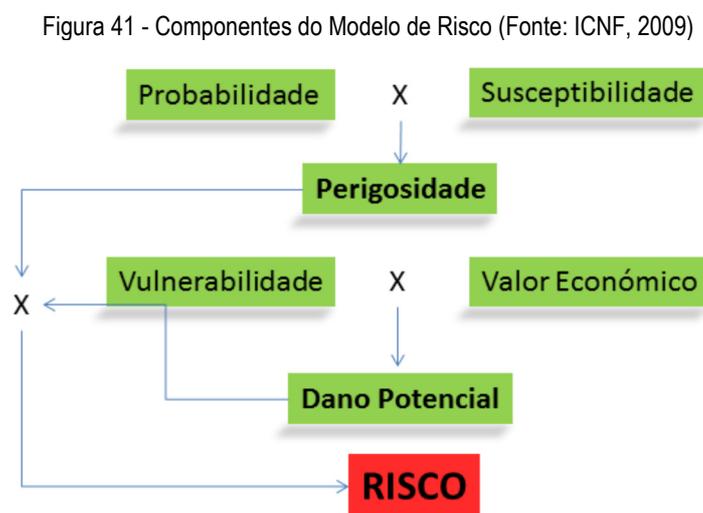
Relativamente ao risco de incêndio torna-se então necessário perceber onde se encontram os maiores potenciais de perda.

O Risco corresponde a um potencial de perda e a Perigosidade a um potencial para a ocorrência do fenómeno danoso, existindo Risco sempre que exista Perigosidade, Vulnerabilidade e Valor associados. Basta não haver uma das componentes para que o Risco seja nulo.

Os elementos em Risco são definidos pela Vulnerabilidade e pelo Valor. A primeira expressa o grau de perda desse elemento, variando entre zero (0), elemento não afetado pelo fenómeno, e um (1), representando a perda total do elemento. De uma maneira geral admite-se a atribuição de valores dentro deste conjunto.

Segundo o Guia Metodológico para a elaboração dos PMDFCI a avaliação da cartografia de risco de incêndio florestal revista até ao momento reforça a necessidade de clarificar os conceitos que determinam o modelo de risco adotado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), pretendendo estabelecer uma base comum de trabalho para produção desta cartografia, bem como adiantar alguns valores de referência e fontes de informação comuns, que permitam obter a maior homogeneidade possível de resultados, não obstante os naturais e expectáveis efeitos de escala.

É fundamental para ações de ordenamento do território, saber qual é o dano de arder nesses e noutros locais. O “cálculo” do Risco é efetuado segundo a equação seguinte:



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

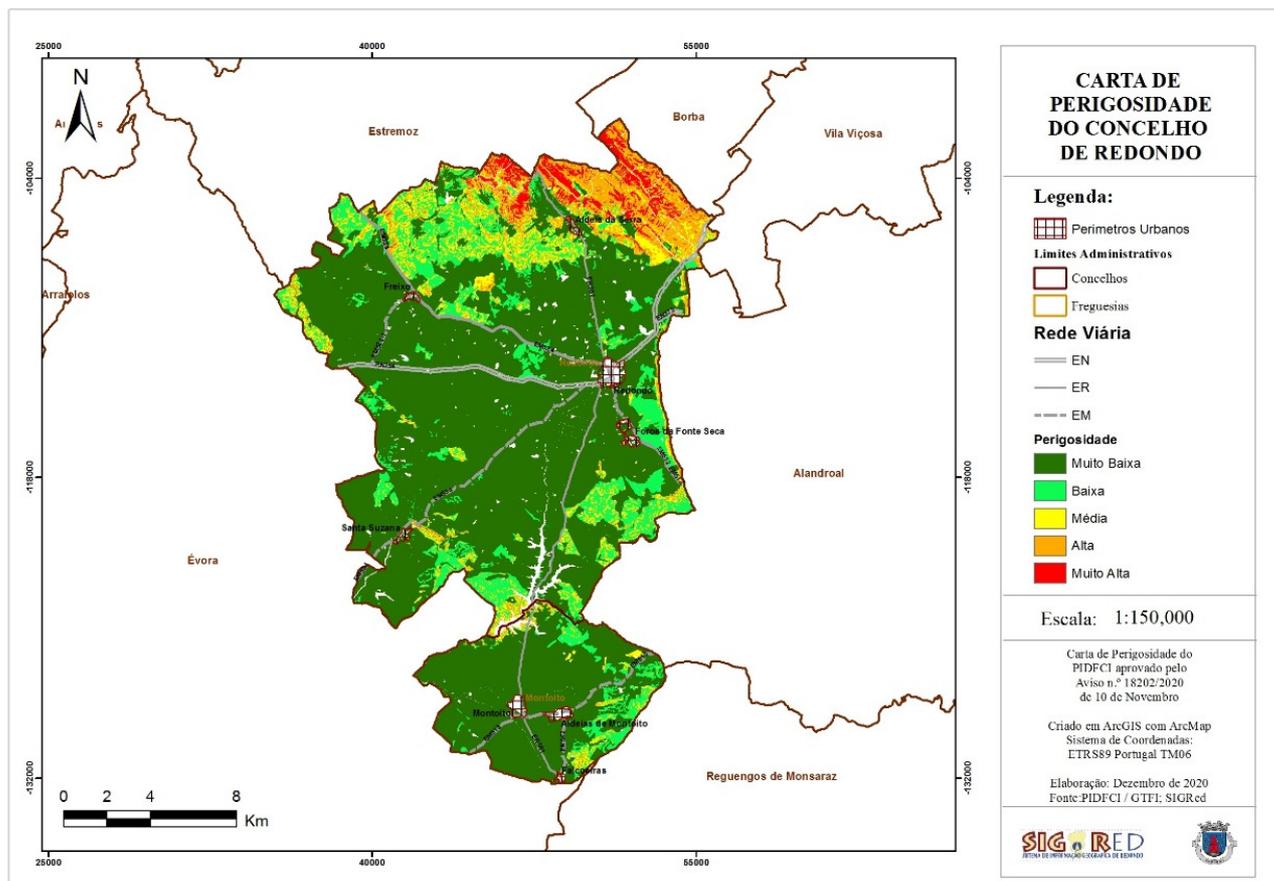
### **Perigosidade de incêndio florestal**

A cartografia de perigosidade de incêndio florestal foi elaborada com recurso a tabelas de correspondências, cedidas pelo ICNF, I.P., aplicadas sobre as diferentes tipologias de ocupação do solo constantes da cartografia de referência. Desta forma foi possível obter, para as áreas territoriais passíveis de serem caracterizadas sob esta variável os valores de suscetibilidade provenientes da vegetação, a incorporar no modelo. A probabilidade foi calculada tendo por base a cartografia de áreas ardidadas disponibilizada pelo mesmo instituto, para um período entre 2001 e 2018. A suscetibilidade com origem na orografia foi obtida, derivando uma carta de declives (classificada em graus) a partir de um Modelo Digital de Terreno com uma resolução espacial de 10 metros (esta foi a resolução final da totalidade das peças cartográficas obtidas).

Combinando a probabilidade e a suscetibilidade, este mapa apresenta o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno, permite responder “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. O mapa de perigosidade corresponde a um produto que muitas vezes é chamado diretamente de mapa de risco. Esta noção está errada e deve evitar-se.

O mapa de perigosidade de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção.

Figura 42 - Carta de Perigosidade do Concelho de Redondo



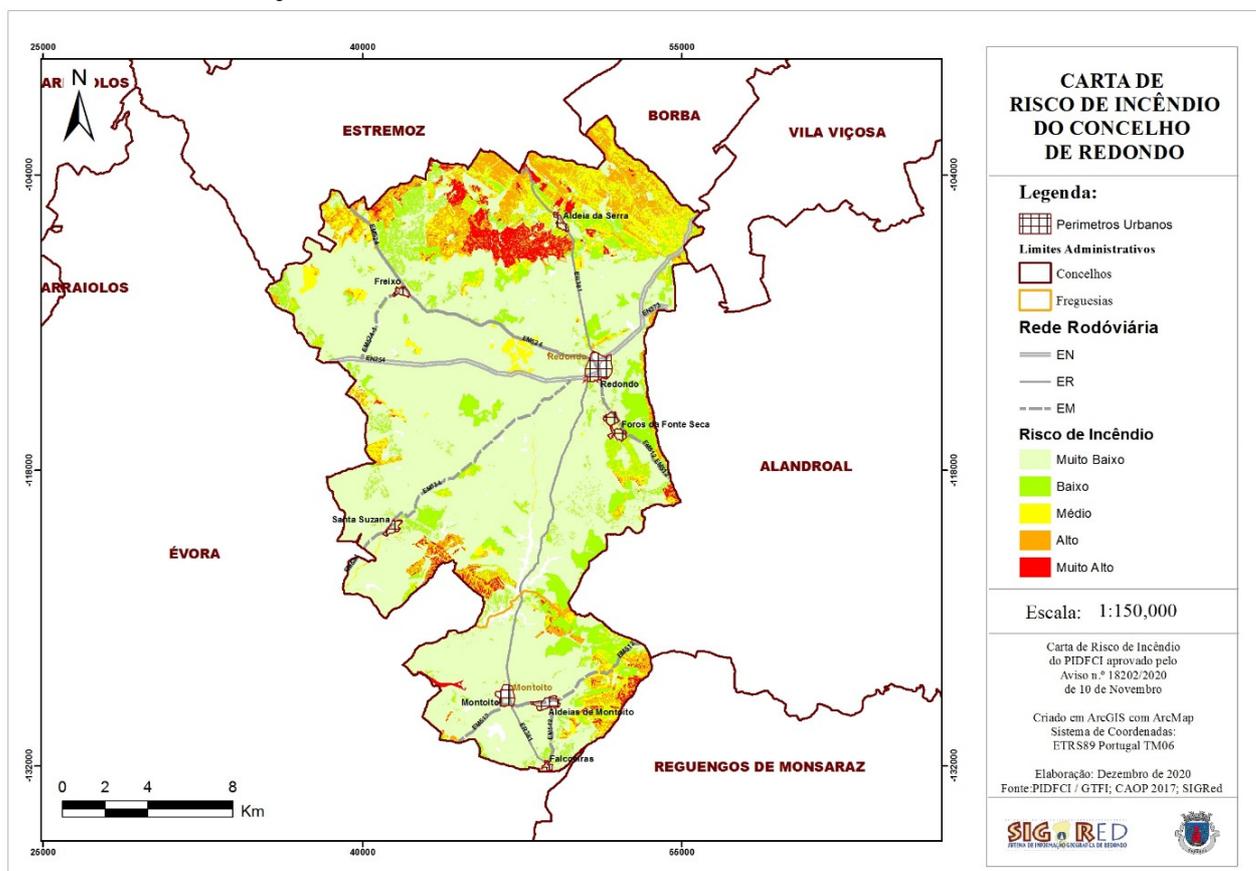
Fonte: PIDFCI 2020-2029 / CMR

### **Risco de Incêndio**

O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa o leitor acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”.

O mapa de risco de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.

Figura 43 - Carta de Risco de Incêndio do Concelho de Redondo



Fonte: PIDFCI de 2020/2029 / CMR

O modelo de risco de incêndio valoriza o dano potencial, associando a perigosidade ao valor económico de cada classe. Assim, de acordo com a imagem anterior, os maiores valores de risco encontram-se associados às áreas de maior perigosidade, nomeadamente zonas mais acidentadas, como por exemplo a Serra D'Ossa. Os valores mais reduzidos encontram-se normalmente associados às áreas com predomínio de matos, com menor valor económico e consequentemente menores valores de dano potencial, associados a zonas de menor declive.

Pelo exposto, o PMEPC de Redondo propõe que a articulação das diferentes equipas de DFCl no terreno seja mais concentrada nas zonas que apresentam maior risco e perigosidade de incêndio. Ressalva-se o facto de que, as zonas classificadas com maior perigosidade e risco de incêndio se encontram sujeitas a validação de campo.

Após 2006 a área ardida tem diminuído, assim se conclui que deve-se a uma maior prevenção e a um maior reforço dos meios de vigilância, deteção, primeira intervenção e no combate.

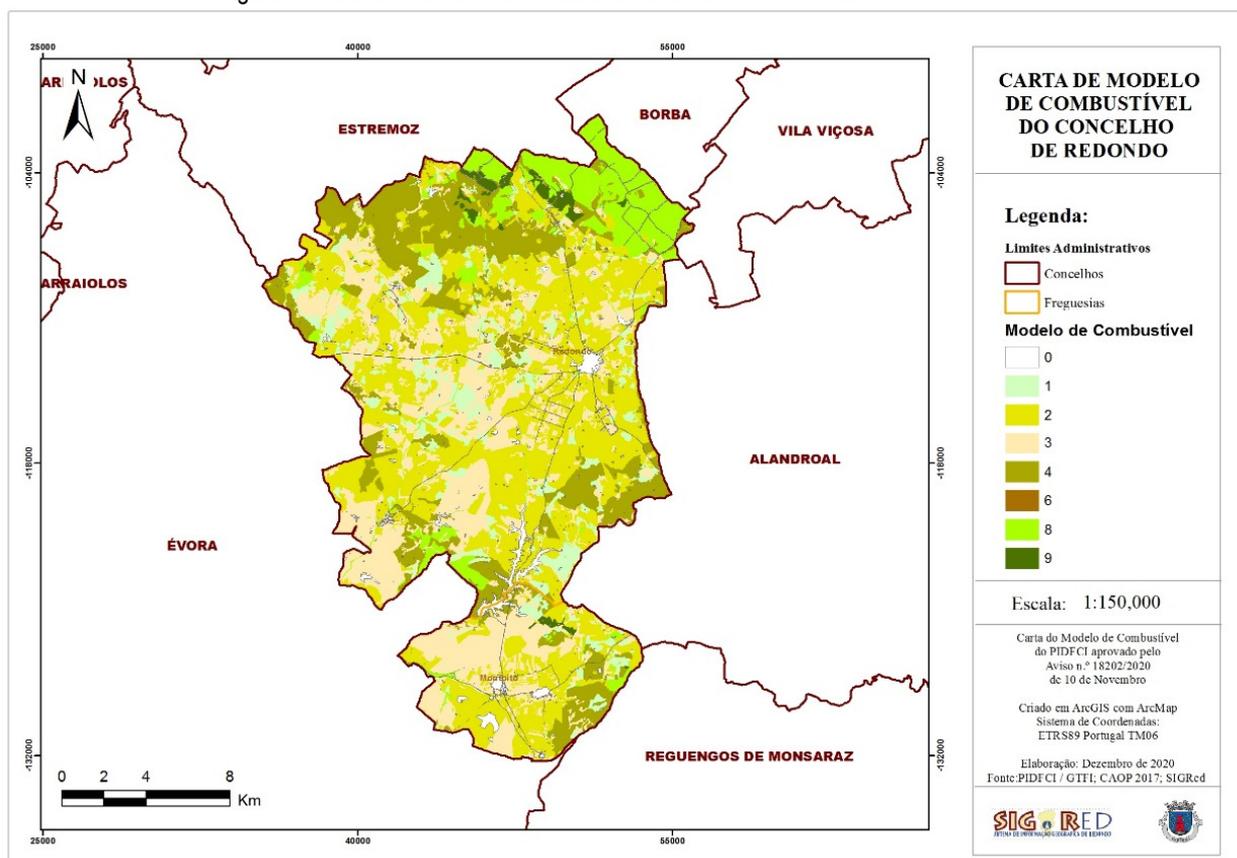
### Mapa de Combustíveis

O mapa de combustíveis apresentado foi realizado, tendo em conta a ocupação dos solos determinada pela Corine Land Cover Nível 5 de 2009, elaborado pela Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE), atualmente designada por Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) e as normas apresentadas pelo Guia Técnico para elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios.

A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, segue a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL), com a descrição de cada modelo à qual foi adicionado uma orientação da aplicabilidade ao território continental desenvolvida por Fernandes, P.M.

A classificação do Corine Land Cover foi adaptada à metodologia do PMDFCI, fazendo corresponder a espécie de vegetação ao modelo de combustível correspondente, consultando o quadro seguinte, sendo posteriormente convertido para formato raster.

Figura 44 - Carta de Modelo de Combustíveis do Concelho de Redondo



Fonte: PIDFCI de 2020/2029 / CMR

Quadro 17 – Probabilidade e gravidade de situações de ocorrência de incêndios florestais no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Incêndios Florestais	x							x			Elevado

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

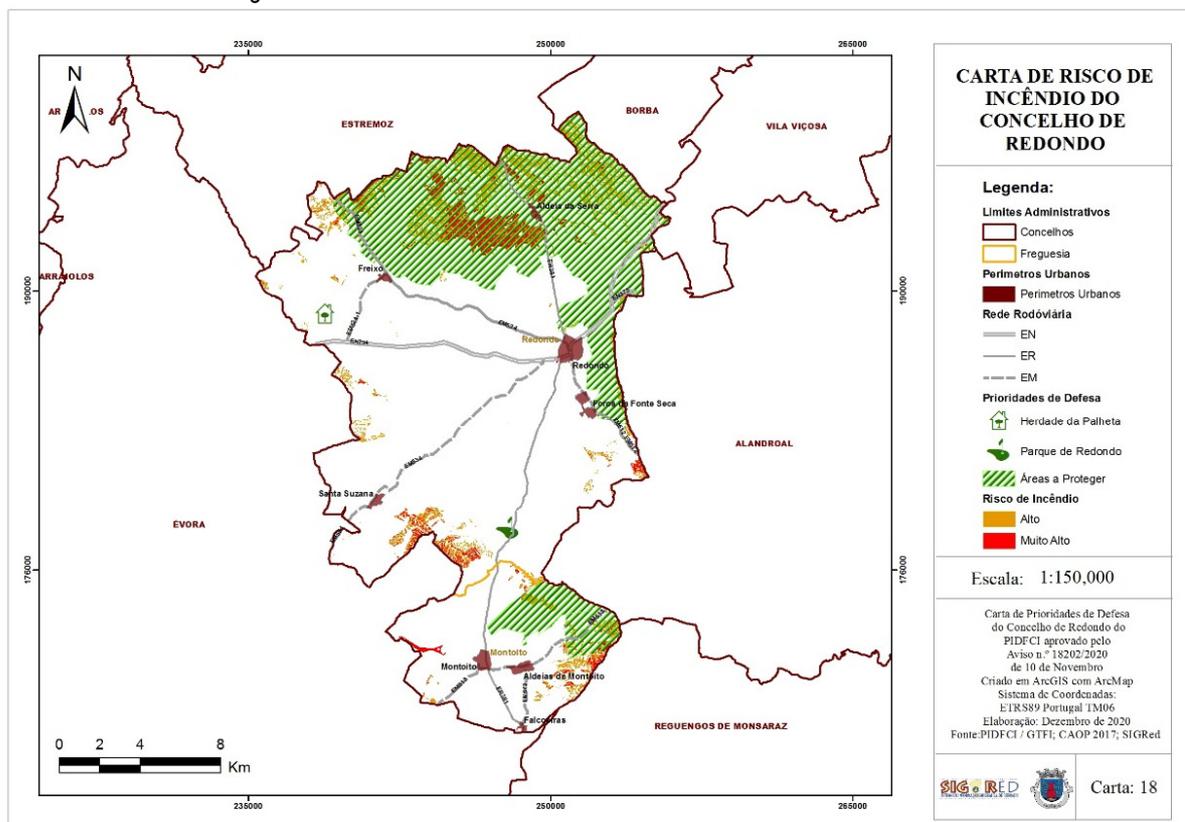
### **Prioridades de Defesa**

O Mapa de prioridades de defesa identifica as áreas onde existe uma maior necessidade de complementar a vigilância contra os incêndios florestais. A delimitação das áreas de prioridade de defesa tem grande utilidade no apoio ao planeamento e na distribuição ótica dos recursos atribuídos aos sistemas de vigilância terrestre.

Este tem como objetivo identificar claramente quais os elementos que interessa proteger, constituindo para esse fim prioridades de defesa.

Assim, neste mapa encontram-se identificadas as áreas com risco de incêndio alto e muito alto e todas as áreas a proteger, nomeadamente elementos naturais e/ou construídos que merecem especial atenção em termos de DFCl, áreas com valor ou interesse patrimonial, cultural, ecológico, de recreio e turístico.

Figura 45 - Carta de Prioridades de Defesa do Concelho de Redondo



Fonte: PIDFCI de 2020/2029 / CMR

### 1.1.3. Riscos de Origem Tectónica

- **Acidentes Industriais**

O Risco dos acidentes industriais, pode revelar-se pela emissão de substâncias tóxicas, inflamáveis ou de outra forma contaminantes, bem como por incêndios ou explosões suscetíveis de desenvolvimento encadeado, pelo que este item é aplicável aos concelhos que tem zonas industriais com indústrias especialmente perigosas ou cuja dimensão e características configurem um elevado risco de acidente.

No concelho de Redondo o histórico de acidentes industriais, consiste maioritariamente em pequenos incêndios das instalações industriais. No entanto, este tipo de acidente não é particularmente preocupante, dada a natureza do tecido industrial, sendo este constituído por pequenas e médias empresas localizadas nas zonas industriais de Redondo e Montoito ou inseridas na malha urbana, que, não apresentam um potencial elevado para risco de acidente.

Com exceção feita os postos de abastecimento de combustíveis e armazenamento de gás situados em espaço urbano.

Quadro 18 – Probabilidade e gravidade de situações de ocorrência de acidentes industriais no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Acidentes Industriais					x					x	Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

### **Transporte de Matérias Perigosas**

O desenvolvimento industrial e do parque automóvel têm determinado o aparecimento de uma enorme diversidade de indústrias e tem originado a necessidade cada vez maior de transportar produtos perigosos de uns locais para outros. É claro que em muitos desses transportes não se põem problemas de segurança, e apenas numa quantidade não desprezível de outros, pela perigosidade da sua carga, necessitam de atenção especial. Tais cargas designam-se normalmente por “Mercadorias Perigosas”.

Por se tratar de Mercadorias Perigosas, houve necessidade de criar uma regulamentação especial para o seu transporte.

Para além do Código de Estrada a que todo o trânsito rodoviário deve obedecer, ao regulamento em vigor e aprovado pelo Decreto- Lei 41-A/2010, de 19 de Abril.

O Concelho de Redondo, dada a sua localização, não é atravessado por nenhum dos eixos principais de circulação viária da região, sendo este apenas atravessado pelas EN 254 e ER 381.

Deste modo, o transporte de matérias perigosas na área do Concelho restringe-se quase exclusivamente aos camiões-cisterna, que fazem os abastecimentos aos reservatórios de combustível existentes na área do concelho ou limítrofes.

A perigosidade pode revelar-se pela emissão de substâncias tóxicas, inflamáveis ou contaminantes do ar, água ou solo, bem como, por incêndios ou explosões suscetíveis de desenvolvimento encadeado. O não controlo de um acidente desta natureza potencia ou provoca efetivamente consequências graves para os seres humanos (ferimentos, envenenamentos, asfixia, vesicação e morte) e para o ambiente (danos em culturas, outras plantas e animais, e contaminação do ar, água e solo).

Quadro 19 – Probabilidade e gravidade de situações de transporte de matérias perigosas no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Transporte de Matérias Perigosas					x					x	Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Acidentes de Tráfego Rodoviário**

Como o concelho não é percorrido pelas principais vias de comunicação rodoviárias da região os acidentes de tráfego ocorridos no concelho têm uma incidência pouco significativa registando-se no entanto alguns acidentes rodoviários ao longo dos últimos anos, com algumas baixas em termos humanos.

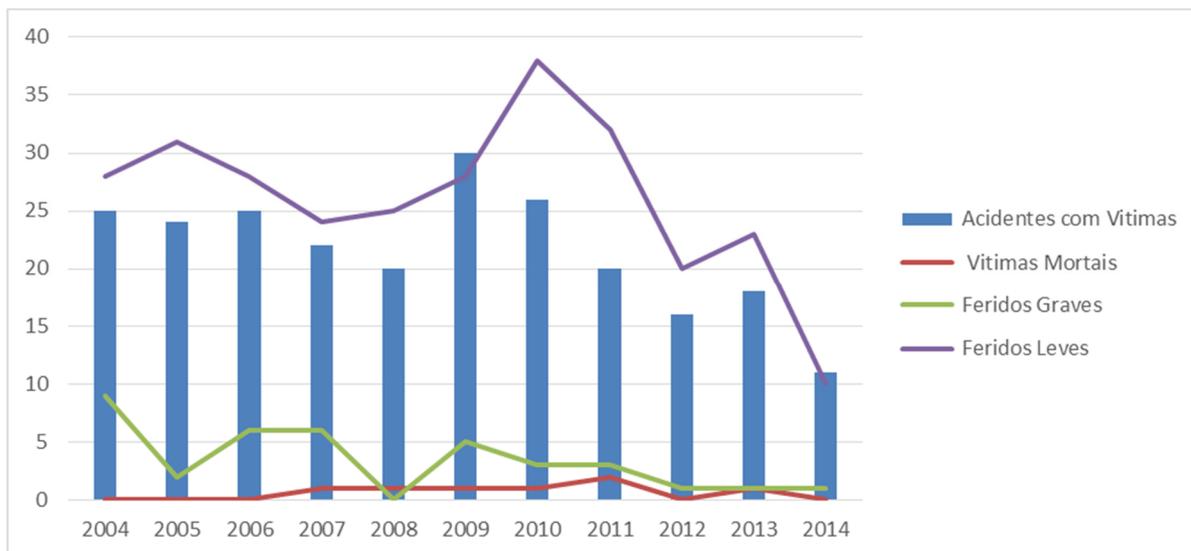
Para a identificação dos locais de maior ocorrência de acidentes foram utilizados os dados fornecidos pela GNR, ANSR, e Bombeiros de Redondo para os anos 2004 a 2014 referentes às estradas nacionais e municipais do concelho.

Nas estradas EN 254 e a ER 381 são das vias onde se registam um grande número de acidentes, o que a torna ultimamente considerada com alguns dos chamados “pontos negros”, mas de um modo geral não existem no concelho as “zonas de acumulação de acidentes”.

As principais causas de acidentes poderão ser atribuídas aos condutores, por violação às regras do Código da Estrada, ao estado das Estradas, à fiscalização menos eficaz e em alguns casos à deficiente sinalização.

No concelho de Redondo verifica-se que no período entre 2004 e 2009 houve um aumento sinistralidade, mas desde essa data que se verificou uma descida quer no número de acidentes, quer no número de vítimas, nomeadamente feridos graves e leves, como se pode verificar na figura seguinte:

Figura 46 - Sinistralidade no Concelho de Redondo, no período de 2004 a 2014



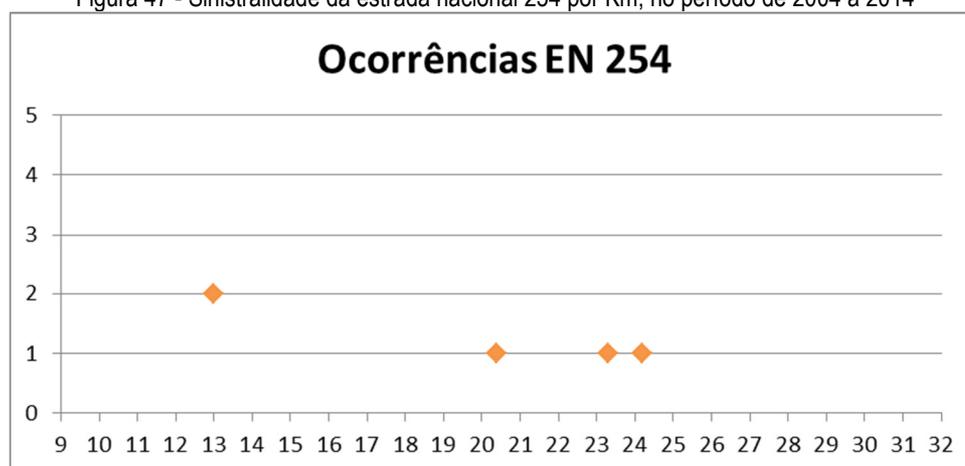
Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

No ano de 2013 foram registados 18 acidentes rodoviários, onde apenas se registaram 1 vítima mortal, 1 ferido grave e 23 feridos ligeiros. Predominando as colisões e despistes com maior incidência na E.R.381, E.M. 524 e E.M. 534.

Os locais de maior ocorrência de acidentes são fora das localidades.

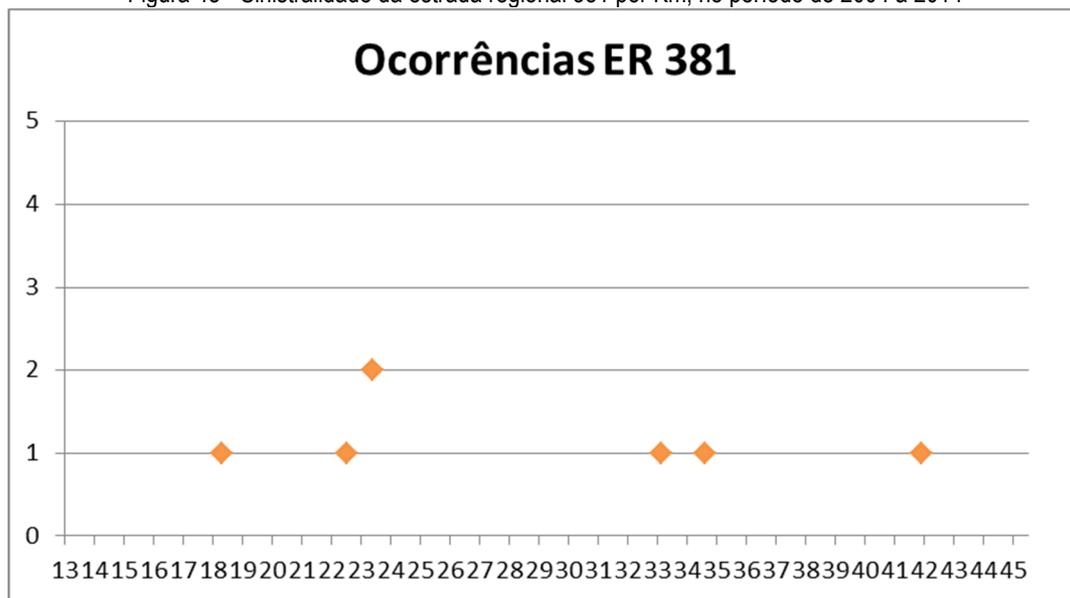
De seguida faz-se a análise das estradas nacional e regional com as ocorrências no período de 2004 a 2014 por quilómetro.

Figura 47 - Sinistralidade da estrada nacional 254 por Km, no período de 2004 a 2014



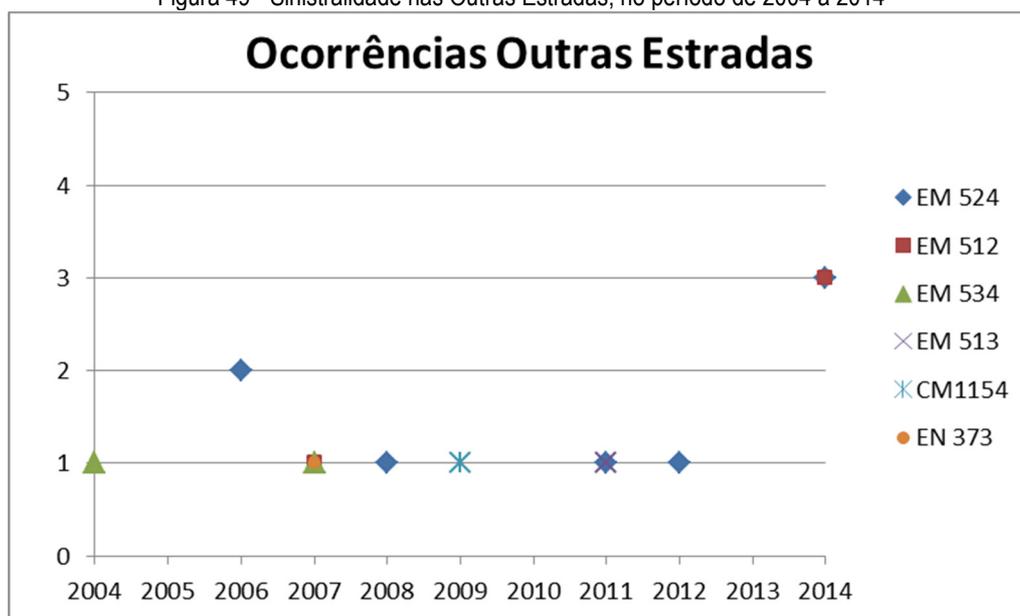
Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Figura 48 - Sinistralidade da estrada regional 381 por Km, no período de 2004 a 2014



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Figura 49 - Sinistralidade nas Outras Estradas, no período de 2004 a 2014



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

No ano de 2014 foram apenas contabilizados os acidentes ocorridos até 11 de Novembro.

Como se pode verificar nos gráficos anteriores a estrada EN n.º 254, a ER n.º 381 e as EM n.º 512 e 524, são aquelas onde ocorre o maior número de acidentes no concelho. No anexo referente à cartografia é apresentada a carta da rede viária do Concelho de Redondo, bem como a carta com as zonas de acumulação sinistralidade, ou seja, os chamados pontos negros do concelho.

No ano e 2014 foram apenas contabilizados os acidentes ocorridos até 11 de Novembro.

Como se pode verificar nos gráficos anteriores a estrada EN n.º 254, a ER n.º 381 e as EM n.º 512 e 524, são aquelas onde ocorre o maior número de acidentes no concelho. No anexo referente à cartografia é a apresentado a carta da rede viária do Concelho de Redondo, bem como a carta com as zonas de acumulação sinistralidade, ou seja, os chamados pontos negros do concelho.

Quadro 20 – Probabilidade e gravidade de situações de acidentes de tráfego no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Crítica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Acidentes de Tráfego				x					x		Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Rutura de Barragens**

Uma barragem é uma potencial fonte de perigo, em especial para as áreas populacionais no vale a jusante, no caso da ocorrência de um acidente que provoque a rutura total ou parcial da mesma. Com efeito, o esvaziamento da albufeira em curto intervalo de tempo dará origem a uma cheia rápida e de grande intensidade, para jusante do local da barragem, a qual pode constituir uma catástrofe de elevadas proporções.

Salienta-se, a título informativo, que o caudal máximo da cheia provocada pela rutura total e rápida de uma barragem é proporcional à altura desta, podendo ainda vir a ser amplificado pela rutura em cascata de outras barragens.

A experiência tem mostrado que os efeitos destruidores da cheia dependem também do volume da albufeira que esvazia.

Os danos diretos resultantes da cheia provocada pela rutura numa barragem dependem:

- Das características hidráulicas da cheia, nomeadamente da altura e velocidade máximas da água, da sua variação no tempo e ainda do volume de sedimentos e detritos arrastados;
- Da ocupação humana e económica nas áreas inundáveis ao longo do vale a jusante;

Apesar de constituir uma ocorrência verdadeiramente excepcional, o potencial horror de uma tragédia concentrada, com consequências humanas e económicas difíceis de estimar, dá uma importância especial a este tipo de ocorrências.

No concelho de Redondo, existe a barragem da Vigia onde as características estão representadas no quadro seguinte:

Quadro 21 - Características da Barragem da Vigia

Barragem da Vigia	
Capacidade Total (m <sup>3</sup> )	16725000
Capacidade Útil (m <sup>3</sup> )	15579000
Volume Morto (m <sup>3</sup> )	1146000
Cota de Nível Pleno de Armazenamento (NPA)	224
Cota do Nível Máximo de Cheia (NMC) (m)	224,75
Cota do Nível Mínimo de Exploração (NmE) (m)	210
Superfície inundável do NPA (ha)	262
Área da bacia hidrográfica total (km <sup>2</sup> )	125,32
Capacidade de Descarregador (m <sup>3</sup> /s)	250
Capacidade do Descarregador de Fundo (m <sup>3</sup> /s)	31

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Embora este risco nunca se tenha verificado no concelho, pode surgir pela rutura da barragem, por exemplo, na sequência de um abalo sísmico, o que poderá provocar a jusante desta, situações de inundação nas localidades mais próximas devido à ocorrência de uma onda de cheia. Os aglomerados populacionais a jusante da barragem (Montoito e Aldeias de Montoito) são os que poderão vir a ser afetados por uma onda de cheia.

Quadro 22 – Probabilidade e gravidade de situações de rutura de barragens no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Rutura de Barragens					x				x		Baixo

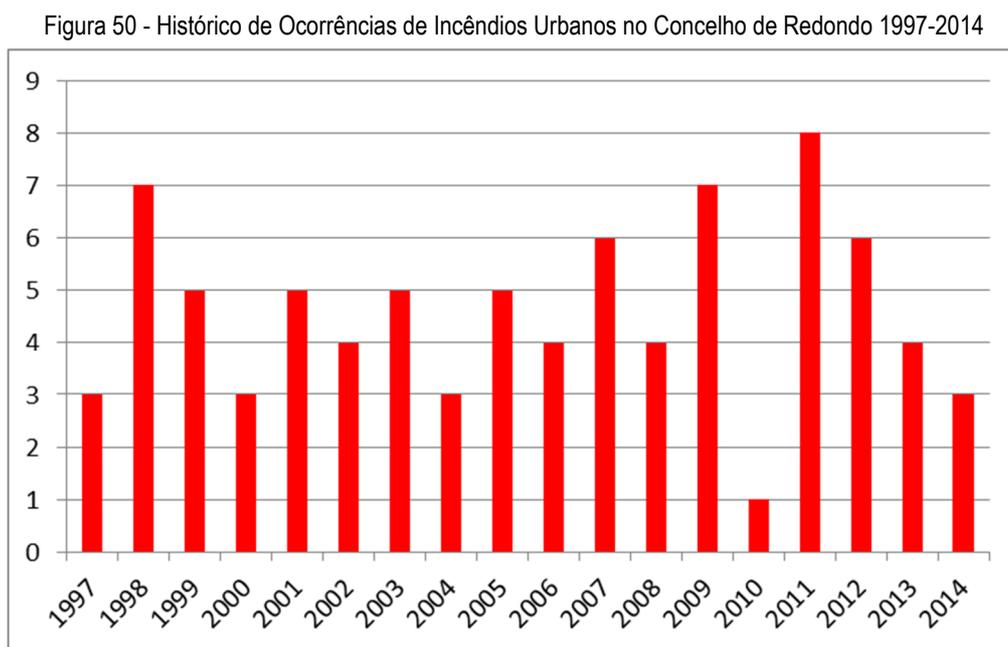
Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

- **Incêndios Urbanos**

Quanto ao risco de incêndio urbano este é potencialmente mais elevado nas zonas históricas das vilas de Redondo e Montoito, dado existirem prédios antigos e por vezes com acesso difícil, no entanto também merecem atenção, os edifícios públicos, tais como as instalações de saúde, estabelecimentos escolares,

lares de idosos e estabelecimentos comerciais. Nas Figuras 39 e 40 são apresentadas a localização das bocas-de-incêndio das zonas históricas da Vila de Redondo e Aldeias de Montoito.

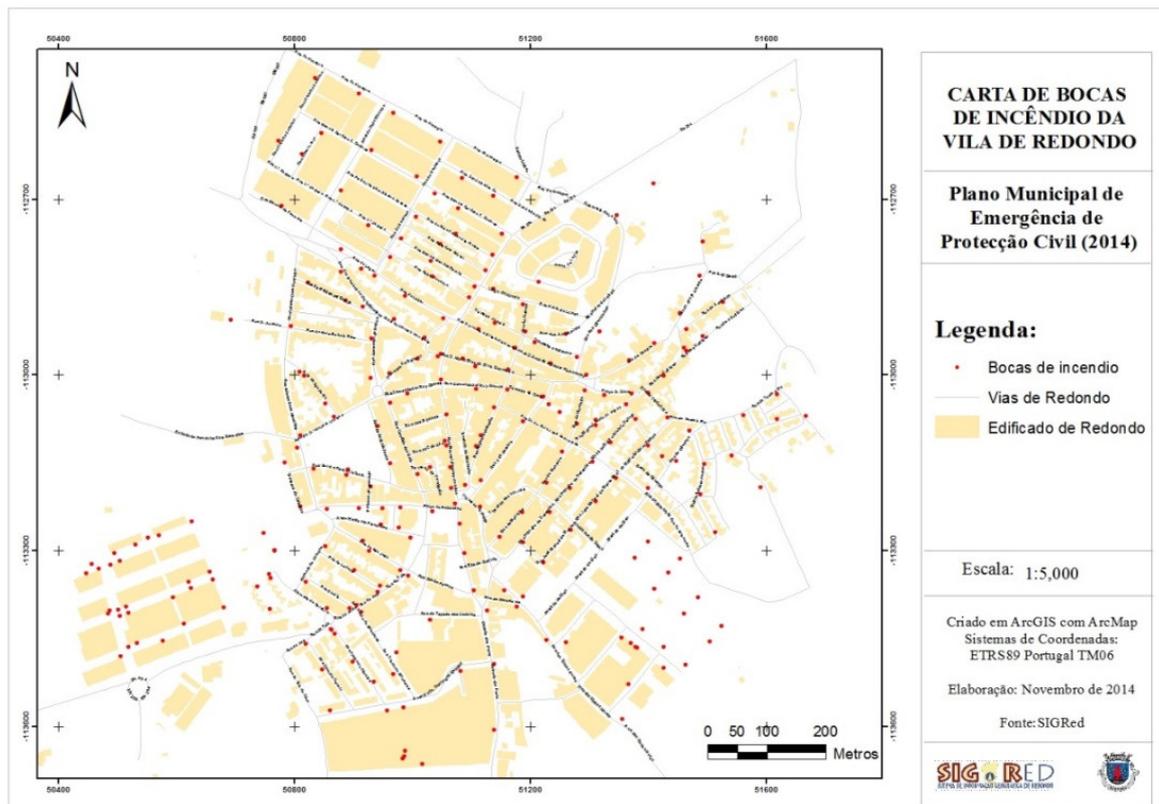
De acordo com a informação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, o número de ocorrências de incêndios urbanos no concelho nos últimos 17 anos, são as seguintes (figura seguinte):



Fonte: Serviço Nacional Bombeiros e Proteção Civil, CDOS Évora; PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

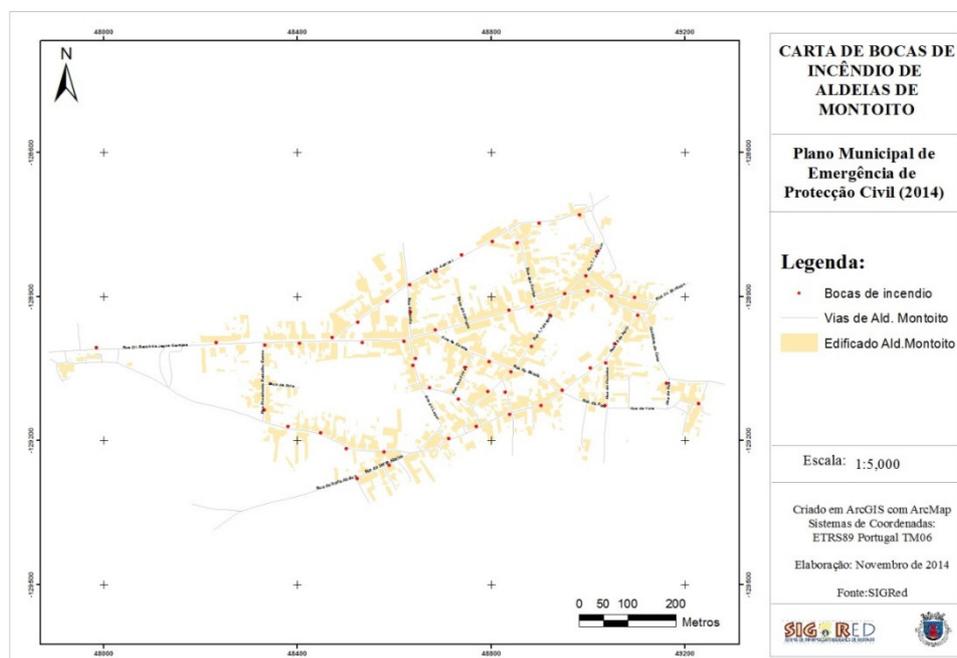
O número de ocorrências do ano 2014 foram registadas apenas até ao dia 16 de Novembro.

Figura 51 - Localização das bocas-de-incêndio na zona histórica da Vila de Redondo



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Figura 52 - Localização das bocas-de-incêndio na zona histórica das Aldeias de Montoito



Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

Quadro 23 – Probabilidade e gravidade de situações incêndios urbanos no Concelho de Redondo

Tipo de Risco	Probabilidade					Gravidade					Grau de Risco
	Elevada	Média-alta	Média	Média-baixa	Baixa	Critica	Acentuada	Moderada	Reduzida	Residual	
Incêndios Urbanos					X				X		Baixo

Fonte: PMEPC de Redondo de 2014 / CMR

## 2. Estratégias para a Mitigação dos Riscos

A estratégia municipal para a mitigação de riscos será a seguinte:

- Preparar as populações para as alterações climáticas que sejam inevitáveis, tais como cheias, inundações, ou reservas de água para períodos de seca;
- Investir na capacitação de pessoas para que sejam capazes de enfrentar riscos climáticos sem que sofram alguma adversidade de desenvolvimento;
- Tentar alterar comportamentos e atuando sobre as causas das alterações climáticas, tentando reduzir a probabilidade dos acontecimentos ainda evitáveis;

- Alerta aos proprietários dos edifícios abandonados para que tomem medidas de recuperação das mesmas, evitando assim o risco de ruir e causar danos aos habitantes vizinhos e outros;
- Transpor no PDM medidas mitigadoras de riscos através de regulamentação e identificação de zonas de risco.

Importa ainda referir que a legislação nacional, normas e regulamentos de âmbito municipal são o primeiro instrumento para a mitigação dos riscos. Neste contexto os cidadãos são obrigados a solicitar licenças nas mais diversas áreas de construção, tendo-se assim controlo sobre o ordenamento do território assente no Plano Diretor Municipal.

Identificam-se seguidamente as medidas mitigadoras para cada risco conforme consta no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Redondo:

- **Fenómenos Meteorológicos Adversos** – Para a prevenção de precipitação intensa, temporais e ciclones, ondas de calor tendo em vista a proteção da população e dos seus bens, serão emitidos comunicados com origem do Instituto Português do Mar e Atmosfera com indicação das previsões meteorológicas, cabendo ao SMPC a divulgação de medidas de autoproteção preventivas, a tomar face ao fenómeno antes de acontecer.
- **Seca** - A água desempenha um papel tão vital nas atividades humanas que todas as medidas devem contribuir para a sua disponibilização em quantidade e qualidade no espaço e no tempo. Este facto assume especial acuidade na situação de seca. Embora o Município de Redondo disponha de uma rede de abastecimento de água bastante abrangente, importa referir que como forma de mitigar os efeitos da seca, serão desenvolvidas campanhas de sensibilização adequadas às realidades, consciencializando os consumidores para a gravidade da situação, recorrendo não só à comunicação social local e regional, como também à utilização de suportes de informação (ex. folhetos e autocolantes) para distribuição generalizada pelo concelho. Embora não sejam previsíveis faltas de água significativas, importa referir que o Município de Redondo em parceria com o Corpo de Bombeiros Voluntários de Redondo desenvolverá procedimentos para reforçar o abastecimento às populações através dos seus autotanques.
- **Cheias e Inundações** – As inundações acontecem de uma forma esporádica no concelho de Redondo, contudo os seus efeitos são sentidos principalmente nas zonas mais baixas da Vila de Redondo, na EN 254, CM 1102 e em Santa Susana. Estes incidentes serão minimizados com a limpeza das linhas de água e de outros órgãos de drenagem das redes de águas pluviais diminuindo-se o efeito negativo das inundações e também com a adoção de medidas sobre espaços urbanos e industriais evitando a sua expansão para zonas inundáveis. Também o SMPC emitirá informações sobre as condições meteorológicas, provenientes do Instituto Português do Mar e da Atmosfera e divulgará medidas preventivas de autoproteção.

- **Acidente industrial** – A ocorrência de acidentes industriais está diretamente relacionada ao processo de industrialização e ao desenvolvimento de novas tecnologias de produção surgidos nas sociedades modernas. Perante a ocorrência de um acidente industrial grave que envolva a libertação de substâncias perigosas, os SMPC tomarão de imediato medidas para que a população seja avisada através de megafones portáteis utilizados por elementos da GNR ou por funcionários da Câmara Municipal. Em simultâneo serão emitidos avisos através das rádios locais.
- **Transporte de Matérias Perigosas** – Um acidente de transporte de matérias perigosas é uma situação na qual um produto perigoso escapa ou pode escapar para o ambiente que o rodeia. O Município de Redondo embora não disponha de equipamentos específicos para fazer face a um acidente deste tipo, socorrer-se-á sempre dos Bombeiros Voluntários de Redondo. O SMPC difundirá de imediato através dos órgãos de comunicação locais informação às populações sobre medidas de autoproteção a ter em conta perante uma situação adversa com envolvimento de matérias perigosas.
- **Rotura de Barragens** – No concelho de Redondo conforme já foi referido a Barragem da Vigia é o equipamento de armazenamento de água de maior dimensão. A jusante da mesma localizam-se os aglomerados de Montoito e aldeias de Montoito que poderão ser afetados temporariamente. Face a um eventual acontecimento o SMPC tomará as medidas necessárias de aviso aos condutores através das rádios locais, ou de outros órgãos de comunicação social nacional. Com o apoio da GNR, serão tomadas medidas de interrupção da circulação das vias afetadas bem como às alterações de trânsito necessárias.
- **Incêndios urbanos** – Consiste na informação sobre o tema aos residentes e comerciantes, pois permite cultivar uma cultura de risco, com base na informação, sensibilização e divulgação de preocupações e riscos que advêm do incêndio urbano, mentalizando-se assim a população que cabe a cada um contribuir para a segurança contra risco de incendios urbanos. O Município de Redondo dispõe de uma rede de bocas-de-incêndio capazes de abastecer os veículos dos Bombeiros de Voluntários de Redondo, para fazer face a incêndios urbanos.
- **Incêndios florestais** – Está contemplado no PMDFCI, a realização de campanhas de sensibilização DFCl para públicos-alvo diferentes (agricultores, caçadores e escolas). Por outro lado, reforço da fiscalização por parte das forças de segurança assim como do município, com base no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro;

A informação pública visa esclarecer as populações sobre a natureza e os fins da Proteção Civil, consciencializá-las das responsabilidades que recaem sobre cada instituição ou indivíduo e sensibilizá-las em matéria de auto proteção.

Os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos no Município de Redondo e sobre as medidas adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe.

O SMPC de Redondo deve difundir e publicitar, na área de formação cívica, matérias de Proteção Civil e auto proteção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adotar no caso de acidente grave ou catástrofe.

## IV. POPULAÇÃO E CONDIÇÕES SOCIAIS

## 1. INTRODUÇÃO

A presente análise do perfil demográfico e social do concelho do Redondo está integrada na revisão do atual Plano Diretor Municipal datado do início dos anos 90 do século XX. Como se compreende, passados quase 30 anos e dois novos momentos censitários da população e da habitação do País, 2001 e 2011, esta abordagem procura caracterizar de novo a situação atual do concelho neste domínio, mostrar a posição deste relativamente à região e ao país, evidenciar a evolução que entretanto se observou e, sempre que possível, realçar as dinâmicas que, num futuro próximo, poderão vir a influenciar os contornos demográficos do concelho. Na medida em que já estamos longe da realização do último recenseamento, em 2011, grande parte da informação de base padece já de alguma desatualização. As estatísticas oficiais oferecem contudo, a partir dos dados anuais do movimento natural da população (natalidade e mortalidade), a possibilidade de, pelo menos nesta área, detetar algumas tendências verificadas até 2017. No entanto só com os dados do próximo recenseamento, em 2021, se confirmarão algumas das que aqui serão avançadas e se poderá realizar uma caracterização mais fiel à realidade atual.

## 2. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Não iremos detalhar as razões, já amplamente estudadas e descritas, da evolução da população no Sul do país ao longo do século XX. O concelho do Redondo acompanhou o processo global de enchimento demográfico verificado até ao início dos anos 40 do século passado. Primeiro, sensivelmente até 1930, à custa dos contingentes de imigrantes do Norte e do Algarve, atraídos pelo trabalho, muito exigente de mão-de-obra, dos grandes arroteamentos de incultos que cobriam extensivamente a região. Este crescimento possibilitou até que, nesta região, se atenuassem os efeitos negativos provocados pela I Grande Guerra, pelas epidemias da gripe pneumónica e consequentes, pelo decréscimo da natalidade e pela emigração, sobretudo para o Brasil e para as cidades de Lisboa e Porto (que começava a afetar com intensidade o Norte e Centro). Em segundo lugar, a partir de 1930, com o incremento demográfico motivado pelo trabalho agrícola nos campos abertos, sobretudo em virtude das leis protecionistas ao cultivo do trigo. A chegada de novos contingentes de gente, primeiro, para muitos, a um ritmo sazonal, e que se foram estabelecendo definitivamente, provocou o maior aumento de sempre registado no concelho (2.019 pessoas entre 1930 e 1940). A década de 40 é já de crescimento menos intenso.

Em 1950, o concelho atinge o máximo de população: 12.524 habitantes, sensivelmente o dobro do que registava nos finais do século XIX e, curiosamente, também o dobro do que regista atualmente (6.425 em 2017, segundo estimativa do INE).

A segunda metade do século XX é de perda constante e forte. A emigração e as suas consequências demográficas (envelhecimento da população, declínio da natalidade) são, quase exclusivamente, as responsáveis por este fenómeno. O concelho do Redondo apresenta perdas quase sempre superiores ao

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

verificado para a região, já que no Alentejo apenas Évora e Sines escapam ao fatalismo de perdas decenais quase ininterruptas.

Em apenas 1 década, entre 1960 e 1970 o concelho perde aproximadamente 1/4 da população (2.836 pessoas), a freguesia do Montoito quase 1/3 (857 pessoas). De 1970 a 2011 este panorama de decréscimo demográfico tem-se mantido regular e muito constante, mas com taxas negativas inferiores a 10%. Também aqui, a freguesia do Montoito é mais penalizada, sempre com taxas superiores a 10% mas ... com uma exceção: na última década completa, de 2001 a 2011, verifica um aumento muito ligeiro (mais 25 habitantes).

Quadro 24 - Evolução da população residente, 1864 - 2017

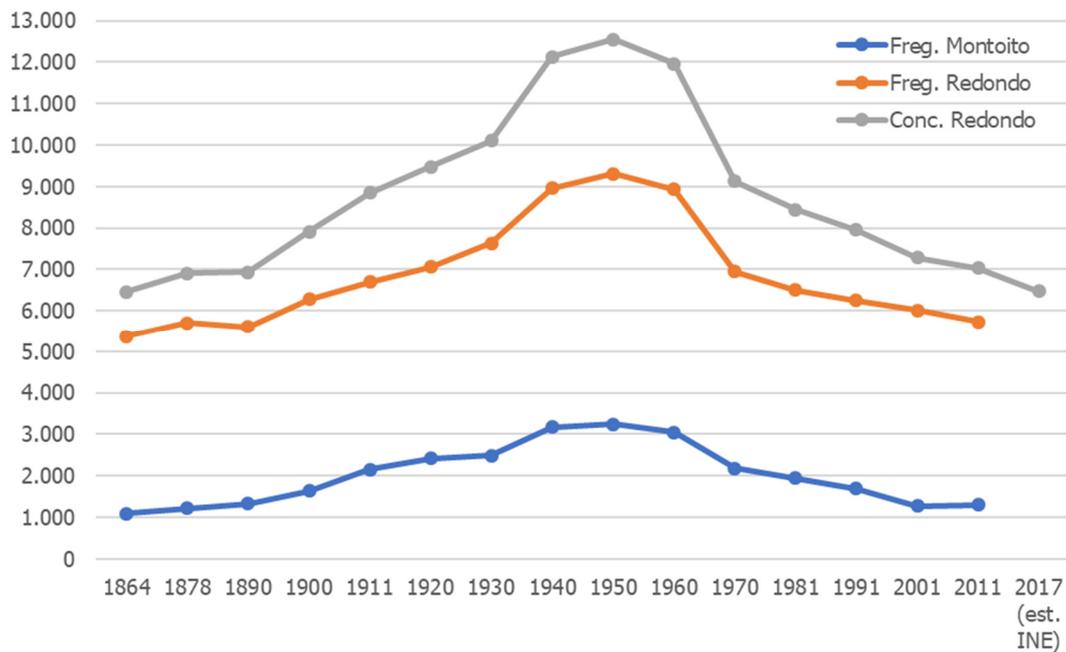
ano	Freg. Montoito			Freg. Redondo			Conc. Redondo			Alentejo	Portugal
	nº	dif.	%var.	nº	dif.	%var.	nº	dif.	%var.	% var.	%var.
1864	1.092	--	--	5.361	--	--	<b>6.453</b>	--	--	--	--
1878	1.210	118	10,8	5.698	337	6,3	<b>6.908</b>	<b>455</b>	<b>7,1</b>	10,0	9,6
1890	1.326	116	9,6	5.602	<b>-96</b>	<b>-1,7</b>	<b>6.928</b>	<b>20</b>	<b>0,3</b>	7,2	8,6
1900	1.635	309	23,3	6.280	678	12,1	<b>7.915</b>	<b>987</b>	<b>14,2</b>	6,1	6,7
1911	2.159	524	32,0	6.693	413	6,6	<b>8.852</b>	<b>937</b>	<b>11,8</b>	17,2	10,1
1920	2.423	264	12,2	7.056	363	5,4	<b>9.479</b>	<b>627</b>	<b>7,1</b>	4,7	1,4
1930	2.482	59	2,4	7.625	569	8,1	<b>10.107</b>	<b>628</b>	<b>6,6</b>	16,5	11,9
1940	3.167	685	27,6	8.959	1.334	17,5	<b>12.126</b>	<b>2.019</b>	<b>20,0</b>	16,3	14,0
1950	3.241	74	2,3	9.305	346	3,9	<b>12.546</b>	<b>420</b>	<b>3,5</b>	6,0	9,7
1960	3.042	<b>-199</b>	<b>-6,1</b>	8.925	<b>-380</b>	<b>-4,1</b>	<b>11.967</b>	<b>-579</b>	<b>-4,6</b>	<b>-3,9</b>	4,5
1970	2.185	<b>-857</b>	<b>-28,2</b>	6.946	<b>-1.979</b>	<b>-22,2</b>	<b>9.131</b>	<b>-2.836</b>	<b>-23,7</b>	<b>-22,4</b>	<b>-2,5</b>
1981	1.946	<b>-239</b>	<b>-10,9</b>	6.498	<b>-448</b>	<b>-6,4</b>	<b>8.444</b>	<b>-687</b>	<b>-7,5</b>	<b>-2,2</b>	13,5
1991	1.698	<b>-248</b>	<b>-12,7</b>	6.250	<b>-248</b>	<b>-3,8</b>	<b>7.948</b>	<b>-496</b>	<b>-5,9</b>	<b>-7,1</b>	0,1
2001	1.273	<b>-425</b>	<b>-25,0</b>	6.015	<b>-235</b>	<b>-3,8</b>	<b>7.288</b>	<b>-660</b>	<b>-8,3</b>	<b>-1,4</b>	5,2
2011	1.298	25	2,0	5.733	<b>-282</b>	<b>-4,7</b>	<b>7.031</b>	<b>-257</b>	<b>-3,5</b>	<b>-4,8</b>	2,0
2017*	--	--	--	--	--	--	<b>6.475</b>	<b>-556</b>	<b>-7,9</b>	<b>-7,2</b>	<b>-2,6</b>

\*estimativa INE

Fonte: INE

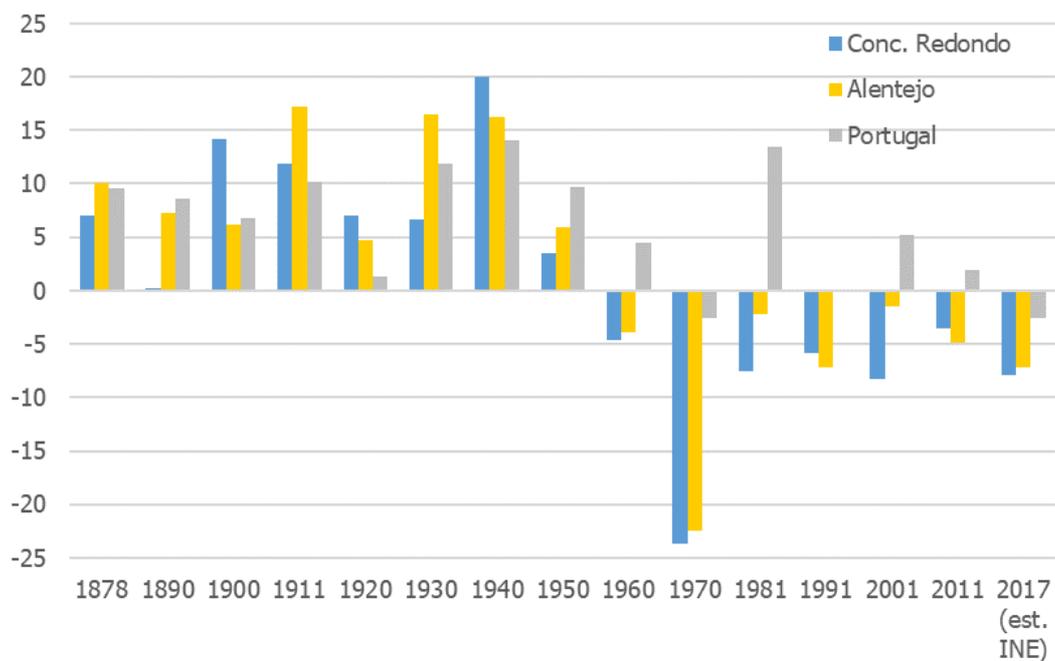
A última estimativa apontada pelo INE, em 2017, indica que este fenómeno não está em vias de terminar. Pelo contrário, tende a agravar-se face a 2011. Menos 556 habitantes no concelho (-7,9%). A tendência é comum ao que se estima para a região.

Figura 53 - Evolução da população residente, 1864 - 2017



Fonte: INE

Figura 54 - Variação percentual da população residente, 1864 – 2017



Fonte: INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 25 - População residente por lugares, aglomerados urbanos e outros lugares

<b>Aglomerados Urbanos 2011</b>	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº

Freguesia do Redondo

Redondo	3776	3796	3656	3567	3247	3910
Foros da Fonte Seca	435	353	518	409	596	924
Santa Suzana	334	329	413	384	454	704
Freixo	145	159	251	239	336	387
Aldeia da Serra	140	176	253	243	338	460

Freguesia do Montoito

Montoito	696	687	864	919	938	1283
Aldeias de Montoito	470	494	633	717	868	1262
Falcoeirias	99	75	179	220	240	324

<b>Outros Lugares 2011</b>	nº
Courelas da Capela	133
Courelas da Torre	79
Courelas da Gama e Bispo	74
Courelas da Arnalha	49
Courelas do Monte Branco	47
Vidigueira	46
Courelas da Amendoeira	45
Agua D'Alte	34
Courelas do Bico e da Calva	33
Gafanhas	30
Gaios e Ganhos	22
Courelas do Vale D'Anta	21
Courelas das Roucas	20
Monte Virgem	12
Monte da Fazenda	10
Parque de Redondo	5
Residual Redondo	212
Residual Montoito	33

\* pop. presente

Fonte: INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 26 – Evolução da população nos aglomerados urbanos

Aglomerados Urbanos 2011	2001-11		1991-01		1981*-91		1970-81*		1960-70	
	dif.	% var.	dif.	% var.	dif.	% var.	dif.	% var.	dif.	% var.
<b>Freguesia do Redondo</b>										
Redondo	-20	-0,5	140	3,8	89	2,5	320	9,9	-663	-17,0
Foros da Fonte Seca	82	23,2	-165	-31,9	109	26,7	-187	-31,4	-328	-35,5
Santa Suzana	5	1,5	-84	-20,3	29	7,6	-70	-15,4	-250	-35,5
Freixo	-14	-8,8	-92	-36,7	12	5,0	-97	-28,9	-51	-13,2
Aldeia da Serra	-36	-20,5	-77	-30,4	10	4,1	-95	-28,1	-122	-26,5
<b>Freguesia do Montoito</b>										
Montoito	9	1,3	-177	-20,5	-55	-6,0	-19	-2,0	-345	-26,9
Aldeias de Montoito	-24	-4,9	-139	-22,0	-84	-11,7	-151	-17,4	-394	-31,2
Falcoeirias	24	32,0	-104	-58,1	-41	-18,6	-20	-8,3	-84	-25,9

\*1981: pop. Presente

Fonte: INE

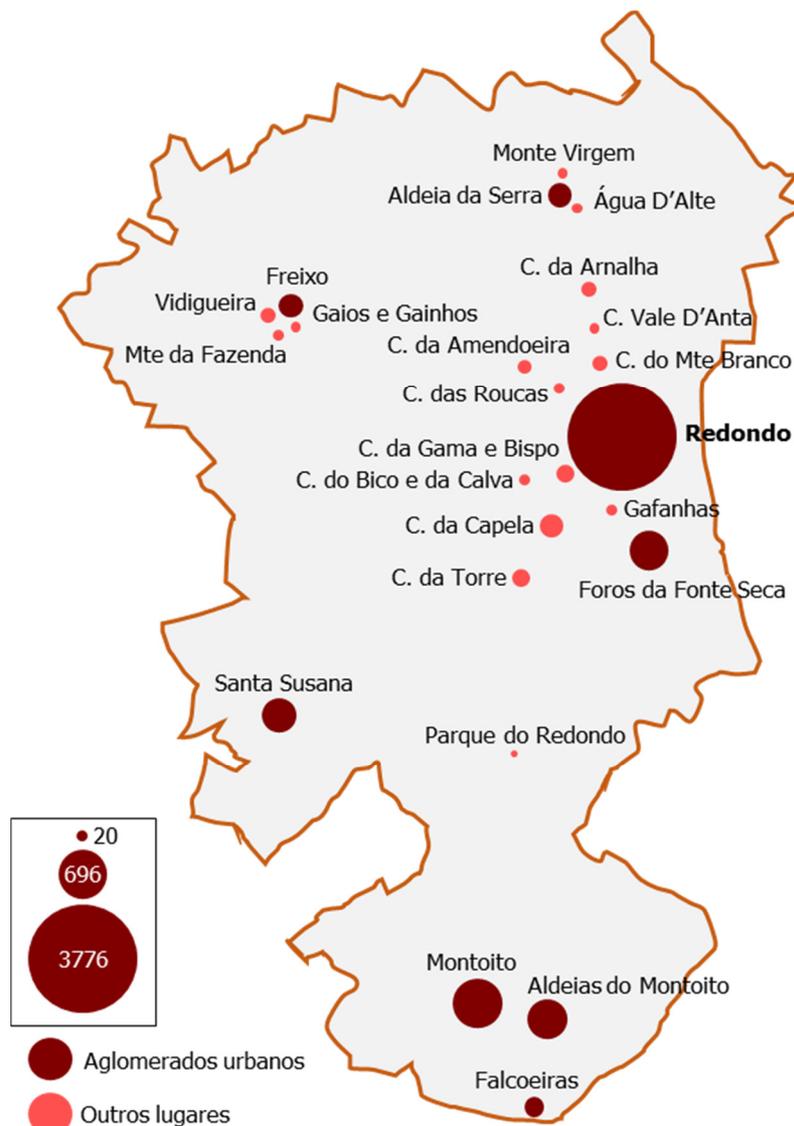
Cerca de 54% dos 7.031 habitantes do concelho residiam, em 2011, na sede do município (3.776 habitantes) o que, à semelhança de outros municípios alentejanos, indicia uma concentração razoável do povoamento. A vila do Redondo tem, no entanto, apresentado uma constância assinalável no número de habitantes ao longo das últimas décadas, com variações positivas ou negativas baixas. Entre 2001 e 2011, segundo os censos, perdeu apenas 20 habitantes dos 257 que o concelho perdeu no seu conjunto.

A figura 3 mostra a distribuição da população no território do município: 8 aglomerados urbanos mais importantes e um conjunto de pequenos lugares, quase exclusivamente de povoamento muito disperso, as courelas e os foros (uma forma de povoamento que é comum sobretudo em todo o sul do país).

Entre os principais aglomerados, e para além da vila do Redondo, destacam-se 4: destacam-se quatro: Montoito (sede de freguesia), Santa Suzana, Aldeias de Montoito e Foros da Fonte Seca, todos com população entre os 300 e os 700 habitantes. Num 2º nível, os aglomerados mais pequenos: Freixo, Aldeia da Serra e Falcoeirias, com menos de 150 habitantes.

Com excepção da vila do Redondo, os aglomerados urbanos têm registado, desde a década de 60 do século XX, decréscimos sensíveis de população. Apenas na década de 80 os censos registaram um acréscimo, ainda que reduzido, nos lugares da freguesia de Redondo (e não na freguesia de Montoito). Cremos que este facto se deve, em certa medida, relacionar com a contagem censitária publicada em 1980 - apenas população presente e não residente - e com alguma diferença de critérios de delimitação dos lugares.

Figura 55 - Número de habitantes por lugares censitários – concelho de Redondo 2011



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Entre 2001 e 2011, este panorama quase constante de perda de população alterou-se: 2 aglomerados registam ganhos relativos significativos: Falcoeirias e Foros da Fonte Seca e apenas 1, Aldeia da Serra, continua a verificar uma forte perda. Os restantes aglomerados praticamente estabilizam o número de habitantes, com ganhos ou perdas muito reduzidas. O saldo desta década traduz-se, para o conjunto dos aglomerados urbanos, num ganho absoluto de 26 habitantes.

Na medida em que o concelho perdeu, naquela mesma década 267 habitantes, foram sobretudo os pequenos lugares os responsáveis pela redução, perdendo, em estimativa, cerca de 300 residentes.

Não sendo possível contabilizar directamente a evolução da população neste conjunto de pequenos lugares (Quadro 4 – outros lugares) já que a delimitação das secções e sub-secções estatísticas é diferente nos

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

recenseamentos e inviabiliza, para áreas com habitação muito dispersa e/ou isolada, comparações com algum rigor (muitos lugares mudam até de designação) não é difícil concluir, no entanto, que foram sobretudo estas áreas de courelas, foros, fazendas e montes isolados que alteraram mais o povoamento do concelho.

Quadro 27 – Edifícios clássicos para habitação familiar por data de construção

	Design. Censitária	Edifícios clássicos 2011 Nº	Data de construção								
			< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
			%	%	%	%	%	%	%	%	%
<b>Redondo</b>	<b>Município</b>	<b>3882</b>	<b>15,6</b>	<b>26,8</b>	<b>14,8</b>	<b>10,8</b>	<b>7,3</b>	<b>5,5</b>	<b>10,6</b>	<b>8,6</b>	<b>333</b>
<b>Montoito</b>	<b>Freguesia</b>	<b>980</b>	<b>11,6</b>	<b>49,8</b>	<b>14,6</b>	<b>4,7</b>	<b>7,3</b>	<b>2,9</b>	<b>3,8</b>	<b>5,3</b>	<b>52</b>
Montoito	Aglomerado	504	14,5	40,3	23,0	3,6	8,5	1,6	2,6	6,0	30
Aldeias de Montoito	Aglomerado	353	2,0	67,4	5,1	7,1	6,8	3,1	4,2	4,2	15
Falcoeirias	Aglomerado	85	14,1	45,9	10,6	3,5	5,9	7,1	4,7	8,2	7
Residual	Residual	38	57,9	21,1	0,0	0,0	0,0	7,9	13,2	0,0	0
<b>Redondo</b>	<b>Freguesia</b>	<b>2902</b>	<b>17,0</b>	<b>19,0</b>	<b>14,8</b>	<b>12,9</b>	<b>7,3</b>	<b>6,4</b>	<b>13,0</b>	<b>9,7</b>	<b>281</b>
Redondo	Aglomerado	1605	20,2	15,8	12,0	15,0	7,9	5,6	13,6	9,8	158
Foros da Fonte Seca	Aglomerado	200	8,5	10,5	21,0	17,0	11,5	9,0	14,0	8,5	17
Santa Suzana	Aglomerado	190	4,2	44,7	17,9	7,9	4,7	11,6	7,9	1,1	2
Aldeia da Serra	Aglomerado	134	6,7	26,9	32,1	14,9	5,2	3,0	8,2	3,0	4
Freixo	Aglomerado	98	13,3	1,0	8,2	17,3	10,2	6,1	20,4	23,5	23
Courelas da Capela	Lugar	86	4,7	14,0	18,6	3,5	4,7	16,3	24,4	14,0	12
Courelas da Torre	Lugar	44	18,2	25,0	22,7	9,1	2,3	2,3	11,4	9,1	4
Courelas da Gama e Bispo	Lugar	39	5,1	5,1	10,3	15,4	12,8	20,5	12,8	17,9	7
Courelas da Arnalha	Lugar	35	5,7	17,1	28,6	11,4	14,3	5,7	8,6	8,6	3
Courelas da Amendoeira	Lugar	34	44,1	32,4	8,8	0,0	8,8	5,9	0,0	0,0	0
Courelas do Monte Branco	Lugar	26	3,8	15,4	30,8	0,0	3,8	11,5	19,2	15,4	4
Vidigueira	Lugar	24	16,7	4,2	8,3	8,3	4,2	12,5	33,3	12,5	3
Gafanhas	Lugar	21	23,8	14,3	4,8	4,8	14,3	4,8	28,6	4,8	1
Parque de Redondo	Lugar	21	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	21
Courelas do Bico e da Calva	Lugar	18	11,1	38,9	16,7	0,0	0,0	5,6	16,7	11,1	2
Courelas do Vale D'Anta	Lugar	17	11,8	29,4	17,6	0,0	11,8	5,9	17,6	5,9	1
Monte Virgem	Lugar	17	29,4	23,5	23,5	11,8	5,9	0,0	5,9	0,0	0
Monte da Fazenda	Lugar	16	18,8	56,3	18,8	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Gaios e Ganhos	Lugar	15	66,7	13,3	6,7	6,7	0,0	0,0	0,0	6,7	1
Courelas das Roucas	Lugar	12	0,0	75,0	0,0	0,0	8,3	8,3	8,3	0,0	0
Água D'Alte	Lugar	12	0,0	58,3	33,3	0,0	0,0	0,0	8,3	0,0	0
Residual	Residual	235	23,8	26,4	16,2	9,4	3,4	3,8	9,4	7,7	18

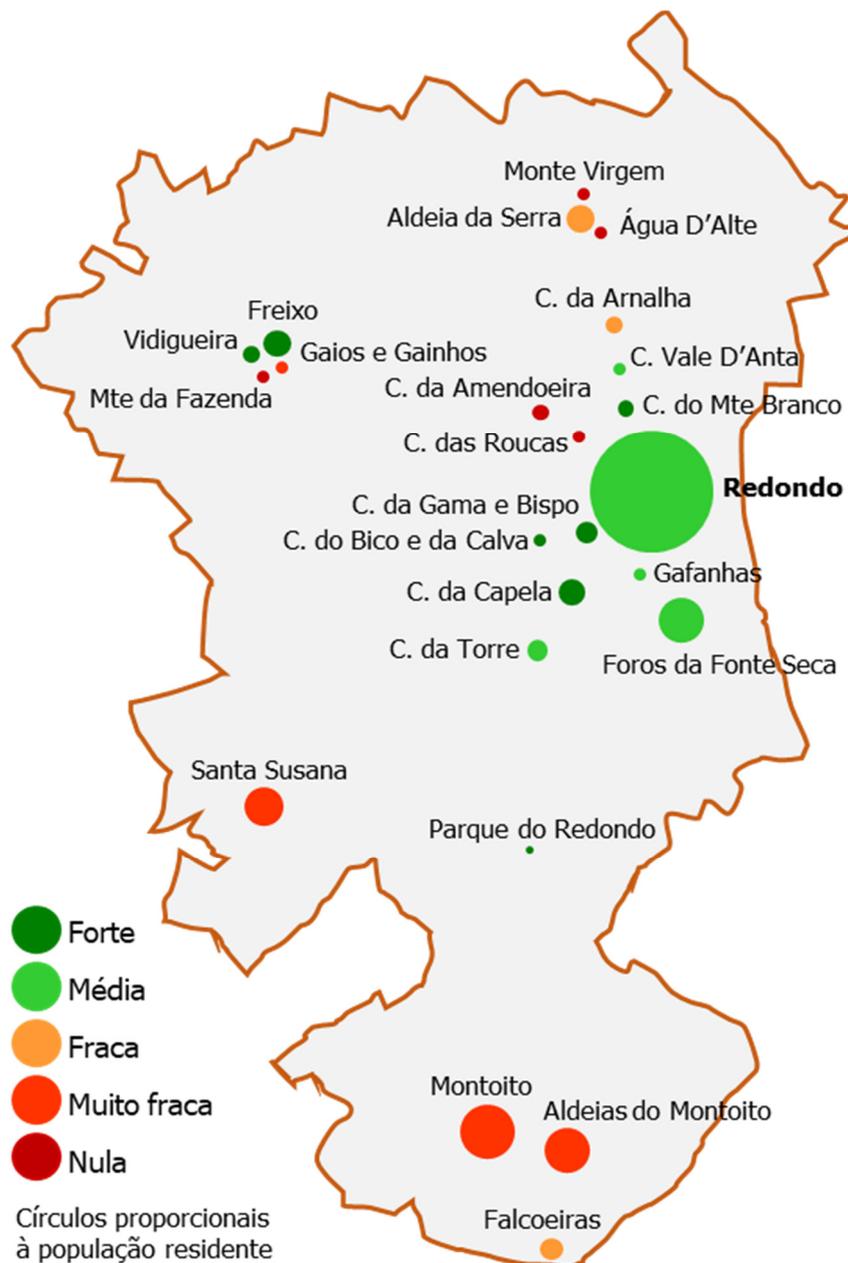
Legenda

Quadro Figura

Lugar	● Forte – mais de 20% dos edifícios foram construídos entre 1991 e 2011 e pelo menos 10% entre 2001 e 2011
Lugar	● Média – mais de 20% dos edifícios foram construídos entre 1991 e 2001
Lugar	● Fraca – entre 10 a 20% dos edifícios foram construídos entre 1991 e 2001
Lugar	● Muito fraca – menos de 10 % dos edifícios foram construídos entre 1991 e 2001
Lugar	● Nula – menos de 10 % dos edifícios foram construídos entre 1991 e 2001 e nenhum foi construído entre 2001 e 2011

Fonte: INE

Figura 56 - Dinâmica da construção de habitação – 1991-2011



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Uma abordagem centrada nos edifícios e nos alojamentos pode, de algum modo complementar estas conclusões.

A observação da distribuição dos edifícios por datas de construção (Quadro 27) dá-nos uma perspectiva diversa da estritamente demográfica relativamente ao crescimento do concelho e algumas indicações quanto às áreas de maior pressão de construção.

São indicados numa escala de 5 classes os perfis mais salientes (Figura 56 e Quadro 27), tendo em conta que as designações adoptadas (Forte, Média, Fraca, Muito fraca e Nula) são exclusivamente relativas ao perfil de evolução da construção de habitação no concelho e não devem ser entendidas de um modo literal e generalizado a outras situações.

A vila de Redondo e lugares mais próximos apresentam, de um modo geral, uma maior parcela de edifícios mais recentes (construídos entre 1991 e 2011). As Courelas e Foros que se estendem para sul/sudoeste (Gama e Bispo, Bico e da Calva, Capela, Torre, Gafanhas e Fonte Seca) e para norte da vila (Monte Branco e Vale D'Anta) registam mais de 20% dos edifícios clássicos com data de construção naquele período. Destacam-se alguns lugares mais próximos: Courelas do Monte Branco, Gama e Bispo, Bico e da Calva e Capela com dinâmica mais acentuada na última década do período – 2001 a 2011.

Apesar da vila do Redondo deter, com larga dominância, o maior número de novas construções (158 entre 2001 e 2011, o que corresponde a 47% do total de edifícios novos para habitação no município) são, em termos relativos, nos lugares das sua proximidade imediata que o impacto da construção é maior.

Apenas 3 outros lugares no concelho verificaram alguma dinâmica – Freixo e Vidigueira – também muito próximos, e um aldeamento turístico recente – Parque do Redondo – onde foram construídos 21 edifícios para alojamento temporário.

No sentido inverso salientam-se todos os aglomerados do sul do município – Santa Suzana, Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeirias – com um número muito reduzido de novos edifícios construídos; o conjunto Aldeia da Serra, Monte da Virgem, Água D'Alte, a norte, também com uma dinâmica muito fraca; e alguns lugares de habitação dispersa mais próximos da vila do Redondo – Courelas da Amendoeira e Courelas das Roucas.

Em síntese poder-se-á referir que a estagnação demográfica da grande maioria das localidades do concelho concorreu para uma dinâmica de construção fraca e quase exclusivamente limitada à sede de concelho e arredores próximos.

A estimativa de decréscimo de população para a década de 2011-2021 não vai certamente alterar este panorama.

Se se observar a evolução recente do número de edifícios e de fogos concluídos ou licenciados pela Câmara Municipal (Quadro 28) é óbvia a desaceleração que se tem vindo a verificar na dinâmica da habitação. Aliás, a estimativa do parque habitacional do concelho, publicada anualmente pelo INE, aponta no mesmo sentido. A quase totalidade dos edifícios construídos ou licenciados nos últimos anos correspondem a moradias com apenas 1 alojamento.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Quadro 28 – edifícios e fogos de habitação familiar clássica licenciados e concluídos – concelho do Redondo

	Edifícios		Fogos	
	Licenciados	Concluídos	Licenciados	Concluídos
	Nº	Nº	Nº	Nº
2011	18	32	18	32
2012	17	24	18	27
2013	5	22	8	22
2014	6	9	6	9
2015	4	10	4	12
2016	10	8	10	11
2017	8	7	8	7

Fonte: INE

Quadro 29 - Edifícios e alojamentos de habitação familiar clássica – estimativa do parque habitacional – concelho do Redondo

	Edifícios		Alojamentos	
	Nº	dif.	Nº	dif.
2011	3903	--	4568	--
2012	3926	23	4593	25
2013	3935	9	4602	9
2014	3945	10	4612	10
2015	3948	3	4615	3
2016	3956	8	4626	11
2017	3961	5	4631	5

Fonte: INE

Outra perspectiva que deve ser assinalada para complementar as conclusões anteriores diz respeito à ocupação das habitações. O Quadro 30 e a Figura 57 evidenciam a situação no município: 38,4% dos alojamentos não são de residência habitual e 12% estão vagos, ou seja, cerca de 50% dos alojamentos não são habitualmente ocupados ou estão mesmo sem qualquer ocupação.

São os lugares mais pequenos e de povoamento disperso, as courelas, os mais afectados pela desocupação e abandono das casas, mas também alguns aglomerados como a Aldeia da Serra ou Falcoeirias (com 58% de alojamentos com ocupação temporária ou sem ocupação) têm valores particularmente elevados.

Os alojamentos em edifícios isolados, não integrados em lugares, designados como “residuais” no recenseamento, apresentam a pior situação – 85% de desocupação na freguesia do Montoito e 81% na

freguesia do Redondo – e confirmam que a perda de população no concelho na última década foi sobretudo devida à saída de habitantes das áreas mais isoladas e dispersas.

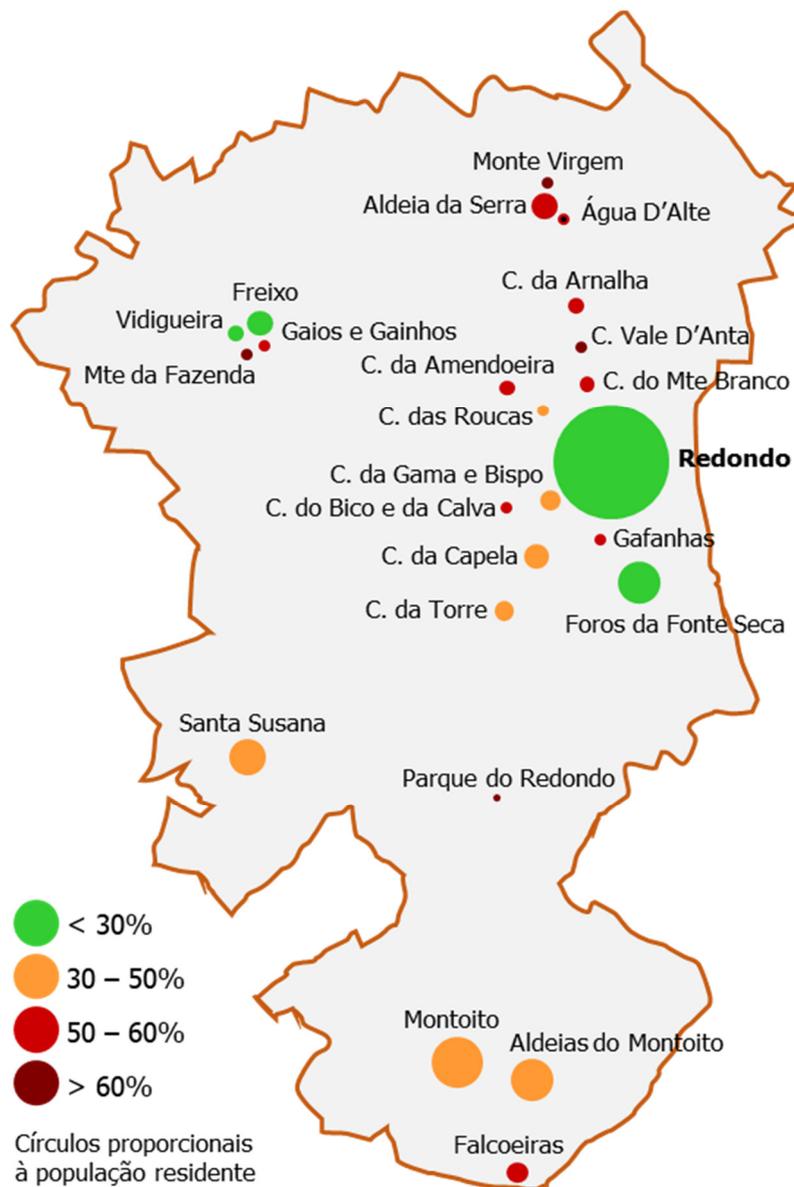
Apenas a Vila do Redondo e a localidade de Freixo e o lugar de Vidigueira e Foros da Fonte Seca registam um grau de desocupação inferior a 30% sendo, como já referimos, também as áreas de maior dinamismo demográfico.

Quadro 30 – Alojamentos familiares 2011

	Design. Censitária	Total	Não são de residência habitual		Vagos	
		Nº	Nº	%	Nº	%
<b>Redondo</b>	<b>Município</b>	<b>4549</b>	<b>1748</b>	<b>38,4</b>	<b>547</b>	<b>12,0</b>
<b>Montoito</b>	<b>Freguesia</b>	<b>1008</b>	<b>468</b>	<b>46,4</b>	<b>52</b>	<b>5,2</b>
Montoito	Aglomerado	510	210	41,2	18	3,5
Aldeias de Montoito	Aglomerado	358	164	45,8	31	8,7
Falcoeirias	Aglomerado	92	53	57,6	0	0,0
Residual	Residual	48	41	85,4	3	6,3
<b>Redondo</b>	<b>Freguesia</b>	<b>3541</b>	<b>1280</b>	<b>36,1</b>	<b>495</b>	<b>14,0</b>
Redondo	Aglomerado	1953	472	24,2	187	9,6
Foros da Fonte Seca	Aglomerado	223	64	28,7	6	2,7
Santa Suzana	Aglomerado	219	68	31,1	31	14,2
Aldeia da Serra	Aglomerado	140	81	57,9	27	19,3
Freixo	Aglomerado	108	30	27,8	9	8,3
Courelas da Capela	Lugar	94	45	47,9	4	4,3
Courelas da Torre	Lugar	50	18	36,0	1	2,0
Courelas da Gama e Bispo	Lugar	43	18	41,9	4	9,3
Courelas da Amendoeira	Lugar	46	24	52,2	11	23,9
Courelas da Arnalha	Lugar	38	21	55,3	8	21,1
Courelas do Monte Branco	Lugar	36	20	55,6	5	13,9
Vidigueira	Lugar	31	8	25,8	3	9,7
Courelas do Bico e da Calva	Lugar	25	14	56,0	3	12,0
Gafanhas	Lugar	24	14	58,3	4	16,7
Parque de Redondo	Lugar	21	19	90,5	0	0,0
Gaios e Gainhos	Lugar	20	10	50,0	7	35,0
Courelas do Vale D'Anta	Lugar	19	12	63,2	6	31,6
Monte Virgem	Lugar	18	11	61,1	2	11,1
Monte da Fazenda	Lugar	16	10	62,5	1	6,3
Água D'Alte	Lugar	15	0	0,0	0	0,0
Courelas das Roucas	Lugar	15	7	46,7	0	0,0
Residual	Residual	387	314	81,1	176	45,5

Fonte: INE

Figura 57 - Alojamentos que não são residência habitual - 2011



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

### 3. ESTRUTURA ETÁRIA E POR GÉNEROS

A distribuição da população residente por idades (Quadro 31) revela claramente que o concelho do Redondo apresenta uma estrutura etária mais envelhecida que a verificada para a região do Alentejo e bem mais que a registada para o País. Estão assinalados, a vermelho e verde respectivamente, os estratos etários onde o concelho apresenta valores mais baixos e mais elevados que o País: até aos 64 anos todos os grupos quinquenais de idades apresentam valores relativos mais baixos, dos 65 aos 95 anos valores mais elevados. Este perfil de envelhecimento é comum à maioria dos concelhos alentejanos e reflecte as consequências simultâneas de dois fenómenos que já referimos: a emigração, sobretudo nas idades mais

activas (adultos e jovens adultos) e o decréscimo da natalidade, associado não só à saída de população em idade fértil mas também às transformações mais estruturais da composição familiar, onde a redução do número de filhos por casal é uma tendência que afecta todo o país e o Alentejo em particular.

Quadro 31 – Distribuição da população por grupos etários 2011

grupos etários	Freg. Montoito %	Freg. Redondo %	Conc. Redondo %	Alentejo %	Portugal %
0 - 4 anos	3,2	3,8	3,7	4,2	4,6
5 - 9 anos	4,0	4,5	4,4	4,6	5,0
10 - 14 anos	4,6	4,8	4,8	4,8	5,3
15 - 19 anos	4,9	5,2	5,1	4,7	5,4
20 - 24 anos	5,1	5,1	5,1	5,0	5,5
25 - 29 anos	4,7	6,2	5,9	5,6	6,2
30 - 34 anos	5,7	7,0	6,7	6,7	7,3
35 - 39 anos	4,6	7,4	6,9	7,0	7,8
40 - 44 anos	4,6	7,3	6,8	6,8	7,3
45 - 49 anos	6,6	7,0	6,9	7,0	7,3
50 - 54 anos	6,5	6,4	6,4	6,8	6,8
55 - 59 anos	6,2	6,2	6,2	6,5	6,4
60 - 64 anos	4,4	5,7	5,4	6,2	6,0
65 - 69 anos	4,9	5,4	5,3	5,7	5,2
70 - 74 anos	7,6	6,0	6,3	5,9	4,7
75 - 79 anos	10,0	5,6	6,4	5,6	4,1
80 - 84 anos	6,7	3,9	4,4	3,9	2,8
85 - 89 anos	4,2	1,9	2,3	2,2	1,6
90 - 94 anos	1,2	0,8	0,9	0,7	0,5
95 - 99 anos	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1
100 e mais anos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE

As diferenças entre as duas freguesias do concelho são também muito sensíveis: a freguesia do Redondo com uma estrutura mais jovem, em termos gerais, mais jovem até que a do Alentejo (com relevo particular para a população com idades dos 15 aos 29 anos) e a freguesia do Montoito com uma estrutura muito envelhecida – muito pouca população, em termos relativos, dos 25 aos 49 anos de idade e sobre-representação acentuada da população com mais de 70 anos. Em síntese, duas freguesias com perfis etários distintos.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

A composição por género (Quadro 32) não revela diferenças significativas entre as duas freguesias e é equilibrada: 49% de homens e 51% de mulheres. Há a destacar apenas a presença maioritária do sexo feminino nos estratos etários mais elevados, o que é comum, mas tem, na freguesia do Montoito uma expressão acentuada.

Os valores da Relação de Masculinidade (número de homens por cada 100 mulheres) nas duas freguesias e para o conjunto do concelho (Quadro 33) mostram que a relação entre os sexos é mais equilibrada no concelho do Redondo do que no Alentejo ou no País. Mostram também uma tendência para se verificar um maior desequilíbrio: em 2017 a estimativa é de uma queda sensível no número de homens face ao número de mulheres (92 homens para cada 100 mulheres).

Quadro 32 – Estrutura etária por género da população residente 2011

grupos etários	Freg. Montoito				Freg. Redondo				Conc. Redondo			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - 4 anos	19	1,5	23	1,8	118	2,1	97	1,7	137	1,9	120	1,7
5 - 9 anos	26	2,0	26	2,0	129	2,3	128	2,2	155	2,2	154	2,2
10 - 14 anos	36	2,8	24	1,8	152	2,7	123	2,1	188	2,7	147	2,1
15 - 19 anos	37	2,9	26	2,0	149	2,6	148	2,6	186	2,6	174	2,5
20 - 24 anos	34	2,6	32	2,5	130	2,3	160	2,8	164	2,3	192	2,7
25 - 29 anos	32	2,5	29	2,2	179	3,1	174	3,0	211	3,0	203	2,9
30 - 34 anos	45	3,5	29	2,2	199	3,5	200	3,5	244	3,5	229	3,3
35 - 39 anos	28	2,2	32	2,5	220	3,8	202	3,5	248	3,5	234	3,3
40 - 44 anos	26	2,0	34	2,6	220	3,8	199	3,5	246	3,5	233	3,3
45 - 49 anos	48	3,7	38	2,9	203	3,5	196	3,4	251	3,6	234	3,3
50 - 54 anos	39	3,0	45	3,5	190	3,3	177	3,1	229	3,3	222	3,2
55 - 59 anos	46	3,5	34	2,6	172	3,0	184	3,2	218	3,1	218	3,1
60 - 64 anos	27	2,1	30	2,3	164	2,9	162	2,8	191	2,7	192	2,7
65 - 69 anos	23	1,8	41	3,2	123	2,1	184	3,2	146	2,1	225	3,2
70 - 74 anos	42	3,2	57	4,4	157	2,7	187	3,3	199	2,8	244	3,5
75 - 79 anos	55	4,2	75	5,8	136	2,4	186	3,2	191	2,7	261	3,7
80 - 84 anos	30	2,3	57	4,4	105	1,8	118	2,1	135	1,9	175	2,5
85 - 89 anos	34	2,6	20	1,5	39	0,7	72	1,3	73	1,0	92	1,3
90 - 94 anos	7	0,5	9	0,7	11	0,2	33	0,6	18	0,3	42	0,6
95 - 99 anos	1	0,1	1	0,1	1	0,0	4	0,1	2	0,0	5	0,1
100 e mais anos	1	0,1	0	0,0	1	0,0	1	0,0	2	0,0	1	0,0
total	636	49,0	662	51,0	2798	48,8	2935	51,2	3434	48,8	3597	51,2

Fonte: INE

Quadro 33 – Relação de masculinidade\*

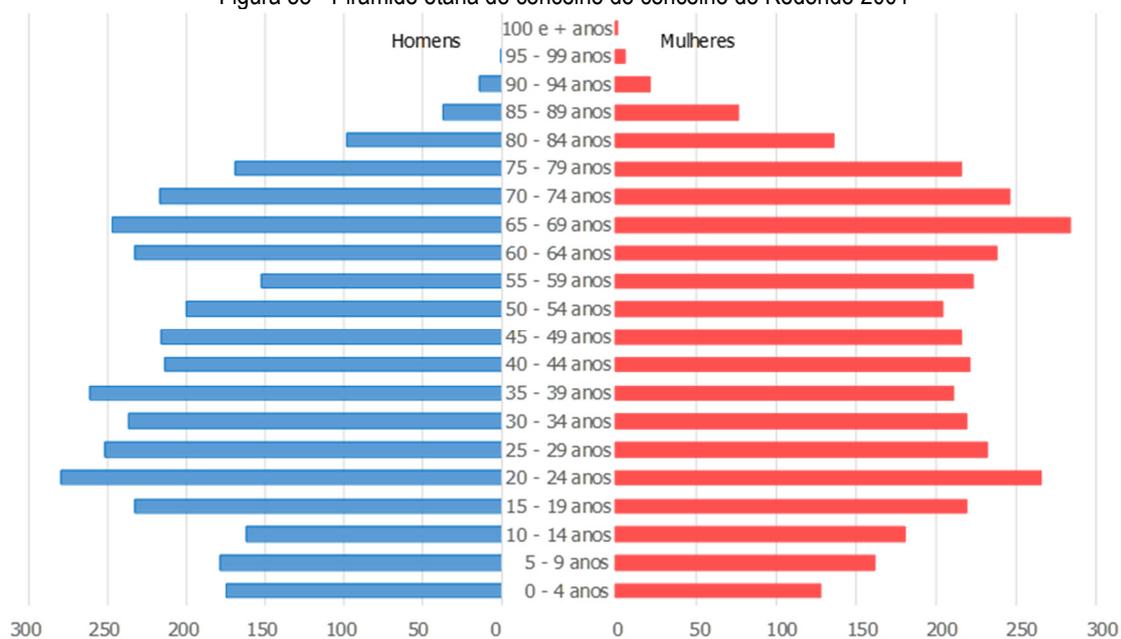
	2001	2011	2017
Freg. Montoito	94,9	96,1	
Freg. Redondo	97,0	95,3	
<b>Conc. Redondo</b>	<b>96,6</b>	<b>95,5</b>	<b>91,8</b>
Alentejo	95,5	93,9	92,9
Portugal	93,4	91,5	89,8

\* Número de homens por cada 100 mulheres

Fonte: INE

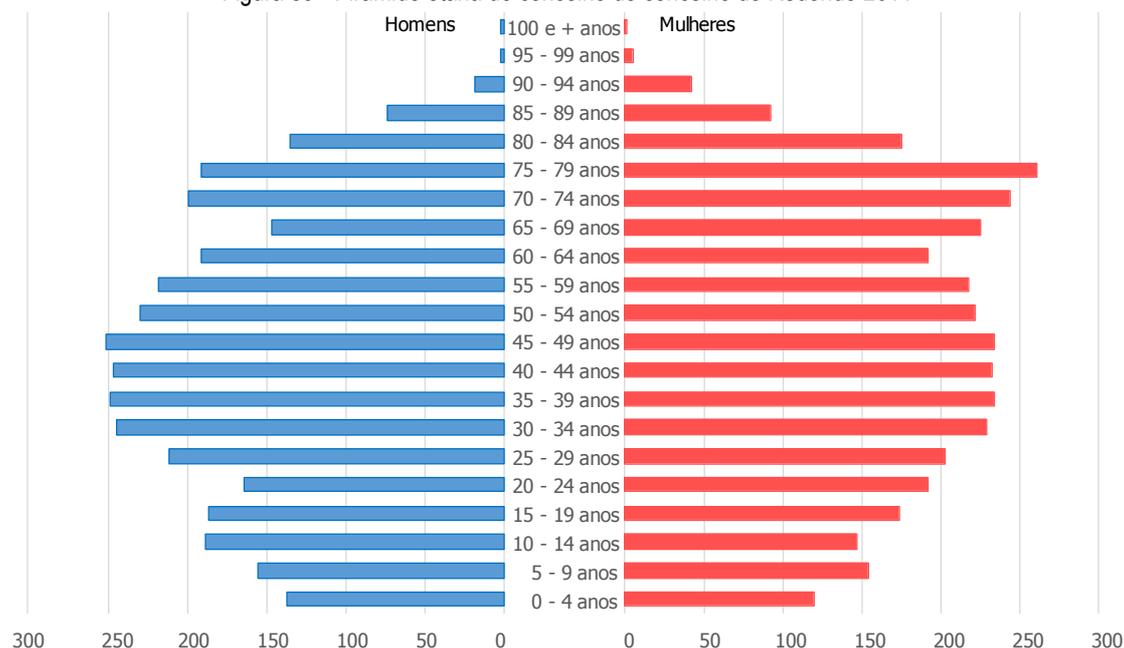
A ilustração gráfica da estrutura de idades através das pirâmides etárias em 2001 e 2011 evidencia bem o processo de envelhecimento já referido. A base das pirâmides, mais curtas e a diminuir de 2001 para 2011, traduzindo a redução da natalidade. O decréscimo dos estratos das idades activas mais jovens, dos 15 aos 30 anos de idade. O alargamento do topo da pirâmide pela forte presença de população mais idosa.

Figura 58 - Pirâmide etária do concelho do concelho do Redondo 2001



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Figura 59 - Pirâmide etária do concelho do Redondo 2011



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

O Índice de Envelhecimento (Número de pessoas com 65 ou mais anos de idade por cada 100 menores de 15 anos) mostra contudo, alguma recuperação nos últimos anos. Os valores anuais do índice, com base na estimativa anual dos grandes grupos etários realizada pelo INE, indicia um abrandamento no processo de envelhecimento demográfico que se vinha verificando desde há várias décadas. Com efeito, enquanto para o conjunto do concelho do Redondo o índice estabiliza (com comportamentos opostos entre homens e mulheres), é de prever, face ao comportamento já verificado para a década de 2001-2011 que a freguesia do Montoito revele já, para 2017, uma redução do valor deste índice.

Quadro 34 – índice de envelhecimento\*

	Homens + Mulheres			Homens			Mulheres		
	2001	2011	2017	2001	2011	2017	2001	2011	2017
Freg. Montoito	330	294		241	238		461	356	
Freg. Redondo	155	182		135	144		176	226	
<b>Conc. Redondo</b>	<b>180</b>	<b>201</b>	<b>202</b>	<b>152</b>	<b>160</b>	<b>172</b>	<b>210</b>	<b>248</b>	<b>232</b>
Alentejo	163	178	199	140	148	164	187	210	236
Portugal	102	128	155	84	105	127	122	152	185

\* Número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos

Fonte: INE

Outros indicador interessante relaciona-se com a longevidade (número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos de idade). O aumento muito significativo do valor do índice longevidade de 2001 para 2011 e, previsivelmente, para 2017, reflectem duas situações: que a **população mais idosa está, em maior número, a atingir patamares superiores a 75 anos**, o que pode indiciar, também aqui, um relativo abrandamento do processo de envelhecimento (note-se, por exemplo o que acontece na freguesia do Montoito); e que a esperança média de vida da população mais idosa aumentou.

Quadro 35 – índice de longevidade\*

	2001	2011	2017
Freg. Montoito	45	64	
Freg. Redondo	43	52	
<b>Conc. Redondo</b>	<b>44</b>	<b>55</b>	<b>60</b>
Alentejo	43	52	61
Portugal	41	48	55

\* Número de pessoas com 75 e mais anos por cada 100 pessoas com 65 e mais anos

Fonte: INE

A observação da parcelas de população jovem e idosa por lugares do concelho (Quadro 36) vem confirmar algumas das conclusões anteriores relativamente ao modo como se tem processado a evolução e distribuição demográfica. Os lugares com menor envelhecimento, para além da sede de concelho, situam-se em torno desta (com destaque para Foros da Fonte Seca, Courelas da Gama e Bispo e Courelas do Bico e da Calva) e correspondem a localidades que, como já se referiu, denotam também uma dinâmica de construção mais acentuada. As localidades mais envelhecidas são, em larga maioria, as mais periféricas.

A análise por grandes grupos etários funcionais possibilita uma visão de síntese da evolução comparada da situação no concelho do Redondo com o Alentejo e o País (Quadro 35) entre 2001 e 2017, tendo sempre presente que os valores de 2017 são estimativas, carecendo naturalmente de confirmação com o recenseamento de 2021.

Em termos relativos, de peso dos grupos etários no Concelho do Redondo entre 2001 e 2017 é nítida a redução dos estratos etários mais jovens e, conseqüentemente o aumento do peso relativo das idades adultas e dos mais idosos. É uma tendência que retrata a evolução comumente conhecida na demografia do País.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

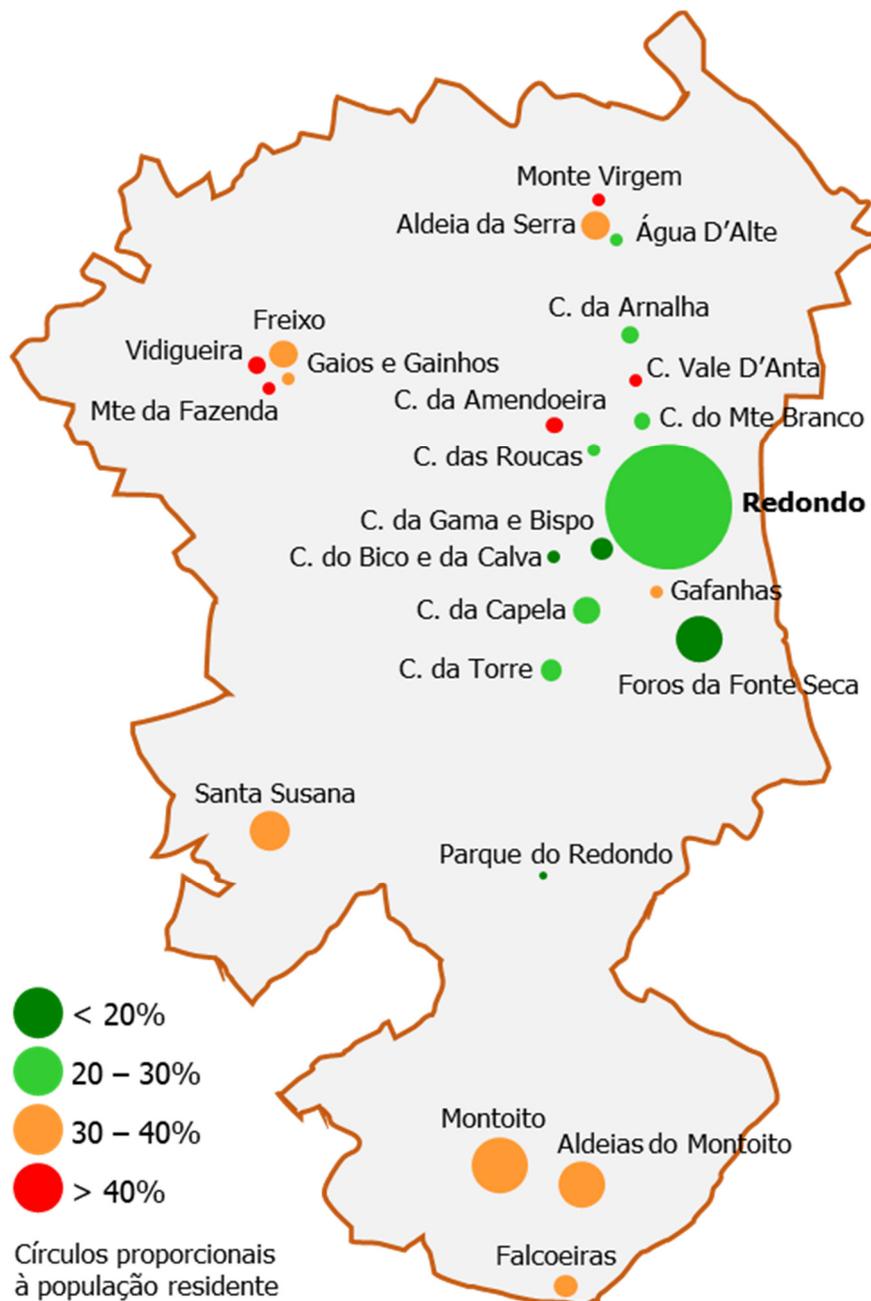
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 36 – População jovem e idosa por lugares 2011 – concelho do Redondo

	Design. Censitária	Pop. com menos de 25 anos de idade		Pop. com mais de 64 anos de idade	
		Nº	%	Nº	%
<b>Redondo</b>	<b>Município</b>	<b>1977</b>	<b>28,1</b>	<b>1811</b>	<b>25,8</b>
<b>Monteito</b>	<b>Freguesia</b>	<b>346</b>	<b>26,7</b>	<b>453</b>	<b>34,9</b>
Monteito	Aglomerado	175	25,1	260	37,4
Aldeias de Monteito	Aglomerado	131	27,9	153	32,6
Falcoeirias	Aglomerado	17	17,2	39	39,4
Residual	Residual	23	69,7	1	3,0
<b>Redondo</b>	<b>Freguesia</b>	<b>1631</b>	<b>28,4</b>	<b>1358</b>	<b>23,7</b>
Redondo	Aglomerado	1092	28,9	841	22,3
Foros da Fonte Seca	Aglomerado	135	31,0	83	19,1
Santa Suzana	Aglomerado	79	23,7	114	34,1
Aldeia da Serra	Aglomerado	33	23,6	45	32,1
Freixo	Aglomerado	34	19,3	64	36,4
Courelas da Capela	Lugar	27	20,3	33	24,8
Courelas da Torre	Lugar	23	29,1	20	25,3
Courelas da Gama e Bispo	Lugar	34	45,9	12	16,2
Courelas da Amendoeira	Lugar	7	15,6	20	44,4
Courelas da Amalha	Lugar	14	28,6	11	22,4
Courelas do Monte Branco	Lugar	17	36,2	10	21,3
Vidigueira	Lugar	5	10,9	21	45,7
Courelas do Bico e da Calva	Lugar	11	33,3	5	15,2
Gafanhas	Lugar	11	36,7	10	33,3
Parque de Redondo	Lugar	2	40,0	0	0,0
Gaios e Gainhos	Lugar	5	22,7	7	31,8
Courelas do Vale D'Anta	Lugar	4	19,0	11	52,4
Monte Virgem	Lugar	1	8,3	7	58,3
Monte da Fazenda	Lugar	0	0,0	5	50,0
Água D'Alte	Lugar	6	17,6	10	29,4
Courelas das Roucas	Lugar	9	45,0	4	20,0
Residual	Residual	82	38,7	25	11,8

Fonte: INE

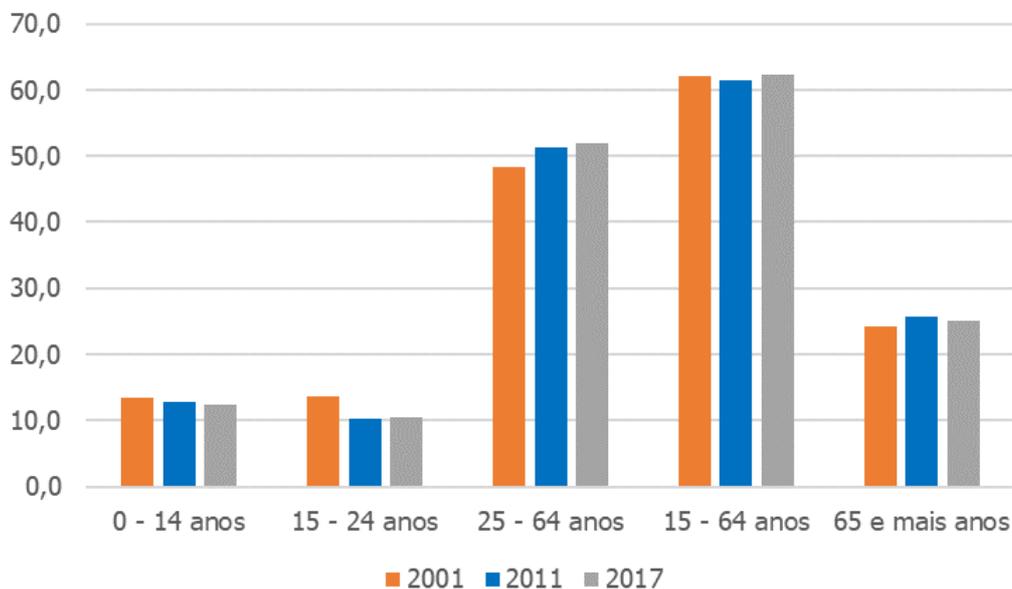
Figura 60 - População com idade superior a 64 anos (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

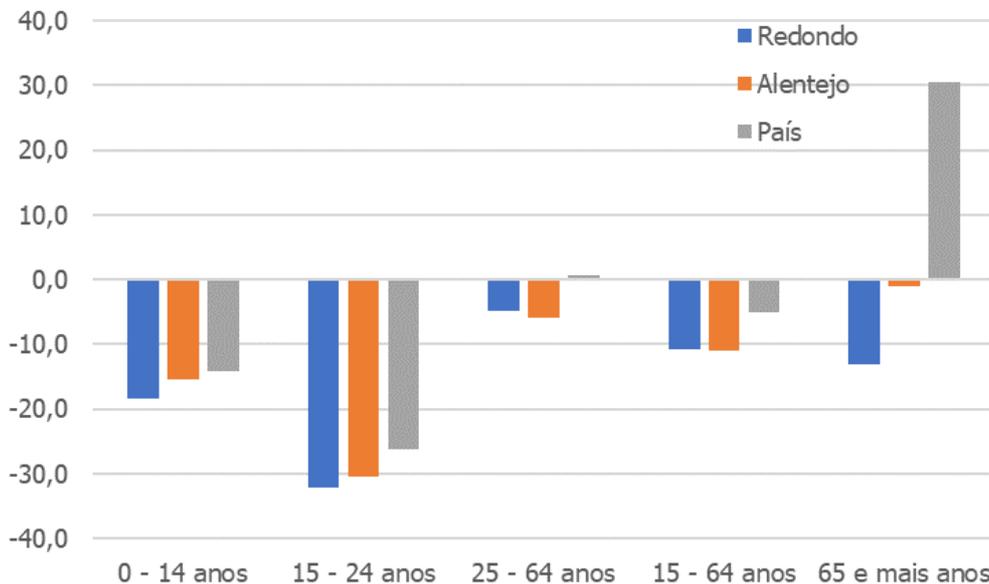
A observação das taxas de variação entre 2001 e 2017 do contingente de população em cada grupo etário nas várias escalas – Redondo, Alentejo, País – é elucidativa, por um lado, da perda de população em todos os grupos etários no concelho do Redondo, especialmente acentuada nos 0 aos 14 anos e nos 15 aos 24 anos, mas também muito significativa nos mais idosos (65 e mais anos de idade) e, por outro lado, da posição desfavorável do Redondo quando comparado com o Alentejo, com perdas menos acentuadas, ou com o País.

Figura 61 - População por grupos etários funcionais (%) – concelho do Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Figura 62 - Variação dos grupos etários funcionais 2001-2017 (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Uma análise mais fina (Quadro 37) permite evidenciar alguns factos: O concelho sofreu uma evolução positiva entre 2001 e 2011 no contingente da população em idades mais activas (25 a 64 anos), comum às duas freguesias. Ou seja, a perda de generalizada de população foi, pelo menos nesta década, compensada pela entrada de pessoas em idade activa. A perspectiva para 2017 é negativa (-6,7%) mas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

deve-se ter em conta que este grupo de idades é o mais sujeito a variações que não dependem do movimento natural da população mas sobretudo da capacidade de atracção do concelho sobretudo em termos da sua economia e do emprego que consegue gerar.

Quadro 37 – Distribuição da população por grupos etários funcionais

grupos etários		Freg. Montoito	Freg. Redondo	Conc. Redondo	Alentejo	Portugal
0 - 14 anos	2001	138	849	987	106.645	1.656.602
	2011	154	747	901	102.774	1.572.329
	2017	--	--	806	90.184	1.423.896
	dif. 2001-2011	16	-102	-86	-3.871	-84.273
	dif. 2011-2017	--	--	-95	-12.590	-148.433
	var.% 2001-2011	<b>11,6</b>	<b>-12,0</b>	<b>-8,7</b>	<b>-3,6</b>	<b>-5,1</b>
	var.% 2011-2017	--	--	<b>-10,5</b>	<b>-12,3</b>	<b>-9,4</b>
15 - 24 anos	2001	151	847	998	100.507	1.479.587
	2011	129	587	716	73.753	1.147.315
	2017	--	--	678	69.876	1.093.201
	dif. 2001-2011	-22	-260	-282	-26.754	-332.272
	dif. 2011-2017	--	--	-38	-3.877	-54.114
	var.% 2001-2011	<b>-14,6</b>	<b>-30,7</b>	<b>-28,3</b>	<b>-26,6</b>	<b>-22,5</b>
	var.% 2011-2017	--	--	<b>-5,3</b>	<b>-5,3</b>	<b>-4,7</b>
25 - 64 anos	2001	528	3.002	3.530	395.932	5.526.435
	2011	562	3.041	3.603	397.787	5.832.470
	2017	--	--	3.362	372.213	5.560.656
	dif. 2001-2011	34	39	73	1.855	306.035
	dif. 2011-2017	--	--	-241	-25.574	-271.814
	var.% 2001-2011	<b>6,4</b>	<b>1,3</b>	<b>2,1</b>	<b>0,5</b>	<b>5,5</b>
	var.% 2011-2017	--	--	<b>-6,7</b>	<b>-6,4</b>	<b>-4,7</b>
15 - 64 anos	2001	679	3.849	4.528	496.439	7.006.022
	2011	691	3.628	4.319	471.540	6.979.785
	2017	--	--	4.040	442.089	6.653.857
	dif. 2001-2011	12	-221	-209	-24.899	-26.237
	dif. 2011-2017	--	--	-279	-29.451	-325.928
	var.% 2001-2011	<b>1,8</b>	<b>-5,7</b>	<b>-4,6</b>	<b>-5,0</b>	<b>-0,4</b>
	var.% 2011-2017	--	--	<b>-6,5</b>	<b>-6,2</b>	<b>-4,7</b>
65 e mais anos	2001	198	588	786	76.452	708.218
	2011	193	573	766	78.167	842.324
	2017	--	--	684	75.591	923.601
	dif. 2001-2011	-5	-15	-20	1.715	134.106
	dif. 2011-2017	--	--	-82	-2.576	81.277
	var.% 2001-2011	<b>-2,5</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>18,9</b>
	var.% 2011-2017	--	--	<b>-10,7</b>	<b>-3,3</b>	<b>9,6</b>

Fonte: INE

As perdas mais relevantes foram no grupo etário dos 15 aos 24 anos, em todas as escalas analisadas, mas mais intensas no concelho do Redondo que no Alentejo ou no País. Não é obviamente um bom sinal para

o futuro, em virtude de este grupo constituir a população que irá entrar na vida activa a curto prazo. A estimativa para 2017 é, pelo menos aqui, um pouco mais favorável ainda que mantenha taxas negativas. A saída de jovens no início da vida activa, na procura de emprego noutras paragens, e o prolongamento da escolaridade que se tem verificado, com saídas tardias do sistema de ensino, têm certamente contribuído para que este grupo registre valores tão negativos e diferentes entre as duas décadas.

O grupo etário mais jovem, dos 0 aos 14 anos de idade, apresenta também variações negativas de 2001 para 2011 e, sobretudo, com uma estimativa ainda mais negativa para 2017. A quebra da natalidade é, como já referimos, um fenómeno com várias causas que não iremos detalhar aqui. Importa contudo salientar que a saída de população jovem do concelho (o grupo etário dos 15 aos 24 anos) que foi assinalada no parágrafo anterior agrava com certeza esta situação. De notar que a freguesia do Montoito, ao contrário do que se verifica para as outras escalas de análise, regista um acréscimo entre 2001 e 2011.

O grupo etário mais idoso (65 ou mais anos de idade) também apresenta perdas ainda que bastante mais ligeiras que os grupos anteriores.

Este panorama demográfico tem reflexos na economia e nos equipamentos colectivos de apoio à população.

A título meramente indicativo e como indicadores de comparação da estrutura etária funcional, calculou-se o Índice de Dependência (Quadro 38) e o Índice de Sustentabilidade Potencial (Quadro 39). Ambos medem a relação entre a população em idades activas e inactivas e o seu uso dá indicações sobre a capacidade de uma população se auto-sustentar. Claro que a leitura destes índices só tem sentido em cenários de autarquia económica ou próximos, não fazendo qualquer sentido retirar conclusões para territórios como o Concelho do Redondo ou mesmo a região do Alentejo. Servem apenas aqui para acentuar que o processo de envelhecimento é mais forte nestes dois territórios que no País e que numa lógica de auto-sustentação estariam bastante mais desfavorecidos.

Quadro 38 – Índice de dependência\*

	Total			Jovens			Idosos		
	2001	2011	2017	2001	2011	2017	2001	2011	2017
Freg. Montoito	87	88		20	22		67	66	
Freg. Redondo	56	58		22	21		34	37	
<b>Conc. Redondo</b>	<b>61</b>	<b>63</b>	<b>60</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>20</b>	<b>39</b>	<b>42</b>	<b>40</b>
Alentejo	56	61	61	21	22	20	35	39	41
Portugal	48	51	55	24	23	21	24	29	33

\* Número de menores de 15 anos e/ou de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade activa, ou seja, com 15 a 64 anos

Fonte: INE

Quadro 39 – índice de sustentabilidade potencial\*

	2001	2011	2017
Freg. Montoito	1,5	1,5	
Freg. Redondo	2,9	2,7	
<b>Conc. Redondo</b>	<b>2,6</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>
Alentejo	2,9	2,6	2,5
Portugal	4,1	3,5	3,0

\* número de pessoas com idade entre os 15 e os 64 anos por cada pessoa com 65 ou mais anos

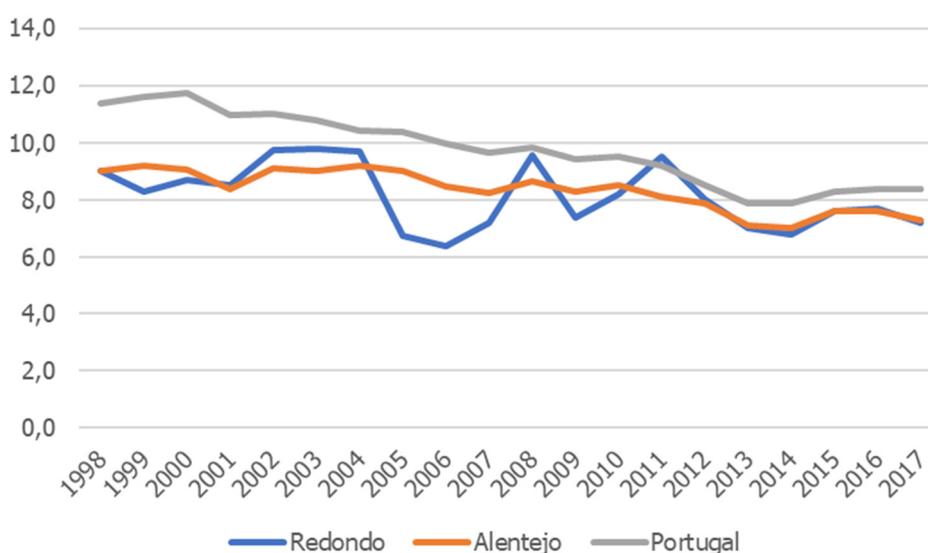
Fonte: INE

#### 4. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

O movimento natural da população, definido pela natalidade e mortalidade, tem tido no concelho do Redondo uma evolução negativa. O saldo fisiológico apresenta, pelo menos desde há 20 anos, valores negativos.

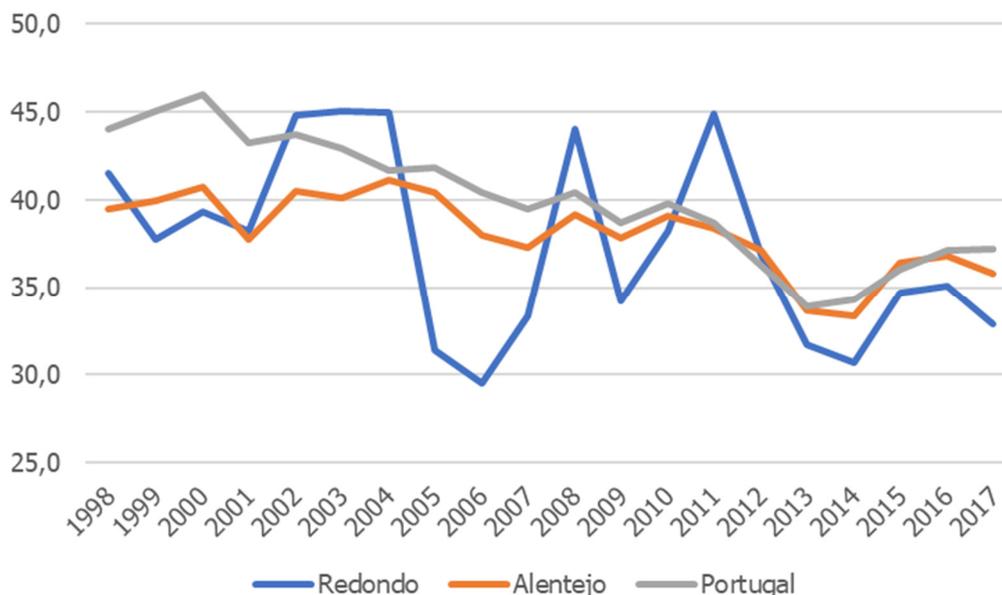
Em primeiro lugar as taxas de natalidade (número de nados-vivos por 1000 habitantes) e fecundidade (número de filhos por cada 1.000 mulheres em idade fértil ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade) (Figuras 25 e 26) apresentam um decréscimo tendencial desde o início do século, acompanhando o registo da região e do País. As variações inter-anuais são mais marcadas no concelho do Redondo dada a dimensão do universo ser mais reduzida, mas a tendência é semelhante. Desde 2012 que a variação é mesmo muito semelhante.

Figura 63 - Taxa bruta de natalidade



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Figura 64 - Taxa fecundidade



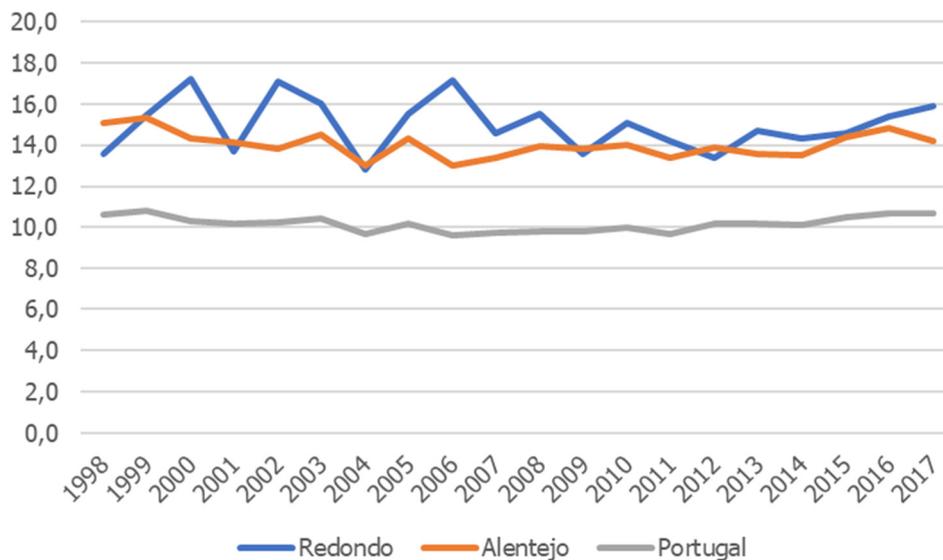
Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

O decréscimo da natalidade e da fecundidade são fenómenos com causas também já amplamente conhecidas:

- as transformações na estrutura familiar, com o aumento da idade média do casamento, do número de divórcios e do número de famílias unipessoais;
- a propensão para reduzir o número de filhos face às mudanças de âmbito profissional com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e,
- de âmbito educativo com o prolongamento da escolaridade e o retardar da entrada na vida activa. A importância do planeamento familiar e do uso de métodos anticoncepcionais. Enfim, um conjunto de factores que tornam esta tendência muito global.

A taxa de mortalidade (número de óbitos por 1000 habitantes) tem um comportamento evolutivo mais estável, situando-se sensivelmente entre os 13 e os 17 óbitos por 1000 habitantes por ano ao longo de todo o período analisado no concelho do Redondo. O envelhecimento da população é aqui um factor decisivo para a explicação destes valores. O Alentejo apresenta taxas em média ligeiramente mais baixas e o País bastante mais baixas.

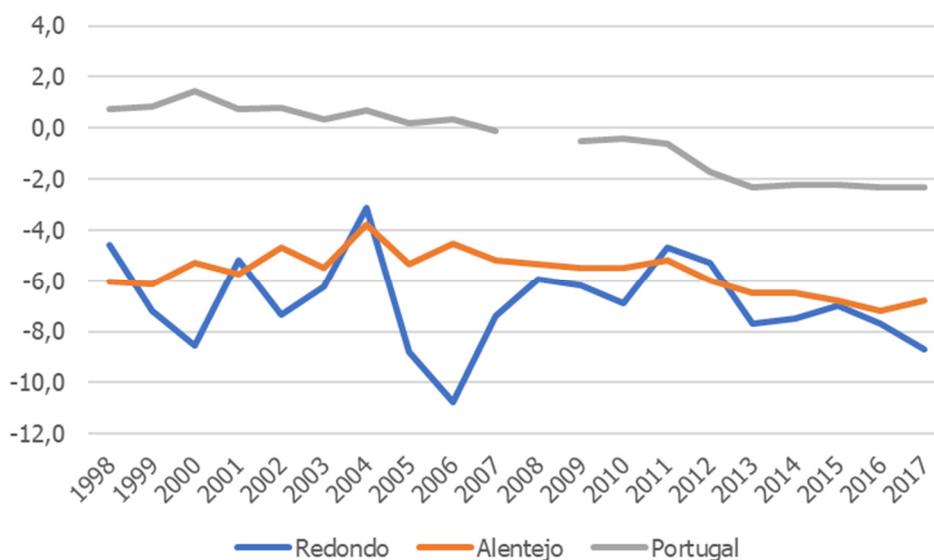
Figura 65 - Taxa bruta de mortalidade



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

O crescimento natural é, nesta medida, invariavelmente negativo durante o período analisado. Também aqui o concelho do Redondo revela uma situação mais negativa que a região do Alentejo e muito mais que o País (que só a partir de 2009 regista taxas de crescimento natural negativas).

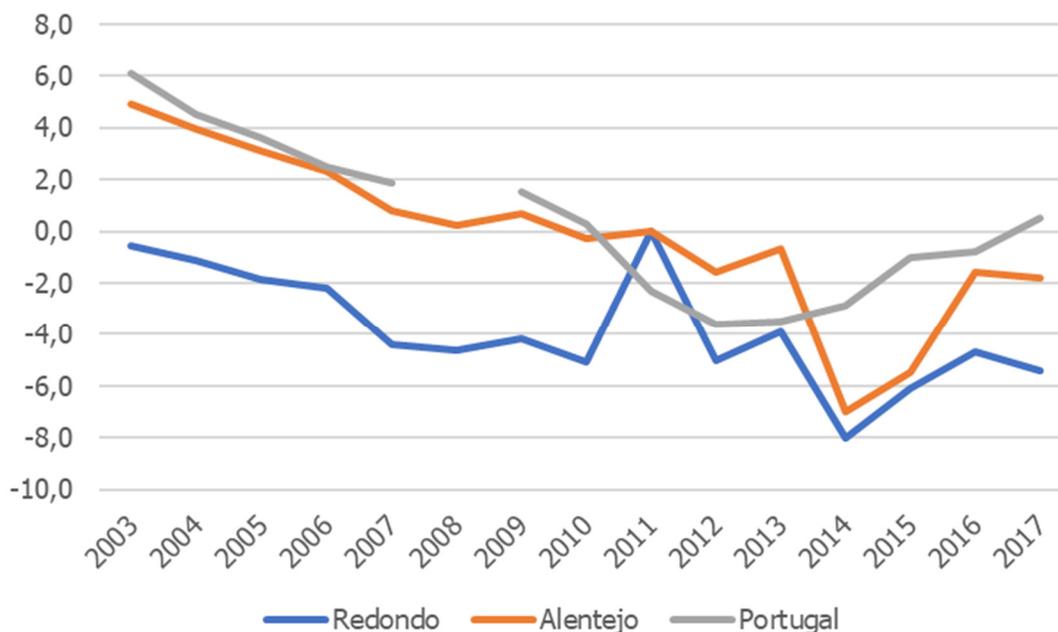
Figura 66 - Taxa de crescimento natural



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

O crescimento migratório (saldo entre imigrantes e emigrantes), que poderia, para o concelho do Redondo, compensar a perda decorrente do saldo natural, é também negativo (Figura 67). Também neste caso, o comportamento do concelho é pior que a região do Alentejo e com uma tendência geral para aumentar o saldo negativo: pouca capacidade de atracção associada à saída de residentes.

Figura 67 - Taxa de crescimento migratório



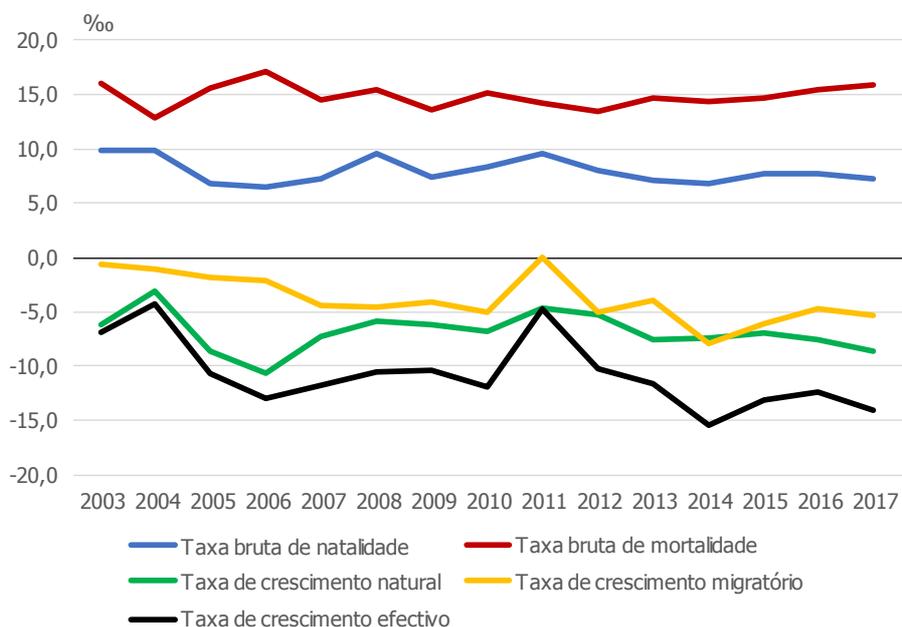
Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Em síntese, uma imagem de conjunto do movimento da população no concelho de 2003 a 2017 (Figura 68 e Quadro 40), permite concluir que a perspectiva de crescimento é muito fraca e o Concelho deverá continuar, nos anos mais próximos, a perder população, sobretudo se não desenvolver alguma capacidade de reter a população residente mais jovem ou atrair população de fora do Concelho.

Uma análise das potencialidades do concelho de Redondo ancorada nos atuais estudos de caracterização no âmbito da revisão do PDM, e seguramente da implementação do próprio Plano, trará decerto novos contributos para a definição de uma estratégia que, no actual contexto de desenvolvimento económico e social, não só do município, como de todo o território Europeu, permita atingirem-se os objetivos referidos no parágrafo anterior de se desenvolver alguma capacidade para a retenção da população residente mais jovem ou a atracção de população exterior ao Concelho.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 68 - Movimento da população 2003-2017 – concelho do Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Quadro 40 - Natalidade, mortalidade e crescimento demográfico – concelho do Redondo

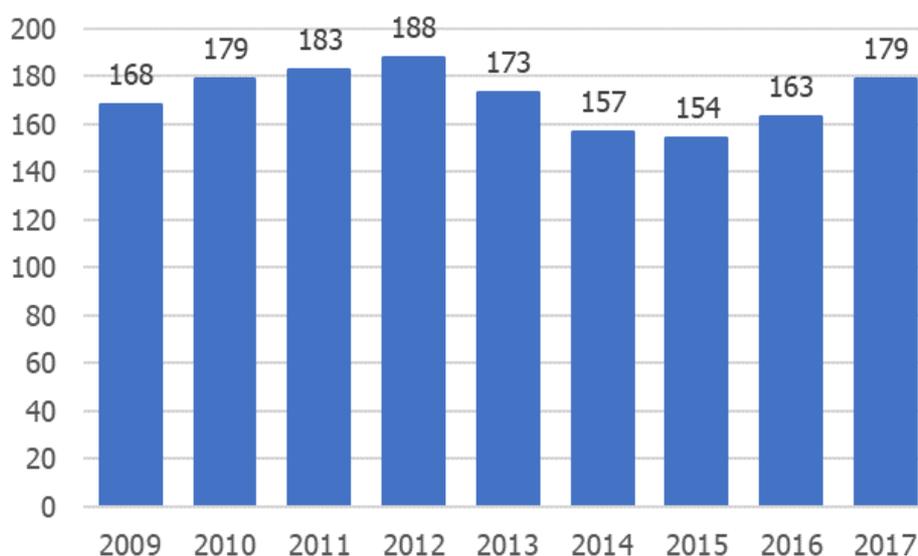
	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório
1998	9,0	13,6	-4,6	
1999	8,3	15,5	-7,2	
2000	8,7	17,2	-8,5	
2001	8,5	13,7	-5,2	
2002	9,7	17,1	-7,3	
2003	9,8	16,0	-6,2	-0,6
2004	9,7	12,8	-3,1	-1,1
2005	6,8	15,5	-8,8	-1,9
2006	6,4	17,2	-10,8	-2,2
2007	7,2	14,6	-7,4	-4,4
2008	9,5	15,5	-6,0	-4,6
2009	7,4	13,6	-6,2	-4,2
2010	8,2	15,1	-6,9	-5,1
2011	9,5	14,2	-4,7	0,0
2012	8,0	13,4	-5,3	-5,0
2013	7,0	14,7	-7,7	-3,9
2014	6,8	14,3	-7,5	-8,0
2015	7,6	14,6	-7,0	-6,1
2016	7,7	15,4	-7,7	-4,7
2017	7,2	15,9	-8,7	-5,4

Fonte: INE

O número de habitantes estrangeiros com estatuto de residente no concelho do Redondo (Figura 69) foi em 2017 de 179 e tem-se mantido relativamente estável desde 2009, variando entre 2% e 3% da população residente total. Esta parcela é bem menor do que a que se verifica para o Alentejo ou para o País (Quadro 41). É possível avaliar a origem dos imigrantes estrangeiros através da naturalidade em 2011 e através das principais nacionalidades dos estrangeiros com estatuto legal de residente em 2017 (Quadro 42). A coincidência de países de origem em ambas as leituras confirma a relativa estabilidade do concelho nesta vertente: a Roménia e, secundariamente, a Ucrânia são largamente dominantes e detêm entre 50 a 60% dos estrangeiros do concelho. O Brasil com cerca de 10%, os PALOP e a China mais recentemente também com alguma expressão, muito embora mais fraca.

A intensidade da imigração interna para o concelho só indirectamente pode ser avaliada e, mesmo assim parcialmente, através das mudanças de residência dos actuais (2011) residentes, dois e seis anos antes do momento do recenseamento (Quadro 43). Se tomarmos ambos os prazos como indicativos pode-se afirmar que, em média, deverão ter entrado no concelho entre 0,7 a 1% da população residente total por ano, no período considerado. Não sendo possível extrapolar este valor para anos mais recentes, podemos ficar apenas com a indicação que entre 40 a 70 pessoas (portugueses ou estrangeiros) por ano terão vindo de outros municípios para o Redondo nos anos imediatamente anteriores a 2011.

Figura 69 - População estrangeira com estatuto legal de residente – concelho do Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 41 - População residente por naturalidade 2011

	Conc. Redondo	Alentejo	Portugal
Naturalidade	%	%	%
Portugal	97,2	94,6	91,7
Estrangeira	2,8	5,4	8,3

<b>Europa</b>	<b>69,0</b>	<b>45,8</b>	<b>32,3</b>
França	2,0	7,0	10,8
Holanda	6,6	1,2	0,5
Alemanha	0,5	4,8	3,2
Irlanda	2,0	0,4	0,2
Grécia	0,5	0,0	0,0
Espanha	1,0	3,5	1,9
Bélgica	1,5	1,0	0,4
Roménia	30,5	8,1	2,7
Suíça	2,5	2,8	1,9
Europa - outros países	21,8	10,3	5,7
<b>África</b>	<b>16,8</b>	<b>30,7</b>	<b>42,4</b>
África do Sul	0,5	0,7	1,3
Angola	8,1	15,8	18,7
Cabo Verde	3,0	3,4	7,1
Moçambique	3,6	8,4	8,4
São Tomé e Príncipe	0,5	0,6	2,1
África - outros países	1,0	0,9	1,5
<b>América</b>	<b>10,7</b>	<b>18,8</b>	<b>21,4</b>
Brasil	10,7	17,0	16,0
<b>Ásia</b>	<b>3,6</b>	<b>4,6</b>	<b>3,8</b>
China	3,6	2,4	1,2

Fonte: INE

Quadro 42 - População estrangeira com estatuto legal de residente, segundo as principais nacionalidades no país – concelho do Redondo 2017

	Nº	%
Roménia	78	43,6
Ucrânia	34	19,0
Brasil	16	8,9
China	9	5,0
Reino Unido	6	3,4
Cabo Verde	1	0,6
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>80,4</b>

Fonte: INE

Quadro 43 – População residente segundo as migrações 2011 – concelho do Redondo

	População residente	População que ainda não tinha nascido	População que mantém a mesma residência	População que mudou de residência			
				Na mesma freguesia	Noutra freguesia do mesmo município	Noutro município	No estrangeiro
Conc. Redondo	7.031						
relativ. a 2005 (%)	100,0	3,9	75,2	15,4	0,5	4,3	0,8
relativ. a 2009 (%)	100,0	1,0	87,0	9,5	0,3	2,0	0,2
Freg. Montoito	1.298						
relativ. a 2005 (%)	100,0	3,6	79,6	9,6	0,9	5,3	1,0
relativ. a 2009 (%)	100,0	1,0	90,3	6,2	0,3	1,9	0,3
Freg. Redondo	5.733						
relativ. a 2005 (%)	100,0	3,9	74,1	16,7	0,4	4,1	0,8
relativ. a 2009 (%)	100,0	1,0	86,3	10,2	0,3	2,0	0,2

Fonte: INE

## 5. ESTRUTURA FAMILIAR

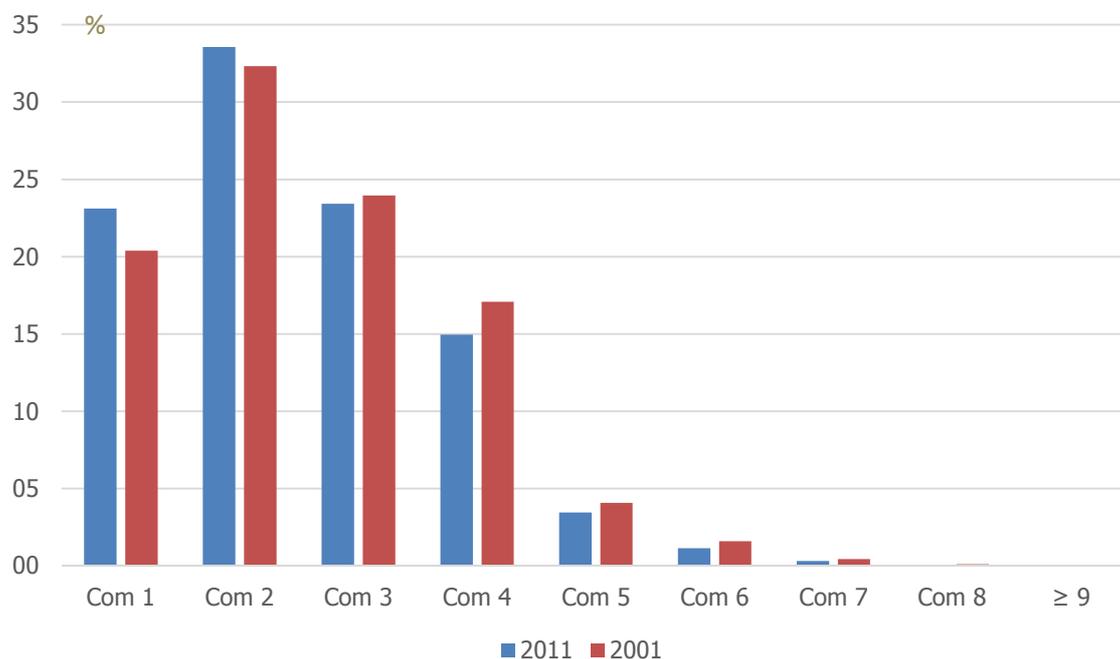
Em 2011 residiam no concelho do Redondo 2809 famílias, mais 34 que em 2001. As famílias com 2 pessoas são predominantes (33,6%) e as diferenças mais significativas entre os dois anos são muito evidentes: o decréscimo das famílias numerosas, com 4 ou mais pessoas; o decréscimo das famílias com 3 pessoas; o crescimento das famílias constituídas apenas por 1 ou 2 pessoas.

Esta evolução na dimensão da família é comum e é consequência de alguns factores mais salientes: o envelhecimento da população aumenta o número de casais de idosos sós, em que os filhos já constituíram família. O envelhecimento provoca também o aumento das famílias com 1 só pessoa, nos casos de viuvez de um dos cônjuges. A opção de muitos casais em ter apenas 1 filho (por várias causas que retardam a natalidade). O aumento das famílias monoparentais, com o crescimento do número de divórcios e separações.

O perfil desta evolução não é naturalmente recente. Tem vindo a verificar-se há várias décadas e tem incidências geográficas bastante distintas no País. O concelho do Redondo não é, pelas suas características socio-demográficas, dos mais atingidos pela redução na dimensão da família. Este facto ainda é evidente quando se observa que apenas 10 famílias no concelho têm 7 ou mais pessoas.

Talvez até o que se salienta mais no perfil do concelho seja o decréscimo muito significativo das famílias com 4 pessoas (perdem 54 ocorrências) entre os dois anos. Ou seja, se admitirmos que a constituição padrão destas famílias é o casal com 2 filhos, é este o tipo de família mais afectado.

Figura 70 - Famílias clássicas por dimensão (nº de pessoas) – concelho do Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Quadro 44 – Famílias clássicas por dimensão – concelho do Redondo

Nº de pessoas na família	2011		2001	
	Nº	%	Nº	%
Total de Famílias	2809	100	2775	100
Com 1	649	23,1	566	20,4
Com 2	943	33,6	897	32,3
Com 3	658	23,4	665	24,0
Com 4	420	15,0	474	17,1
Com 5	97	3,5	113	4,1
Com 6	32	1,1	44	1,6
Com 7	9	0,3	12	0,4
Com 8	0	0,0	3	0,1
Com 9 ou mais	1	0,0	1	0,0

Fonte: INE

A caracterização dos tipos de família através dos núcleos familiares (Quadro 45, Quadro 46, Quadro 47) permite aprofundar estas conclusões.

Os casais com filhos são o tipo de agregado familiar mais comum e representam 37,5% das famílias do Redondo; 54,1% dos residentes estão integrados nestes agregados. Em 2001 representavam 41%, sofrendo um decréscimo significativo.

Os casais sem filhos são 28,2% das famílias e representam 23,4% dos residentes. Em 2001 eram 29,8% dos agregados, registando assim um decréscimo, embora não muito saliente. Note-se que nesta tipologia estão abrangidos os casais jovens e adultos que não têm filhos mas também os casais idosos cujos filhos já constituíram família independente.

Quadro 45 – Tipos de família – concelho do Redondo

Tipo de famílias	2011 (%)	2001 (%)	Pessoas nas famílias 2011 (%)
Total (Nº)	2809	2775	6946
Famílias sem núcleos	24,5	21,7	10,5
Família com uma só pessoa	23,1	20,4	9,4
Outros tipos (só aparentados, ...)	1,4	1,3	1,1
Famílias com um núcleo	73,7	76,3	85,4
Casal de direito sem filhos	25,2	28,0	20,9
Casal de direito com filho(s)	31,2	38,1	44,9
Casal de facto sem filhos	3,0	1,8	2,5
Casal de facto com filho(s)	6,3	2,9	9,2
Pai com filho(s)	1,2	0,8	1,1
Mãe com filho(s)	6,8	4,8	6,9
Famílias com dois núcleos	1,8	1,4	3,8
Famílias com três ou mais núcleos	0,1	0,0	0,3

Fonte: INE

As famílias sem núcleos aumentam cerca de 2,8%, sobretudo em virtude das famílias com 1 só pessoa (pessoas vivendo sós: adultos solteiros (ou noutros estados civis), idosos que perderam o parceiro, famílias só com pessoas aparentadas,...). Este conjunto abrange 10,5% dos residentes no concelho.

As famílias monoparentais crescem com muita evidência: 8% em 2011 e 5,6% em 2001. Note-se que 8% dos habitantes do concelho estão nesta tipologia. O aumento do número de divórcios e separações, mas também a morte de um dos cônjuges em casais com filhos (sobretudo nos casos dos casais mais idosos ainda com filhos a residir) explicam, em grande medida, este crescimento.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Aumentam também os agregados com composições familiares diversas e menos típicas: famílias com 2 núcleos (avós, filhos e netos; avós só com netos); famílias mais extensas, com 3 ou mais núcleos; famílias só com pessoas aparentadas, etc. No conjunto representam 3,3% dos agregados familiares do concelho.

Uma evolução que merece algum destaque diz respeito ao decréscimo dos casais de direito e ao aumento dos casais de facto. Os primeiros alcançam 56,4% dos núcleos familiares em 2011, mas em 2001 representavam 66,1%, uma queda muito forte de cerca de 10%. Os casais de facto aumentam de 4,7% em 2001 para 9,3% em 2011. Ou seja, parece haver uma tendência crescente para não contratualizar a vida em comum por parte dos casais, muito embora este fenómeno seja historicamente mais forte no Alentejo do que em outras regiões.

Quadro 46 - Tipos de família 2011

Tipo de família	Freg. Montoito	Freg. Redondo	Conc. Redondo	Alentejo	Portugal
Total de famílias (Nº)	540	2269	2809	302975	4043726
<b>Famílias sem núcleos</b>	<b>29,4</b>	<b>23,3</b>	<b>24,5</b>	<b>25,0</b>	<b>23,3</b>
Famílias sem núcleos com uma só pessoa	27,4	22,1	23,1	23,7	21,4
Famílias sem núcleos só pessoas aparentadas	1,7	0,8	1,0	1,0	1,3
Outros casos	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5
<b>Famílias com um núcleo</b>	<b>66,9</b>	<b>75,3</b>	<b>73,7</b>	<b>73,0</b>	<b>73,8</b>
Casal de direito sem filhos	26,5	24,9	25,2	25,5	22,1
Casal de direito com pelo menos um filho <25 anos	15,9	24,6	23,0	22,8	26,8
Casal de direito com filho(s) tendo o mais novo ≥25 anos	8,7	8,1	8,2	6,5	6,4
Casal de facto sem filhos	2,6	3,1	3,0	3,6	3,6
Casal de facto com pelo menos um filho <25 anos	5,0	6,1	5,9	5,3	4,5
Casal de facto com filho(s) tendo o mais novo ≥25 anos	0,2	0,4	0,4	0,3	0,2
Pai com pelo menos um filho <25 anos	0,4	0,6	0,6	0,7	0,8
Pai com filho(s) tendo o mais novo ≥25 anos	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Mãe com pelo menos um filho <25 anos	3,5	3,7	3,6	4,3	5,3
Mãe com filho(s) tendo o mais novo ≥25 anos	3,5	3,1	3,2	3,4	3,5
<b>Famílias com dois núcleos</b>	<b>3,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>2,8</b>
Famílias sem filhos nos dois núcleos	0,4	0,1	0,1	0,3	0,3
Famílias com filhos só num dos núcleos	2,4	0,8	1,1	1,1	1,6
Famílias com filhos nos dois núcleos	0,7	0,5	0,6	0,6	0,9
<b>Famílias com três ou mais núcleos</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>

Fonte: INE

A estrutura dos agregados familiares no concelho do Redondo é muito semelhante à do Alentejo. Tendo em conta o Quadro 47, algumas diferenças merecem uma referência:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

- i) O Redondo regista, em termos relativos, mais casais idosos com filhos (ou casais com filhos já adultos) o que pode de algum revelar que há maior dificuldade no concelho em encontrar condições para a autonomia dos jovens. O Alentejo, neste aspecto, também se encontra em desvantagem face ao País.
- ii) A situação inversa passa-se com a ocorrência de famílias monoparentais, onde o concelho do Redondo apresenta valores mais baixos que o registado no Alentejo e, ainda mais face ao País.
- iii) Os casais de facto são mais numerosos no concelho que no Alentejo ou no País, reiterando um fenómeno a que já aludimos.

Entre as duas freguesias do concelho há muitas diferenças, a grande maioria derivadas da diferente estrutura etária que apresentam, com o Montoito mais envelhecido. Os casais com filhos jovens têm uma representação muito inferior nesta freguesia. As famílias sem núcleos (pessoas só ou aparentadas) e as famílias polinucleares, pelo contrário têm uma representação muito superior.

Quadro 47 – tipos de família 2001 e 2011

Tipo de família (%)	Freg. Montoito		Freg. Redondo		Conc. Redondo		Alentejo		Portugal	
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
Total	540	528	2269	2247	<b>2809</b>	<b>2775</b>	302975	292487	4043726	3650757
<b>Famílias sem núcleos</b>	<b>29,4</b>	<b>26,7</b>	<b>23,3</b>	<b>20,5</b>	<b>24,5</b>	<b>21,7</b>	<b>25,0</b>	<b>21,3</b>	<b>23,3</b>	<b>19,2</b>
Família com uma só pessoa	27,4	25,4	22,1	19,2	<b>23,1</b>	<b>20,4</b>	23,7	20,0	21,4	17,3
Família só com pessoas aparentadas	1,7	0,9	0,8	0,8	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	1,0	0,9	1,3	1,2
Outros tipos de família sem núcleos	0,4	0,4	0,4	0,4	<b>0,4</b>	<b>0,4</b>	0,4	0,4	0,5	0,7
<b>Famílias com um núcleo</b>	<b>66,9</b>	<b>72,0</b>	<b>75,3</b>	<b>77,3</b>	<b>73,7</b>	<b>76,3</b>	<b>73,0</b>	<b>75,8</b>	<b>73,8</b>	<b>77,0</b>
Casal de direito sem filhos	26,5	33,3	24,9	26,7	<b>25,2</b>	<b>28,0</b>	25,5	26,1	22,1	21,8
Casal de direito com pelo menos um filho < 25 anos	15,9	24,2	24,6	34,0	<b>23,0</b>	<b>32,1</b>	22,8	31,4	26,8	36,5
Casal de direito c/ filho(s) tendo o mais novo ≥ 25 anos	8,7	5,5	8,1	6,1	<b>8,2</b>	<b>6,0</b>	6,5	5,8	6,4	5,7
Casal de facto sem filhos	2,6	1,1	3,1	1,9	<b>3,0</b>	<b>1,8</b>	3,6	2,2	3,6	1,8
Casal de facto com pelo menos um filho < 25 anos	5,0	3,6	6,1	2,4	<b>5,9</b>	<b>2,7</b>	5,3	3,2	4,5	2,8
Casal de facto com filho(s) tendo o mais novo ≥ 25 anos	0,2	0,0	0,4	0,3	<b>0,4</b>	<b>0,2</b>	0,3	0,2	0,2	0,2
Pai com pelo menos um filho < 25 anos	0,4	0,2	0,6	0,5	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	0,7	0,5	0,8	0,6
Pai com filho(s) tendo o mais novo ≥ 25 anos	0,6	0,2	0,6	0,4	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	0,6	0,5	0,6	0,5
Mãe com pelo menos um filho < 25 anos	3,5	1,5	3,7	2,7	<b>3,6</b>	<b>2,5</b>	4,3	3,1	5,3	4,3
Mãe com filho(s) tendo o mais novo ≥ 25 anos	3,5	2,3	3,1	2,3	<b>3,2</b>	<b>2,3</b>	3,4	2,7	3,5	2,9
<b>Famílias com dois núcleos</b>	<b>3,5</b>	<b>0,8</b>	<b>1,4</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>	<b>1,4</b>	<b>2,0</b>	<b>2,1</b>	<b>2,8</b>	<b>3,0</b>
Famílias sem filhos nos dois núcleos	0,4	0,2	0,1	0,0	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	0,3	0,2	0,3	0,3
Famílias com filhos só num dos núcleos	2,4	0,2	0,8	0,9	<b>1,1</b>	<b>0,8</b>	1,1	1,2	1,6	1,7
Famílias com filhos nos dois núcleos	0,7	0,4	0,5	0,7	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	0,6	0,7	0,9	1,0
<b>Famílias com três ou mais núcleos</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>

Fonte: INE

Uma perspectiva interessante da estrutura familiar é dada pela dimensão (em número de residentes) do estatuto ou posição da pessoa na família (Quadro 48). Na generalidade, no Redondo não se salientam situações familiares que mereçam, pela frequência que registam, referências muito particulares. A comparação do perfil do município com o perfil do País (Quadro 49) não revela diferenças muito marcantes, estando apenas assinaladas as mais significativas. O Redondo apresenta, em termos relativos:

- Menos adultos a viver sem núcleos familiares.
- Mais parceiros em união de facto.
- Mais filhos adultos a viver com os pais.
- Muito menos filhos em núcleos monoparentais, apesar da monoparentalidade não diferir dos valores do País.
- Mais idosos a residirem sózinhos.

Há contudo que destacar a situação dos idosos no município: Entre a população com 65 ou mais anos 35% não reside em núcleos familiares (633 pessoas): 24,1% residem sózinhas e 4,5% estão institucionalizadas. Os núcleos monoparentais (sobretudo mães a viverem com filhos adultos) abrangem 4,1% dos idosos.

Quadro 48 – Pessoas residentes segundo o grupo etário, por estatuto da pessoa na família – concelho do Redondo, 2011

Pessoas residentes (%)	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 24 anos	De 25 a 64 anos	De 65 ou mais anos
Total de Pessoas (nº)	7031	901	716	3603	1811
<b>Pessoas que vivem numa família clássica</b>	<b>98,8</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>
<b>Pessoas num núcleo familiar</b>	<b>86,5</b>	<b>98,0</b>	<b>95,4</b>	<b>92,6</b>	<b>65,0</b>
Pessoas casadas	46,8	0,0	2,8	61,3	58,6
Parceiros numa união de facto	7,9	0,0	7,8	12,8	2,0
Pessoas em núcleos monoparentais	3,6	0,0	1,1	4,8	4,1
Pai em núcleo monoparental	0,5	0,0	0,0	0,7	0,6
Mãe em núcleo monoparental	3,1	0,0	1,1	4,0	3,5
Filhos	28,1	98,0	83,7	13,7	0,3
Não de um núcleo monoparental	23,4	86,5	70,8	9,9	0,0
De um núcleo monoparental	4,8	11,5	12,8	3,7	0,3
<b>Pessoas sem núcleo familiar</b>	<b>12,3</b>	<b>2,0</b>	<b>4,6</b>	<b>7,4</b>	<b>30,4</b>
Que residem sozinhos	9,2	0,0	1,1	5,7	24,1
Que não residem sozinhos	3,1	2,0	3,5	1,7	6,3
Pessoas a residirem com familiares	2,9	2,0	3,2	1,5	6,0
Pessoas a residirem apenas com não familiares	0,2	0,0	0,3	0,2	0,3
<b>Pessoas que não vivem numa família clássica</b>	<b>1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>4,5</b>
Pessoas numa família institucional	1,2	0,0	0,0	0,1	4,5
Pessoas sem-abrigo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Fonte: INE

Quadro 49 – Pessoas residentes segundo o grupo etário, por estatuto da pessoa na família – diferenças percentuais entre o concelho do Redondo e Portugal\* - 2011

Pessoas residentes (%)	Total	Menos de 15 anos	De 15 a 24 anos	De 25 a 64 anos	De 65 ou mais anos
<b>Pessoas que vivem numa família clássica</b>	0,0	0,4	0,6	0,4	-0,3
<b>Pessoas num núcleo familiar</b>	0,0	0,0	2,1	3,4	-0,6
Pessoas casadas	1,7	0,0	-0,3	0,1	1,0
Parceiros numa união de facto	1,0	0,0	2,2	2,0	0,3
Pessoas em núcleos monoparentais	-0,9	0,0	0,1	-1,2	-1,9
Pai em núcleo monoparental	-0,1	0,0	0,0	0,0	-0,4
Mãe em núcleo monoparental	-0,9	0,0	0,1	-1,2	-1,5
Filhos	-1,8	0,0	0,1	2,4	0,0
Não de um núcleo monoparental	-0,3	3,4	3,5	2,6	0,0
De um núcleo monoparental	-1,4	-3,4	-3,4	-0,2	0,0
<b>Pessoas sem núcleo familiar</b>	0,0	0,3	-1,5	-3,0	0,3
Que residem sozinhos	1,0	0,0	-0,7	-1,9	3,9
Que não residem sozinhos	-1,0	0,3	-0,8	-1,1	-3,6
Pessoas a residirem com familiares	-0,8	0,5	-0,4	-0,8	-3,5
Pessoas a residirem apenas com não familiares	-0,3	-0,1	-0,4	-0,3	-0,2
<b>Pessoas que não vivem numa família clássica</b>	0,0	-0,4	-0,6	-0,4	0,3
Pessoas numa família institucional	0,0	-0,4	-0,6	-0,4	0,3
Pessoas sem-abrigo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

\*São assinaladas as diferenças superiores a 2% positivas ou negativas

Fonte: INE

## 6. INSTRUÇÃO, TRABALHO E MEIOS DE VIDA

A melhoria dos níveis de instrução da população do concelho entre 2001 e 2011 é o aspecto que imediatamente emerge da leitura do Quadro 50.

O prolongamento da escolaridade obrigatória, a maior facilidade de acesso ao ensino superior e, indirectamente, a mortalidade da população mais idosa e menos instruída, favoreceu decisivamente esta melhoria. O Redondo, nesta década, viu a parcela de população com escolaridade superior ao 1º ciclo do ensino básico aumentar cerca de 12% e os diplomados com ensino secundário e superior cerca de 5%.

A evolução é semelhante nas duas freguesias, muito embora com pontos de partida diferentes já que o Montoito têm um perfil de instrução mais fraco.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 50 - População residente segundo o nível de escolaridade completo (%)

Nível de escolaridade	Freg. Montoito		Freg. Redondo		Conc. Redondo		Alentejo	Portugal
	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2011
Nenhum	29,7	39,5	22,6	32,3	<b>23,9</b>	<b>33,6</b>	22,7	18,9
Básico - 1.º ciclo	32,7	31,8	28,9	31,0	<b>29,6</b>	<b>31,1</b>	26,5	25,5
Básico - 2.º ciclo	12,0	12,1	15,3	12,9	<b>14,7</b>	<b>12,8</b>	12,5	13,4
Básico - 3.º ciclo	13,3	8,9	15,2	11,4	<b>14,9</b>	<b>10,9</b>	16,0	16,3
Secundário	8,1	5,5	11,3	9,3	<b>10,7</b>	<b>8,6</b>	12,8	13,4
Pós-secundário	0,4	0,2	0,6	0,2	<b>0,6</b>	<b>0,2</b>	0,7	0,8
Superior	3,9	2,0	6,1	3,0	<b>5,7</b>	<b>2,8</b>	8,8	11,8

Fonte: INE

Esta melhoria não foi contudo suficiente para o concelho se equiparar aos níveis de instrução verificados no Alentejo e, muito menos, no País. Com uma evolução tão acentuada é crível que actualmente, passados 8 anos do último recenseamento, o panorama tenha melhorado sensivelmente.

Há no entanto que salientar um facto negativo: em 2011 existia ainda cerca de ¼ da população sem qualquer nível de ensino e mais de metade da população com apenas o 1º ciclo do ensino básico ou inferior.

A distribuição da população segundo a condição perante o trabalho (Quadro 30 e 31) mostra um peso acentuado da população inactiva (47,2% em 2011), sobretudo em virtude do grande número de reformados e aposentados.

Quadro 51 –Condição perante a actividade económica

Condição perante a actividade económica	Conc. Redondo					Alentejo		Portugal	
	2011	2001	Dif. 2011-2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
	Nº	Nº	Nº	%	%	%	%	%	%
<b>População activa</b>	3213	3291	-78	<b>52,4</b>	52,2	52,4	52,7	55,9	57,4
Empregados	2804	3060	-256	<b>45,7</b>	48,6	45,6	48,2	48,5	53,5
Desempregados	409	231	178	<b>6,7</b>	3,7	6,7	4,4	7,4	3,9
<b>População inactiva</b>	2917	3010	-93	<b>47,6</b>	47,8	47,6	47,3	44,1	42,6
Estudantes	388	384	4	<b>6,3</b>	6,1	6,5	7,0	7,3	7,8
Domésticos	202	389	-187	<b>3,3</b>	6,2	3,4	5,6	4,7	7,0
Reformados, aposentados, na reserva	2021	1791	230	<b>33,0</b>	28,4	32,0	28,9	26,0	22,2
Incapacitados perman. p/ o trabalho	84	249	-165	<b>1,4</b>	4,0	1,4	2,1	1,6	2,0
Outros casos	222	197	25	<b>3,6</b>	3,1	4,3	3,6	4,5	3,5

Fonte: INE

Ora, a parcela dos reformados e aposentados, acaba por compensar o decréscimo verificado nos domésticos e nos incapacitados para o trabalho, que registaram perdas muito significativas. Em termos relativos a população inactiva é muito semelhante à que se registava em 2001. A população activa também manteve, obviamente, uma estabilidade muito grande em termos relativos. Mas, também aqui com diferenças significativas entre grupos: a população empregada diminuiu bastante (-256 activos, cerca de 3%), os desempregados aumentaram correlativamente. É curioso observar a grande semelhança do perfil de actividade entre o concelho do Redondo e a região do Alentejo. Já relativamente ao País as diferenças são substanciais e são sobretudo derivadas do peso da população reformada ou aposentada no concelho.

Quadro 52 –Condição perante a actividade económica – freguesias do concelho do Redondo

Condição perante a actividade económica	Freg. Montoito					Freg. Redondo				
	2011	2001	Dif. 2011-2001	2011	2001	2011	2001	Dif. 2011-2001	2011	2001
	Nº	Nº	Nº	%	%	Nº	Nº	Nº	%	%
<b>População activa</b>	516	503	13	<b>45,1</b>	44,3	2697	2788	-91	<b>54,1</b>	54,0
Empregados	402	463	-61	<b>35,1</b>	40,8	2402	2597	-195	<b>48,2</b>	50,3
Desempregados	114	40	74	<b>10,0</b>	3,5	295	191	104	<b>5,9</b>	3,7
<b>População inactiva</b>	628	632	-4	<b>54,9</b>	55,7	2289	2378	-89	<b>45,9</b>	46,0
Estudantes	58	61	-3	<b>5,1</b>	5,4	330	323	7	<b>6,6</b>	6,3
Domésticos	29	62	-33	<b>2,5</b>	5,5	173	327	-154	<b>3,5</b>	6,3
Reformados, aposent., na reserva	477	392	85	<b>41,7</b>	34,5	1544	1399	145	<b>31,0</b>	27,1
Incapacitados perman. para o trab.	8	94	-86	<b>0,7</b>	8,3	76	155	-79	<b>1,5</b>	3,0
Outros casos	56	23	33	<b>4,9</b>	2,0	166	174	-8	<b>3,3</b>	3,4

Fonte: INE

O mesmo sucede com perfil registado nas duas freguesias: o Montoito, mais envelhecido, tem cerca de mais 12% de reformados e aposentados e cerca de mais 8% de inactivos. A taxa de desemprego foi também nesta freguesia bastante mais elevada que na freguesia do Redondo. A estrutura da população residente empregada por grupos de profissões (Quadro 53) evidencia por um lado, as mudanças na estrutura da economia do município durante a década em causa, que analisaremos posteriormente e, por outro lado, reflecte também uma tendência global de qualificação do trabalho e de aumento das qualificações da mão-de-obra.

No primeiro caso é o balanço entre ramos de actividade que muda: o crescimento das actividades de serviços, comum a todo o país, implicou o aumento das profissões relacionadas – Especialistas das actividades intelectuais e científicas, que abrangem as profissões ligadas ao ensino, à saúde e outras qualificadas ligadas aos serviços, com um forte aumento; Pessoal administrativo; Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores, também este grupo com um crescimento assinalável. Em sentido inverso, as profissões ligadas à agricultura e à indústria: – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, com uma redução de 6% e menos 212 profissionais no concelho; Trabalhadores não qualificados, com uma redução 5,9% e menos 245 profissionais. Uma parcela significativa destes últimos estão certamente associados aos sectores de actividade em causa. No segundo caso, de qualificação global do trabalho, são os trabalhadores não qualificados com origem em qualquer actividade que tendem a ser penalizados. Correlativamente, os profissionais qualificados, também associados a qualquer sector, tendem a crescer.

Quadro 53 – População residente empregada segundo grupos de profissões

Grupos de Profissões (CNP)	Conc. Redondo					Alentejo		Portugal	
	2011	2001	Dif. 2011- 2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
	Nº	Nº	Nº	%	%	%	%	%	%
Total	2804	3060	-256	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Quadros superiores, dirigentes, gestores	162	157	5	<b>5,8</b>	5,1	6,1	5,9	7,4	7,0
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	228	106	122	<b>8,1</b>	3,5	11,8	6,5	14,9	8,5
Técnicos e profissões de nível intermédio	153	167	-14	<b>5,5</b>	5,5	9,5	7,8	11,0	9,5
Pessoal administrativo	228	226	2	<b>8,1</b>	7,4	9,0	9,8	9,0	11,0
Trab. dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	495	366	129	<b>17,7</b>	12,0	20,8	15,3	19,7	14,2
Agricultores e trab. qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	200	230	-30	<b>7,1</b>	7,5	4,6	6,1	2,3	4,0
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	406	618	-212	<b>14,5</b>	20,2	13,2	18,5	15,7	21,5
Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	211	214	-3	<b>7,5</b>	7,0	7,3	8,4	6,1	8,6
Trabalhadores não qualificados	702	947	-245	<b>25,0</b>	30,9	16,8	20,7	13,1	15,0
Forças Armadas	19	29	-10	<b>0,7</b>	0,9	0,9	0,9	0,7	0,7

Fonte: INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

O Redondo apresenta uma estrutura de profissões mais desqualificada que o conjunto da região e bastante mais do que o País.

O Quadro 54 mostra a estrutura de actividades económicas do município em 1991, 2001 e 2011 através número de activos por sectores de actividade. Os sectores representados são agregações da CAE a 3 dígitos (com actividades muito desagregadas) de modo a traduzirem o mais fielmente possível os conjuntos de actividades seleccionados e possibilitarem análises comparativas também com o rigor possível. Estão assinalados a vermelho os sectores de actividade com evolução negativa e a verde com evolução positiva.

Quadro 54 – População ativa empregada por sectores de actividade – concelho do Redondo

Sector de Actividade (CAE 3D)		Pop. ativa empregada			Peso no concelho			Diferença	
		2011	2001	1991	2011	2001	1991	2011-2001	2001-1991
		Nº	Nº	Nº	%	%	%	Nº	Nº
SECTOR	Total	2804	3060	2888	100,0	100,0	100,0	-256	172
I	AGRICULTURA	537	660	931	19,2	21,5	32,2	-123	-271
I	FLORESTA	16	21	47	0,6	0,7	1,6	-5	-26
I	PESCA	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0	0
II	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	21	48	94	0,7	1,6	3,3	-27	-46
II	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	246	334	383	8,8	10,9	13,3	-88	-49
II	ENERGIA	23	5	4	0,8	0,2	0,1	18	1
II	CONSTRUÇÃO CIVIL	282	442	249	10,1	14,4	8,6	-160	193
III	COMÉRCIO	368	407	370	13,1	13,3	12,8	-39	37
III	TRANSPORTES	60	58	51	2,1	1,9	1,8	2	7
III	HOTELARIA	158	131	71	5,6	4,3	2,5	27	60
III	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES	17	5	8	0,6	0,2	0,3	12	-3
III	BANCA, SEGUROS	60	45	25	2,1	1,5	0,9	15	20
III	IMOBILIÁRIO	2	1	1	0,1	0,0	0,0	1	0
III	CONSULTORIA	49	38	14	1,7	1,2	0,5	11	24
III	SERV. DE APOIO ÀS EMPRESAS	87	30	28	3,1	1,0	1,0	57	2
III	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	373	363	303	13,3	11,8	10,5	10	60
III	ENSINO	197	167	106	7,0	5,4	3,7	30	61
III	SAÚDE	88	54	34	3,1	1,8	1,2	34	20
III	APOIO SOCIAL	114	88	48	4,1	2,9	1,7	26	40
III	ARTES, CULTURA, DESPORTO	15	16	9	0,5	0,5	0,3	-1	7
III	SERV. PESSOAIS, COLECTIVOS	43	32	37	1,5	1,0	1,3	11	-5
III	PESSOAL DOMÉSTICO	48	121	75	1,7	3,9	2,6	-73	46

Fonte: INE

A estrutura de actividades económicas evidencia os seguintes aspectos:

- A Agricultura e a Pecuária sofrem um decréscimo muito forte nestas duas décadas, e sobretudo entre 1991 e 2001. O Redondo perde 391 activos nestas actividades.
- O sector da Floresta, com fraca expressão no município, tem também uma evolução negativa e é também na primeira década que perde mais activos. É sobretudo a exploração florestal que está aqui representada.
- A Indústria Extractiva, que tinha em 1991 expressão no concelho em termos de emprego (3,3%), em particular a extracção de mármore, vem perdendo activos e é hoje muito secundária face a outros sectores
- A Indústria Transformadora perde 137 activos e relevância na economia local em termos de emprego. Em 2011 a indústria de bebidas (vinho, bebidas alcoólicas) é dominante no emprego com 59 activos.
- O sector da Energia sofre um crescimento entre 2001 e 2011 de 18 activos associado à electricidade, água, recolha de resíduos e valorização de materiais.
- A Construção Civil, à semelhança do que aconteceu a nível do País, oscilou entre um crescimento muito forte na primeira década e uma queda, também muito forte, com a crise que atravessou no fim da década de 2001-2011. É um sector muito representado no Redondo (10,1% dos activos em 2011).
- O Comércio é a terceira actividade mais representada no concelho (13,1% dos activos) e sofreu também uma ligeira oscilação entre as duas décadas pelas mesmas razões das mencionadas antes: crescimento e crise.
- O sector dos Transportes, em particular o mais relevante no concelho: o transporte rodoviário de mercadorias, tem estabilizado com um crescimento ligeiro de emprego nas duas décadas.
- A Hotelaria tem um crescimento significativo, empregando 158 pessoas em 2011. Os restaurantes em primeiro lugar e, secundariamente os estabelecimento hoteleiros e os estabelecimentos de bebidas são os responsáveis por este crescimento.
- O sector das Comunicações, sobretudo as telecomunicações registaram um ligeiro aumento na última década, muito embora pouco significativo
- A Banca e os Seguros têm um crescimento a realçar (mais 35 activos entre as duas décadas). É preciso, no entanto, referir que o sector não tinha ainda atravessado o período de crise e redução de activos que o atingiu poucos anos após.
- O Imobiliário tem uma expressão muito fraca.
- As actividades de Consultoria, sobretudo representadas pela contabilidade, auditoria e consultoria fiscal têm também um aumento de activos que não deixa de ser significativo.

- Os Serviços de Apoio às Empresas, onde as actividades de limpeza detêm 65% do emprego no concelho tiveram uma evolução muito positiva na última década e representavam em 2011 3,1% do emprego local.
- A Administração Pública é o segundo maior empregador no município em 2011. Detem 373 activos e um aumento constante mas mais forte entre 1991 e 2001.
- Os sectores do Ensino, da Saúde e do Apoio Social (na grande maioria actividades de apoio social para pessoas idosas), que são os serviços colectivos de maior expressão, têm um comportamento evolutivo muito semelhante, com fortes crescimentos, e são empregadores muito representativos no município (no conjunto com 14,1% do emprego).
- Os sectores de serviços: ligados às Artes, Cultura, Desporto; Serviços Pessoais e Colectivos (em grande maioria actividades associativas); Pessoal Doméstico têm alguma expressão mas evoluções significativas.

O Quadro seguinte lista as actividades com mais emprego no município em 2011.

Quadro 55 – Actividades (cae 3d) com 50 ou mais activos em 2011 – concelho do Redondo

Sectores de Actividade CAE (3 dig.)	Nº de activos
Administração pública em geral, económica e social	287
Agricultura - Culturas temporárias	274
Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	238
Agricultura - Culturas permanentes	157
Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e protecção civil	83
Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	77
Ensinos básico (3º Ciclo) e secundário	74
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estab. especializados	72
Restaurantes (inclui actividades de restauração em meios móveis)	67
Actividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, com alojamento	67
Ensino básico (1º e 2º Ciclos)	65
Produção animal	60
Indústria das bebidas	59
Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados	57
Actividades de limpeza	57

Fonte: INE

Em síntese podemos referir os aspectos mais salientes (tendo sempre em conta que nos estamos a referir ao período entre 1991 e 2011, de algum modo desfasado do panorama actual do município do Redondo):

- Redução de emprego na agricultura e na indústria e forte crescimento dos serviços.

- Estabilização do emprego no comércio.
- Hotelaria, Serviços de Apoio às Empresas, Administração Pública, Ensino, Saúde, Apoio Social, são os sectores com evoluções mais positivas.
- O emprego no sector público (administração pública, ensino e, em parte, a saúde e os serviços de apoio social) representavam entre 22 a 25% do emprego no concelho.

Em 2011, para 45% da população em idade activa (mais de 15 anos) do concelho do Redondo o trabalho é o principal meio de vida (Quadro 56 Quadro 57). Os rendimentos do trabalho como principal fonte de rendimento perdem, no entanto, alguma importância entre 2001 e 2011. O envelhecimento da população é a principal causa desta mudança, em virtude do aumento do número de pessoas que têm a reforma ou pensão como principal rendimento. Mas não só.

O aumento do desemprego provocou o também o recurso a formas de apoio social: o subsídio de desemprego, o rendimento social de inserção, outros subsídios temporários. Todos estes recursos alternativos aumentaram a procura naquele período.

O perfil do município é muito semelhante ao do Alentejo e, tendo em conta o que o Redondo apresenta uma população mais envelhecida, apresenta um recurso à reforma ou pensão muito superior ao verificado no País.

Quadro 56 – População com 15 ou mais anos por principal meio de vida

Principal Meio de Vida	Conc. Redondo					Alentejo		Portugal	
	2011	2001	Dif. 2011-2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001
	Nº	Nº	Nº	%	%	%	%	%	%
Trabalho	2758	3003	-245	45,0	47,7	45,5	47,8	48,2	52,6
Reforma / Pensão	2121	2023	98	34,6	32,1	33,2	30,7	27,4	23,8
Subsídio de desemprego	180	119	61	2,9	1,9	2,9	2,4	3,3	2,2
Subsídio por acidente de trab. ou doença profiss.	9	25	-16	0,1	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4
Rendimento social de inserção	100	41	59	1,6	0,7	1,2	0,5	1,2	0,5
Outro subsídio temporário (doença, matern., etc.)	28	17	11	0,5	0,3	0,5	0,2	0,6	0,2
Rendimento da propriedade ou da empresa	34	50	-16	0,6	0,8	0,5	0,6	0,5	0,6
Apoio social	10	17	-7	0,2	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3
A cargo da família	758	942	-184	12,4	15,0	13,1	15,6	15,4	17,7
Outro	132	64	68	2,2	1,0	2,6	1,4	2,9	1,6

Fonte: INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 57 – População com 15 ou mais anos por principal meio de vida – freguesias do concelho do Redondo

Principal Meio de Vida	Freg. Montoito					Freg. Redondo				
	2011	2001	Dif. 2011-2001	2011	2001	2011	2001	Dif. 2011-2001	2011	2001
	Nº	Nº	Nº	%	%	Nº	Nº	Nº	%	%
Trabalho	401	425	-24	35,1	37,4	2357	2578	-221	47,3	49,9
Reforma / Pensão	492	498	-6	43,0	43,9	1629	1525	104	32,7	29,5
Subsídio de desemprego	42	23	19	3,7	2,0	138	96	42	2,8	1,9
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	1	5	-4	0,1	0,4	8	20	-12	0,2	0,4
Rendimento social de inserção	36	5	31	3,1	0,4	64	36	28	1,3	0,7
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	5	0	5	0,4	0,0	23	17	6	0,5	0,3
Rendimento da propriedade ou da empresa	15	14	1	1,3	1,2	19	36	-17	0,4	0,7
Apoio social	3	0	3	0,3	0,0	7	17	-10	0,1	0,3
A cargo da família	135	161	-26	11,8	14,2	623	781	-158	12,5	15,1
Outro	14	4	10	1,2	0,4	118	60	58	2,4	1,2

Fonte: INE

As diferenças entre as duas freguesias são evidentes: O Montoito, com uma parcela de população idosa muito superior à do Redondo, apresenta uma dependência muito elevada do recurso aos rendimentos da reforma ou pensão (43%). O Montoito regista também maior procura dos subsídios de desemprego e do rendimento social de inserção.

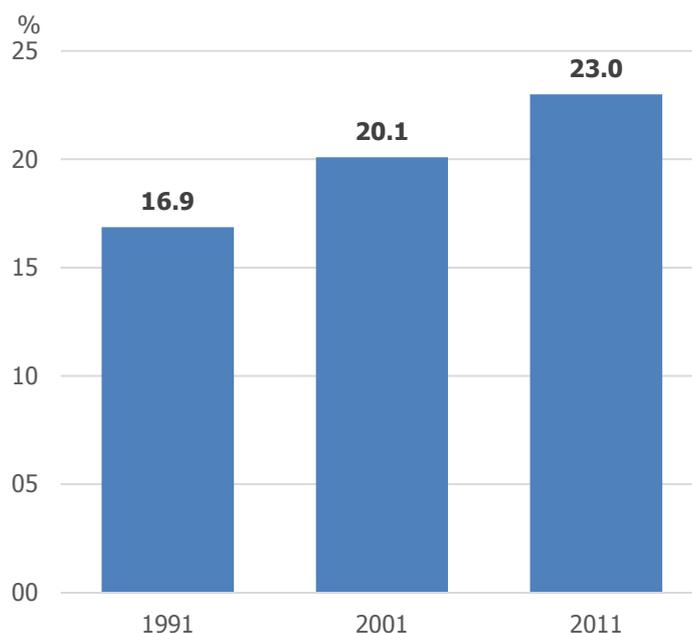
## 7. MOVIMENTOS PENDULARES DE TRABALHO OU ESTUDO

A proporção de população residente no concelho do Redondo que trabalha ou estuda fora do município tem aumentado progressivamente (Figura 71). Representava em 2011, 23% da população activa ou estudante.

Este aumento é compreensível se atendermos a que o aumento da mobilidade se tem verificado, generalizadamente, a todos os níveis. Quer a mobilidade que é inerente a situações sociais, de trabalho ou estudo, como a mobilidade profissional ou escolar, quer a que é provocada por mudanças na estruturas familiares, entre outras.

As condições que favorecem o aumento da mobilidade também se desenvolveram: é hoje mais fácil mudar. A informação e a comunicação tiveram um surto gigantesco nos últimos 30 anos e tornaram acessível a todos o conhecimento necessário para o fazer. O aumento das acessibilidades e dos meios de deslocação encurtaram distâncias e tornaram mais rápido e simples trabalhar ou estudar mais longe.

Figura 71 - População residente que trabalha ou estuda noutros municípios – concelho do Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Uma outra faceta associada a este aumento de população que trabalha fora relaciona-se também certamente com a insuficiência da geração de emprego no concelho e a incapacidade de absorver uma parcela de activos que é obrigada a sair por não encontrar trabalho localmente.

O Quadro 58 sumariza as entradas e saídas de activos e estudantes no concelho do Redondo em 2011.

O saldo (entradas-saídas) é claramente desfavorável para o Redondo; estão a exercer a actividade fora do concelho 914 residentes e entram apenas 294 residentes de outros municípios para trabalhar ou estudar no concelho.

O saldo dos estudantes não é difícil de entender: o ensino médio e superior, que não está representado no município, obriga a sair temporariamente para outros destinos (em que Évora, Reguengos de Monsaraz e Lisboa são dominantes: Quadro 59).

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 58 – População residente ativa e estudante por locais de trabalho 2011

	Total de residentes activos e estudantes	Residentes do Conc. do Redondo que trabalham ou estudam noutros municípios	% do total de activos ou estudantes do Conc. do Redondo	Residentes de outros municípios que trabalham ou estudam no Conc. do Redondo	% face ao total de activos ou estudantes que residem no Conc. do Redondo	SALDO de Entradas - Saídas (nº)
<b>Total</b>	<b>3970</b>	<b>914</b>	<b>23,0</b>	<b>294</b>	<b>7,4</b>	<b>-620</b>
<b>Estudantes</b>	1166	218	18,7	16	1,4	-202
<b>Activos</b>	2804	696	24,8	278	9,9	-418
Agricultura e Floresta	553	48	8,7	46	8,3	-2
Indústria Extractiva	21	19	90,5	0	0,0	-19
Indústria Transformadora	246	70	28,5	24	9,8	-46
Energia e Ambiente	23	7	30,4	3	13,0	-4
Construção	282	40	14,2	13	4,6	-27
Comércio	368	88	23,9	29	7,9	-59
Transportes	60	26	43,3	6	10,0	-20
Hotelaria	158	30	19,0	9	5,7	-21
Inform. e Comunicação	17	13	76,5	1	5,9	-12
Banca e Seguros	60	41	68,3	11	18,3	-30
Imobiliário	2	2	100,0	1	50,0	-1
Consultoria	49	13	26,5	4	8,2	-9
Serv. Apoio às Empresas	87	34	39,1	1	1,1	-33
Administração Pública	373	91	24,4	40	10,7	-51
Educação	197	67	34,0	73	37,1	6
Saúde e Apoio Social	202	80	39,6	12	5,9	-68
Artes, Cultura, Desporto	15	3	20,0	2	13,3	-1
Serv. Pessoais, Colectivos	43	11	25,6	2	4,7	-9
Pessoal doméstico	48	13	27,1	1	2,1	-12

Fonte: INE

A observação por sectores de actividade da população activa que se desloca com destino e origem no concelho do Redondo merece alguns destaques:

- O trabalho no exterior do município é mais relevante:
- Na Indústria Extractiva – A pedreiras de Vila Viçosa (Quadro 59) empregam a quase totalidade dos activos do Redondo neste sector.
- Nos Transportes e Armazenagem – Évora, como o principal centro de distribuição regional é dominante neste caso. Alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Alenquer, Vila Franca de Xira, Montijo) também atraem activos do Redondo.
- No Comércio – Évora e Reguengos de Monsaraz emergem como principais centros de emprego de activos do Redondo.
- Na Informação e Comunicações – um sector claramente de âmbito regional e centrado em Évora.
- Na Banca e Seguros – 68,3% dos residentes empregados neste sector vão trabalhar para o exterior do concelho, a quase totalidade em Évora.
- Nos serviços de Apoio às Empresas – com Évora também largamente dominante.
- O sector Público – Administração Pública, Defesa, Segurança, Ensino, Saúde e em parte do Apoio Social apresentam uma parcela significativa de activos que trabalham fora. Mas, neste caso, e sobretudo no Ensino, o Redondo também atrai muitos activos. Aliás, o sector da Educação é o único onde entram mais activos (73) do que saem (67). A presença de muitos municípios geograficamente muito afastados do Redondo e que atraem trabalhadores do concelho deve-se, em parte, a muitos professores aí deslocados.

O Redondo atrai, como já referimos, um menor número de pessoas. Para além do sector público a que aludimos antes, são os sectores tradicionais – Agricultura, Indústria Transformadora e Comércio, os que atraem mais activos, em grande medida dos concelhos vizinhos ou próximos.

O Quadro 59 mostra o balanço de entradas e saídas pelos principais concelhos emissores ou receptores do Redondo e, as Figuras 34 e 35, a ilustração gráfica das áreas de influência do Redondo:

- Évora, num caso e noutro, salienta-se claramente, já que recebe 15% da população ativa do Redondo e 10% dos estudantes. Mas, por outro lado, 35% da população que o Redondo recebe vem do concelho de Évora.
- Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Alandroal e Estremoz, municípios vizinhos, têm também bastante expressão.
- Lisboa atrai 38 residentes, entre estudantes (21) e activos (17) em várias actividades.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

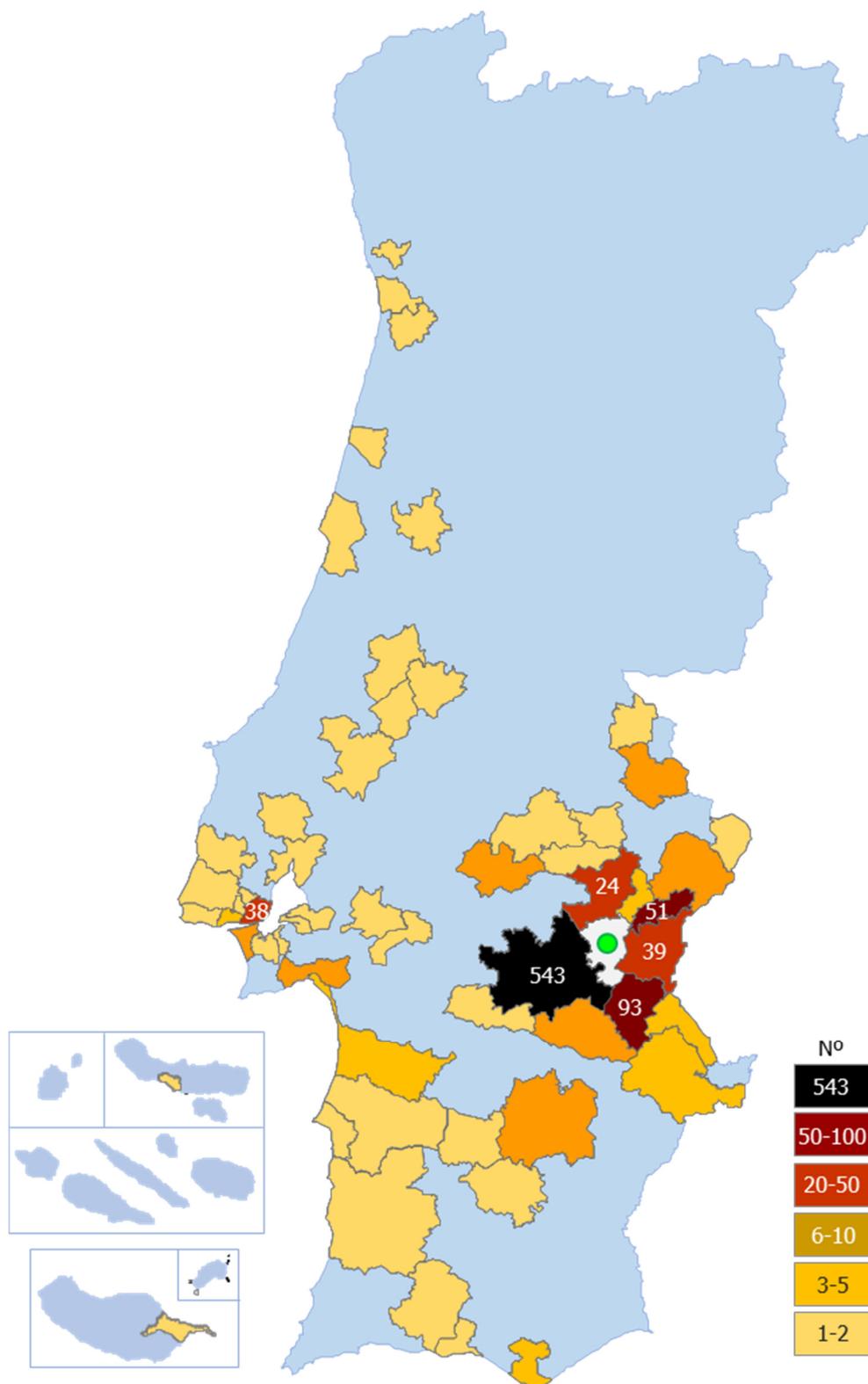
Quadro 59 – Saídas e entradas de população activa e estudante por município de origem/destino – concelho do Redondo 2011

	Évora		Reg. de Monsaraz		Vila Viçosa		Alandroal		Estremoz		Borba		Elvas		Lisboa
	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S
<b>Total</b>	<b>543</b>	<b>105</b>	<b>93</b>	<b>38</b>	<b>51</b>	<b>26</b>	<b>39</b>	<b>55</b>	<b>24</b>	<b>23</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>38</b>
<b>Estudantes</b>	<b>119</b>	<b>4</b>	<b>39</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>21</b>
<b>Activos</b>	<b>424</b>	<b>101</b>	<b>54</b>	<b>35</b>	<b>49</b>	<b>25</b>	<b>36</b>	<b>49</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>17</b>
Agricultura e Floresta	22	13	5	4	2	2	9	18	3	3	0	1	0	1	0
Indústria Extractiva	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria Transformadora	46	9	3	4	9	1	2	6	2	2	0	1	0	0	1
Energia e Ambiente	5	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Construção	24	2	3	3	3	2	4	5	2	0	0	0	0	0	0
Comércio	54	5	12	4	5	4	4	5	1	7	1	0	0	0	1
Transportes	14	1	0	1	1	0	2	1	0	1	2	0	0	2	1
Hotelaria	18	3	3	0	3	0	0	2	4	1	0	2	0	0	0
Inform. e Comunicação	9	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Banca e Seguros	34	7	0	2	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1
Imobiliário	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Consultoria	7	2	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Serv. Apoio às Empresas	27	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Administração Pública	54	14	11	3	0	4	3	3	2	5	0	4	1	3	6
Educação	24	36	7	8	4	8	5	6	3	2	0	5	3	2	2
Saúde e Apoio Social	59	5	5	2	3	1	4	1	5	0	1	0	0	1	1
Artes, Cultura, Desporto	3	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Serv. Pessoais, Colectivos	11	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal doméstico	13	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Saem do Redondo=S, Entram no Redondo=E

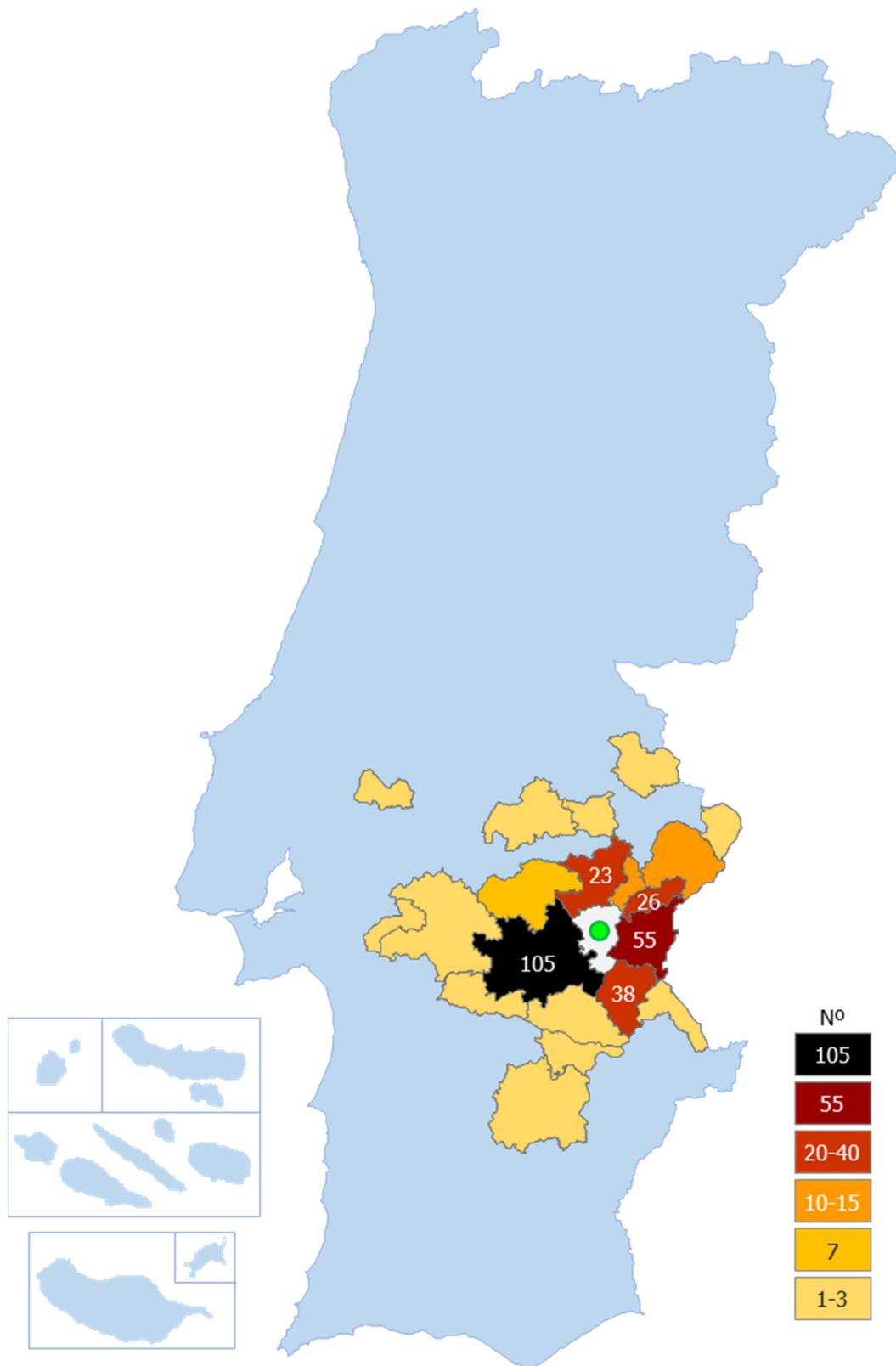
Fonte: INE

Figura 72 - Municípios de destino da população residente do Redondo que trabalha ou estuda fora do concelho - 2011



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

Figura 73 - Municípios de origem da população que vem trabalhar ou estudar ao concelho do Redondo - 2011



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

## 8. PERSPETIVAS DE POPULAÇÃO

A partir da aplicação do método de Cohort-Survival, e tomando como ponto de partida a população residente em 2011, projetou-se a evolução da população das freguesias e do Concelho, em quatro momentos distintos, nomeadamente 2016, 2021, 2026 e 2031. Dada a reduzida dimensão demográfica e a irrelevância para efeitos do planeamento, as perspetivas demográficas não consideraram a divisão por género.

Para a análise da evolução futura da população, foram utilizados os dados sobre a natalidade (segundo a idade das mães) e a mortalidade (segundo a idade) fornecidos pelo INE. A metodologia aplicada consistiu em prever, tendo por referência os valores censitários (2011), os quantitativos populacionais por grupo de idade quinquenal considerando os índices de fecundidade segundo a idade das mães e, também para cada um dos grupos de idade, as taxas de mortalidade que lhes estavam associadas. Tanto para a fecundidade como para a determinação das probabilidades de sobrevivência, foram utilizados os valores médios observados para o período de 2013 a 2018. Em síntese, a metodologia utilizada foi a do Cohorte-Survival (ou sobrevivência das coortes) controlada pelos níveis das Tábuas-Tipo de Princeton.

Optou se pela não construção de cenários alternativos, o que significa que as projecções populacionais efectuadas se baseiam na extrapolação das tendências retrospectivamente observadas. Esta opção parece-nos correcta, não só porque dificilmente se inverterão as tendências associadas às duas principais componentes do crescimento natural (natalidade e mortalidade), como também dificilmente se poderão prever as alterações que poderão ocorrer ao nível dos saldos migratórios. Assim, ter em linha de conta a “tendência pesada”, é quanto a nós suficiente para que se possam balizar as necessidades futuras de equipamentos, cuja adaptabilidade, sobretudo tendo em atenção um crescimento significativo (mas não expectável) da população, não levantará problemas de monta, dado o contexto regressivo experimentado ao longo dos últimos anos, com a consequente sublotação das várias ofertas, de que alguns equipamentos (por exemplo os relacionados com o apoio social ou a educação pré escolar), poderão ser uma excepção.

Sabendo se os quantitativos que, por um lado, alimentam a 1ª coorte (grupo etário dos 0 aos 4 anos – resultante do balanço entre a fecundidade e a mortalidade infantil) e, por outro, os efectivos que de cinco em cinco anos transitam para um novo grupo etário (taxa de sobrevivência de cada coorte), o modelo aplicado parte assim do pressuposto de que os valores dos saldos migratórios retrospectivamente incluídos na evolução natural do conjunto da população se manterão inalterados em termos de projecção. Isto é, os valores projectados já incorporam os efeitos induzidos por determinados quantitativos de saldo migratório sobre as principais componentes da evolução natural.

Considerou-se suficiente a apresentação de valores projectados até 2031, uma vez que, sem prejuízo do acompanhamento regular das variações dos efectivos populacionais (com base nas actualizações da

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

população estimada, efectuadas pelo INE, por exemplo), em 2021 haverá lugar a um novo recenseamento Geral da População, o que permitirá proceder ao ajustamento das projecções agora efectuadas.

Nos quadros seguintes apresentam-se os valores da população projectada (2016, 2021, 2026 e 2031).

Quadro 60 – Projecção de população, por grupo etário quinquenal, para a Freguesia de Redondo

Grupo etário	Freguesia do Redondo			
	<b>2016</b>	<b>2021</b>	<b>2026</b>	<b>2031</b>
0 a 4 anos	39	36	32	32
5 a 9 anos	215	39	36	32
10 a 14 anos	257	215	39	36
15 a 19 anos	275	257	215	39
20 a 24 anos	297	275	257	215
25 a 29 anos	290	297	275	257
30 a 34 anos	353	290	297	275
35 a 39 anos	399	353	290	297
40 a 44 anos	421	398	352	289
45 a 49 anos	419	421	398	352
50 a 54 anos	398	418	420	397
55 a 59 anos	366	397	417	419
60 a 64 anos	354	364	395	414
65 a 69 anos	323	351	361	391
70 a 74 anos	302	318	346	355
75 a 79 anos	339	297	313	340
80 a 84 anos	313	329	289	304
85 e mais	70	98	103	90
<b>TOTAL</b>	<b>5428</b>	<b>5151</b>	<b>4832</b>	<b>4534</b>

Fonte: elaboração própria com dados do INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Quadro 61 – Projeção de população, por grupo etário quinquenal, para a Freguesia de Montoito

Grupo etário	Freguesia de Montoito			
	<b>2016</b>	<b>2021</b>	<b>2026</b>	<b>2031</b>
0 a 4 anos	9	9	8	0
5 a 9 anos	42	9	9	8
10 a 14 anos	52	42	9	9
15 a 19 anos	60	52	42	9
20 a 24 anos	63	60	52	42
25 a 29 anos	66	63	60	52
30 a 34 anos	61	66	63	60
35 a 39 anos	74	61	66	63
40 a 44 anos	60	74	61	66
45 a 49 anos	60	60	74	61
50 a 54 anos	86	60	60	74
55 a 59 anos	84	85	60	60
60 a 64 anos	79	83	85	59
65 a 69 anos	56	78	81	83
70 a 74 anos	64	56	78	81
75 a 79 anos	98	63	55	77
80 a 84 anos	127	96	62	54
85 e mais	27	39	30	19
<b>TOTAL</b>	<b>1167</b>	<b>1055</b>	<b>953</b>	<b>876</b>

Fonte: elaboração própria com dados do INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Quadro 62 – Projeção de população, por grupo etário quinquenal, para o total do Concelho

Grupo etário	Total do Concelho			
	<b>2016</b>	<b>2021</b>	<b>2026</b>	<b>2031</b>
0 a 4 anos	47	44	41	32
5 a 9 anos	257	47	44	41
10 a 14 anos	309	257	47	44
15 a 19 anos	335	309	257	47
20 a 24 anos	360	335	309	257
25 a 29 anos	356	360	335	309
30 a 34 anos	414	356	360	335
35 a 39 anos	473	414	356	360
40 a 44 anos	481	472	413	355
45 a 49 anos	479	481	472	413
50 a 54 anos	484	478	480	471
55 a 59 anos	450	483	476	479
60 a 64 anos	433	447	479	473
65 a 69 anos	379	429	442	475
70 a 74 anos	366	374	423	436
75 a 79 anos	437	361	368	417
80 a 84 anos	440	424	350	358
85 e mais	97	137	132	109
<b>TOTAL</b>	<b>6595</b>	<b>6207</b>	<b>5785</b>	<b>5410</b>

Fonte: elaboração própria com dados do INE

## V. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

## 1. INTRODUÇÃO

O PDM de Redondo que ora se revê data de 1980, pelo que importa proceder a algum refrescamento da informação então produzida. O que segue não se traduz num novo PDM, mas antes na tentativa de preservar, o possível, a utilidade daquele documento enquanto instrumento de orientação de políticas de desenvolvimento de âmbito regional/local. O exercício consiste em atualizar dados e informação por forma a, mantendo a estrutura conceptual do documento inicial, obter-se um quadro referencial mais ajustado à presente realidade social e económica do município de Redondo.

O capítulo daquele PDM de que aqui se irá tratar refere-se às Atividades Económicas e Emprego. Procedeu-se à análise dos indicadores de natureza económica e social mais relevantes, tendo em vista a caracterização socioeconómica do concelho de Redondo, bem como a sua inserção comparativa na sub-região Alentejo Central, e desta no País. São formuladas considerações sobre a natureza e causa do processo evolutivo que conduziu àquela mesma caracterização e, ainda, alinhadas algumas pistas e perspetivas relativas ao desenvolvimento do Concelho.

Os dados relevantes mais recentes podem ir até 2017. Por economia de processos, três indicadores – Emprego, Empresas e Volume de Negócios – parecem ser suficientes para proceder àquela caracterização. Quanto à classificação das atividades económicas optou-se pela estruturação sectorial clássica (sectores Primário, Secundário e Terciário); pelo seu peso relativo na caracterização económica e social do concelho, por comparação com o resto do país, o sector primário será alvo de uma atenção um pouco mais detalhada, com a consideração de indicadores adicionais.

Quanto à abordagem territorial, que tem como objetivo uma visão de conjunto e de inserção na região e no país, quando possível, a desagregação pode chegar ao nível da freguesia.

Haverá, ainda, um capítulo destinado a uma observação mais detalhada da realidade económica do concelho de Redondo, com desagregação das diversas atividades e que, por isso, não considera a comparação com os níveis de desagregação territorial de ordem superior (sub-região, região e país).

Este capítulo começa por uma caracterização geral que tem por objetivo de proceder à inserção comparativa do concelho de Redondo na sub-região Alentejo Central, e desta no País, tendo-se optado, num primeiro passo, pela análise da população e do território, em estreita articulação com o capítulo dos estudos da população, a que se segue uma avaliação dos grandes setores da economia, ou seja, dos grandes agregados das atividades económicas e, por último por análise mais detalhada ao nível da

caracterização do concelho e das suas freguesias, tendo por referência, sempre que possível, os dados mais recentes.

No processo de atualização dos dados que suportam o relatório, verifica-se que os grandes agregados não registam alterações de grandes proporções: os diferentes sectores (Primário, Secundário e Terciário) mantêm o posicionamento relativo, tal como a inserção do concelho de Redondo nas divisões territoriais superiores. Ao nível das atividades que compõem cada um dos grandes agregados registam-se alterações sem significado elevado, o que permite concluir que a caracterização anteriormente feita mantém intacta a sua relevância operacional para efeitos de revisão o Plano Diretor Municipal.

## 2. TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

A população de Redondo representa uma pequena parcela do todo nacional. Essa situação é apreensível a partir da densidade populacional, cujo valor é inferior ao verificado na sub-região e região que, por sua vez já ficara significativamente aquém da média nacional. No concelho, verifica-se uma diferença com algum significado ao nível da densidade populacional entre os aglomerados de Montoito e Redondo, com este último apresentando valores ainda mais baixos (Quadro 63).

Quadro 63 - Indicadores de População

Unidade territorial	Indicadores de População		
	População residente		Densidade populacional
	Nr.	%	Nr./Km2
Portugal	10.562.178	100,00	114,5
Continente	10.047.621	95,13	112,8
Alentejo	757.302	7,17	24,0
Alentejo Central	166.822	1,58	23,1
Redondo	7.031	0,07	19,0
Montoito		0,00	21,0
Redondo		0,00	18,6

Fonte: INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 64 - População e Atividade

Unidade territorial	Indicadores de População e Atividade, 2011							
	População ativa		Taxa de atividade	População empregada		População desempregada		Taxa de desemprego
	Nr.	%	%	Nr.	%	Nr.	%	%
Portugal	5.023.367	100,00	47,56	4.361.187	100,00	539.870	100,00	13,18
Continente	4.780.963	95,17	47,58	4.150.252	95,16	515.712	95,53	13,19
Alentejo	342.654	6,82	45,25	298.691	6,85	36.759	6,81	12,83
Alentejo Central	76.567	1,52	45,90	67.996	1,56	7.055	1,31	11,19
Redondo	3.213	0,06	45,70	2.804	0,06	352	0,07	12,73
Monteito	516	0,01	39,75	402	0,01	104	0,02	22,09
Redondo	2.697	0,05	47,04	2.402	0,06	248	0,05	10,94

Fonte: INE

A proporção da população ativa no conjunto do país acompanha, com algum atraso, o verificado para a população no quadro anterior, isto é, concelho, sub-região e região representam, quanto a este indicador, um peso proporcionalmente mais baixo. Este facto manifesta-se na taxa de atividade, que é inferior ao verificado nos níveis de desagregação do território mais elevados.

Deve registar-se, ao nível do concelho, uma discrepância significativa entre as freguesias de Monteito e Redondo, com esta atingindo valores acima da sub-região e região, e muito próximos da média nacional.

A distribuição da população empregada acompanha de muito perto o verificado para a população ativa, mas com uma pequena diferença positiva para o Alentejo e subsequente desagregação territorial; igual observação é aplicável a distribuição da população desempregada. O resultado é uma taxa de desemprego que é menos desfavorável para o Alentejo e respetivas subdivisões territoriais.

No concelho de Redondo verifica-se uma divergência significativa, quanto à taxa de desemprego, com penalização para Monteito (Quadro 64).

### 3. EMPREGO NAS EMPRESAS

#### 3.1. Distribuição territorial do emprego

Na distribuição territorial o cálculo do peso de cada unidade territorial é feito em relação à totalidade do País.

No concelho de Redondo, a distribuição territorial do emprego nas empresas varia pouco entre os três sectores de atividade, mas isso deve-se, em grande medida, ao reduzido peso que representa no conjunto do País. Em todo o caso, nota-se uma inclinação em favor dos sectores primário e terciário, o que acompanha o verificado na sub-região (Alentejo Central), mas já se afasta da região (Alentejo) e, de forma mais significativa, em relação ao País, com a afirmação progressiva do sector secundário e, mais acentuadamente, do sector terciário.

Em Redondo, o sector primário tem uma expressão que se vai reduzindo à medida que sob o nível da desagregação territorial (Quadro 65).

Quadro 65 - Pessoal ao Serviço das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Territorial, 2017

Unidade territorial	Total		Sectores da Actividade Económica					
			Sector Primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Portugal	3.892.218	100,00	208.226	5,35	1.069.718	27,48	2.614.274	67,17
Continente	3.756.406	96,51	193.728	4,98	1.042.768	26,79	2.519.910	64,74
Alentejo	203.428	5,23	43.540	1,12	47.554	1,22	112.334	2,89
Alentejo Central	36.028	0,93	8.258	0,21	2.797	0,07	24.973	0,64
Redondo	1.721	0,04	632	0,02	397	0,01	692	0,02

Fonte: INE

#### 3.2. Distribuição Sectorial do emprego

A análise da distribuição do emprego pelos grandes agregados económicos permite verificar a posição relativa de cada sector nos diferentes níveis territoriais considerados.

No Alentejo, o sector primário tem um peso mais significativo do que sucede no conjunto do País; e Redondo destaca-se na sub-região Alentejo Central, tal como esta se destaca na região Alentejo.

---

No concelho de Redondo o sector primário tem um peso relativo que não se verifica em mais nenhum nível de desagregação do território, o que acontece em detrimento do sector terciário; já na sub-região, verifica-se uma redução forte e atípica do sector secundário, em favor do sector terciário.

Tudo considerado, apesar de o setor terciário empregar mais seis dezenas de pessoas, observa-se também uma especialização relativa no sector primário, e isso pode ser entendido como uma característica económica e social do concelho de Redondo Quadro 66.

Quadro 66 - Pessoal ao Serviço das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Sectorial, 2017

Unidade territorial	Total		Sectores da Actividade Económica					
			Sector Primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Portugal	3.892.218	100,00	208.226	5,35	1.069.718	27,48	2.614.274	67,17
Continente	3.756.406	100,00	193.728	5,16	1.042.768	27,76	2.519.910	67,08
Alentejo	203.428	100,00	43.540	21,40	47.554	23,38	112.334	55,22
Alentejo Central	36.028	100,00	8.258	22,92	2.797	7,76	24.973	69,32
Redondo	1.721	100,00	632	36,72	397	23,07	692	40,21

Fonte: INE

#### 4. INDICADORES DAS EMPRESAS

##### 4.1. Distribuição Territorial das empresas

A distribuição territorial das empresas pelos três sectores da atividade económica no concelho de Redondo, revela um padrão semelhante ao verificado para o pessoal empregue nessas mesmas empresas (cf. Quadro 67), e a explicação, tal como então, deve-se à reduzida dimensão do universo de empresas no conjunto do País. Mas, à medida que se sobe no nível de desagregação territorial, torna-se mais evidente um desvio relativo para o sector primário em Redondo (Quadro 67), isto é, a representação deste setor no concelho, não tem equivalente em idêntico comportamento nas unidades territoriais de outras escalas.

Pesem embora os reduzidos valores absolutos observados no Concelho, o certo é que, como iremos ver a seguir, a repartição das empresas pelos vários setores de atividade não segue idêntico padrão ao verificado para o total nacional, sendo manifesta, comparativamente a essa escala, um maior enviusamento a favor do setor primário.

Quadro 67 - Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Territorial, 2017

Unidade territorial	Total		Sectores da Actividade Económica					
			Sector Primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Portugal	1.242.693	100,00	133.990	10,78	154.465	12,43	954.238	76,79
Continente	1.189.119	95,69	122.049	9,82	149.958	12,07	917.112	73,80
Alentejo	84.139	6,77	20.614	1,66	8.714	0,70	54.811	4,41
Alentejo Central	19.686	1,58	4.537	0,37	2.114	0,17	13.035	1,05
Redondo	884	0,07	353	0,03	127	0,01	404	0,03

Fonte: INE

#### 4.2. Distribuição Sectorial das empresas

Pela distribuição sectorial das empresas, o Alentejo, o Alentejo Central e, em especial, o concelho de Redondo, mantêm uma importância relativa do sector primário, comparativamente à variação geográfica da proporção do sector terciário, que as diferencia claramente do todo nacional. Também sob este aspeto, pode apontar-se uma especialização relativa do concelho de Redondo no sector primário, o que está em linha com a sua própria vocação rural (Quadro 68).

Quadro 68 - Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Sectorial, 2017

Unidade territorial	Total		Sectores da Actividade Económica					
			Sector Primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Portugal	1.242.693	100,00	133.990	10,78	154.465	12,43	954.238	76,79
Continente	1.189.119	100,00	122.049	10,26	149.958	12,61	917.112	77,13
Alentejo	84.139	100,00	20.614	24,50	8.714	10,36	54.811	65,14
Alentejo Central	19.686	100,00	4.537	23,05	2.114	10,74	13.035	66,21
Redondo	884	100,00	353	39,93	127	14,37	404	45,70

Fonte: INE

## 5. VOLUME DE NEGÓCIOS DAS EMPRESAS

### 5.1. Distribuição Territorial

Em Redondo, quanto à distribuição territorial do volume de negócios das empresas, a posição relativa dos diferentes sectores da atividade económica é a mesma o que, com oscilações muito reduzidas, também já se verificara na análise do número de trabalhadores e das empresas.

Subindo o nível de desagregação territorial regista-se uma inclinação para o sector secundário e, de forma mais acentuada, para o sector terciário (Quadro 69).

Quadro 69 - Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Actividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Territorial, 2017

Unidade territorial	Total		Sectores da Actividade Económica					
			Sector Primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Valor (Milhões €)	%	Valor (Milhões €)	%	Valor (Milhões €)	%	Valor (Milhões €)	%
Portugal	371.477,8	100,00	8.119,9	2,19	134.556,5	36,22	228.801,4	61,59
Continente	361.765,8	97,39	7.726,0	2,08	132.277,5	35,61	221.762,3	59,70
Alentejo	16.921,6	4,56	2.651,5	0,71	5.788,7	1,56	8.481,3	2,28
Alentejo Central	1.979,2	0,53	343,8	0,09	121,3	0,03	1.514,2	0,41
Redondo	105,3	0,03	27,9	0,01	39,5	0,01	38,0	0,01

Fonte: INE

## 5.2. Distribuição Sectorial

O Alentejo, como se verificou com os indicadores anteriores, apresenta um sector primário com forte relevância económica, o que acontece, principalmente, por compensação com o sector terciário; também se passa o mesmo com a análise sectorial da distribuição do volume de negócios das empresas. Em Redondo, todavia, esta tendência é muito mais acentuada.

É certo que o sector primário não concentra a maior parcela do volume de negócios das empresas, mas atinge um valor que se destaca quando comparada com os restantes níveis territoriais; a compensação é feita com o sector terciário que, por isso, também se destaca, mas por valores bastante inferiores ao verificado nos níveis territoriais superiores.

No conjunto, a estrutura económica de Redondo apresenta uma configuração própria, que se destaca no conjunto do país (Quadro 70).

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 70- Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas por Localização Geográfica (NUTS - 2013) e Sector de Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) - Distribuição Sectorial, 2017

Unidade territorial	Total		Sectores da Atividade Económica					
			Sector Primário		Sector secundário		Sector terciário	
	Valor (Milhões €)	%	Valor (Milhões €)	%	Valor (Milhões €)	%	Valor (Milhões €)	%
Portugal	371.477,8	100,00	8.119,9	2,19	134.556,5	36,22	228.801,4	61,59
Continente	361.765,8	100,00	7.726,0	2,14	132.277,5	36,56	221.762,3	61,30
Alentejo	16.921,6	100,00	2.651,5	15,67	5.788,7	34,21	8.481,3	50,12
Alentejo Central	1.979,2	100,00	343,8	17,37	121,3	6,13	1.514,2	76,50
Redondo	105,3	100,00	27,9	26,46	39,5	37,46	38,0	36,08

Fonte: INE

## 6. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE REDONDO, SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÓMICA

### 6.1. Sector Primário

O sector primário, o qual inclui todas as atividades agrárias (agricultura, pecuária e florestais) e respetivos serviços de apoio, bem assim como a indústria extrativa e as pescas, mantém o peso significativo do período anterior, como já fora referido. Do conjunto das atividades aqui envolvidas, a predominância mantém-se de forma expressiva na secção A (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), em qualquer dos indicadores que suportam a análise (Emprego, Empresas e Volume de Negócios). A secção B, Indústrias Extrativas, não tem expressão relevante no Concelho (Quadro 71).

Quadro 71 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, no Sector Primário, 2017

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Empresas		Pessoal		Volume de Negócios	
	Nr.	%	Nr.	%	Valor (Milhões €)	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	352	99,72	632	100,00	27,9	100,00
Indústrias extrativas	1	0,28		0,00	0,0	0,00
Sector Primário	353	100,00	632	100,00	27,9	100,00

Fonte: INE

A secção A (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), em Redondo, envolve dois conjuntos de atividades: "Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados" e "Silvicultura e

exploração florestal”, sendo o primeiro conjunto bastante mais expressivo, e com as empresas mais rentáveis, como se pode constatar comparando os pesos relativos dos indicadores Empresas, Pessoal e Volume de Negócios. “Pesca e aquicultura” não têm expressão no concelho enquanto atividade económica (Quadro 72).

Quadro 72 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 2017

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Empresas		Pessoal		Volume de Negócios	
	Nr.	%	Nr.	%	Valor (Milhões €)	%
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	279	79,26	552	87,34	26,2	94,07
Silvicultura e exploração florestal	73	20,74	80	12,66	1,7	5,93
Pesca e aquicultura	0	0,00	0	0,00	0,0	0,00
<b>Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</b>	<b>352</b>	<b>100,00</b>	<b>632</b>	<b>100,00</b>	<b>27,9</b>	<b>100,00</b>

Fonte: INE

A superfície agrícola utilizada (SAU) está diretamente associada à atividade económica – explorações agrícolas - enquanto forma de utilização das terras. Representa o tipo dominante em todo o país, mas no Alentejo essa posição é mais reforçada. Todavia, no Alentejo Central, e em Redondo, o domínio da SAL é de tal forma evidente, que os restantes tipos de utilização das terras são de expressão praticamente residual; este facto está associado à especialização económica relativa (no sector primário) que estas divisões territoriais já anteriormente revelaram (Quadro 73).

Quadro 73 - Superfície das explorações agrícolas (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de utilização das terras; 2009

Unidade territorial	Total		Tipo de utilização das terras							
			Superfície agrícola utilizada		Matas e florestas sem culturas sob-coberto		Superfície agrícola não utilizada		Outras superfícies	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Portugal	4.709.131	100	3.668.145	77,89	842.208	17,88	127.691	2,71	71.087	1,51
Continente	4.571.531	100	3.542.305	77,49	837.431	18,32	125.283	2,74	66.512	1,45
Alentejo	2.484.177	100	2.152.389	86,64	278.898	11,23	17.034	0,69	35.856	1,44
Alentejo Central	650.616	100	595.906	91,59	42.762	6,57	2.130	0,33	9.818	1,51
Redondo	33.270	100	30.349	91,22	2.220	6,67	14	0,04	687	2,06

Fonte: INE

A classe de SAU de maiores dimensões (igual ou superior a 50 hectares) representa a maior parte da SAU utilizada pelas explorações agrícolas, em todo o país. E, tal como já se verificara com o indicador anterior, o Alentejo destaca-se por uma maior incidência de explorações agrícolas daquelas dimensões. Estes dois factos estão interligados, e ajudam a explicar o peso relativo do sector primário na estrutura económica da região. As classes de dimensões inferiores têm menor expressão global, que se acentua no Alentejo e respetivas subdivisões (Quadro 74).

Quadro 74 - Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classes de superfície agrícola utilizada; 2009

Unidade territorial	Total		Classes de superfície agrícola utilizada							
			Inferior a 1 ha		1 ha - < 20 ha		20 ha - < 50 ha		50 ha ou superior	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Portugal	3.668.145	100	35.047	0,96	854.447	23,29	357.894	9,76	2.420.757	65,99
Continente	3.542.305	100	29.334	0,83	814.352	22,99	316.160	8,93	2.382.459	67,26
Alentejo	2.152.389	100	2.768	0,13	131.371	6,10	116.939	5,43	1.901.311	88,33
Alentejo Central	595.906	100	598	0,10	26.004	4,36	20.525	3,44	548.779	92,09
Redondo	30.350	100	83	0,27	1.812	5,97	1.764	5,81	26.691	87,94

Fonte: INE

A composição da SAU favorece, de forma mais evidente, “Pastagens permanentes” em primeiro lugar, seguida por “Terras aráveis”, de uma forma global. Observando de perto os diferentes níveis territoriais, define-se uma caracterização diferenciada: o Alentejo (e respetivas subdivisões) apresenta um predomínio mais acentuado de “Pastagens permanentes”, por compensação com “Terras aráveis”, quando comparado com o conjunto do país. A forma de composição da SAU “Culturas permanentes” tem uma expressão com algum significado nos diversos níveis de desagregação territorial; finalmente, “Horta familiar”, de expressão global muito reduzida, apresenta valores quase residuais no Alentejo e em Redondo (Quadro 75).

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 75 - Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Composição da superfície agrícola utilizada; 2009

Unidade territorial	Total		Composição da superfície agrícola utilizada							
			Terras aráveis		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Portugal	3.668.145	100	1.173.127	31,98	19.695	0,54	690.725	18,83	1.784.598	48,65
Continente	3.542.305	100	1.158.805	32,71	18.991	0,54	686.221	19,37	1.678.288	47,38
Alentejo	2.152.390	100	693.872	32,24	1.593	0,07	251.006	11,66	1.205.919	56,03
Alentejo Central	595.905	100	148.721	24,96	304	0,05	47.682	8,00	399.198	66,99
Redondo	30.349	100	7.222	23,80	13	0,04	4.863	16,02	18.251	60,14

Fonte: INE

Para além da composição da superfície agrícola utilizada, pode detalhar-se um pouco mais a caracterização da atividade agrícola, analisando o tipo culturas praticadas. Globalmente há uma inclinação para as culturas temporárias, por comparação com as culturas permanentes, facto mais acentuado no Alentejo. O concelho de Redondo, neste aspeto, tem uma caracterização própria: a diferença entre os dois tipos de cultura é quase residual. As respetivas freguesias – Montoito e Redondo – apresentam caracterizações também distintas, com a primeira favorecendo claramente culturas permanentes, e a segunda enquadrada no panorama geral do país (Quadro 76).

Quadro 76 - Superfície das culturas (ha) por Localização geográfica (Região agrícola/ Ilha) e Tipo; 2009

Unidade territorial	Total		Tipo das culturas			
			Permanentes		Temporárias	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Portugal	1.639.194	100	690.726	42,14	948.468	57,86
Continente	1.609.758	100	686.221	42,63	923.537	57,37
Alentejo	612.754	100	221.012	36,07	391.742	63,93
Redondo	9.843	100	4.863	49,41	4.980	50,59
Montoito	2.785	100	1.823	65,46	962	34,54
Redondo	7.060	100	3.040	43,06	4.020	56,94

Fonte: INE

O Olival e a Vinha representam as principais culturas permanentes, seguidas, com alguma expressão, pela cultura de “Frutos de casca rija”, na generalidade do País.

No Alentejo a distribuição é algo diversa, com clara primazia do Olival, seguindo-se a cultura de “Frutos de casca rija” e a Vinha. Nesta matéria, o concelho de Redondo apresenta uma caracterização própria:

predomínio quase absoluto do Olival e da Vinha, com destaque para a primeira; os restantes tipos de cultura permanente atingem valores de reduzida expressão. No interior de concelho, as freguesias não revelam a mesma configuração, como já se verificara no quadro anterior.

Em Redondo (freguesia) a Vinha tem uma presença um pouco mais acentuada do que o Olival, sendo que a cultura de “Frutos de casca rija” tem uma expressão diminuta; em Montoito o Olival suplanta claramente a Vinha, sendo estas as duas únicas culturas permanentes presentes (Quadro 77).

Quadro 77 - Superfície das culturas permanentes (ha) por Localização geográfica (Região agrícola/ Ilha) e Tipo (culturas permanentes); 2009

Unidade territorial	Total		Superfície das Explorações Agrícolas (ha) e Tipo de Culturas (permanentes) Presentes							
			Olival		Vinha		Frutos de casca rija		Outras culturas permanentes	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Portugal	690.726	100	335.841	48,62	177.831	25,75	115.150	16,67	61.904	8,96
Continente	686.221	100	335.841	48,94	175.773	25,61	114.980	16,76	59.627	8,69
Alentejo	221.012	100	164.078	74,24	22.998	10,41	29.528	13,36	4.408	1,99
Redondo	4.863	100	2.601	53,49	2.154	44,29	94	1,93	14	0,29
Montoito	1.823	100	1.182	64,84	641	35,16		0,00	0	0,00
Redondo	3.040	100	1.419	46,68	1.513	49,77	94	3,09	14	0,46

Fonte: INE

Relativamente às culturas temporárias também se verifica uma concentração relativa em dois tipos – “Culturas forrageiras” e “Cereais para grão” – com predomínio da primeira; os restantes tipos de cultura temporária têm uma presença mais reduzida, mas com alguma expressão em conjunto.

O Alentejo apresenta uma configuração algo distinta do conjunto do país, com predomínio da cultura de “Cereais para grão”, mas o concelho de Redondo retoma a caracterização geral, com reforço das duas principais culturas temporárias (“Culturas forrageira” e “Cereais para grão”).

As freguesias de Redondo e Montoito, mais uma vez, apresentam perfis diferenciados: a primeira denota uma especialização relativa nas “Culturas forrageiras” e a segunda na cultura de “Cereais para grão” (Quadro 78).

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 78 - Superfície das culturas temporárias (N.º) por Localização geográfica (Região agrícola/ Ilha) e Tipo (culturas temporárias); 2009

Unidade territorial	Total		Superfície das Explorações Agrícolas e Tipo de Culturas (temporárias) Presentes							
			Culturas forrageiras		Cereais para grão		Culturas hortícolas		Outras culturas temporárias	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
Portugal	948.468	100	462.703	48,78	345.941	36,47	48.002	5,06	91.822	9,68
Continente	923.537	100	442.320	47,89	345.556	37,42	46.367	5,02	89.294	9,67
Alentejo	391.742	100	162.639	41,52	177.223	45,24	8.214	2,10	43.666	11,15
Redondo	4.980	100	2.544	51,08	2.118	42,53	220	4,42	98	1,97
Montoito	962	100	133	13,83	718	74,64	22	2,29	89	9,25
Redondo	4.020	100	2.411	59,98	1.400	34,83	199	4,95	10	0,25

Fonte: INE

## 6.2. Sector Secundário

No concelho de Redondo, as atividades do sector secundário mais importante são as secções C - Indústrias transformadoras e F – Construção, que concentram a quase totalidade dos aspetos mais relevantes (Empresas, Pessoal e Volume de negócios), sendo a presença das restantes atividades quase residual. Vale a pena realçar que, embora as Indústria Transformadoras tenham um peso superior à Construção em todos os indicadores selecionados, no que concerne ao Volume de negócios essa diferença é muito extremada; a atividade de Construção apresenta rentabilidade bastante inferior à das Indústrias Transformadoras no concelho de Redondo (Quadro 79).

Quadro 79 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, no Sector Secundário, 2017

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Empresas		Pessoal		Volume de Negócios	
	Nr.	%	Nr.	%	Valor (Milhões €)	%
Indústrias transformadoras	63	49,61	222	55,92	33,3	84,29
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3	2,36	3	0,76	0,0	0,01
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	1,57		0,00	0,0	0,00
Construção	59	46,46	172	43,32	6,2	15,70
<b>Sector Secundário</b>	<b>127</b>	<b>100,00</b>	<b>397</b>	<b>100,00</b>	<b>39,5</b>	<b>100,00</b>

Fonte: INE

Deve ainda referir-se que o concelho de Redondo tem 2 zonas industriais, em Redondo e em Montoito, onde disponibiliza lotes para instalações industriais e de armazenagem diversificadas.

A zona industrial de Redondo, com 80 lotes de terreno cujas dimensões variam entre os 161 e os 285 m<sup>2</sup>, alberga, segundo informação da CM, 35 PME's que operam em vários sectores, tais como a reparação de veículos automóveis, serralharia, carpintaria, produção alimentar, fabrico de toldos e capotas, fabricação de mobiliário alentejano, construção civil, venda e montagem de equipamentos elétricos, distribuição e serviços de higiene e segurança alimentar, entre outros.

Montoito, por iniciativa da Junta de Freguesia de Montoito, criou também uma zona industrial que abrange uma área total de 107120 m<sup>2</sup>. Os lotes apresentam uma dimensão que varia entre os 1023 e os 12199m<sup>2</sup>. Existem 30 lotes e 26 já estão atribuídos. Neste momento existem apenas 2 empresas em atividade e 4 lotes disponíveis.

### 6.3. Sector Terciário

No sector terciário todas as secções de atividade – segundo a CAE Ver.3 – têm alguma expressão, sendo as mais representativas G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, I - Alojamento, restauração e similares e N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio.

Quadro 80 - Redondo - Empresas (Nr.), Pessoal ao Serviço (Nr.) e Volume de Negócios (Milhões €) das Empresas, no Sector Terciário, 2017

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Empresas		Pessoal		Volume de Negócios	
	Nr.	%	Nr.	%	Valor (Milhões €)	%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	138	34,16	297	42,92	26,4	69,34
Transportes e armazenagem	12	2,97	59	8,53	4,0	10,41
Alojamento, restauração e similares	63	15,59	88	12,72	2,4	6,32
Atividades de informação e de comunicação	3	0,74	3	0,43	0,2	0,46
Atividades imobiliárias	5	1,24	7	1,01	0,6	1,63
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	31	7,67	65	9,39	1,9	4,98
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	72	17,82	77	11,13	1,2	3,21
Educação	16	3,96	16	2,31	0,2	0,53
Atividades de saúde humana e apoio social	31	7,67	34	4,91	0,4	1,00
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	11	2,72	12	1,73	0,1	0,18
Outras atividades de serviços	22	5,45	34	4,91	0,7	1,95
<b>Sector Terciário</b>	<b>404</b>	<b>100,00</b>	<b>692</b>	<b>100,00</b>	<b>38,0</b>	<b>100,00</b>

Fonte: INE

Não se trata de uma ordenação específica, pois esta varia conforme o indicador considerado, mas a secção G tem uma expressão de destaque clara. Vale a pena notar, ainda, que o desempenho das diversas secções quanto ao indicador Volume de Negócios, embora destaque ainda mais a posição cimeira da secção G, realça uma outra que, pelos restantes indicadores (Empresas e Emprego) não havia sido referida entre as mais significativas: H - Transportes e armazenagem; estas duas secções são as mais rentáveis no concelho de Redondo (Quadro 80).

## **7. UMA ANÁLISE DETALHADA AO NÍVEL DO MUNICÍPIO E DAS SUAS FREGUESIAS**

### **7.1. Introdução**

A abordagem de caracterização do perfil da economia do concelho de Redondo que se realiza agora é um complemento aos estudos já efetuados no âmbito deste processo de revisão, os quais se centraram, sobretudo, na análise da situação do concelho na região do Alentejo e no País. Tenta-se agora aprofundar-se essa análise incluindo, nomeadamente:

- a utilização, sempre que possível, da informação estatística mais detalhada e mais atual, com destaque para a exploração do Ficheiro Central de Empresas do INE, a única fonte estatística que proporciona, ao nível de cada empresa, respeitando necessariamente o princípio de segredo estatístico, os principais indicadores de caracterização, tais como o emprego e o volume de vendas, entre outros;
- a inclusão de um ponto específico para tratar as questões da oferta e da procura turística, recorrendo-se, para isso, às principais fontes proporcionadas pelo Turismo de Portugal, IP, as quais incluem a disponibilização “on-line” de informação detalhada sobre a oferta turística, tanto hoteleira ou de outros tipos de empreendimentos turísticos, como de outras tipologias não hoteleiras.

### **7.2. Emprego**

#### **7.2.1. População ativa**

O quadro seguinte, que já se analisou no capítulo referente às atividades da população, mostra a estrutura de atividades económicas do município em 1991, 2001 e 2011 através número de ativos por sectores de atividade. Os sectores representados são agregações da CAE a 3 dígitos (com atividades muito desagregadas) e estão assinalados a vermelho os sectores de atividade com evolução negativa e a verde com evolução positiva.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 81 – população activa empregada por sectores de actividade Concelho de Redondo

Setores de Atividade (CAE 3D)		Pop. ativa empregada			Peso no concelho			Diferença	
		2011	2001	1991	2011	2001	1991	2011-2001	2001-1991
		Nº	Nº	Nº	%	%	%	Nº	Nº
SECTOR	Total	2.804	3.060	2.888	100,0	100,0	100,0	-256	172
I	AGRICULTURA	537	660	931	19,2	21,5	32,2	-123	-271
I	FLORESTA	16	21	47	0,6	0,7	1,6	-5	-26
I	PESCA	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0	0
II	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	21	48	94	0,7	1,6	3,3	-27	-46
II	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	246	334	383	8,8	10,9	13,3	-88	-49
II	ENERGIA	23	5	4	0,8	0,2	0,1	18	1
II	CONSTRUÇÃO CIVIL	282	442	249	10,1	14,4	8,6	-160	193
III	COMÉRCIO	368	407	370	13,1	13,3	12,8	-39	37
III	TRANSPORTES	60	58	51	2,1	1,9	1,8	2	7
III	HOTELARIA	158	131	71	5,6	4,3	2,5	27	60
III	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES	17	5	8	0,6	0,2	0,3	12	-3
III	BANCA, SEGUROS	60	45	25	2,1	1,5	0,9	15	20
III	IMOBILIÁRIO	2	1	1	0,1	0,0	0,0	1	0
III	CONSULTORIA	49	38	14	1,7	1,2	0,5	11	24
III	SERV. DE APOIO ÀS EMPRESAS	87	30	28	3,1	1,0	1,0	57	2
III	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	373	363	303	13,3	11,8	10,5	10	60
III	ENSINO	197	167	106	7,0	5,4	3,7	30	61
III	SAÚDE	88	54	34	3,1	1,8	1,2	34	20
III	APOIO SOCIAL	114	88	48	4,1	2,9	1,7	26	40
III	ARTES, CULTURA, DESPORTO	15	16	9	0,5	0,5	0,3	-1	7
III	SERV. PESSOAIS, COLECTIVOS	43	32	37	1,5	1,0	1,3	11	-5
III	PESSOAL DOMÉSTICO	48	121	75	1,7	3,9	2,6	-73	46

Fonte: INE

Apesar de decorrerem já cerca de 10 anos desde os últimos valores mais rigorosos, em 2011, a estrutura de atividades económicas mostra claramente o percurso evolutivo que a economia do Redondo teve, no que respeita ao emprego local. Um decréscimo muito acentuado nas atividades do setor primário: agricultura, criação de gado, atividades ligadas à floresta. Um decréscimo também contínuo e significativo no setor secundário: a indústria transformadora e, sobretudo, a indústria extrativa perdem muitos ativos. A

construção, nomeadamente na última década em análise (2001-2011) vê também reduzido o número de ativos, em virtude da crise económica que se iniciou em 2008/2009 e que afetou bastante este setor.

O Comércio é a terceira atividade mais representada no concelho (13,1% dos ativos) e sofreu também uma ligeira oscilação entre as duas décadas pelas mesmas razões das mencionadas antes: crescimento e crise.

O setor de serviços apresenta contudo, uma evolução inversa, crescimento em quase todos os ramos:

O Alojamento e Restauração tem um crescimento significativo, empregando 158 pessoas em 2011. Os restaurantes em primeiro lugar e, secundariamente os estabelecimentos hoteleiros e os estabelecimentos de bebidas são os responsáveis por este crescimento.

A Banca e os Seguros têm um crescimento a realçar (mais 35 ativos entre as duas décadas). É preciso, no entanto, referir que o sector não tinha ainda atravessado o período de crise e redução de ativos que o atingiu poucos anos após.

As atividades de Consultoria, sobretudo representadas pela contabilidade, auditoria e consultoria fiscal têm também um aumento de ativos que não deixa de ser significativo e se adicionarmos os Serviços de Apoio às Empresas, onde as atividades de limpeza detinham 65% do emprego no concelho tiveram uma evolução muito positiva na última década e representavam em 2011 3,1% do emprego local.

A Administração Pública era o segundo maior empregador no município em 2011. Detém 373 ativos e um aumento constante mas mais forte entre 1991 e 2001. Os sectores do Ensino, da Saúde e do Apoio Social (na grande maioria atividades de apoio social para pessoas idosas), que são os serviços coletivos de maior expressão, têm um comportamento evolutivo muito semelhante, com fortes crescimentos, e são empregadores muito representativos no município (no conjunto com 14,1% do emprego).

O quadro seguinte lista as atividades com mais emprego no município em 2011.

Quadro 82 – Atividades (cae 3d) com 50 ou mais ativos em 2011 - Concelho de Redondo

Sectores de Atividade CAE (3 dig.)	Nº de ativos
Administração pública em geral, económica e social	287
Agricultura - Culturas temporárias	274
Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	238
Agricultura - Culturas permanentes	157
Negócios estrangeiros, defesa, justiça, segurança, ordem pública e proteção civil	83
Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	77
Ensinos básico (3º Ciclo) e secundário	74
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estab. especializados	72
Restaurantes (inclui atividades de restauração em meios móveis)	67
Atividades de apoio social para pessoas idosas e com deficiência, com alojamento	67
Ensino básico (1º e 2º Ciclos)	65
Produção animal	60
Indústria das bebidas	59
Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados	57
Atividades de limpeza	57

Fonte: INE

Em síntese podemos referir os aspetos mais salientes (tendo sempre em conta que nos estamos a referir ao período entre 1991 e 2011, desfasado em 10 anos do panorama atual do município do Redondo):

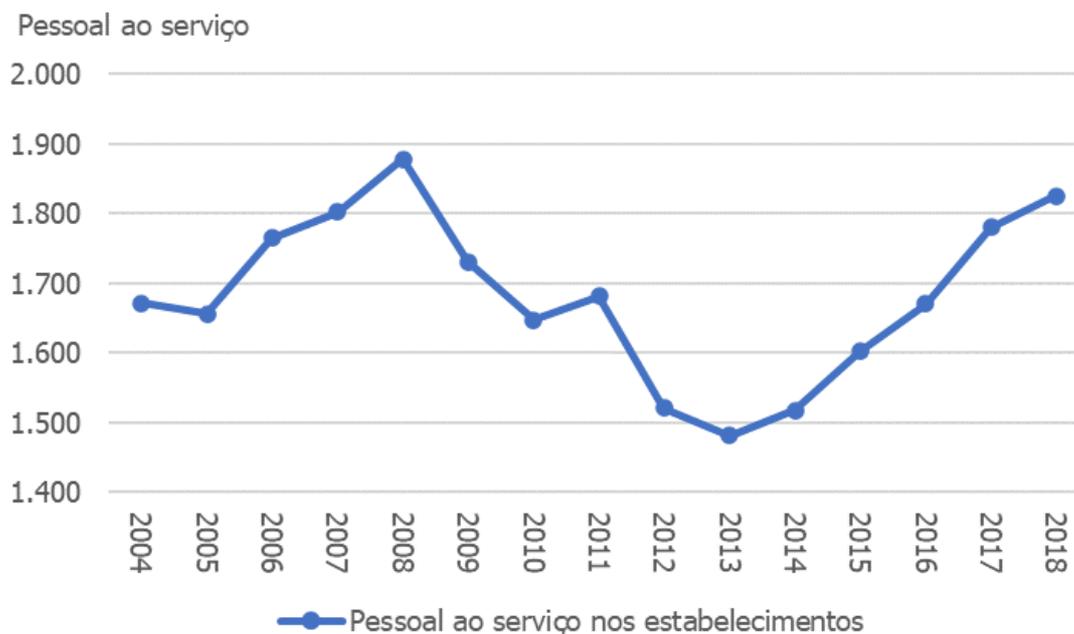
- Redução de emprego na agricultura e na indústria e forte crescimento dos serviços.
- Estabilização do emprego no comércio.
- Hotelaria, Serviços de Apoio às Empresas, Administração Pública, Ensino, Saúde, Apoio Social, são os sectores com evoluções mais positivas.
- O emprego no sector público (administração pública, ensino e, em parte, a saúde e os serviços de apoio social) representavam entre 22 a 25% do emprego no concelho.

### **7.2.2. PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS**

O universo do pessoal ao serviço nos estabelecimentos de empresas recenseadas localizados no concelho abrange exclusivamente os trabalhadores por conta-de-outrem que exercem a profissão nestes estabelecimentos, razão pela qual não há uma correspondência direta com os valores da população

empregada. Não deixa de ser, como já referimos, outro indicador da evolução da economia concelhia e que nos permite uma observação mais atual (até 2018) do comportamento dos vários sectores de atividade.

Figura 74 – Pessoal ao serviço nas empresas (Estabelecimentos) 2004–2018 - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

A figura anterior mostra a evolução do número de trabalhadores assalariados para o total de estabelecimentos no concelho. É muito saliente o impacto da crise que, grosso modo, se estendeu de 2008 a 2013. As empresas no concelho perderam cerca de 400 postos de trabalho, mas, como se encontra evidenciado no quadro seguinte, com impactos diferenciados por sectores. A partir de 2013 inicia-se uma recuperação que, em 2018, quase atinge os níveis de emprego anteriores à crise.

O quadro e as figuras seguintes sintetizam a evolução por sectores. Foram estabelecidos, em termos gerais, 3 períodos de comparação dos valores de emprego: o período pré-crise (2004-2008) e pós crise (2013-2018) e o período de crise (2008-2013).

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 83 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) por sectores de atividade - Concelho de Redondo

Setores de Atividade		2018	2018	Diferença		
		Nº	%	2004-2008	2008-2013	2018-2013
<b>SECTOR</b>	<b>Total</b>	1.826	<b>100,0</b>	206	-397	345
I	AGRICULTURA	586	<b>32,1</b>	64	-13	130
I	FLORESTA	64	<b>3,5</b>	...	...	...
II	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	...	...	...	...	...
II	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	255	<b>14,0</b>	58	-109	65
II	ALIMENTAR	78	<b>4,3</b>	0	-49	32
II	BEBIDAS	136	<b>7,4</b>	57	-37	23
II	MADEIRA, CORTIÇA	6	<b>0,3</b>	-8	-10	-1
II	MINERAIS NÃO METÁLICOS	16	<b>0,9</b>	-5	-7	9
II	PRODUTOS METÁLICOS	10	<b>0,5</b>	-9	-5	5
II	ENERGIA	3	<b>0,2</b>	...	...	...
II	AMBIENTE	...	...	...	...	...
II	CONSTRUÇÃO CIVIL	173	<b>9,5</b>	-5	-190	28
III	COMÉRCIO	318	<b>17,4</b>	-15	-33	26
III	TRANSPORTES	61	<b>3,3</b>	...	-13	26
III	HOTELARIA	93	<b>5,1</b>	19	-19	-5
III	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES	3	<b>0,2</b>	...	-4	0
III	IMOBILIÁRIO	17	<b>0,9</b>	...	...	15
III	CONSULTORIA	66	<b>3,6</b>	-3	-11	26
III	SERVIÇOS DE APOIO	72	<b>3,9</b>	47	-1	-9
III	EDUCAÇÃO	21	<b>1,2</b>	...	2	-4
III	SAÚDE E APOIO SOCIAL	31	<b>1,7</b>	...	10	4
III	ARTES, CULTURA, DESPORTO	13	<b>0,7</b>	...	-2	4
III	SERV. PESSOAIS, COLECTIVOS	38	<b>2,1</b>	...	-12	2

... : dados não disponibilizados

Fonte: INE

Os sectores primário e secundário têm comportamentos distintos:

1. A agricultura e pecuária (que em termos de população ativa representava em 2011 19,2% do emprego – 537 empregados e verificava uma queda progressiva desde, pelo menos, 1991) são as atividades mais resilientes à crise. No período de crise de 2008 a 2012 ainda perdem algum

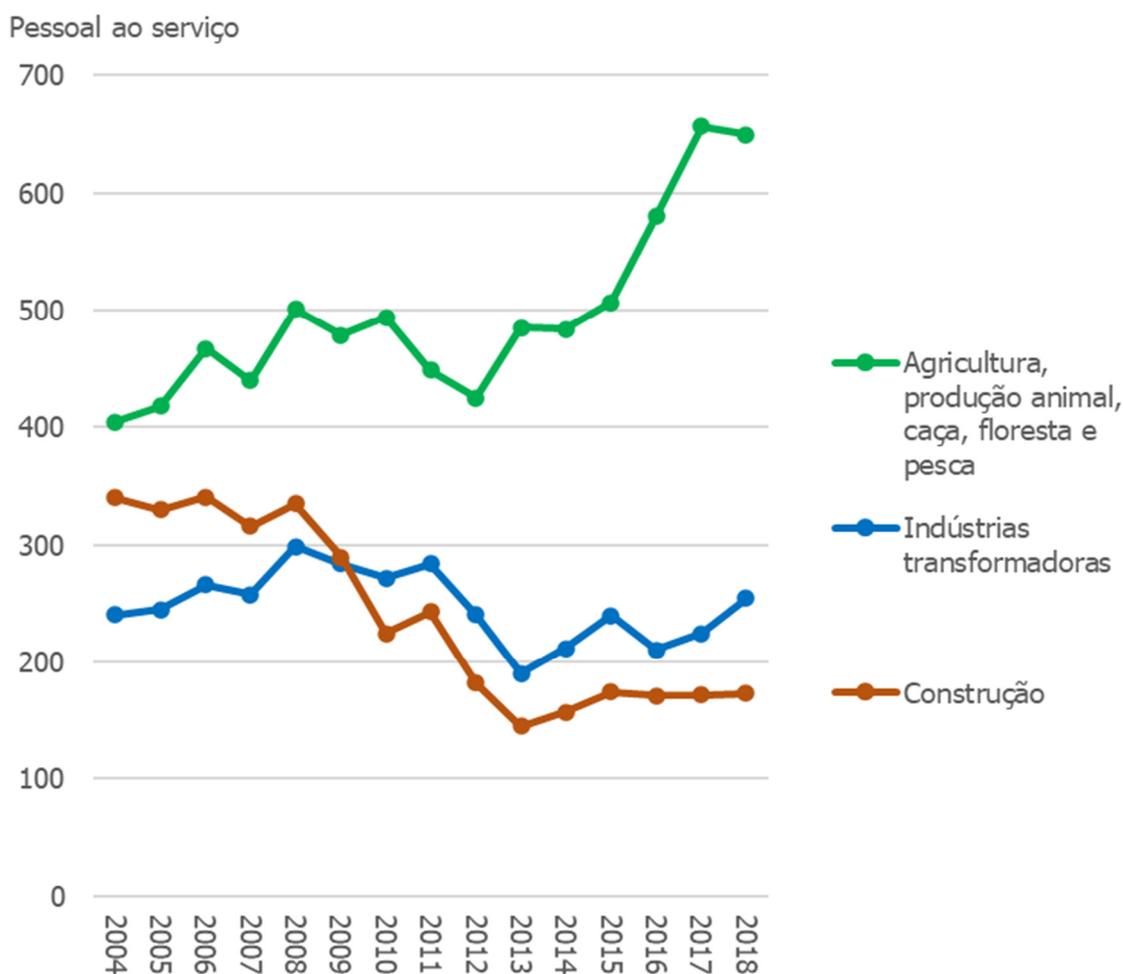
emprego, embora pouco em termos relativos, mas, a partir de 2012 o crescimento é assinalável (Figura 75). A progressiva modernização do sector agrícola, com uma crescente organização empresarial das explorações, tem certamente um papel decisivo para este comportamento. Em 2018 as empresas agrícolas empregavam 586 trabalhadores e, mesmo assumindo que uma parcela destes não reside no concelho, ultrapassa o número de ativos recenseados em 2011 (tendo em conta que o valor de ativos em 2011 inclui também os trabalhadores por conta-própria na agricultura). Este crescimento não estará também desligado, como se observará mais adiante, do aumento da componente exportadora neste setor.

2. A indústria transformadora empregava em 2018 255 ativos e parece ter atenuado, posteriormente à crise o processo de declínio de emprego que vinha registando desde, pelo menos, 1991. No período de crise, entre 2008 e 2013 perdeu cerca de 109 trabalhadores. A partir desse ano observa uma recuperação que, mesmo ficando longe dos valores anuais de perdas dos anos anteriores é um crescimento tímido, mas com algum significado. No período pós-crise empregou mais 65 pessoas. Também neste sector há comportamentos diferenciados dos principais ramos industriais do concelho (Figura 75):

- A indústria de bebidas é o ramo mais representado no concelho e centra-se exclusivamente na produção de vinhos comuns e licorosos. Empregava em 2018 cerca de metade dos ativos na indústria. A produção de vinho, que já vinha registando um crescimento significativo no emprego antes da crise, sofreu um forte impacto em 2012, mas tem vindo a recuperar nos anos mais recentes.
- A indústria alimentar é, em termos de emprego, o segundo setor mais representado. Integra 4 ramos: as indústrias de panificação, a produção de leite e derivados, o fabrico de produtos à base de carne e a produção de azeite. Também este conjunto de atividades foi bastante atingido, perdendo cerca de 50 trabalhadores em 2012. Contudo a recuperação do emprego tem vindo a verificar-se nos anos mais recentes.
- O fabrico de produtos minerais não metálicos: a indústria cerâmica, que no caso do município de Redondo se circunscreve à olaria de barro, abrangia em 2018 16 ativos. Uma atividade com fraca expressão, mas com forte tradição local. Vem perdendo emprego desde a década anterior, mas ganhou um novo alento a partir de 2013, com mais 9 ativos.
- A fabricação de produtos metálicos, também com fraca expressão concelhia, é uma atividade muito ligada ao setor da construção. Também tem perdido progressivamente ativos, mas com uma ligeira recuperação nos anos mais recentes.

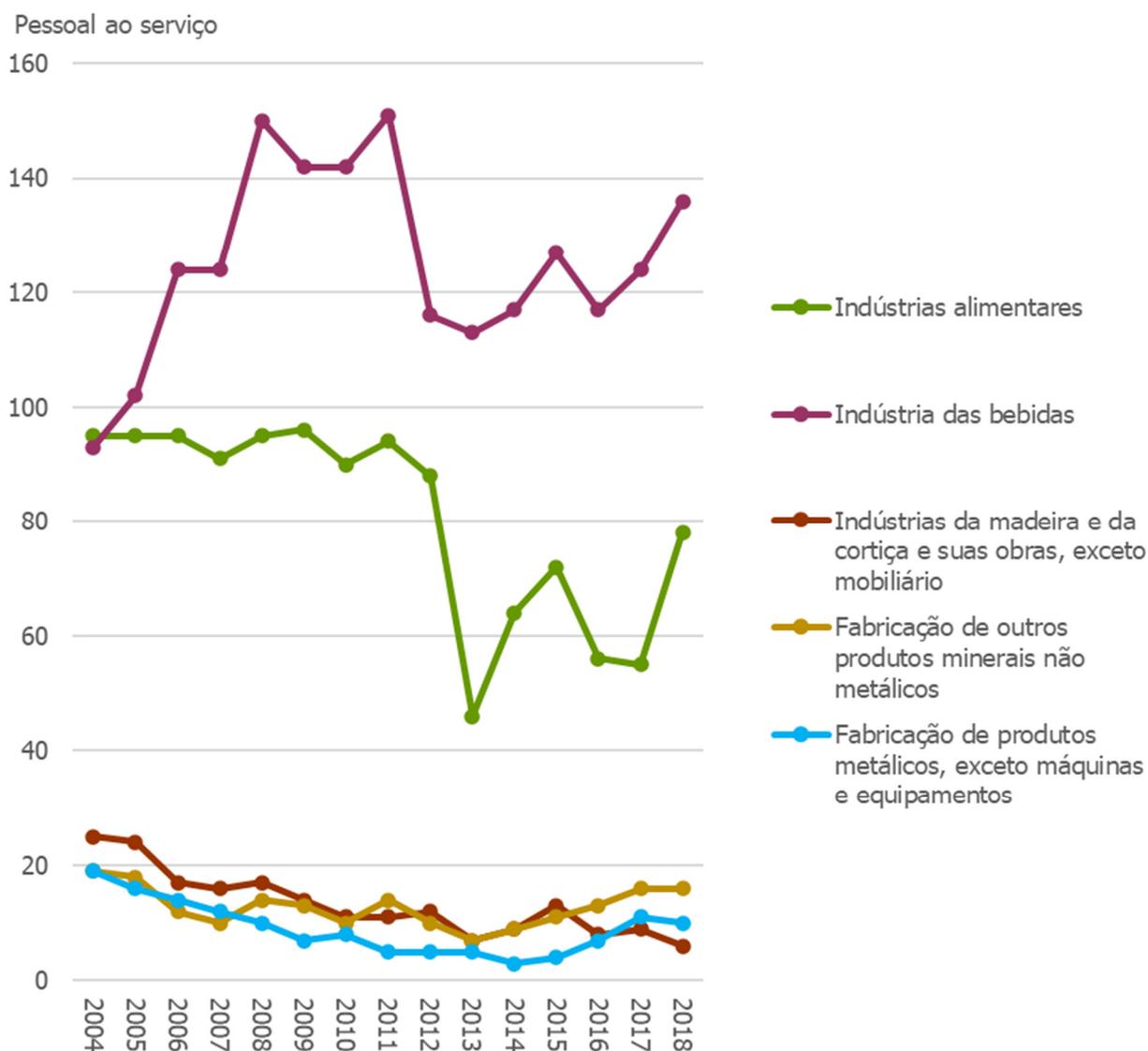
- A indústria da madeira e cortiça, que no caso do Redondo, se circunscreve à fabricação de obras de carpintaria para a construção, tem registado um declínio (em termos de emprego) desde 2004 e empregava apenas 6 ativos em 2018.
3. A construção tem um perfil de evolução muito evidente – declínio quase constante desde meados da década anterior, que se acentuou muito com a crise (entre 2008 e 2013 perde quase 200 empregos) e, ao contrário de muitos outros setores de atividade, não conseguiu recuperar nos anos posteriores. A crise da construção não arrastou, no entanto, no caso do Redondo, provavelmente pela fraca dimensão do setor, as atividades correlativas – promoção imobiliária, desenvolvimento de projetos, construção de edifícios, engenharia civil, atividades especializadas de construção – como aconteceu em muitos municípios.

Figura 75 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – agricultura, indústria transformadora e construção - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 76 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – indústria transformadora – principais ramos industriais - Concelho de Redondo

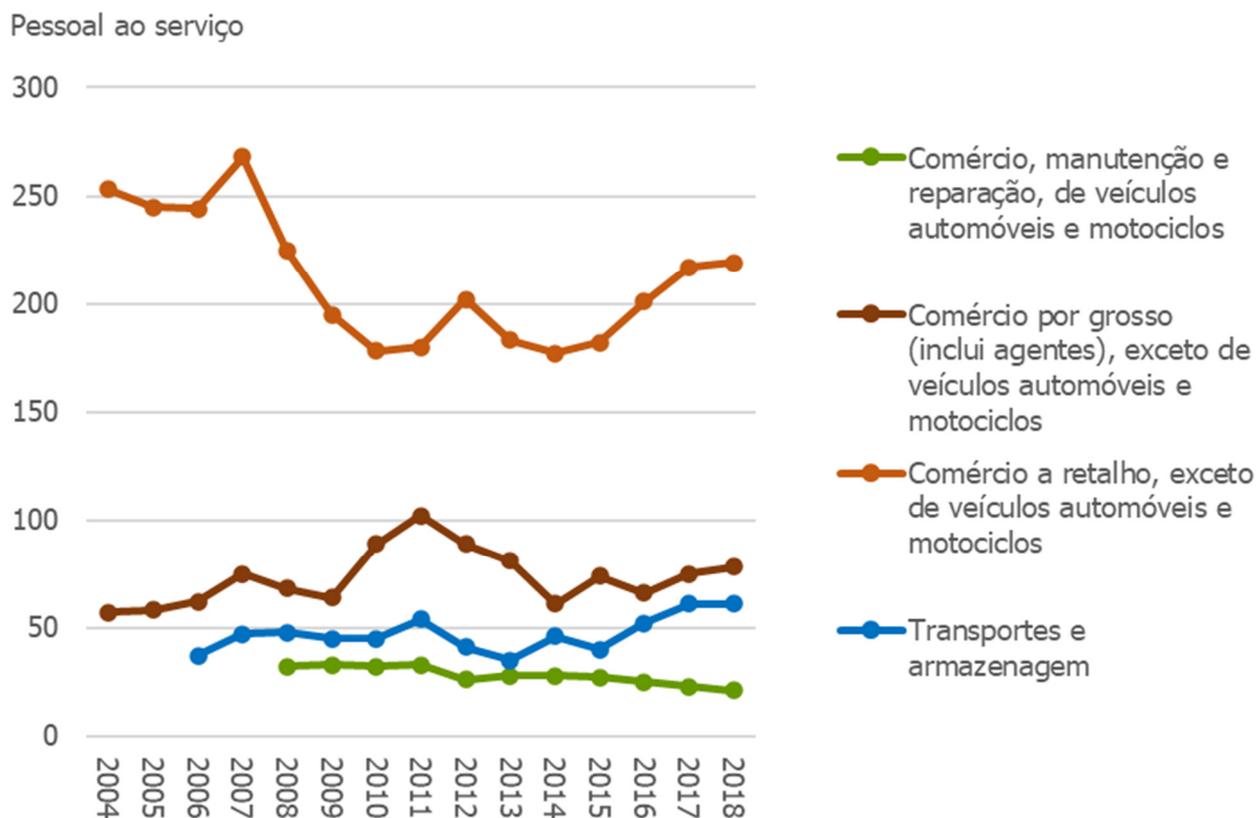


Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

4. O sector comercial, que representa 17,4% do emprego no sector privado do município apresenta, para as suas principais categorias, evoluções distintas.
- O comércio a retalho começa a sentir os efeitos da crise económica em 2007 e só em 2015 regista sinais positivos de retoma, não atingindo, no entanto, os níveis de emprego anteriores à crise. As atividades ligadas a venda e reparação de veículos motorizados têm também um perfil com uma tendência constante de redução anual desde 2008 e não revelam sinais de melhoria.

- Pelo contrário, o comércio grossista e o setor dos transportes e armazenagem verificam uma evolução mais positiva. Este facto estará certamente relacionado com a abertura de novos mercados para os produtos agrícolas e pecuários do concelho e as indústrias de transformação correlativas.

Figura 77 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – comércio e transportes - Concelho de Redondo



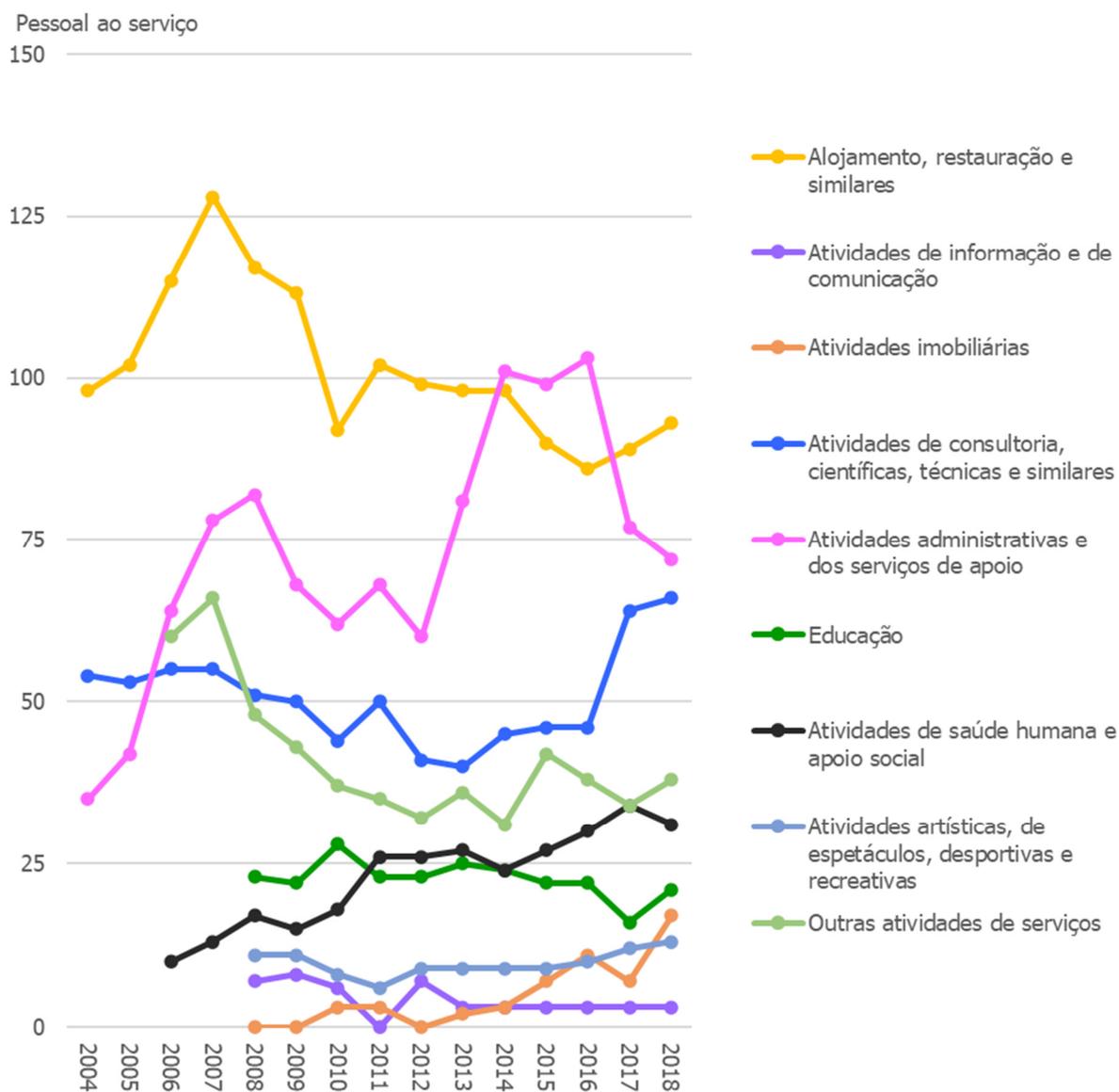
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

5. O domínio dos serviços apresenta variações intersectoriais bastante diferenciadas. Apesar de globalmente o emprego nos serviços ser igualmente marcado pela queda de emprego a partir de 2007/2008 a capacidade de reação e de retoma das várias atividades foi muito distinta. Alguns setores específicos exigem uma saliência:
  - A Hotelaria (alojamento, restauração e similares) é a atividade de serviços com maior expressão no concelho e foi bastante atingida pela crise. Atingiu o máximo de postos de trabalho em 2006 e desde aí regista uma quebra quase contínua, apenas ligeiramente atenuada em 2017 e 2018.

- Outros serviços com declínios evidentes são as atividades de serviços pessoais, dado que são fortemente dependentes da procura e à semelhança do comércio retalhista refletem imediatamente a perda de poder de compra dos consumidores.
- Pelo contrário, os serviços administrativos e de apoio às empresas e os serviços de consultoria, científicos técnicos e similares que agregam, para o concelho de Redondo um conjunto de atividades onde salientam as empresas de contabilidade e auditoria, consultoria fiscal, arquitetura e engenharia, agência de viagens, aluguer de máquinas e equipamentos agrícolas, são na sua grande maioria serviços dirigidos a empresas que denotam um crescimento assinalável após 2012. Empregavam em 2018 138 ativos.
- Também com uma evolução muito positiva e constante estão os serviços de saúde e apoio social. O crescimento do emprego nestas atividades reflete o perfil de envelhecimento da população e a necessidade de aumento da quantidade e qualidade dos serviços de saúde. Apesar destas empresas representarem pouco no emprego local, com 31 ativos em 2018 (note-se que o setor público é no conjunto destas atividades largamente dominante e não está aqui contemplado) é o único setor de atividade do concelho que não apresentou um retrocesso de emprego nos anos de maior crise (2008-2012).

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 78 – Pessoal ao serviço nas empresas (estabelecimentos) – serviços – principais setores - Concelho de Redondo



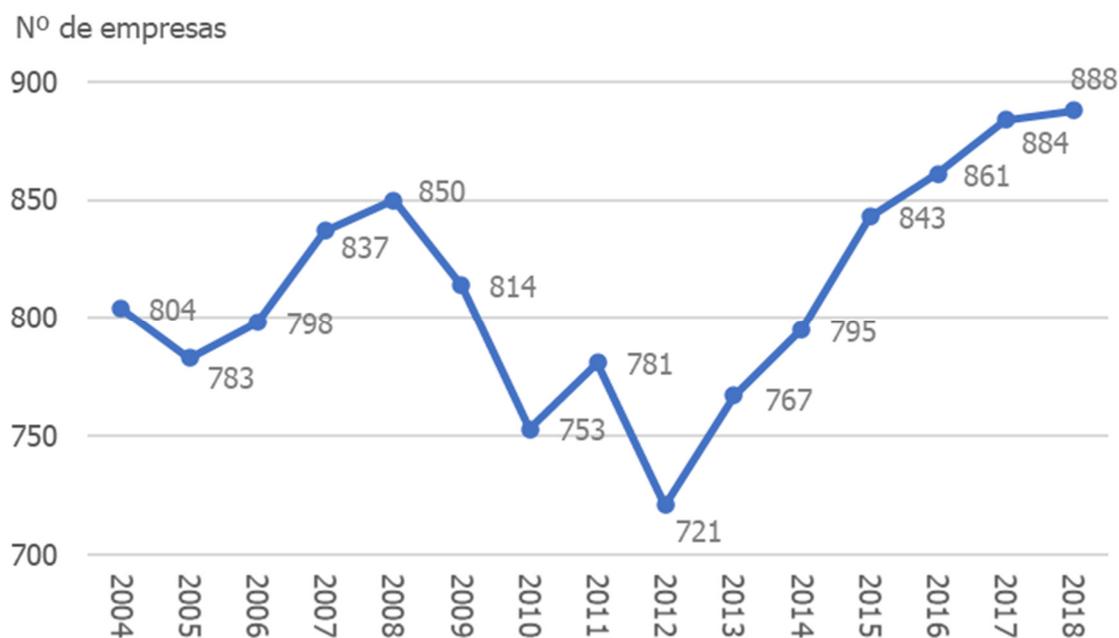
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

### 7.3. Empresas

#### 7.3.1. Estrutura empresarial

Em 2018 o concelho de Redondo registava 888 empresas, o valor mais elevado registado desde, pelo menos, 2004. A evolução do número de empresas, ilustrada na figura seguinte, realça o crescimento verificado até 2008 (note-se que se atravessou um período de dificuldades económicas para as empresas no início do século XXI), o período de crise que se seguiu, e a recuperação económica que se iniciou em 2012/2013. Este perfil, muito nítido, é comum a muitas atividades para a maioria dos indicadores sectoriais.

Figura 79 – nº de empresas 2004-2018 - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

A agricultura detinha em 2018 o maior número de empresas, 351, seguida do comércio, da hotelaria, dos serviços de apoio às empresas (a designação completa dos sectores de atividade CAE Rev3, encontra-se no quadro seguinte) e da indústria transformadora. Em termos de volume de negócios a agricultura, a indústria e o comércio estavam em 2018 muito equiparados, em torno dos 30 milhões de euros cada. Em Valor Acrescentado Bruto, o montante da agricultura é o mais elevado o que traduz o investimento que este setor tem no concelho.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 84 – Estrutura empresarial, 2018 - Concelho de Redondo

	Empresas	Estabele-cimentos	Pessoal ao serviço	Volume de negócios	V.A.B.
	Nº	Nº	Nº	Mil €	Mil €
<b>Total</b>	888	909	1.826	116.990	26.295
Agricultura	351	359	650	30.851	7.731
Indústria extrativa	2	2	...	...	...
Indústria transformadora	62	68	255	32.955	5.911
Energia	3	3	3	4	3
Água, saneamento, despoluição	2	2	...	...	...
Construção	55	55	173	6.170	2.440
Comércio	139	142	318	33.041	3.820
Transportes e armazenagem	14	15	61	4.855	1.784
Hotelaria	66	68	93	2.573	1.449
Informação e comunicação	3	3	3	160	53
Imobiliário	7	7	17	814	126
Consultoria	35	35	66	2.123	1.199
Administrativas, serv. de apoio	63	64	72	1.402	729
Educação	21	21	21	165	135
Saúde e apoio social	30	30	31	426	236
Artes, desporto, recreativas	13	13	13	131	63
Outras ativ. de serviços	22	22	38	827	358

... dados não disponibilizados

Correspondência entre os ramos de atividade no quadro e a designação CAE-Rev3:

Agricultura - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Indústria extrativa - Indústrias extrativas

Indústria transformadora - Indústrias transformadoras

Energia - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Água, saneamento, despoluição - Captação, tratam., distrib. água; saneam., gestão de resíduos, despoluição

Construção - Construção

Comércio - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veíc. automóveis e motociclos

Transportes e armazenagem - Transportes e armazenagem

Hotelaria - Alojamento, restauração e similares

Informação e comunicação - Atividades de informação e de comunicação

Imobiliário - Atividades imobiliárias

Consultoria - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Administrativas, serv. de apoio - Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Educação - Educação

Saúde e apoio social - Atividades de saúde humana e apoio social

Artes, desporto, recreativas - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Outras ativ. de serviços - Outras atividades de serviços

Fonte: INE

Os indicadores de caracterização do desempenho económico, constantes no quadro seguinte, representam, naturalmente, uma situação média do sector e são muito dependentes do perfil empresarial de cada sector. Este motivo induz a uma especial precaução na comparação dos valores – muitos setores são apenas representados por poucas empresas (ver Quadro 84). Não é passível, nestes casos, atribuir significância aos valores dos indicadores.

Foram calculados o pessoal ao serviço por estabelecimento, um indicador de dimensão média dos estabelecimentos; o volume de negócios por empresa e por estabelecimento; a parcela do V.A.B. no volume de negócios, um indicador de rentabilidade média do sector; o V.A.B. por pessoal ao serviço, um indicador de produtividade média.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 85 – Principais indicadores de empresas, 2018 - Concelho de Redondo

	Pessoal ao serviço por estabelec.	Volume de negócios por estabelec.	Volume de negócios por empresa	V.A.B. / Volume de negócios	V.A.B. / pessoal ao serviço
	Nº	Mil €	Mil €	%	Mil €
<b>Total</b>	2,0	129	127	23,4	14,8
Agricultura	1,8	86	85	25,9	12,3
Indústria extrativa	...	...	...	...	...
Indústria transformadora	3,8	485	511	18,7	24,4
Energia	1,0	1	1	76,1	1,0
Água, saneamento, despoluição	...	...	...	...	...
Construção	3,1	112	112	39,6	14,1
Comércio	2,2	233	223	12,3	12,4
Transportes e armazenagem	4,1	324	341	37,4	30,2
Hotelaria	1,4	38	38	58,1	15,8
Informação e comunicação	1,0	53	53	33,0	17,6
Imobiliário	2,4	116	116	15,4	7,4
Consultoria	1,9	61	62	55,6	17,9
Administrativas, serv. de apoio	1,1	22	22	52,9	10,3
Educação	1,0	8	8	82,2	6,5
Saúde e apoio social	1,0	14	14	55,3	7,6
Artes, desporto, recreativas	1,0	10	10	48,1	4,9
Outras ativ. de serviços	1,7	38	38	43,3	9,4

... dados não disponibilizados

Correspondência entre os ramos de atividade no quadro e a designação CAE-Rev3:

Agricultura - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Indústria extrativa - Indústrias extrativas

Indústria transformadora - Indústrias transformadoras

Energia - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Água, saneamento, despoluição - Captação, tratam., distrib. água; saneam., gestão de resíduos, despoluição

Construção - Construção

Comércio - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veíc. automóveis e motociclos

Transportes e armazenagem - Transportes e armazenagem

Hotelaria - Alojamento, restauração e similares

Informação e comunicação - Atividades de informação e de comunicação

Imobiliário - Atividades imobiliárias

Consultoria - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Administrativas, serv. de apoio - Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Educação - Educação

Saúde e apoio social - Atividades de saúde humana e apoio social

Artes, desporto, recreativas - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Outras ativ. de serviços - Outras atividades de serviços

Fonte: INE

A estrutura das empresas por dimensão (Quadro 86) evidencia o peso das microempresas - representavam 97,1% do total de empresas em 2018. Uma maioria com valores que se têm mantido quase inalterados. As Pequenas e Médias Empresas (PME) têm uma fraca expressão no concelho - 26 em 2018.

Quadro 86 – Empresas por dimensão – 2008-2018 - Concelho de Redondo

ano	Total		Micro		Pequena		Média		Grande	
	nº	dif.	nº	dif.	nº	dif.	nº	dif.	nº	dif.
2008	850	--	819	--	29	--	2	--	0	--
2009	814	-36	787	-32	26	-3	1	-1	0	0
2010	753	-61	727	-60	24	-2	2	1	0	0
2011	781	28	757	30	23	-1	1	-1	0	0
2012	721	-60	699	-58	21	-2	1	0	0	0
2013	767	46	752	53	14	-7	1	0	0	0
2014	795	28	776	24	17	3	2	1	0	0
2015	843	48	826	50	15	-2	2	0	0	0
2016	861	18	841	15	18	3	2	0	0	0
2017	884	23	863	22	19	1	2	0	0	0
2018	888	4	862	-1	24	5	2	0	0	0

Micro-empresa: <= 10 pessoas e volume de negócios anual <= 2 M€

Pequena empresa: 11 a 50 empregados e volume de negócios anual <= 10 M€

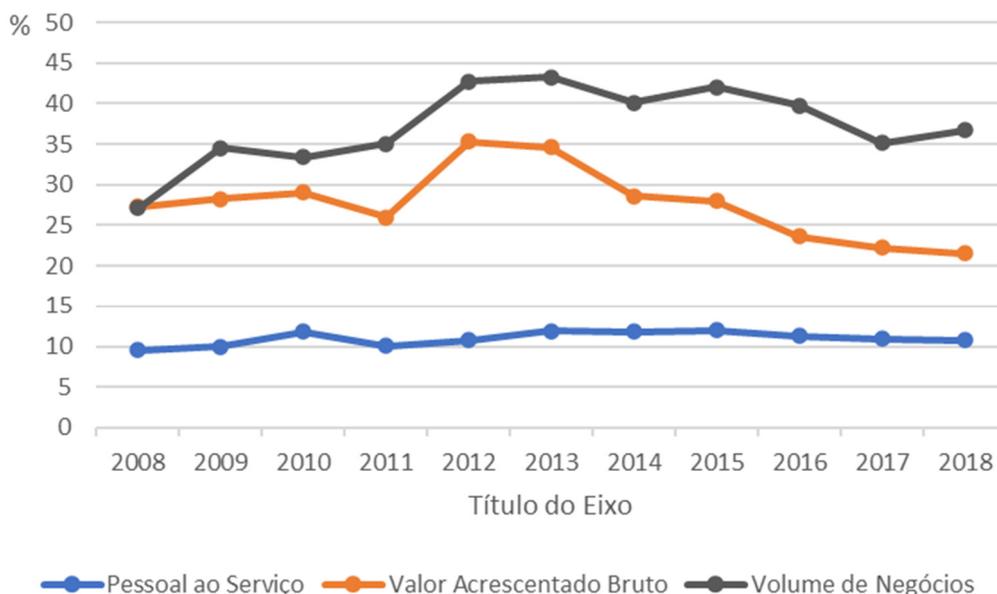
Média empresa: 51 a 250 empregados e volume de negócios anual <= 50 M€

Grande empresa: > 250 empregados ou volume de negócios anual > 50 M€

Fonte: INE

A concentração de emprego nas 4 maiores empresas tem verificado uma tendência de grande estabilidade. Em 2018 estas empresas foram responsáveis por apenas cerca de 11% do pessoal ao serviço. Num concelho com uma estrutura industrial de domínio das micro e pequenas empresas é natural este equilíbrio. Mesmo a evolução do V.A.B. e do volume de negócios, com maiores concentrações relativas nos anos de crise, revelam que as micro e as pequenas empresas estavam mais vulneráveis aos efeitos recessivos daquele período.

Figura 80 – concentração nas 4 maiores empresas (%) - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

### 7.3.2. Demografia das empresas

O perfil de evolução recente do número de empresas por sectores de atividade que traduz a dinâmica empresarial em cada sector reflete fenómenos distintos que não se reduzem simplesmente a respostas diretas a períodos de recessão ou crescimento económico geral. As mudanças estruturais do tecido empresarial dos vários sectores advêm sobretudo das condições de concorrência que enfrentam e que vão requerendo sempre alterações nos processos de produção, na gestão de recursos, em mudanças tecnológicas, em procura de novos mercados, etc. A demografia empresarial reflete apenas uma faceta mais evidente dessa dinâmica que se traduz simplesmente na criação e no desaparecimento de empresas.

Foram constituídas anualmente entre 100 e 140 novas empresas no concelho nos últimos dez anos (desde 2008). Apenas no período mais intenso de crise económica, 2009-2012, o ritmo de criação de empresas diminuiu sensivelmente: em média cerca de menos 30 empresas por ano face aos valores de referência apontados. Em 2018 nasceram 124 empresas sendo 49 exclusivamente do setor agrícola e pecuário. Um valor que atesta o dinamismo e a dominância deste setor na economia concelhia. A morte de empresas mantém um ritmo mais constante: também em média de 100 dissoluções anuais nos últimos 10 anos. O quadro seguinte apresenta a evolução do saldo entre nascimentos e mortes de empresas e ilustra bem os períodos de crescimento económico e de recessão que são patentes nesta década no concelho.

Os setores com maiores variações negativas, em particular no período 2008-2012, são a indústria transformadora, construção, o comércio, a hotelaria e os serviços pessoais.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Os sectores com um comportamento mais positivo são a agricultura (com um crescimento muito forte após 2012) e, secundariamente, o setor da saúde e apoio social, particularmente nos últimos 3 anos (2016, 2017 e 2018). Em qualquer destas atividades os saldos positivos recentes compensam bem o decréscimo sofrido alguns anos antes.

Quadro 87 – Saldo entre empresas criadas e dissolvidas – 2008-2018 - Concelho de Redondo

	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>33</b>	<b>17</b>	<b>61</b>	<b>-20</b>	<b>-14</b>	<b>-10</b>	<b>-53</b>	<b>-7</b>
Agricultura	1	11	12	21	6	26	3	-4	2	-1	0
Indústria extrativa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1
Indústria transformadora	-4	1	6	0	4	0	-3	-1	-2	-5	-4
Energia	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Água, saneamento, despoluição	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Construção	2	-4	0	1	5	7	-8	-4	-3	-8	-3
Comércio	4	-1	2	0	1	2	-12	2	-7	-17	-1
Transportes e armazenagem	1	0	0	2	0	-3	0	-1	-1	-3	1
Hotelaria	0	-2	4	0	-1	5	0	-4	0	-9	-3
Informação e comunicação	0	0	0	0	0	0	-1	1	0	0	1
Imobiliário	0	0	1	1	0	0	-1	1	-1	-1	0
Consultoria	8	-4	-4	2	3	1	1	-5	1	-3	-2
Administrativas, serv. de apoio	0	5	-17	2	3	23	-1	1	-2	-4	0
Educação	0	1	-1	1	0	-3	2	-2	2	2	2
Saúde e apoio social	5	5	5	-2	-3	1	1	2	4	0	2
Artes, desporto, recreativas	3	0	0	0	-1	1	-1	1	0	-2	3
Outras ativ. de serviços	-2	-1	-1	4	0	0	0	-1	-3	-2	-2

Correspondência entre os ramos de atividade no quadro e a designação CAE-Rev3:

Agricultura - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Indústria extrativa - Indústrias extrativas

Indústria transformadora - Indústrias transformadoras

Energia - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio

Água, saneamento, despoluição - Captação, tratam., distrib. água; saneam., gestão de resíduos, despoluição

Construção - Construção

Comércio - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veíc. automóveis e motociclos

Transportes e armazenagem - Transportes e armazenagem

Hotelaria - Alojamento, restauração e similares

Informação e comunicação - Atividades de informação e de comunicação

Imobiliário - Atividades imobiliárias

Consultoria - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

Administrativas, serv. de apoio - Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Educação - Educação

Saúde e apoio social - Atividades de saúde humana e apoio social

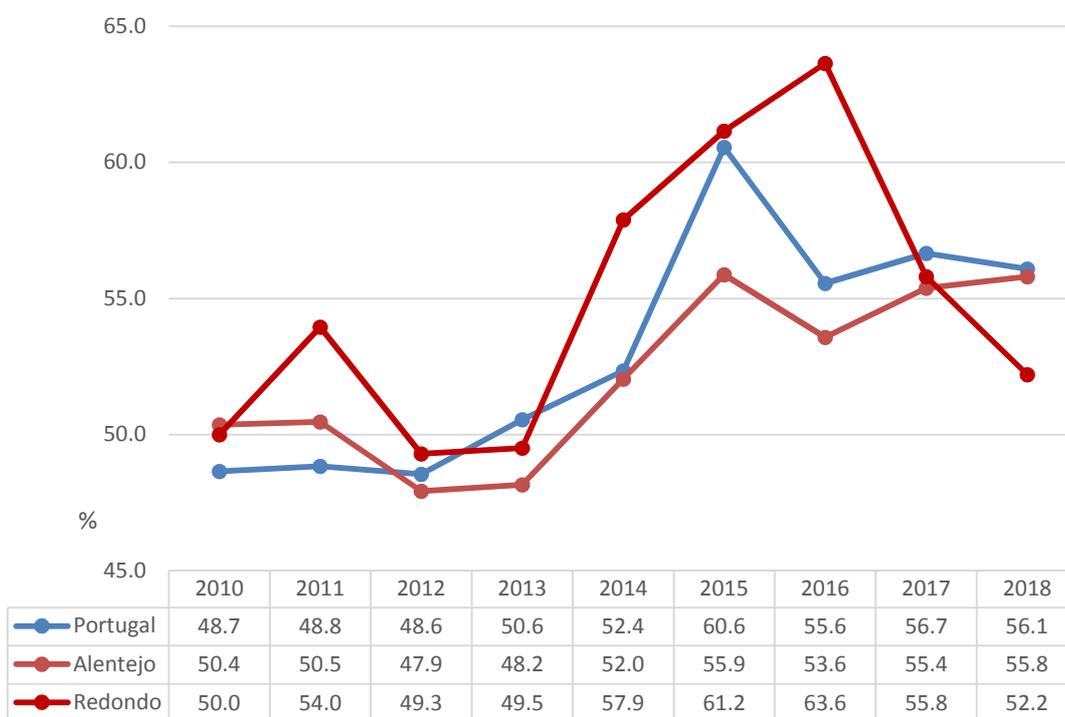
Artes, desporto, recreativas - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas

Outras ativ. de serviços - Outras atividades de serviços

Fonte: INE

A taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes é outro bom indicador da recuperação económica iniciada em 2013. Em termos gerais, o concelho de Redondo apresenta um comportamento mais positivo que o registado para a região do Alentejo e para o País, ou seja, a probabilidade de as empresas constituídas vingarem no prazo de 2 anos é maior no concelho do que na região e no País. Este facto está certamente relacionado com o perfil de empresas novas (que é no Redondo, como já se referiu, muito influenciado pelas empresas agrícolas). Esta probabilidade aumentou após 2013, muito embora nos 2 últimos anos (2017 e 2018) as 3 escalas se tenham equilibrado.

Figura 81 – taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

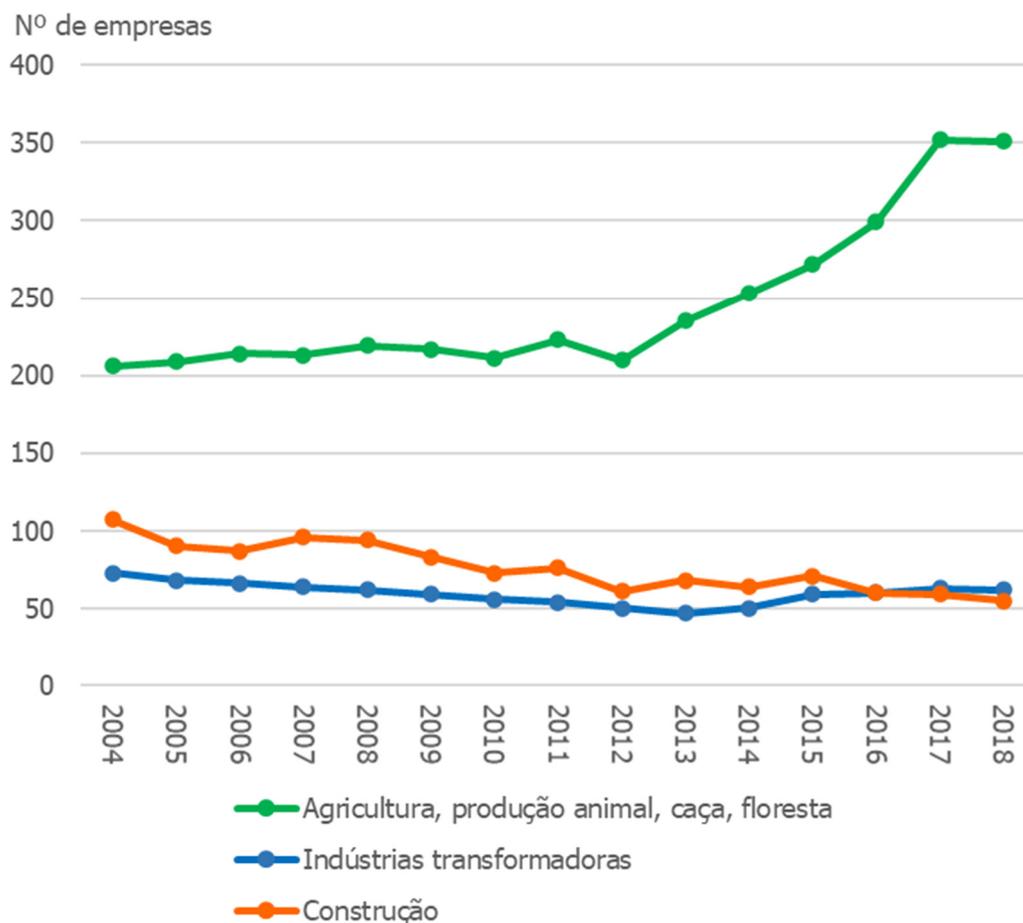
### 7.3.3. Evolução setorial 2004 - 2018

A evolução do número de empresas é bastante distinta no sector primário, na indústria transformadora ou na construção. O sector primário regista um crescimento significativo em 2013 e mantém um ritmo constante de crescimento até 2017. O período de crise praticamente não afeta o contingente de empresas do setor.

A construção, um sector intensivo em mão-se-obra, o perfil de evolução acompanha o ritmo, já descrito, do emprego: uma quebra a partir de 2008, muito embora menos acentuada que a registada no emprego e uma recuperação muito pouco evidente.

A indústria transformadora verifica uma tendência generalizada de redução de empresas até 2013/2014 e uma recuperação posterior até 2017, que é comum a quase todos os ramos industriais mais representados no concelho (Figura 82).

Figura 82 – evolução do número empresas 2004-2018 – agricultura, indústria transformadora e construção - Concelho de Redondo

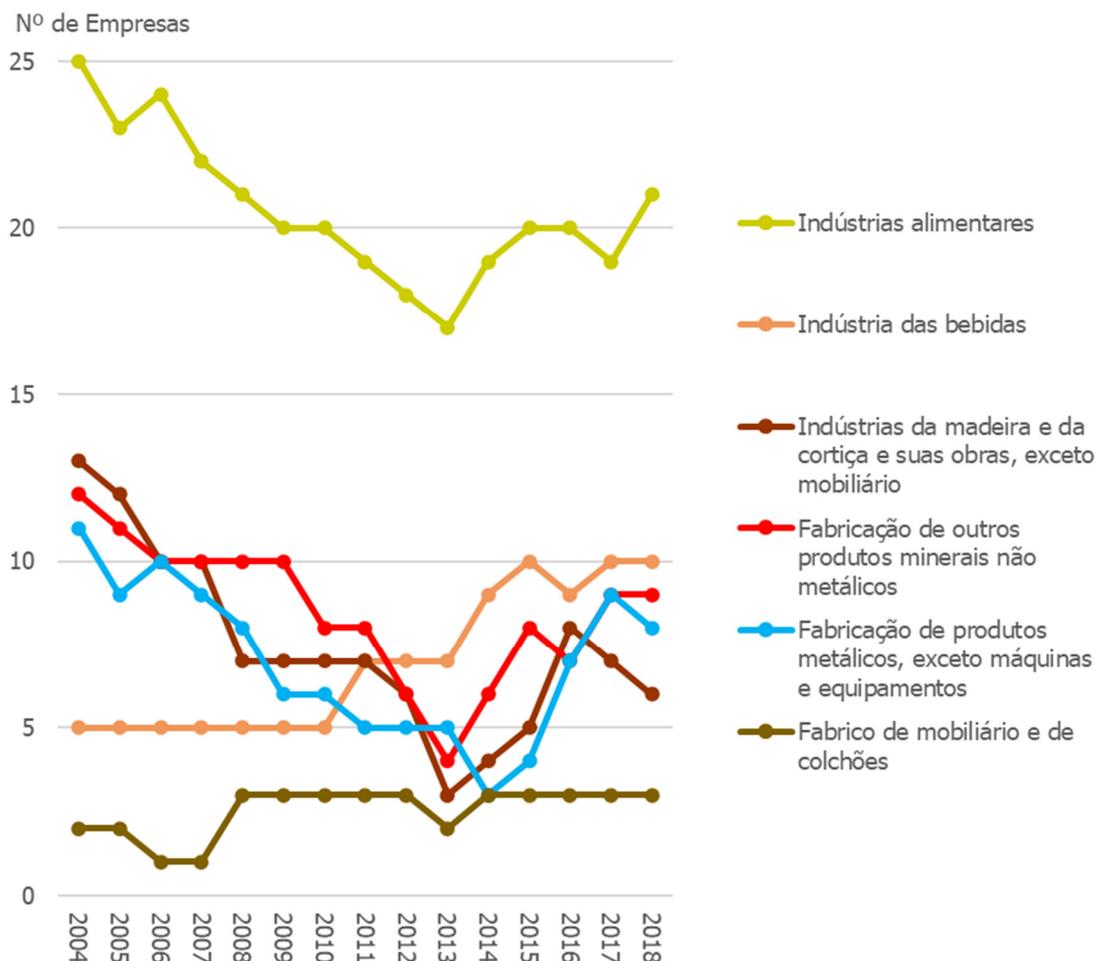


Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

A indústria de bebidas é a exceção a este perfil já que regista um crescimento quase constante desde 2010.

Os quatro ramos industriais que na década anterior estavam mais representados no concelho: A indústria alimentar, a indústria cerâmica, indústria de produtos metálicos e a indústria de madeira e cortiça, observam uma evolução muito semelhante - de redução de empresas muito nítida até 2013 ou 2014 e, posteriormente, uma recuperação evidente.

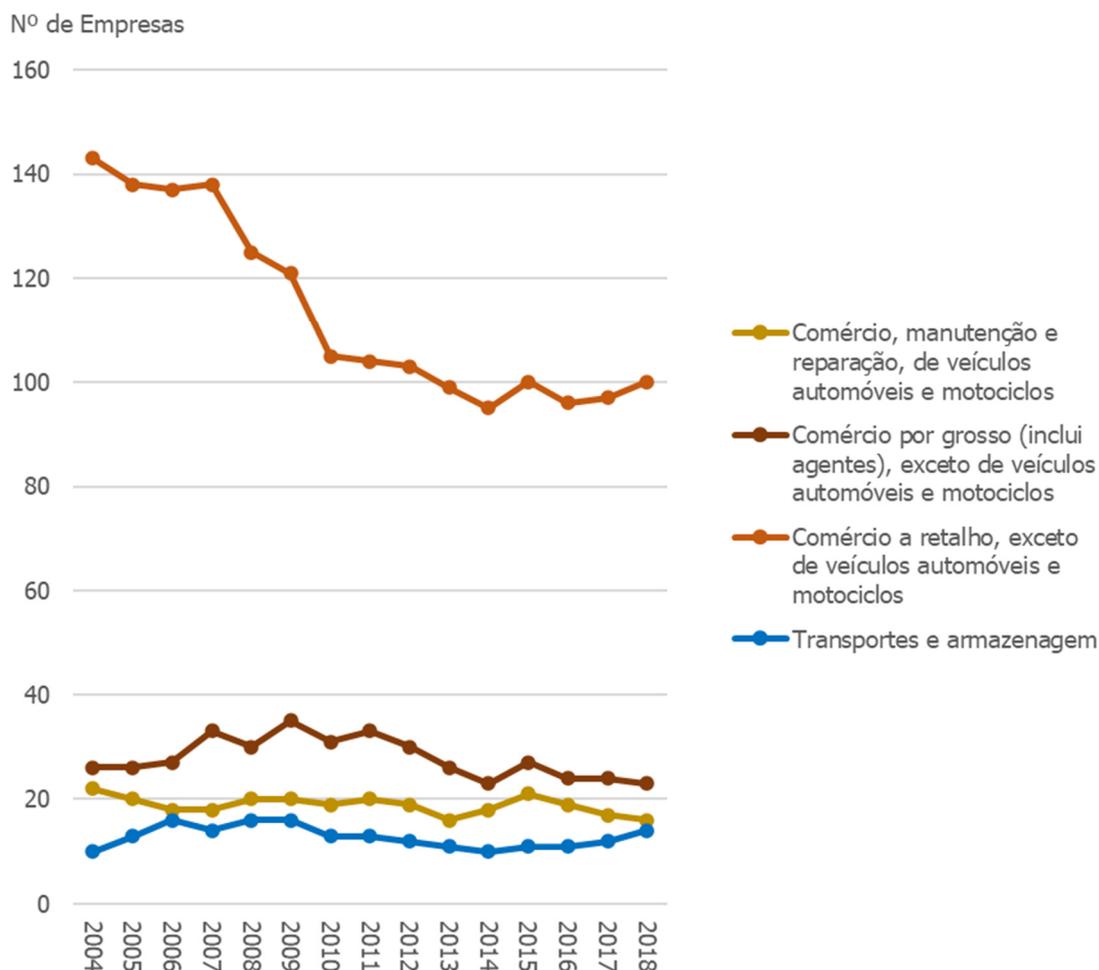
Figura 83 – evolução do número empresas 2004-2018 – indústria transformadora - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

O comércio a retalho, como já se observou relativamente à evolução do emprego, foi bastante atingido pela crise e revela uma quebra precoce face a outras áreas de atividade: desde 2007 que o número de empresas tem vindo a decrescer e só em 2015 revela uma ligeira recuperação, ainda muito pouco consolidada. A concorrência de grandes empresas de distribuição é certamente o motivo para o desaparecimento de muitos estabelecimentos, já que o emprego não apresenta um perfil de evolução tão negativo.

Figura 84 – evolução do número empresas 2004-2018 – comércio e transportes - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

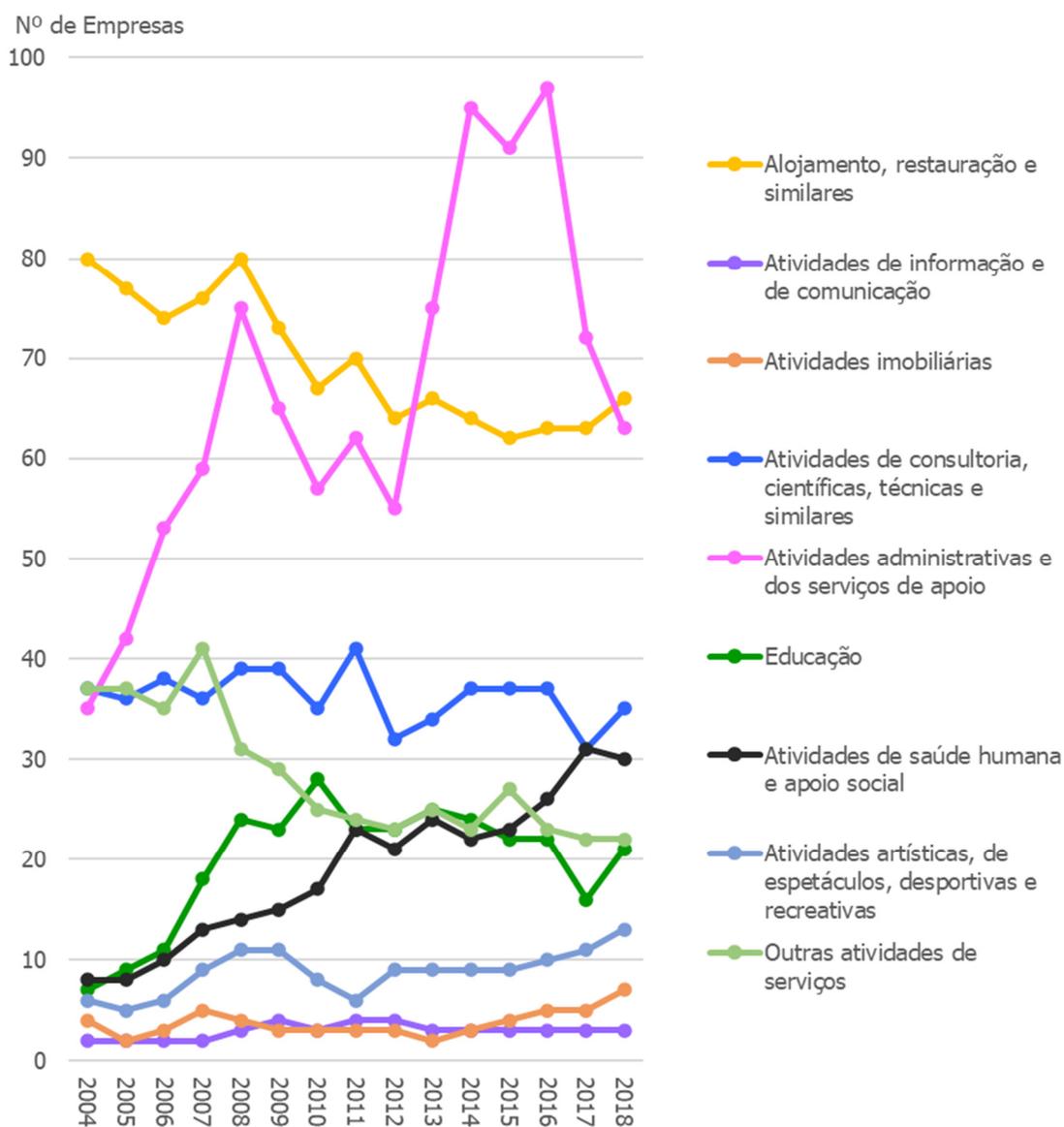
O sector dos serviços revela uma evolução, que na generalidade, reproduz a evolução analisada para o emprego. Note-se que a quase totalidade das empresas do sector, são microempresas, a grande maioria com menos de 5 pessoas ao serviço e, certamente muitas com apenas 1 ou 2 pessoas. A semelhança de perfis é, pois, inevitável.

Apenas os serviços de consultoria, científicos, técnicos e similares registam uma diferença evidente. Este conjunto de serviços, que tem vindo a crescer em termos de emprego no concelho desde 2013, revela aqui uma evolução inversa. Isto significa que tem aumentado a dimensão das empresas nesta atividade.

Com evoluções muito positivas salientam-se as atividades de saúde humana e apoio social: um aumento quase contínuo de empresas desde 2004. Este setor, tido como um dos que apresentam maiores perspetivas de crescimento futuro no País (fruto do envelhecimento da população e do contingente de população estrangeira idosa, que busca em Portugal boas condições de vida na reforma), parece, também no concelho de Redondo, confirmar essa tendência.

Com evoluções mais negativas salientam-se as outras atividades de serviços, que integram a maioria dos serviços pessoais e as atividades de alojamento, restauração e similares. Quer uma quer outra têm vindo a registar um decréscimo de empresas.

Figura 85 – evolução do número empresas 2004-2017– serviços - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

### 7.3.4. O caso particular da atividade turística

O turismo enquanto atividade económica constituída por diversos ramos (erradamente fala-se em setor do turismo), inclui o conjunto do alojamento, restauração e similares, entre outros, sendo o mais representativo

do concelho em termos de dimensão (empresas, emprego) e refletindo, em grande medida, a procura turística do concelho tem uma evolução distinta do que os indicadores específicos do setor sugerem.

Com efeito, o Quadro 88 evidencia o crescimento da procura na última década (de 2010 a 2019) – aumenta a capacidade de alojamento, o número de hóspedes, o número de dormidas em alojamentos turísticos; aumenta também a estada média dos hóspedes estrangeiros e, mesmo os proveitos de aposento por capacidade de alojamento revelam uma tendência positiva. O crescimento da procura é ainda mais evidente se observarmos os valores absolutos de hóspedes e dormidas (Quadro 88): aumentos anuais muito elevados ao longo de toda a década.

Este aumento particularmente forte da procura parece não se refletir na constituição de novas empresas em atividades de alojamento: hotéis e similares, estabelecimentos de turismo rural, de turismo de habitação, unidades de alojamento local, etc. A observação do Quadro 89, aponta nesse sentido. Apenas estão recenseados 3 estabelecimentos de Turismo no espaço rural e Turismo de habitação, 3 unidades de Alojamento Local e nenhum Hotel.

Quadro 88 – indicadores de alojamento turístico - Concelho de Redondo

	Estada média de hóspedes estrangeiros	Capacidade de alojamento por 1000 habitantes	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes de países estrangeiros	Proporção de dormidas entre julho-setembro	Dormidas em estabelec. de alojamento turístico por 100 hab.	Proveitos de aposento por capacidade de alojamento
	Nº noites	Nº		%		Nº	Mil €
2010	1,7	11,9	0,4	22,6	38,9	59,9	2,7
2011	1,8	11,4	0,4	42,8	45,2	57,3	3,1
2012	1,7	11,6	0,4	39,1	43,9	61,7	2,3
2013	1,7	19,2	0,6	29,7	43,8	122,8	2,0
2014	1,8	18,4	0,7	25,5	42,7	120,6	1,8
2015	1,9	17,2	0,8	25,5	46,2	133,4	3,6
2016	1,7	17,4	0,9	30,3	39,8	150,9	4,0
2017	1,9	20,5	1,1	33,7	46,9	196,1	3,9
2018	2,1	24,7	1,1	38,7	47,0	207,9	3,3
2019	2,2	24,3	1,3	22,2	...	242,8	3,4

A partir de 2013, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os valores integram o turismo no espaço rural, turismo de habitação e novas unidades de alojamento local.

... - valor não disponibilizado

Fonte: INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 89– Alojamento turístico – Procura - Concelho de Redondo

	Hóspedes				Dormidas			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação
2010	...	...	0	0	...	...	0	0
2011	4021	4021	0	0	2485	2485	0	0
2012	4268	4268	0	0	2610	2610	0	0
2013	4367	...	589	...	8449	...	2235	...
2014	4806	0	...	...	8188	0	...	...
2015	5123	0	...	...	8926	0	...	...
2016	5881	0	...	...	9969	0	...	...
2017	7199	0	...	...	12789	0	...	...
2018	6991	0	745	6246	13368	0	1836	11532
2019	8548	0	960	7588	15467	0	2544	12923

A partir de 2013, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os valores integram o turismo no espaço rural, turismo de habitação e novas unidades de alojamento local.

... - valor não disponibilizado

Fonte: INE

Quadro 90 – Alojamento turístico – Oferta - Concelho de Redondo

	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação	Total	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e Turismo de habitação
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	1	1	0	0	78	78	0	0
2012	1	1	0	0	80	80	0	0
2013	5	1	3	1	132	...	36	...
2014	4	0	2	2	125	0	...	...
2015	4	0	2	2	115	0	...	...
2016	3	0	1	2	115	0	...	...
2017	4	0	2	2	134	0	...	...
2018	6	0	3	3	159	0	50	109
2019	6	0	3	3	155	0	46	109

A partir de 2013, para além dos estabelecimentos hoteleiros, os valores integram o turismo no espaço rural, turismo de habitação e novas unidades de alojamento local.

... - valor não disponibilizado

Fonte: INE

A informação constante do Turismo de Portugal difere, no entanto, da divulgada pelo INE. Em 2020 estão identificados no concelho 33 estabelecimentos de Alojamento Local e 3 Empreendimentos Turísticos (Quadro 90). Um panorama mais ajustado ao aumento que se tem verificado na procura.

Quadro 91 – Alojamento turístico em 2020- localização - Concelho de Redondo

Localização	Alojamento Local	Empreendimentos Turísticos
Redondo	13	
Courelas em torno do Redondo	6	
Montoito	5	
Aldeias do Montoito	2	
Freixo	2	
Zambujal	2	
Aldeia da Serra	1	3
Falcoeirias	1	
Localização isolada	1	

Fonte: Turismo de Portugal (SIGTUR)

#### 7.4. Volume de negócios

A evolução do volume de negócios dá-nos também outra perspetiva sobre a economia local e a evolução recente das várias atividades empresariais e complementam as conclusões anteriores. Estão ilustradas nas figuras seguintes os setores e áreas de atividade mais representativas no concelho de Redondo e com maior volume de negócios. É bem evidente o crescimento ou a recessão associada a cada atividade.

Em síntese:

Atividades que sentiram com intensidade os efeitos da crise económica e que denotam muita dificuldade em recuperar:

- Indústria da madeira e cortiça.
- Comércio a retalho.
- Restauração.
- Alojamento.
- Indústria alimentar (não tão evidente).

Atividades que sentiram com intensidade os efeitos da crise económica e que mostram sinais evidentes de recuperação nos anos mais recentes:

---

- Indústria cerâmica
- Indústria de produtos metálicos
- Construção

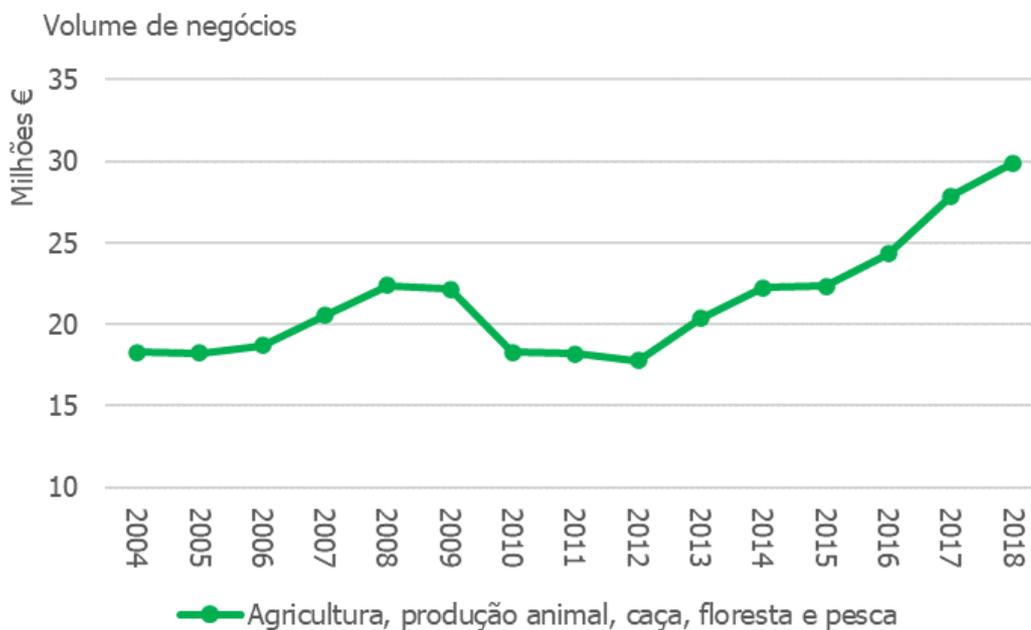
Atividades medianamente afetadas pela crise económica e que observam um crescimento significativo nos anos posteriores:

- Agricultura e pecuária.
- Comércio grossista.
- Serviços de apoio às empresas.

Atividades que não evidenciam impacto negativo da crise e registam um crescimento quase contínuo do volume de negócios:

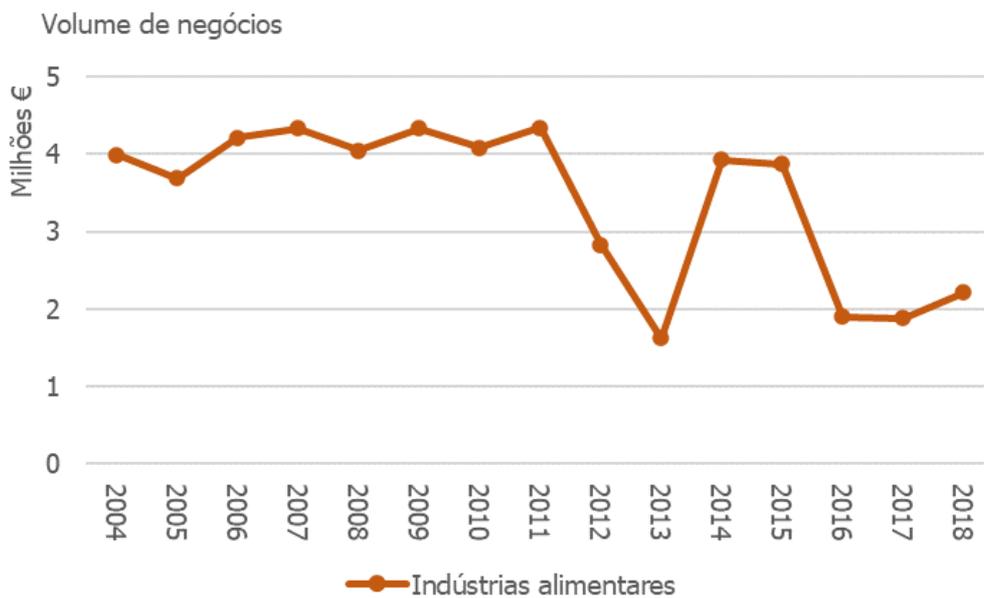
- Indústria das Bebidas (só nos anos mais recentes sofre ligeiros decréscimos).
- Serviços ligados ao setor da saúde e apoio social

Figura 86 – Volume de negócios 2004-2018 – agricultura - Concelho de Redondo



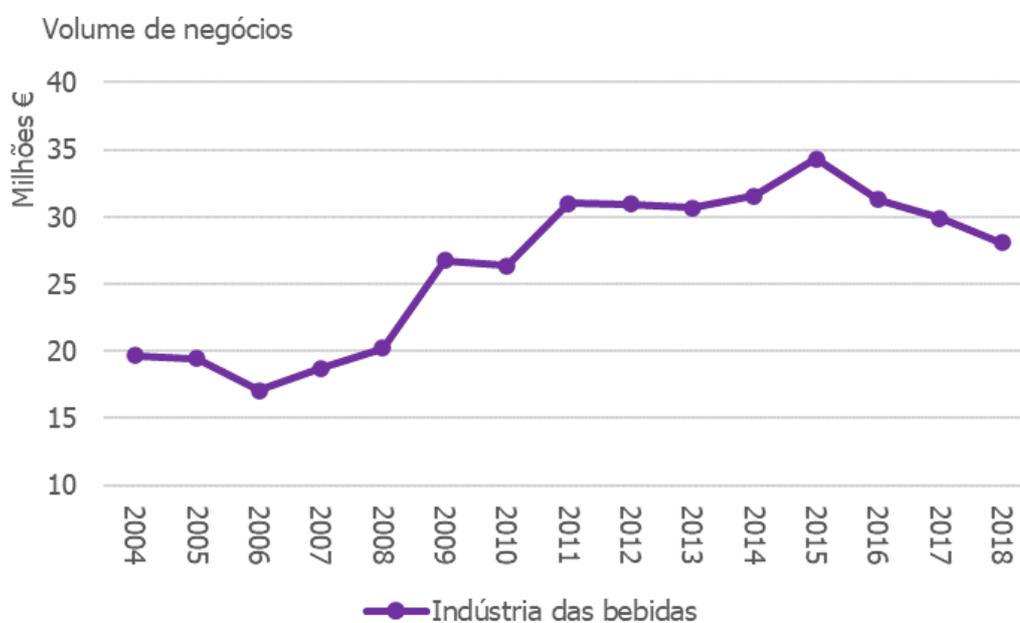
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 87 – volume de negócios 2004-2018 – indústrias alimentares - Concelho de Redondo



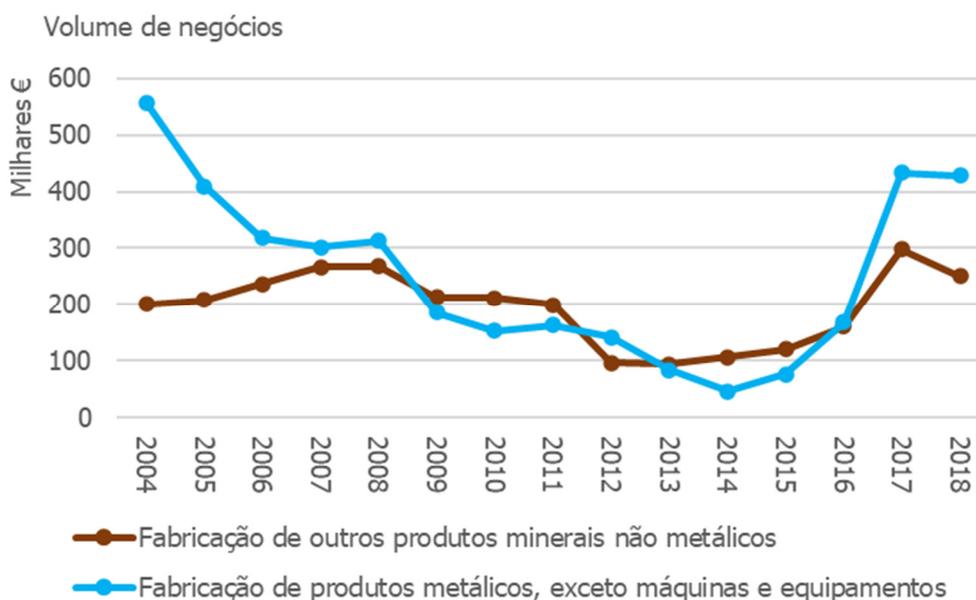
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 88 – volume de negócios 2004-2018 – indústria das bebidas - Concelho de Redondo



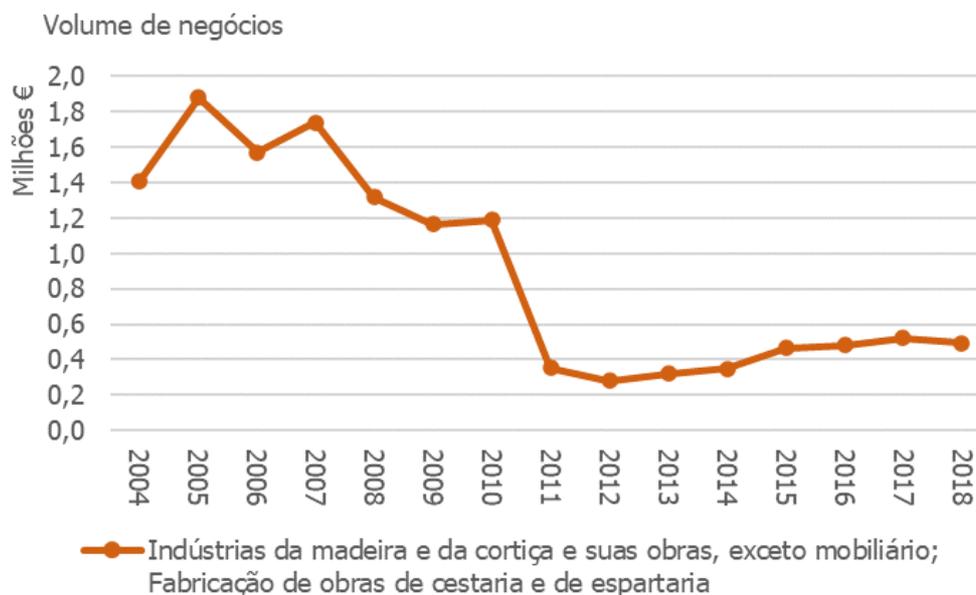
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 89 – Volume de negócios 2004-2018 – Indústrias de produtos minerais não metálicos e de produtos metálicos - Concelho de Redondo



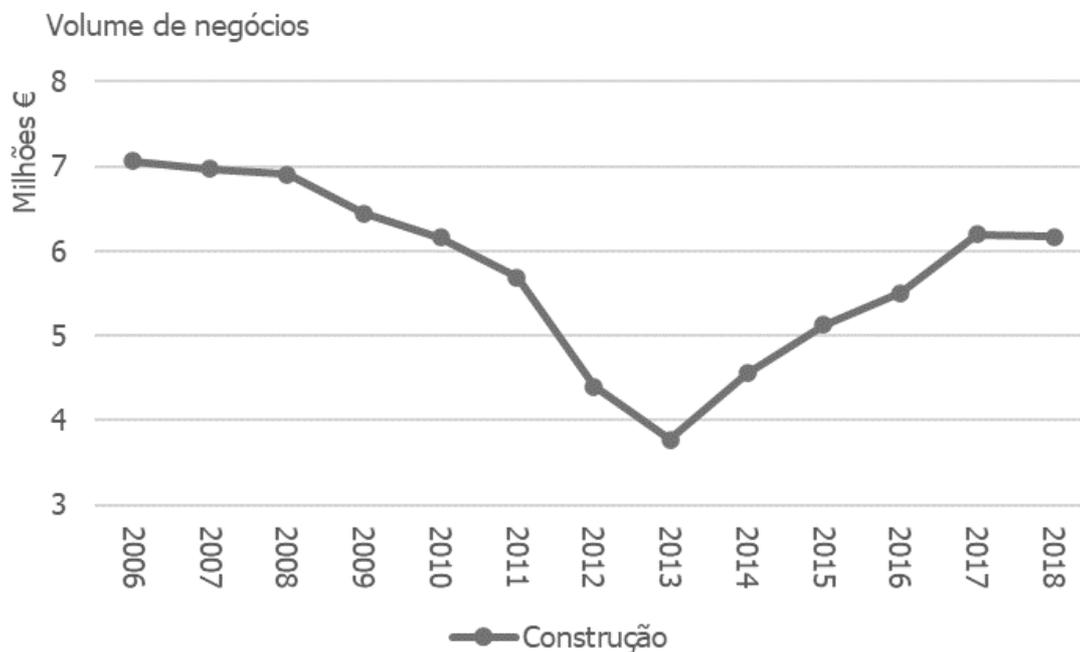
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 90 – Volume de negócios 2004-2018 – Indústria da madeira e cortiça - Concelho de Redondo



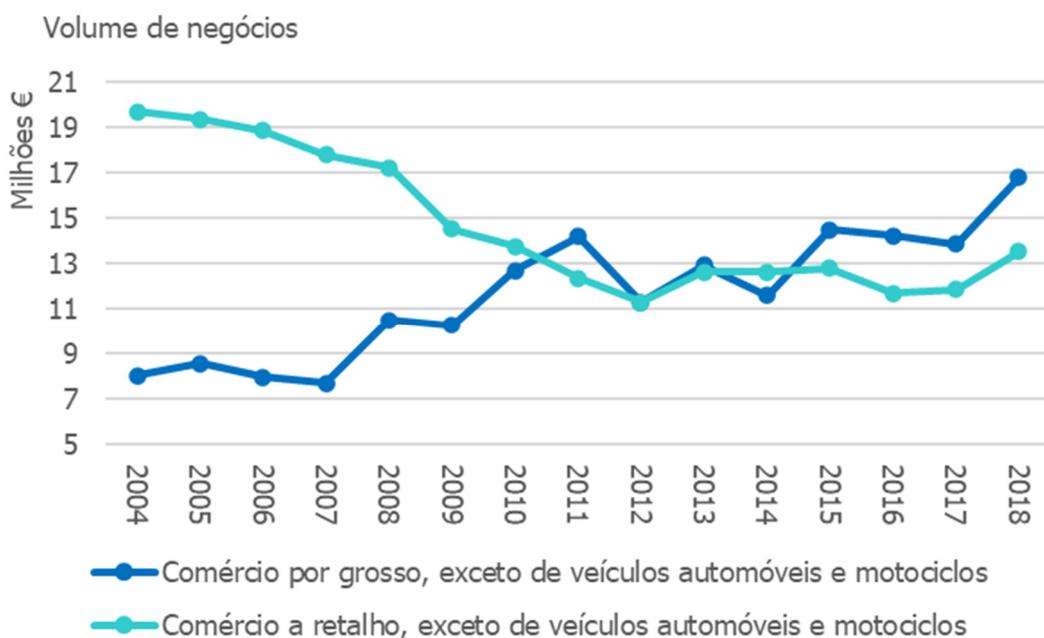
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 91 – Volume de negócios 2004-2018 – Construção - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 92 – Volume de negócios 2004-2018 – Comércio - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 93 – Volume de negócios 2004-2018 – Alojamento - Concelho de Redondo



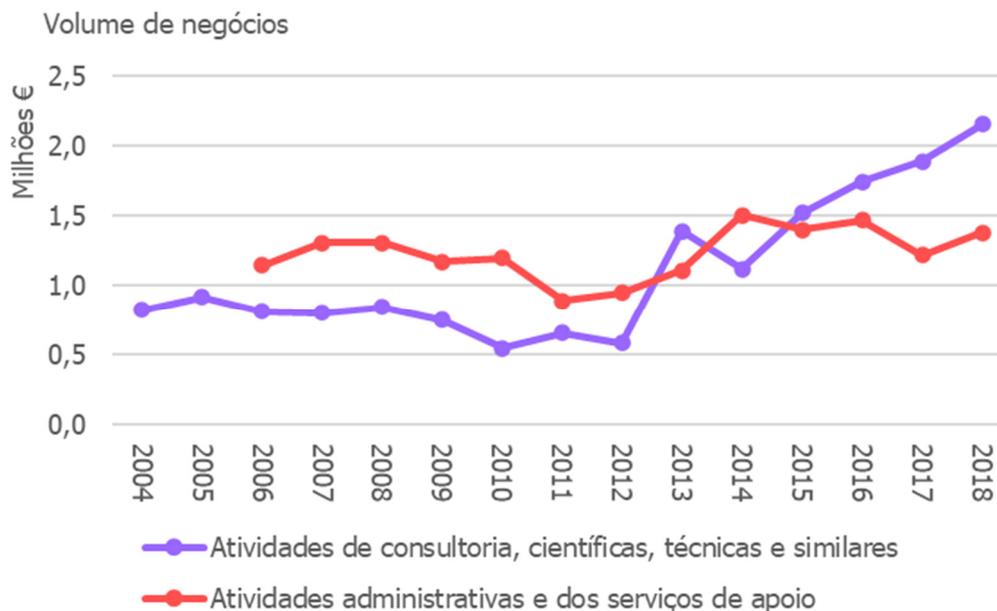
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 94 – Volume de negócios 2004-2018 – Restauração - Concelho de Redondo



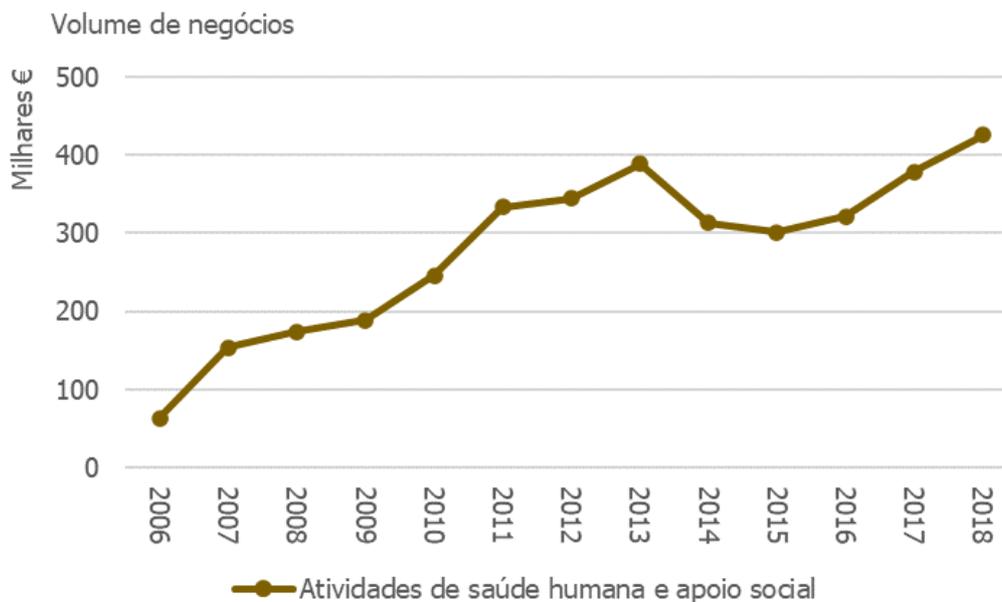
Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 95 – Volume de negócios 2004-2018 – Serviços coletivos e de apoio às empresas - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 96 – volume de negócios 2004-2018 – serviços de saúde e apoio social - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

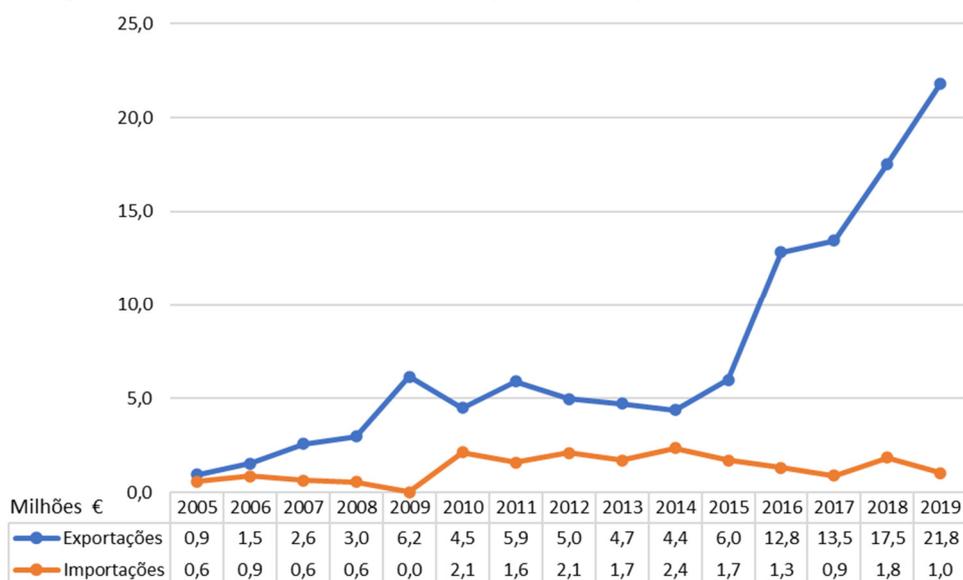
## 8. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Uma breve análise do comércio internacional por tipo de bens ilustra a integração internacional da economia concelhia: em meados da década anterior (2005) as transações com o estrangeiro eram muito reduzidas, mas, desde aí, têm vindo a registar um crescimento assinalável. Após 2015 o crescimento é muito forte devido exclusivamente à componente exportadora. A classificação do comércio internacional é realizada por tipo de bens e não por atividades, o que condiciona naturalmente a comparação com as análises anteriores (por atividades). Optou-se assim por destacar aqui os principais bens exportados pelo concelho de modo a perceber a sua relação com a evolução dos setores de atividade.

A ausência de estatísticas sobre a venda e a compra de serviços ao estrangeiro é uma limitação importante, na medida em que o sector dos serviços representa cerca de 12% do volume total de negócios e 23% do V.A.B. concelhio. Seria naturalmente importante observar neste âmbito a evolução recente do setor.

O que sobressai da observação do perfil de exportações é sobretudo a importância do setor agropecuário – a venda de animais vivos, de vinho e de produtos hortícolas representa cerca de 97,5% do total de exportações. A exportação de animais é recente (a partir de 2014, com a dimensão que tem atualmente) e de produtos hortícolas muito recente (a partir de 2016). A exportação de vinho e líquidos alcoólicos tem tido um crescimento regular e sustentado, desde, pelo menos, meados da década anterior. Os restantes produtos exportados são bastante mais reduzidos em valor global, mas optámos por avaliar e ilustrar também a sua evolução dada a representatividade que têm nas atividades económicas do Redondo.

Figura 97 – Comércio internacional – Exportações e importações - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Nos quadros seguintes estão elencados por ordem de valor, em 2019, os principais produtos exportados e importados.

Quadro 92 – Principais exportações por tipo de bens – 2019 - Concelho de Redondo

Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2)	Mil €	%
Animais vivos	12.503,6	57,2
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6.827,1	31,2
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	1.970,9	9,0
Cortiça e suas obras	279,2	1,3
Gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras de origem animal ou vegetal	204,2	0,9
Resíduos e desperdícios das ind. alimentares; alimentos preparados para animais	31,0	0,1
Objetos de arte, de coleção e antiguidades	16,8	0,1
Produtos cerâmicos	13,2	0,1

Fonte: INE

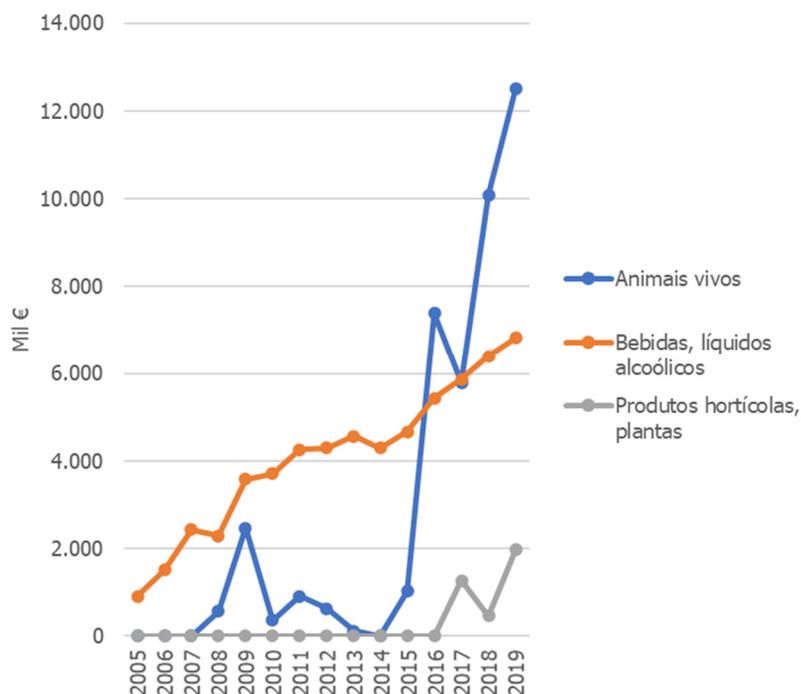
Quadro 93 – Principais importações por tipo de bens – 2019 - Concelho de Redondo

Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2)	Mil €	%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	644,4	51,3
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	282,8	22,5
Plástico e suas obras	89,4	7,1
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	75,7	6,0
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; glúten de trigo	53,2	4,2
Vidro e suas obras	40,8	3,3
Preparações alimentícias diversas	18,3	1,5
Outros produtos de origem animal	10,4	0,8

Fonte: INE

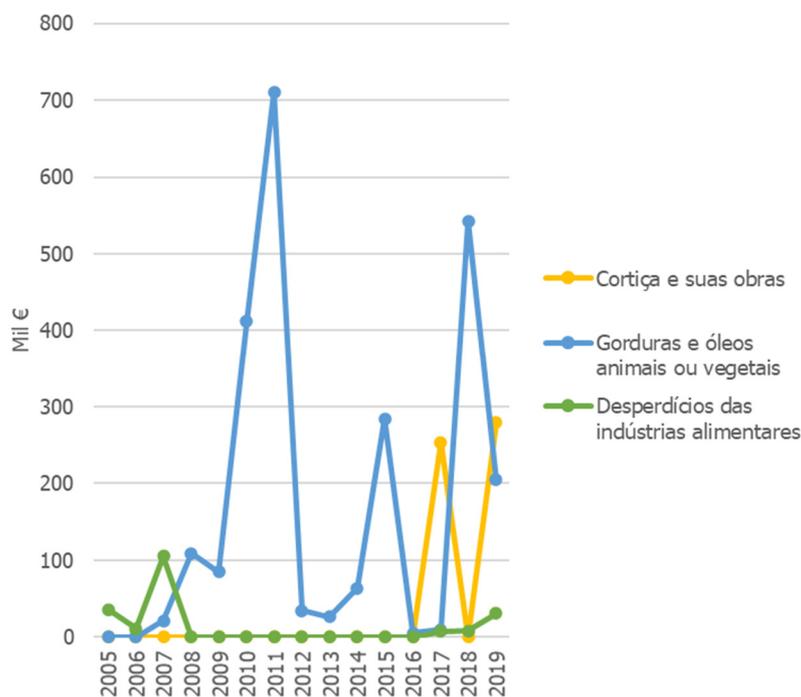
---

Figura 98 – Exportações – Animais vivos; Bebidas e líquidos alcoólicos; Produtos hortícolas, plantas - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

Figura 99 – Exportações – Cortiça e suas obras; Gordura e óleos vegetais e animais; Desperdícios das indústrias alimentares - Concelho de Redondo



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE



Fonte: elaboração própria com base em dados do INE

## 9. CONCLUSÃO

A economia do concelho de Redondo é quase exclusivamente sustentada pela fileira agropecuária – a exploração agrícola e silvícola, a criação de animais, as indústrias de transformação dos produtos agropecuários, o comércio e os serviços de apoio a estas empresas agrícolas e industriais. Muito embora o emprego público represente (em estimativa com base nos valores de 2011) cerca de 25% do emprego concelhio e constitua uma base para o desenvolvimento das atividades económicas mais urbanas, ligadas ao consumo e aos serviços coletivos e pessoais da comunidade, é na fileira agropecuária que se concentra a criação da riqueza no concelho.

Tendo em conta este panorama, a observação do comportamento das empresas concelhias nesta última década tem facetas muito positivas. Em primeiro lugar o dinamismo do setor primário e das principais indústrias conexas – o impacto da crise económica nos primeiros anos da década não foi tão grave nestas atividades, que conseguiram, na sua maioria, resistir e recuperar na segunda metade do período. A crise parece ter despoletado um efeito de modernização e integração económica na fileira agropecuária (note-se, por exemplo, o crescimento dos serviços de apoio às empresas) e, concomitantemente, encontrar novos mercados no exterior (o crescimento das exportações é muito significativo).

Em sentido oposto, não é de prever que as atividades mais ligadas aos consumos urbanos, designadamente o comércio a retalho e os serviços pessoais possam recuperar com facilidade (e sobretudo quando se avizinha outro período de grandes dificuldades com a crise provocada pela pandemia de Covid-

19). Estas atividades sofrem dificuldades mais estruturais, como a concorrência das grandes superfícies comerciais, a concentração empresarial, o envelhecimento da população, e os períodos de crise representam para muitas o fim da atividade.

Dois aspetos merecem um especial realce:

- O setor hoteleiro (alojamento e restauração) apresenta, nesta análise, sinais contraditórios, designadamente no que respeita à procura turística e à evolução que verificou nos últimos anos. O concelho de Redondo tem um potencial turístico forte, um património histórico e cultural de valor, um património natural variado e muito preservado. São condições básicas para a aposta na valorização destes recursos.
- Os serviços de saúde e de apoio social tem registado um crescimento significativo com o aparecimento de novas empresas. Em muitos concelhos do País estas atividades já são consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico. Dão resposta ao envelhecimento da população e ao estabelecimento de novos residentes reformados nacionais e estrangeiros, bem como às necessidades generalizadas de melhoria e de qualificação destes serviços pessoais. Outro setor a merecer uma especial atenção.

## VI. ATIVIDADES E EQUIPAMENTOS TURÍSTIOS

## **1. O TURISMO NO CONCELHO DE REDONDO**

Os espaços rurais deparam-se hoje em dia com os desafios resultantes da reestruturação das atividades económicas tradicionais e das imposições ditadas por mercados mais amplos. Estes desafios têm promovido localmente novas políticas de desenvolvimento que valorizam os recursos locais e a diversificação das atividades rurais. Neste contexto, o turismo é considerado, em muitos casos, um sector-chave para a reabilitação económica desses territórios.

O turismo é considerado uma das atividades melhor posicionadas para diversificar e revitalizar a economia dos espaços rurais. Os investimentos turísticos em áreas rurais são defendidos pelo Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR, 2007), por contribuírem para a diversificação das economias locais. O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT, Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro) atribui também importância ao papel que o turismo poderá desempenhar no desenvolvimento de espaços rurais de regiões em declínio, alicerçado nos valores do património cultural, natural e paisagístico. A Estratégia para o Turismo 2027 (ET27), publicada em Diário da República através da RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro, estabelece o referencial estratégico para o turismo em Portugal na próxima década, visando afirmar o turismo como uma atividade sustentável ao longo do ano e em todo o território, valorizadora dos recursos naturais de que Portugal dispõe e constituindo um contributo para a criação de emprego e de riqueza e para a promoção da coesão territorial e social.

### **1.1. Identificação dos Recursos Turísticos no Concelho de Redondo**

Para a identificação dos recursos turísticos do concelho de Redondo foram consideradas as categorias do Plano Operacional de Turismo do Concelho de Redondo (POTCR), tais como: Recursos Naturais, Recursos Culturais; Atividades e Equipamentos.

#### **Recursos Naturais**

Na Categoria Recursos Naturais, a Serra d'Ossa é identificada como o principal recurso natural existente no concelho de Redondo, sendo considerado um espaço de excelência para a prática de atividades ao ar livre/de contacto com a Natureza, dadas as suas condições ambientais, paisagísticas, arqueológicas e de apreciação da ruralidade.

Encontram-se identificados 4 Percursos Pedestres: PR1 – Percurso das Antas, PR2 – Percurso do Freixo, PR3 – Percurso do Montado-Freixo e, finalmente, PR4 – Percurso dos Eremitas da Serra d'Ossa. De acordo com a informação mais recente disponibilizada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, responsável pela homologação dos percursos pedestres, dos quatro percursos identificados, os primeiros três, encontravam-se, no final de 2016, em fase de registo, e o Percurso das Eremitas da Serra d'Ossa, em

fase de vistoria. Contudo, devido a diversos constrangimentos, como o facto de os percursos abrangerem propriedades privadas, muitas vezes cercadas, que impossibilitam a fruição do espaço, a ausência de manutenção e limpeza dos trilhos e a degradação das condições de sinalética, verifica-se que estes percursos não estão atualmente a ser promovidos/ divulgados. Pontualmente, e mediante um contacto prévio, a Câmara Municipal do Redondo assegura a realização destes percursos, apoiando no contacto com os proprietários privados e acompanhando a realização das visitas pedestres.

Paralelamente, o Ecomuseu do Redondo promove igualmente, ainda que de um modo mais pontual, a realização de percursos pedestres e de outras atividades na Serra d'Ossa, que se concentram essencialmente no final do Outono e da Primavera, procurando associá-las ao PR4 – Percurso dos Eremitas da Serra d'Ossa, como forma de promoção do mesmo. Nos últimos anos, as atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu centraram-se na área da Serra d'Ossa, estando relacionadas essencialmente com a recolha de recursos naturais, como os cogumelos e as plantas aromáticas. Além disso, mais pontualmente, desenvolvem passeios de interesse histórico/patrimonial e/ou ambiental, bem como a observação de aves (birdwatching).

Paralelamente, verifica-se que existe uma procura significativa da Serra d'Ossa por parte de empresas de animação turística e de outros grupos organizados que, de uma forma autónoma, aqui realizam atividades e percursos. Tal é o caso, por exemplo, do Grupo de Caminheiros do Freixo, que organiza regularmente um conjunto diverso de atividades, algumas das quais na Serra d'Ossa.

A prática de geocaching na Serra d'Ossa é também identificada como frequente. De acordo com a informação constante no website da organização Geocaching (presente em Portugal), existe uma 'cache' situada no segundo ponto mais alto da Serra D'Ossa (designado de 'Castelo').

Foi também identificada a presença na Serra d'Ossa de diversas ervas aromáticas e medicinais, bem como de diversos tipos de cogumelos, sendo a recolha destes itens uma das temáticas exploradas por alguma das caminhadas/ percursos promovidos na Serra, quer pelo Ecomuseu do Redondo, conforme anteriormente mencionado, quer por outros grupos organizados.

Importa ainda mencionar que, uma vez que parte da Serra d'Ossa está inserida na propriedade do Hotel Convento de São Paulo, esta é uma área também muito visitada e utilizada pelos hóspedes desta unidade de alojamento (estando igualmente assegurado o acesso aberto ao público em geral). O Hotel tem vindo a recuperar alguns percursos e caminhos pedestres, bem como preservar alguns dos elementos patrimoniais ainda aqui existentes, no sentido de valorizar a memória da presença dos monges da Ordem de São Paulo Eremita neste local.

Finalmente, importa referir que a Serra d'Ossa tem vindo a ser também muito utilizada para a prática desportiva em contexto de natureza, nomeadamente de trekking bike e de BTT. Neste sentido, o Município

---

de Redondo viu ser recentemente aprovada pelo Valorizar – Programa de apoio à valorização e qualificação do destino, promovido pelo Turismo de Portugal, IP, uma candidatura intermunicipal que inclui, no concelho de Redondo, a reconversão de uma antiga escola primária, localizada no sopé da Serra, criando aí um espaço de apoio à manutenção e reparação de bicicletas.

Este projeto insere-se no projeto intermunicipal “Rede de Centros BTT e Cycling” que abrange 11 concelhos de toda a região alentejana. Neste contexto, as responsabilidades são repartidas entre os municípios e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, cabendo à segunda o financiamento da infraestruturação dos percursos, a sua sinalização e comunicação, e aos municípios, a instalação dos respetivos centros BTT. Dado ser um projeto intermunicipal e que ligará ‘em rede’ um conjunto de percursos e centros de apoio especializados, considera-se que este poderá contribuir para a valorização e dinamização dos recursos existentes em Redondo, não só através da otimização do usufruto das condições naturais da Serra d’Ossa, mas potenciando o desenvolvimento de atividades complementares que contribuam para o prolongamento da estadia destes turistas no concelho.

### **Recursos Culturais**

Os recursos culturais encontram-se no POTCR classificados em três subcategorias: recursos culturais monumentais, recursos culturais artísticos e etnográficos e recursos culturais complementares.

O concelho de Redondo dispõe de um conjunto, rico e diversificado de bens patrimoniais imóveis, alguns deles classificados como Monumentos Nacionais (MN) e Imóveis de Interesse Público (IIP), cuja sistematização poderá ser consultada na tabela seguinte:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 94 - Recursos Culturais Monumentais do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ ATRAÇÃO CULTURAL MONUMENTAL	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
<b>Sítios Arqueológicos</b>	De acordo com a Carta Arqueológica do concelho, existem em Redondo cerca de 48 antas. No entanto, apenas as seguintes são, neste momento, visitáveis: Anta 1 do Colmeeiro Anta da Herdade das Tesouras, classificada como Monumento Nacional Anta Grande das Casas Novas Anta da Herdade da Candeeira, classificada como Monumento Nacional Anta da Vidiqueira, classificada como Monumento Nacional
<b>Igrejas</b>	Igreja/ Convento de Sto. António Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção Igreja do Calvário Igreja de São Pedro Igreja da Monte Virgem Igreja N.ª Sr.ª da Cabeça Igreja N.ª Sr.ª do Freixo Igreja de Santa Susana Igreja de Falcoeira Igreja da Misericórdia Igreja do Espírito Santo em Montoito Igreja de Nossa Senhora da Saúde
<b>Capelas</b>	Capela das Aldeias de Montoito
<b>Conventos</b>	Convento de São Paulo – incluindo azulejos setecentistas que revestem o seu interior, o retábulo fingido da capela-mor, os 2 fontanários em mármore, uma fonte decorativa e os jardins circundantes – encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público Igreja/Convento de Santo António – imóvel classificado como Monumento de Interesse Público
<b>Castelos</b>	Prédio militar n.º 1, constituído por restos de muralha e torre de menagem do Castelo de Redondo, encontra-se classificado como Monumento Nacional e Zona Especial de proteção
<b>Arte Pública</b>	Calçada Praça da República (1968-71) – painel da autoria de Eduardo Nery (projeto urbanístico: Sebastião Fomoso Sanches)
<b>Arquitetura Civil</b>	Tribunal, da autoria de Fomoso Sanches. No interior do edifício, destaca-se o Paineis da Sala do Tribunal, da autoria de Espiga Pinto; e as Varas da Justiça, da autoria de Jorge Vieira. Edifício da Câmara Municipal, da autoria de Manuel da Maia.
<b>Pelourinhos</b>	Pelourinho de Redondo, que se encontra classificado como Imóvel de Interesse Público e está situado junto ao Castelo, na Praça D. Dinis.
<b>Ermidas</b>	Monte da Palheta e Ermida de São Bamabé, imóvel classificado como de Interesse Municipal.
<b>Torres</b>	Torre de Menagem do Castelo de Redondo - insere-se no Prédio militar n.º 1, constituído por restos de muralha e torre de menagem do Castelo de Redondo, encontra-se classificado como Monumento Nacional e Zona Especial de Proteção.
<b>Coretos</b>	Existe 1 coreto no Jardim Municipal de Redondo Existe 1 coreto no Jardim Municipal de Montoito
<b>Fontes</b>	Fonte do Jardim
<b>Chafarizes</b>	Chafariz no Largo Duques de Bragança, Redondo

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

O Concelho de Redondo dispõe igualmente de uma série de equipamentos e de dinâmicas culturais, artísticas e etnográficas que, no seu conjunto, compõem uma oferta bastante interessante, como se pode verificar na tabela seguinte:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 95 - Recursos culturais de cariz artístico e etnográfico do concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ ATRAÇÃO CULTURAL DE CARIZ ARTÍSTICO E ETNOGRÁFICO	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
<b>Espaços Museológicos</b>	Museu Regional do Vinho
	Museu do Barro
	Museu Paroquial de Redondo
	Ecomuseu
	Oficina das Ruas Floridas (inaugura a 2 de agosto)
<b>Arte Sacra</b>	Museu Paroquial de Redondo (dispõe de coleção de Arte-Sacra)
<b>Pintura</b>	Atelier Hellen Art (Helena Parreira)
<b>Azulejaria</b>	No concelho, destaca-se sobretudo o núcleo de painéis setecentistas que revestem o interior do Convento de São Paulo – classificado como Imóvel de Interesse Público. Azulejos da Igreja de Santo António Azulejos da Igreja Matriz de Redondo
<b>Olaria Tradicional de Redondo – com finalidade Construtiva, Artística e Utilitária</b>	Olaria Pirraça
	Olaria Xico Tarefa
	Olaria Manequista
	Olaria Jeremias
	Martelo Júnior Artesanato
	Olaria Poço Velho
	Olaria Mértola
	Olaria Barru Pottery
<b>Mobiliário Alentejano</b>	António Vítor Magarreiro Ferreira Casa de Artesanato “Zézinha” Francisco José Siquenique Artesanato Joaquim Boavida José M. Rosado Vicente
<b>Grupos Corais - Cante Alentejano/Saias</b>	Grupo de Cantadores do Redondo
	Moças do Canto
	Cantadeiras do Redondo
	Grupo Coral dos Trabalhadores de Montoito (Sociedade União Montoitense)
	Grupo Instrumental de Montoito
<b>Agrupamentos Musicais</b>	20 Age Orquestra (Fénix – Associação dos Músicos de Redondo)
	Trovadores de Redondo (Fénix – Associação dos Músicos de Redondo)
	General Tempestade (Fénix – Associação dos Músicos de Redondo)
	Estrela da Alvorada (Fénix – Associação dos Músicos de Redondo)
	Tomba-Lobos (Fénix – Associação dos Músicos de Redondo)
	Grupo Contraste Alentejano
	FUM – Filarmónica União Montoitense
	Banda Filarmónica Municipal Redondense (Sociedade Filarmónica Redondense)
	Banda Juvenil da Sociedade Filarmónica Redondense
	Banda Juvenil Júlio Franco Ensemble
<b>Ranchos Folclóricos</b>	Rancho Folclórico do Centro de Cultura, Desporto e Recreio de Foros da Fonte Seca
<b>Festas Cíclicas</b>	Ruas Floridas – evento bienal (9 dias; final de julho / início de agosto)

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

Do ponto de vista da oferta de espaços museológicos, o concelho dispõe atualmente de cinco equipamentos museológicos geridos pela Câmara Municipal de Redondo à exceção do Museu Paroquial de Redondo, cujo enfoque se centra na coleção de Arte Sacra.

O Museu Regional do Vinho, localizado junto aos Paços de Concelho, é um equipamento dedicado ao ciclo de produção do vinho, centrando-se na realidade da região do Alentejo e não especificamente na realidade concelhia. Possui uma exposição permanente, que se distribui por dois pisos, e uma pequena área, localizada no piso superior, que permite a realização de exposições temporárias. Além disso, o museu dispõe de uma pequena loja de vinhos do concelho, tendo a possibilidade da realização de provas de vinho. Simultaneamente, funciona também neste museu o Posto Municipal de Turismo.

Também no caso do Museu do Barro, cuja exposição permanente se centra na história da relação do Redondo com a atividade de produção do barro e de cerâmica para fins construtivos, utilitários e decorativos.

O Ecomuseu de Redondo, localizado numa antiga escola primária, têm toda a sua atividade orientada para a interpretação da Serra d'Ossa e dos valores naturais e culturais aí existentes, assumindo um carácter mais pontual, na medida em que não existe um horário de abertura regular (em geral as atividades concentram-se no final do Outono e da Primavera). Além da realização de percursos pedestres, o Ecomuseu promove outras atividades relacionadas com os recursos naturais existentes na Serra d'Ossa, com destaque para a valorização das plantas aromáticas e cogumelos associados à gastronomia tradicional.

Finalmente, refira-se o mais recente projeto museológico do concelho, que está associado à Oficina das Ruas Floridas. Este dispõe de um espaço de interpretação das Festas Floridas (evento bienal emblemático do concelho, cuja duração se prolonga ao longo de 9 dias, entre o final do mês de julho e o início de agosto, atraindo ao Redondo milhares de pessoas, permitindo a sua dimensão histórica e identitária), tendo a função de depósito de materiais associados às festas. A Oficina das Ruas Floridas dinamiza também a realização de workshops ligados a múltiplas técnicas, tradicionais e contemporâneas, de criação em papel, enriquecendo assim a oferta existente no concelho.

O concelho do Redondo destaca-se igualmente por manter um conjunto relevante de artesãos e oficinas de olaria de roda tradicional que, na sua grande maioria, se não mesmo na sua totalidade, mantém uma função de venda ao público. Atualmente, existem 9 olarias em atividades, concentradas na sede de concelho. Com maior ou menor regularidade, alguns destes artesãos realizam workshops de olaria tradicional de Redondo, existindo mesmo algumas parcerias informais entre algumas olarias e unidades de alojamento no Redondo (é o caso, por exemplo, da Olaria Xico Tarefa que já realizou alguns workshops deste tipo a pedido da Herdade de Água d'Alte).

Por outro lado, encontramos atualmente em Redondo 5 artesãos que se dedicam ao fabrico e venda de mobiliário tradicional alentejano. Novamente, também neste domínio existe uma prática habitual de receber turistas e outros visitantes no contexto da oficina, sendo muito diversificado o tipo de visita que é proporcionada.

---

Finalmente, destaca-se ainda a intensa dinâmica cultural e artística do Redondo no plano musical e, em particular, no domínio das expressões musicais de cariz tradicional e popular, típicas do Alentejo.

Atualmente, existem no concelho 4 grupos corais ligados às Saias e ao Cante Alentejano, manifestação de património cultural imaterial inscrita na Listas da UNESCO desde 2014 – do qual será porventura o agrupamento mais conhecido o Grupo de Cantadores do Redondo. Simultaneamente, existe um leque muito diversificado de outros agrupamentos musicais, cujos repertórios respetivos abarcam uma panóplia diversificada de estilos musicais. Neste contexto, evidencia-se como muito relevante o papel assumido quer pela Sociedade Filarmónica Redondense, quer pela Fénix – Associação dos Músicos de Redondo, no domínio do apoio à formação musical e ao estímulo ao surgimento e desenvolvimento de um tecido musical de qualidade no concelho de Redondo. Assinale-se que, nalguns casos, existem já experiências de articulação, mais ou menos regulares, entre unidades de alojamento turístico e alguns grupos dos corais tradicionais alentejanos do concelho, oferecendo programas de cante alentejano e saias a grupos de turistas e visitantes; mais pontualmente, alguns dos agrupamentos musicais do Redondo também têm tido ocasião de participar neste tipo de atividades de animação turística.

Relativamente à análise dos principais recursos turísticos de âmbito cultural existentes em Redondo, importa ainda abordar um conjunto de outros espaços e equipamentos, públicos e privados, que evidenciam interesse cultural e paisagístico.

Quadro 96 - Recursos culturais complementares do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ ATRAÇÃO CULTURAL COMPLEMENTAR	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
<b>Parques/ Jardins Públicos</b>	Jardim Municipal de Redondo
	Parque Ambiental de Redondo
	Jardim Público de Montoito
	Zona Verde de Lazer do Rossio de Cima (Montoito)
	Parque Ambiental de Montoito
	Zona Verde Lazer e Recreio do Freixo
<b>Albufeiras/ Barragens</b>	Barragem da Vigia
<b>Miradouros</b>	Miradouro da Serra d'Ossa
<b>Industrial: Moinhos, Lagares, Açudes, Minas</b>	Herdade da Maroteira – Adega visitável
	Herdade do Freixo – Adega visitável
	Casa Agrícola Alexandre Relvas – atualmente a Herdade de São Miguel (localizada no concelho do Redondo) não desenvolve regularmente atividades de enoturismo; de forma regular, toda a atividade de enoturismo realiza-se na Herdade da Pimenta, em São Miguel de Machede, Évora
	Adega Cooperativa do Redondo – possui loja aberta ao público; atualmente não realiza visitas de forma regular, somente por marcação
	Casa de Sabicos (Casa Agrícola Santana Ramalho, Lda.) – com visitas por marcação
	Roquevale, S.A.
	Herdade da Candeeira – visitável por marcação
	Courela do Zambujeiro - Lagar de azeite visitável
	Lagar de azeite de Montoito – visitável por marcação
<b>Conjuntos Urbanos de Valor Arquitetónico</b>	Centro Histórico de Redondo

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

Por um lado, assinala-se que o concelho dispõe de vários espaços verdes, incluindo parques ambientais, jardins e zonas verdes orientadas para o lazer e recreio, que se encontram distribuídos pelas freguesias de Redondo e Montoito. Ainda do ponto de vista das atividades de desporto e recreio em espaços de natureza, merecem igualmente destaque não só o espaço da Serra d'Ossa, anteriormente analisado, mas também a zona da Barragem da Vigia.

Por outro lado, vale a pena referir o conjunto de adegas e lagares existentes no concelho de Redondo que, em muitos casos, já dispõem hoje de boas condições para a realização de visitas e de outras atividades de animação turística.

### **Atividades**

O concelho de Redondo dispõe de um leque interessante e relativamente diversificado de atividades de cariz lúdico, cultural e desportivo que, em larga medida, beneficia da presença da Serra d'Ossa e da Barragem da Vigia.

Quadro 97 - Recursos de tipo desportivo complementares do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ ATIVIDADES DESPORTIVAS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
<b>Percurso pedestres sinalizados</b>	Percurso das Antas (só com marcação)
	Percurso do Freixo
	Percurso das Fontes (Freixo)
	Percurso dos Ermitas (Serra d'Ossa)
<b>Bicicleta – BTT / Trekking</b>	Serra d'Ossa
<b>Corrida Trail</b>	Serra d'Ossa
<b>Pesca de barco</b>	Barragem da Vigia – Gestão ABO Vigia
<b>Pesca nos rios e lagoas</b>	Barragem da Vigia – Gestão ABO Vigia

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

Com efeito, são atualmente realizadas na Serra d'Ossa práticas desportivas como a corrida em trilhos de natureza/montanha (o chamado trail running) e os percursos em bicicleta (BTT e trekking bike). Para além das práticas desportivas de cariz mais lúdico, algumas provas desportivas destas modalidades têm etapas que percorrem partes da Serra d'Ossa – é o caso, por exemplo, do “Trail do Texugo”, do “Trail de Borba” e ainda do “Trail da Cidade de Estremoz”.

Outro importante recurso do concelho reside na Barragem e Albufeira da Vigia, cuja localização se situa entre as freguesias de Redondo e Montoito. As principais linhas de água afluentes da Albufeira da Vigia são a ribeira de Vale Vasco, a ribeira da Alcorovisca, a ribeira da Casa Branca e o ribeiro de Vale Figueira. A cerca de 2km a montante da barragem, a Albufeira divide-se em dois grandes braços, alcançando o seu comprimento máximo de 6 km ao longo do vale da ribeira da Alcorovisca. Para além da grande diversidade

de avifauna e de atividades agro-silvo-pastoris que se desenvolvem em torno da Albufeira da Vigia, importa igualmente salientar que na zona da Barragem da Vigia se realizam atualmente algumas atividades desportivas aquáticas – nomeadamente, pesca, tanto de barco, como a que se realiza nas margens da Albufeira da Vigia.

O Concelho de Redondo tem vindo a adquirir uma particular pertinência e desenvolvimento de uma oferta rica, qualificada e diversificada na área do enoturismo.

Atualmente, como se pode verificar no quadro seguinte, o concelho dispõe de algumas adegas visitáveis e que desenvolvem de forma regular atividades ligadas ao enoturismo – incluindo, visitas guiadas à adega, atividades de provas de vinhos e de degustação de produtos locais, almoços e jantares vínicos, entre outras atividades de cariz mais específico – com destaque para a Herdade da Maroteira e para a Herdade do Freixo.

Quadro 98 - Atividades de Gastronomia e Vinhos do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ ATIVIDADES – GASTRONOMIA E VINHOS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
Visita a Adegas e Provas de Vinhos	Enoteca de Redondo
	Museu do Vinho – inclui área para provas e venda de vinho
	Herdade da Maroteira – adega visitável, com oferta de atividades de enoturismo
	Herdade do Freixo – adega visitável, com oferta de atividades de enoturismo
	Casa Agrícola Alexandre Relvas – atualmente a Herdade de São Miguel (localizada no concelho do Redondo) não desenvolve regularmente atividades de enoturismo; de forma regular, toda a atividade de enoturismo realiza-se na Herdade da Pimenta, em São Miguel de Machede, Évora
	Adega Cooperativa do Redondo – possui loja aberta ao público; atualmente não realiza visitas de forma regular, somente por marcação
	Casa de Sabicos (Casa Agrícola Santana Ramalho, Lda.) – com marcação prévia
	Roquevale S.A. – com marcação prévia
Visita a Lagares de Azeite	Lagar de Azeite visitável – Courela do Zambujeiro
Visita a Unidades de Produção de Queijo	Lácteo Dores & Dores, Lda. (Montoito) – visitável mediante marcação prévia
	Madeira & Leitão (Montoito) – visitável mediante marcação prévia
Visita a Unidades de Produção de Enchidos	Saul Caeiro e Dores & Dores (Montoito) – visitável mediante marcação prévia
	Sansão & Farólias (Redondo) – visitável mediante marcação prévia
Pratos típicos (gastronomia)	Bolo da Escarapiada (Padaria Barroso)
	Feijão com Poejos e Bacalhau – específico do Redondo
	Outros pratos da gastronomia típica do Alentejo (carne de Porco Alentejana, Borrego, Gaspacho e Migas)

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

Para além destas, outras adegas estão disponíveis, mediante marcação prévia, para a realização de algumas destas atividades de enoturismo (sobretudo as menos complexas, como sejam a realização de

visitas guiadas e de provas em contexto de adega), como sejam o caso da Adega Cooperativa do Redondo, a Casa de Sabicos (Casa Agrícola Santana Ramalho, Lda.), a Roquevale, S.A. e a Herdade da Candeeira. A Casa Agrícola Alexandre Relvas dispõe de uma adega localizada no concelho de Redondo, a Herdade de São Miguel, que, contudo, atualmente não desenvolve regularmente atividades de enoturismo, estando toda a atividade regular de enoturismo centrada na Herdade da Pimenta, em São Miguel de Machede, concelho Évora.

Simultaneamente, existem na sede de concelho dois equipamentos de âmbito cultural e turístico, geridos pelo Município de Redondo, o Museu do Vinho e a Enoteca de Redondo, que são igualmente dedicados à interpretação, prova e comercialização de vinhos do concelho e, no caso da Enoteca, também de vinhos da região.

Relativamente à produção de azeite, atualmente existe apenas um lagar de azeite visitável, que está localizado na quinta da Courela do Zambujeiro. Trata-se de uma pequena unidade agrícola dedicada à produção e comercialização de azeitona e de azeite biológico virgem extra, que se encontra devidamente certificado (ECOCERT), dispondo ainda de alguns outros produtos biológicos que lhe estão associados – como o sabão de azeite e de argila branca, os chás e as ervas aromáticas. Além disso, a Courela do Zambujeiro dispõe ainda de uma pequena unidade de alojamento rural (capacidade para receber até 6 hóspedes, dispondo de 3 quartos, entre os quais uma suite com WC privativo).

Na freguesia de Montoito é possível, mediante marcação prévia, realizar visitas a algumas unidades de produção de queijo e de enchidos – é o caso, nomeadamente, das empresas Lácteo Dores & Dores, Lda., Madeira & Leitão e Saul Caeiro. Na freguesia de Redondo, mediante marcação prévia, é possível visitar a unidade de produção de enchidos da empresa Sansão & Farófias.

Esta oferta é ainda enriquecida pela possibilidade de turistas e visitantes degustarem, nos vários restaurantes do concelho, os pratos típicos da gastronomia típica do Alentejo (com destaque para a Carne de Porco Alentejana, Borrego, Gaspacho e Migas) e Feijão com Poejos e Bacalhau, que é específico do Redondo.

No sentido de dinamizar esta oferta gastronómica, o Município de Redondo tem vindo a promover, conjuntamente com uma parte importante dos restaurantes locais, a iniciativa Redondo 'Há' Mesa. Trata-se de um evento que seleciona um conjunto de pratos gastronómicos específicos desta região, promovendo-os ao longo de um trimestre nos restaurantes aderentes.

Ao nível da doçaria, é possível adquirir o conjunto de iguarias que são típicas do Alentejo, destacando-se o Doce da Escarapiada, produzido na Padaria Barroso – estabelecimento que, mediante solicitação prévia, também permite a visita às instalações.

Em termos de rotas e circuitos turísticos que se encontrem devidamente organizados e divulgados, verifica-se que o concelho de Redondo dispõe de uma oferta relativamente limitada.

Quadro 99 - Rotas e Circuitos Turísticos do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ ATIVIDADES – ROTAS E CIRCUITOS TURÍSTICOS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
Rota dos Arquivos do Alentejo	Arquivo Municipal do Redondo
Tour Caiada	Circuito turístico que integra a visita aos concelhos de Redondo, Estremoz e à Serra d'Ossa, operada pela empresa Say Yes Tours.
Corktrekking Redondo Tours	Diversos circuitos turísticos operados pela empresa Corktrekking (Herdade da Maroteira), alguns dos quais incluindo provas de vinhos e outras atividades gastronómicas.

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

Destaca-se, assim, o produto “Corktrekking Redondo Tours”, operado pela empresa Corktrekking (Herdade da Maroteira) que contempla a realização de uma visita guiada ao centro histórico de Redondo (duração prevista de cerca de 1h30m), havendo ainda a possibilidade de, opcionalmente, incluir na tour a realização de provas de vinhos e/ou de atividades gastronómicas (desde a realização de uma refeição completa numa taberna típica à degustação de um presunto de porco ibérico).

A empresa Say Yes Tours, recentemente constituída e que, à semelhança da Corktrekking, também se encontra sedada no concelho de Redondo, promove um circuito turístico que, ao longo de 1 dia, integra a visita aos centros históricos de Estremoz e de Redondo, incluindo ainda uma passagem pela Serra d'Ossa. Designado de “Tour Caiada”, este é um circuito de visita que tem por mote os tons e os materiais típicos da arquitetura alentejana, e cujos contornos específicos do programa de visita não estão estreitamente definidos, de modo a possibilitar um mais fácil ajustamento às expectativas e interesses particulares de cada grupo de turistas.

Finalmente, importa referir ainda que o concelho de Redondo integra, através do seu Arquivo Municipal, o projeto “Rota dos Arquivos do Alentejo”. Coordenado pelo Arquivo Distrital de Évora, trata-se de uma iniciativa conjunta de várias instituições da região, públicas e privadas, que são detentoras de arquivos com elevado valor histórico-patrimonial, tendo por objetivo disponibilizar ao público uma oferta de turismo cultural diferenciadora, seja através da realização de iniciativas conjuntas, seja através da produção e promoção de materiais de divulgação conjunta que permitam uma comunicação mais eficaz das atividades realizadas pelas diferentes instituições arquivísticas aderentes.

Relativamente aos Eventos, e para além dos já referidos, como as “Ruas Floridas” e o Programa Redondo ‘Há’ Mesa, são realizados outros eventos que, apesar de assumirem, eventualmente, uma menor dimensão e projeção, constituem momentos de celebração da cultura e tradições populares de Redondo, e conseqüentemente, contribuem para a dinâmica cultural e turística local.

Quadro 100 - Eventos Culturais do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ EVENTOS – CULTURAIS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
Religião	Dia de Reis
	Páscoa
Artes e Espetáculos	Feira do Livro
	Saberes e Sabores de Outras Gentes
	Regular programação cultural (música, teatro, cinema, dança e exposições)
Atividades populares tradicionais	Festas Populares do Concelho – Ruas Floridas
	Carnaval
Gastronomia	Redondo 'Há' Mesa – programação trimestral gastronómica; parceria CMR e restauração local; 4 semanas por ano com pratos específicos
Comemorações	25 de Abril – Todos os anos são realizadas diversas iniciativas culturais e desportivas

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

O concelho Redondo dispõe de uma oferta de equipamentos e serviços de apoio ao turismo que é relativamente ampla e que, nalguns casos, evidencia boa qualidade e capacidade de diferenciação. Importa, contudo, assinalar alguns desequilíbrios e, sobretudo, algumas lacunas em termos de oferta.

Relativamente à oferta de alojamento disponível no concelho, verifica-se que o Redondo apresenta um leque bastante diferenciado de opções, totalizando 23 empreendimentos de alojamento turístico. Note-se, contudo, a claríssima concentração no segmento de alojamento local e agroturismo, sendo, pelo contrário, muito reduzida a oferta de hotelaria existente no concelho, visto existir um único hotel, o Convento de São Paulo, na categoria de hotel rural. Esta característica da oferta de alojamento disponível no concelho acarreta, entre outras limitações no tipo de serviços prestados aos visitantes, um reduzido número de camas disponível em cada uma das unidades de alojamento existentes (novamente, a oferta de 56 camas existente no Convento de São Paulo contrasta visivelmente com a generalidade dos restantes alojamentos do concelho, cujo número de camas disponíveis tende a não ultrapassar a dezena, sendo que frequentemente fica abaixo deste número).

### **Equipamentos**

O concelho de Redondo encontra-se atualmente equipado com um conjunto vasto e diversificado de equipamentos, de âmbito cultural e recreativo, que possibilitam a realização de variados programas de atividades. Como se pode observar, através da análise do Quadro 101, o Redondo dispõe de vários espaços com capacidade para a realização de exposições temporárias – Foyer do Centro Cultural de Redondo, a área de exposições temporárias do Museu do Vinho, o Pavilhão de Exposições e ainda uma pequena área disponível para a realização de exposições na Enoteca.

Simultaneamente, existem quatro centros culturais, alguns dos quais com características polivalentes, dos quais a maioria está concentrada na sede de concelho: o Centro Cultural de Redondo (que permite a realização de espetáculos diversificados – teatro, música, cinema), o Coliseu de Redondo (que também funciona como praça de touros) e ainda o Centro Lúdico de Redondo. Na freguesia de Montoito, existe o Centro Lúdico de Montoito.

De igual modo, distribuem-se pelas duas freguesias do concelho alguns equipamentos associados à leitura. No Redondo, concentram-se, em espaços distintos, a Biblioteca Municipal de Redondo, incluindo o serviço de Biblioteca Itinerante, o Arquivo Municipal de Redondo e o Espaço Internet. Existe ainda na freguesia de Montoito um polo da Biblioteca Municipal.

Finalmente, referir ainda que ambas as freguesias do concelho, Redondo e Montoito, dispõem de um Parque de Feiras e Exposições. Destacam-se, de entre os diversos eventos que se realizam no Parque de Feiras e Exposições de Redondo, a tradicional Feira de Maio e Feira de São Francisco. Note-se ainda que este Parque de Feiras e Exposições dispõe de uma área de estacionamento e de um parque de auto caravanismo.

Quadro 101- Equipamentos Culturais e Recreativos do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ EQUIPAMENTOS – CULTURAIS E RECREATIVOS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
<b>Espaços de Exposições</b>	Foyer do Centro Cultural de Redondo
	Museu do Vinho
	Pavilhão de Exposições
	Enoteca
<b>Centros Culturais</b>	Centro Cultural de Redondo
	Coliseu de Redondo
	Centro Lúdico de Redondo
	Centro Lúdico de Montoito
<b>Bibliotecas e Arquivos</b>	Biblioteca Municipal de Redondo
	Biblioteca Municipal – Pólo de Montoito
	Biblioteca Itinerante de Redondo
	Arquivo Municipal de Redondo
<b>Outros</b>	Espaço Internet de Redondo
<b>Complexos Polivalentes</b>	Centro Cultural de Redondo
	Coliseu de Redondo
<b>Praças de Touros</b>	Coliseu de Redondo
<b>Teatros e Salas de Espetáculos</b>	Centro Cultural de Redondo
	Coliseu de Redondo
<b>Feiras e Mercados</b>	Parque de Feiras em Redondo e Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

No que concerne ao desporto, Redondo encontra-se equipado com um leque bastante diversificado de espaços, sobretudo de cariz público, que permitem a prática desportiva, em diversas modalidades, não só

aos residentes do concelho, mas também a todos aqueles que o visitam. Efetivamente, e como se poderá analisar na tabela anterior, o concelho de Redondo dispõe de um leque de recintos indoor e outdoor ajustados a múltiplas práticas desportivas – caça, tiro, hipismo, ténis, natação, futebol, desportos motorizados, desportos náuticos, etc.

Além dos campos e pavilhões desportivos, que estão dispersos pelas duas freguesias de Redondo, assinala-se ainda os espaços outdoor, que, conforme mencionando anteriormente, estão especialmente vocacionados para a realização de práticas de desporto de natureza (Serra d'Ossa e parques ambientais e espaços verdes existentes nos aglomerados urbanos de Redondo e Montoito).

Quadro 102 - Equipamentos Desportivos do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ EQUIPAMENTOS – DESPORTIVOS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO
Zonas de Caça	Várias zonas de caça (Associativas, Municipais e Turísticas) – as associativas são geridas por 8 associações de caça e pesca existentes no concelho
Centros Hípicos	Lusitaurus - Montoito
Pavilhões Multidesportivos	Pavilhão Multidesportivo de Redondo Pavilhão Multidesportivo de Montoito
Campos de Jogos	Campo de futebol de 11 em Montoito
	Campo de futebol de 11 em Aldeias de Montoito
	Campo de futebol de 11 em Redondo – o único do concelho com relvado sintético
	Campo de futebol de 11 em Foros da Fonte Seca
	2 Campos de futsal na freguesia de Montoito 3 Campos de futsal na freguesia de Redondo
Court de Ténis	Sim
Campos de Tiro	Sim
Piscinas	Em Redondo, uma piscina coberta e outra descoberta.
Circuitos de Manutenção	Nos parques ambientais e nos espaços verdes dos aglomerados urbanos
Locais para Desportos Motorizados	Serra d'Ossa
Locais para Desportos de Aventura	Serra d'Ossa
Locais para Desportos Náuticos	Barragem da Vigia

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

O concelho Redondo dispõe de uma oferta de equipamentos e serviços de apoio ao turismo que é relativamente ampla e que, nalguns casos, evidencia boa qualidade e capacidade de diferenciação. Relativamente à oferta de alojamento disponível no concelho, verifica-se que o Redondo apresenta um leque bastante diferenciado de opções, totalizando 23 empreendimentos de alojamento turístico. Note-se, contudo, a claríssima concentração no segmento de alojamento local e agroturismo, sendo, pelo contrário, muito reduzida a oferta de hotelaria existente no concelho, visto existir um único hotel, o Convento de São Paulo, na categoria de hotel rural. Esta característica da oferta de alojamento disponível no concelho

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

acarreta, entre outras limitações no tipo de serviços prestados aos visitantes, um reduzido número de camas disponível em cada uma das unidades de alojamento existentes (novamente, a oferta de 56 camas existente no Convento de São Paulo contrasta visivelmente com a generalidade dos restantes alojamentos do concelho, cujo número de camas disponíveis tende a não ultrapassar a dezena, sendo que frequentemente fica abaixo deste número).

Quadro 103 - Equipamentos e Serviços Turísticos do Concelho de Redondo

TIPO DE RECURSO/ EQUIPAMENTOS – EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	RECURSOS PRESENTES NO CONCELHO DE REDONDO	
<b>Empreendimentos Turísticos</b>	Alojamento Local "Bastião"	
	Alojamento Local "Clube de Quartos"	
	Alojamento Local "O Barro"	
	Alojamento Local "Cantinho do Bem-Estar"	
	Hotel Rural Convento de São Paulo	
	Monte da Coelha	
	Herdade da Maroteira	
	Monte da Courela do Zambujeiro	
	Foro do Fidalgo	
	Herdade de Água d'Alte	
	Herdade do Pocinho	
	Lusitaurus centro hípico e tauromáquico	
	Horta da Maria Francisca	
	Monte da Pedra Torta	
	Cantinho de Montoit8	
	Casinha de Montoit	
	Casa da Tia Luisa	
	Monte da Albufeira das Fontes	
	Monte da Rua 13	
	Monte das Roseiras	
	Monte do Alentejo	
	Porfirios	
	Quinta do Sameiro	
	Shadows In The Grass	
	Tapada do Poço das Canas	
	<b>Restauração e Bebidas</b>	Enoteca de Redondo
		Restaurante "O Celeiro do Pinto"
Restaurante "Porfirio's"		
Restaurante "A Torre"		
Restaurante/pronto a comer "A Travessa"		
Restaurante "Sérgio's"		
Restaurante/Pizzaria "Nostra Villa"		
Restaurante "O Escritório"		
Restaurante Pôr-do-Sol"		
Restaurante "O Marujo"		
Restaurante "Porta do Sol"		
Restaurante "O Enqação"		
Restaurante "Jaquim dos Leitões"		
Restaurante "O Rei dos Grelhados"		
Restaurante "O Prato Alentejano"		
Casa de Pasto "Sabores de Baco"		
Restaurante "Os Arcos"		
Restaurante "O Ermita"		
Restaurante "Serra d'Ossa"		
Restaurante "O Chana"		
Restaurante "À Lareira"		
Restaurante "Salero"		
Restaurante "O Kébom"		
A Taverna dos Foros		
Casa do Povo do Freixo		
Restaurante/pronto a comer "Bélice"		
Restaurante "A Palmeira"		
<b>Agências de Viagens/ Operadores Turísticos</b>	Viagens Mélia – sucursal de Redondo	
<b>Empresas de Animação Turística</b>	Say Yes Tours	
	Cork Trekking (Herdade da Maroteira e parceiros)	
<b>Postos de Turismo</b>	Posto Municipal de Turismo – está localizado no Museu do Vinho	
<b>City Tours, Coches, ...</b>	Tour Redondo Histórico, operada pela empresa Corktrekking	

Fonte: Câmara Municipal de Redondo / Plano Operacional do Turismo do Concelho de Redondo

Referente à oferta de restauração e bebidas, verifica-se que o Concelho de Redondo dispõe atualmente de um número bastante extenso (26) de restaurantes e tabernas, que se distribuem entre as freguesias de Redondo e Montoito. Trata-se de uma oferta de restauração que está essencialmente orientada para a gastronomia típica da região. Complementarmente, à oferta de provas de vinhos existentes na adegas e à própria oferta de vinhos e petiscos existentes nalgumas tabernas, o Município dinamiza ainda o espaço da Enoteca que, conforme foi já referido anteriormente, se encontra localizado em pleno centro histórico, permitindo a turistas e visitantes a degustação de vinhos da região do Alentejo, acompanhados por queijos, enchidos e pão alentejano.

Atualmente, existem apenas duas empresas de animação turística sedeadas no concelho de Redondo, sendo que, no caso da Corktrekking, os escritórios abertos ao público localizam-se no centro da vila, no CAME – Centro de Apoio a Microempresas. Importa começar por abordar o trabalho que tem vindo a ser realizado, desde há alguns anos, pela Corktrekking Animação Turística Lda., empresa que está associada à Herdade da Maroteira e que tem já estabelecidas diversas parcerias com outros agentes do concelho e sub-região do Alentejo Central, com que desenvolve um leque amplo de atividades. Atualmente, a Corktrekking disponibiliza três pacotes standart de experiências turísticas: a “Caminhadas no Montado” e os “Passeios de Jipe no Montado”, que realizam essencialmente no espaço da Herdade da Maroteira”, e as “Tours em Redondo”, que exploram o centro histórico de Redondo, com a possibilidade de terem associadas componentes ligadas à prova e degustação de gastronomia e vinho. Segundo informações disponibilizadas à equipa, embora a empresa trabalhe ao longo do ano, o período mais intenso de atividade, com maior fluxo de visitantes, concentra-se no período do Verão (de maio até setembro), sendo que cerca de 95% dos clientes têm nacionalidades estrangeiras (EUA, Canadá, Reino Unido, Holanda, Bélgica, França, Alemanha, Brasil, Suécia, Noruega, Dinamarca, China e Japão).

No caso da Say Yes Tours, trata-se de uma pequena empresa unipessoal cuja atividade se iniciou recentemente, estando por isso ainda numa fase de afirmação no mercado e de estabelecimento de parcerias com unidades de alojamento e outros agentes ligados ao setor do turismo, no concelho e da região. Ao contrário da Corktrekking, esta empresa opera em toda o Alentejo, realizando passeios turísticos à medida dos desejos dos clientes (que, nesta fase inicial, têm sido sobretudo estrangeiros). Atualmente existem 7 tours pré-definidos, sendo que um dos quais (Tour “Caiada”) tem passagem pelo Redondo e Serra d’Ossa, como foi já anteriormente analisado. Contudo, e uma vez que existe flexibilidade para ajustar os programas de acordo com os desejos, expectativas e disponibilidades dos clientes, têm sido frequentemente inseridas noutros programas passagem pela vila de Redondo.

VII. EQUIPAMENTOS  
PÚBLICOS DE  
UTILIZAÇÃO COLETIVA

## 1. INTRODUÇÃO

O bem-estar da população residente no Concelho é fortemente influenciada pela oferta, em quantidade e qualidade, de equipamentos públicos de utilização coletiva. Neste aspeto, a evolução registada a partir do pós 25 de abril de 1974 foi deveras positiva e transformadora, não só no Redondo, mas também em todos os municípios do País.

De uma situação em que faltavam os serviços públicos mais básicos, com destaque para a água potável canalizada, passou-se para outra onde se equaciona o investimento em equipamentos de lazer, tal tem sido o esforço registado a todas as escalas e geografias.

Como é sabido, a oferta de equipamentos e dos seus respetivos serviços é um fator que, para além de contribuir para a fixação de população, também induz, concomitantemente, melhores condições para o acolhimento de atividades económicas, apesar de não serem a primeira condição para que tal ocorra.

## 2. EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

Do conjunto de equipamentos públicos de utilização coletiva presentes no concelho de Redondo os vocacionados para a educação e ensino destacam-se claramente pela evolução negativa que apresentam nos últimos 30 anos. A diminuição da população em idade escolar, decorrente do decréscimo demográfico resultante da emigração e da quebra dos índices de natalidade tiveram, no concelho de Redondo, à semelhança do que aconteceu na maioria dos municípios do interior do País, uma consequência imediata: o encerramento dum elevado número de escolas por falta de procura.

O esforço realizado após 1974 para dotar o País de uma cobertura de equipamentos que materializasse a necessidade de tornar acessível à generalidade da população o direito ao ensino, e que facilitasse esse acesso à medida que o prolongamento da escolaridade obrigatória foi atingindo níveis cada vez mais elevados, permitiu a implantação, em muitas localidades, de escolas com níveis de ensino antes inexistentes (2º, 3º ciclo do ensino básico).

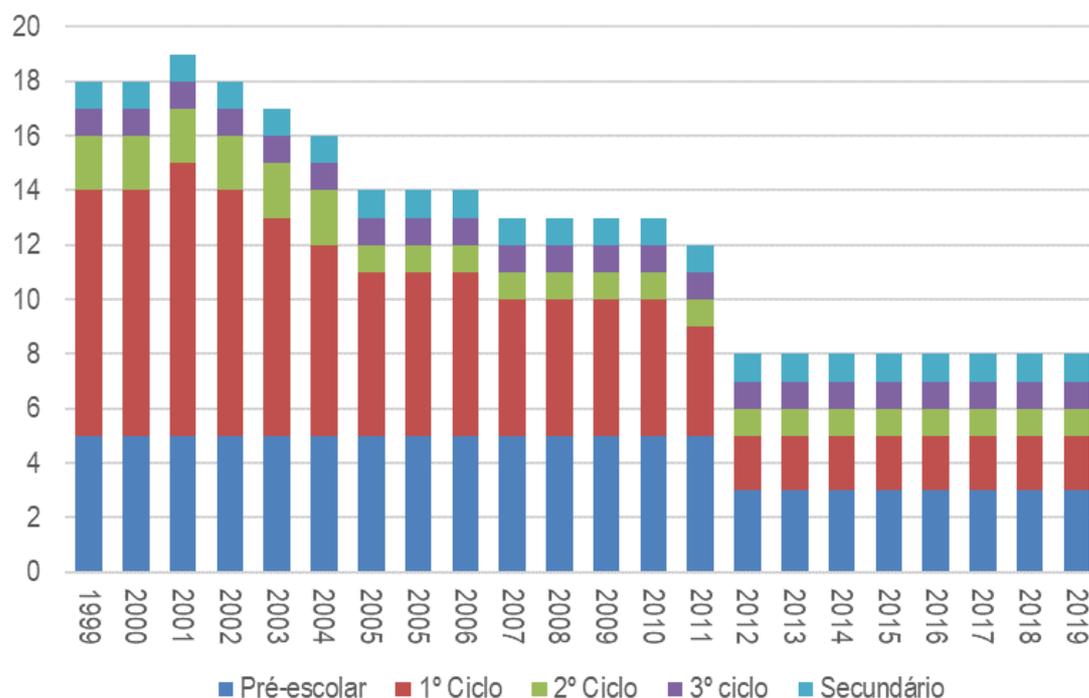
Concomitantemente, ocorreram duas outras tendências neste domínio: (i) em primeiro lugar o prolongamento da escolaridade e a procura de qualificações iniciais mais elevadas favoreceu o enorme aumento do contingente de jovens com intenção de prosseguir os estudos para os graus superiores, secundário e universitário. Muitas localidades com maior centralidade e recursos, sobretudo as sedes de municípios, foram dotadas de escolas secundárias com um perfil de oferta que se foi diversificando e consolidando (formações profissionais e profissionalizantes, ofertas específicas, etc.); (ii) em segundo lugar, as alterações verificadas nas estruturas familiares e no mercado de trabalho, com uma maior igualdade nas funções desempenhadas por ambos os géneros, implicou uma procura muito acentuada de

educação pré-escolar. Os estabelecimentos de ensino pré-escolar, de iniciativa pública ou privada, generalizaram-se.

Correspondendo ao aumento da procura de ensino motivada por estes fatores, a expansão da rede escolar foi muito significativa nas décadas de 70 e 80 do século XX e abrangeu todo o território nacional. Na década de 90 começam a surgir os primeiros sinais de excesso de oferta, face à escassez de população mais jovem, sinais esses que se concretizam nas décadas posteriores com o encerramento ou a extinção de muitas escolas do 1º e do 2º ciclo do ensino básico e de muitos jardins-de-infância em vastas áreas, em particular nas regiões do interior. Este processo regressivo, face ao cenário previsível da evolução demográfica do país, vai continuar e exigir progressivas racionalizações da rede escolar.

O município de Redondo é um exemplo deste fenómeno. Nos anos 90 já se tinha procedido ao encerramento de algumas escolas do 1º ciclo, que surgiam em quase todas as localidades do Concelho. No total, existiam 25 salas de aula deste nível de ensino no Concelho, concentrando a sede 48% do total. Na primeira década do século XXI continuou o processo de reorganização da rede escolar do concelho, com o encerramento de estabelecimentos através da junção da educação pré-escolar com o 1º ciclo. A Figura 101 mostra a evolução sofrida nos últimos 20 anos.

Figura 101 - Número de estabelecimentos por níveis de ensino – Concelho de Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do INE

A geografia municipal dos equipamentos de educação transformou-se: os estabelecimentos de educação centralizaram-se na sede de concelho e em Montoito e, por razões de escassez de alunos, todas as outras localidades do município viram encerradas as escolas do 1º ciclo – Santa Susana, Foros da Fonte Seca, Freixo, Vinhas, Aldeias de Montoito, Falcoeirias, Aldeia da Serra; os jardins-de-infância – Santa Susana, Foros da Fonte Seca, Monte Virgem; e a Escola Básica de Ensino Mediatizado do Montoito, uma unidade de telescola cobrindo o 2º ciclo do ensino básico. Também se registavam estabelecimentos para alunos com mais de 14 anos no Redondo (1º ciclo), Montoito (1º e 2º ciclos) e Aldeias de Montoito (1º ciclo). Em Vinhas, existia uma unidade de extensão educativa onde se ministrava um curso socioeducativo.

Atualmente os equipamentos em funcionamento estão constantes no quadro seguinte:

Quadro 104 – Estabelecimentos de Ensino do Concelho de Redondo

<b>Estabelecimento</b>	<b>Nível de Ensino</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano de Construção</b>	<b>Localização</b>
Centro Infantil Nossa Sr.ª da Saúde	Creche e Jardim de Infância	Privado -IPSS	1700	Redondo
Centro Escolar de Redondo	Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico	Público - Agrupamento de Escolas de Redondo	2008	Redondo
Escola Básica e Secundária Dr. Hernâni Cidade	2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário	Público - Agrupamento de Escolas de Redondo	1979	Redondo
Centro Escolar de Montoito	Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico	Público - Agrupamento de Escolas de Redondo	2010	Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

As escolas públicas estão juntas num único agrupamento escolar: Agrupamento de Escolas de Redondo, que integra os Centros Escolares de Redondo e de Montoito, que têm o mesmo perfil de oferta: Jardim de Infância e 1º ciclo do ensino básico; e a Escola Básica e Secundária Dr. Hernâni Cidade, que é a única escola do concelho com oferta do 2º e 3º ciclos e ensino secundário.

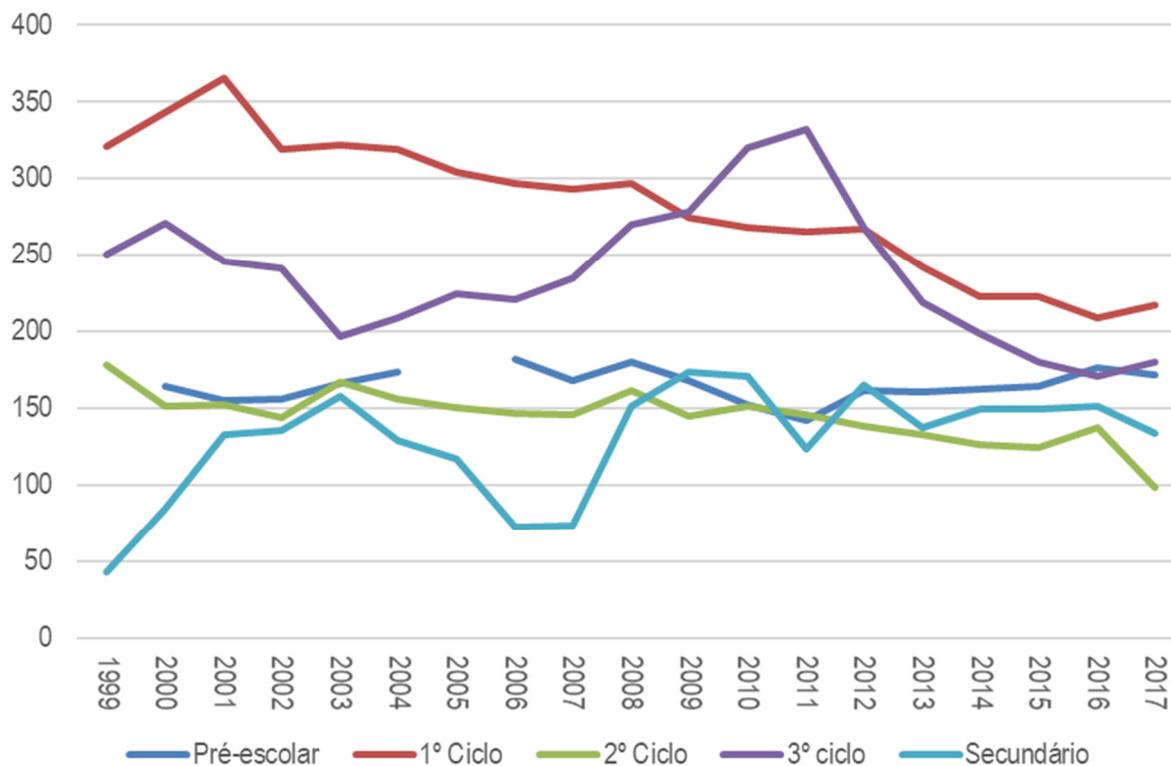
Para além das escolas públicas só existe um estabelecimento privado, que integra só as tipologias de Creche e Jardim de Infância: o Centro Infantil N<sup>a</sup> Sra da Saúde, uma instituição particular de solidariedade social de cariz religioso, fundada em 1721 e localizada num edifício histórico na sede de concelho.

Numa breve caracterização dos equipamentos refira-se que:

- O Centro Escolar de Redondo tem uma abrangência, ao nível da freguesia, para crianças do ensino pré-escolar e do 1<sup>o</sup> ciclo do ensino básico, é constituído por 20 salas de aula, uma biblioteca, um refeitório, sala de informática e gabinetes de trabalho. Na Educação Pré-escolar tem uma capacidade para 129 crianças.
- O Centro Escolar de Montoito destina-se também a alunos do pré-escolar e do 1<sup>o</sup> ciclo do ensino básico e está equipado com 6 salas de aula, uma biblioteca e um refeitório. Na Educação Pré-escolar tem uma capacidade para 25 crianças.
- O Centro Infantil Nossa Sr.<sup>a</sup> da Saúde tem 2 valências: i) a creche, destinada a crianças até aos 3 anos de idade, com prioridade para crianças oriundas de famílias em situações precárias. É constituída por salas de atividades, uma sala de acolhimento e permanência e um refeitório. A creche tem uma capacidade para 55 crianças; ii) o jardim de infância é um estabelecimento regular de ensino pré-escolar e destina-se a crianças de idades entre os 3 anos e a entrada na escola básica. O perfil das instalações é semelhante ao da creche. Na Educação Pré-escolar existe capacidade para 25 crianças.
- A Escola Básica e Secundária Dr. Hernâni Cidade destina-se a alunos do 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ciclos do ensino básico e ensino secundário. É constituída por 8 edifícios, a maioria com 1 piso, 28 salas de aula e salas específicas de apoio ao ensino: oficinas, laboratórios, salas de informática. Tem ainda biblioteca, livraria, cantina e bar. Os espaços desportivos são constituídos por um ginásio com balneários, campo de jogos e pista de atletismo. Uma tipologia comum às escolas secundárias.

Face à evolução da frequência dos diversos níveis de ensino no concelho nos anos mais recentes (Figura 102) é possível assinalar que a oferta de equipamentos parece ser suficiente para os próximos anos.

Figura 102 – Alunos matriculados por níveis de ensino – Concelho de Redondo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do ME

Com exceção do ensino pré-escolar, que mantém uma procura muito constante desde o início do século, todos os níveis de ensino apresentam, com maior ou menor evidência uma tendência para a diminuição da oferta. O número de alunos matriculados nos 1º e 2º ciclos registam uma tendência nítida de decréscimo.

No 3º ciclo e secundário, embora menos evidente, os últimos anos também verificam uma diminuição, sobretudo muito forte no 3º Ciclo.

As taxas de escolarização (Quadro 115) também não permitem antever uma evolução crescente da procura. No ensino pré-escolar o universo da procura potencial está totalmente coberto pela oferta existente nos últimos dez anos (até 2017).

No ensino básico, o contingente de alunos inscritos aproxima-se dos 100%. Apenas no ensino secundário há margem de crescimento da procura já que apenas cerca de 70% dos jovens residentes com idade para a frequência se encontram matriculados.

A desistência e o abandono da escola é apenas um fator que terá aqui um significado mais marcado.

Quadro 105 – Taxas Brutas de Escolarização\* – Concelho de Redondo

	Pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário
2008	89,1	133,6	77,0
2009	92,3	126,3	92,0
2010	96,8	135,6	93,4
2011	101,4	136,3	69,1
2012	102,5	110,9	72,1
2013	97,6	102,2	64,6
2014	94,7	99,6	65,1
2015	94,3	95,5	72,0
2016	97,2	97,9	72,6
2017	100,6	95,7	70,2

\*percentagem de alunos matriculados face à população em idade normal de frequência dos ciclos.

Fonte: INE

Face ao panorama da oferta de equipamentos existente (em variedade e localização), à tendência possível de evolução da procura e à distribuição e evolução da população concelhia (*vide* capítulo da Demografia e Condições Sociais) é crível afirmar que a valorização e o aumento da qualidade dos equipamentos existentes tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino e da oferta escolar é a aposta de futuro.

### 3. EQUIPAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO, PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICAS

A administração territorial no município engloba a Câmara Municipal de Redondo, sediada em Redondo e 2 Juntas de Freguesia – Redondo e Montoito. A Câmara Municipal é o órgão executivo do Município responsável pela gestão quotidiana e governação. É composta por 1 presidente e 4 vereadores eleitos. A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município e integra os representantes das diferentes forças eleitas, bem como os Presidentes de Junta. As Juntas de Freguesia, com competências mais limitadas, e uma composição semelhante (um órgão executivo e um órgão deliberativo -a Assembleia de Freguesia) são também órgãos de gestão municipal que abrangem os territórios das respetivas freguesias.

No concelho do Redondo as atribuições relativas à prevenção e segurança públicas integram principalmente dois serviços e dois equipamentos públicos e um privado:

- O Serviço Municipal de Proteção Civil, que é composto pela Comissão Municipal de Proteção Civil, o órgão coordenador da proteção civil no município, responsável pela elaboração e acionamento do Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil e pela coordenação das diversas entidades com competências neste domínio.

- O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, constituído em 2008, é um serviço intermunicipal (Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa), responsável pela elaboração e implementação do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A presença de manchas florestais significativas no Redondo, designadamente a Serra d'Ossa torna este serviço particularmente importante.

Os equipamentos públicos de prevenção e segurança constam do quadro seguinte:

Quadro 106 - Equipamentos de prevenção e segurança públicas

Equipamento	Tipo	Serviços	Ano de construção	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Espaço construído para a finalidade	Localização
GNR - Posto Territorial de Redondo	Público - GNR	Esquadra / Posto de Polícia / Guarda	1945	1930	469	Sim	Redondo
Bombeiros Voluntários de Redondo	Privado - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Redondo	Quartel / Posto de Bombeiros / Transporte de Doentes	1989	584	1046	Sim	Redondo
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Redondo	Privado	Emergências. Serviços de Socorro. Voluntariado. Formação.	-	-	-	Não	Redondo

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

Existem três equipamentos com relevo neste domínio:

- O Posto Territorial de Redondo da Guarda Nacional Republicana, com as valências comuns nestes equipamentos: Esquadra com atendimento público, Posto Policial e Guarda. As instalações são de 1945 têm já alguma antiguidade, mas foram construídas para o efeito.

- Os Bombeiros Voluntários de Redondo, uma associação (Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Redondo) fundada em 1950, também com valências usuais de Quartel, Posto de Bombeiros e Transporte de Doentes e competências vastas no domínio da prevenção da sinistralidade e socorro às populações. Com um corpo de bombeiros com cerca de 50 elementos e viaturas adequadas (4 viaturas de apoio, 4 carros de combate a incêndios, 10 viaturas de emergência e transporte de doentes). As instalações são relativamente recentes, de 1989, e também foram construídas com especificamente para a finalidade em causa.
- A Cruz Vermelha Portuguesa tem uma delegação em Redondo, na sede de concelho. As suas atribuições incluem assistência em situações de emergência, transporte de doentes, teleassistência, formação no domínio da prevenção da sinistralidade, da preparação para catástrofes e emergências, do socorrismo. Tem também uma vertente de apoio social, educativa, e no âmbito da saúde, bastante vasta.

#### **4. EQUIPAMENTOS SOCIAIS**

Os equipamentos sociais do concelho classificam-se em três âmbitos:

- Os serviços de atendimento público de apoio social.
- Os equipamentos sociais para os mais jovens.
- Os equipamentos sociais para idosos.

O quadro seguinte elenca o conjunto destes equipamentos, tendo em atenção que foi incluído nesta lista o Centro Infantil Nossa Sr.<sup>a</sup> da Saúde, uma IPSS de educação pré-escolar com uma faceta de apoio social muito acentuada, que já foi assinalado e caracterizado no ponto relativo aos equipamentos educativos.

Os serviços de atendimento público incluem o Serviço Local de Redondo do Instituto de Segurança Social, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social que processa, ao nível concelhio, o conjunto dos instrumentos públicos de apoio e solidariedade social ao nível nacional. Este equipamento está localizado, apenas, na sede de concelho.

O Gabinete de Ação Social, um equipamento municipal de atendimento público que realiza o aconselhamento, encaminhamento e acompanhamento de situações sociais sinalizadas, de modo a poderem ser diagnosticadas e orientadas para as respetivas respostas sociais existentes. Trabalha em rede com outras instituições sociais (Segurança Social, IPSS, Emprego, Saúde, ...). Com localização permanente na sede de concelho, este serviço realiza mensalmente o atendimento noutras localidades do município: Freixo, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeirias.

---

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), um serviço de apoio social criado em 2003 (com o nome de Gabinete de Apoio à Família) num acordo entre a Santa Casa da Misericórdia de Redondo e o Centro Distrital da Segurança Social de Évora. Tem como principais objetivos ajudar as famílias em situações de maior vulnerabilidade social e económica, prestando um apoio transversal. Inclui um serviço social, um núcleo de recursos: banco de alimentos e produtos de higiene, vestuário, equipamentos e mobiliário e uma cantina social.

A Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Redondo, constituída em 2011 no âmbito do Centro de Saúde de Redondo, é um serviço que fornece, para além de cuidados de saúde, apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário a pessoas vulneráveis em situação de risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo. A UCC é constituída por enfermeiros, assistente técnico, assistente operacional, médico, técnico de serviço social, fisioterapeuta e psicólogo.

A Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância de Redondo (ELIPIRED) é um serviço integrado no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), e é uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Redondo, desde 2008. Dirige-se a crianças dos 0 aos 6 anos com riscos graves de atraso de desenvolvimento mental ou físico. A equipa é constituída por constituída por duas docentes, uma terapeuta da fala, duas técnicas de serviço social, uma psicóloga, uma fisioterapeuta e uma enfermeira. A sua acção é desenvolvida no contexto da criança: escola, família e na sede do serviço – Centro de Saúde de Redondo.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 107 - Equipamentos sociais

Equipamento	Tipo	Serviços	Ano de construção	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Localização
Instituto de Segurança Social - Serviço Local de Redondo	Público - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	Atendimento Público: Ação Social, Geral, Tesouraria	Remodelado em 2016	160	160	Redondo
Gabinete de Ação Social	Público – Município de Redondo	Atendimento, encaminhamento, aconselhamento, acompanhamento de situações sociais sinalizadas	-	-	-	Redondo
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Redondo	Apoio geral a famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial e económica	-	-	-	Redondo
Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) de Redondo	Público - ARS Alentejo – Centro de Saúde Redondo	Apoio geral a pessoas e grupos em situação de risco ou dependência que requeiram acompanhamento próximo	-	-	-	Redondo
Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância de Redondo (ELIPIRED)	IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Redondo	Apoio a Crianças dos 0-6 anos com problemas de desenvolvimento	-	-	-	Redondo
Centro Infantil Nossa Sr.ª da Saúde	Creche e Jardim de Infância	Privado -IPSS	-	-	1700	Redondo
Lar António Manuel Fernandes Piteira	IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Redondo	Lar com Centro de Dia / Centro de convívio / Serviço de apoio domiciliário	-	630	1231	Redondo
Residência de Idosos Terceiro Eden	Privado - Terceiro Eden Lda	Lar de Idosos	2014 (reconstrução)	-	-	Redondo
Centro de Dia de Santa Susana	IPSS - Santa Casa da Misericórdia de Redondo	Centro de Dia / Serviço de apoio domiciliário	2014	312	450	Santa Susana
Casa de São José Operário	IPSS – Obra de São José Operário	Lar com Centro de Dia / Serviço de apoio domiciliário	-	2780	1073	Montoito
Lar de Nossa Senhora da Piedade	Privado	Lar com Centro de Dia	-	-	-	Courelas da Capela

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

No apoio à infância e/ou educação pré-escolar, existe, como já referimos, uma creche (3 meses a 3 anos de idade) associada a um jardim de infância (JI - 3 aos 6 anos de idade) partilhando o mesmo estabelecimento (0 a 6 anos) localizado na sede de Concelho sob gestão de uma IPSS – O Centro Infantil Nossa Sr.<sup>a</sup> da Saúde, com capacidade para 55 crianças. Existem ainda mais dois JI no Concelho, em Redondo e em Montoito, geridos pelo município. Também já os destacámos no ponto 1.1 Equipamentos Educativos.

O apoio social a idosos conta com 5 equipamentos:

- Dois lares de idosos na sede de concelho: o Lar António Manuel Fernandes Piteira pertencente à Sta Casa da Misericórdia de Redondo, e fundado em 1914. Inclui valências distintas, lar, centro de dia, centro de convívio e serviço de apoio domiciliário. Com serviços complementares de enfermagem, apoio nas atividades quotidianas, higiene, alimentação, tratamento de roupa, transporte, acompanhamento em saídas. É formado por um edifício principal para acomodação de idosos a nível singular e um edifício de quartos para casais idosos. Com espaços livres e ajardinados, fornece também animação sociocultural e outros serviços. Tem uma lotação máxima de 66 utentes no lar, 13 no Centro de Dia e 15 no serviço de apoio domiciliário.
- A Residência de Idosos Terceiro Éden, um lar privado fundado em 2014, com capacidade máxima de 16 utentes. Apresenta também um bom nível de oferta de equipamentos, serviços e atividades e é bastante inclusivo no perfil de pessoas e nas patologias aceites, com atividades específicas para estas.

Fora da sede de concelho existem três estruturas:

- O Centro de Dia de Santa Susana, uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Redondo, com lotação máxima de de 15 utentes, que presta também serviço de apoio domiciliário com capacidade para 10 utentes.
- A Casa de São José Operário, em Montoito, da IPSS Fundação de Solidariedade Social Obra de São José Operário, com uma estrutura residencial para 14 utentes, um Centro de Dia com capacidade para 18 utentes e serviço de apoio domiciliário com capacidade para 20 utentes.
- O Lar de Nossa Senhora da Piedade, em Courelas da Capela. Uma pequena estrutura residencial para 5 utentes e um Centro de Dia também com capacidade para 5 utentes.

**Face ao envelhecimento da população concelhia, evidenciado no capítulo respeitante à demografia e respetivas projeções demográficas, é previsível que a atual capacidade dos equipamentos de apoio social aos idosos, que em 2019 estava muito preenchida, mas aparentemente ainda não**

---

**completamente esgotada, deva constituir um alerta para as entidades responsáveis.** O número de idosos tende a aumentar e a procura destes serviços vai certamente exigir uma resposta pública e privada, que tenha em conta o alargamento e a qualidade dos serviços prestados.

## 5. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Os equipamentos de saúde presentes no concelho de Redondo podem dividir-se em 6 categorias:

- Estabelecimentos públicos de saúde.
- Clínicas privadas.
- Farmácias.
- Análises Clínicas.
- Clínicas Dentárias.
- Estabelecimentos de saúde animal.

O Centro de Saúde de Redondo é o equipamento de saúde com maior expressão no Concelho. Fundado em 2007 funciona atualmente num edifício construído para o efeito, em 2010, com inauguração em 2012. Estão ao serviço do Centro de saúde 5 médicos, sendo 4 médicos de família, 4 enfermeiros e 6 secretários clínicos que servem 6.340 inscritos (a quase totalidade da população do município). Não dispõe de internamento nem serviço permanente.

A cobertura do Centro de Saúde de Redondo é concelhia e possui 6 extensões em várias localidades – Freixo, Santa Susana, Aldeia da Serra, Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, constituídas por 1 gabinete de consulta médica em instalações adaptadas. Estas extensões prestam, na maior parte dos casos semanalmente, consultas médicas, serviços de enfermagem, exames de diagnóstico e serviços domiciliários de enfermagem.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 108 - Equipamentos públicos de saúde

<i>Equipamento</i>	<i>Tipo</i>	<i>Serviços</i>	<i>Ano de construção</i>	<i>Área de Implantação (m<sup>2</sup>)</i>	<i>Área Construída (m<sup>2</sup>)</i>	<i>Localização</i>
Centro de Saúde de Redondo	Público - ARS Alentejo	Centro de Saúde	2010	1330	1330	Redondo
Extensão de Saúde do Freixo	Propriedade Pública - Município de Redondo e Gestão Pública - ARS Alentejo	Extensão do Centro de Saúde	1997	97,5	67,5	Freixo
Extensão de Saúde de Santa Susana	Propriedade Privada. Gestão Pública - ARS Alentejo	Extensão do Centro de Saúde	-	-	-	Santa Susana
Extensão de Saúde da Aldeia da Serra	Propriedade Pública - Município de Redondo e Gestão Pública - ARS Alentejo	Extensão do Centro de Saúde	1967	164,5	164,5	Aldeia da Serra
Extensão de Saúde de Aldeias de Montoito	Propriedade Pública - Município de Redondo e Gestão Pública - ARS Alentejo	Extensão do Centro de Saúde	1967	238	133	Aldeias de Montoito
Extensão de Saúde das Falcoeiras	Propriedade Privada. Gestão Pública - ARS Alentejo	Extensão do Centro de Saúde	-	-	-	Falcoeiras
Extensão de Saúde de Montoito	Propriedade Pública - JF de Montoito e Gestão Pública - ARS Alentejo	Extensão do Centro de Saúde	-	-	-	Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 109 - Equipamentos privados de saúde

<i>Equipamento</i>	<i>Tipo</i>	<i>Serviços</i>	<i>Ano de construção</i>	<i>Área de Implantação (m<sup>2</sup>)</i>	<i>Área Construída (m<sup>2</sup>)</i>	<i>Localização</i>
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Redondo	Privado	Serviço de Socorro e emergência / Análises Clínicas / Exames de Diagnóstico / Consultas de Especialidades Clínicas				Redondo
Especlinis	Privado	Especialidades médicas e enfermagem				Redondo
Fisired	Privado	Várias Especialidades Médicas, Fisioterapia / Medicina Física e Reabilitação, Exames de Diagnóstico, Análises Clínicas.				Redondo
Análises Clínicas Germano de Sousa	Privado	Análises Clínicas - Posto de colheita				Redondo
Análises Clínicas Synlab	Privado	Análises Clínicas - Posto de colheita				Montoito
Clínica Dra Angélica Guidini	Privado	Clinica Dentária				Redondo
Doutor Ricardo Gomes - Clínica Dentária, Lda	Privado	Clinica Dentária				Redondo
Inacia P. R. Novelo Nobre	Privado	Clinica Dentária				Redondo
Piteira Catita, Lda	Privado	Clinica Dentária				Redondo
Celia R Salgado Caveiro	Privado	Clinica Dentária				Redondo
Clínica Veterinária de Redondo	Privado	Saúde animal				Redondo

Fonte: Câmara Municipal de Redondo e investigação própria

Quadro 110 - Equipamentos privados de venda de medicamentos

Equipamento	Tipo	Serviços	Ano de construção	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Localização
Farmácia Holon Redondo	Privado	Farmácia com serviços complementares	-	-	-	Redondo
Farmácia Xavier da Cunha	Privado	Farmácia com serviços complementares	década de 1930	-	-	Redondo
A Botica	Privado	Local de Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica e Produtos de Saúde, com serviços complementares	2015	-	-	Redondo
Farmácia Alentejo	Privado	Farmácia com serviços complementares	-	-	-	Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo e investigação própria

Integrado na rede do Serviço Nacional de Saúde, o Centro de saúde de Redondo tem como hospital de referência o Hospital Espírito Santo, EPE em Évora, para onde são dirigidos os pacientes em caso de necessidade hospitalar.

Existem ainda a operar na sede de Concelho, três Clínicas Privadas com perfis de valências diferenciadas e com oferta de várias especialidades médicas:

- A Delegação de Redondo da Cruz Vermelha Portuguesa, que, como já referimos, associa as consultas de especialidade a outros serviços médicos complementares: serviço de enfermagem, transporte de doentes, análises clínicas, exames de diagnóstico, ...
- A Especlínis, uma clínica privada com oferta de várias especialidades médicas e serviços de enfermagem.
- A Fisired, uma clínica privada com vasto leque de oferta de especialidades médicas, fisioterapia, medicina física e de reabilitação, exames complementares de diagnóstico, análises clínicas e produtos ortopédicos.

Foram recenseadas três farmácias e um “Local de Venda de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica” (vulgarmente designado como parafarmácia). Os 4 estabelecimentos fornecem também vários serviços

complementares, nomeadamente de medições e inoculações. Na sede de concelho estão localizadas duas das três farmácias e a parafarmácia. Montoito possui 1 farmácia.

Outros equipamentos do setor privado identificados foram: (i) dois postos de colheita de análises clínicas – um da rede Germano de Sousa, sediado em Redondo e outro da rede SYNLAB sediado em Montoito; (ii) cinco clínicas de medicina dentária, também localizadas na sede de concelho e, por fim, (iii) uma clínica veterinária também localizada na Vila de Redondo.

O perfil dos equipamentos de saúde no município do Redondo não difere do da maioria dos concelhos da região: uma unidade pública de cuidados de saúde primários e integrados: o Centro de Saúde, que no caso de Redondo, tem instalações recentes e funcionalmente adaptadas, com extensões nas maiores localidades do concelho. Clínicas privadas que oferecem uma variedade de especialidades médicas e outros serviços complementares. Face à estimativa de evolução da população nos próximos anos a cobertura atual deve ser suficiente. É necessário, contudo, ter presente que o utente dos serviços de saúde no município tenderá a ser cada vez mais a população idosa, com requisitos de cuidados de saúde mais específicos.

## **6. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS**

Os equipamentos desportivos relacionam-se fortemente com os equipamentos escolares, sobretudo em termos funcionais. As tipologias de referência utilizadas pela entidade que tutela o desporto são as seguintes: grandes campos de jogos, pistas de atletismo, pequenos campos de jogos, pavilhões e salas de desporto e piscinas, cobertas e de ar livre. O Concelho de Redondo apresenta todas estas tipologias desde há cerca de 20 anos.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 111 - Equipamentos desportivos

Equipamento	Tipo	Serviços	Ano de construção	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Localização
Pavilhão Gimnodesportivo	Direção Geral da Educação / Município de Redondo	Sala de Desporto Polivalente	1997	2101	2101	Redondo
Polidesportivo Descoberto	Público - Município de Redondo	Campo de Ténis / Campo Polidesportivo	2003	1950	200	Redondo
Piscina Municipal Coberta	Público - Município de Redondo	Natação / Hidroginástica	2000	866	866	Redondo
Piscina Municipal Descoberta	Público - Município de Redondo	Natação / Hidroginástica (Bar / Sala de Convívio)	1988	6500	690	Redondo
Campo do Calvário do Redondense Futebol Clube	Propriedade Pública - Município de Redondo. Gestão Privada - Redondense Futebol Clube	Campo de Futebol (Bar / Sala de Convívio)	-	11740	-	Redondo
Parque Ambiental de Redondo	Público - Município de Redondo	Campo Polidesportivo	2010	18240	0	Redondo
Equipamento Desportivo Da Escola Dr. Hernâni Cidade	Público	Ginásio, 3 campos de jogos, Pista de Atletismo				Redondo
Campo de Futebol Dr. Carlos Alberto Carreço Simões	Privado - CCRD Foros da Fonte Seca	Campo de Futebol (Bar)	1976	9000	-	Foros da Fonte Seca
Zona Verde de Recreio Lazer do Freixo	Propriedade Privada - Moisés Joaquim Pina Lopes. Gestão Pública - Município de Redondo	Campo de Futebol / Campo Polidesportivo	2012	10500	0	Freixo
Campo de Jogos de Santa Susana	Público - Município de Redondo	Campo Polidesportivo				Santa Susana
Campo de Jogos de Aldeia da Serra	Público - Município de Redondo	Campo Polidesportivo				Aldeia da Serra
Campo Manuel Mendes Vieira	Propriedade Pública - JF de Montoito. Gestão Privada - Montoito Futebol Clube	Campo de Futebol (Bar)	-	11740	230	Montoito
Campo de Jogos de Montoito	Público - Junta de Freguesia de Montoito	Campo Polidesportivo				Montoito
Pavilhão Polivalente de Montoito	Propriedade Pública - JF de Montoito. Gestão Pública - Município de Redondo	Sala de Desporto Polivalente	2014	3300	1101	Montoito
Campo de Futebol 25 de Janeiro	Público - Junta de Freguesia de Montoito	Campo de Futebol (Bar)	-	9200	250	Aldeias de Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

O forte investimento da autarquia neste domínio permitiu alcançar bons índices de cobertura para a prática desportiva e de lazer da população. Tendo em conta o volume da população residente, a sua estrutura etária e as previsões da sua evolução, não se prevê a necessidade de aumentar a oferta destes equipamentos a curto prazo, sem nunca deixar, no entanto, de salientar que a procura de qualidade exige sempre investimentos contínuos na oferta.

O pavilhão gimnodesportivo de Redondo é, porventura o equipamento mais saliente para a prática de qualquer tipo de atividade desportiva ou física. O pavilhão serve toda a população do concelho e dá apoio às escolas, associações e clubes desportivos do município, com uma oferta de aulas de ginástica promovidas pelo Município de Redondo.

O polidesportivo descoberto de Redondo, inaugurado cerca do ano 2000, é um espaço polivalente bastante versátil, com as características homologadas para a prática desportiva e onde os utentes podem também praticar uma atividade física informal e de lazer, ou praticando diversas modalidades. Existe ainda outro pavilhão polivalente no município, na freguesia de Montoito, propriedade da Junta de Freguesia que dá apoio também à população escolar.

A piscina coberta funciona com água aquecida e foi inaugurada em 2001. Encontra-se dotada de todos os meios necessários à aprendizagem da natação e hidroginástica, sendo esta a sua principal atividade. Está aberta durante todo o período letivo, encerrando nos meses de julho e agosto.

A piscina municipal descoberta é composta por duas piscinas de lazer e um espaço verde de apoio para descanso e outras atividades. O seu funcionamento é sazonal, estando aberta ao público nos meses de verão.

Os pequenos campos de jogos polidesportivos descobertos estão implantados em várias localidades do concelho: Redondo, Montoito, Freixo, Santa Susana, Aldeia da Serra.

Os campos de Futebol de 11 são quatro e, na maioria dos casos, são de propriedade pública e de gestão associativa: Redondense Futebol Clube, em Redondo; CCRD de Foros da Fonte Seca; Montoito Futebol Clube; Aldeias de Montoito.

## **7. EQUIPAMENTOS CULTURAIS**

Os equipamentos culturais têm merecido um investimento público muito significativo no Município de Redondo. A instalação em novos edifícios ou a remodelação de edifícios históricos para acolher os equipamentos culturais tem sido uma prioridade da gestão autárquica, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos munícipes, promover a capacidade de atração do concelho, dar a conhecer a história, a cultura e as tradições locais. O município é atualmente dotado de um conjunto de infraestruturas culturais modernas e atrativas.

---

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 112 - Equipamentos culturais

Equipamento	Tipo	Serviços	Ano de construção	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Localização
Arquivo Municipal de Redondo	Público - Município de Redondo	Arquivo Municipal	2005/2006	300	300	Redondo
Biblioteca Municipal e Centro Lúdico de Redondo	Propriedade Privada - Santa Casa da Misericórdia de Redondo e Gestão Pública - Município de Redondo	Biblioteca / Centro Lúdico para crianças	Biblioteca, 1987; Centro Lúdico, 2004	680	680	Redondo
Centro Cultural de Redondo	Público - Município de Redondo	Teatro / Cinema / Recinto de Exposições / Galeria	2005/2006	1782	2731	Redondo
Coliseu de Redondo	Propriedade Privada - Santa Casa da Misericórdia de Redondo e Gestão Pública - Município de Redondo	Recinto para espectáculos tauromáquicos, variedades, dramaturgicos e outro tipo de eventos	2009	2851	2851	Redondo
Museu do Vinho	Público - Município de Redondo	Museu regional do Vinho / Posto de Turismo / Loja de vinhos	2000	221	442	Redondo
Museu do Barro	Público - Município de Redondo	Museu da Olaria tradicional de Redondo / Atelier de formação	Séc XVII (Convento de Santo António)	323,3	323,3	Redondo
Ecomuseu de Redondo	Público - Município de Redondo	Recinto de Exposições / Galeria / Centro de apoio para percursos	antiga Escola Primária de São Bento do Zambujal (anos 40/50 do séc. XX)	1184,4	118,4	Estrada Municipal Redondo - Évoramonte
Oficina das Ruas Floridas	Público - Município de Redondo	Espaço multifuncional de exposição, investigação, educação e centro de recursos de apoio às Ruas Floridas	antiga sala de espectáculos dos anos 40 do séc. XX	265	365	Redondo
Biblioteca e Centro Lúdico de Montoito	Público - Município de Redondo	Biblioteca / Centro Lúdico para crianças	1967	198	174	Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

O Arquivo Municipal de Redondo, inaugurado em 2006, num edifício próprio e adaptado à finalidade, acolhe, organiza e difunde o património documental do concelho (arquivo histórico) proveniente do acervo de várias entidades concelhias: CM de Redondo, Administração do Concelho de Redondo, Celeiro Comum,

JF de Redondo e de Montoito, Irmandades das Almas e do Santíssimo Sacramento de Redondo, Ordens Terceiras de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Redondo. Presta serviços de consulta, pesquisa e reprodução de documentos e constitui um instrumental fundamental de preservação e divulgação da história local.

A Biblioteca Municipal de Redondo, instalada num edifício histórico (solar) da sede de concelho (Biblioteca Fixa nº 124 da Fundação Calouste Gulbenkian) foi inaugurada em 1987, dispõe de espaços funcionais para consulta, áreas temáticas, realização de eventos, centro lúdico, espaço internet. Tem ainda uma extensão em Montoito e uma valência de serviço ao concelho: a Biblioteca Itinerante (BIR), que percorre semanalmente as localidades do concelho, disponibilizando os seus serviços a quem têm maiores dificuldades em deslocar-se.

O Centro Cultural de Redondo é um equipamento para realização de eventos em vários domínios das artes e do espetáculo, bem como para uma utilização polivalente (colóquios, seminários, congressos, etc.). Está instalado num edifício moderno, inaugurado em 2006. Consta de um auditório com 206 lugares, palco e salas para tradução simultânea e para reuniões e formação.

O Coliseu de Redondo é um equipamento emblemático do município. Resultante da recuperação da antiga praça de touros Simão da Veiga Júnior é um espaço que pode acolher, para além de espetáculos tauromáquicos qualquer outro tipo de eventos que exijam uma grande dimensão. Dispõe de 2000 lugares sentados nas bancadas a que podem acrescer cerca de 1000 lugares sentados na arena. O Coliseu de Redondo dispõe de uma cobertura em madeira, que lhe confere uma polivalência assinalável, equipamento de luz e som, e um palco amovível bem como várias áreas de apoio (enfermaria, curros, bar, camarins, cavalaria, balneários, ...).

Existem três museus que divulgam a história, a geografia, os produtos e as tradições locais:

- O Museu do Vinho de Redondo, inaugurado em 2001 e localizado na sede de concelho, centra-se na tradição vitivinícola regional e mostra um espólio dos instrumentos de fabrico do vinho nas suas várias etapas. Integra ainda uma loja de vinhos regionais e o Posto de Turismo.
- O Museu do Barro, inaugurado em 2009, e instalado no Convento de Santo António, mostra a olaria tradicional do concelho. Integra também uma loja e um *atelier* de formação.
- O Ecomuseu de Redondo, destinado a mostrar as paisagens, a fauna e flora locais, é um espaço aberto, de percursos pedestres, com um centro de acolhimento e informação sobre património natural do concelho, com exposição, que está instalado na antiga Escola Primária de São Bento do Zambujal.

A Oficina das Ruas Floridas é um equipamento municipal de promoção e divulgação da festa das Ruas Floridas de Redondo, um evento tradicional de Redondo, que consiste na decoração das ruas com papel colorido trabalhado figurativamente. Este acontecimento atrai milhares de visitantes de 2 em 2 anos e justificou, por parte da autarquia, a instalação de um espaço multifuncional de exposição, investigação, educação e centro de recursos de apoio à festa. Está instalado numa antiga sala de espetáculos da vila.

## **8. EQUIPAMENTOS DE APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

O Parque de Feiras e Exposições de Redondo, inaugurado em 2006, é um espaço polivalente construído para acolher diversos tipos de atividades. Dispõe de uma área bastante ampla, 5700 m<sup>2</sup>, que integra o Pavilhão de Exposições, com 2150 m<sup>2</sup> de área coberta. Tem como objetivo dotar o município de uma infraestrutura que permita a realização de eventos de promoção e mostra das atividades económicas do Concelho, bem como a realização de Feiras.

O Parque de Feiras e Exposições de Redondo integra também um parque de estacionamento e um parque de autocaravanismo para os visitantes que passam por Redondo.

O município dotou também o Montoito com um parque de feiras e mercados e um pavilhão de exposições polivalente.

O Centro de Apoio às Microempresas do Município de Redondo (CAME), criado em 2017, é um equipamento público municipal de apoio à atividade económica, designadamente propiciando condições (física e técnicas) ao funcionamento inicial de pequenas empresas concelhias. O Município remodelou as instalações do antigo mercado municipal, disponibilizando espaço equipado para a instalação das empresas (gabinetes com uma área de aproximadamente 10m<sup>2</sup>, equipados com mobiliário, nomeadamente secretária, cadeiras e armário). Inclui também espaços de “co-working” e espaços de utilização comum. O Município é responsável pela limpeza e segurança dos espaços comuns, concede gratuitamente às empresas os consumos de água, eletricidade, internet e telecomunicações, estas até um montante acordado.

O CAME acolhe ainda, por iniciativa do Município dois gabinetes de apoio ao funcionamento das empresas: o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (serviço municipal que presta informação, aconselhamento e apoio técnico aos agentes económicos) e o Gabinete de Inserção Profissional (um serviço que se dirige a jovens e adultos desempregados apoiando-os na inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em parceria com o Centro de Emprego de Évora). São estruturas técnicas importantes para o apoio aos empreendedores (sobretudo numa fase de incubação do desenvolvimento do negócio e da empresa) e ao mercado de trabalho locais.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 113 - Equipamentos municipais de apoio à actividade económica.

Equipamento	Tipo	Serviços	Ano de construção	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )	Localização
Parque de Feiras e Exposições de Redondo	Público - Município de Redondo	Recinto de Exposições / Conferências / Pequenos espetáculos / Serviço de restauração ocasional para festas.	2006	5700	2150	Redondo
Parque de Feiras e Exposições de Montoito	Público - Município de Redondo	Recinto de Exposições / Conferências / Pequenos espetáculos	(2008)			Montoito
Centro de Apoio às Microempresas do Município de Redondo	Público - Município de Redondo	Gabinetes para empresas / espaços comuns.	(2017)			Redondo
Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico	Público - Município de Redondo	Serviço municipal que presta informação, aconselhamento e apoio técnico aos agentes económicos	(2018)			Redondo
Gabinete de Inserção Profissional	Público - Município de Redondo e IIEFP	Serviço para jovens e adultos desempregados	(2018)			Redondo
Zona Industrial de Redondo	Público - Município de Redondo	Lotes infraestruturados para a instalação de indústrias e armazéns	1999 (1ª fase) e 2010-2011 (2ª fase)	29.954 m <sup>2</sup> (1ª fase) e 19.323 m <sup>2</sup> (2ª fase)		Redondo
Zona Oficial de Montoito	Público – JF de Montoito	Lotes infraestruturados para a instalação de indústrias e armazéns	Década de 70	107.120 m <sup>2</sup>		Montoito
Posto de Turismo de Redondo	Público - Município de Redondo	Serviço de apoio a visitantes				Redondo

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

O Município tem 2 zonas industriais, em Redondo e em Montoito. onde disponibiliza lotes para instalações industriais e de armazenagem diversificadas.

Em Redondo, numa primeira fase, a zona industrial disponibilizou com 59 lotes de terreno com dimensões que variam entre os 161 e os 285 m<sup>2</sup> de terreno, devidamente infraestruturados e que já estão totalmente ocupados. Atualmente, segundo informação da CM, tem 35 PME's que operam em vários sectores (reparação de veículos automóveis, serralharia, carpintaria, produção alimentar, fabrico de toldos e capotas, fabricação de mobiliário alentejano, construção civil, venda e montagem de equipamentos elétricos, distribuição, serviços de higiene e segurança alimentar, entre outros). A necessidade de expansão tornou-se necessária e o município criou uma nova área empresarial, que abrange uma superfície de 19.323m<sup>2</sup>, com 21 lotes de terreno (1 para equipamentos e 20 para indústria / armazéns). Esta zona integra

205 lugares de estacionamento privados e 38 públicos. Manteve-se a disponibilização de lotes de dimensões não muito significativas (16 dos 20 lotes destinados à indústria têm entre 370 e 470 m<sup>2</sup>), de modo a conjugar as características da procura com a manutenção da coerência urbanística do conjunto.

O Montoito, por iniciativa da Junta de Freguesia de Montoito, criou também uma zona industrial que abrange uma área total de 107.120 m<sup>2</sup>. Os lotes estes apresentam uma dimensão que varia entre os 1023 e os 12199m<sup>2</sup>. Ao nível das infraestruturas tem rede de abastecimento de água, energia elétrica, esgotos e rede de acessos. Existem 30 lotes e 26 deles estão atribuídos. Neste momento existem apenas 2 empresas em atividade e 4 lotes disponíveis.

Deve mencionar-se também, neste domínio, o Posto de Turismo de Redondo, a funcionar associado ao Museu do Vinho, pela importância crescente do sector turístico na economia municipal. A crescente procura e oferta de produtos associados ao turismo – restauração, alojamentos, atividades, ... - no Concelho, torna este equipamento cada vez mais necessário. Para muitos visitantes constitui a “porta de entrada” no município.

## 9. OUTROS EQUIPAMENTOS RELEVANTES

### 9.1. Cemitérios

O município gere 5 cemitérios: em Redondo, Montoito, Aldeia da Serra, Freixo e Santa Susana, com áreas diferenciadas segundo a dimensão das povoações. Em todos os cemitérios existe área disponível para expansão pelo que não se preveem dificuldades neste domínio.

Quadro 114 - Cemitérios

Equipamento	Tipo	Serviços	Área de Implantação (m <sup>2</sup> )	Área para expansão	Localização
Cemitério de Redondo	Público - Município de Redondo	Cemitério e serviços complementares: Capela, Casa Mortuária	11632	Sim	Redondo
Cemitério da Aldeia da Serra	Público - Junta de Freguesia de Redondo	Cemitério e serviços complementares: Capela, Casa Mortuária	707	Sim	Aldeia da Serra
Cemitério do Freixo	Público - Junta de Freguesia de Redondo	Cemitério e serviços complementares: Capela, Casa Mortuária	1007	Sim	Freixo
Cemitério de Santa Susana	Público - Junta de Freguesia de Redondo	Cemitério	1000	Sim	Santa Susana
Cemitério de Montoito	Público - Junta de Freguesia de Montoito	Cemitério e serviços complementares	5300	Sim	Montoito

Fonte: Câmara Municipal de Redondo

## 9.2. Espaços Verdes

O Concelho ainda hoje mantém a sua ambiência rural, de baixa densidade de ocupação e de aglomerados urbanos de pequena dimensão, pelo que a problemática dos espaços verdes não assume a mesma importância que noutras áreas do País.

Os estudos do PDM em vigor consideravam no âmbito da “estrutura verde principal” (estrutura verde integrada no contínuo natural do município) apenas as hortas urbanas, as quais não tinham grande importância apenas nos dois lugares sedes de freguesia: Redondo e Montoito. Estas hortas não eram propriamente um equipamento (promoção pública) mas apenas a ocupação de parcelas agrícolas no interior dos aglomerados onde se praticava uma agricultura de subsistência.

Relativamente à “estrutura verde secundária”, eram aqui incluídos os espaços verdes públicos de passagem ou estadia, mas com algum grau de equipamento ou mobiliário urbano, ainda que ligeiro. Neste caso, apenas na sede se localizava um espaço verde deste tipo, o Jardim Municipal que data dos anos 40 do século XX, e recentemente requalificado (2017) a par, juntamente com os povoados de Montoito e Aldeias de Montoito, de espaços de recreio infantil.

Atualmente, o Parque Ambiental de Redondo, inaugurado em 2010 e localizado na sede de concelho, é o equipamento mais relevante criado pelo município neste domínio. Está equipado com um conjunto de estruturas de apoio à fruição da natureza: quiosque, instalações sanitárias, parque de estacionamento, circuito de manutenção para adultos, parque infantil, circuito de reabilitação, campo de jogos polivalente. É atravessado por uma ribeira, com um extenso espelho de água.

Em 2017 foi também construído o Parque Ambiental de Montoito, uma estrutura verde com equipamentos de apoio na sede de freguesia.

## 9.3. Outros equipamentos públicos

Destacam-se também alguns equipamentos públicos presentes no Município, todos localizados na sede de concelho, não enquadrados nas categorias mencionadas, mas que são muito salientes para a vida da população:

- O Mercado Municipal de Redondo. Um equipamento moderno que acolhe o comércio tradicional. Tem uma construção recente aproveitando antigos armazéns da EPAC. Ocupa uma área total de 688,5 m<sup>2</sup> e dispõe de 42 bancas, 2 talhos, 2 peixarias, área de lavagens, área de estacionamento e 2 cafés com esplanada.
- Cartório Notarial e Conservatória do Registo Civil e Predial de Redondo.

- Serviço de Finanças de Redondo.
- Tribunal Judicial de Redondo.
- Canil Municipal.

#### **9.4. Outros equipamentos privados**

Também no sector privado, algumas funções centrais de bens e serviços devem ser destacadas:

- CTT Estação de Redondo – Encerrada no final de 2018, o serviço de correio passou a ser desempenhado por um estabelecimento comercial. A sua reabertura está, no entanto, prevista ainda para 2019.
- Agências bancárias, presentes na sede de concelho:
  - BPI
  - Caixa Geral de Depósitos;
  - Caixa de Crédito Agrícola;
  - Millennium BCP.
- Grandes superfícies comerciais, também localizadas na sede de concelho:
  - Intermarché;
  - Minipreço;
  - Cooperativa de Consumo Rainha da Salvação Popular de Redondo CRL.

## VIII. PATRIMÓNIO

## 1. PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL EDIFICADO

### 1.1. Património classificado e zonas de proteção

No PDM em vigor, o tema que este relatório segue de perto e atualiza surge num ponto 5 de um volume IV designado por “urbanismo”. Nele refere-se que foi efetuado o levantamento do património cultural classificado e respetivas zonas de proteção no Concelho, com base nas fichas de inventário da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (DGEMN), atual Direção Geral do Património Cultural (DGPC), tendo a informação nelas contida sido confirmada junto do IPPC – Direção Regional de Évora, atualmente integrado na Direção Regional de Cultura do Alentejo.

O quadro seguinte enuncia os imóveis classificados no Concelho. Não se verifica uma grande quantidade deste tipo de património, quer quanto a arqueológico, quer quanto a edifícios e outros elementos construídos. Não obstante, a região é reconhecidamente uma das mais ricas do País em vestígios dolménicos, sendo o dólmen furado da Herdade da Candeeira considerado um exemplar único em Portugal.

Quadro 115 – Património cultural classificado no concelho de Redondo

Designação	Categoria patrimonial	Data da classificação	Alargamento da zona de proteção
Anta da Herdade da Candeeira	MN	1910	
Anta da Herdade das Tesouras	MN	1910	
Anta da Vidigueira	MN	1910	
Pelourinho de Redondo	IIP	1933	
Restos da muralha e torre de menagem do castelo de Redondo	MN	1946	1962
Convento de S. Paulo, incluindo azulejos do séc. VII, retábulo da capela-mor, 2 fontanários, fonte decorativa e jardins circundantes	IIP	1982	
Igreja da Misericórdia de Redondo	IIP	1993	
Monte da Palheta e Ermida de São Barnabé	IM	2003	
Igreja e Convento de Santo António	MIP	2013	
Herdade do Monte Branco	IIM	Em vias	

Fonte: PDM em vigor, *apud* DSMN-DGEMN e IPPC e DGPC

Entre 1992 e 2019 foram, entretanto, classificados os seguintes elementos patrimoniais: Igreja da Misericórdia de Redondo, Monte da Palheta e Ermida de São Barnabé, Igreja e Convento de Santo António e Herdade do Monte Branco. Foram também apresentados outros processos de pedido de classificação por parte da autarquia que, no entanto, não tiveram parecer positivo e seguimento por parte da entidade da tutela. Ficaram nesta situação os seguintes elementos edificados: um celeiro comum, também designado por celeiro do povo; um edifício na Praça D. Dinis, n.º 24-26, na sede de concelho; uma casa apalaçada na Rua Comendador Ruy Gomes (antiga Rua Nova), n.º 29 no Redondo; e o edifício da atual

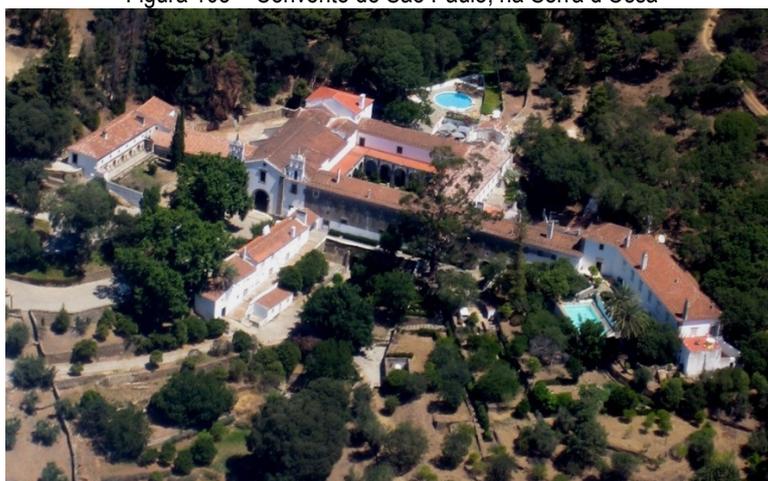
Biblioteca Municipal de Redondo. De notar também que a Herdade do Monte Branco já tem parecer positivo da DGPC e está em vias de classificação.

As zonas de proteção que decorrem do regime geral jurídico-administrativo do património, têm uma base puramente geométrica e limitam-se por uma linha de perímetro a 50 metros do objeto classificado. Em algumas situações são determinadas zonas de proteção especiais alargadas, abrangendo conjuntos ou elementos de importância relevante para o enquadramento do imóvel em questão. Esta situação apenas se verificou no Concelho em 1962, relativamente ao castelo do Redondo, não sendo mesmo assim perceptível nesse alargamento nenhuma preocupação de enquadramento coerente, integrando unidades de tecido urbano.

O estado de conservação do património classificado do Concelho era, quanto ao edificado, geralmente razoável. Este facto prende-se com a sua reduzida expressão, com a sua localização urbana dominante e com o desenvolvimento de formas de assegurar a conservação pela autossustentação económica, gerando receitas próprias. Ressalve-se que do castelo do Redondo restam apenas trechos de muralha em ruína s, duas torres, sendo uma delas de menagem e duas portas: (i) a da Ravessa, ou do Sol, virada a nascente; e (ii) a do Postigo, virada a poente.

O caminho da viabilidade pela reutilização funcional, base de uma eficaz política de reabilitação do património classificado, foi encetado no Convento de S. Paulo, na Serra d'Ossa, edifício de propriedade privada que já no princípio dos anos 90 estava em vias de reconversão e que atualmente é uma unidade hoteleira de 4 estrelas.

Figura 103 – Convento de São Paulo, na Serra d'Ossa



Fonte: <https://www.hotelconventosaopaulo.com/pt/gallery.html>

Quanto ao património arqueológico classificado, dada a dificuldade em o integrar em iniciativas semelhantes, a sua conservação e divulgação coloca problemas suplementares. Considerava-se, assim,

---

no princípio dos anos 90 que tal facto acentuava os riscos da sua degradação. Na mesma altura, os estudos do PDM também chamavam a atenção para o facto de a Câmara Municipal não fazer uso da figura de “valor concelhio”<sup>3</sup>, a qual podia ser expressamente aplicada a “conjuntos de valor (...) histórico, artístico ou paisagístico”, para classificar algum património existente no seu território.

### **1.2. Património imóvel não classificado ou que foi, depois dos estudos de 1992, entretanto classificado**

O conhecimento apurado no decorrer da elaboração dos estudos do PDM em vigor, consolidou a ideia de que o património edificado assumia algum interesse sobretudo enquanto conjunto, prevalecendo a vertente urbanística sobre a arquitetónica. As relações com a envolvente natural e construída eram assim consideradas como da maior importância para a sua reabilitação. Neste sentido, chamava-se a atenção para o evidente interesse do centro histórico do Redondo, de origem muito antiga e com a acumulação de traços de influências históricas que foram intercalando elementos e influências de carácter mais urbano e erudito, com outras linguagens mais populares.

Ainda nos anos 90 do séc. XX, destacam-se os seguintes elementos patrimoniais que, na época, não estavam classificados:

- Igreja matriz – construída sobre as ruínas de uma igreja gótica desmoronada no séc. XVI; em 2019 não encontramos informação sobre a sua eventual classificação;
- Edifício dos Paços do Concelho; também em 2019 não encontramos informação sobre a sua eventual classificação;
- Convento de Santo António, junto ao cemitério, o qual se encontrava em estado de semi-abandono, mas que acabou por ser classificado como Monumento de Interesse Público (MIP) através da Portaria nº 148/2013, DR, 2.ª série, n.º 53, de 15-03-2013; em 2009 a autarquia adaptou partes deste monumento a Museu do Barro.

Para além dos valores patrimoniais materiais eruditos, destacavam-se também os de raiz popular, quer em termos de conjuntos urbanos característicos, com especial destaque para o caso do Montoito, quer sob a

---

<sup>3</sup> Lei 2032, de 11/6/1949, a qual estabelece disposições sobre proteção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagísticos concelhios, incumbindo às câmaras municipais promoverem a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, dos elementos ou conjuntos acima referidos e de colaborarem na proteção e vigilância dos mesmos.

---

forma de “montes” e construções isoladas ligadas às atividades agrárias. Nos estudos do PDM em vigor destacavam-se os seguintes edifícios e conjuntos:

- Ao longo da EN 254, logo no início da entrada no Concelho para quem se desloca de Évora, destacava-se o casario que constituía o Monte da Palheta, com uma configuração de pequeno aglomerado urbano; atualmente aparenta ter uso agrário;
- Monte da Lage;
- Monte do Zambujal;
- Monte de Picarrel;
- Monte do Forinho;
- Monte dos Gaios, nas proximidades da EM Redondo - Évora Monte;
- Quinta da Vidigueira, idem;
- Quinta do Freixo, ibidem;
- Continuando para norte ao longo da mesma estrada, destaca-se o Monte Virgem, em plena Serra d'Ossa, próxima da ...
- Aldeia da Serra e ...
- Convento de São Paulo;
- A sul do Redondo, junto à EM 534, encontra-se o Monte do Zambujeiro, com construção solarenga e tapada com muitas e variadas espécies;
- No CM 1102 em direção a Vinhas, destaca-se a Horta do Gama;
- Na EN 381, em direção a Montoito ficam os seguintes montes: Monte Bogada, ...
- Monte Branco da Piedade, nas proximidades da albufeira da Vigia, onde se situam vestígios de estrada romana e de um marco miliário e, ainda, uma capela de peregrinação; e ...
- Monte da Sapatoa, constituído por um conjunto de construções com capela, situado entre dois braços da albufeira da Vigia;

- Junto ao CM 1095, o qual parte de Montoito em direção ao castelo de Valongo, destaca-se o Monte da Mencoca; considerava-se que todo o conjunto registava especial interesse, tanto pela volumetria simétrica, como pelos elementos decorativos (azulejos, pináculos e cantarias); todo o conjunto tem uma linguagem arquitetónica própria do Estado Novo;

Por último, deve destacar-se a quantidade e a variedade do património arqueológico, facto que atesta a antiguidade da ocupação humana, não só do Concelho, como de toda a região. Os quadros seguintes listam as características que foi possível apurar pela consulta da base de dados cedida pela Câmara Municipal do Redondo.

Em termos da tipologia de recursos patrimoniais arqueológicos, verifica-se:

- como seria de esperar, uma maior abundância de habitats ou recintos, por vezes associados a outros tipos menos importantes, tais como pedras (331 casos de habitats ou recintos, 289 dos quais caracterizados apenas como habitats, 14 como recintos e os restantes associados a outros achados menores);
- achados isolados ou avulsos (116 casos) que também surgem, naturalmente, associados a outros tipos mais relevantes, já que o achado isolado não caracteriza ou vincula o local onde surge;
- Sepulturas megalíticas ou necrópoles, incluindo ainda uma mamoa, em 58 casos;
- Menires ou monólitos em número de 14;
- 8 villas romanas, naturalmente apenas alguns vestígios;
- 20 casos de achados variados, 16 dos quais são única e exclusivamente “pedras com covinhas”, mas destacando-se 1 Chafurdo e um Tholo, mais uma Santa Teresinha de época romana.
- 7 casos não têm qualquer informação, mas pela sua designação adivinha-se a natureza de algumas: Anta 1 das Chãs, Anta 2 das Chãs, S. Gens, três casos ligados ao Monte dos Altos e, por fim, Sapatoa.

## 2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

No território concelhio foram identificados 554 sítios arqueológicos que apresentavam uma grande variedade de achados, cuja classificação por tipos mostra uma preponderância dos habitats (a que juntámos as *villae* e os recintos), correspondentes a 61,2% do total, logo seguidos dos achados avulsos ou isolados, com 20,9%.

De entre os sítios que consideramos mais relevantes, tanto em termos do seu impacte espacial, como da sua importância enquanto recursos visitáveis, salientamos as “antas, sepulturas megalíticas ou necrópoles” e os “menires, monólitos ou megálitos”. Quais quer um destes tipos são predominantemente pré-históricos, a época histórica mais representada no Concelho, tal como se pode constatar no Quadro 117.

Quadro 116 – Sítios arqueológicos segundo o tipo de achados

Tipo de achado	Frequência de sítios	
	Nº	%
Sem referência	7	1,3
Achados isolados ou avulsos	116	20,9
Menires, monólitos ou megálitos	14	2,5
Habitats, villae ou recintos	339	61,2
Antas, sepulturas megalíticas ou necrópoles	58	10,5
Pedras com covinhas	17	3,1
Outros	3	0,5
TOTAL	554	100,0

Fonte: CMR

Quadro 117 – Sítios arqueológicos segundo a época estimada dos achados

Épocas	Frequência de sítios	
	Nº	%
Anterior aos romanos	285	51,4
Já com sinais de ocupação romana	229	41,3
Época Medieval	30	5,4
Sem referência ou indeterminada	10	1,8
Total	554	100,0

Fonte: CMR

A carta arqueológica do Concelho, a qual faz parte integrantes do PDM, trata de forma detalhada o património arqueológico.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 118 – Listagem do património edificado classificado do concelho de Redondo

<i>Designação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
Anta da Vidigueira	Classificado como MN - Monumento Nacional. Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	Anta da Vidigueira (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )	Arqueologia / Anta	Herdade da Vidigueira / Lugar do Freixo	-	Classificada como "Monumento Nacional" em 1910, a "Anta da Vidigueira" foi erguida entre o IV milénio a. C. e o III milénio a. C de modo relativamente isolado numa planície junto à R.ª do Freixo, enquadrando-se cronologicamente no entendimento generalizado de "Megalitismo eborense", cujo exemplar mais notável é geralmente atribuído à "Anta Grande da Comenda da Igreja", localizada em Montemor-o-Novo. Bastante bem conservada no seu conjunto, remanescem in situ da primitiva estrutura megalítica sete dos esteios graníticos que comporiam originalmente a respetiva câmara sepulcral de planta poligonal centralizada, bem como a correspondente laje de cobertura - ou "chapéu" -, apesar de se encontrar fraturada. Quanto ao corredor de acesso ao seu interior, são ainda visíveis, de igual modo in situ, quatro dos esteios que o constituíam primitivamente. O efeito visual que o monumento nos transmite de se encontrar aparentemente erguido sobre uma espécie de terreiro decorre, essencialmente, da presença de um dos níveis de construção da mamoa - ou tumulus -, ainda bastante destacável nos seus quase oito metros de diâmetro.	AMartins
Prédio militar n.º 1, constituído por restos de muralha e torre de mandarem do Castelo de	Classificado como MN - Monumento Nacional. Decreto n.º 35 443, DG, I Série, n.º 1, de 2-01-1946	Castelo do Redondo / Cerca urbana do Redondo (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )	Arquitetura Civil / Edifício	Largo de D. Dinis, Redondo	Portaria de 9-03-1962, publicada no DG, II Série, n.º 72, de 26-03-1962 (com ZNA)	São ainda discutidas as origens do castelo medieval de Redondo. A maioria dos autores admite a formação do território no reinado de D. Afonso III, com posterior confirmação por D. Dinis, através de foral (1318) e do início da construção do castelo (1319). Outros investigadores situam a edificação do recinto em época posterior, já avançada no século XIV. Ambas as perspetivas carecem de evidência arqueológica, mas é certo que, em qualquer dos casos, Redondo aparece na história nacional numa fase tardia, passados os tempos de luta militar pelo território e há muito implementados os processos de povoamento. A própria estrutura castelar evidencia a escassa relevância da localidade. Ao contrário de uma ampla fortaleza, dominante sobre uma vasta área circundante, o reduto é de modestas proporções, definindo-se a partir de uma planta circular reforçada por seis	PAF

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Designação	Situação atual	Outras Designações / Pesquisas	Categoria / Tipologia	Endereço / Local	Abrangido em ZEP ou ZP	Nota Histórico-Artística	Autor
						<p>torres cilíndricas. A torre de menagem, de secção quadrangular, adoça-se à cerca, defendendo-a ativamente. O acesso ao interior do recinto faz-se por duas portas, reforçadas harmonicamente por duas torres de cada lado, rasgadas a poente (do Sol) e a nascente (da Ravessa).</p> <p>A torre de menagem foi parcialmente restaurada em 1920, mas os principais trabalhos de consolidação do castelo ocorreram em 1943, ano em que a DGEMN interveio no conjunto. Tratou-se de uma campanha limitada, tanto no tempo, como na amplitude, facto que faz com que o Castelo de Redondo seja uma estrutura medieval muito pouco alterada, que aguarda uma investigação mais profunda.</p>	
Anta da Herdade das Tesouras	Classificado como MN - Monumento Nacional. Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	Anta da Herdade das Dessouras / Anta do Colmeeiro 1 (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )	Arqueologia / Anta	Herdade da Dessouras, EM 254, Évora - Redondo, Lugar do Freixo	-	<p>Esta anta localiza-se numa pequena elevação no meio do montado, na margem da ribeira do Freixo, em posição isolada e com uma expressiva presença na paisagem. Este monumento megalítico, identificado e publicado por Gabriel Pereira (1879) e posteriormente descrito por E. Cartailhac (1886) e Georg Leisner (1949), é constituído por uma câmara poligonal alongada (com cerca de 2,80 m de diâmetro), formada por sete esteios graníticos, com cerca de 1,50 m de altura, coberta por uma grande laje, atualmente fragmentada e por um corredor com cerca de 2,70 m de comprimento e 1,01 m de altura.</p> <p>As características arquitetónicas desta anta permitem enquadrá-la cronologicamente no Neolítico Final / Calcolítico (3500 - 2000 a. C.).</p> <p>Encontrando-se classificada como monumento nacional desde 1910, tem sido confundida com a Anta da Herdade das Dessouras / Dessouras 1, que se localiza na Herdade das Tesouras, com características arquitetónicas diferentes, dimensões mais reduzidas e em pior estado de conservação.</p>	C. Costeira/DG PC/2018.
Anta da Herdade da Candieira	Classificado como MN - Monumento Nacional. Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910	Anta da Herdade da Candieira (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )	Arqueologia / Anta	Herdade da Candieira, Aldeia da Serra, EM 381, Redondo - Estremoz	-	<p>Classificada como "Monumento Nacional" em 1910, a "Anta da Herdade da Candieira" foi construída entre o IV milénio a. C. e o III milénio a. C de modo relativamente isolado numa pequena encosta dos planaltos que precedem as ravinas mais abruptas da Serra d'Ossa, enquadrando-se cronologicamente no entendimento generalizado de "Megalitismo eborense", cujo exemplar mais notável é geralmente atribuído à "Anta Grande da Comenda da Igreja", localizada em Montemor-o-Novo.</p> <p>Da primitiva estrutura megalítica, remanescem in situ sete dos esteios que comporiam a respetiva câmara sepulcral de planta poligonal centralizada, com cerca de três metros de diâmetro e quase dois metros de altura, bem como a correspondente laje</p>	AMartins

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Designação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
						<p>de cobertura - ou "chapéu" -, executada em xisto. Do corredor original, de planta retangular oblonga, chegaram até nós fragmentos de apenas dois dos seus esteios erguidos junto à abertura da câmara, sendo ainda visíveis alguns vestígios da existência de mamoa - ou tumulus -, que teria cerca de cinco metros de diâmetro.</p> <p>A originalidade deste exemplar megalítico residirá, contudo, na presença de uma pequena abertura quadrangular no esteio de cabeceira da câmara funerária, com cerca de vinte por vinte centímetros de largura, constituindo, o que, também por isso, o transforma num exemplar único do círculo megalítico de toda a região alentejana. E embora se desconheçam, até ao momento, as suas reais funções (que as gentes locais ainda designam, muito significativamente, por "buraco da alma"), elas deveriam carrear toda uma carga mágico-religiosa inerente a rituais funéreos específicos das comunidades que ergueram e fruíram o monumento, embora persistam algumas dúvidas relativamente à contemporaneidade destas duas realidades materiais, que alguns autores entendem separadas no tempo.</p>	
Pelourinho de Redondo	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público. Decreto n.º 23 122, DG, I Série, n.º 231, de 11-10-1933	Pelourinho de Redondo(Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )	Arquitetura Civil / Pelourinho	Largo de D. Dinis, Redondo	Prédio militar n.º 1, constituído por restos de muralha e torre de menagem do Castelo de Redondo	<p>O primeiro foral do Redondo foi outorgado em 1250 por D. Afonso III, ampliado e confirmado em 1318 por D. Dinis. Em 1516, D. Manuel concede Foral Novo à vila, na sequência da qual se deverá ter erguido o pelourinho atualmente classificado, provavelmente diante da antiga Casa da Câmara e cadeia comarcã, ainda no castelo. Em meados do séc. XVIII, efetuada a construção dos novos Paços do Concelho, na atual Praça da República (então Rossio da vila), foi aí levantado o pelourinho, segundo acordo da Vereação de 23 de março de 1768 (Túlio Espanca, 1975), que permaneceu no local até finais do séc. XIX, após o que foi retirado e recolhido pela câmara. No processo perderam-se várias peças, ficando isso evidente em 1940, quando o monumento foi reerguido, embora incompleto, no pequeno Largo de D. Dinis onde ainda hoje permanece.</p> <p>No momento da sua remontagem restavam a coluna, um simples fuste cilíndrico e estriado e o remate, ou parte deste.</p>	Sílvia Leite/Revisto por Maria Ramalho/DGPC/2019.
Igreja da Misericórdia	Classificado como IIP - Imóvel de	Igreja do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de	Arquitetura Religiosa / Igreja	Rua do Castelo, Redondo	Prédio militar n.º 1, constituído	A igreja e edifício do hospital que hoje conhecemos é fruto de uma sequência de intervenções arquitetónicas e decorativas que foi transformando este imóvel num repositório de elementos de tempos distintos, sucessivamente adaptados e	Rosário Carvalho

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Desi- gnação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
	Interesse Público. Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993	Redondo / Edifício, Igreja e Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Redondo(Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )			por restos de muralha e torre de menagem do Castelo de Redondo	<p>convertidos ao gosto das épocas subsequentes. Assim se explica que na capela-mor, manuelina, a cobertura de abóbada de nervuras polinervadas exiba pinturas fitomórficas maneiristas, e os panos murários tenham sido revestidos por azulejos azuis e brancos, da primeira metade do século XVIII, integráveis no barroco joanino.</p> <p>As origens da Misericórdia remontam ao ano de 1443, quando Catarina Pires Folgada, viúva de Vicente Anes Colombo, estabeleceu uma albergaria, cujos bens reverteram a favor da Misericórdia, aquando da sua instituição, em 1521, por alvará de D. Manuel (ESPANCA, 1978). A igreja e hospital, onde se incluem a sacristia e a Sala do Consistório, forma edificadas, muito possivelmente, depois desta data. A exiguidade das suas dimensões terá conduzido a uma ampliação, já na segunda metade do século XVI, época em que o hospital do Redondo foi incorporado nesta instituição.</p> <p>As características da já referida pintura da abóbada da capela-mor indicam uma campanha decorativa seiscentista, à qual sucedeu uma outra intervenção barroca, já no decorrer da centúria seguinte, de âmbito mais alargado. Embora se integre na depuração própria dos templos alentejanos, a fachada da igreja denota um gosto setecentista na sua empena contracurvada, com volutas no arranque. O alçado, delimitado por pilastras, encimadas por pináculos, nos cunhais, é aberto por um portal de verga reta e janela do coro, ambos com cornija numa composição muito próxima. Sobre esta, e enquadrado por uma moldura de motivos vegetalistas, exhibe-se o escudo nacional, em estuque, ao qual falta a coroa, retirada em 1910, tal como a que deveria rematar o mesmo brasão, sobre o arco triunfal (ESPANCA, 1978).</p> <p>No interior, a nave ganha especial importância pela tribuna dos mesários, cuja data - 1758 - revela o prolongamento da campanha decorativa barroca até à segunda metade de setecentos. Os seus elementos decorativos denotam mesmo um gosto rococó, encontrando-se atribuída à oficina do mestre eborense João da Mata Botelho (ESPANCA, 1978). As 13 cadeiras, de talha dourada e marmoreada, assentam sobre 6 cachorros de cantaria, destacando-se, pela maior magnificência, a da extremidade junto ao arco triunfal, destinada ao provedor. Do lado oposto, no interior de um dos três arcos que se abrem na parede da nave, encontra-se o púlpito, de mármore. O coro assenta sobre arco abatido, e é iluminado pela janela da fachada.</p>	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Designação	Situação atual	Outras Designações / Pesquisas	Categoria / Tipologia	Endereço / Local	Abrangido em ZEP ou ZP	Nota Histórico-Artística	Autor
						<p>O arco triunfal, com o brasão nacional, antecede a capela-mor, porventura o espaço de maior interesse do conjunto. Já mencionámos as pinturas da abóbada. Resta referir o retábulo de talha dourada, de transição do estilo nacional para o joanino (ESPANCA, 1978), e em cuja tribuna se exhibe um Cristo Crucificado ou, por vezes, uma tela com a representação da Visitação de Nossa Senhora. Por fim, os painéis de azulejo ilustram seis das sete obras de misericórdia corporais, distribuídas em dois níveis. Falta a última - enterrar os mortos. Santos Simões atribuiu este conjunto à oficina de Bartolomeu Antunes, datando-os de cerca de 1735-37 (SIMÕES, 1979, p. 417). Esta iconografia, que aqui recorre a alguns exemplos retirados do Antigo Testamento, foi muito utilizada nas igrejas das Misericórdias a partir do final do século XVI, tendo encontrado no azulejo um suporte privilegiado: contam-se vários exemplos deste género de representação, na primeira metade do século XVIII. Constituindo o fundamento e a razão de ser das Misericórdias, a iconografia das obras espirituais e corporais assumia-se como um elemento de propaganda de grande eficácia.</p>	
<p>Convento de São Paulo, sito na Serra d'Ossa, incluindo azulejos setecentistas que revestem o seu interior, o retábulo finiado da capela-mor... <small>...os 2 fantásticos em</small></p>	<p>Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público. Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982</p>	<p>Convento de São Paulo da Serra d'Ossa. Convento da Serra d'Ossa / Convento de São Paulo / Convento de São Paulo da Serra d'Ossa / Convento de Serra d'Ossa (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a>) / Cerca e Jardins do Convento de São Paulo / Cerca do Convento da Serra d'Ossa / Herdade do Convento de</p>	<p>Arquitetura Religiosa / Convento</p>	<p>Estrada Municipal 381, Redondo - Estremoz, Serra d'Ossa</p>	-	<p>A sua fundação encontra-se envolta em diferentes lendas ou tradições, que fazem recuar a origem deste convento até ao século IV (COSTA, 1712, pp. 446-460; DAMÁSIO, 1793). De acordo com estes testemunhos, poderíamos contar quatro fundações conventuais, a última das quais é a que hoje conhecemos. Se as primeiras duas não podem ser comprovadas, sabe-se que no último quartel do século XIV foram muitos os privilégios reais e papais concedidos a esta comunidade. Assim, na primeira metade do século XV estava a ser construída a terceira igreja, sobre as ruínas das anteriores. Contudo, a Congregação dos Monges de Jesus Cristo da Pobre Vida apenas foi aprovada pelo Papa Gregório XIII, por uma Bula de 1578, data a partir da qual se renovou o complexo conventual, dando origem ao atual edifício, pois as obras do século XVIII vieram introduzir, maioritariamente, alterações ao nível decorativo. A comparação entre fontes iconográficas do século XVI e do século XVIII permite concluir que não houve modificações volumétricas significativas (ARRUDA, COELHO, 2004, pp. 25-26).</p> <p>O mais recente estudo sobre o convento de São Paulo da Serra d'Ossa, da autoria de Luísa Arruda e Teresa Campos Coelho, que temos vindo a seguir, permite traçar uma cronologia de intervenções relativamente rigorosa, funcionando como uma espécie de</p>	<p>Rosário Carvalho</p>

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Designação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
		São Paulo (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )				<p>roteiro de visita. Infelizmente, a dimensão do convento e o valor do seu património integrado não nos permite mais do que uma abordagem introdutória.</p> <p>Da campanha de obras que decorreu a partir de 1578, chegaram até nós a casa do lavabo (De Profundis), o refeitório, o piso térreo da ala sul do claustro, e a sala das Eleições dos Padres Gerais. Não é conhecido o autor deste traçado, embora a existência de documentação que revela o envio, por parte de D. Teodósio II, de mestres do seu serviço para a Serra d'Ossa, permita equacionar a hipótese deste risco se dever a Nicolau de Frias ou, já numa segunda fase e em substituição do primeiro, a Pedro Vaz Pereira (IDEM; p. 23).</p> <p>Entre o final do século XVII e o início do XVIII, a intervenção nas diferentes áreas do convento foi faseada, prolongando-se até à década de 1760. Por fim, a última campanha data da segunda metade de Setecentos, coincidindo com a estada dos denominados Meninos de Palhavã (IDEM, p. 25). Incidiu, entre outros espaços, sobre o dormitório da carreira, a portaria nova, ou o jardim das quatro estações.</p> <p>De linhas sóbrias, numa arquitetura depurada e chã, o convento atualizou-se, no século XVIII, através da aquisição de um vasto conjunto de azulejos que reveste boa parte dos seus interiores e também exteriores (Jardim das 4 estações e Varandas Formosas). Encomendados a artistas lisboetas, é possível identificar algumas das mãos que aqui trabalharam. Tal é o caso do Mestre P.M.P., porventura o mais operoso neste contexto; António de Oliveira Bernardes, que assina o conjunto alusivo ao Cântico dos Cânticos, na capela do Bispo, onde se encontra ainda um teto com pinturas de brutesco nacional; ou Gabriel del Barco, a quem são atribuídos os azulejos da capela de Nossa Senhora da Conceição.</p> <p>Na igreja, sagrada em 1798, subsistem fragmentos de azulejos enxaquetados que teriam revestido o templo anterior, e a nave única é coberta por painéis com cenas da vida de Santo António de Pádua, do denominado Mestre P.M.P. As pinturas murais da capela-mor e o brutesco da nave são da mesma época. A talha desapareceu.</p> <p>Com a extinção em 1834, o imóvel foi vendido em hasta pública, e adquirido em 1870 pela família que ainda hoje é sua proprietária. Entre 1991 e 1993 foi objeto de uma intervenção com vista a transformar-se em unidade hoteleira, pertença desde 2000 da Fundação Henrique Leotte.</p>	

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Designação	Situação atual	Outras Designações / Pesquisas	Categoria / Tipologia	Endereço / Local	Abrangido em ZEP ou ZP	Nota Histórico-Artística	Autor
Monte da Palheta e Ermida de São Barnabé	Classificado como IM - Interesse Municipal. Deliberação de 16-07-2003 da CM de Redondo	Monte da Palheta e Ermida de São Barnabé (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )	-	Herdade da Palheta, Redondo	-	<p>Localizado a Este da vila do Redondo, em plena peneplanície alentejana numa zona de montado onde, a Oeste, passa uma pequena linha de água que deu o nome à Herdade, a Ribeira da Palheta.</p> <p>O Monte da Palheta é considerado um ótimo exemplo do que se designa habitualmente por "Monte Alentejano", uma estrutura que integra uma área construída e que, simultaneamente, se configura como sede de exploração de um grande latifúndio com importante expansão sobretudo a partir da segunda metade do século do séc. XIX quando a agricultura alentejana conhece uma transformação profunda decorrente da desamortização dos bens eclesiásticos (FONSECA, 1996).</p> <p>De planta composta, o conjunto é formado pelo edifício principal - a Casa do Lavrador - ao qual se juntavam diversas construções subjacentes destinadas a habitação dos empregados e serviços de lavoura, nomeadamente celeiros, queijaria, lagar, adega e ferraria.</p> <p>Através do relato de Túlio Espanca podemos recriar a estrutura da antiga Ermida de São Barnabé que já aqui existia no século XV, mas hoje arruinada, como possuindo uma planta longitudinal, de nave única, com cobertura em abóbada de perfil em arco abatido e um "portal discreto, arredondado e de cruz relevada", cujo interior albergava um retábulo barroco de talha joanina, dourada e policromada integrando uma tela com a representação de Nossa Senhora da Conceição (ESPANCA, ibidem).</p> <p>A propriedade que deu origem ao Monte da Palheta é referida em documentação desde o século XV, inserindo-se no vasto património do Convento de São Paulo da Serra d'Ossa. (ESPANCA, 1975, p. 326). A partir do século XVIII pertenceu a vários proprietários, tendo sofrido, na segunda metade do século XIX, uma importante ampliação.</p> <p>Em 2007 foi definido para o local um projeto urbanístico que previa a transformação deste conjunto em hotel com campo de golf encontrando-se atualmente as obras paradas.</p>	Catarina Oliveira // DIDA/ IGESPAR, I.P./ Dezembro de 2010, atualizado por Maria Ramalho/D GPC/ 2019.
Igreja e Convento da Alameda de Santo	Classificado como MIP - Monumento	Convento de Santo António da Piedade / Igreja e Convento	-	Alameda de Santo	-	O Convento de Santo António, situado na baixa do Terreiro das Portas do Sol, a noroeste do castelo da vila do Redondo, inclui um conjunto edificado que foi sendo adaptado a diversas funções. Para além do Museu do Barro, existe um pavilhão que	26/1/2009 Ana Maria Borges/

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Designação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
	de Interesse Público. Portaria n.º 148/2013, DR, 2.ª série, n.º 53, de 15-03-2013	de Santo António da Piedade (Ver Ficha em <a href="http://www.monumentos.gov.pt">www.monumentos.gov.pt</a> )		António, Redondo		<p>sofreu modificações para posterior adaptação a serviços do cemitério, associado a uma vasta área destinada à zona de sepultamento propriamente dita.</p> <p>Do conjunto original do século XVII destaca-se a igreja, aberta para o exterior como acontece nas casas conventuais masculinas. A fachada, muito austera, seguindo normas da arquitetura chã, é marcada ao centro por arco que dá acesso a nártex, encimado por janela guarnecida de elementos decorativos barrocos. A rematar o conjunto, um nicho alberga a imagem de Santo António. Muito interessantes são os elementos decorativos, com uma acentuada marca popular.</p> <p>A igreja pelo interior apresenta nave única, coberta por abóbada de berço e ábside retangular. No interior destacam-se as artes decorativas, com particular realce para a azulejaria da primeira metade do século XVIII, azul e branca, nomeadamente de figura avulsa e os painéis historiados, alusivos à vida de Santo António, com molduras que denotam já influência da arte rococó, que revestem a nave. A abside encontra-se decorada com estuques coloridos da época de D. Maria, sendo o retábulo de mármore de Estremoz, constituído por camarim central, onde no trono se encontra a imagem do Santo Padroeiro. Lateralmente, pares de colunas de capitéis coríntios com peanhas ao centro encimadas por dossel, completam o conjunto retabular, coroado superiormente por frontão abatido. Vários apontamentos de talha dourada e policromada, muito interessantes, onde se salienta baldaquino elevado sobre o púlpito, sanefas e grade de nogueira, entalhada com bandeiras transforadas, que separa a cabeceira da nave, já da época rocaille, completam a decoração do templo.</p> <p>A construção do convento foi patrocinada pelo 5º Conde do Redondo, D. João Coutinho, no início do século XVII, sendo que nos finais desse século era considerado uma das mais importantes casas da Província da Piedade, em Portugal. Após a extinção das ordens religiosas foi cedido à Câmara Municipal para na cerca se instalar o Cemitério Municipal.</p> <p>A este conjunto, arquitetónica e artisticamente bastante interessante, alia-se ainda uma componente de património imaterial, já que foi local importante de romaria até meados do século XX.</p> <p>Em 2009 a autarquia adaptou partes deste monumento a Museu do Barro aguardando-se que outras zonas, igualmente de grande interesse cultural e artístico,</p>	DRCA, atualizada por Maria Ramalho/D GPC/2019.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Designação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
						possam vir a ser reabilitadas visto encontrarem-se em preocupante estado de degradação.	
Herdade do Monte Branco	Em Vias de Classificação para IM - Interesse Municipal. Despacho de concordância de 14-12-2018 da diretora-geral da DGPC	-	-	Herdade do Monte Branco		<p>A Herdade do Monte Branco onde se insere o conjunto edificado, localiza-se a apenas 1.5 km a Noroeste da vila do Redondo. A paisagem caracteriza-se pela presença de pequenas colinas onde pontuam olivais e hortas.</p> <p>A propriedade possuiu hoje 80 ha e corresponde a um importante exemplo do que é um "Assento de Lavoura" implementado por uma nova burguesia rural que se ia estabelecendo na região nos finais do século XIX - inícios do XX, associando áreas de produção e zonas habitacionais. Em termos construtivos é especialmente interessante a forma orgânica como o Monte se foi expandido, partindo de uma construção inicial de planta retangular orientada Norte-Sul e que integra, de forma curiosa, um afloramento granítico na própria construção. Este núcleo corresponde à zona da cozinha com casa de forno de grandes dimensões, casa de fumeiro e salgadeira, associando-se ainda outros compartimentos a Norte. A construção, em geral, é de alvenaria de pedra ou tijolo (primeiro andar) com paredes rebocadas e caiadas, utilizando-se ainda o tijolo para os pavimentos e abobadilhas, para além da madeira nas coberturas. Refira-se, ainda, a existência da cor no interior nomeadamente o ocre/amarelo, o anil/azul e o preto, cores estas que surgem em superfícies lisas ou com técnica de esponjado. Na zona da salgadeira e compartimentos anexos são também visíveis pinturas figurativas e geométricas.</p> <p>O período de maior expansão do Monte coincide com a viragem do século XIX para o XX estando associado às iniciativas do proprietário Manuel Mendes Ramos. Partindo do portão de entrada onde subsiste uma inscrição de 1913, entra-se para a designada "rua do Monte", ladeada de construções e que desemboca num amplo terreiro com ligação aos vários espaços. No edifício central, ao qual foi acrescentado um piso superior destinado a habitação, são visíveis diferentes elementos que devem datar dos inícios do século XX, como a falsa balaustrada, os vasos ornamentais em cerâmica no exterior e os estuques pintados dos tetos no interior. Será igualmente desta época a construção de áreas dedicadas às atividades agrícolas como a adega, o lagar e a zona de destilação, construções que, de forma engenhosa, aproveitam a inclinação natural do terreno.</p>	Maria Ramalho/DGPC/2018.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Designação</i>	<i>Situação atual</i>	<i>Outras Designações / Pesquisas</i>	<i>Categoria / Tipologia</i>	<i>Endereço / Local</i>	<i>Abrangido em ZEP ou ZP</i>	<i>Nota Histórico-Artística</i>	<i>Autor</i>
						<p>Numa outra zona situada a Sudoeste encontram-se os espaços destinados à produção animal, com destaque para o edifício designado como "cabanão dos bois", uma interessante estrutura com grandes arcarias e amplos vãos em torno de um corredor central. Para Este situa-se ainda o pombal, a pocilga e uma outra área destinada à estabulação cuja parede ostenta a data de 1913.</p> <p>Importa ainda destacar que, na envolvente do conjunto edificado, existem também importantes elementos associados à vivência do Monte como seja a eira retangular com pavimento em tijoleira e murete em alvenaria de pedra, os poços, um deles com restos de uma antiga nora e o sistema hidráulico essencial tanto para a manutenção das hortas, como para a serventia da casa.</p> <p>Um outro elemento de interesse do ponto de vista etnográfico e arquitetónico é o "bezerreiro" uma estrutura construída em blocos de granito com uma cobertura em laje.</p> <p>Desde pelo menos do século XV que a Herdade do Monte Branco é referenciada em documentos, possuindo na altura a designação de "Herdade Valdanta" dada a existência de antas na propriedade. Em descrições incluídas em testamentos do século XVIII, são referidos moradores em Monte Branco e, mais tarde, no mapa de Filipe Folque de 1875 é mesmo desenhado o conjunto edificado, na altura com menor área edificada. Este processo de alargamento das herdades foi usual no período que se seguiu às revoltas liberais, destacando-se, neste caso, a iniciativa do proprietário, Manuel Ramos. Importa ainda referir a importância da Estrada Real que passava a Norte da propriedade e que estabelecia a ligação entre Vila-Viçosa, Alandroal e Évora.</p>	

Fonte: DGPC

## IX. AGLOMERADOS E URBANISMO

## 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo evidencia as principais características das povoações definidas no PDM em vigor como lugares urbanos do Município de Redondo e fornece os elementos básicos de caracterização dos restantes lugares censitários.

O território do município apresenta uma grande variedade de formas de povoamento e diferentes morfologias de ocupação - os montes e quintas muito isolados; as áreas de foros e courelas, onde a dispersão, aqui e ali salpicada por pequenos núcleos, é dominante; os povoados que se foram estendendo em linha ao longo das vias de comunicação; os pequenos lugares muito concentrados; e as maiores localidades, de morfologia e paisagem características da região alentejana.

O critério de seleção dos lugares a caracterizar com maior detalhe seguido neste capítulo não pôde deixar de seguir a classificação estatística censitária – os aglomerados urbanos: Redondo, Montoito, Aldeias do Montoito, Foros da Fonte Seca, Santa Susana, Freixo, Aldeia da Serra e Falcoeiras. E os outros lugares, mais pequenos, a totalidade integrada na freguesia de Redondo e a grande maioria de povoamento mais disperso.

Quadro 119 – Aglomerados urbanos do PDM em vigor e respetiva evolução populacional

Aglomerados Urbanos 2011	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Freguesia do Redondo						
Redondo	3776	3796	3656	3567	3247	3910
Foros da Fonte Seca	435	353	518	409	596	924
Santa Suzana	334	329	413	384	454	704
Freixo	145	159	251	239	336	387
Aldeia da Serra	140	176	253	243	338	460
Freguesia do Montoito						
Montoito	696	687	864	919	938	1283
Aldeias de Montoito	470	494	633	717	868	1262
Falcoeiras	99	75	179	220	240	324

\* pop. Presente

Fonte: Censos da População, INE

Por uma questão de legibilidade e coerência na apresentação de informação optou-se por realizar uma abordagem sequencial por freguesias: A freguesia de Redondo, com enfoque particular na sede de

---

concelho, uma apresentação de cada um dos aglomerados. A freguesia de Montoito, com apresentação de cada aglomerado. Finalmente uma apresentação dos indicadores com a respetiva distribuição especial relativamente aos outros lugares censitários.

A informação tratada é, como acontece noutros domínios destes estudos de base do PDM, algo desatualizada. Refere-se maioritariamente ao Recenseamento da População e Habitação de 2011. Tem que se ter em conta, no entanto, que a dinâmica demográfica e urbana do município, parece não ter sofrido, ao longo desta década, grandes mudanças. Como se pode ler no capítulo da População e Condições Sociais, a maior alteração diz respeito à perda de população dos pequenos lugares, já que os aglomerados urbanos ganharam ou perderam poucos habitantes. Esta constância foi também assinalada pelo fraco dinamismo da construção de habitação. É crível, neste sentido, que o panorama aqui observado não difira substancialmente da realidade atual.

Para cada aglomerado, apresenta-se uma síntese dos principais indicadores relativos aos edifícios, alojamentos, população, famílias e atividades económicas. Faz-se simultaneamente uma pequena abordagem, mais integradora, relativa à morfologia urbana e à evolução urbana dos aglomerados.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DOS LUGARES URBANOS DO MUNICÍPIO**

### **2.1. Redondo**

#### **2.1.1. *Morfologia***

A sede de concelho e da maior freguesia destaca-se, claramente, pela sua dimensão demográfica e funcional, dos restantes aglomerados. Parafraçando o PDM de 1992, a sua origem e evolução históricas, a sua importância como ponto de encontro da rede rodoviária sub-regional, bem assim como o seu modo de crescimento, ainda estão patentes na sua estrutura e tecido urbano.

A estrutura radial da rede rodoviária faz do Redondo o aglomerado de confluência das ligações a todos os outros aglomerados do Concelho, reforçando o seu carácter de lugar central de nível superior à sua escala. Apesar dos valores do seu património histórico e arquitetónico não se destacarem sobremaneira a nível nacional ou regional, o conjunto edificado e o seu centro histórico são merecedores de alguma proteção, facto que é mesmo reconhecido a nível do PROT-Alentejo, apesar de a Vila ser classificada nesse aspeto como de nível 2.

Já nos anos 90 se detetava um crescimento por alastramento da mancha urbana, incluindo pela construção de novos equipamentos, que teria introduzido algumas dissonâncias na imagem urbana do conjunto. Essa observação é relativa e, atualmente, podemos afirmar que predomina a harmonia do conjunto, mesmo

quando se dá a grande visibilidade de alguns elementos de aparência industrial, mas que não deixam de fazer parte da identidade territorial objetiva do lugar.

A morfologia do aglomerado é, em primeira instância, definida pela sua origem e posição. Não nos debruçaremos com pormenor sobre a história urbana da vila, na medida em que a evolução do tecido urbano já foi descrita e sinteticamente caracterizada no PDM e nos Planos de Reabilitação Urbana. Realçamos apenas 4 fatores que marcam a paisagem urbana de Redondo:

1 - A topografia: o aglomerado localiza-se numa área de elevações suaves (Figura 104) de uma pequena cordilheira que prolonga a Serra d'Ossa para sul, e que separa as bacias de dois afluentes do Guadiana – a Ribeira de Lucefecit a leste e o Rio Degebe a ocidente. No extremo ocidental da planície alentejana que se estende para Oeste, o sítio do aglomerado foi certamente considerado de valor estratégico, como passagem de entrada no território português, uma razão certamente decisiva para a concessão do foral e o acastelamento da vila. A figura 1 ilustra a topografia da localidade, que varia sensivelmente entre os 275 m de altitude à entrada na vila pela EN256 vindo de Évora e os 322 m na colina da Ermida de S. Pedro.

Figura 104 – Lugar de Redondo - Altimetria

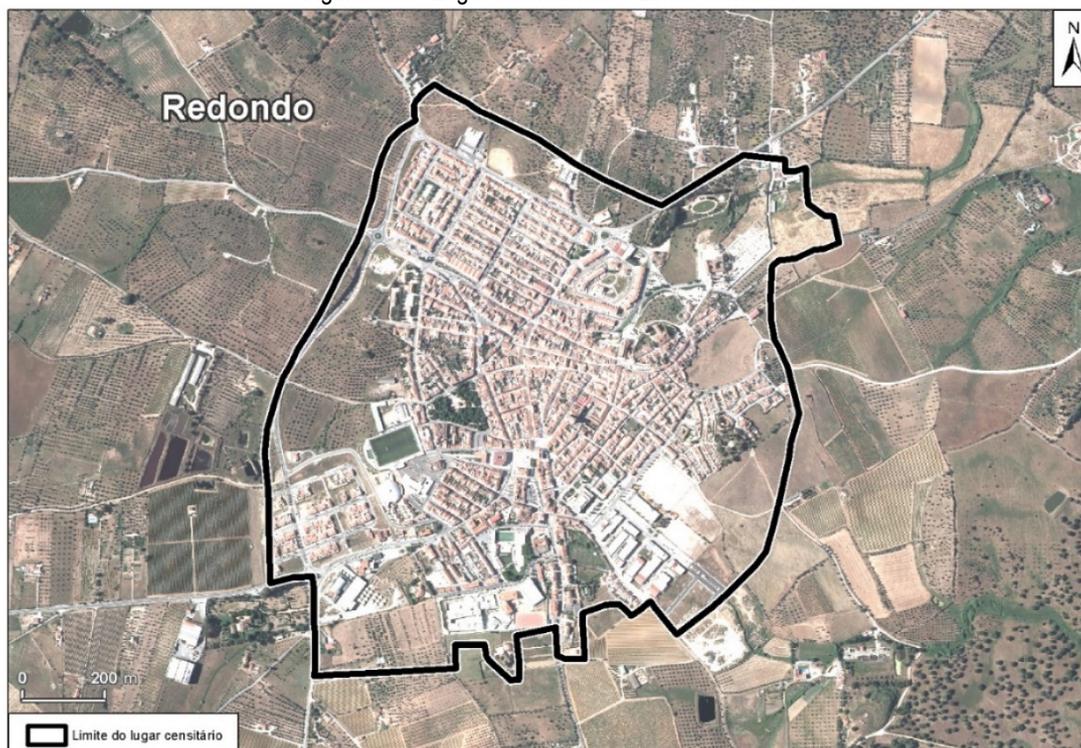


Fonte: topographicmap.com

2 - O povoamento: se o ondulado da topografia marca a paisagem da vila, à semelhança de muitas outras localidades do sul do País, os limites urbanos de Redondo são muito bem definidos (Figura 105). A interpenetração entre a mancha urbana e a periferia rural é muito ténue e a densidade do edificado da povoação contrasta claramente com as extensões de terreno livre que o cerca. O povoamento alentejano, moldado pela estrutura fundiária onde domina a grande propriedade e pela falta de água que impediu o desenvolvimento de pequenas parcelas associada a uma agricultura de regadio, é marcado por esta forte

concentração do casario, que torna muito nítidos os limites da ocupação humana, em particular das povoações com origens mais antigas.

Figura 105 – Lugar de Redondo – Limite censitário



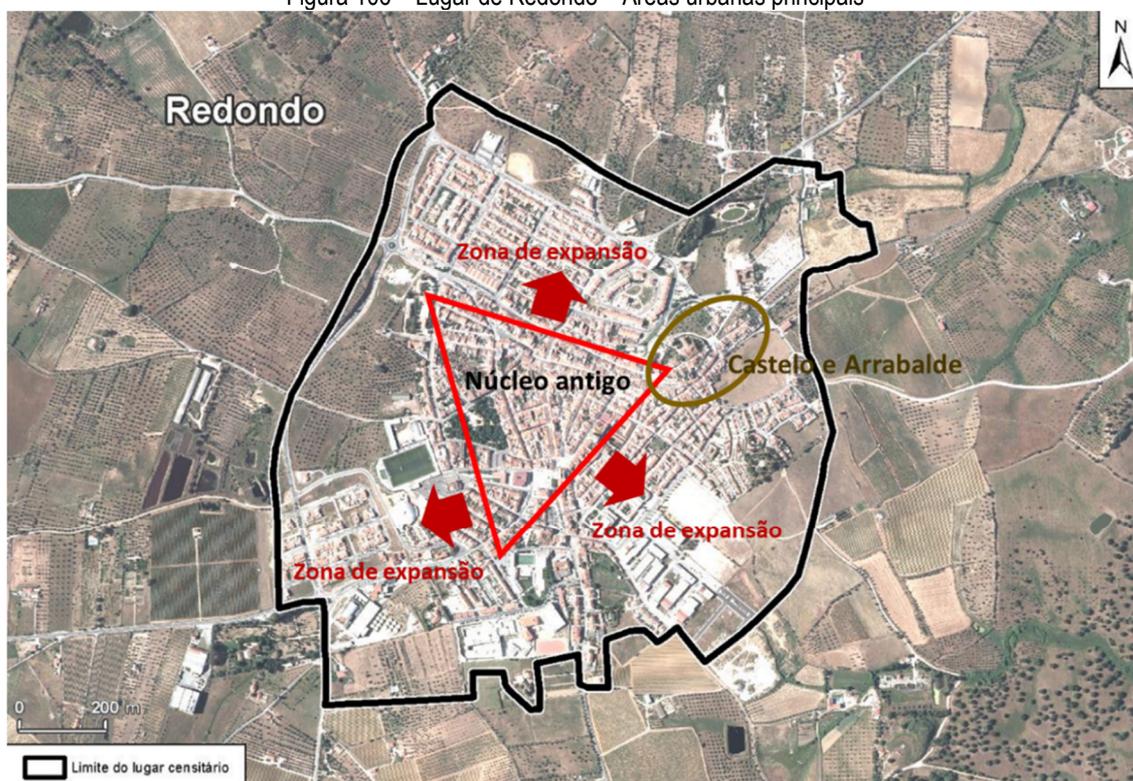
Fonte: elaboração própria

3 - A estrutura urbana: sem grandes convulsões demográficas e com um crescimento lento (note-se que a Vila de Redondo tem hoje sensivelmente o mesmo número de habitantes que tinha em fins do século XIX) a morfologia da malha urbana foi refletindo com clareza a história da vila. O centro histórico, configurado genericamente por um conjunto radial de ruas centrado na Praça da República (que decalcou a localização do antigo Rocío) com algumas ruas circulares que o envolvem; forma grosseiramente um triângulo (Figura 106), com vértices no Castelo, na Praça da República e no extremo ocidental da Rua do Lagar. E as zonas urbanas mais recentes, que ao longo do século XX se foram implantando em torno deste núcleo central, apresentando já um ordenamento antes inexistente, a maioria uma malha reticulada e com áreas de construção e áreas públicas mais amplas.

4 - O edificado: é certamente o fator que mais se destaca na morfologia urbana da vila. Fruto da fraca pressão demográfica e duma gestão urbanística com preocupações evidentes neste domínio, a paisagem urbana de Redondo mantém incólume a beleza tradicional das povoações alentejanas: A alvura das casas, decoradas com as cores típicas da região, o azul e o amarelo. Um horizonte urbano onde não emergem construções demasiado salientes. Uma arquitetura moderna dos grandes equipamentos, que se integra na

paisagem sem a desvirtuar. Um parque habitacional sem edifícios altos nem decorações contrastantes. A saliência para os edifícios históricos que continuam a preservar o seu destaque na imagem da vila.

Figura 106 – Lugar de Redondo – Áreas urbanas principais

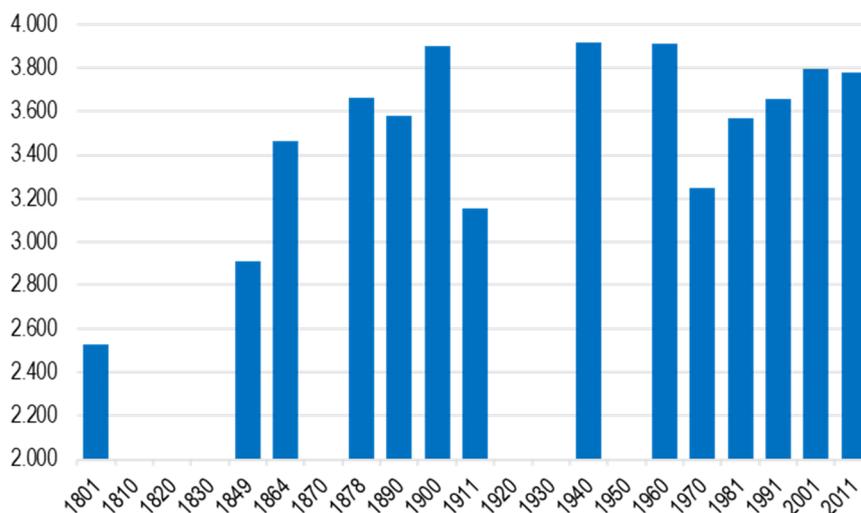


Fonte: elaboração própria

### 2.1.2. *Evolução*

Como se pode observar na Figura 107, a população da vila tem mantido uma constância assinalável desde há muitas décadas. No início do Século XIX a freguesia de Redondo registava cerca de 2.500 habitantes (que englobava apenas a vila e alguma população dispersa, na medida em que existiram até 1930-1940 as freguesias de Monte Virgem, Santa Suzana, Freixo, S. Bento do Zambujal e Adaval, no atual território da Freguesia de Redondo). Mesmo tendo em conta a ligeira sobre contagem, a vila constituía já uma localidade com uma dimensão considerável. Em 1940 atingiu o máximo de população 3.916 e tem mantido, com flutuações pouco significativas, uma população em torno dos 3.500-3.800 habitantes (Quadro 120). Na última década recenseada, entre 2001 e 2011, a vila praticamente manteve o montante de população residente (apenas registou um decréscimo de 20 habitantes).

Figura 107 – Lugar de Redondo – População (até 1900 da freguesia, depois de 1900 do aglomerado)



Fonte: INE

Quadro 120 – Lugar de Redondo – População residente

2011	2001	1991	1981*	1970	1960
nº	nº	nº	nº	nº	nº
3776	3796	3656	3567	3247	3910

\* pop. Presente

Fonte: INE

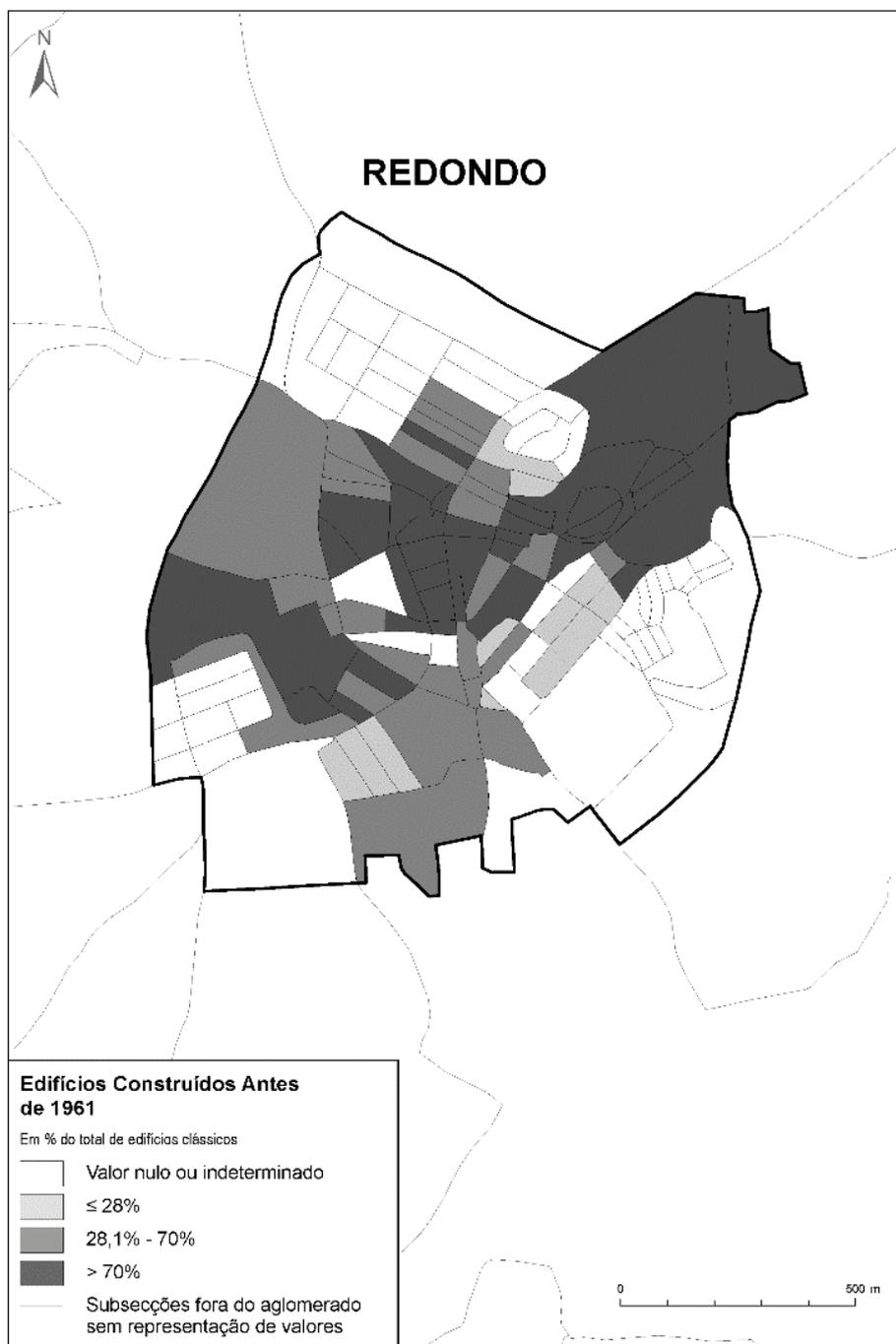
A evolução demográfica não tem naturalmente, no entanto, uma correlação perfeita com a evolução do edificado. As características da população e das famílias alteram-se, as ocupações funcionais dos edifícios mudam, a exigência de qualidade e modernidade nas habitações é sempre crescente, enfim, o perfil da procura transforma-se e vai exigindo sempre uma resposta por parte da oferta de habitação que não se confine ao parque já existente. A vila de Redondo, como se pode observar no Quadro 121, registava em 2011, 1605 edifícios clássicos, onde cerca de metade (52%) já foi construído após 1960. O volume de edifícios mais antigos, anteriores a 1945, representa 36% do parque edificado. A distribuição destes conjuntos no espaço urbano está bem evidente nas figuras seguintes.

Quadro 121 – Lugar de Redondo – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								2001-2011	
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000			
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº	
1605	20,2	15,8	12,0	15,0	7,9	5,6	13,6	9,8	158	

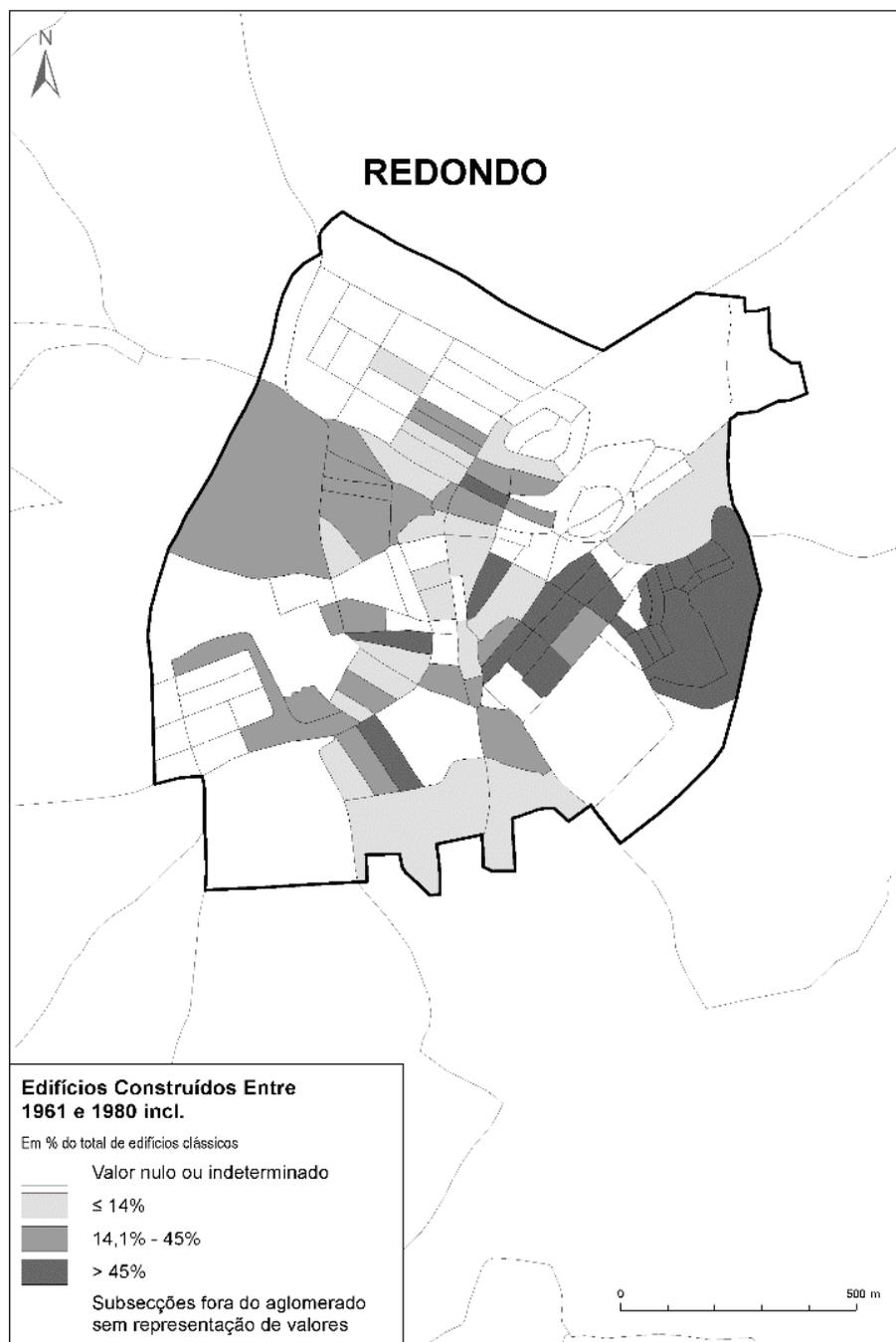
Fonte: INE

Figura 108 – Lugar de Redondo – Edifícios por data de construção: antes de 1961



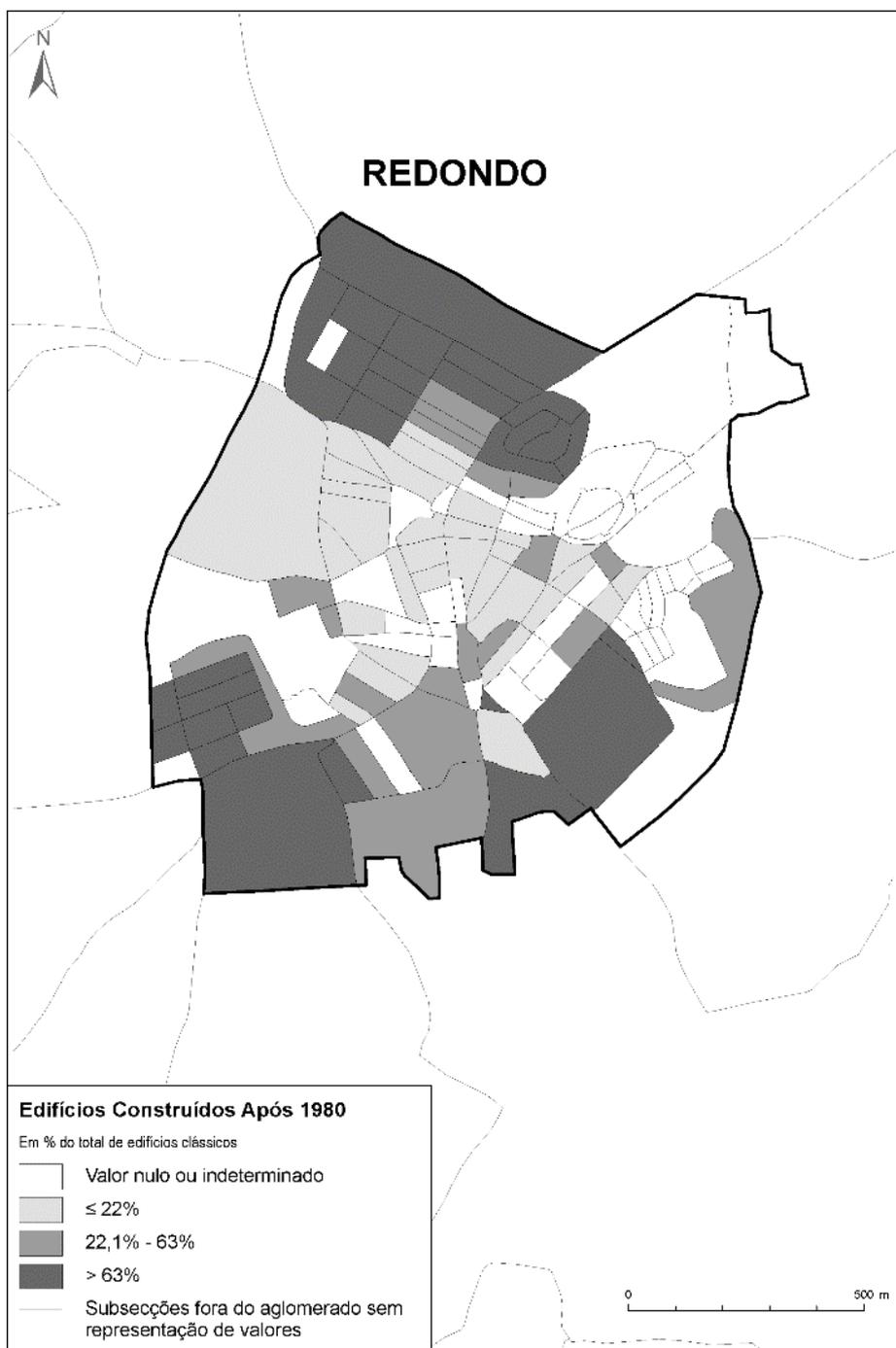
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 109 – Lugar de Redondo – Edifícios por data de construção: entre 1961 e 1980



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 110 – Lugar de Redondo – Edifícios por data de construção: depois de 1980



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

O núcleo antigo da vila é bem destacado na 1ª figura (edifícios construídos antes de 1961), em que são muito nítidas as áreas do castelo e arrabalde e o triângulo central. Apenas duas subsecções centrais não

registam predominantemente edifícios antigos: a atual Praça da República com prolongamento para o quarteirão do tribunal, que tem apenas 3 edifícios, sendo 2 mais recentes; e o espaço ocupado pelo Jardim Municipal, que não tem edificações. Pelo contrário, as subsecções mais antigas a oeste do centro, correspondem a espaços não urbanizados, com 1 ou 2 construções antigas que ainda marcam presença, ou a espaços urbanos ocupados com grandes equipamentos.

As áreas que se salientam na 2ª figura (edifícios construídos entre 1961 e 1980) deixam antever o que é particularmente destacado na 3ª figura: o crescimento da vila para os 3 lados das arestas do triângulo central. Muito embora algumas subsecções centrais ainda denotem algum edificado construído neste período, embora pouco significativo, devido ao preenchimento dos poucos espaços ainda vazios ou a renovação de alguns edifícios, é já muito evidente a expansão da vila para oriente (Bairro António Festas) e para sudoeste.

A 3ª figura destaca claramente a áreas de crescimento mais recente: norte, sudeste e sudoeste, em cada um dos lados da zona central da vila. Esta expansão não é devida exclusivamente à construção de edifícios de habitação em bairros planeados. As funções centrais mais exigentes de espaço: os grandes equipamentos públicos, espaços comerciais de maior dimensão, a zona industrial, estão também implantados na periferia do núcleo antigo.

### 2.1.3. Edifícios

A vila registava em 2011, 1605 edifícios clássicos, integrando as várias funções – habitação, equipamentos, comércio, indústria, etc. 92,2% eram exclusivamente residenciais. Como se referiu anteriormente, cerca de metade do parque edificado é antigo, construído antes de 1961, o que suscita alguns problemas de renovação e reabilitação de edifícios, em particular na parte antiga da vila.

Quadro 122 – Edifícios 2011 – Lugar de Redondo

<i>Indicadores</i>	<i>Redondo</i>
Nº de edifícios clássicos	1605
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	92,2
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. Clássicos	96,8
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	48,0
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	22,9
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	29,0

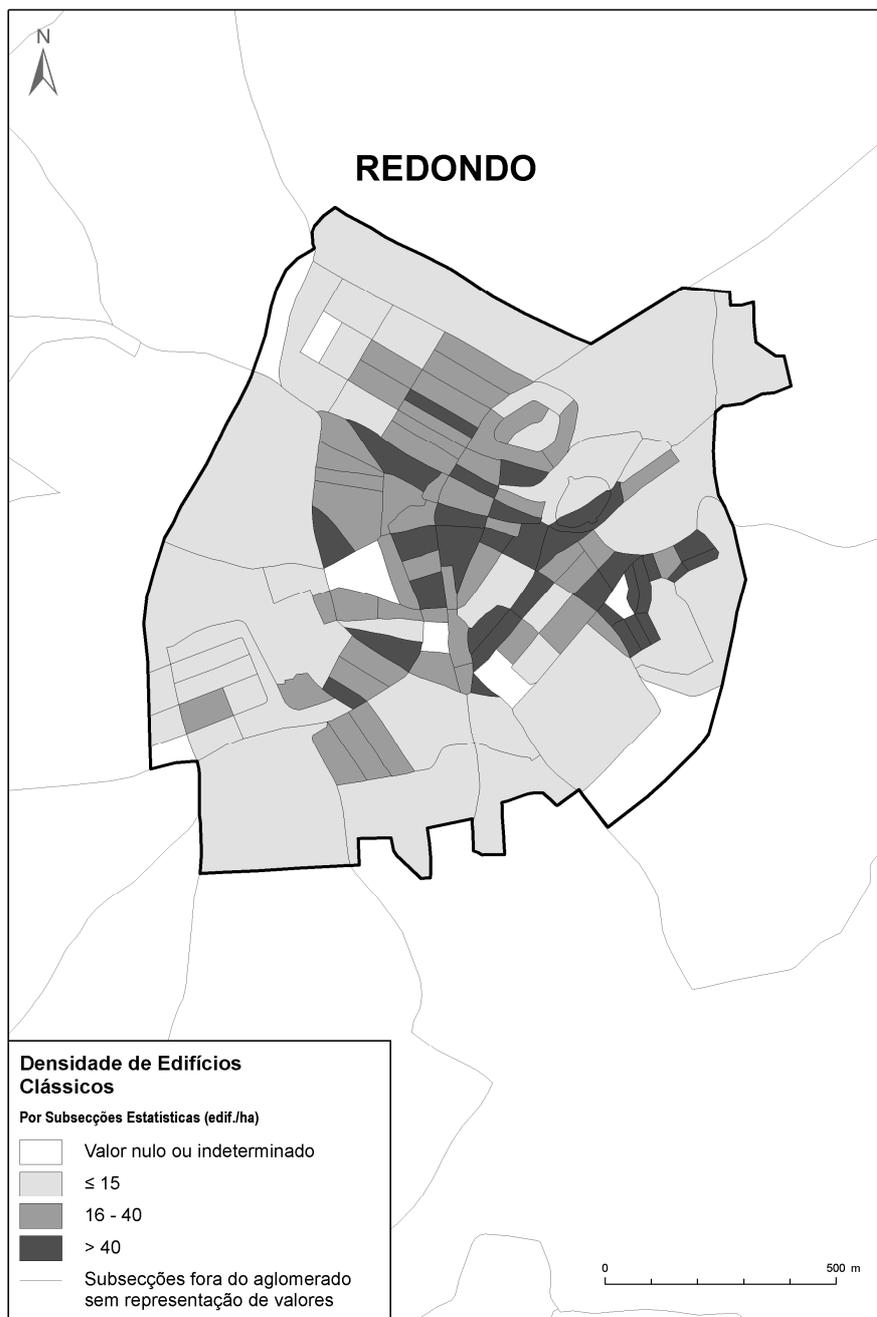
Fonte: INE

De facto, a exigência de qualidade e a necessidade de preservação de características tradicionais são frequentemente conflituosas, em particular em zonas históricas onde a densidade do edificado é maior.

---

Note-se, na figura seguinte, a forte densidade de edifícios no núcleo central de Redondo - castelo e ruas próximas; a maioria dos quarteirões confinantes com a circular constituída pelas ruas Comendador Ruy Gomes, António José de Almeida e de Monsaraz; o sector formado pela R. 1º de Dezembro e R. do Montoito; o Bairro António Festas; outros quarteirões circundantes ao largo da República.

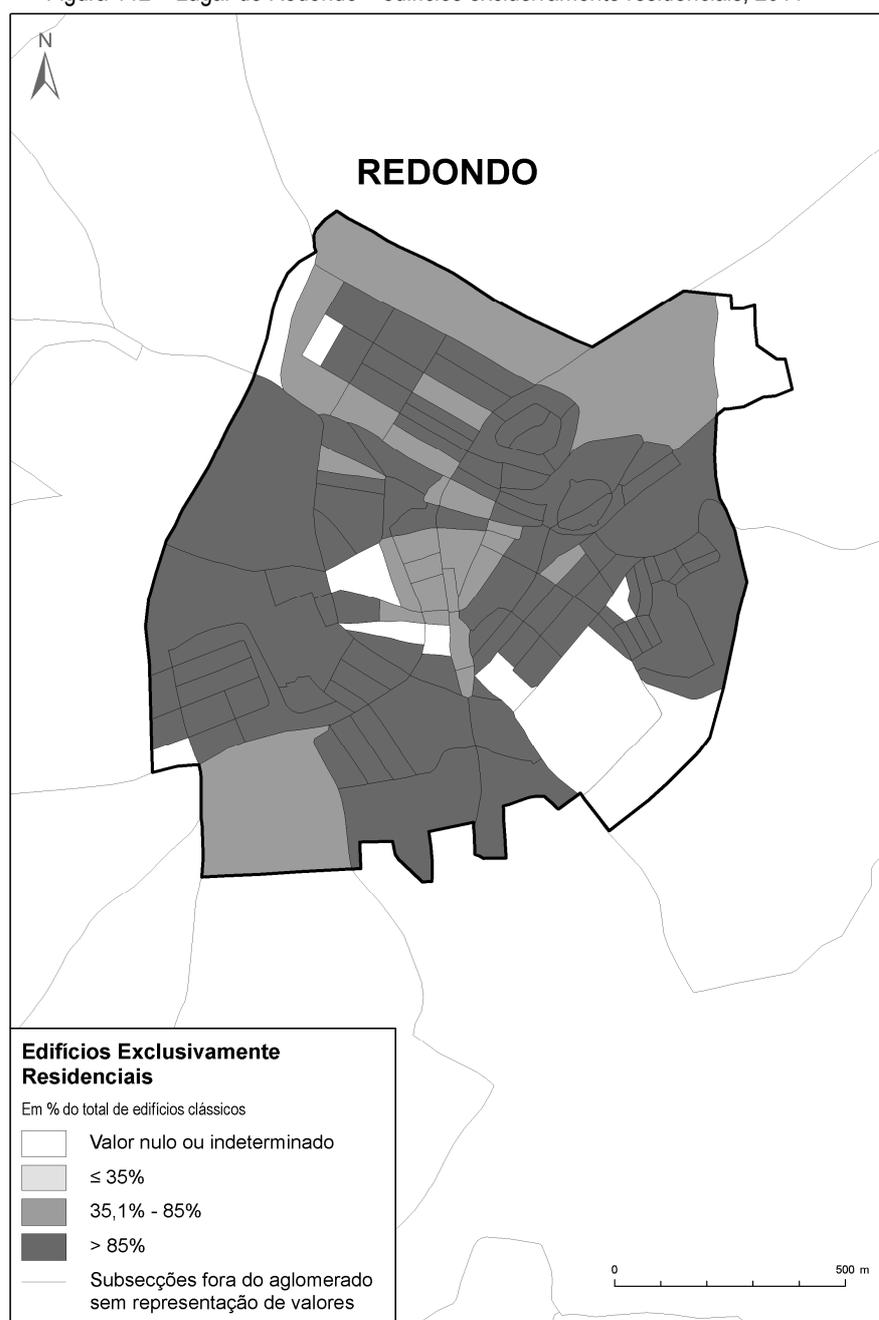
Figura 111 – Lugar de Redondo – densidade de edifícios, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

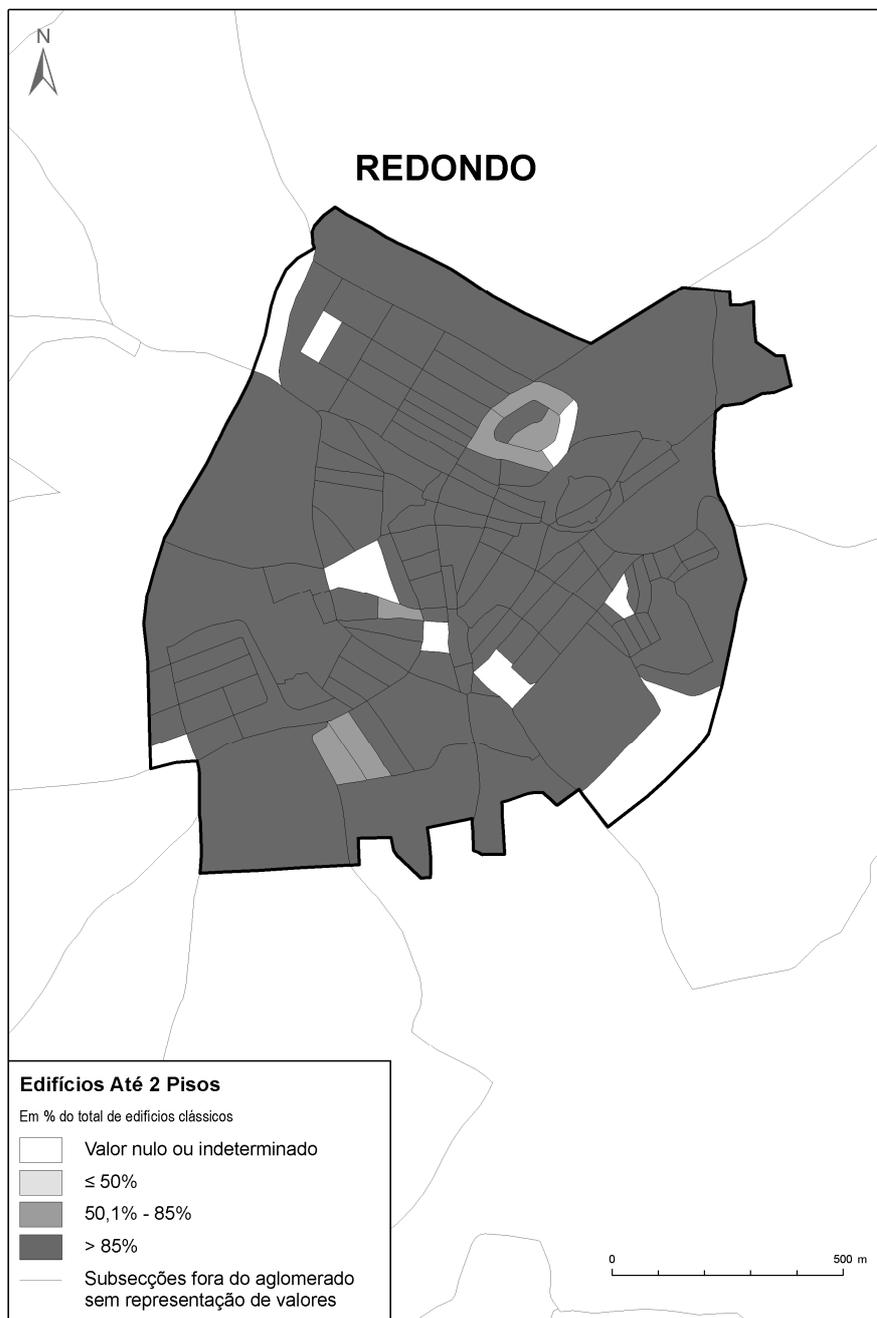
A parcela de edifícios exclusivamente residenciais no total de edifícios clássicos, ilustrada na figura seguinte, evidencia bem as zonas com funções mais comerciais e de serviços: o “Central Business District” de Redondo, um triângulo com arestas nas ruas António Festa, Comendador Ruy Gomes e 5 de Outubro, confluindo na Praça da República. Algumas zonas periféricas com maior implantação de armazéns, serviços e equipamentos também se distinguem claramente.

Figura 112 – Lugar de Redondo – edifícios exclusivamente residenciais, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 113 – Lugar de Redondo – edifícios de 1 ou 2 pisos, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Aproximadamente 97% dos edifícios têm só 1 ou 2 pisos. Apenas duas áreas da localidade têm alguma concentração de edifícios com 3 pisos (2º andar): Em frente à Escola Dr. Hernâni Cidade - a Av. Dr. Domingos Rosado e a Rua Almeida Garrett; e a urbanização da Horta do Letras, a norte da vila. Esta faceta do edificado é, sem dúvida, uma qualidade da povoação.

#### 2.1.4. Alojamentos

Em 2011 existiam 1959 alojamentos na vila, sendo 1952 alojamentos familiares clássicos, 1 alojamento não clássico e 6 alojamentos coletivos. Ou seja, 1,2 alojamentos por edifício (em cada 10 edifícios apenas 2 tem mais que 1 alojamento) e 1,9 habitantes por alojamento. É preciso, no entanto, salientar que apenas 75,6% dos alojamentos eram de residência habitual. Cerca de ¼ do total de alojamentos da vila não eram ocupados regularmente: 9,8% estavam vagos e 14,9% eram de segunda residência ou estavam colocados no mercado de venda ou aluguer. Um panorama da habitação que será curioso comparar com a situação atual dentro de poucos anos.

Quadro 123 – Alojamentos 2011 – Lugar de Redondo

<i>Indicadores</i>	<i>Redondo</i>
Total de alojamentos	1959
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	75,6
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	9,5
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	14,9
Alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	99,8
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	99,9
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	97,2
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	11,2
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	40,9
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	47,8
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	29,5

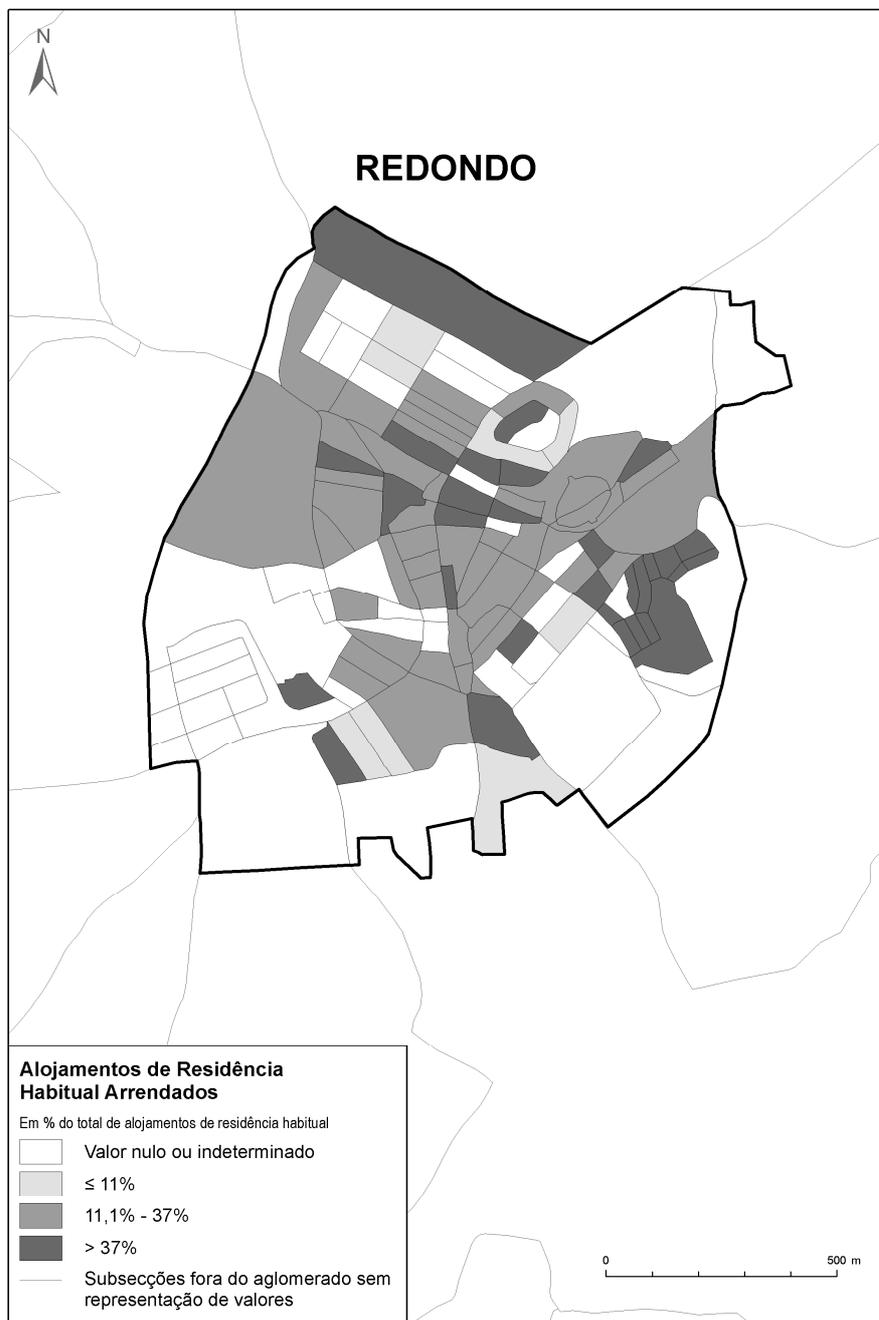
Fonte: INE

O arrendamento tem um padrão espacial curioso, está praticamente confinado à zona antiga da vila. Apenas o Bairro António Festas e algumas secções a oeste da localidade (com pouco significado objetivo dada o baixo número de edifícios) apresentam um valor de arrendamento mais elevado. A grande maioria dos alojamentos das zonas exteriores ao núcleo antigo é propriedade dos residentes.

Os alojamentos de residência secundária ou os que não estão ocupados por motivos de não apresentam uma distribuição particular.

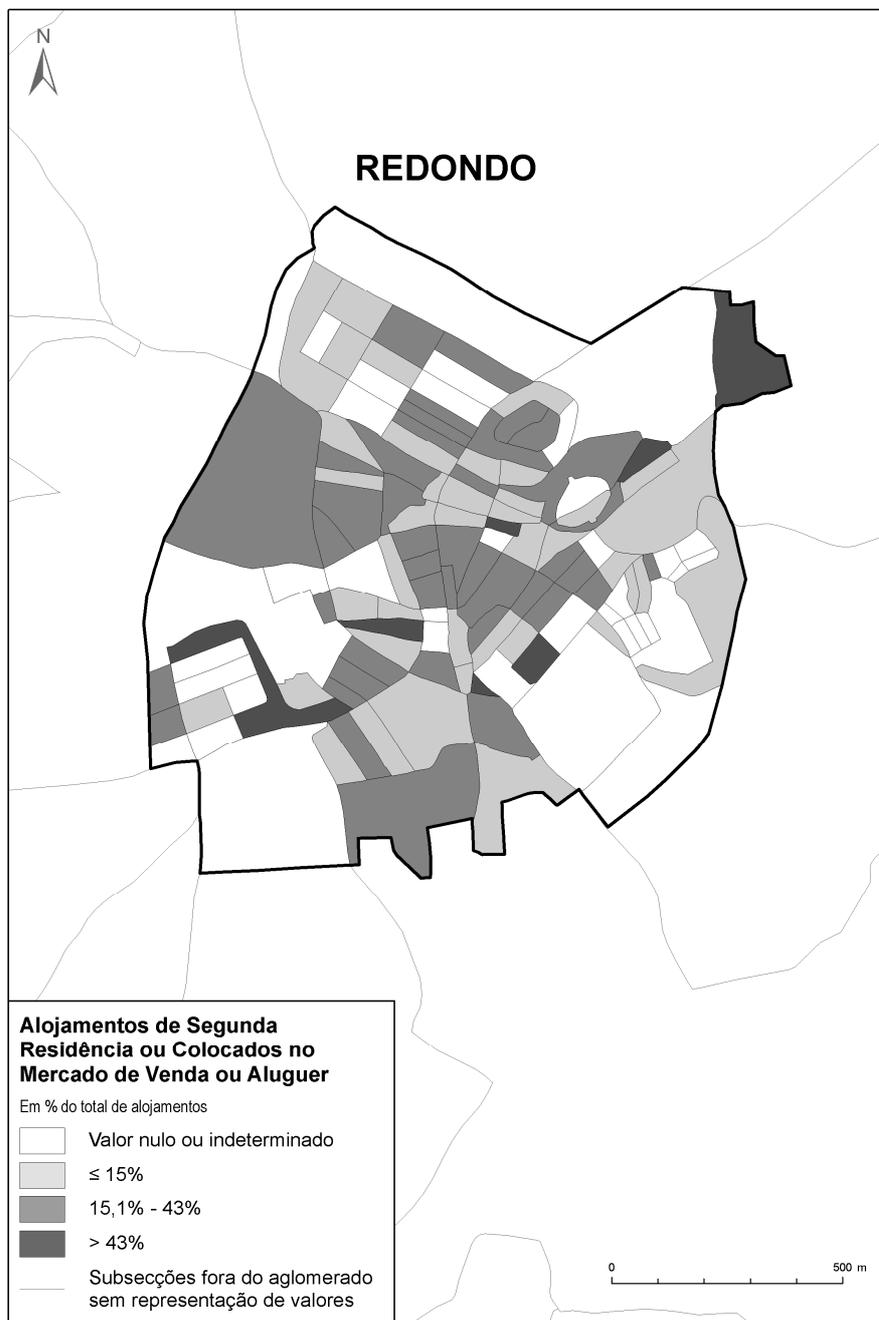
Os alojamentos vagos marcam uma presença mais forte nas secções de edifícios mais antigos, dentro e em torno do castelo. Certamente que as condições de habitabilidade em muitos destes alojamentos são muito precárias dada a dimensão das casas e a sua antiguidade.

Figura 114 – Lugar de Redondo – Alojamentos arrendados, 2011



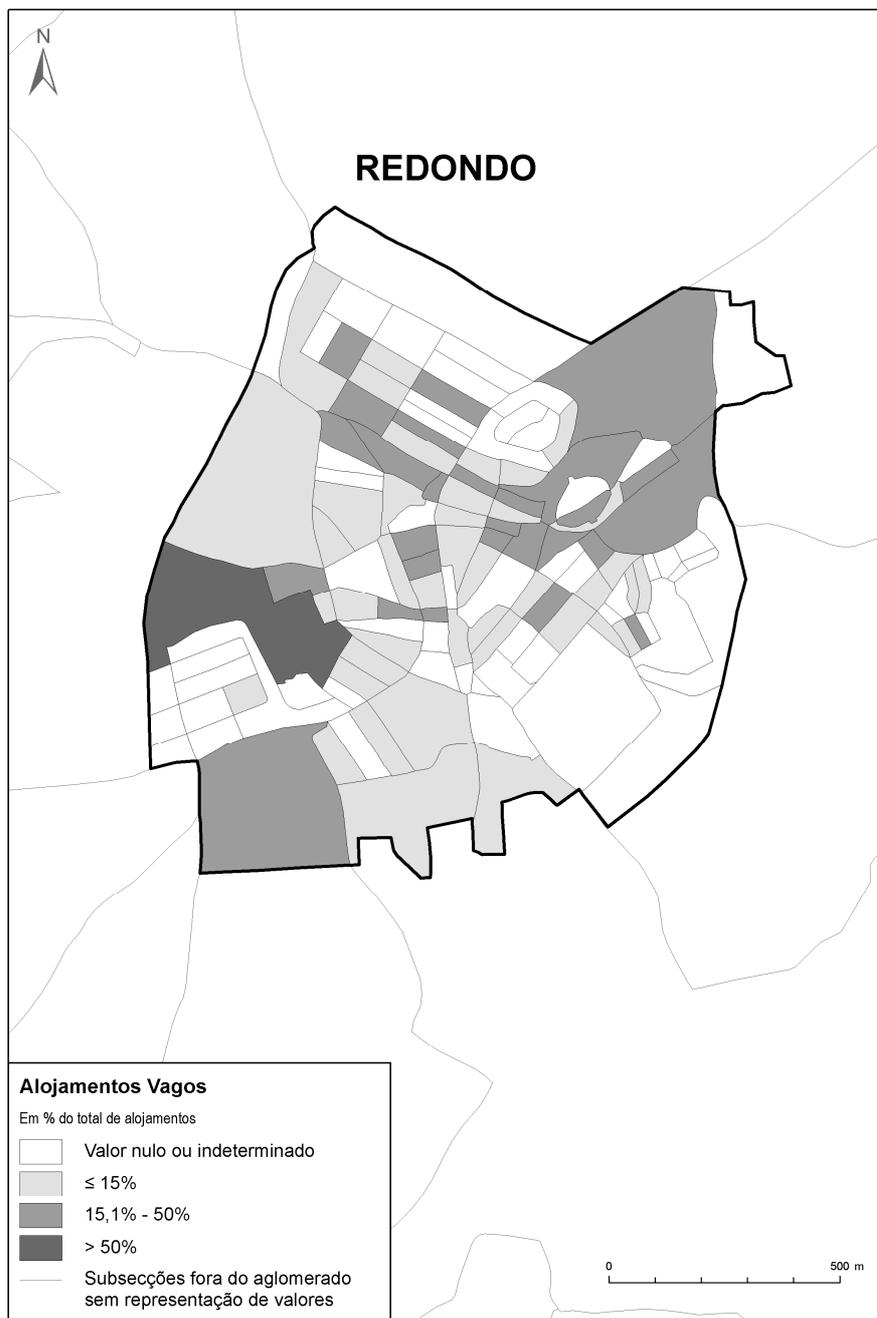
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 115 – Lugar de Redondo – Alojamentos de segunda residência, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

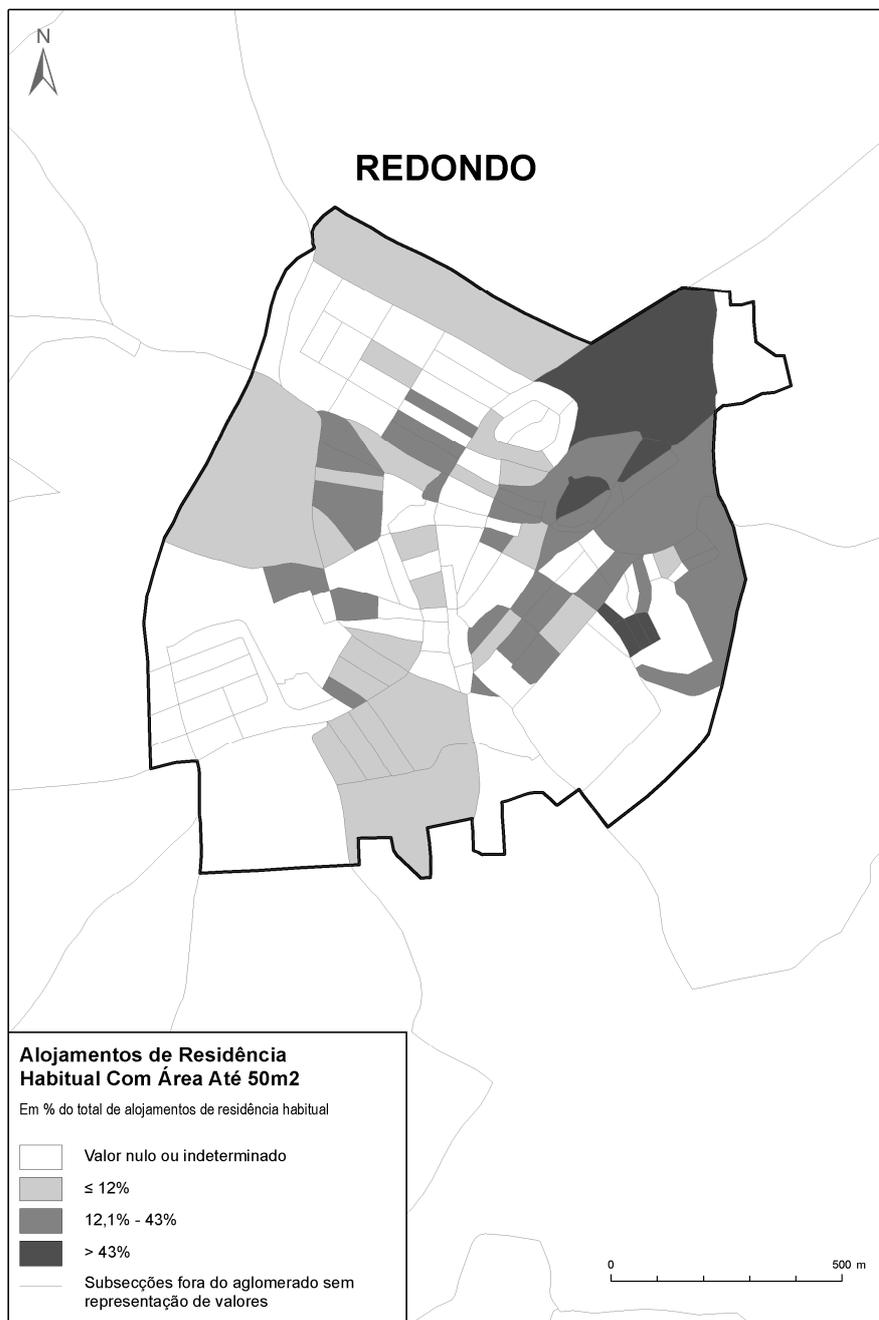
Figura 116 – Lugar de Redondo – Alojamentos vagos, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

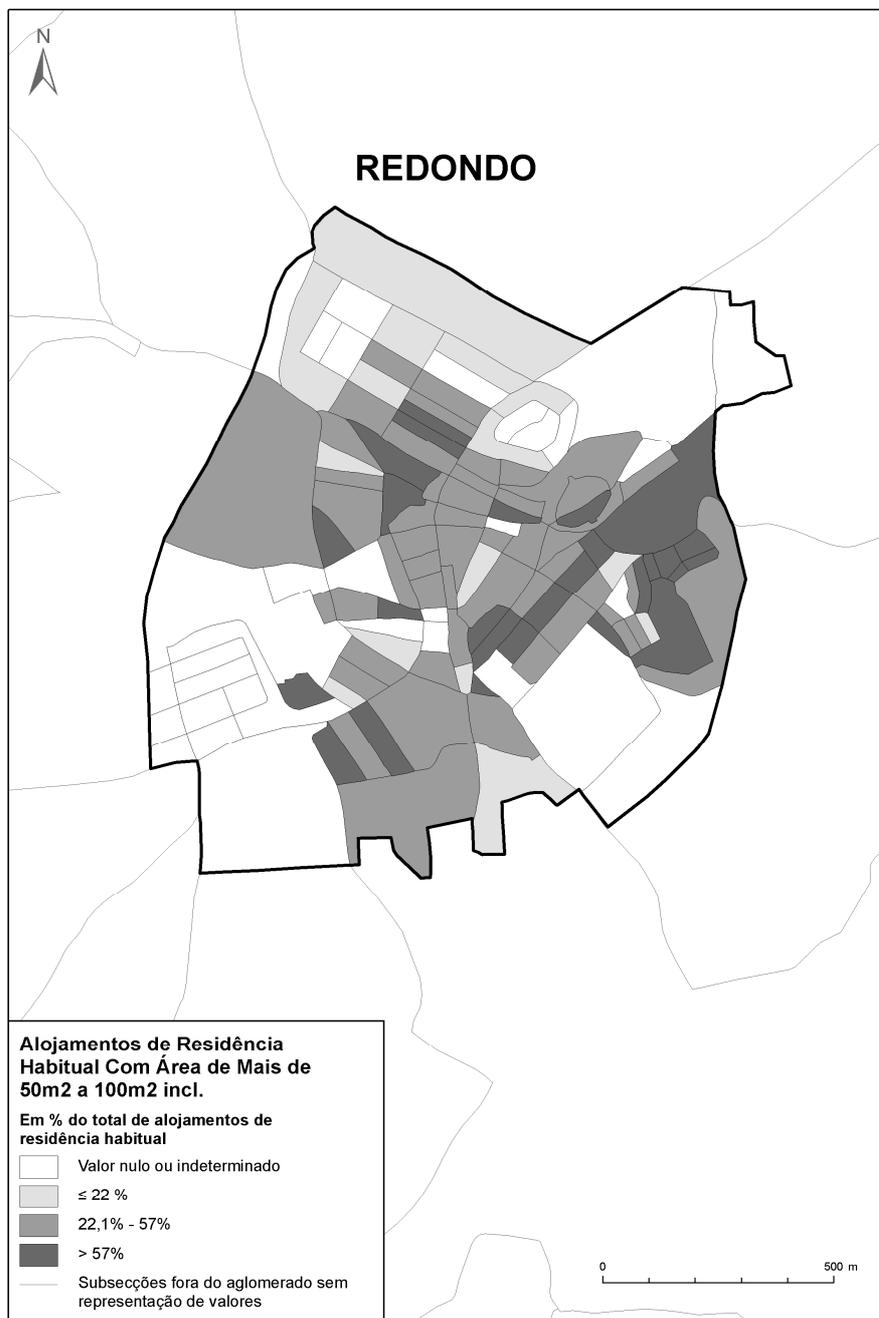
Em termos de área, o perfil dos alojamentos na vila é bastante razoável: apenas 11,2 % (166 alojamentos) têm menos de 50 m<sup>2</sup> e quase 50% tem mais de 100 m<sup>2</sup>. Os maiores alojamentos, com mais de 200 m<sup>2</sup>, representam 9% do total (138 alojamentos).

Figura 117 – Lugar de Redondo – Alojamentos com área até 50 m<sup>2</sup>, 2011



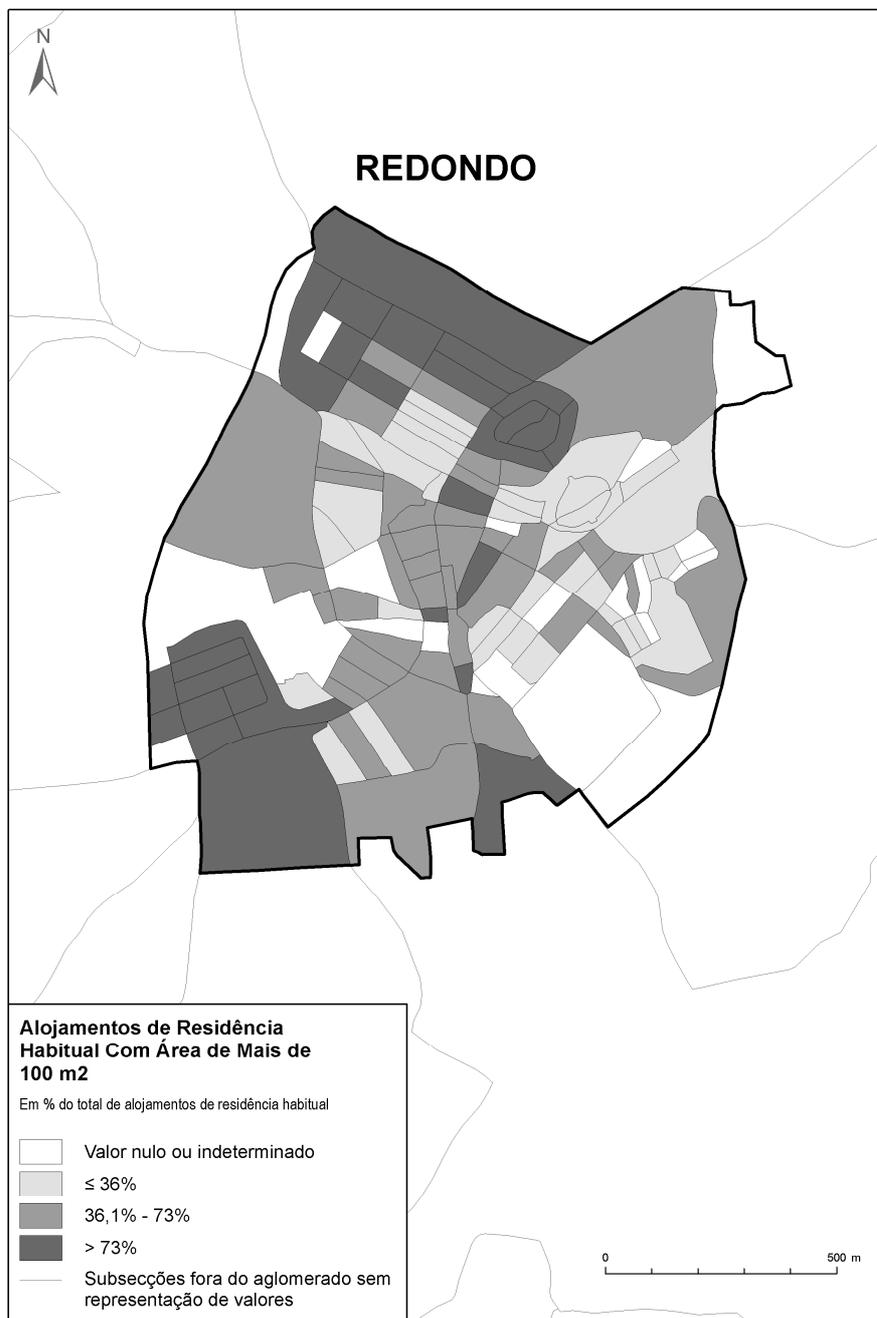
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 118 – Lugar de Redondo – Alojamentos com área entre 51 m<sup>2</sup> e 100 m<sup>2</sup>, 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados do INE

Figura 119 – Lugar de Redondo – Alojamentos com mais de 100 m<sup>2</sup>, 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados do INE

Os padrões de distribuição na vila são, em termos gerais, muito evidentes: os pequenos alojamentos aparecem mais frequentes em torno do núcleo original de Redondo – o castelo e ruas próximas. As dimensões médias (50 a 100 m<sup>2</sup>) são, em termos relativos, mais frequentes na zona antiga central e algumas secções contíguas. Os alojamentos de maior dimensão estão mais presentes nos bairros periféricos, muito embora também estejam bem representados no núcleo urbano central.

A infraestruturação dos alojamentos é quase completa. Apenas 40 alojamentos na vila não têm instalações de banho.

### 2.1.5. População

Em 2011 a vila tinha 3776 habitantes, 1979 mulheres e 1797 homens. Não é possível, com base na informação atual, estabelecer uma estimativa da população para um ano mais recente. A evolução demográfica do município – em declínio populacional desde meados do século XX, tem sido distinta da vila de Redondo – com um crescimento lento desde a década de 70 do século XX e uma estabilização no século XXI.

Face ao panorama da evolução da população no Alentejo, e às estimativas anuais do INE, não se crê que haja razões para se esperarem grandes alterações nesta década: decerto que as pequenas povoações e os lugares mais isolados continuarão a perder habitantes e que muitas sedes de concelho da região continuarão a manter os seus contingentes demográficos.

As densidades de ocupação na Vila mostram que o núcleo central registava, em 2011, maiores densidades, com muitas subsecções estatísticas com valores de 82 a 209 habitantes por hectare. Os bairros periféricos, mais amplos, com densidades menos elevadas. Apenas se destacam, também neste caso, o Bairro António Festas (um bairro social de meados do século XX) e os quarteirões em frente à Escola Secundária Dr. Hernâni Cidade.

Quadro 124 – População 2011 – Género, Idade, Instrução - Lugar de Redondo

<i>Indicadores</i>	<i>Redondo</i>
Total de indivíduos residentes	3776
Sex ratio (H/M)	0,9
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	12,4
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	11,3
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	54,1
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	22,3
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	25,3
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	9,7

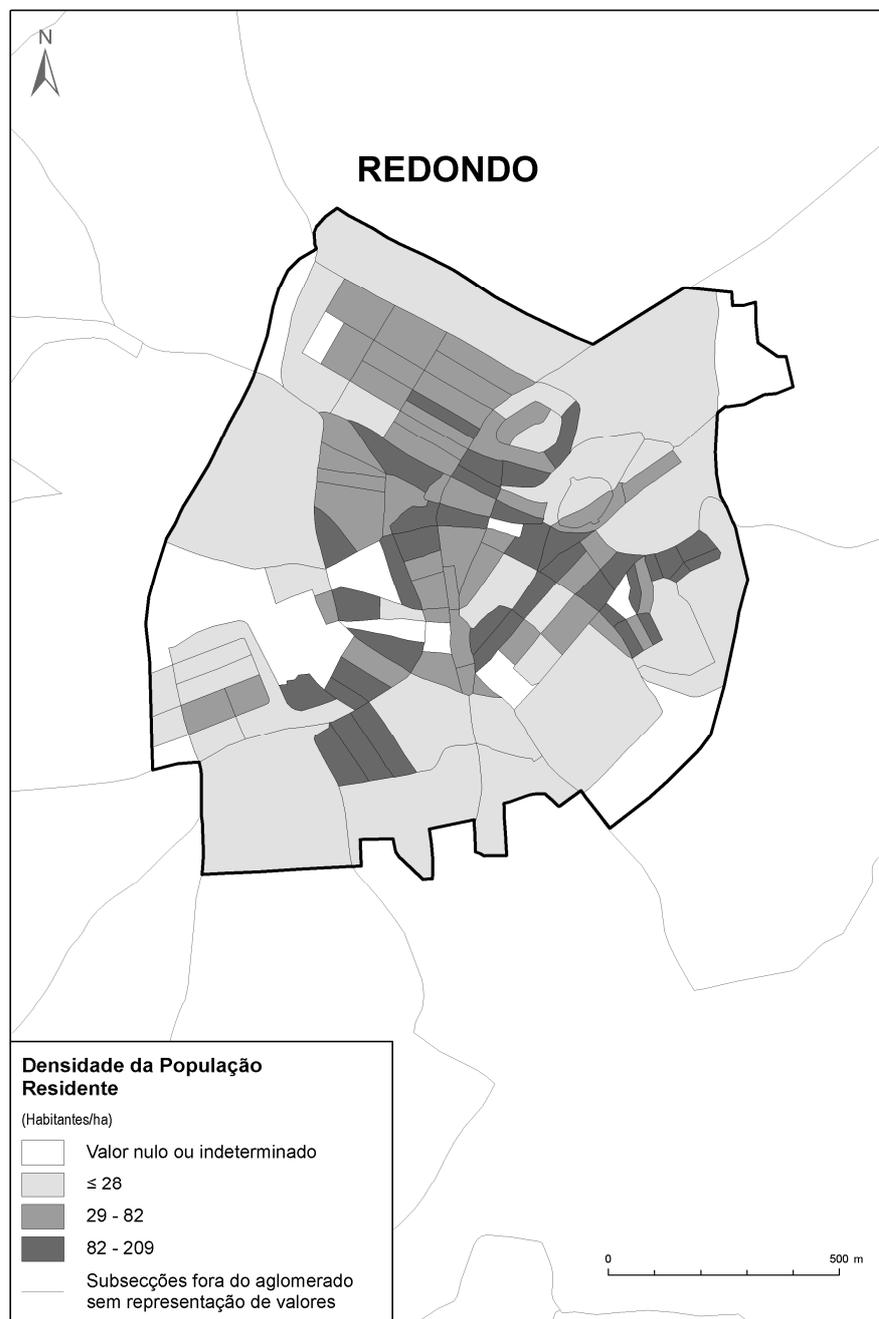
Fonte: INE

Com 23,7% de população com menos de 25 anos a vila é, em termos relativos, o segundo lugar do concelho com população mais jovem. Só o aglomerado de Foros de Fonte Seca regista um valor superior (25,3%).

---

A população jovem apresenta uma distribuição urbana sem um padrão muito nítido, mas uma tendência para ser mais relevante nas áreas “novas”, exteriores ao núcleo antigo da Vila.

Figura 120 – Lugar de Redondo – Densidade Populacional 2011



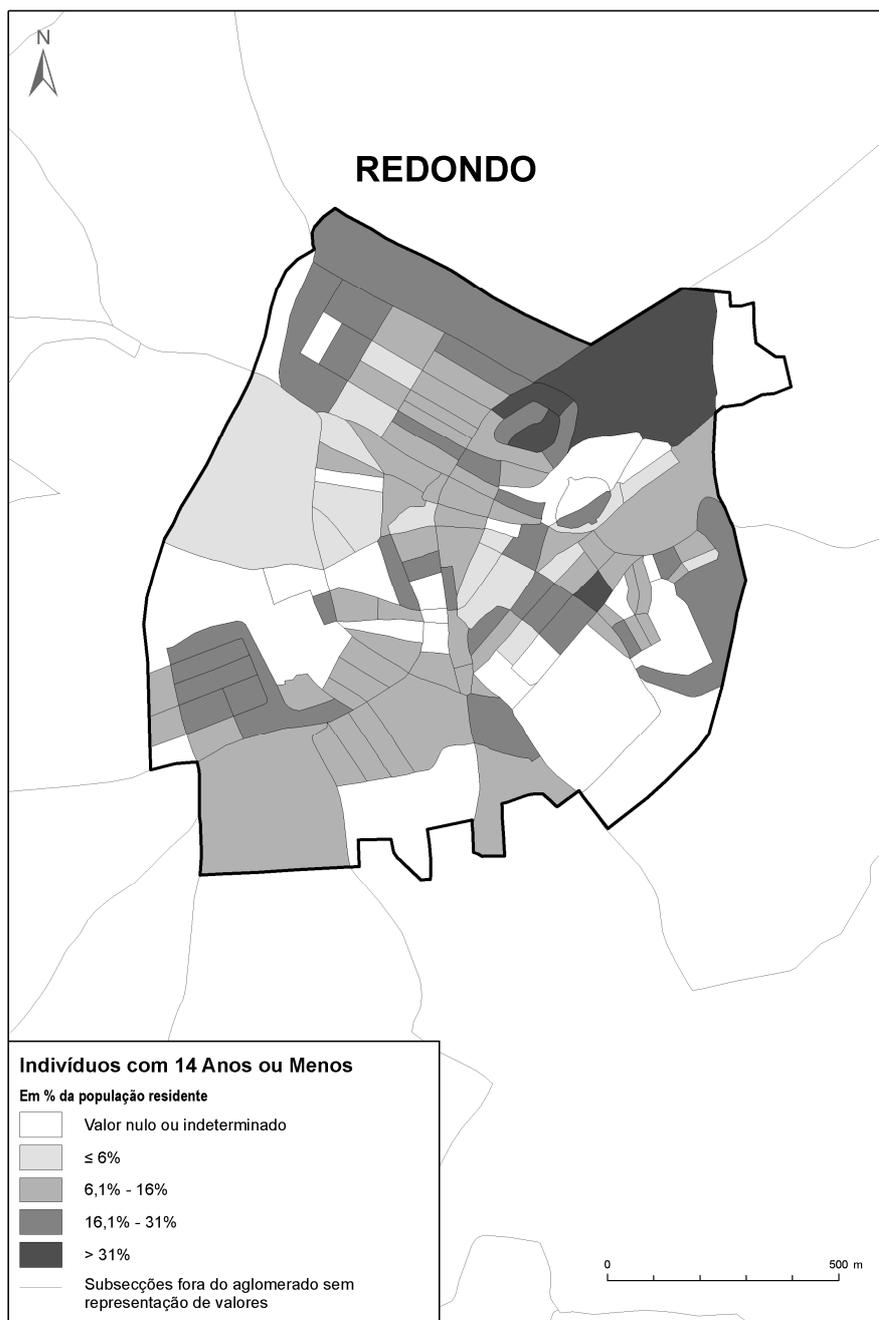
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Os adultos, em idades mais ativas (25 a 64 anos) são 54,1% da população total. Só os Foros da Fonte Seca ultrapassam este valor (55,6%). As duas localidades distinguem-se claramente no panorama concelhio pela presença mais volumosa de população menos idosa. Também neste caso não se revela

uma distribuição especialmente nítida, muito embora os adultos estejam, em termos relativos, mais presentes nos bairros periféricos.

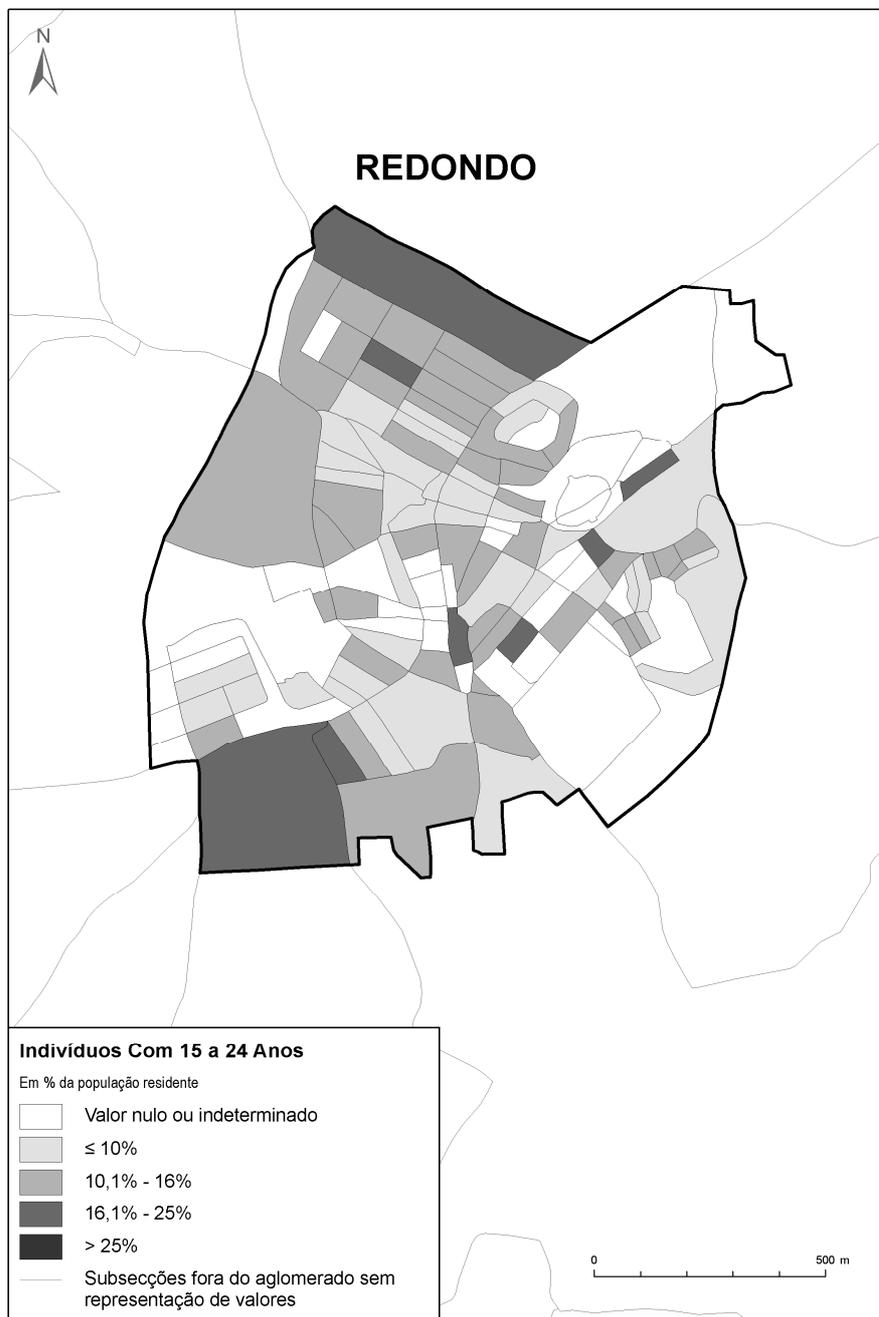
A população mais idosa, com 65 ou mais anos (22,3%) reside principalmente nas zonas mais antigas: núcleo central e zona do castelo.

Figura 121 – Lugar de Redondo – População com 14 ou menos anos de idade, 2011



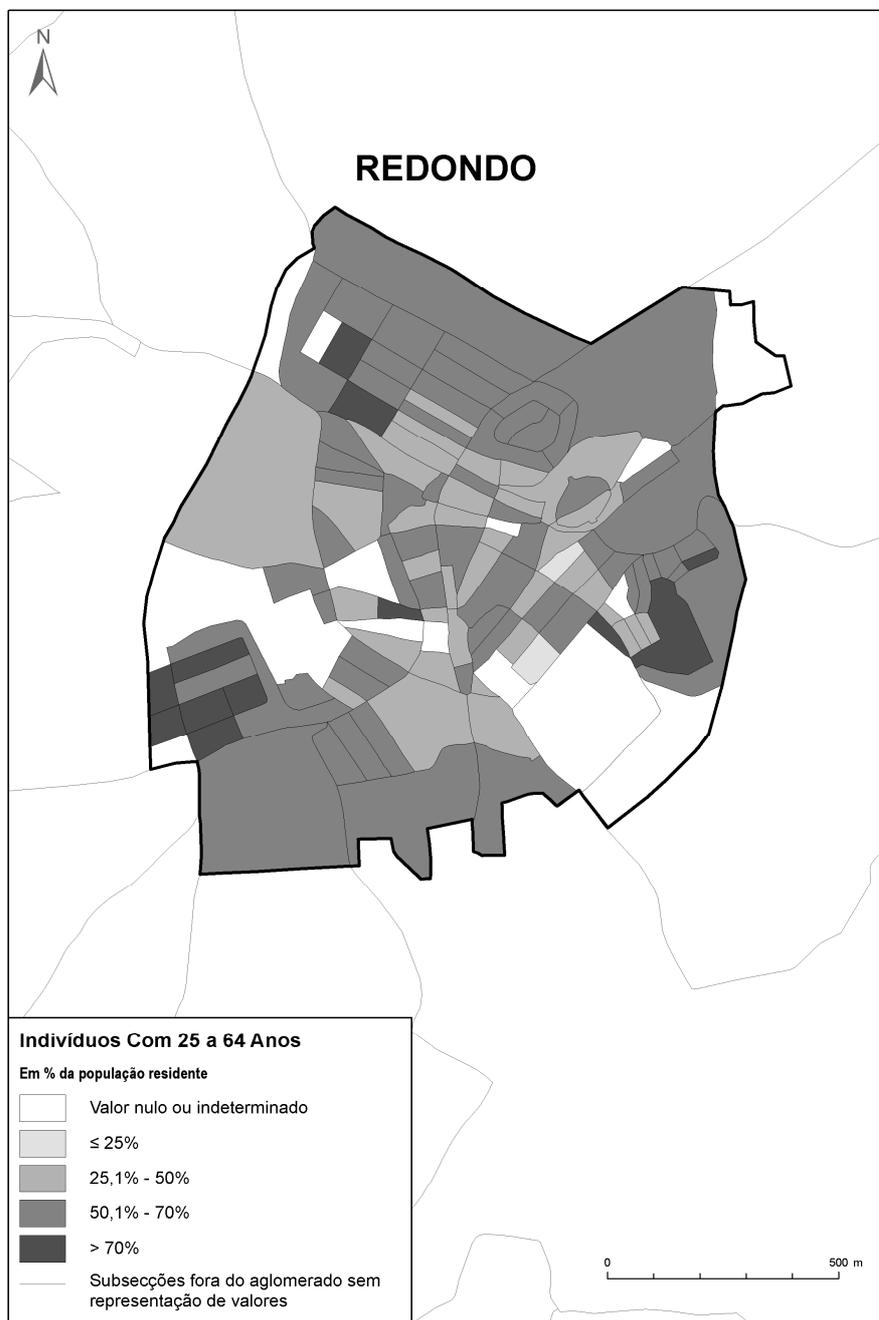
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 122 – Lugar de Redondo – População com 15 a 24 anos de idade, 2011



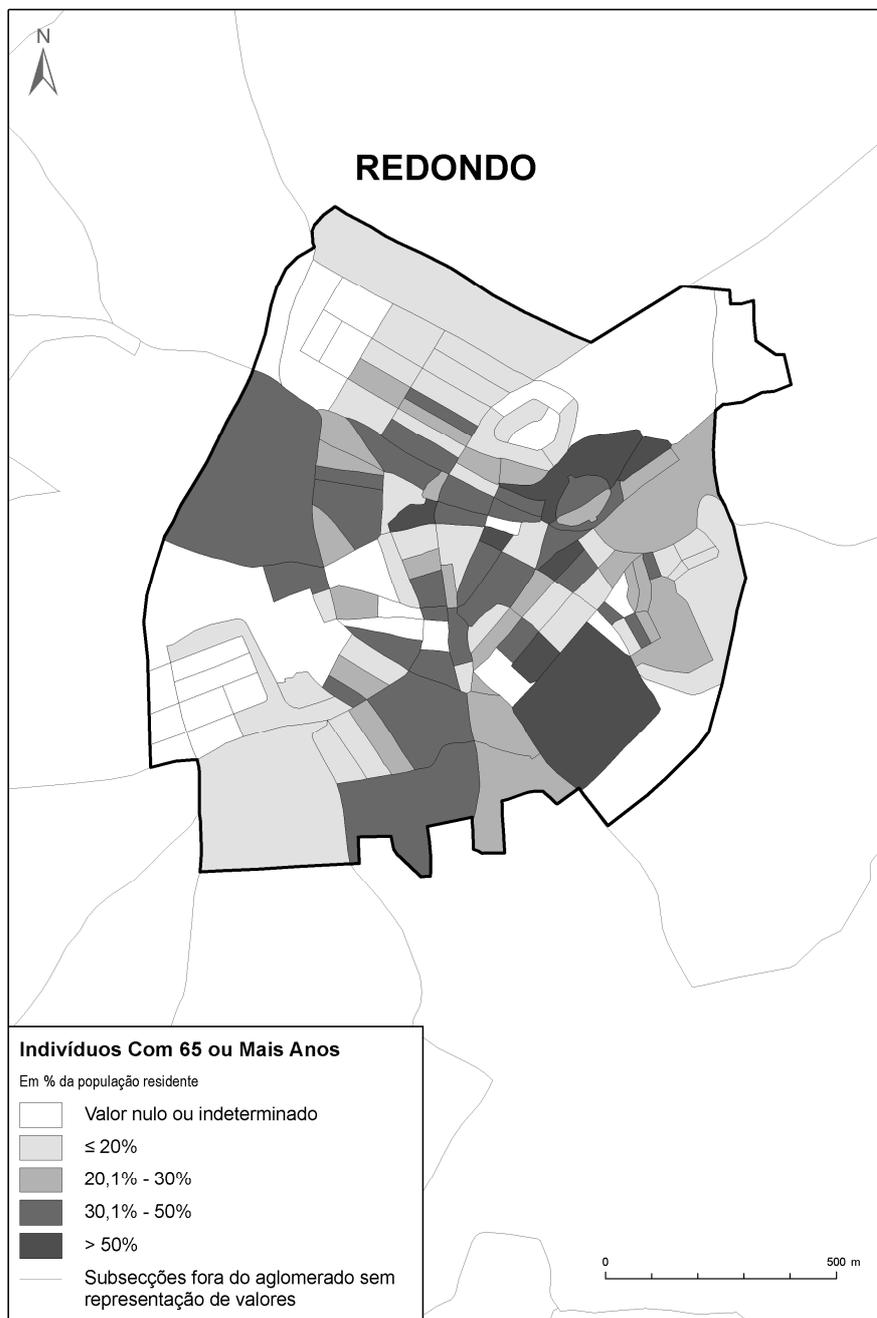
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 123 – Lugar de Redondo – População com 25 a 64 anos de idade, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 124 – Lugar de Redondo – População com 65 ou mais anos de idade, 2011

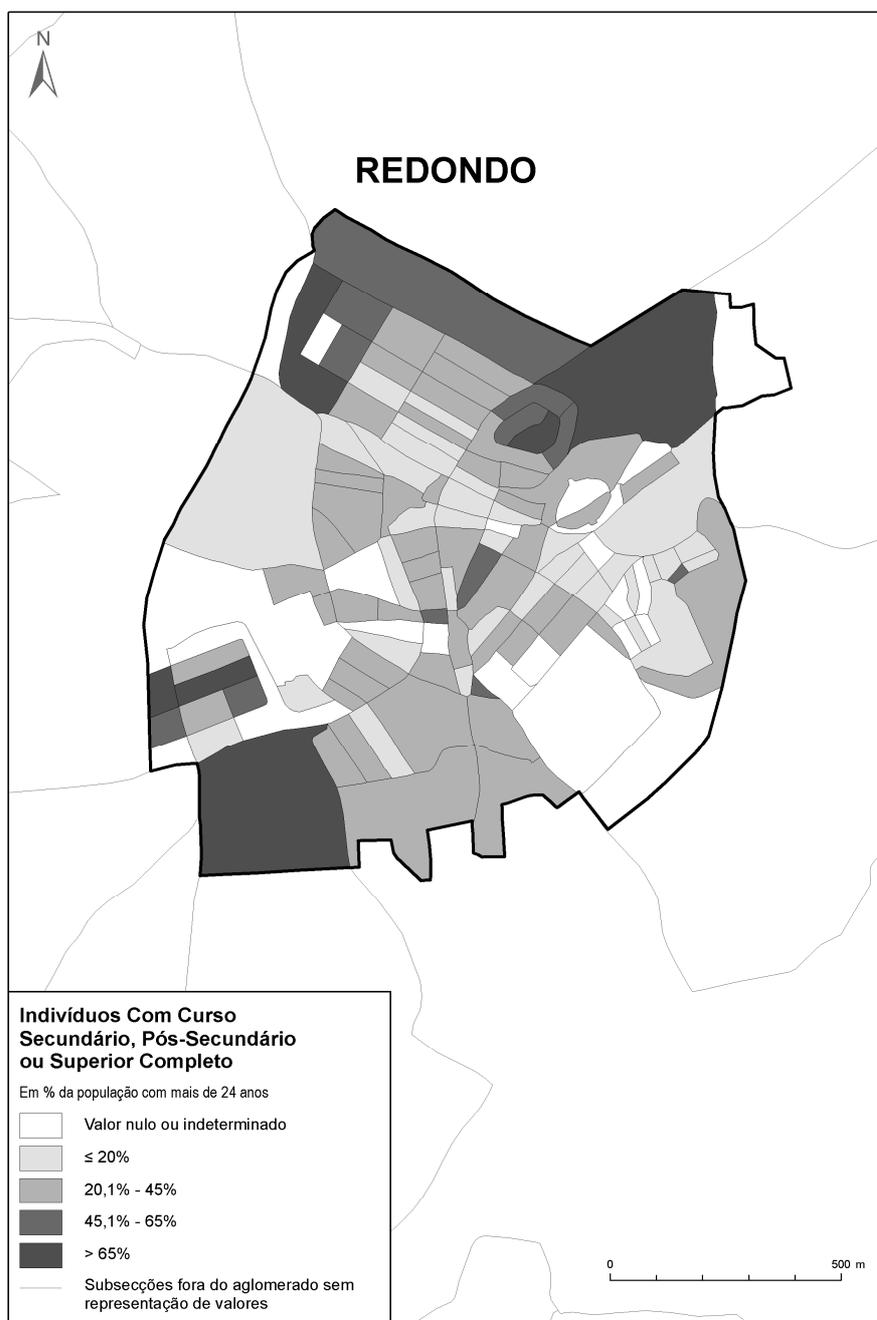


Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Ao nível da instrução, a vila destaca-se claramente dos outros aglomerados do concelho na medida em que regista uma taxa de analfabetismo bastante mais baixa (9,7%). Apenas Montoito com 12,5% se aproxima do valor de Redondo. Também nos graus mais elevados de instrução, curso secundário, pós-secundário ou superior completo, o valor da sede de concelho (25,6% face à população com mais de 24 anos) é bastante superior aos outros aglomerados. Neste caso o Freixo, com 18,9% é o que mais se aproxima.

Uma observação à distribuição da população mais instruída revela uma maior presença relativa nas áreas mais recentes, negativamente correlacionada com o padrão evidenciado pelo peso relativo da população mais idosa.

Figura 125 – Lugar de Redondo – População com ensino secundário ou superior, 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados do INE

**2.1.6. Famílias**

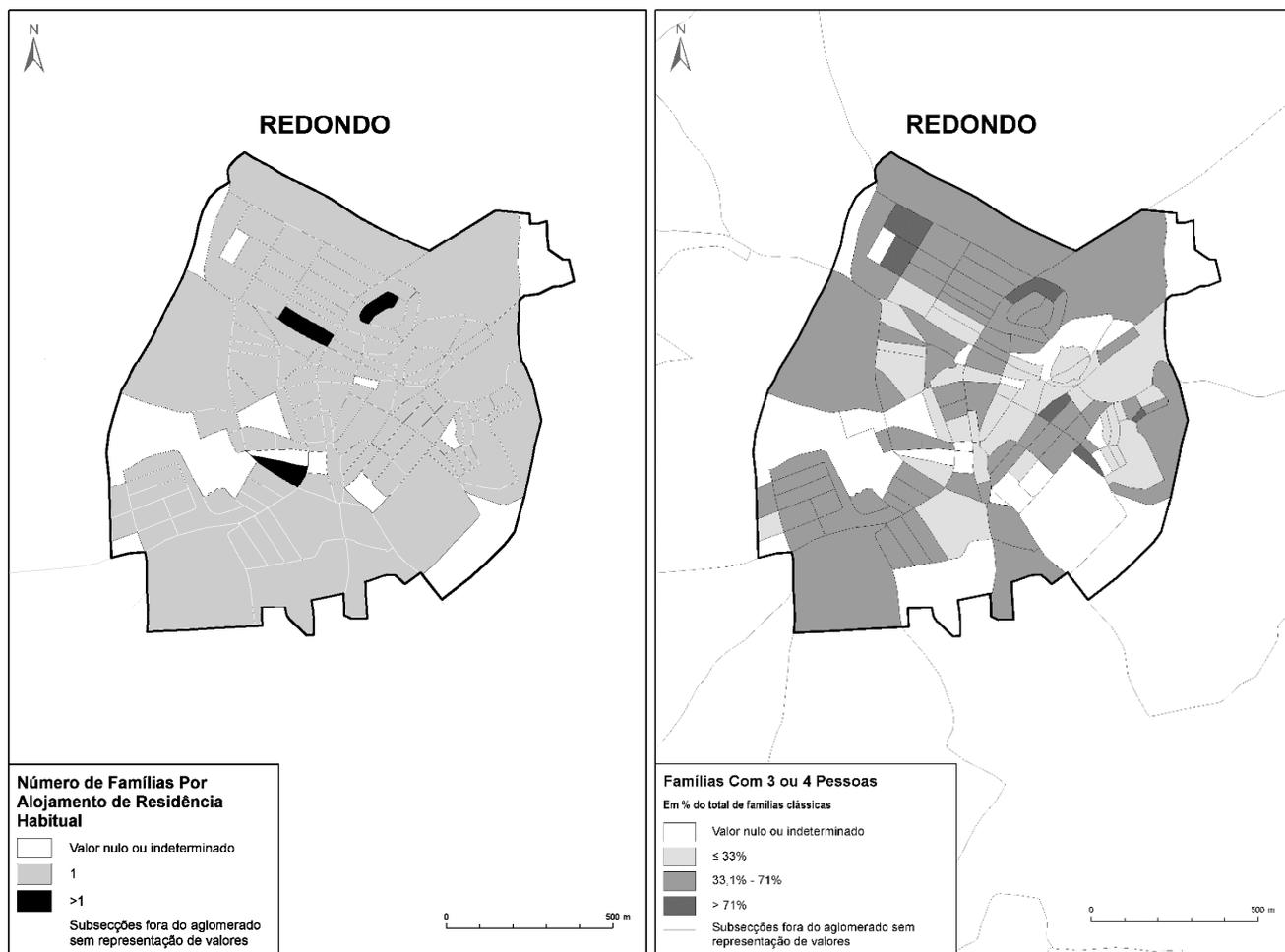
Em 2011 residiam em Redondo 1486 famílias, com uma média de 2,5 pessoas por família. As famílias pequenas (1 ou 2 pessoas) são dominantes. As famílias mais numerosas (mais do que 4 pessoas) representavam 5% do total, o que correspondia ao valor absoluto de 75 famílias, em Redondo.

Quadro 125 – Famílias 2011 – Lugar de Redondo

<i>Indicadores</i>	<i>Redondo</i>
Número de famílias	1486
Número de famílias clássicas por alojamento de residência habitual	1,0
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	54,9
Famílias com 3 ou 4 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	40,0
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	11,9

Fonte: INE

Figura 126 – Lugar de Redondo – Famílias, 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados do INE

Os fenómenos de sobrelotação dos alojamentos familiares não são um problema na vila na medida em que há uma correspondência forte entre o número de alojamentos e o número de famílias. A distribuição deste indicador no aglomerado (figura anterior) evidencia bem essa relação, na medida em que apenas 3 pequenas secções apresentam um valor superior a 1 família por alojamento.

A distribuição urbana das famílias mais numerosas (2ª figura da figura anterior) revela uma maior concentração nas áreas menos centrais da vila.

### 2.1.7. *Emprego*

A taxa de atividade da população de Redondo era em 2011 45,6%, significando que na Vila menos de metade da população com mais de 15 anos de idade se encontrava em atividade. Tratava-se de uma taxa bem mais baixa que a verificada para o País, a qual era de 60,5%.

A parcela de população idosa tem aqui, certamente a sua influência. No panorama concelhio o valor registado na Vila é muito superior ao de qualquer outro aglomerado, apenas, novamente com uma exceção: Foros da Fonte Seca, que registava uma taxa de atividade de 48,8%.

Quadro 126 – Atividade económica da população - Lugar de Redondo

<i>Indicadores</i>	<i>Redondo</i>
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	11,6
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	21,5
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	66,9
Taxa de atividade	45,6
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	76,8

Fonte: INE

A distribuição sectorial do emprego evidencia o peso do sector terciário – 66,9% dos ativos empregados trabalham no comércio e serviços (um pouco mais do que o valor do País 62,9%). O valor mais elevado dos aglomerados concelhios, já que é na sede de município que se concentram a maioria dos serviços municipais e das funções centrais de comércio e serviços mais raras. Os sectores primário e secundário verificam valores menos elevados – 11,6% no sector primário e 21,5 no sector secundário. Cerca de ¼ dos ativos trabalhavam fora do concelho.

## 2.2. Foros da Fonte Seca

### 2.2.1. Morfologia

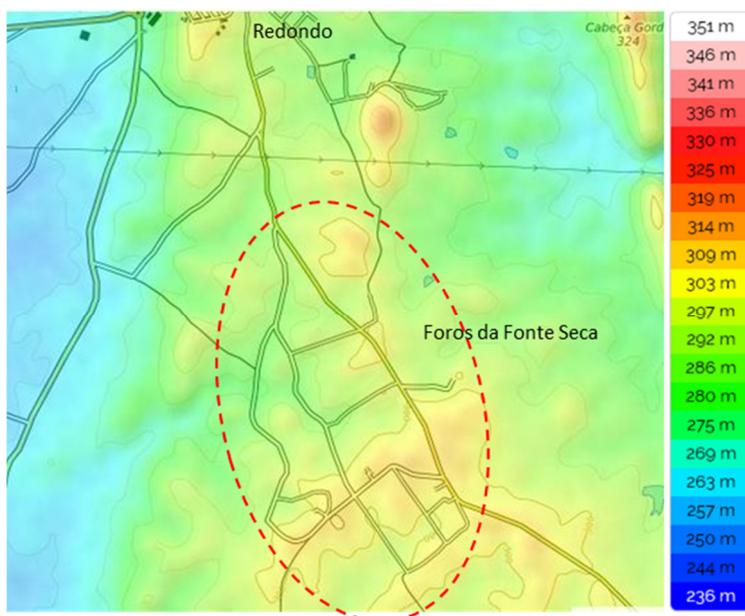
O lugar censitário de Foros da Fonte Seca, pertencente à freguesia de Redondo, já era considerado aglomerado urbano no PDM em vigor. Tal como a designação indica, Foros da Fonte Seca trata-se de uma mancha de ocupação humana resultante de um processo de aforamento que foi comum em muitas áreas do Sul do País ao longo do século XIX e 1ª metade do século XX.

Já nos estudos de 1992 se chamava a atenção para o caráter disperso desta ocupação e a intrínseca falta de morfologia ou estruturação urbanas, com previsíveis efeitos negativos ao nível da gestão do território.

Situado a apenas cerca de 2 km a sul da vila de Redondo, tem beneficiado desta proximidade para apresentar algum dinamismo demográfico e de construção.

Esta localidade estende-se ao longo da mesma linha de ligeiras elevações que prolonga a Serra d'Ossa para Sul, onde a Vila de Redondo também se insere. Os Foros da Fonte Seca têm, contudo, a maioria do seu território num planalto em torno dos 300-310 metros de altitude. Atinge a menor altitude (280 m) a norte, na bifurcação da estrada municipal que o liga a Redondo e a maior no extremo sul (310 m).

Figura 127 – Foros da Fonte Seca - Altimetria



Fonte: topographicmap.com

Como se pode observar com facilidade, a localidade estende-se basicamente por uma rede elementar de caminhos, com duas vias longitudinais, no sentido norte-sul e três ruas transversais que as ligam. Sendo

uma área de pequenas parcelas, que teve como já se referiu, a sua origem num processo de aforamento, o povoamento é disperso.

À medida que a localidade foi crescendo as casas foram procurando a vizinhança das ruas principais e de alguns núcleos mais densos. Encontramos assim as três tipologias: construções inseridas no meio das propriedades com um caminho a ligá-las à via principal, construções alinhadas ao longo das ruas, e construções inseridas em pequenos núcleos mais concentrados geralmente localizados em sítios de maior acessibilidade e centralidade (cruzamentos e entroncamentos das principais vias). As figuras seguintes ilustram bem esta estrutura.

Figura 128 – Foros da Fonte Seca – exemplo de arruamento

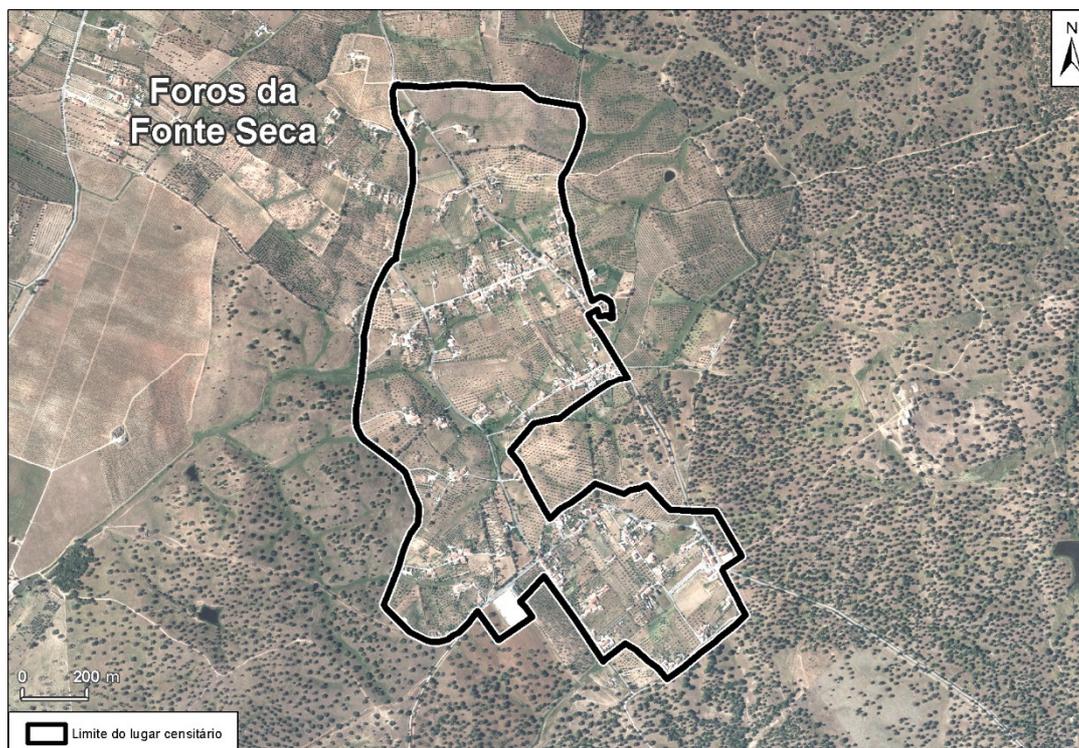


Fonte: Google Maps

Face a outras localidades de construções dispersas em torno da sede de concelho (foros, courelas) a povoação de Foros da Fonte Seca apresenta uma maior dimensão demográfica e sobretudo uma estrutura mais densificada e ordenada do povoamento, razão pela qual foi considerada aglomerado urbano para efeitos de gestão do território. O comércio e serviços são escassos. A proximidade da sede de concelho condiciona certamente a implantação de mais equipamentos. A função habitacional é largamente dominante.

A maioria das casas são térreas (muito embora várias construções mais recentes tenham 2 pisos), casas rurais alentejanas, em que predomina o branco.

Figura 129 – Foros da Fonte Seca – limite censitário



Fonte: elaboração própria

### 2.2.2. Evolução

A primeira referência censitária a Foros de Fonte Seca é no Recenseamento de 1911 (Censo das Povoações), como um lugar da freguesia de Redondo. Foram recenseados nesse ano na localidade 224 habitantes e 58 fogos. Nessa altura a 4ª maior povoação do concelho - só ultrapassada por Redondo (3.154 habitantes), Montoito (902 habitantes) e Aldeias de Montoito (640 habitantes).

Em 1911 o contingente de população dispersa (não residente na sede de concelho, nas sedes de freguesia recentemente anexadas, sem extinção, a Redondo – que eram 6 – nem nas maiores aglomerações sem definição administrativa – Aldeias de Montoito, Falcoeiras) constituía 60% da população concelhia. É muito difícil saber que limites censitários foram considerados para a localidade e se poderá haver alguma comparação com os dados das décadas mais recentes.

Só em 1960 se inicia a publicação regular da população por lugares, mas também nos censos posteriores nem sempre existe coincidência nos critérios associados aos limites das localidades e nos processos de contagem, de modo a garantir o máximo de rigor nas comparações. Em povoações pequenas, de povoamento disperso, de interpenetração com outras localidades e, tantas vezes, com mudanças de designação dos sítios, há que ter uma precaução particular neste aspeto.

Quadro 127 – Foros da Fonte Seca – População residente

	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Foros da Fonte Seca	435	353	518	409	596	924

\* pop. presente

Fonte: INE

Em 1960 a povoação atingiu o máximo registado: 924 habitantes. Coincidindo com a quebra verificada em todo o concelho na década de 70 também Foros da Fonte Seca perderam 328 habitantes. Um decréscimo muito elevado. Desde aí que a população se tem mantido entre os 300 e os 500 habitantes. Em 2011 a povoação continuava a ser a 4ª maior do concelho, no entanto a sua população está praticamente a par de Aldeias de Montoito e já muito destacada face aos restantes aglomerados secundários (Santa Susana, Freixo, Aldeia da Serra e Falcoeiras).

Quadro 128 – Foros da Fonte Seca – Edifícios clássicos por data de construção

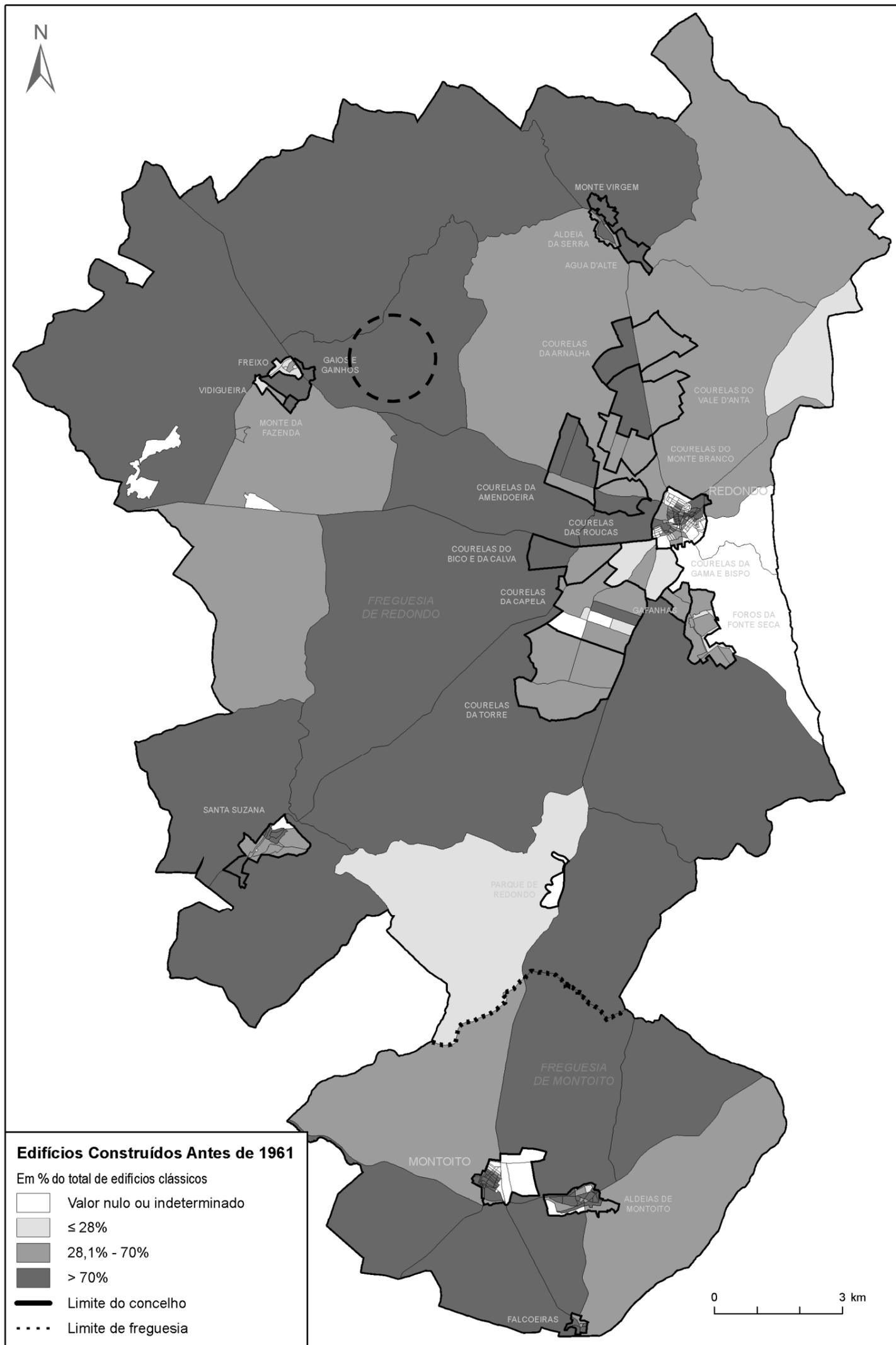
Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
200	8,5	10,5	21,0	17,0	11,5	9,0	14,0	8,5	17

Fonte: INE

A evolução do edificado não tem um paralelo muito evidente com a evolução demográfica. O parque habitacional é, em termos médios, mais recente que o de Redondo. Apenas 18,5% dos edifícios são anteriores a 1945 e cerca de 43% são posteriores a 1971.

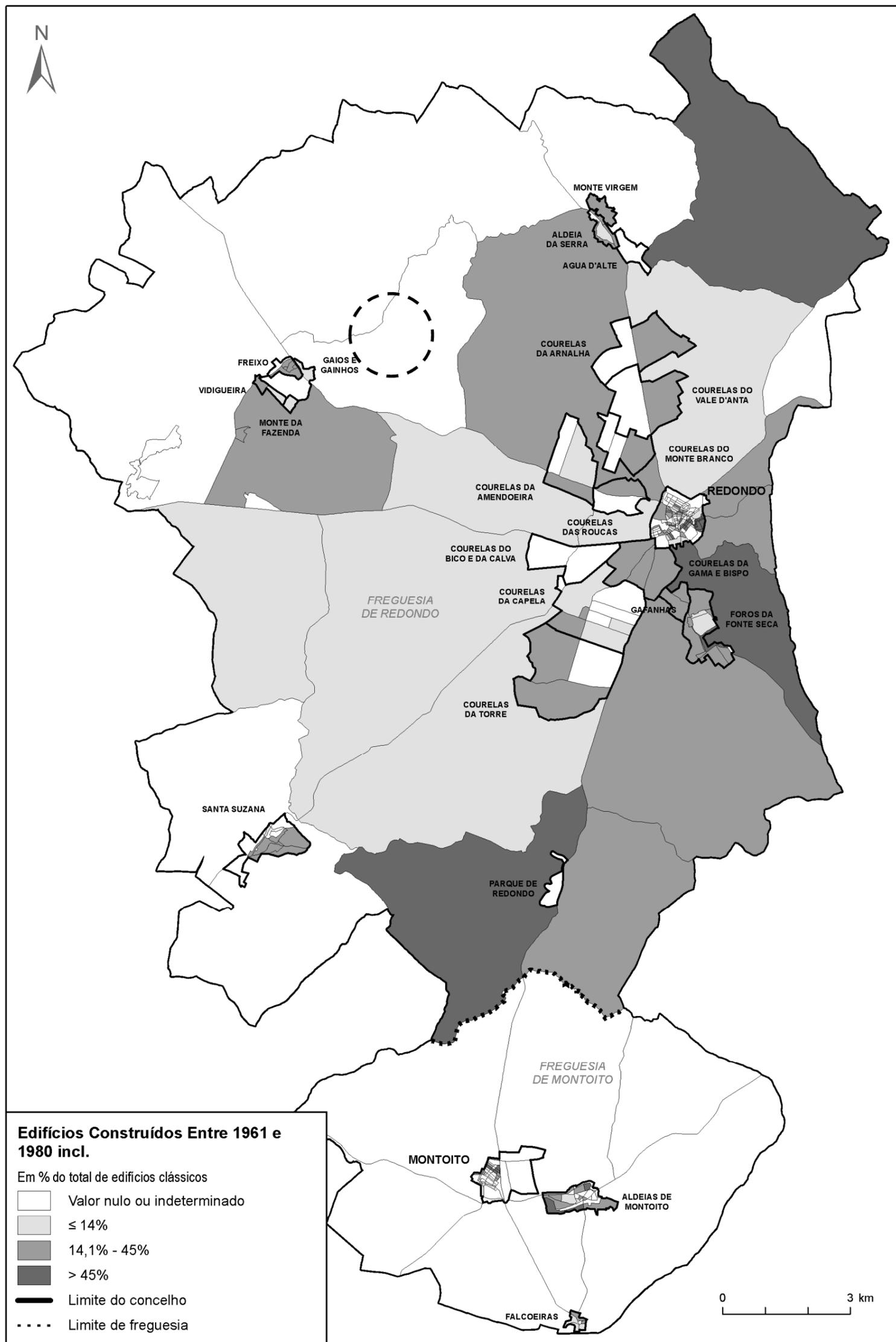
Esta faceta do edificado suscita duas questões: i) para uma localidade que no início do século já era bastante povoada e que aumentou de população até atingir quase os 1000 habitantes em meados do século XX, a parcela de edifícios antigos é reduzida. Possivelmente ter-se-á vindo a realizar nas últimas décadas uma forte renovação do edificado; ii) O relativo dinamismo da construção nas últimas 2 décadas (1991 a 2011) poderá relacionar-se com a proximidade e acessibilidade à vila de Redondo, constituindo a povoação uma alternativa residencial menos onerosa e mais campestre sem perder os privilégios da localização na vila. Se se observar a distribuição dos edifícios por épocas de construção na localidade (figuras seguintes) é bem evidente que os edifícios mais antigos têm uma incidência muito mais forte no interior das propriedades, fora das vias urbanas. Entre 1961 e 1980 as ruas da localidade são as localizações preferenciais para a construção. Também se observa que a área de maior incidência de casas mais recentes é a rua transversal mais a norte da povoação, mais próxima de Redondo.

Figura 130 – Edifícios construídos antes de 1961



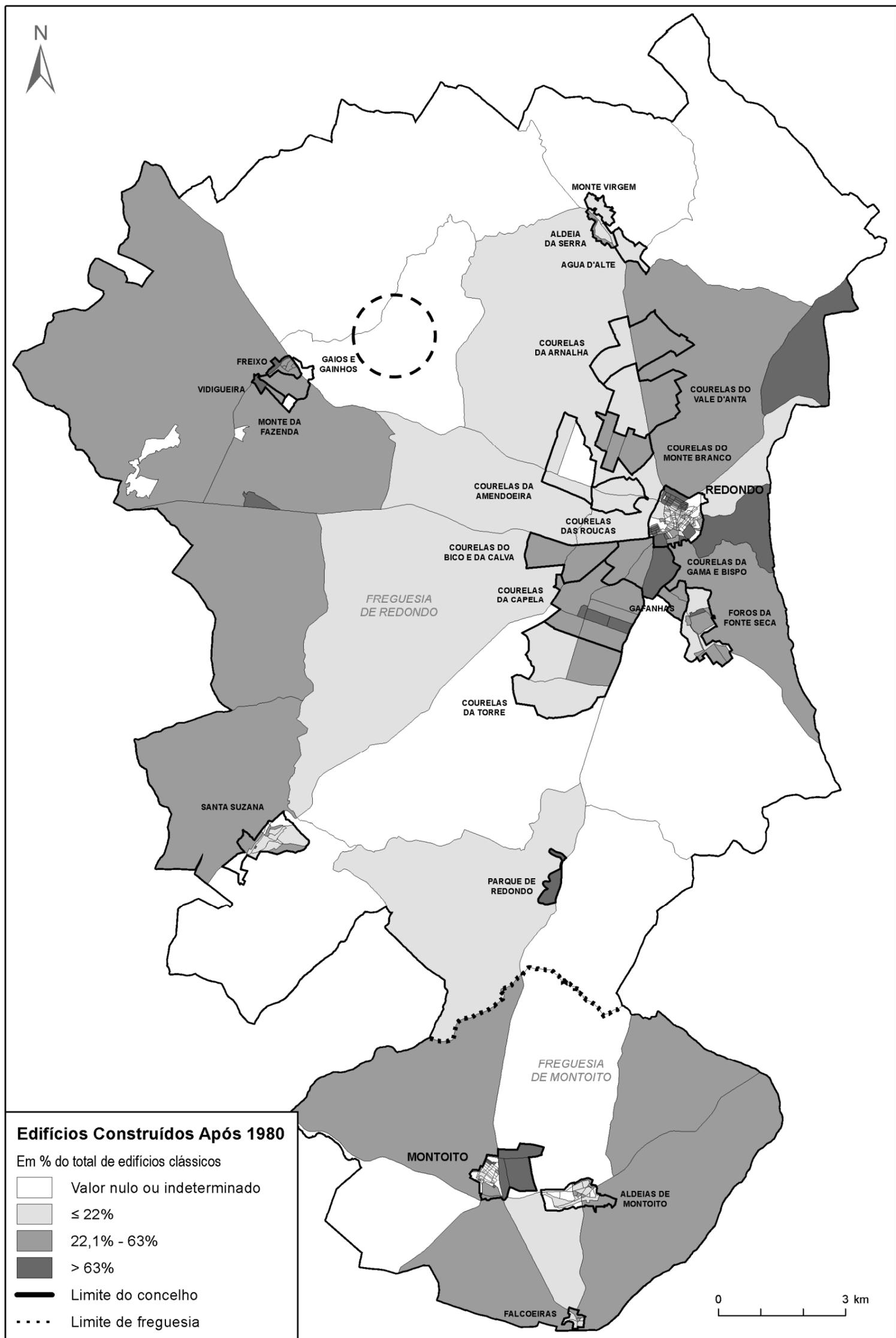
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 131 – Edifícios construídos entre 1961 e 1980



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 132 – Edifícios construídos depois de 1980



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

### 2.2.3. Edifícios e Alojamentos

Foros da Fonte Seca registava, em 2011, 200 edifícios. O perfil do edificado da povoação descreve-se com muita facilidade:

- A quase totalidade são edifícios exclusivamente residenciais. A afetação a outras funções é irrelevante, o que confirma a escassez de comércio e serviços na povoação.
- Todos os edifícios têm no máximo até 2 pisos, tendo a grande maioria apenas 1 piso.
- Como já se referiu, tem uma percentagem baixa de edifícios antigos e elevada de edifícios recentes.

Na povoação, os valores dos indicadores relativos aos edifícios e aos alojamentos, pode ser observada nas figuras do volume anexo, mas, no entanto, não existe nenhuma particularidade que mereça ser salientada, dada a uniformidade e homogeneidade dessas distribuições.

Quadro 129– Foros da Fonte Seca – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

<i>Indicadores</i>	<i>Foros da Fonte Seca</i>
Nº de edifícios clássicos	200
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	99,5
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	40,0
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	28,5
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	31,5
Total de Alojamentos	223
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	71,3
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	2,7
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	26,0
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	98,1
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	98,1
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	91,2
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	12,6
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	35,2
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	52,2
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	9,4

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Indicadores</i>	<i>Foros da Fonte Seca</i>
Número de Famílias	161
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	47,8
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	46,0
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	16,8
Total de indivíduos	435
Sex ratio (H/M)	1,1
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	12,6
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	12,6
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	55,6
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	19,1
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	16,9
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	13,2
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	34,0
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	27,5
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	38,5
Taxa de atividade	46,0
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	73,0

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

O número total de alojamentos é de 223, o que significa 1,1 alojamentos por edifício. O perfil dos alojamentos merece algum destaque:

- A ocupação dos alojamentos, permanente ou esporádica é elevada. Apenas 2,7% dos alojamentos estão vagos. Concomitantemente a parcela de alojamentos de segunda residência ou em mercado, não sendo tão elevada quando outras localidades do concelho, designadamente os aglomerados urbanos mais pequenos é, ainda assim, significativa – praticamente ¼ dos alojamentos estão nesta situação.
- O arrendamento é baixo, apenas 9,4% dos alojamentos. A grande maioria é ocupada pelos proprietários.
- A dimensão média dos alojamentos é, em termos concelhios, elevada: 52,2% dos alojamentos têm mais de 100 m<sup>2</sup>. Sendo uma povoação onde a vivenda isolada (e alguns casos geminada) é a tipologia dominante dos edifícios, muitas destas de construção recente, é compreensível a amplitude das áreas dos alojamentos.

Sendo uma área de habitação dispersa e, em alguns casos, de edifícios antigos e isolados, o nível de infraestruturização é ligeiramente inferior ao da maioria dos aglomerados do Concelho, mas não deixa de poder ser considerado como excelente, sobretudo tendo em conta os custos públicos na providenciação desses serviços (98,1 % dos alojamentos têm água canalizada e esgoto).

#### **2.2.4. População: indivíduos, famílias e atividades económicas**

Foros da Fonte Seca registava, em 2011, 435 habitantes (230 homens e 205 mulheres) e um “sex-ratio” de 1,1, oposto ao verificado na maior parte das povoações, onde as mulheres eram a maioria. Este fenómeno tem uma causa aparente: a estrutura etária da localidade é muito jovem, a mais jovem do município. Com efeito, o perfil etário do aglomerado salienta-se claramente no panorama do município:

- 25,2% dos habitantes têm menos de 24 anos (23% para o conjunto do município);
- 55,6% tem entre 25 e 64 anos (51,2% para o concelho);
- 19,1% com mais de 64 anos (25,8 para o concelho).

Realçamos este aspeto porque é um fator diferenciador importante do aglomerado e acompanha a tendência de outros lugares mais pequenos também situados em torno da sede de concelho: Courelas do Monte Branco, Courelas das Roucas, Courelas do Bico e da Calva, Courelas da Gama e Bispo. Lugares com muita população jovem, mas acima de tudo com pouca população idosa, em termos relativos.

Esta estrutura etária tem um reflexo direto nos indicadores de atividade: a taxa de atividade é elevada 48,8% e a repartição do emprego por sectores de atividade também é distinta de todos os outros aglomerados: uma forte presença de ativos no sector primário (34%) e no secundário (27,5%), as maiores registadas para todos os aglomerados urbanos do município. Consequentemente o sector terciário é reduzido (38,5%).

No que se refere ao perfil das famílias, há a destacar também que Foros da Fonte Seca apresenta, em média, 2,7 indivíduos por família e a presença de famílias mais numerosas é, em termos relativos, mais significativa que em todos os outros lugares do concelho (46% de famílias com 3 e 4 pessoas e 6,0% de famílias com mais que 4 pessoas).

## 2.3. Santa Susana

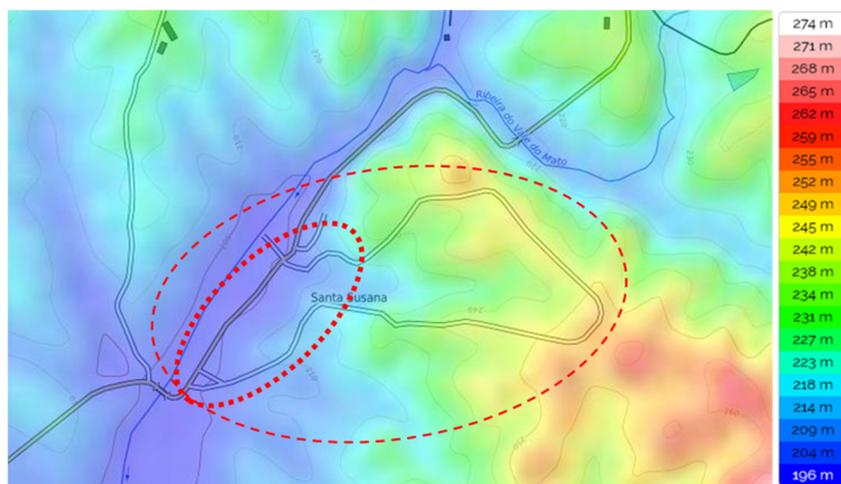
### 2.3.1. Morfologia

É um pequeno aglomerado de muito baixa densidade situado no limite ocidental do concelho. Liga-se ao redondo através da EM 534 a qual vai ligar, já muito próximo do Redondo, à EN 254. Tem uma configuração linear relativamente recente e uma estrutura urbana pouco consolidada, com características simples de crescimento ao longo de vias e caminhos.

Já nos anos 90 do séc. XX, se considerava tratar-se de um aglomerado de carácter rural ou agrícola, mas incharacterístico do ponto de vista das suas construções.

Santa Susana (ou Santa Suzana) é um aglomerado que se desenvolveu ao longo do caminho (agora estrada municipal EM534) que acompanha um troço do vale da Ribeira do Freixo (subafluente do Rio Degebe) quando este vale se começa a alargar para sul. A povoação tem um núcleo principal – junto à ponte que atravessa a ribeira, onde localizam os principais equipamentos, e prolonga-se para nordeste, ladeando a EM356 em cerca d 550 metros, até um outro núcleo no entroncamento da EM com um caminho municipal que faz a ligação com outra travessia da ribeira.

Figura 133 – Santa Susana – Altimetria

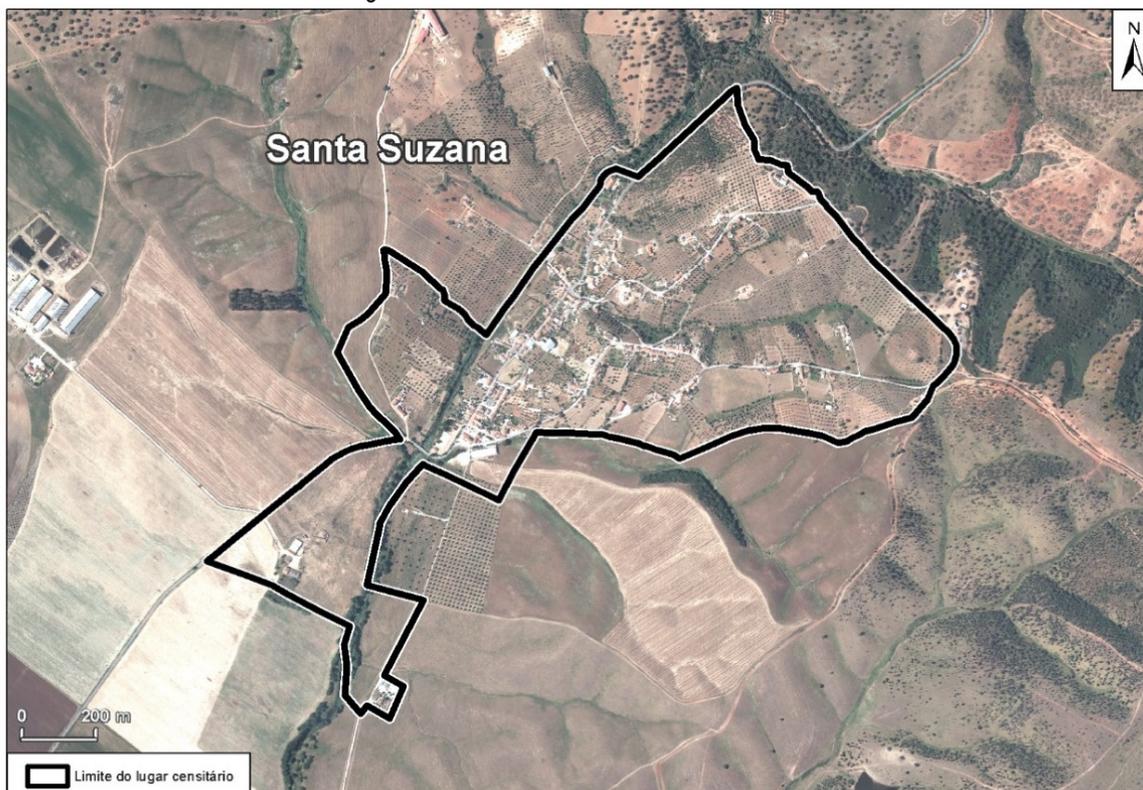


Fonte: topographicmap.com

A povoação estende-se também para o interior, subindo uma encosta virada a noroeste, mas com uma ocupação dispersa, dispersão que se vai acentuando à medida que nos afastamos do vale. O ponto mais baixo é junto à ponte da ribeira com 197 metros e sobe até ao limite de 256 metros de altitude no extremo do caminho circular interior que une os dois núcleos.

Os limites censitários da localidade que podem ser observados na figura seguinte, ultrapassam largamente os limites da povoação. É bem visível a quebra de densidade urbana à medida que o povoamento se estende para nordeste até ao vale da Ribeira de Vale do Mato.

Figura 134 – Santa Susana – limite censitário



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

### 2.3.2. *Evolução*

Santa Susana é uma povoação antiga – a freguesia de Santa Susana já é referenciada em 1427. Surge recenseada em 1801 (nessa altura as freguesias de Redondo, para além deste, só eram 4 (Aval, Monte Virgem, Santa Susana, Zambujal), já que o Montoito era concelho e a freguesia de Freixo só é criada em meados do século XIX. Santa Susana foi sede de freguesia até 1936, muito embora fosse anexada à freguesia de Redondo em 1910. No início do século XIX, no censo de 1801, foram contabilizados 337 habitantes, curiosamente tantos quanto a povoação registou em 2011: 334. Uma constância assinalável que parece ter sido apenas alterada a partir de meados do século XX, concomitantemente com o sucedido em todo o concelho de Redondo: um crescimento que teve o seu epílogo cerca de 1960. Neste ano a localidade registou o valor máximo de população: 704 habitantes.

Quadro 130 – Santa Susana – População residente

	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Santa Susana	334	329	413	384	454	704

\* pop. presente

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

Ao longo da década de 60 do século passado perdeu 250 habitantes e, a partir daí, tem mantido sensivelmente o montante de população em torno dos 300-400 habitantes com tendência para um decréscimo lento.

Santa Susana tem uma localização muito isolada. As localidades mais próximas: Nossa Senhora de Machede a 13 Km, Redondo a 14 Km, Montoito a 16 Km, estão suficientemente longe para permitir à povoação manter alguns equipamentos e implantar algumas funções que possam travar ou atenuar a saída de população. O isolamento geográfico é muitas vezes o motor para o desenvolvimento de centralidades.

Quadro 131 – Santa Susana – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
190	4,2	44,7	17,9	7,9	4,7	11,6	7,9	1,1	2

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

O parque edificado da localidade é antigo e a pouca construção recente confirma a tendência da evolução demográfica. A observação da incidência etária do edificado nas subsecções estatísticas da localidade revelam a maior incidência de edifícios mais antigos (construídos até 1960) na zona do núcleo norte da povoação, o que sugere que esta área tenha sido de ocupação posterior à do núcleo sul, onde se situa a igreja.

### 2.3.3. Edifícios e Alojamentos

Santa Susana tinha recenseados 190 edifícios clássicos em 2011. A estagnação do parque edificado é o que mais se salienta da observação da idade dos edifícios na localidade. 48,9% dos edifícios são anteriores a 1945. Nos últimos 20 anos apenas foram construídos 17 edifícios (9% do total). No conjunto dos aglomerados urbanos do concelho é um dos que apresenta uma dinâmica de construção mais fraca.

O perfil do edificado em Santa Susana pode resumir-se no seguinte:

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

- Com exceção de Redondo, Santa Susana é o aglomerado do concelho com maior afetação relativa de edifícios clássicos a funções não residenciais (2,1%). Sendo uma povoação pequena, este valor, apesar de baixo em termos absolutos, reflete a importância da presença de alguns equipamentos e serviços.
- A totalidade dos edifícios tem até 2 pisos. Os edifícios de 2 pisos estão situados na zona baixa da povoação.
- A antiguidade do parque habitacional é, como já referimos, o aspeto mais saliente. 66,8% dos edifícios foram construídos antes de 1961 e apenas 20,6% após 1980.

Na povoação, os valores dos indicadores relativos aos edifícios e aos alojamentos, pode ser observada nas figuras do volume anexo, mas, no entanto, não existe nenhuma particularidade que mereça ser salientada, dada a uniformidade e homogeneidade dessas distribuições, pelo que, mais uma vez, não há nenhum aspeto a salientar, para além do que já se referiu no ponto anterior.

Quadro 132– Santa Susana – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

<i>Indicadores</i>	<i>Santa Susana</i>
Nº de edifícios clássicos	190
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	97,9
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	66,8
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	12,6
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	20,5
Total de Alojamentos	219
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	68,9
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	14,2
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	16,9
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	97,4
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	97,4
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	88,7
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	25,2
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	39,1
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	35,8
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	9,9
Total de famílias	151
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Indicadores</i>	<i>Santa Susana</i>
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	64,9
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	33,1
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	8,6
Sex ratio (H/M)	1,1
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	10,5
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	9,9
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	45,5
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	34,1
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	16,2
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	17,3
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	28,5
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	15,4
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	56,1
Taxa de atividade	36,8
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	66,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

O número total de alojamentos é de 219, o que significa 1,1 alojamentos por edifício. Relativamente às características dos alojamentos pode-se referir o seguinte:

- 68,9% dos alojamentos são de residência habitual.
- Dos alojamentos que não são de residência habitual 14,2% estão vagos, o que representa um valor elevado face a outros aglomerados, e 16,9% são de segunda residência ou estão colocados no mercado, neste caso, pelo contrário um valor muito baixo face à mesma comparação. Estes valores confirmam a estagnação dos sectores imobiliário e de construção na localidade em 2011.
- A permanência dum parque de habitação muito antigo tem um reflexo direto na dimensão dos alojamentos, pelo que 25,2% tem menos de 50 m<sup>2</sup> (um valor que no Concelho só é ultrapassado por Aldeia da Serra).

O nível de infraestruturização é o mais baixo dos aglomerados do concelho. Este facto está certamente relacionado com a parcela de edifícios muito isolados que caracterizam Santa Susana.

#### **2.3.4. População: indivíduos, famílias e atividades económicas**

Santa Susana tinha, em 2011, 334 habitantes, o que colocava esta aglomeração, sensivelmente, no mesmo patamar demográfico de Foros da Fonte Seca e Aldeias de Montoito.

O perfil da população não revela nada de especialmente diferente do que já foi referido para o conjunto do município, nem se distingue em particular de outros aglomerados semelhantes do concelho. Apenas alguns factos são de destacar:

- Um “sex-ratio” de 1,1, com 175 homens para apenas 159 mulheres. Não existindo nesta povoação uma explicação etária para este fenómeno, já que a população idosa tem uma parcela muito elevada (34,1%) haverá certamente outros fatores explicativos.
- A % de população com mais de 65 anos é muito elevada (34,1%) e a população mais jovem com menos de 15 anos apenas 10,5%.
- Em virtude da estrutura etária envelhecida, a taxa de analfabetismo é elevada (17,3%)
- A fraca percentagem de população empregada no sector secundário, 15,4%. Os sectores primário e terciário são dominantes.
- A forte predominância de famílias pequenas 64,9% das famílias têm apenas 1 ou 2 pessoas.

Em síntese, o perfil demográfico de Santa Susana é marcado quase exclusivamente pela estrutura etária envelhecida.

## **2.4. Aldeia da Serra**

### **2.4.1. Morfologia**

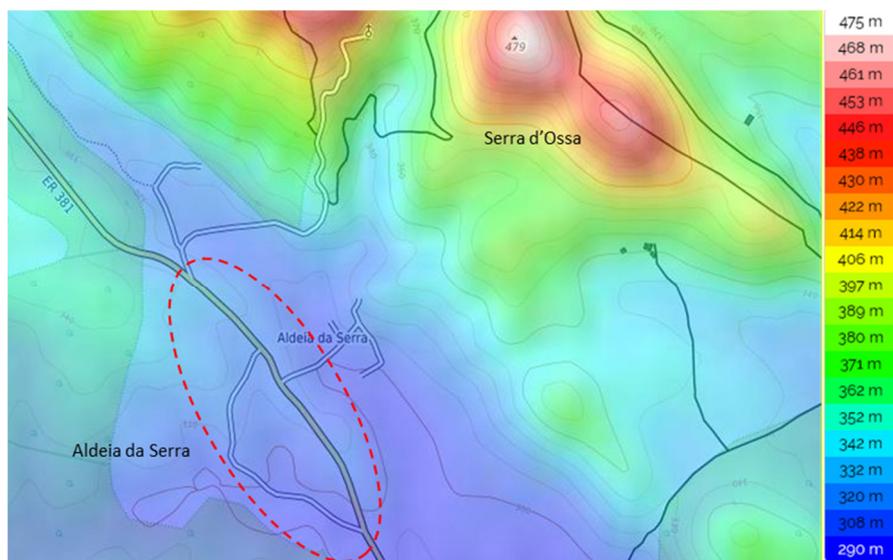
Povoado que se desenvolve, principalmente, ao longo da EN 381, ao longo de uma linha de fecho secundário nas faldas da Serra d’Ossa. A povoação já cresce para oeste, também de forma linear, ao longo de um caminho com dupla conexão à referida estrada.

No alto da encosta a nordeste localiza-se, a cerca de 1,5 km da povoação, a ermida da Nossa Senhora do Monte da Virgem, também conhecida como igreja matriz de Aldeia da Serra.

Apesar de não sobressaírem valores arquitetónicos de vulto, as construções vetustas e/ou recentes têm um aspeto cuidado e, apesar de tudo, não se verificam dissonâncias marcantes às quais se fazia referência nos estudos do PDM ainda em vigor.

Aldeia da Serra é, assim, uma pequena povoação que se estende ao longo da EN381 (Estremoz – Redondo – Reguengos de Monsaraz) num troço de 1,3 Km nas faldas a sul da Serra d’Ossa. Dista 6 Km de Redondo e 18,5 Km de Estremoz. Tem uma altitude média de 310m (294m à entrada sul da povoação, 324m à entrada norte).

Figura 135 – Aldeia da Serra – Altimetria



Fonte: topographicmap.com

Para além do troço de ocupação mais densa na EN381, o casario alinha-se também, embora mais disperso, por uma variante semicircular que se liga à via principal na entrada sul da povoação e desemboca na mesma via 850m mais a norte. Esta rua é asfaltada com 2 troços de morfologia desigual, um mais largo e aberto a sul, outro muito estreito e com bermas muradas de divisórias de propriedades para norte.

Figura 136 – Aldeia da Serra – limite censitário



Fonte: elaboração própria

A paisagem urbana da povoação, para quem a atravessa pela EN381, é bela. Estrada ampla, calçadas largas e bem calçadas, casas brancas, antigas e poucas mais recentes, bem arranjadas, muitas delas muradas com quintais frontais arborizados, e uma vista para as encostas da serra. Enfim, um arranjo urbano com qualidade.

A única exceção a esta estrutura urbana linear é um pequeno núcleo de casas antigas situado próximo do entroncamento norte com a rua “variante”. Tem um pequeno largo, um estabelecimento comercial, telefone público, a paragem de autocarro e uma área de descanso – é o centro da aldeia e, muito provavelmente, o núcleo original.

#### 2.4.2. Evolução

A designação da localidade parece ter variado ao longo dos tempos: Aldeia da Serra ou Monte Virgem. Monte Virgem é a designação mais antiga – é freguesia e localidade do concelho de Redondo até 1910, ano em que a freguesia é anexada à freguesia de Redondo e, em 1936, é definitivamente extinta. Em 1940, a localidade surge designada como Aldeia da Serra. Em 1960, o recenseamento refere que a localidade tem as duas designações. Em 1970 volta a Monte Virgem e em 1991 retorna Aldeia da Serra. O atual recenseamento de 2011 separa a localidade de Aldeia da Serra do lugar de Monte Virgem, algumas casas dispersas a norte da aldeia.

Aldeia da Serra registou em 2011 a mais baixa população desde que há registo: 140 habitantes. A primeira contagem mais rigorosa da população, em 1801, dá à freguesia 245 habitantes (note-se que está aqui incluída alguma população dispersa). Ao longo do século XIX a população foi aumentando até atingir 407 habitantes em 1900. Em 1940 o censo regista 200 habitantes. O máximo é atingido em 1960 (como em qualquer outra localidade do concelho) com 460 habitantes. Daí até hoje a quebra é quase contínua e a população atual é muito reduzida.

Quadro 133 – Aldeia da Serra – População residente

	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Aldeia da Serra	140	176	253	243	338	460

\* pop. presente

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

A evolução urbana retrata também este declínio demográfico. Dos 134 edifícios da localidade apenas 26 foram construídos nos últimos 40 anos (até 2011). 80% dos edifícios são anteriores a 1970 e 1/3 do parque edificado foi construído entre 1946 e 1960.

Quadro 134 – Aldeia da Serra – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
134	6,7	26,9	32,1	14,9	5,2	3,0	8,2	3,0	4

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

### 2.4.3. Edifícios e Alojamentos

O parque edificado é antigo e, no conjunto, parece encontrar-se bem preservado, apesar de muitas casas mais antigas apresentarem sinais evidentes de degradação (pela tipologia, são aparentemente anteriores a 1945).

A quase totalidade dos edifícios são exclusivamente residenciais, mas estão ainda presentes alguns edifícios de equipamentos entretanto desativados: a Escola Primária e a Casa do Povo, que estão localizadas ao longo da EN381.

Aldeia da Serra contava em 2011 com 140 alojamentos. O perfil dos alojamentos apresenta traços bem marcados:

- Apenas 42,1% dos alojamentos são de residência habitual. O valor mais reduzido verificado em todos os aglomerados do concelho.
- 19,3% dos alojamentos estão vagos. Também neste indicador Aldeia da Serra supera claramente todos os outros aglomerados. As condições de habitabilidade dos edifícios onde se situam estão já certamente muito degradadas.
- 38,6% são alojamentos de segunda residência ou estão no mercado. Um valor muito elevado e só superado por Falcoeirias.
- A parcela do arrendamento (18,6%) é elevada.
- Os alojamentos muito pequenos (até 50 m<sup>2</sup>) têm um peso muito significativo, 30,5%, também claramente o mais elevado do concelho.

Em síntese, Aldeia da Serra tinha, em 2011, um parque habitacional muito pouco ocupado (e com tendência para assim continuar) e com sinais evidentes de degradação.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 135 – Aldeia da Serra – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

<i>Indicadores</i>	<i>Aldeia da Serra</i>
Nº de edifícios clássicos	134
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	99,3
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	65,7
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	20,1
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	14,2
Total de alojamentos	140
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	42,1
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	19,3
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	38,6
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	98,3
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	98,3
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	91,5
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	30,5
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	42,4
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	27,1
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	18,6
Total de famílias	59
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	59,3
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	39,0
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	5,1
Sex ratio (H/M)	0,8
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	12,9
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	7,9
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	47,1
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	32,1
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	12,6
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	18,0
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	32,0
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	8,0
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	60,0
Taxa de atividade	35,7
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	88,0

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

#### 2.4.4. *População: indivíduos, famílias e atividades económicas*

Como já se referiu a localidade tinha em 2011 140 habitantes divididos por 59 famílias. A emigração tem marcado a evolução demográfica da localidade: atesta-o o decréscimo continuado dos habitantes e o perfil de ocupação das casas.

A estrutura etária é envelhecida o que se reflete no nível de instrução, na taxa de analfabetismo, mas também na dimensão das famílias (cerca de 60% tem apenas 1 ou 2 pessoas), ou na presença mais numerosa de mulheres do que homens (77 mulheres e 63 homens).

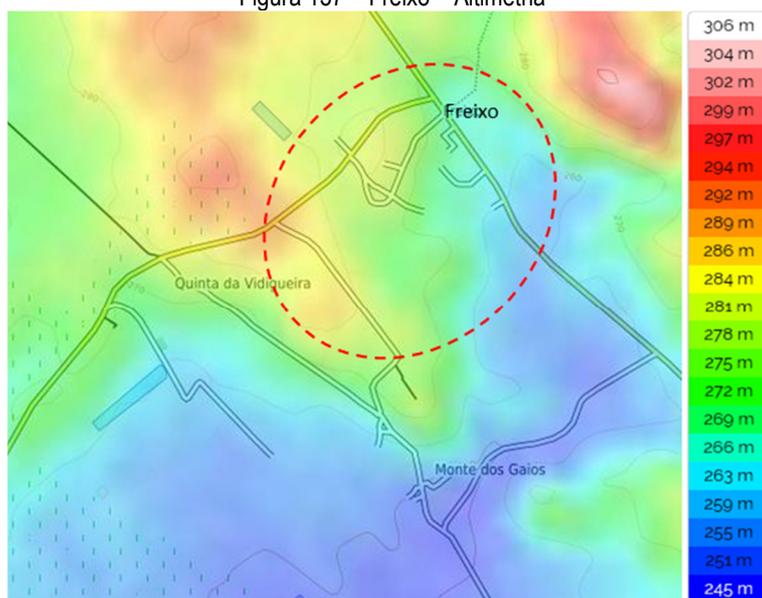
A taxa de atividade é baixa e a agricultura e o comércio e serviços dominam quase exclusivamente o emprego.

### 2.5. Freixo

#### 2.5.1. *Morfologia*

A povoação de Freixo ou Foros do Freixo, como por vezes é designada, está situada a norte do concelho na Estrada Municipal Redondo Evoramonte e dista 9,7 Km de Redondo para sul e 12,6 Km de Evoramonte para norte. Tem também uma ligação por estrada municipal à EN254 Vila Viçosa- Redondo-Évora onde entronca a cerca de 3,7 Km da localidade. S. Miguel de Machede, no concelho de Évora, fica apenas a 8,7 Km para oeste.

Figura 137 – Freixo – Altimetria



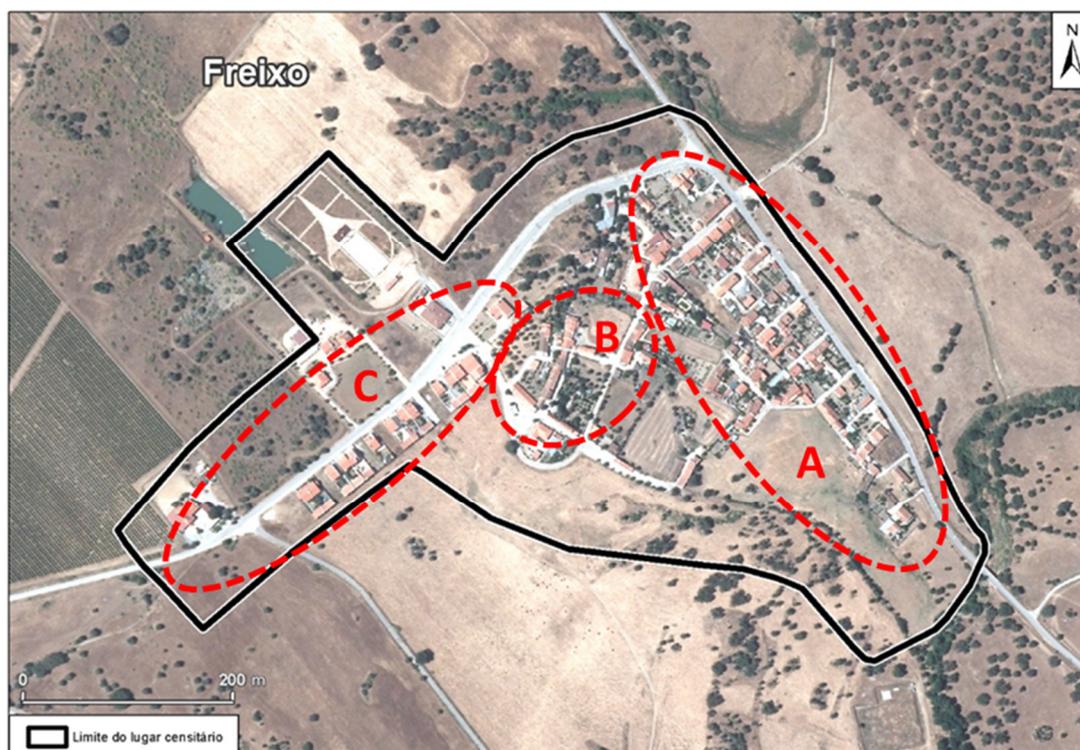
Fonte: topographicmap.com

Uma aldeia rural, tipicamente alentejana, onde não sobressaem edificações de vulto. A sua origem foi muito provavelmente através de um aforamento associado à Herdade do Freixo, uma grande propriedade agrícola contígua, que tem atualmente a sua atividade principal na produção vitivinícola.

Em síntese, a aldeia situa-se na cabeceira da bacia da Ribeira do Freixo (um subafluente do Rio Degebe) entre os 260m de altitude, à entrada da povoação vindo de Redondo, e os 290m, à saída da povoação para Évora (entre o limite urbano e a Quinta da Vidigueira).

A estrutura urbana da povoação, que forma um cotovelo limitado pela duas estradas municipais e com vértice no entroncamento, separa-se distintamente em três sectores com morfologias muito distintas (figura seguinte):

Figura 138 – Freixo – zonas urbanas



Fonte: elaboração própria

- A – Uma malha urbana ordenada e densa, constituída por edifícios que se alinham ao longo de várias ruas perpendiculares à EM Redondo Evoramonte. São casas rurais tradicionais implantadas em pequenas parcelas de terreno com hortas. As ruas são estreitas, a maioria calçetadas.

- B – Um conjunto de construções rurais antigas, com forma desordenada e nuclear atravessada por uma ruela estreita e sinuosa. A posição e morfologia deste conjunto (semelhante a um monte alentejano), com casas que parecem preceder as que implantam na zona A, pode sugerir que seja aqui a parte mais antiga da povoação.
- C – A parte nova da aldeia – edifícios recentes, com áreas amplas, muitos com dois pisos, alinhados ao longo da via. O arranjo urbano desta área é também recente.

### 2.5.2. Evolução

A povoação de Freixo foi sede de freguesia a partir de meados do Século XIX, possivelmente nas reformas administrativas de 1835 e 1836 de Mouzinho da Silveira e Passos Manuel. A criação tardia da freguesia sugere que a povoação tenha surgido ou, pelo menos, verificado um crescimento significativo nas décadas anteriores talvez datado do aforamento que a impulsionou. Foi sede de freguesia até 1946, ano em que foi também extinta a freguesia de Aadal, e o município ficou com a atual configuração administrativa.

Em 1940 a freguesia de Freixo contava com 945 habitantes, certamente incluindo muitos lugares dispersos, na medida em que em 1960 a localidade registou 387 habitantes. De 1960 a 2011 a evolução sofrida é muito semelhante a outros aglomerados do concelho: um decréscimo quase contínuo. Em 2011 são recenseados 145 habitantes.

Quadro 136 – Freixo – População residente

	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Freixo	145	159	251	239	336	387

\* pop. Presente

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

A observação dos dados sugere, no entanto, outra conclusão relativamente à evolução do Freixo, na medida em que o parque edificado é, em termos relativos, recente. 60,2% dos edifícios são posteriores a 1970 e apenas 22,5% anteriores a 1960. Desde 1990 foram construídos 44,9% dos edifícios atuais, o que dada a evolução demográfica em declínio, não deixa de surpreender. A zona mais recente da aldeia (C), que tem vários edifícios novos só em parte explica esta diferença. Possivelmente assistiu-se paralelamente à renovação de alguns edifícios nas áreas mais antigas (A, sobretudo).

Quadro 137 – Freixo – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
98	13,3	1,0	8,2	17,3	10,2	6,1	20,4	23,5	23

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

### 2.5.3. Edifícios e Alojamentos

O Freixo tinha 98 edifícios em 2011, a quase totalidade exclusivamente residenciais e a totalidade até 2 pisos. Como já referimos, os edifícios de 2 pisos são a maioria dos que foram recentemente edificados na zona nova (C). A modernidade do parque habitacional é a referência mais marcante desta povoação face ao que se verifica no concelho. Como está salientado no capítulo respeitante à Demografia e Condições Sociais, apenas o Freixo, entre os aglomerados urbanos, consegue alcançar um dinamismo relativo da construção tão forte no município

Quadro 138 – Freixo – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

Indicadores	Freixo
Nº de edifícios clássicos	98
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	99,0
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	22,4
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	27,6
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	50,0
Total de alojamentos	108
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	72,2
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	8,3
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	19,4
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	97,4
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	16,7
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	48,7
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	34,6
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	5,1
Total de famílias	78
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<i>Indicadores</i>	<i>Freixo</i>
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	66,7
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	33,3
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	10,3
Sex ratio (H/M)	0,9
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	7,4
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	8,5
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	47,7
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	36,4
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	18,9
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	20,3
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	12,2
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	25,7
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	62,2
Taxa de atividade	42,0
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	56,8

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

Relativamente aos 108 alojamentos recenseados há a destacar o seguinte:

- Os alojamentos de residência habitual são 72%, um valor alto que indica que os alojamentos vagos ou os que são apenas utilizados como segunda residência são poucos.
- Alojamentos com dimensões intermédias, de 50 a 100 m<sup>2</sup> são dominantes.
- O arrendamento é muito fraco (5,1%), a maioria dos ocupantes são proprietários.

Um parque habitacional muito ocupado, recente e com uma infraestruturação quase completa.

#### **2.5.4. População: indivíduos, famílias e atividades económicas**

O perfil demográfico da localidade apresenta alguns aspetos que merecem referência:

- A estrutura etária da população é envelhecida, à semelhança de todos os aglomerados concelhios com exceção de Redondo e Foros da Fonte Seca. Apenas 15,9% dos residentes tem menos de 24 anos, que é um valor muito baixo. 36,4% tem mais de 64 anos.
- A taxa de analfabetismo é a mais elevada do município, 20,3%.
- A localidade tem 78 famílias, a grande maioria com 1 ou 2 pessoas (66,7%).

- O sector terciário polariza o emprego (62,2%) e apenas 12,5% da população empregada trabalha no sector primário. Numa aldeia rural entre grandes herdades, seria de esperar um perfil mais relacionado as atividades agrícolas ou pecuárias.
- O ponto anterior sugere as conclusões deste: apenas cerca de metade dos ativos empregados da localidade trabalham no concelho (56,8%). A outra parcela trabalha fora do município.

## 2.6. Montoito

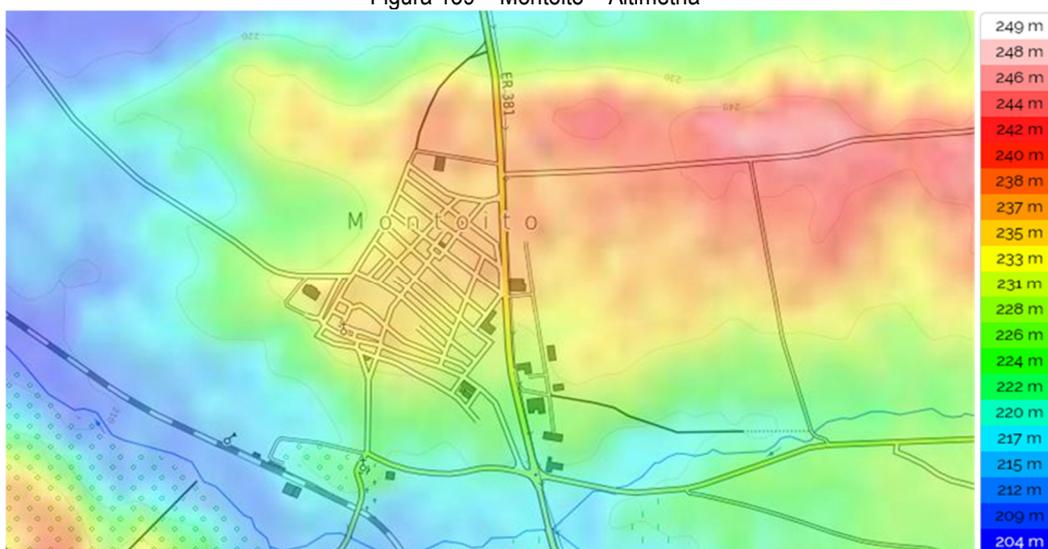
### 2.6.1. Morfologia

Trata-se da segunda aglomeração, em termos da dimensão demográfica e funcional, do Concelho. É sede de freguesia, tendo sido sede de concelho entre 1517 e o início do século XIX.

O Montoito é servido pela EN381. Encontra-se a 15,7 Km de Redondo para norte e a 10 Km de Reguengos de Monsaraz a sul.

A povoação de Montoito, bem como todas as localidades que integram a freguesia: Aldeias de Montoito e Falcoeiras, estão bastante mais próximas de Reguengos de Monsaraz do que de Redondo. A diferença substancial de distância para os dois centros beneficia certamente Reguengos. A dependência funcional da freguesia, sobretudo em termos de funções privadas – comércio e serviços – sé certamente mais intensa com este centro urbano.

Figura 139 – Montoito – Altimetria



Fonte: topographicmap.com

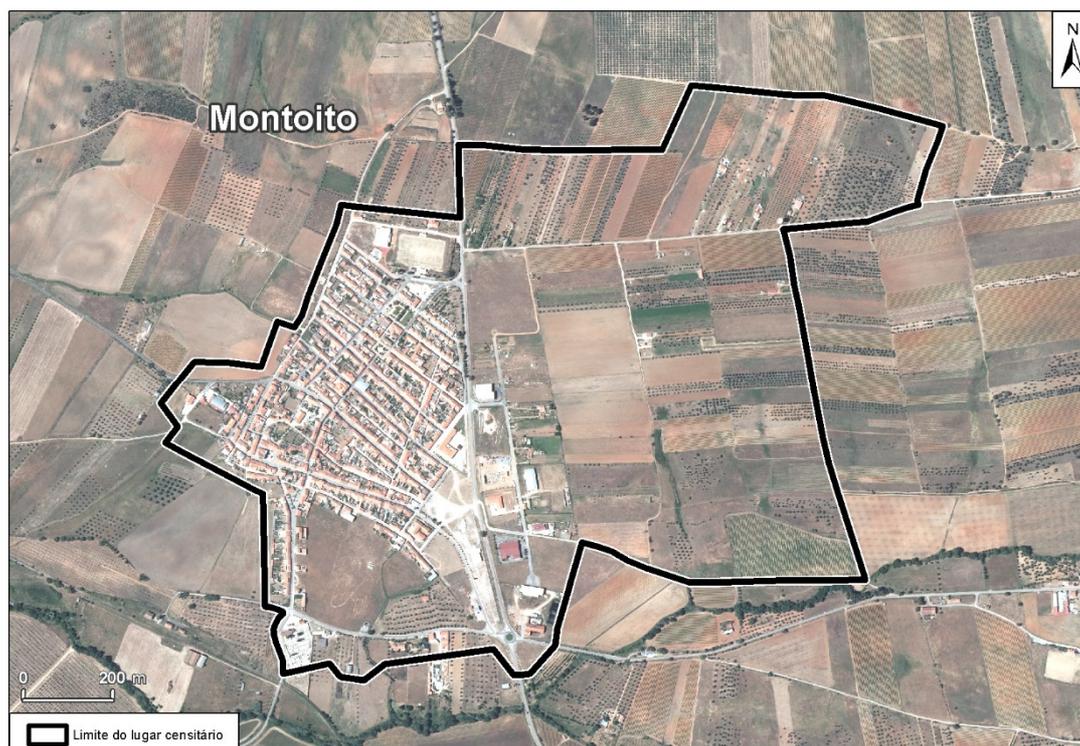
A vila está situada numa plataforma muito plana, entre os 220 m no extremo sul, na rotunda à entrada da povoação, e os 230 m, no extremo norte, no limite urbano que ladeia o campo de futebol.

Em termos urbanísticos é um aglomerado de estrutura reticulada e vincadamente rural, onde predomina a tipologia de moradia de 1 piso e em banda, por vezes ainda pontuadas com as tradicionais chaminés, mesmo nos casos em que, nitidamente, se trata de loteamentos de promoção municipal mais ou menos recente.

A estrutura reticulada da malha urbana é muito uniforme. O desenho da vila é um trapézio regular, de onde apenas se destaca a Rua de Nossa Senhora da Assunção, que liga a vila à igreja matriz e cemitério e emerge claramente para fora do núcleo urbano.

Em torno daquele trapézio estão localizados a maior parte dos equipamentos – Campo de Futebol, Pavilhão Gimnodesportivo, Parque de Merendas, Zona Industrial, Escola, etc.

Figura 140 – Montoito – limite censitário



Fonte: elaboração própria

Apesar de a edificação estar muito limitada ao interior do aglomerado, não deixam de ocorrer algumas situações, para as quais já alertavam os estudos de 1992, de dispersão nos seus arredores, segundo um

padrão de tipologia “quinta ou quintinha” que também se verificava, e ainda verifica, nas proximidades da Vila de Redondo. Contudo, em Montoito este fenómeno é bem mais contido.

Apesar de em termos patrimoniais não existirem valores de grande relevância erudita, o conjunto construído é um bom exemplo duma povoação rural alentejana.

A forma urbana, a par do mosaico da propriedade, é uma situação típica do povoamento alentejano, que vem desde os tempos da reconquista (Montoito teve carta de foro por parte de D. Afonso III a 3 de janeiro de 1270) e derivado da comenda de terras às ordens militares que depois promoveram a sua ocupação.

### 2.6.2. Evolução

Em 1911 a localidade registava em 902 habitantes e, passado um século, em 2011, 696 habitantes. A evolução demográfica acompanha a do concelho: um crescimento até meados século XX – em 1940 a localidade registou o máximo censitário de 1492 residentes – e um declínio quase continuado até à atualidade (2011). No entanto esta tendência de perda de população não se verificou na primeira década do século XXI: Montoito manteve o contingente populacional de 2001 para 2011. Certamente que o próximo censo trará mais certezas sobre a evolução futura.

Quadro 139 – Montoito – População residente

	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Montoito	696	687	864	919	938	1283

\* pop. presente

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

A evolução do edificado confirma a evolução demográfica. 79% dos edifícios foram construídos antes de 1960, um valor muito elevado. Apenas 10,1% após 1980.

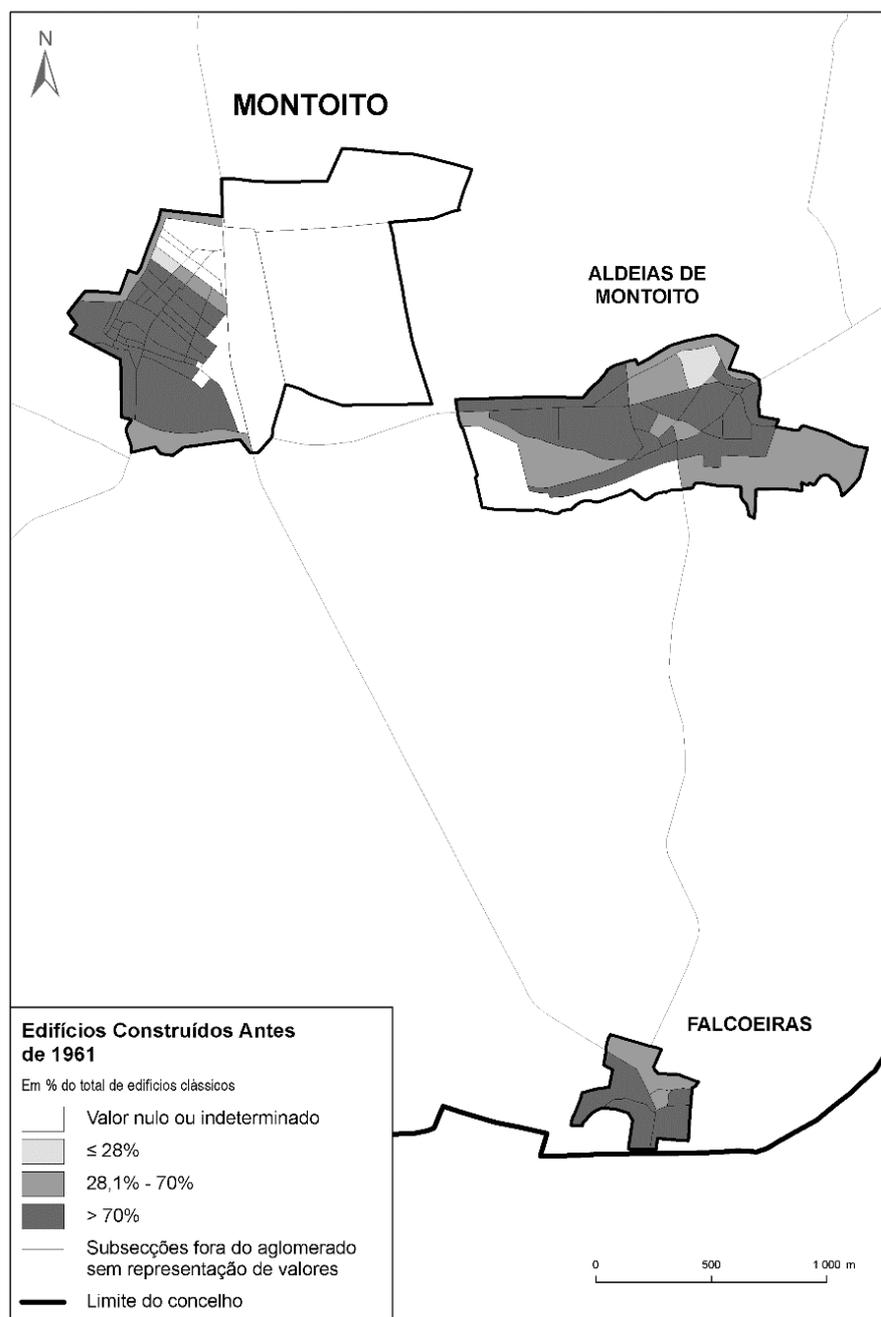
Quadro 140 – Montoito – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
504	14,5	40,3	23,0	3,6	8,5	1,6	2,6	6,0	30

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

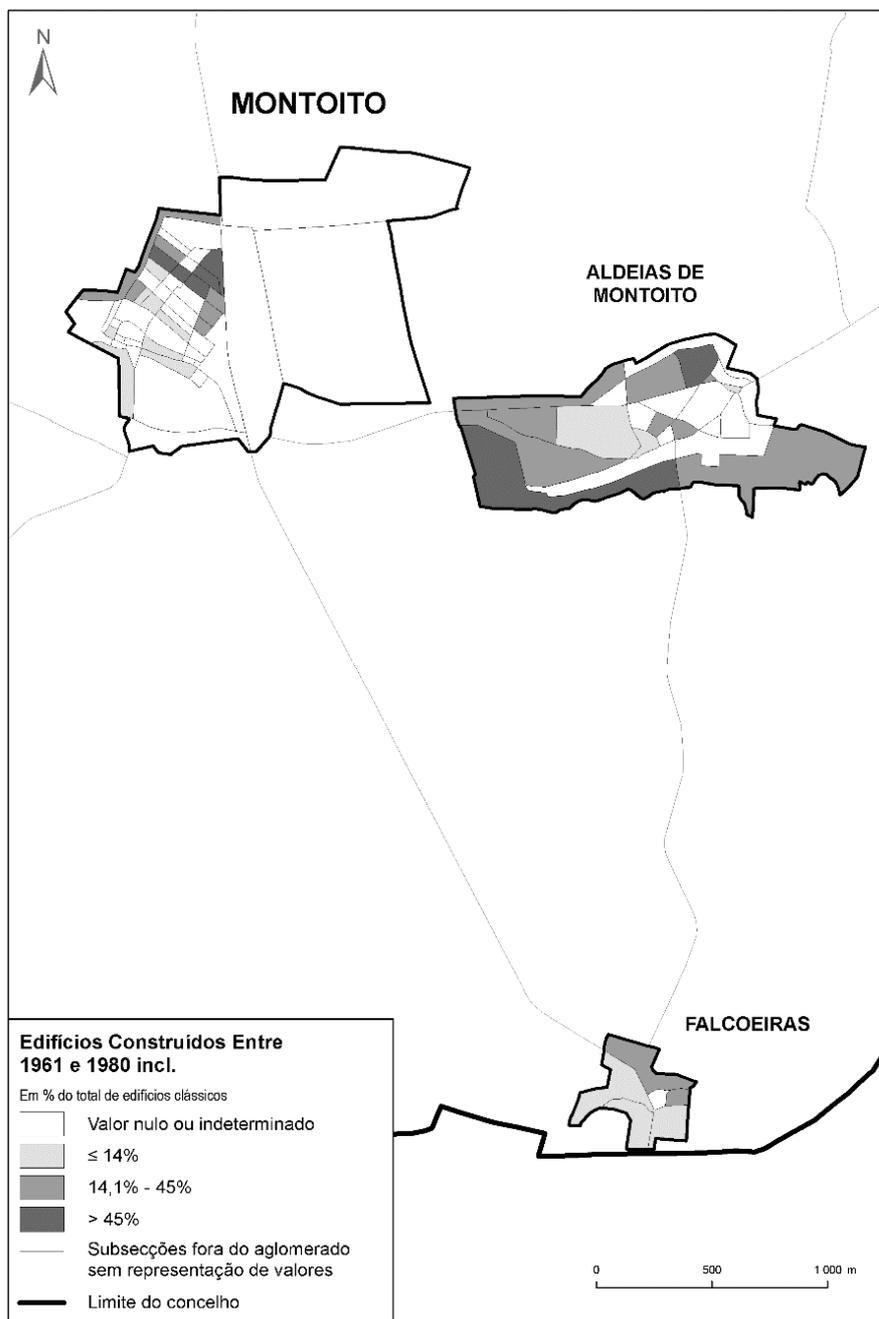
A distribuição na malha urbana dos edifícios segundo a data de construção (figuras seguintes) é indicativa: que a Vila se foi expandindo para norte preenchendo os espaços da quadrícula das ruas mais próximas do campo de futebol.

Figura 141 – Edifícios por data de construção (antes de 1961), em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras



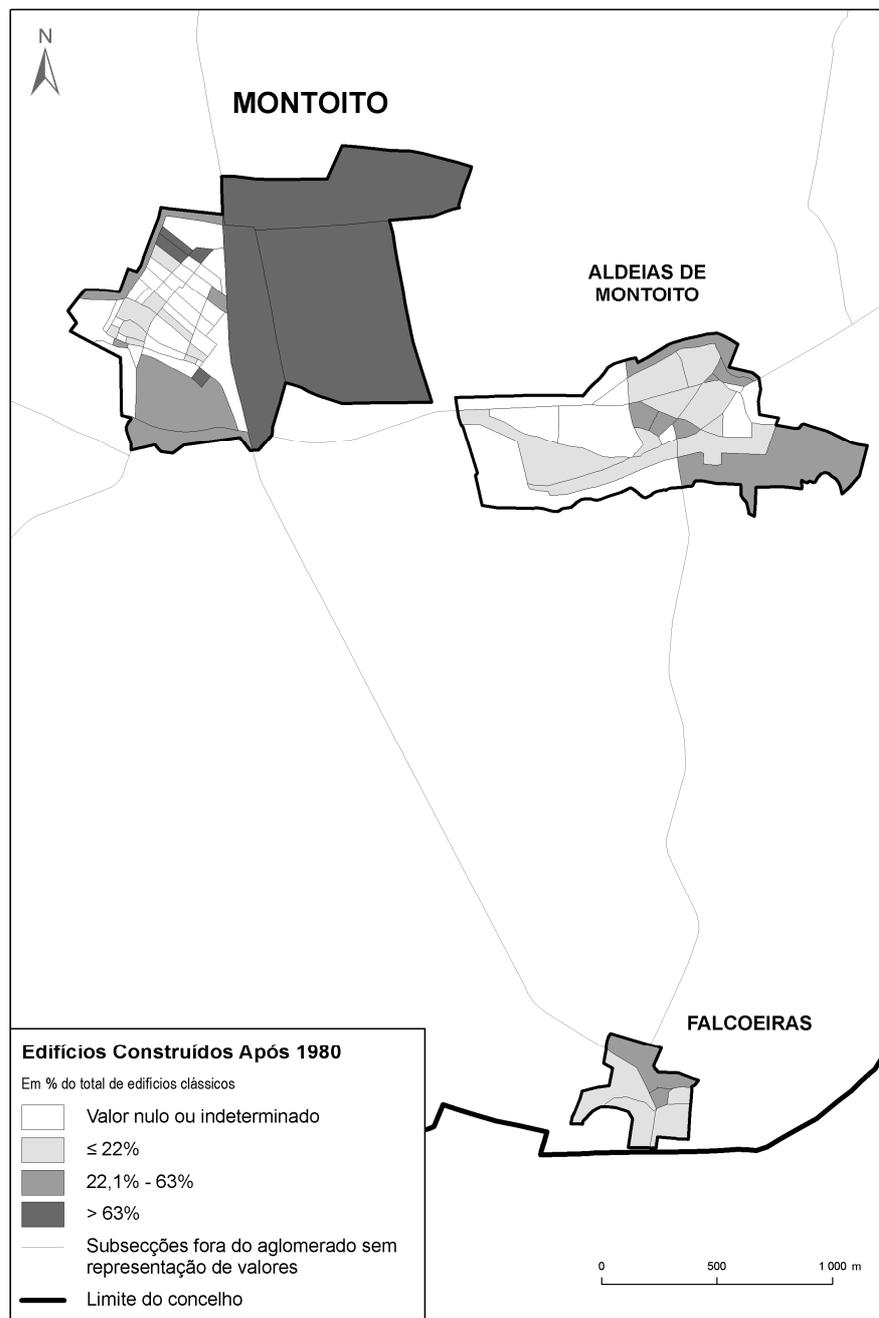
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 142 – Edifícios por data de construção (entre 1961 e 1980), em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 143 – Edifícios por data de construção (depois de 1980), em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

### 2.6.3. Edifícios e Alojamentos

O Montoito registou, em 2011, 504 edifícios. A tipologia quase exclusiva é de edifícios clássicos residenciais (apenas 1% integra funções não residenciais) de 1 ou 2 pisos (os edifícios térreos são, contudo, largamente dominantes), cujo padrão espacial na malha urbana não apresenta nada de especialmente relevante dada

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

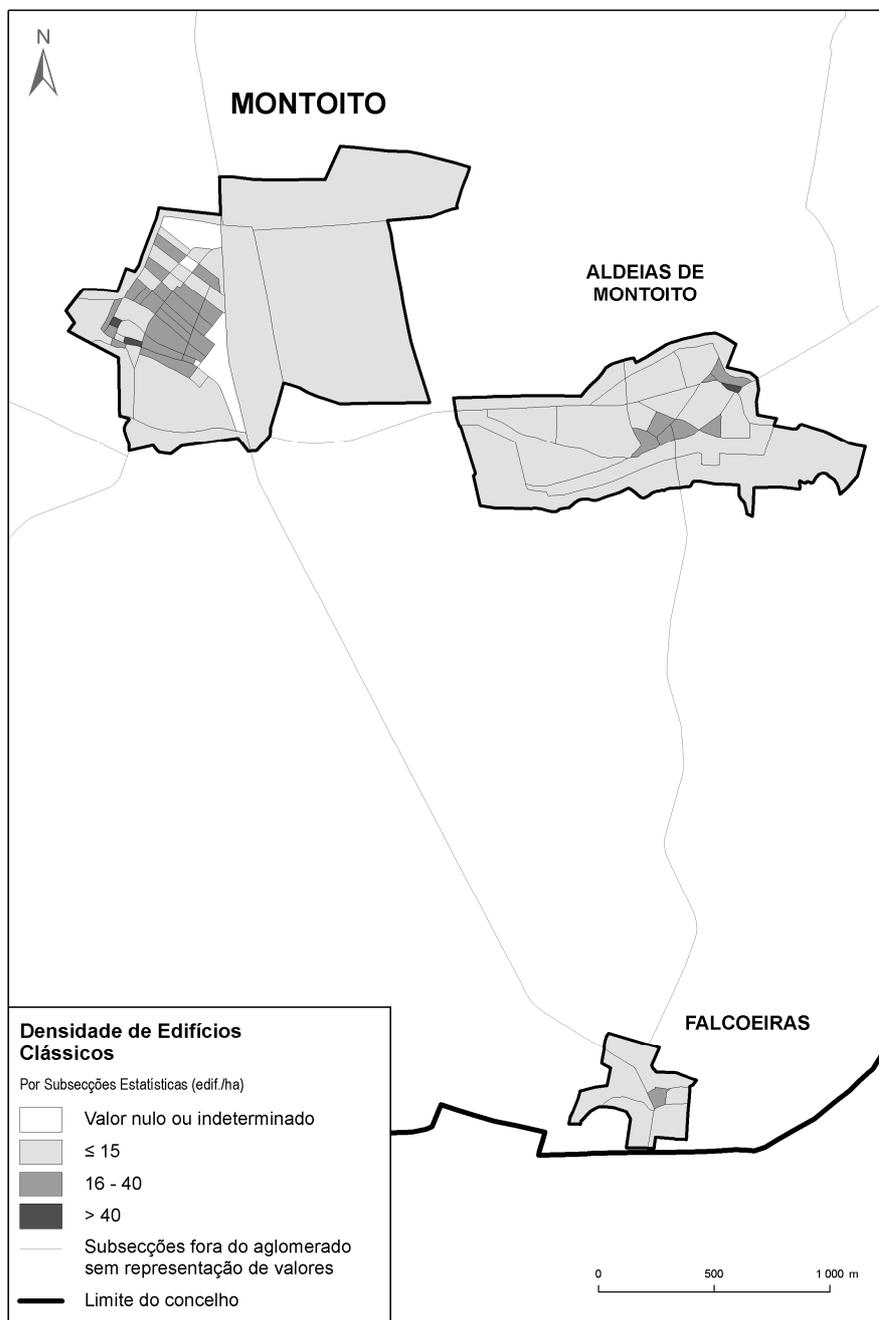
a uniformidade da morfologia e da ocupação (figuras seguintes). O parque edificado, como já referimos, é antigo.

Quadro 141– Montoito – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

<i>Indicadores</i>	<i>Montoito</i>
Nº de edifícios clássicos	504
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	99,0
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	77,8
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	12,1
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	10,1
Total de alojamentos	511
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	58,7
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	3,5
Alojamentos de segunda residência, em percentagem do total de alojamentos	37,8
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de resid. habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em perc. do total de aloj. de residência habitual	4,3
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	36,7
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	59,0
Alojamentos de residência habitual arrendados, em perc. do total de aloj. de residência habitual	14,7
Total de famílias	300
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	67,0
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	28,7
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	15,7
Sex ratio (H/M)	0,9
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	11,6
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	9,2
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	41,8
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	37,4
Indiv. com curso secundário, pós-secund. ou superior completo, em perc. da pop. c/ mais de 24 anos	15,4
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	12,5
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	16,8
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	18,6
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	64,4
Taxa de atividade	32,5
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	65,5

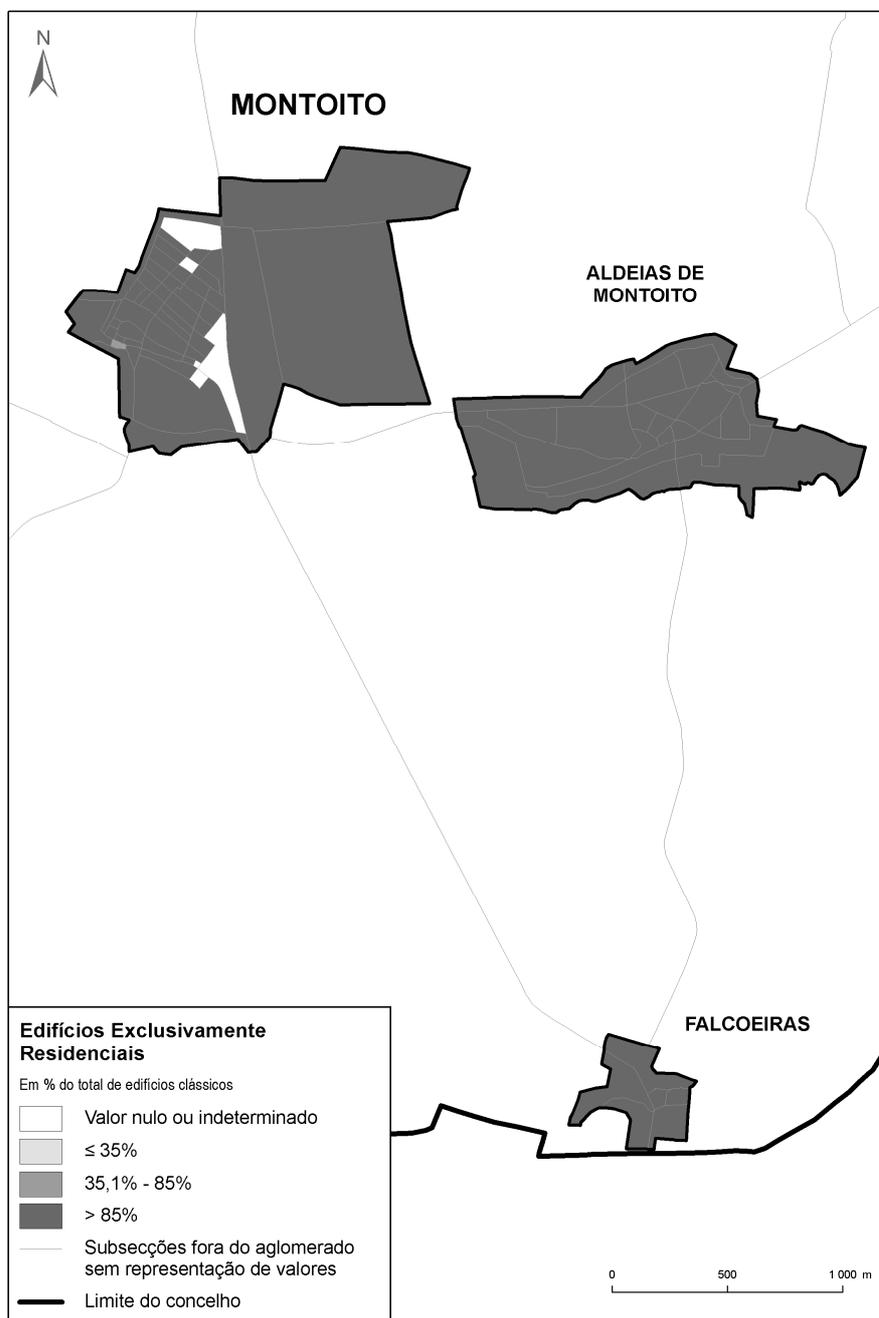
Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

Figura 144 – Densidade de edifícios – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



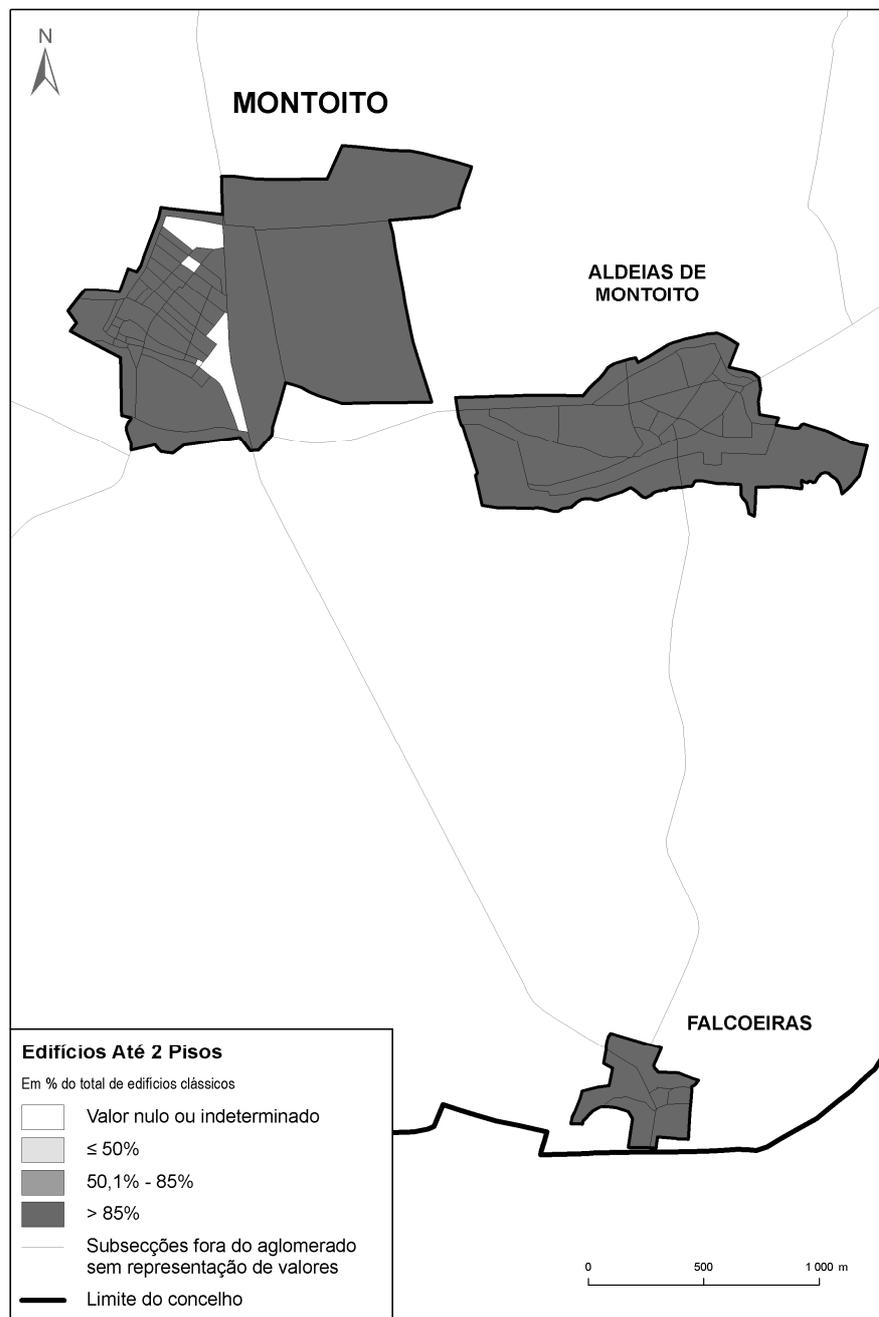
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 145 – Edifícios exclusivamente residenciais – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 146 – Edifícios com 1 ou 2 pisos – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



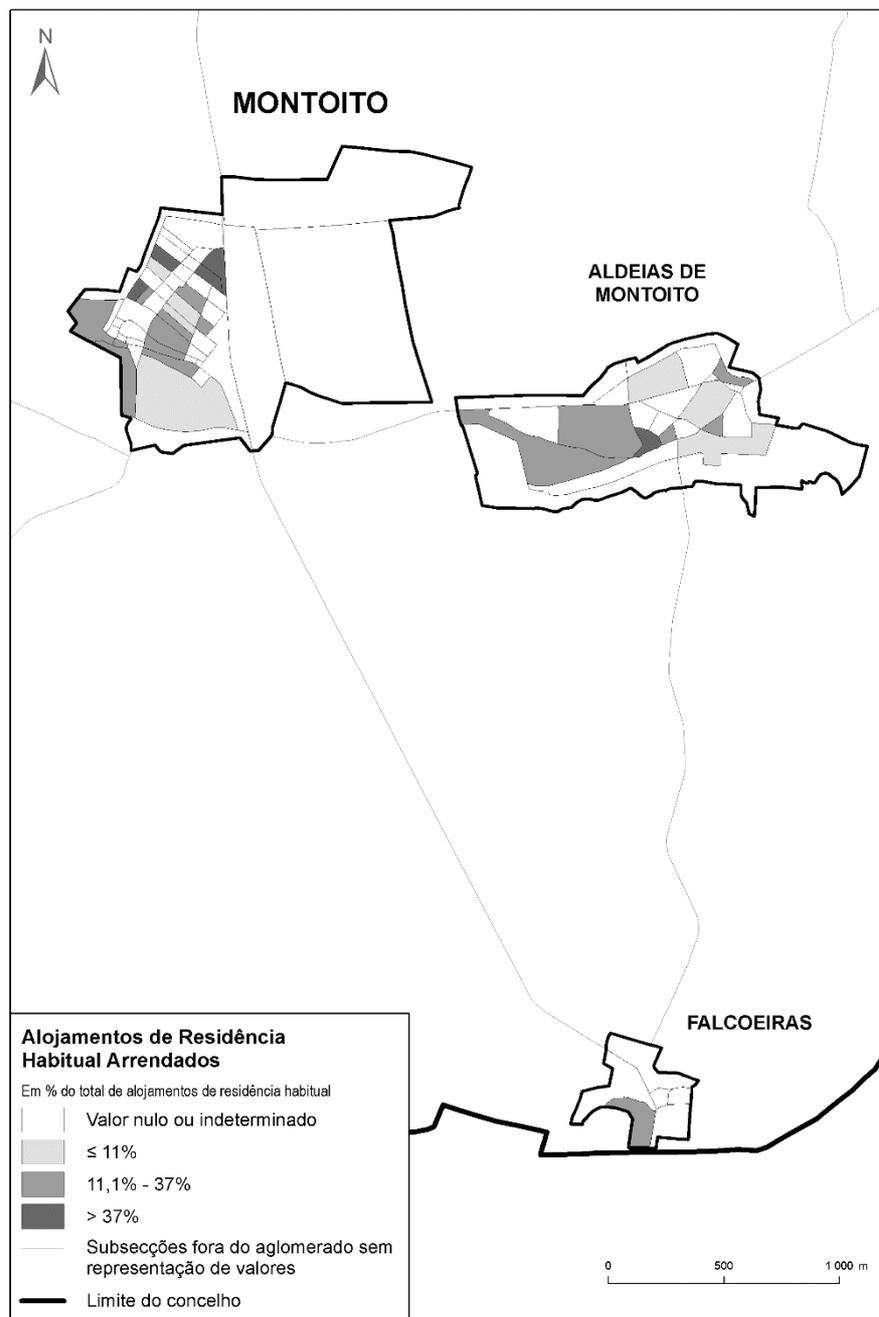
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Em 2011 existiam 511 alojamentos, o que representa quase exatamente 1 alojamento por edifício. O perfil dos alojamentos merece as seguintes saliências:

58,7% do total de alojamentos são de residência habitual. Paralelamente os alojamentos vagos registam um valor muito baixo (3,5%). Esta observação faz emergir uma característica do parque habitacional que é comum a todas as localidades da freguesia: a parcela muito significativa de alojamentos de segunda

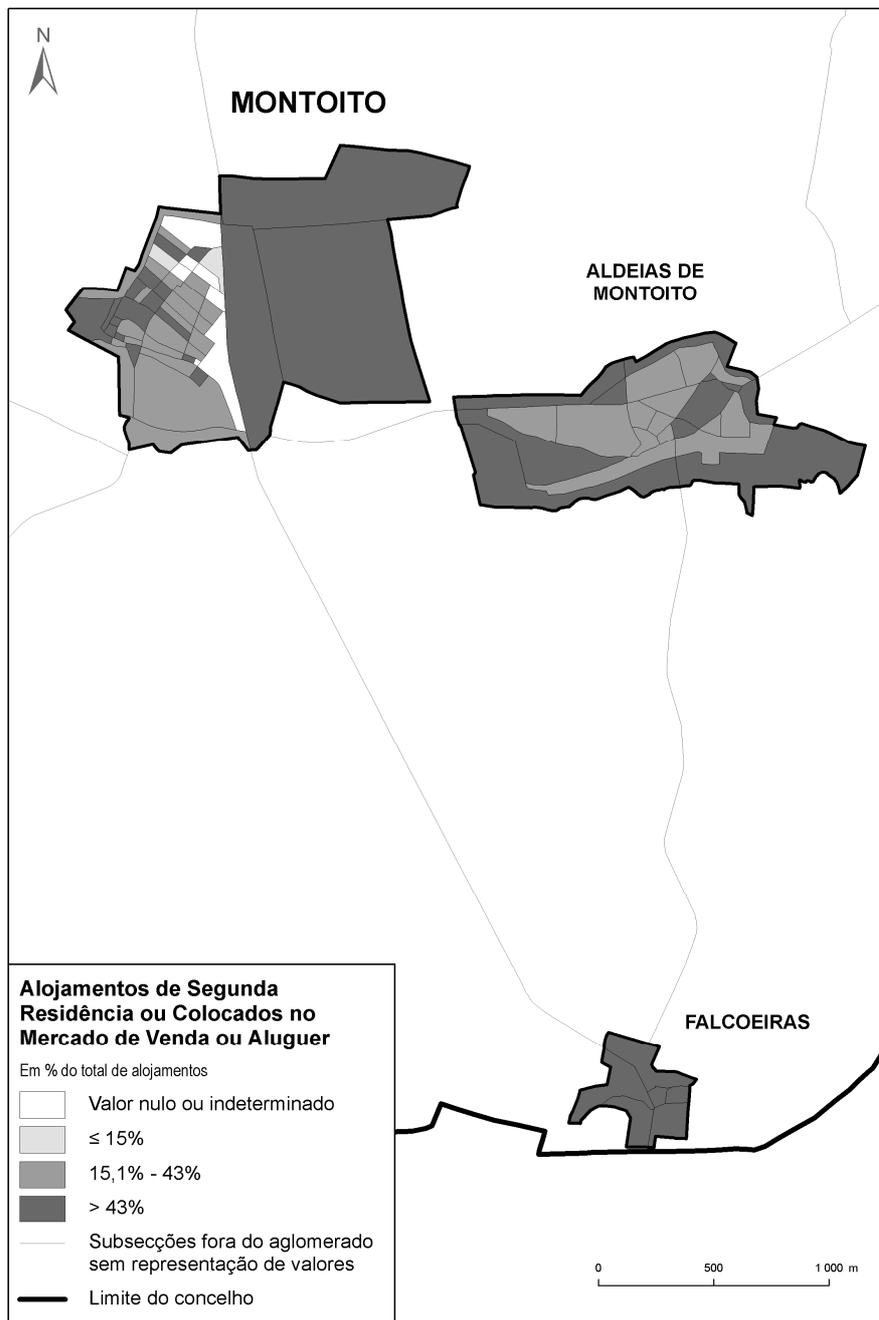
residência – 37,8% do total na vila. Uma larga proporção da população que emigrou desde os anos 60 no Montoito manteve a casa na Vila. A incidência das segundas residências no espaço urbano (Figura 148) mostra que são sobretudo os quarteirões a ocidente da zona mais antiga, aqueles que também apresentam a mais baixa densidade de ocupação, os mais atingidos.

Figura 147 – Alojamentos arrendados – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



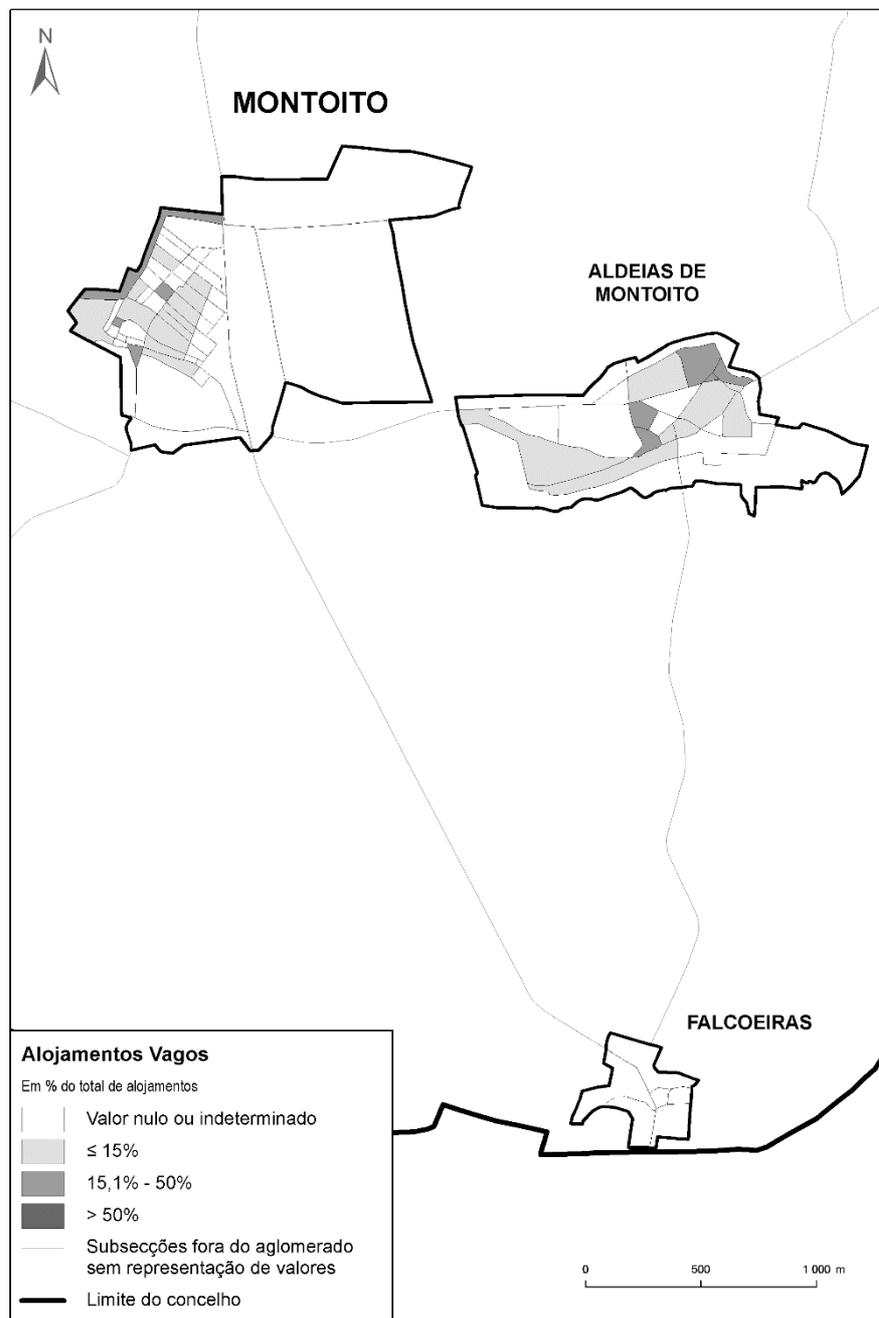
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 148 – Alojamentos de segunda residência – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

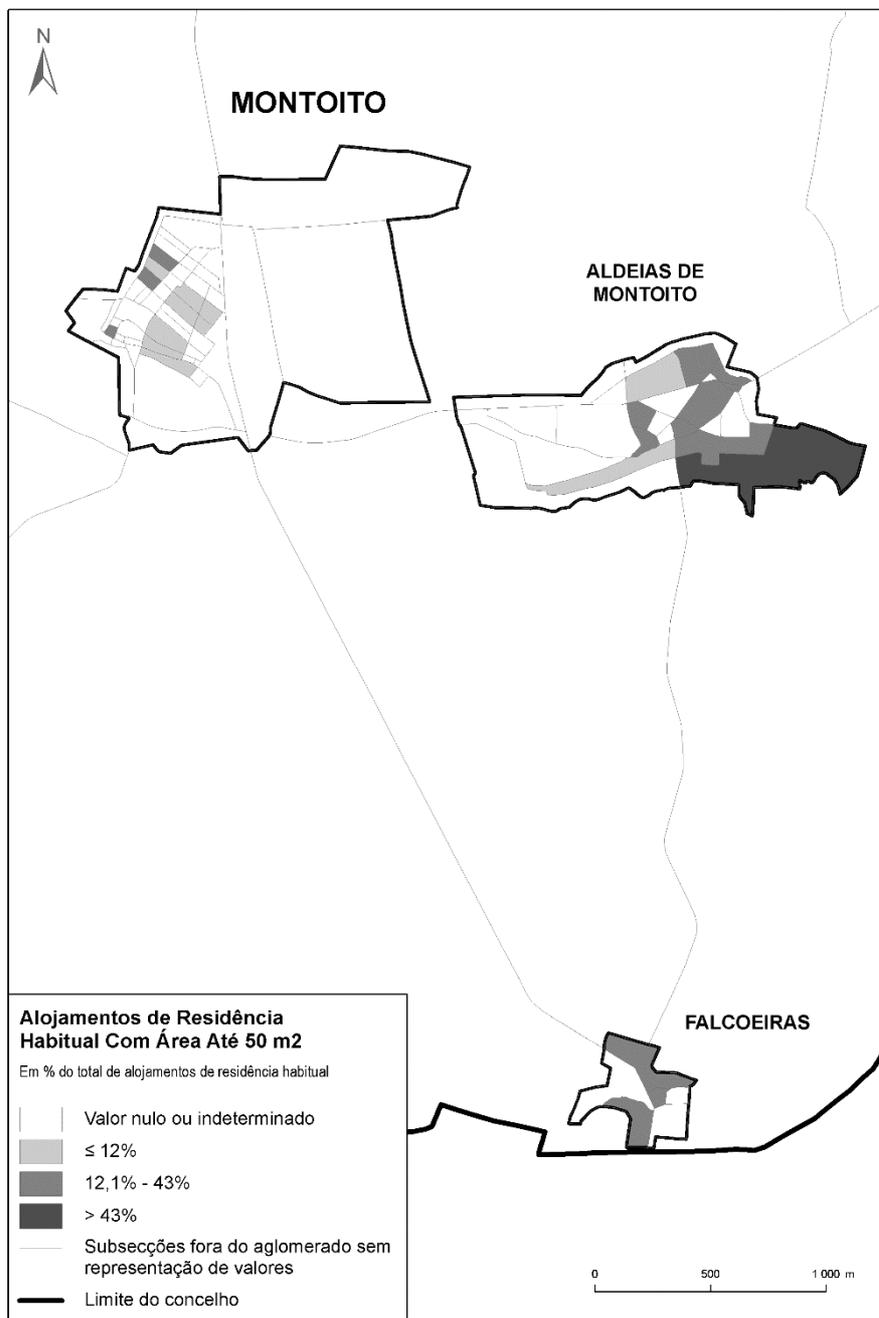
Figura 149 – Alojamentos vagos – em Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

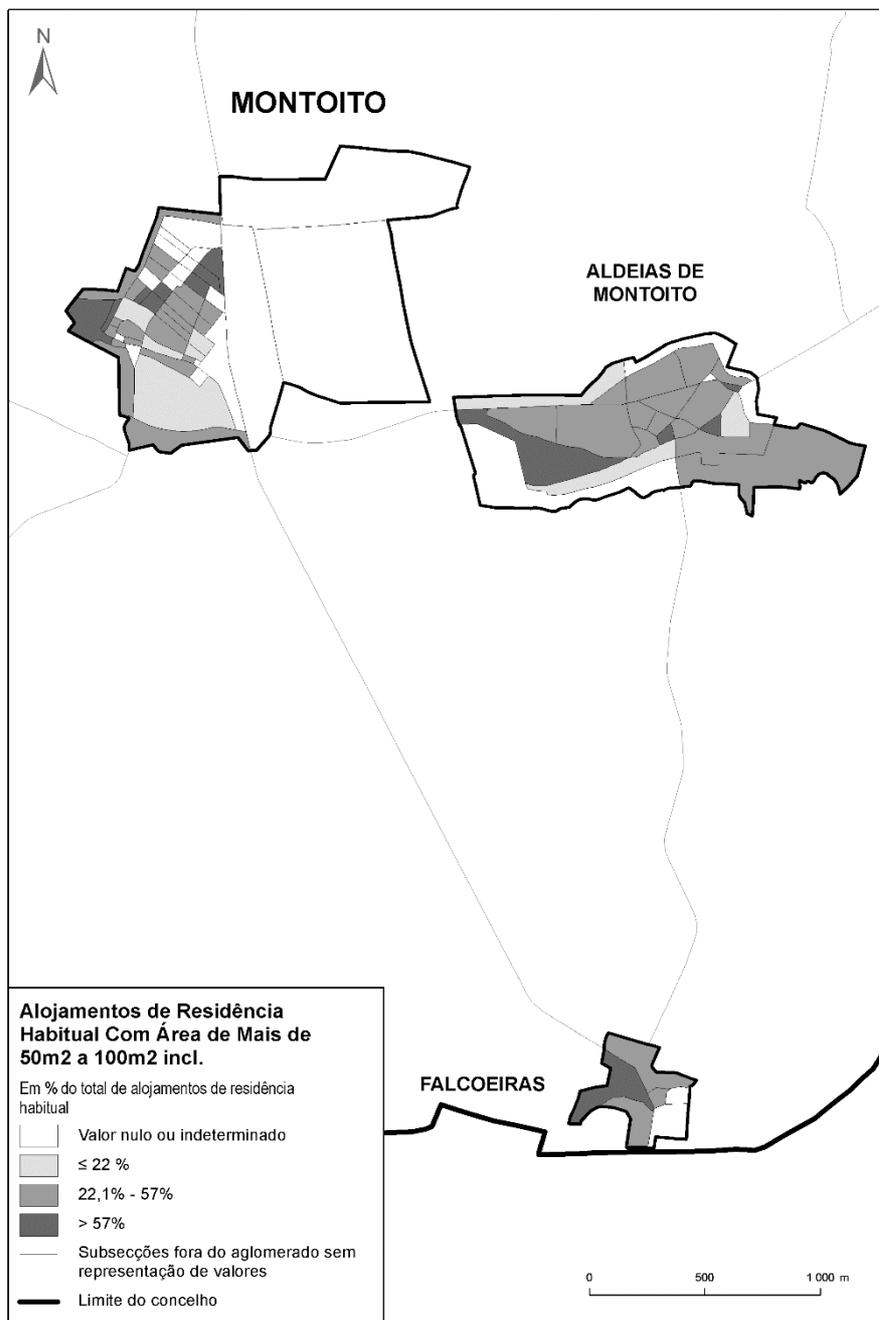
Os alojamentos são, em média, bastante amplos. A vila, no panorama concelhio, apresenta a maior dimensão média dos alojamentos: 59% têm mais de 100 m<sup>2</sup> de área. No polo oposto os alojamentos muito pequenos, com áreas inferiores a 50 m<sup>2</sup> registam um valor insignificante, 4,3%.

Figura 150 – Alojamentos – Dimensão – Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeiras



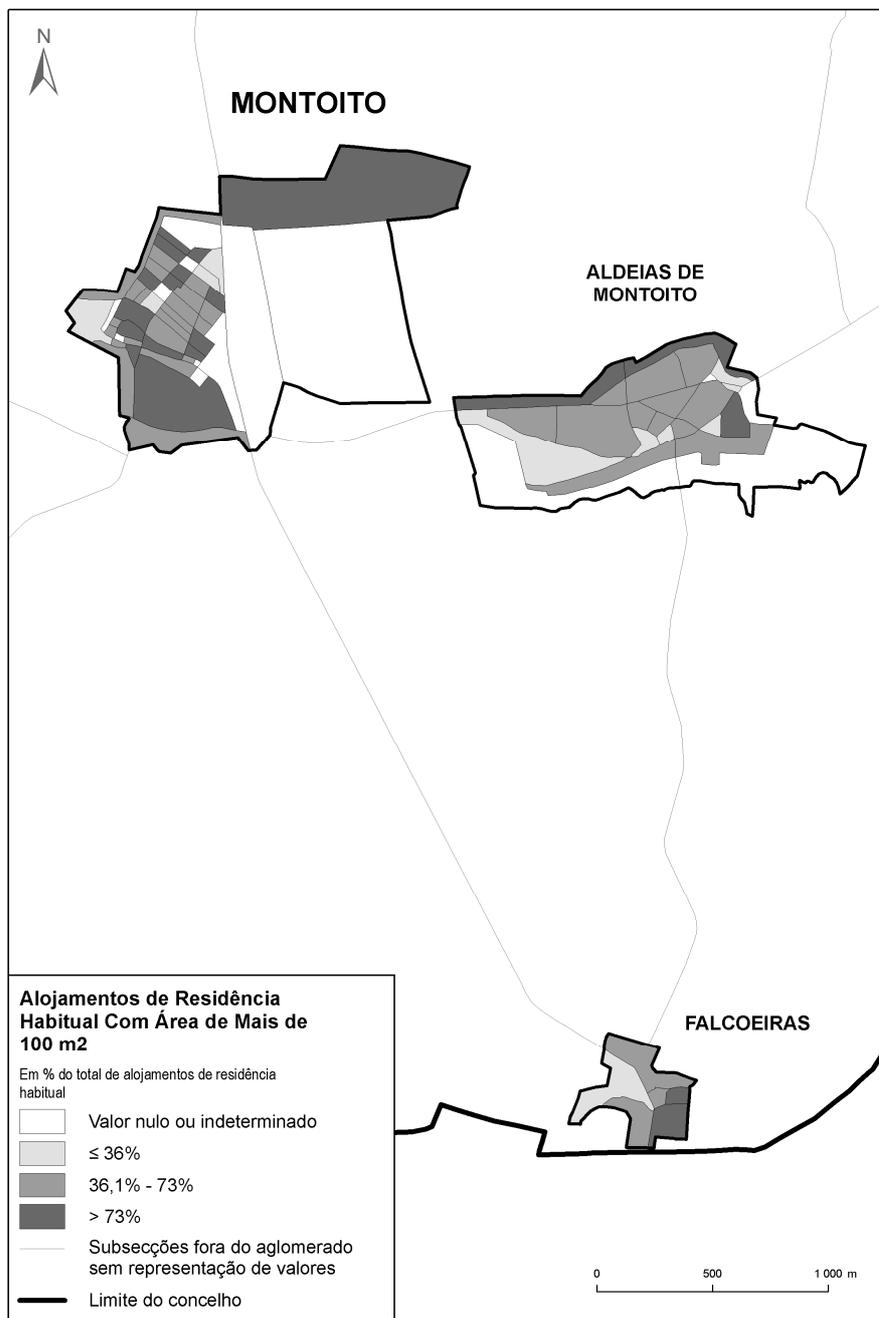
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 151 – Alojamentos – Dimensão – Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeiras



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Figura 152 – Alojamentos – Dimensão – Montoito, Aldeias de Montoito, Falcoeiras



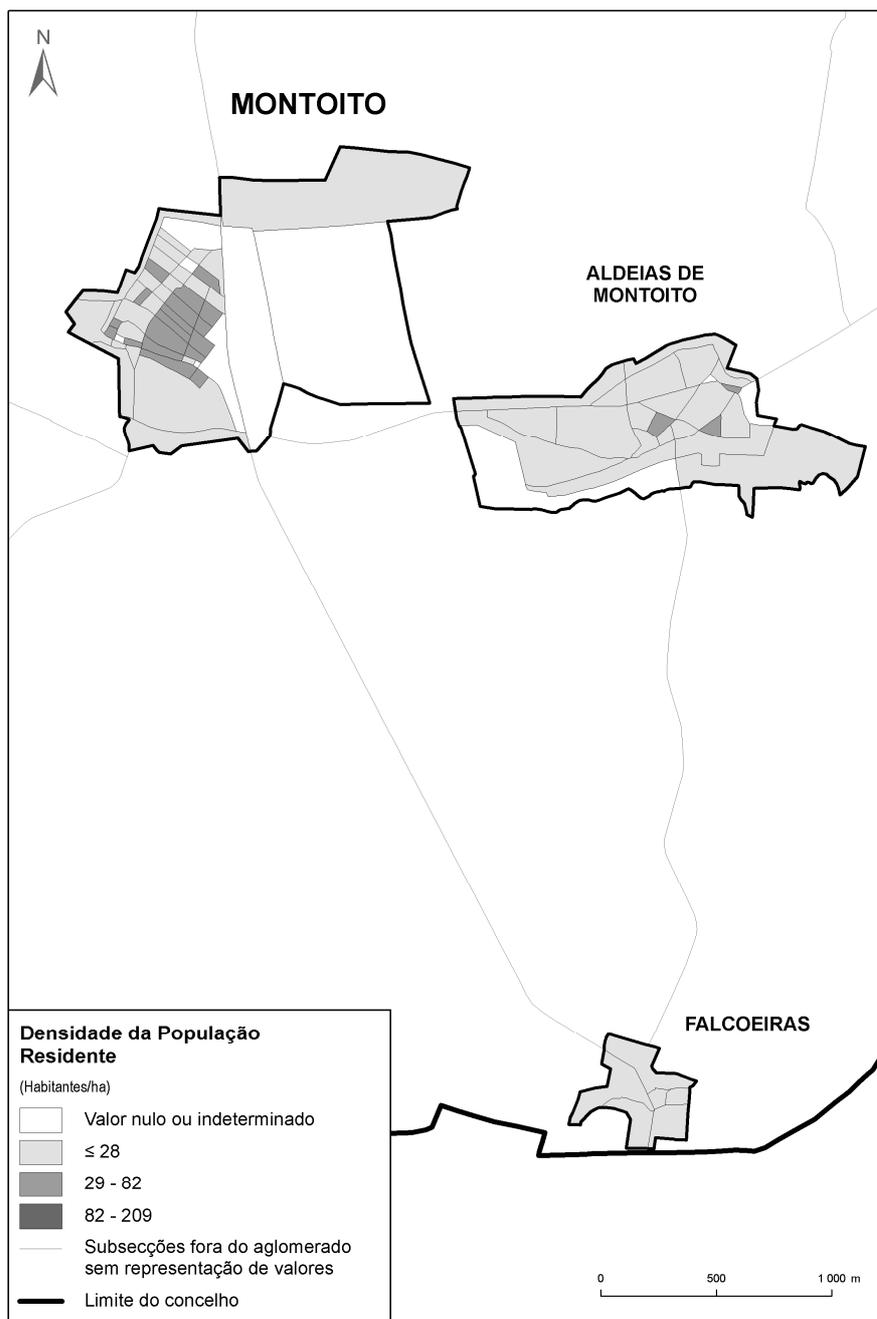
Fonte: elaboração própria, com dados do INE

Os alojamentos encontram-se totalmente infraestruturados, ou pelo menos servidos por água canalizada, esgotos e com banho.

#### 2.6.4. População: indivíduos, famílias e atividades económicas

O perfil da população da localidade não apresenta aspetos particularmente salientes. A estrutura etária é bastante envelhecida, 37,4% dos indivíduos têm 65 ou mais anos, com as consequências que este facto arrasta – baixas qualificações médias, predomínio das famílias pequenas (1 ou 2 pessoas), baixas taxas de atividade.

Figura 153 – Densidade populacional – Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeiras, 2011



Fonte: elaboração própria, com dados do INE

O emprego no sector do comércio e serviços é dominante, 64,4%. A agricultura e a indústria abrangem respetivamente 16,8% e 18,6% dos ativos empregados.

Como nota curiosa, veja-se que a parte oriental da sede de freguesia, apesar de menos densamente ocupada e com mais área de terreno disponível, é uma das que se inclui na classe de valor nulo ou indeterminado, e também aquela onde, pelo menos em termos relativos, existem mais segundas residências.

Como é óbvio, as figuras apresentadas para Montoito sede de freguesia, por uma questão de economia de espaço, incluem também as aglomerações de Aldeias de Montoito e de Falcoeirias, pelo que a ilustração da descrição e análise desses lugares, a qual se segue, será feita com recurso a essas mesmas imagens.

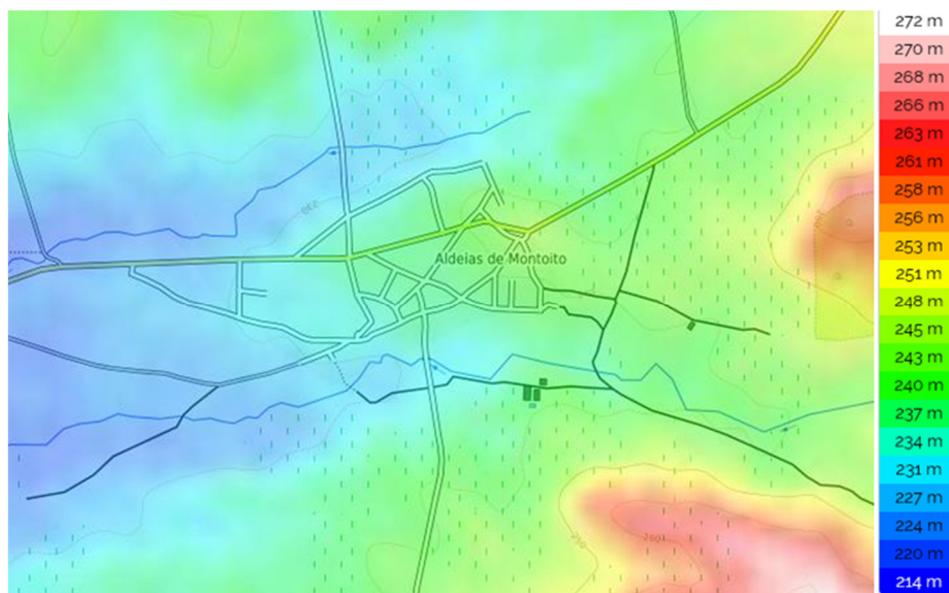
## 2.7. Aldeias de Montoito

### 2.7.1. Morfologia

A povoação de Aldeias de Montoito fica a cerca de 1,5 km da sede de freguesia (Montoito). É atravessada por uma estrada municipal que faz a ligação entre Montoito e a EN255 no troço Reguengos de Monsaraz - Alandroal. Está a 9,3 km de Reguengos de Monsaraz e 18,7 Km de Redondo. Apesar da aldeia ter uma morfologia marcadamente rural os estudos do PDM de 1992 atribuem-lhe uma raiz menos rural ou popular. Talvez a maior frequência de edifícios tipo armazém, decerto albergando arrumos, adegas, lagares e outros recintos ligados às atividades agrárias, possa ter induzido aquelas conclusões.

A povoação desenvolve-se num interflúvio de fraca declividade entre duas ribeiras (a norte e sul) cuja confluência, à entrada de Montoito, dá origem ao Ribeiro da Vila (um curso de água da bacia do Rio Degebe). A duas ribeiras seguem paralelas num troço aproximado de 2 km e distanciadas em cerca de 500 m.

Figura 154 – Aldeias de Montoito – Altimetria



Fonte: topographicmap.com

A denominação da povoação (Aldeias) sugere que a atual malha urbana é fruto da junção de pequenos núcleos populacionais situados ao longo do interflúvio. As casas foram progressivamente preenchendo os caminhos que ligavam esses núcleos. O traçado cruzado e pouco ordenado de muitos arruamentos também o sugere.

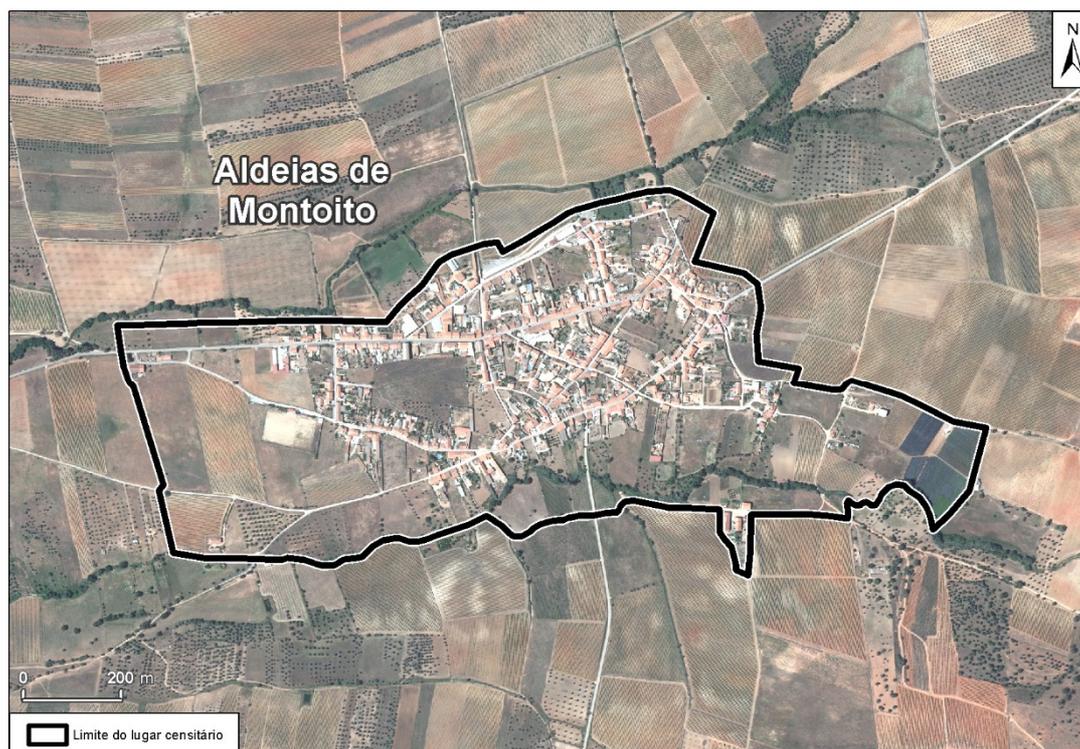
A estrada municipal é provavelmente posterior à definição de muitos arruamentos já que corta o seu traçado e parece justapor-se a um tecido de vias já implantado.

Esta estrada municipal que a atravessa transversalmente constitui atualmente o eixo principal da povoação, que dentro do perímetro urbano toma o nome de Rua Dr. Bento de Jesus Caraça. Este eixo tem duas variantes que ladeiam a aldeia e o entroncam no início e no fim da malha urbana: Uma para norte, mais curta, a Rua do Azinhal; outra para sul, mais longa e estruturante, a Rua 25 de Abril.

A morfologia do aglomerado segue assim a orientação da via principal e das duas ribeiras que a ladeiam.

A tipologia habitacional dominante é a moradia de 1 piso em banda, mas comparativamente a Montoito há mais espaços intersticiais com pequenas ocupações agrícolas. Também surgem alguns edifícios com mais de 1 piso, sendo que recentes remodelações das fachadas puseram à vista uma construção em pedra solta com argamassa e reforço estrutural por adobe típica da região.

Figura 155 – Aldeias de Montoito – limite censitário



Fonte: elaboração própria

A sua génese também aparenta ser diferente da de Montoito. Por um lado, a observação dos ortofotomapas, permite-nos concluir que este aglomerado está mais centrado na mancha de parcelas agrícolas mais pequenas e aparentemente ocupadas com uma agricultura mais intensiva. Por outro, essa

observação também mostra que a malha urbana é de crescimento mais orgânico comparativamente a Montoito, aparentando uma origem não tão ordenada.

Mais uma vez, os estudos de 1992 chamam a atenção para a descaracterização introduzida pela utilização de materiais dissonantes, ou seja, fora do contexto identitário local.

### 2.7.2. Evolução

A evolução demográfica da povoação é muito semelhante à que verificou em Montoito. Em 1911 a localidade registava 640 habitantes. Na próxima contagem, em 1940, registou 1154 habitantes e, em 1960 atingiu o valor mais elevado: 1262 habitantes. Desse ano até 2011 a queda de população foi contínua (em Montoito estabilizou na última década). Repita-se que será de esperar pelo próximo censo para confirmar esta tendência e se os 470 habitantes atuais (2011) estarão ou não próximo dum patamar de inversão.

Quadro 142 – Aldeias de Montoito – População residente

Aglomerados Urbanos 2011	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Aldeias de Montoito	470	494	633	717	868	1262

\* pop. presente

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

A dinâmica de construção é também muito baixa. Após 1981 apenas foram construídos 11,5% dos edifícios da povoação. O facto interessante que este indicador revela é que a localidade foi praticamente definida, tal como é atualmente, entre 1920 e 1945. Neste período foram edificadas quase 70% das casas que hoje existem. A campanha do trigo parece ter tido aqui consequências demográficas de grande dimensão. Possivelmente é também desse período a construção da estrada municipal. Resta saber como seria o povoamento desta área e a configuração da povoação antes de 1920.

Quadro 143 – Aldeias de Montoito – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
353	2,0	67,4	5,1	7,1	6,8	3,1	4,2	4,2	15

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

### 2.7.3. Edifícios e Alojamentos

As características dos 353 edifícios clássicos não assinalam nada de particularmente relevante: Edifícios baixos e exclusivamente residenciais, o que pode apenas servir de indicação para a escassez de outras ocupações funcionais, designadamente de comércio e serviços (que são as funções mais comuns de partilha de edifícios clássicos).

Quadro 144 – Aldeias de Montoito – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

<i>Indicadores</i>	<i>Aldeias de Montoito</i>
Nº de edifícios clássicos	353
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	100,0
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	74,5
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	13,9
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	11,6
Total de alojamentos	358
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	54,2
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	8,7
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	37,2
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	99,0
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	99,0
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	93,3
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	10,3
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	41,8
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	47,9
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	8,2
Total de famílias	194
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	60,8
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	30,9
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	18,6
Sex ratio (H/M)	1,0
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	11,3
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	11,3
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	44,9
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	32,6
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	16,8
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	18,1

<i>Indicadores</i>	<i>Aldeias de Montoito</i>
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	24,1
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	24,1
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	51,7
Taxa de atividade	30,9
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	71,7

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

No que se refere aos alojamentos há apenas a destacar o seguinte:

- Os alojamentos de segunda residência têm um peso muito significativo, à semelhança do que se verificava também na sede de freguesia; constituem 37,2% do total de alojamentos.
- Muito embora com menos relevância que em Montoito, a dimensão dos alojamentos é, em média, elevada – apenas 10,3% têm menos de 50 m<sup>2</sup> e 47,9% têm mais que 100 m<sup>2</sup>.
- A parcela de arrendamento é fraca (8,2%)

#### **2.7.4. População: indivíduos, famílias e atividades económicas**

O perfil demográfico da localidade não difere do que já foi relatado para a sede de freguesia, nem apresenta facetas que tornem suscetíveis grandes saliências:

Estrutura etária envelhecida, taxa de analfabetismo elevada e baixo nível médio de instrução.

Uma repartição sectorial do emprego mais equilibrada que em Montoito, com mais ativos na agricultura e na indústria.

Talvez o único aspeto que mereça um destaque especial é o elevado número de famílias com indivíduos desempregados, o valor mais elevado do concelho. Uma indicação que o desemprego é aqui um fenómeno mais intenso.

## **2.8. Falcoeiras**

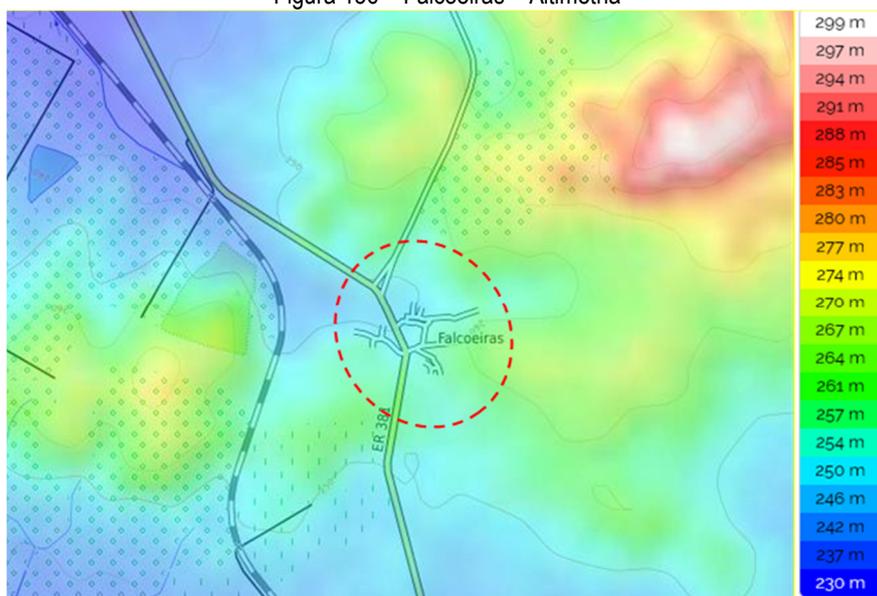
### **2.8.1. Morfologia**

É o lugar mais a sul do município, situado quase sobre o limite administrativo que separa os concelhos de Redondo e de Reguengos de Monsaraz. Falcoeiras é atravessado pela EN381 que o liga diretamente à sede da freguesia de Montoito a cerca de 3,6 Km e a Reguengos de Monsaraz para sul a cerca de 6,4 Km. A sede de do concelho fica a 20 Km de distância, através da mesma via.

Falcoeirias é um aglomerado pequeno, tem apenas 99 habitantes e 85 edifícios (2011)

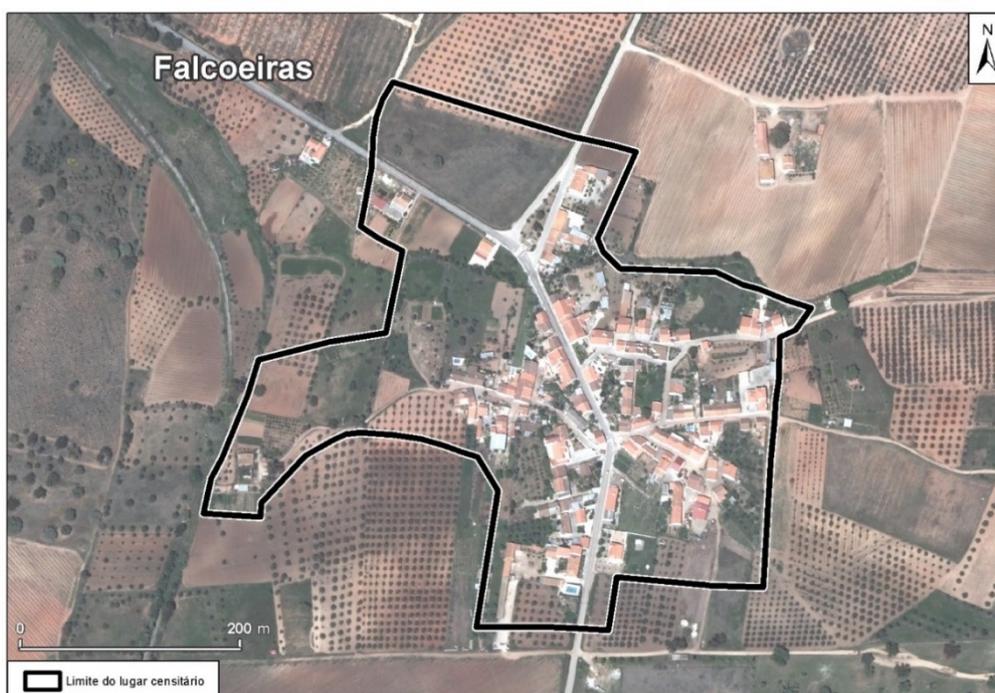
A povoação localiza-se numa linha de cumeada de baixa altitude (250-260m) que separa os concelhos de Redondo e Reguengos de Monsaraz.

Figura 156 – Falcoeirias – Altimetria



Fonte: topographicmap.com

Figura 157 – Falcoeirias – limite censitário



Fonte: elaboração própria

Trata-se de um aglomerado tradicional de raiz popular e rural, com forma compacta estruturada por um conjunto de arruamentos que confluem num centro que apesar de não se diferenciar muito do restante aglomerado, detém uma pequena área de descanso e um bebedouro (Largo 25 de Abril).

Nos estudos do PDM em vigor referia-se e temia-se a expansão da utilização de materiais dissonantes nas construções novas ou que na altura estavam em remodelação. Ora, um passeio pelo povoado mostra que, apesar de casos pontuais de utilização do azulejo e das caixilharias de alumínio anodizado, se mantém uma ambiência rural marcada pela limpeza e equilíbrio de formas e cores.

A estrutura urbana radial e nuclear da localidade – do Largo 25 de Abril e do pequeno largo contíguo saem seis vias que definem a morfologia da povoação –dão-lhe uma forma de estrela pouco comum na região.

### 2.8.2. Evolução

O máximo de população registada foi em 1940, com 340 habitantes. População que manteve praticamente até 1960 (324 habitantes). Até 2001 foi uma queda constante e, neste ano, verificou o registo mínimo de 75 habitantes. Curiosamente, também em Falcoeiras, à semelhança de Montoito, o século XXI trouxe uma recuperação: de 24 habitantes neste caso (99 em 2011).

Quadro 145 – Falcoeiras – População residente

	2011	2001	1991	1981*	1970	1960
	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Falcoeiras	99	75	179	220	240	324

\* pop. presente

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

A evolução do edificado revela a mesma falta de dinamismo de construção que toda a freguesia apresenta: a maioria do edificado é muito antiga, anterior a 1945 e a construção mais recente tem evoluído com muita lentidão.

Quadro 146 – Falcoeiras – Edifícios clássicos por data de construção

Edifícios clássicos	Data de construção								
	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
85	14,1	45,9	10,6	3,5	5,9	7,1	4,7	8,2	7

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

### 2.8.3. Edifícios e Alojamentos

Falcoeira tinha 85 edifícios clássicos em 2011. O parque edificado é exclusivamente residencial, de 1 ou pisos e, na sua grande maioria, anterior a 1961. As características dos 92 alojamentos revelam o seguinte:

- Não existem, em 2011, alojamentos vagos, mas 57,6% dos alojamentos são de segunda residência. O valor mais elevado de todos os aglomerados do concelho. Apenas 42,4% são alojamentos de residência habitual.
- Os alojamentos têm dimensões médias elevadas – apenas 10,3% têm menos de 50 m<sup>2</sup> de área.

Quadro 147 – Falcoeiros – síntese de indicadores retidos para análise, 2011

<i>Indicadores</i>	<i>Falcoeiros</i>
Nº de edifícios clássicos	85
Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	100,0
Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	100,0
Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	70,6
Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	9,4
Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos	20,0
Total de alojamentos	92
Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	42,4
Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	0,0
Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	57,6
alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	100,0
Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	97,4
Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	10,3
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	33,3
Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	56,4
Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	2,6
Total de famílias	39
Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	1,0
Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	56,4
Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	35,9
Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas	17,9
Sex ratio (H/M)	1,2
Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	11,1
Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	4,0
Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	45,5

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

<i>Indicadores</i>	<i>Falcoeiras</i>
Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	39,4
Indivíduos com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em percentagem da população com mais de 24 anos	14,3
Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	17,9
Indivíduos a trabalhar no sector primário em percentagem do total de indivíduos empregados	28,6
Indivíduos a trabalhar no sector secundário em percentagem do total de indivíduos empregados	9,5
Indivíduos a trabalhar no sector terciário em percentagem do total de indivíduos empregados	61,9
Taxa de atividade	21,2
Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho	52,4

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

**2.8.4. População: indivíduos, famílias e atividades económicas**

No perfil da população residente salienta-se o seguinte:

- Um sexo-ratio muito favorável aos homens – 54 homens e apenas 45 mulheres.
- A estrutura etária mais envelhecida do município: apenas 15,1% da população tinha menos de 14 anos (15 crianças) e 39,4% de residentes com mais de 64 anos.
- Taxa de atividade muito baixa e um valor significativo para a parcela de ativos empregues na agricultura (8,6%).
- Incidência do desemprego: 17,9% das famílias apresentavam pelo menos 1 desempregado.

## **2.9. Outros Lugares censitários**

Apresentam-se neste ponto os indicadores de base de caracterização urbana para os lugares do Concelho que não são considerados aglomerados urbanos.

A dispersão do povoamento ou o reduzido número de habitantes nestes lugares exigem um cuidado particular na leitura dos indicadores, para o qual alertamos.

A cartografia dos indicadores para estes aglomerados (e também para todos os outros do Concelho que, eventualmente, pode não ter sido incluída neste relatório) foi incorporada, por uma questão de economia de espaço e de leitura, no volume anexo a este relatório.

Deve ter-se em atenção que os lugares censitários da BGRI (Base Geográfica de Referência de Informação) foram-no assim definidos por forma a facilitar o trabalho de inquirição para os recenseamentos gerais da população e da habitação, não se constituindo por essa via como lugares, de cariz urbano ou rural, com perímetro urbano definido no Plano Diretor Municipal. Aliás, no caso do Redondo, deve mesmo ter-se em atenção que o desenho de algumas subsecções estatísticas teve por objetivo incluir e delimitar áreas de povoamento muito disperso, de foros e courelas e de quintas e quintinhas, em resultado de uma expansão da construção articulada com a proximidade de terrenos de cultivo do tipo horta, à semelhança do que ocorreu, e tem ocorrido, junto a outras aglomerações de outros municípios alentejanos.

Estes “outros lugares” tratam-se, assim, de pequenos conjuntos de edifícios (entre os 12, em Courelas das Roucas e Água d’Alte e os 86, em Courelas da Capela), os quais poderão vir a ser, ou não, integrados no ordenamento como aglomerados rurais.

Quer isto dizer que apesar de o próprio PROT prever a inclusão destas áreas no interior de aglomerados urbanos consolidados, o certo é que é muito reduzida a expressão daquelas que cumprem alguns dos critérios nele definidos, pelo que se prefiguram algumas análises técnicas e algumas decisões políticas que acautelem a racionalidade do próprio ordenamento municipal. Na segunda fase do processo de revisão, esse trabalho terá de ser feito.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 148 – Edifícios clássicos por data de construção – Outros lugares censitários

	2011	< 1919	1919-1945	1946-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2011	
	Nº	%	%	%	%	%	%	%	%	Nº
Courelas da Capela	86	4,7	14,0	18,6	3,5	4,7	16,3	24,4	14,0	12
Courelas da Torre	44	18,2	25,0	22,7	9,1	2,3	2,3	11,4	9,1	4
Courelas da Gama e Bispo	39	5,1	5,1	10,3	15,4	12,8	20,5	12,8	17,9	7
Courelas da Arnalha	35	5,7	17,1	28,6	11,4	14,3	5,7	8,6	8,6	3
Courelas da Amendoeira	34	44,1	32,4	8,8	0,0	8,8	5,9	0,0	0,0	0
Courelas do Monte Branco	26	3,8	15,4	30,8	0,0	3,8	11,5	19,2	15,4	4
Vidigueira	24	16,7	4,2	8,3	8,3	4,2	12,5	33,3	12,5	3
Gafanhas	21	23,8	14,3	4,8	4,8	14,3	4,8	28,6	4,8	1
Parque de Redondo	21	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	21
Courelas do Bico e da Calva	18	11,1	38,9	16,7	0,0	0,0	5,6	16,7	11,1	2
Courelas do Vale D'Anta	17	11,8	29,4	17,6	0,0	11,8	5,9	17,6	5,9	1
Monte Virgem	17	29,4	23,5	23,5	11,8	5,9	0,0	5,9	0,0	0
Monte da Fazenda	16	18,8	56,3	18,8	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0
Gaios e Gainhos	15	66,7	13,3	6,7	6,7	0,0	0,0	0,0	6,7	1
Courelas das Roucas	12	0,0	75,0	0,0	0,0	8,3	8,3	8,3	0,0	0
Água D'Alte	12	0,0	58,3	33,3	0,0	0,0	0,0	8,3	0,0	0

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

Quadro 149 – Outros indicadores sobre os edifícios em outros lugares censitários, 2011

Indicadores	Nº de edifícios clássicos	Edifícios exclusivamente residenciais em % do total de edifícios clássicos	Edifícios até 2 pisos em % do total de edif. clássicos	Edifícios construídos antes de 1961 em % do total de edif. clássicos	Edifícios construídos entre 1961 e 1980, inclusive, em % do total de edif. clássicos	Edifícios construídos depois de 1980, em % do total de edif. clássicos
Gafanhas	21	100	100	42,9	19	38,1
Monte da Fazenda	16	100	100	93,8	6,3	0
Monte Virgem	17	100	100	76,5	17,6	5,9
Água D'Alte	12	100	100	91,7	0	8,3
Gaios e Gainhos	15	86,7	100	86,7	6,7	6,7
Vidigueira	24	100	100	29,2	12,5	58,3
Courelas da Arnalha	35	82,9	100	51,4	25,7	22,9
Courelas do Vale D'Anta	17	76,5	100	58,8	11,8	29,4
Courelas do Monte Branco	26	100	100	50	3,8	46,2
Courelas das Roucas	12	75	100	75	8,3	16,7
Courelas da Amendoeira	34	67,6	100	85,3	8,8	5,9
Courelas do Bico e da Calva	18	94,4	100	66,7	0	33,3
Courelas da Gama e Bispo	39	100	100	20,5	28,2	51,3
Courelas da Capela	86	98,8	100	37,2	8,1	54,7
Courelas da Torre	44	100	100	65,9	11,4	22,7
Parque de Redondo	21	100	100	0	0	100

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 150 – Indicadores sobre os alojamentos em outros lugares censitários, 2011

Indicadores	Nº de alojamentos	Alojamentos de residência habitual em percentagem do total de alojamentos	Alojamentos vagos em percentagem do total de alojamentos	Alojamentos de segunda residência ou colocados no mercado de venda ou aluguer, em percentagem do total de alojamentos	alojamentos de res. habit. com água em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	Alojamentos de res. habit. com esgoto em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	Alojamentos de res. habit. com banho em perc. do total de alojamentos de resid. habitual	Alojamentos de residência habitual com área até 50 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	Alojamentos de residência habitual com área de mais de 50 m <sup>2</sup> a 100 m <sup>2</sup> , inclusive, em % do total de aloj. de residência habitual	Alojamentos de residência habitual com área de mais de 100 m <sup>2</sup> , em percentagem do total de alojamentos de residência habitual	Alojamentos de residência habitual arrendados, em percentagem do total de alojamentos de residência habitual
Gafanhas	24	41,7	16,7	41,7	90	90	90	0	90	10	10
Monte da Fazenda	16	37,5	6,3	56,3	100	100	50	66,7	16,7	16,7	50
Monte Virgem	18	38,9	11,1	50	100	100	100	57,1	42,9	0	14,3
Água D'Alte	16	93,8	0	6,3	93,3	93,3	73,3	33,3	26,7	40	0
Gaios e Ganhos	20	50	35	15	90	90	70	50	40	10	50
Vidigueira	31	74,2	9,7	16,1	100	100	91,3	13	65,2	21,7	13
Courelas da Amalha	38	44,7	21,1	34,2	76,5	94,1	76,5	23,5	41,2	35,3	35,3
Courelas do Vale D'Anta	19	36,8	31,6	31,6	71,4	85,7	71,4	0	57,1	42,9	14,3
Courelas do Monte Branco	36	44,4	13,9	41,7	100	100	100	12,5	43,8	43,8	12,5
Courelas das Roucas	15	53,3	0	46,7	100	100	100	25	50	25	0
Courelas da Amendoeira	46	47,8	23,9	28,3	100	100	100	27,3	31,8	40,9	4,5
Courelas do Bico e da Calva	25	44	12	44	100	100	100	18,2	36,4	45,5	18,2
Courelas da Gama e Bispo	43	58,1	9,3	32,6	100	100	100	4	36	60	16
Courelas da Capela	95	51,6	4,2	44,2	95,9	95,9	95,9	2	20,4	77,6	6,1
Courelas da Torre	50	64	2	34	93,8	96,9	93,8	15,6	31,3	53,1	12,5
Parque de Redondo	21	9,5	0	90,5	100	100	100	0	0	100	50

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

---

Quadro 151 – Indicadores sobre as famílias em outros lugares censitários, 2011

<i>Indicadores</i>	Nº de famílias	Número de famílias clássicas por alojamento de res. habit.	Famílias com 1 ou 2 pessoas em percentagem do total de famílias clássicas	Famílias com 3 ou 4 pessoas em perc. do total de famílias clássicas	Famílias com 1 ou mais desempregados em percentagem do total de famílias clássicas
Gafanhas	10	1	40	50	20
Monte da Fazenda	6	1	83,3	16,7	0
Monte Virgem	7	1	85,7	14,3	14,3
Água D'Alte	15	1	60	40	20
Gaios e Gainhos	10	1	70	20	0
Vidigueira	23	1	78,3	17,4	4,3
Courelas da Amalha	17	1	41,2	52,9	5,9
Courelas do Vale D'Anta	7	1	42,9	42,9	0
Courelas do Monte Branco	16	1	37,5	56,3	12,5
Courelas das Roucas	8	1	50	50	0
Courelas da Amendoeira	22	1	72,7	27,3	4,5
Courelas do Bico e da Calva	11	1	27,3	63,6	9,1
Courelas da Gama e Bispo	25	1	40	52	12
Courelas da Capela	50	1	50	48	6
Courelas da Torre	32	1	53,1	46,9	25
Parque de Redondo	2	1	50	50	0

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Quadro 152 – Indicadores sobre os indivíduos em outros lugares censitários, 2011

Indicadores	Nº de indivíduos	Sex ratio (H/M)	Percentagem de indivíduos com 14 anos ou menos	Percentagem de indivíduos com 15 a 24 anos	Percentagem de indivíduos com 25 a 64 anos	Percentagem de indivíduos com 65 e mais anos	Indiv. com curso secundário, pós-secundário ou superior completo, em perc. da pop. > 24 anos	Taxa de analfabetismo, em percentagem dos indiv. com mais de 24 anos	Indivíduos a trabalhar no sector primário em perc. do total de indiv. empregados	Indivíduos a trabalhar no sector secundário em perc. do total de indiv. empregados	Indivíduos a trabalhar no sector terciário em perc. do total de indiv. empregados	Taxa de atividade	Percentagem de indivíduos ativos a trabalhar que trabalham no próprio concelho
Gafanhas	30	1,3	10	16,7	40	33,3	9,1	27,3	37,5	12,5	50	26,7	87,5
Monte da Fazenda	10	0,3	0	0	50	50	10	20	0	0	100	20	50
Monte Virgem	12	0,7	8,3	0	33,3	58,3	0	18,2	0	0	100	8,3	100
Água D'Alte	34	1,1	2,9	11,8	55,9	29,4	24,1	13,8	18,2	18,2	63,6	32,4	81,8
Gaios e Gainhos	22	0,8	13,6	4,5	50	31,8	16,7	5,6	50	10	40	45,5	90
Vidigueira	46	1	0	8,7	45,7	45,7	9,5	21,4	40	15	45	43,5	60
Courelas da Arnalha	49	1	16,3	8,2	53,1	22,4	51,4	18,9	23,5	17,6	58,8	34,7	82,4
Courelas do Vale D'Anta	21	0,8	4,8	14,3	28,6	52,4	29,4	29,4	0	14,3	85,7	33,3	85,7
Courelas do Monte Branco	47	1	19,1	12,8	46,8	21,3	50	9,4	14,3	33,3	52,4	44,7	71,4
Courelas das Roucas	20	1,5	10	20	50	20	14,3	28,6	44,4	11,1	44,4	45	100
Courelas da Amendoeira	45	1	6,7	6,7	42,2	44,4	15,4	23,1	57,9	21,1	21,1	42,2	68,4
Courelas do Bico e da Calva	33	0,7	18,2	12,1	54,5	15,2	17,4	21,7	12,5	37,5	50	48,5	68,8
Courelas da Gama e Bispo	74	1,2	16,2	17,6	50	16,2	28,6	6,1	23,5	20,6	55,9	45,9	73,5
Courelas da Capela	133	1	9	6	60,2	24,8	16,8	15	36,9	12,3	50,8	48,9	76,9
Courelas da Torre	79	1,3	13,9	10,1	50,6	25,3	13,3	18,3	60	13,3	26,7	38	93,3
Parque de Redondo	5	0,7	40	0	60	0	100	0	0	0	100	60	100

Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2011

## X. INFRAESTRUTURAS

## 1. INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE

### 1.1. Rodovias

O DL n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Declaração de Retificações n.º 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei 182/2003, de 16 de agosto, define as vias afetas à rede nacional. Este DL procedeu a revisão do Plano Rodoviário Nacional (PRN) de 1985, para aquele que ficaria a ser conhecido por PRN2000.

Esta última revisão (PRN2000) serviu “para dar resposta ao desenvolvimento socioeconómico verificado após a adesão de Portugal à União Europeia. Este Plano prevê um total de cerca de 16 500 km dos quais cerca de 5000 foram incluídos numa nova categoria - as Estradas Regionais. Esta nova categoria de estradas, de interesse supramunicipal e complementar à Rede Rodoviária Nacional, tinha subjacente que apenas se manteriam provisoriamente na responsabilidade da administração central, admitindo-se que transitariam para as futuras regiões...”.

Quadro 153 - Principais diferenças entre o PNR 85 e o PNR 2000

Tipologia de vias	PNR 85	PNR 2000	Descrição das alterações
Rede Rodoviária Nacional	9 900 km	11 350 km	1) Foram incluídos e reclassificados novos percursos. 2) Houve a inclusão de uma nova categoria de estradas, a das estradas regionais (5000 km já classificados).
Total de estradas previstas	10 000 km	16 500 km	1) As estradas previstas no PRN 2000 somam cerca de 16 500 km, ou seja, um aumento da ordem de 65% relativamente àqueles que estavam abrangidos pelo PRN 85.
Rede nacional de autoestradas	-	3 000 km	1) Inclui-se no plano rodoviário nacional uma rede nacional de autoestradas com cerca de 3000 km de extensão, correspondente a mais de metade da extensão da rede de itinerários principais e itinerários complementares.
Itinerários complementares	-	Aumento 33%	1) Considerando a necessidade de acelerar o desenvolvimento económico nalgumas zonas, reclassificam-se como itinerários complementares alguns percursos. 2) Foram introduzidos 10 novos itinerários complementares, num total de 34. 3) Há ainda a registar alterações em 10 dos itinerários complementares constantes do anterior PRN 85.
Outras estradas	-	(+) Densidade em zonas fronteiriças; Promover fecho de malhas viárias; Melhores acessibilidades a concelhos;	1) Verificando-se no PRN 85 a insuficiência da rede de outras estradas, entendeu-se ser necessário aumentar a sua densidade nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos

Fonte: IP e elaboração própria

Aliás, no âmbito da Rede Rodoviária, as referências à Rede Rodoviária Nacional (RRN) deverão respeitar a identificação, hierarquização e nomeação exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, no âmbito do qual a Rede Rodoviária Nacional (RRN) é constituída pela Rede Nacional Fundamental (RNF, a qual inclui os Itinerários Principais - IP) e pela Rede Nacional Complementar (RNC, a qual inclui os Itinerários Complementares -IC - e as Estradas Nacionais - EN). De entre estas últimas categorias, nomeadamente as EN, convém distinguir entre as estradas desclassificadas e da responsabilidade das autarquias, e aquelas que o tendo sido, ainda permanecem na alçada da Administração Central, neste caso representada pela IP, Infraestruturas de Portugal.

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as "Estradas Regionais (ER)", as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao citado Decreto-Lei.

Para além das estradas referidas, há ainda a elencar as estradas não incluídas no PRN, "estradas desclassificadas", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até à integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e a Câmara Municipal.

O PNR (2020) veio reclassificar algumas das estradas rodoviárias do concelho de Redondo. No PRN 1985 a EN254 encontrava-se classificada como "Outras Estradas", a EN373 e EN381 encontravam-se classificadas como "Estradas Desclassificadas". Com o PNR 2020 a EN254 e a EN373 passaram a fazer parte da Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais – EN) sob jurisdição da IP e a EN381 passou a fazer parte das Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP, ER381.

Neste domínio e de acordo com o PRN 2000, as EN254 e EN373, no concelho de Redondo, ligam ao concelho de Évora, de Elvas, do Alandroal, de Vila Viçosa e a Badajoz, em Espanha. Este eixo, que se desenvolve na direção Este-Oeste, articula-se com a estrada regional ER381, que se desenvolve na direção Norte-Sul, e que a restante rede rodoviária, da qual se destaca o troço desclassificado da EN254 localizado entre o entroncamento com a EN373 e o limite do concelho de Vila Viçosa, o qual se encontra ainda sob jurisdição da IP,SA.

De salientar ainda, a publicação da Lei n.º 34/2015, de 27 de Abril de 2015, que aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), em vigor desde 26 de julho de 2015, cujo âmbito de aplicação se estende também às estradas regionais (ER) e às estradas nacionais (EN) desclassificadas, ainda não entregues aos municípios.

Como tal, a revisão do PDM de Redondo deverá respeitar as novas disposições legais em matéria de proteção da rede rodoviária, sendo de salientar que o novo EERRN (artigo 430) atribui à IP, enquanto Administração Rodoviária, poderes de autoridade pública na área de jurisdição rodoviária, isto é, a área abrangida pelos bens do domínio público rodoviário do Estado, cuja composição abrange as estradas a que se aplica o EERRN, bem como as zonas de servidão rodoviária e a designada zona de respeito (cf. definição no artigo 3º).

De acordo com o PRN em vigor (PNR 2000), a Rede Rodoviária existente no Concelho de Redondo é constituída por:

**Estradas da Rede Rodoviária Nacional (RRN), designadamente da rede Nacional Complementar – Estradas Nacionais (EN) sob jurisdição da IP:**

- **EN254**, entre o LC de Évora e Redondo (entroncamento da EN373), sendo que o troço entre o km 17,817 (Redondo Norte) e o km 19,665 (entroncamento da ER381 – Redondo Sul), que constitui a travessia da sede de concelho, está sob gestão do Município (Protocolo homologado pelo SEITC em 10-01-2015);
- **EN373**, entre o LC de Alandroal e Redondo (entroncamento da EN254).

**Estradas Regionais sob a responsabilidade da IP:**

- **ER381**, entre LC de Estremoz e o LC de Évora, sendo que o troço entre o km 24,257 e o km 25,466, que constitui a travessia da sede de concelho, está sob gestão do município (Protocolo homologado pelo SEITC em 30-01-2015). Essa estrada vêm possibilitar a ligação ao IP7 e aos Concelhos de Estremoz, a Norte e Reguengos de Monsaraz, a Sul.

**Estradas Nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP:**

- **EN254**, entre a LC de Vila Viçosa (km 1',288) e o Entroncamento da EN373 (km 15,950).

As restantes estradas e caminhos existentes e atualmente classificados, no Concelho de Redondo são:

Estradas Municipais:

- EM524, ligação entre Redondo, Freixo e Evoramonte ( Estremoz) ;
- EM524-1, ligação entre a EM524 e EN254;
- EM512, ligação entre Redondo e Santiago Maior (Alandroal);
- EM534, ligação entre Redondo e Santa Susana;
- EM513, ligação entre S. Vicente Pigeiro (Vendinha), Montoito, Aldeias Montoito e Casas Novas de Mares (Alandroal);

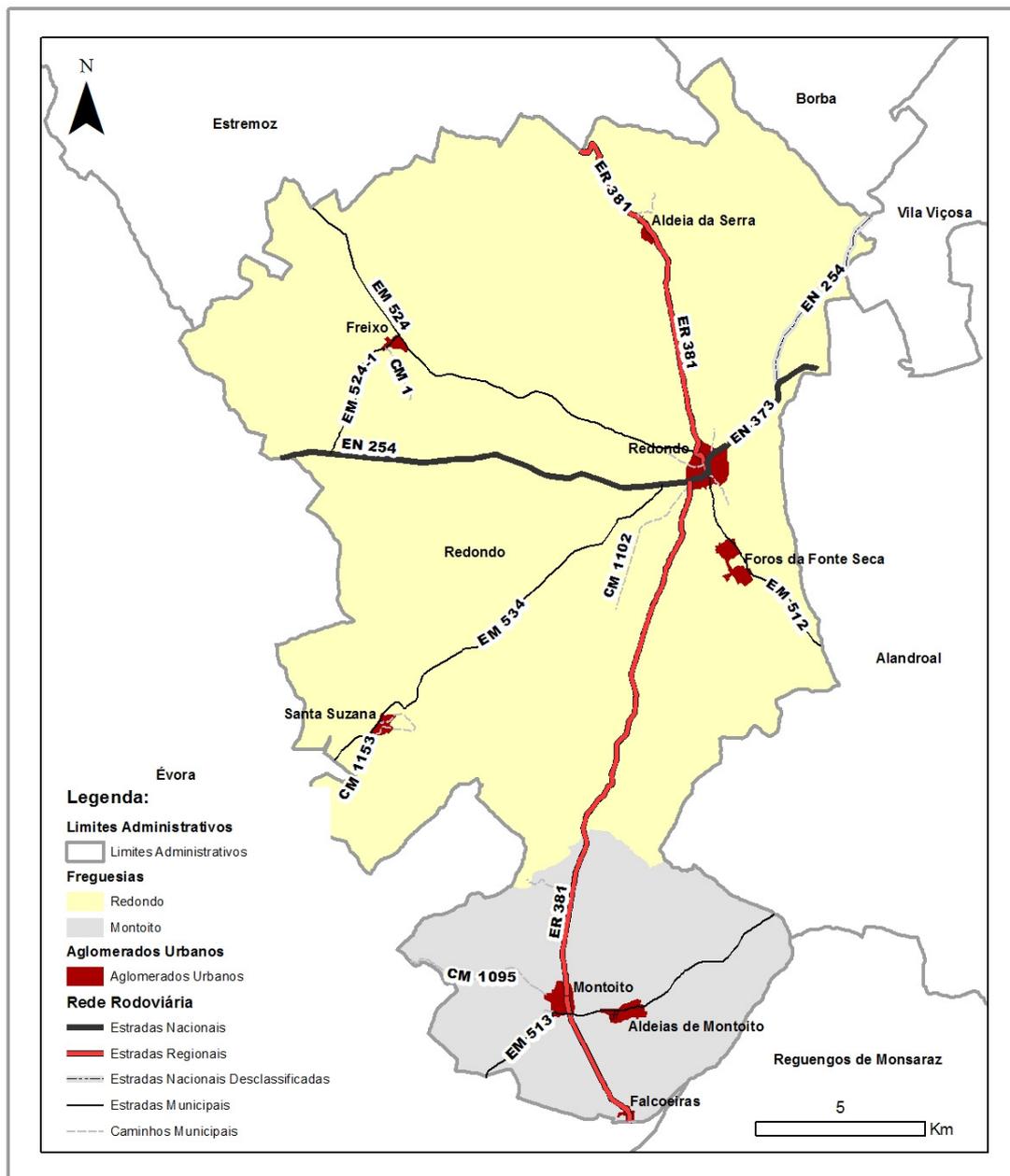
Caminhos Municipais:

---

- CM1095;
- CM1102;
- CM1103;
- CM1104;
- CM1105
- CM1144;
- CM1153;
- CM1154;
- CM1169;

Podemos, verificar na figura seguinte, a Rede Rodoviária Principal do Concelho de Redondo.

Figura 158 – Rede Rodoviária do concelho de Redondo, considerando as proposta da IP



Fonte: CMR

## 1.2. Ferrovias

O concelho de Redondo é atravessado, numa pequena extensão a sul do seu território, pelo ramal ferroviário de Reguengos de Monsaraz, atualmente desativado. Este ramal, pertencente à rede secundária do serviço ferroviário, estabelecia a ligação entre Évora e Reguengos, com uma extensão de 40,8 km, dos quais 7,2 km no concelho de Redondo. A estação de Montoito era a única que servia o Concelho, tendo existido um apeadeiro em Santa Susana e outro nas Falcoeiras.

Infelizmente, mesmo em termos nacionais, as opções e decisões técnicas e políticas têm sido no sentido do desmantelamento da rede ferroviária nacional, em alguns casos com prejuízos evidentes, não só na oferta de serviço necessário em alguns territórios, mas também na obnubilação da oferta de serviços alternativos, nomeadamente turísticos, noutros. Significa isto que se tem esquecido, por um lado, a importância da deslocação de massa associável ao transporte ferroviário e, por outro, a sua potencial retroversão em recurso de aproveitamento turístico, num contexto em que a infraestrutura construída, apesar de antiga e, eventualmente, a merecer revitalização, representa um investimento já realizado, cuja anulação, ou eventual reaproveitamento, terá de precaver custos de expropriação, terraplenagem, reassentamento e perfilação, de valor muito mais elevado que a simples destruição, mas certamente mais elevado que a sua transformação em ecopista ou qualquer outra tipologia de circuito (o qual poderá não ser pedonal).

Neste momento existem duas linhas orientadoras na gestão da rede ferroviária, o Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 que se funde com o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) e a Estratégia Rede Ferroviária Nacional (RFN) 2014-2050. O Plano de Investimentos Ferroviários 2016-2020 é, como o PETI 3+, o programa que vai orientar a gestão da ferrovia entre 2014 e 2020 (o PETI 3+, foi aprovado a 2 de abril de 2014). Neste sentido, foram identificadas como prioridades pelo PETI 3+ os seguintes pontos:

- Compromissos internacionais, incluindo os bilaterais com Espanha e os que resultam do Corredor Atlântico;
- Fomento do transporte de mercadorias e em particular das exportações;
- Articulação entre os portos nacionais e as principais fronteiras terrestres com Espanha;
- A Estratégia Rede Ferroviária Nacional (RFN) 2014-2050 subdivide-se em 3 períodos:
  - 2014-2020: Prioridade mercadorias: “Prioridade para o desenvolvimento do tráfego de mercadorias e forte aposta nos investimentos que melhorem e rentabilizem a infraestrutura existente, com alguns investimentos pontuais e muito localizados de ampliação da rede. (e.g. construção da nova linha entre Évora e Caia, visando a continuidade dos corredores que ligam os portos às principais fronteiras; início dos programas de migração de bitola e de implementação dos sistemas ERTMS/ETCS)”
  - 2021-2030: Prioridade mercadorias e interoperabilidade: “Construção das ligações de altas prestações e melhoria das condições do tráfego de mercadorias (e.g.

implementação dos sistemas ERTMS/ETCS e de programa de migração de bitola, nos itinerários internacionais de mercadorias).”

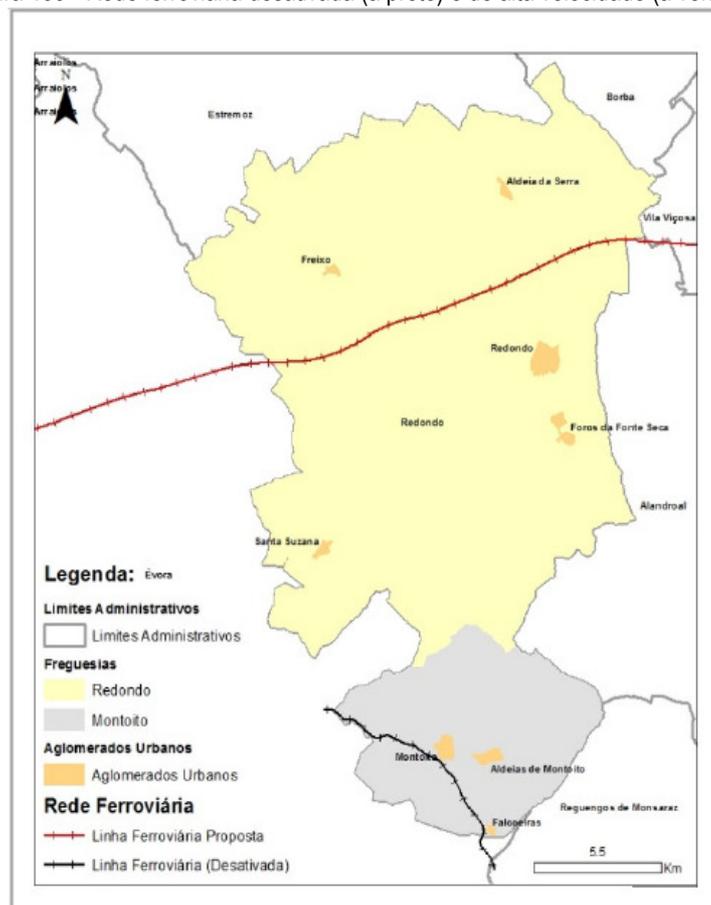
- 2031-2050: Prioridade interoperabilidade e ligações de elevado desempenho: “Realização de ações que confirmam padrões uniformes de interoperabilidade a toda a rede ferroviária e finalização das ligações de altas prestações (e.g. conclusão da ligação Lisboa-Madrid em bitola UIC e conclusão da interoperabilidade ao nível dos sistemas ERTMS/ETCS).”

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 183/2005, de 28 de novembro aprovou o Programa Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego 2005-2008, assumindo como medida n.º 7, a “Implementação de uma rede ferroviária de alta velocidade”. Desta forma, a 22 de outubro de 2007, através do decreto-lei n.º 25/2007, foram publicados os traçados preliminares da ligação Lisboa-Madrid da rede ferroviária de alta velocidade e as medidas preventivas, possuindo 3 possíveis soluções para o Concelho de Redondo.

Na Resolução Conselho de Ministros n.º 11/2009, de 27 de janeiro foi publicado o traçado final, eliminando duas das alternativas mencionadas no decreto-lei n.º 25/2007, de 22 de outubro.

Em 2019 foi assumido pelo governo a construção da ligação de AV a Espanha, a qual irá atravessar o Concelho tal como a figura seguinte ilustra.

Figura 159 - Rede ferroviária desativada (a preto) e de alta velocidade (a vermelho)



Fonte: CMR, REOT

Os estudos para a implementação do traçado ferroviário de Alta Velocidade foram revistos no ano de 2017, adaptando os anteriores relatórios e traçados já estudados para a ligação ferroviária de Alta Velocidade a um novo traçado ferroviário entre Évora e a fronteira de Caia em transporte de mercadorias, ficando também preparado esse trajeto para o transporte de passageiros. Trata-se de uma solução que terá de ser ponderada nesta revisão do PDM, não do ponto de vista da sua alteração, já que a decisão está tomada, mas sim na ótica da amenização dos impactos extremamente negativos que tal travessia terá para o Concelho.

Obviamente que os impactos negativos poderão não se relacionar com a facilidade acrescida de escoamento dos produtos produzidos localmente (reforça-se o desconhecimento sobre a localização dos centros de logística que servirão esta conexão), mas seguramente que terão relação direta com o facto de se construir, na parte norte do Concelho, uma “fronteira” cuja intransponibilidade apenas poderá ser assegurada por investimento público em obras de arte de elevado custo.

Esta ligação ferroviária entre Évora e o Caia, a qual atravessará a freguesia de Redondo, de Oeste para Este, passando entre a Aldeia da Serra e a Vila de Redondo, totalizará no Concelho uma quilometragem de 16,3 Km.

### **1.3. Requalificação Urbana, Acessibilidades e Sistemas de Transportes**

“A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.”<sup>4</sup>

A reabilitação urbana é promovida pelos municípios, resultando da aprovação da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a desenvolver nas áreas delimitadas, através de instrumento próprio ou de plano de pormenor de reabilitação urbana.

Tendo a Câmara Municipal de Redondo consciência da importância da reabilitação urbana, tem vindo a fazer um esforço significativo para melhorar a imagem da vila, quer ao nível do seu espaço público, quer ao nível do edificado, deu início à delimitação de uma ARU para a vila de Redondo e outra para a Vila de Montoito, optando-se por uma “...operação de reabilitação urbana sistemática”, a qual “... consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.”

#### **1.3.1. Área de Reabilitação Urbana da Vila de Redondo**

A delimitação da ARU da Vila de Redondo pretende consolidar o tecido urbano da Vila de Redondo, melhorar a funcionalidade dos espaços urbanos não edificados, promover a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, a melhoria da circulação viária, a implementação de sistemas inovadores de recolha de resíduos e a renovação das redes de águas, saneamento e eletricidade, bem como a implementação de redes de comunicações de acordo com as novas tecnologias de informação e comunicação.

A definição da ARU para a vila de Redondo tem como objetivos:

1. Reforçar a política de reabilitação e requalificação que tem vindo a ser tomada pela Câmara Municipal;

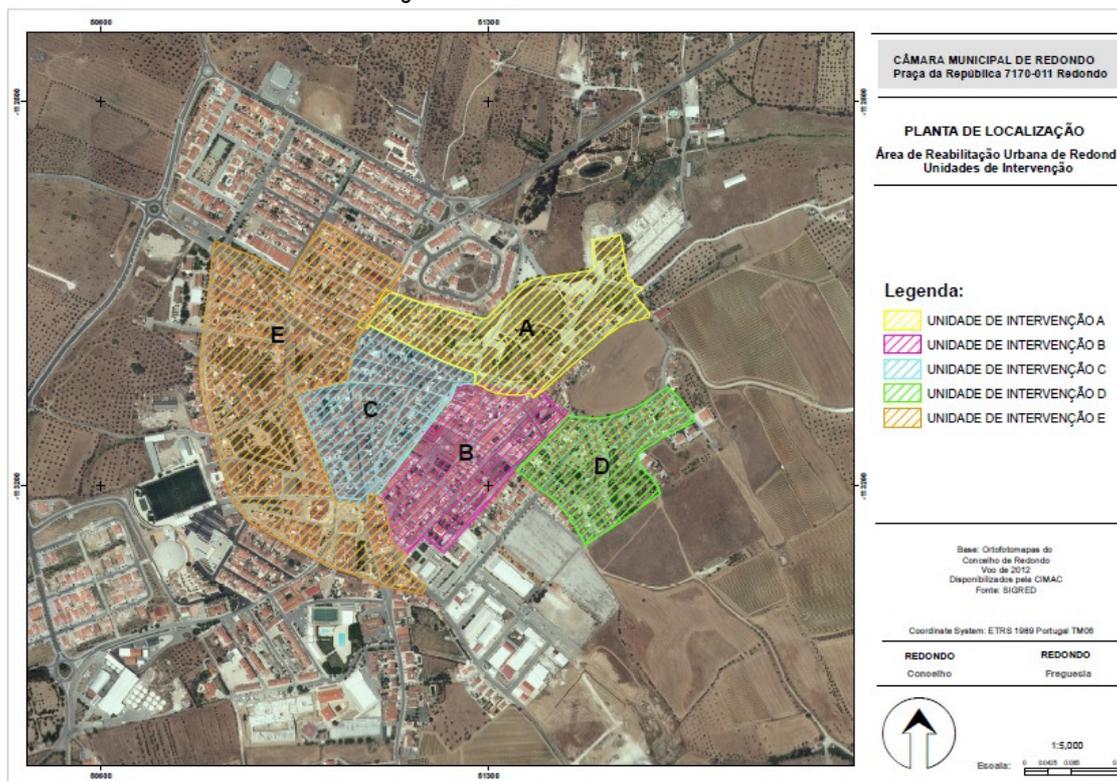
---

<sup>4</sup> Preâmbulo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto.

2. Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
3. Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação;
4. Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados;
5. Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;
6. Afirmar os valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
7. Modernizar as infraestruturas urbanas;
8. Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbano.
9. Fomentar a revitalização urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica;
10. Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes;
11. Requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva;
12. Recuperar espaços urbanos funcionalmente obsoletos, promovendo o seu potencial para atrair funções urbanas inovadoras e competitivas;
13. Promover a melhoria geral da mobilidade, nomeadamente através de uma melhor gestão da via pública e dos demais espaços de circulação;
14. Promover a criação e a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
15. Continuar o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver nos edifícios públicos quanto à adoção de critérios de eficiência energética e fomentar a adoção dos mesmos nos edifícios privados.

A ARU da Vila de Redondo é constituída por 5 unidades de Intervenção, tal como se pode verificar na figura seguinte.

Figura 160 - ARU da Vila de Redondo



Fonte: CMR

**Unidade A** - Unidade de intervenção da zona do Castelo e Praça D. Dinis, com a área de 7,03Ha .

**Unidade B** - Unidade de intervenção da zona poente da Vila que estabelece a ligação das unidades A e C às ruas de expansão, mas cuja malha é consequente e complementar das mesmas, com a área de 5,45 Ha.

**Unidade C** - Unidade de intervenção que irradia da Praça da República/Largo 25 de Abril, pela sua dimensão e porque ali confluem ruas importantes que fazem a ligação a diversas partes da vila, nomeadamente à Praça D. Dinis no Centro Histórico. Devido à proximidade da Câmara Municipal, Tribunal, Serviços de Finanças e instituições bancárias, o Largo 25 de Abril é um pólo de convergência de várias ruas – Rua 5 De Outubro, Rua Miguel Bombarda, Rua Manuel Joaquim da Silva, Rua de Montoito, todas ascendentes/descendentes na ligação à Praça D. Dinis, com a área de 5,03 Ha.

**Unidade D** – Unidade de intervenção que abrange nomeadamente o Bairro António Festas (Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Redondo), de características vincadamente sociais cuja construção remonta ao fim da década de 1940 e a sua envolvente com especial incidência na Mata, ponto alto com vista sobre grande parte da vila e um conjunto edificado que evidencia uma transição para o existente nas Unidades de Intervenção A e B e abrange uma área de 4,31 ha.

**Unidade E** – Unidade de intervenção contígua às unidades de intervenção B e C, prolonga a anterior definição destas e abrange, entre outros equipamentos, o Jardim Público, as antigas escolas primárias cujo objetivo é requalificar para Centro de Apoio à Criança, o antigo mercado municipal onde se instalará o Centro de Apoio às Microempresas (CAME), o antigo cinema municipal que se pretende transformar em Centro interpretativo das ruas Floridas, a nova sede do Núcleo de Redondo da Cruz Vermelha e onde se situam serviços de interesse como o serviço de Finanças, o tribunal, um Lar de Idosos, o Posto da GNR de Redondo e abrange uma área de 14,31 ha.

A ARU da Vila de Redondo abrange assim uma área total de 36,13ha.

Com o intuito de promover a requalificação urbana da vila a ARU trás os seguintes benefícios fiscais:

- Quanto ao IMI: Os prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana da vila de Redondo, que forem objeto de reabilitação até à extinção da ARU, beneficiam de redução de 50 % do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) durante cinco anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação;
- Quanto ao IMT: A primeira transmissão onerosa de prédio urbano ou fração autónoma localizado na Área de Reabilitação Urbana da vila de Redondo e que se destine exclusivamente a habitação própria e permanente, beneficia de redução de 50 % do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis);
- Quanto às taxas administrativas: As taxas administrativas cobradas pela Câmara Municipal de Redondo no âmbito dos processos relativos a ações de reabilitação em edifícios abrangidos pela ARU da vila de Redondo serão reduzidas em 50 %.

Nos últimos anos já se executaram algumas das unidades de intervenção, nomeadamente na Unidade A – Envolvente da zona do Castelo e Praça D. Dinis- já se procedeu a uma intervenção de fundo que requalificou toda a zona envolvente do Castelo e a sua ligação ao Núcleo Museológico do Convento de Santo António e a unidade C encontra-se terminada. Na Unidade B, realizou-se a recuperação de alguns equipamentos associativos, nomeadamente o Arquivo Municipal e o Mercado Municipal e procedeu-se a alterações de circulação viária, as quais necessitam ser complementadas com uma transformação qualitativa quer do ponto de vista viário, quer pedonal, que já se encontra em curso. A Unidade D ainda não sofreu intervenções e a Unidade E já foi requalificado o Jardim Municipal e o Antigo Cinema que passou a Centro Interpretativo das Ruas Floridas e o Antigo Mercado que passou a Centro de Apoio às Microempresas (CAME).

### **1.3.2. Área de Reabilitação Urbana da Vila de Montoito**

A ARU de Montoito contempla intervenções em espaço urbano e intervenções no edificado por parte dos agentes privados. A delimitação da ARU da Vila de Montoito abrange uma área de 9,67 ha (conforme

---

imagem abaixo) e é caracterizada pela existência de equipamentos públicos como o Parque de Feiras, o Centro Escolar-rede pré escolar e ensino básico, Casa do Povo onde funciona um lar de 3ª idade com alojamento, um Parque de Merendas e uma vasta área de terreno conhecido por Rossio, onde terminam um conjunto de arruamentos do reticulado típico da Vila.

Figura 161 - ORU de Montoito



Fonte: CMR, Doc.: "Áreas de Reabilitação Urbana da Vila de Redondo"

O conjunto de equipamentos referido determina a necessidade de uma intervenção na zona vazia do Rossio de modo a valorizá-la ambientalmente e a estabelecer circuitos de ligação entre a parte norte e a parte sul da mesma, a proteger de forma sustentada a proximidade do corredor da E.R.381. Acresce a mais-valia de fruição deste espaço depois de requalificado pelos utentes dos equipamentos coletivos existentes bem como a melhoria da ligação dos arruamentos da vila que nele convergem contribuindo para uma melhor acessibilidade e maior segurança quer para o trânsito de viaturas quer para o trânsito pedonal.

Estes objetivos serão conseguidos através da criação dum Parque Ambiental, já implementado, na zona do Rossio com as premissas atrás referidas.

A Área de Reabilitação Urbana proposta têm como objetivos consolidar o tecido urbano da Vila de Montoito, melhorar a funcionalidade dos espaços urbanos não edificados, promover a melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, a melhoria da segurança e circulação rodoviária, a

implementação de sistemas inovadores de recolha de resíduos e a renovação das redes de águas, saneamento e eletricidade, bem como a implementação de redes de comunicações de acordo com as novas tecnologias de informação e comunicação, evitar o despovoamento da vila e contribuir para o aumento de rendimentos.

Tal como acontece com a ARU da Vila de Redondo, também a ARU da Vila de Montoito está abrangida com os seguintes benefícios Fiscais:

- IMI: Os prédios urbanos localizados na Área de Reabilitação Urbana da vila de Redondo, que forem objeto de reabilitação até à extinção da ARU, beneficiam de redução de 50 % do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) durante cinco anos a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação;
- IMT: A primeira transmissão onerosa de prédio urbano ou fração autónoma localizado na Área de Reabilitação Urbana da vila de Redondo e que se destine exclusivamente a habitação própria e permanente, beneficia de redução de 50 % do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis);
- Taxas administrativas: As taxas administrativas cobradas pela Câmara Municipal de Redondo no âmbito dos processos relativos a ações de reabilitação em edifícios abrangidos pela ARU da vila de Redondo serão reduzidas em 50 %.

### **1.3.2. Sistemas de Transportes e Mobilidade**

Tendo por base o “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central” (Novembro/2019), os residentes do Alentejo Central realizaram, em 2011, 89 670 viagens pendulares (por motivo de trabalho ou estudo), menos 6,3% que em 2001, o que pode ser explicado pela redução populacional de 0,4% verificada no mesmo período. Das viagens realizadas em 2011, 75 276 (83,9%) são intraconcelhias, (48,4% realizam-se dentro da mesma freguesia e 35,5% realizam-se para outras freguesias do concelho) e 14 404 viagens (16,1%) têm como destino outros concelhos.

As viagens intraconcelhias diminuíram 8,0% entre 2001/2011, enquanto as viagens interconcelhias aumentaram 4,7%.

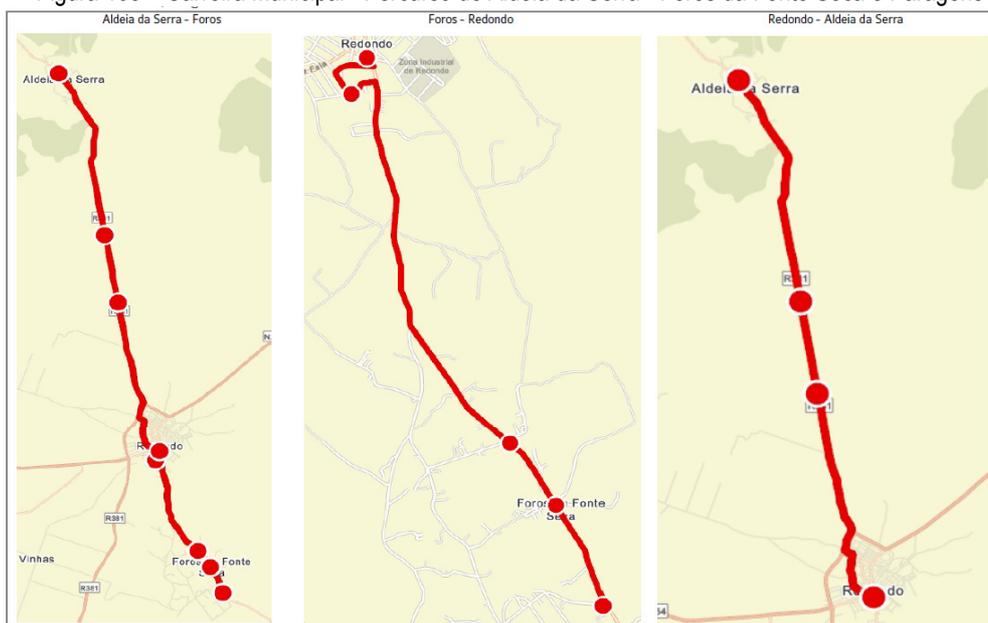
As viagens intrafreguesias são mais representativas nos concelhos de Montemor-o-Novo, Mourão e Redondo, onde constituem mais de 70% das viagens. As viagens para outras freguesias do mesmo concelho são mais representativas em Évora (62,0%), seguindo-se Estremoz (36%) e Montemor-o-Novo (29%). Nos municípios de Vendas Novas e Redondo estas viagens representam menos de 10% do total.

O Município de Redondo tem assegurada a ligação de todos os aglomerados urbanos e a sede de Concelho no período escolar através de Carreiras Municipais, tal como se pode verificar nas imagens seguintes.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 163 – Carreira Municipal - Percurso de Aldeia da Serra - Foros da Fonte Seca e Paragens



Código	Origem	Destino	Extensão	Dia útil PE	Dia útil PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
5.1.a	ALDEIA SERRA	REDONDO	7.88	08:10:00	-	-	-	Periodo Escolar exp. Sabados, Domingos e Feriados
5.1.b	ALDEIA SERRA	REDONDO	7.88	17:58:00	-	-	-	Periodo Escolar exp. Sabados, Domingos e Feriados
5.1.c	REDONDO	FOROS	3.53	07:43:00	-	-	-	Periodo Escolar exp. Sabados, Domingos e Feriados
5.1.d	REDONDO	FOROS	3.53	17:40:00	-	-	-	Periodo Escolar exp. Sabados, Domingos e Feriados

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

Figura 164 – Carreira Municipal - Percurso Freixo-Redondo e Paragens

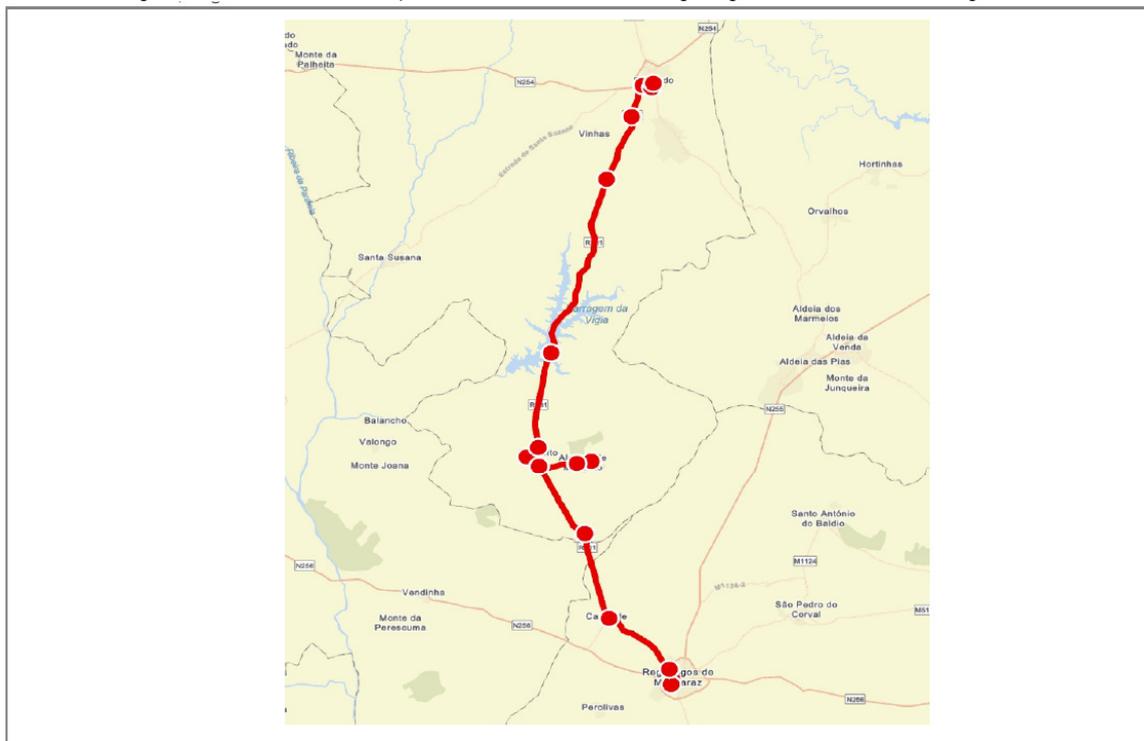


Código	Origem	Destino	Extensão	Dia útil PE	Dia útil PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
10.1.a	FREIXO	REDONDO	11.40	07:00:00	-	-	-	Periodo Escolar exp. Sabados, Domingos e Feriados

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 165 – Carreira Municipal - Percurso Redondo - Reguengos de Monsaraz e Paragens



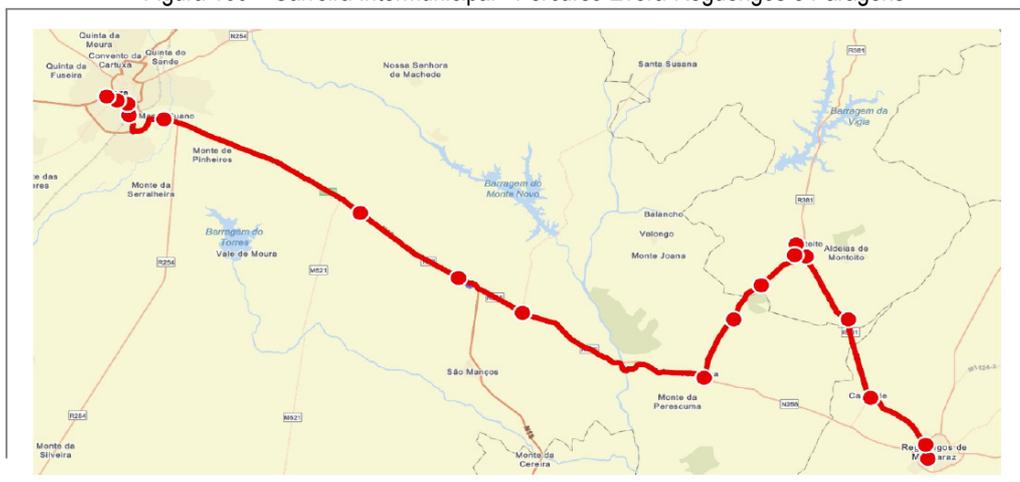
Código	Origem	Destino	Extensão (km)	Dia útil PE	Dia útil PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
10.1.a	REDONDO	REGUENGOS MONSARAZ	33,8	08:30:00	-	-	-	Periodos Escolares exp. Sabados, Domingos e Feriados e feriado de Reguengos
10.1.b	REDONDO	REGUENGOS MONSARAZ	33,8	18:10:00	-	-	-	Periodos Escolares exp. Sabados, Domingos e Feriados
10.2.a	REGUENGOS MONSARAZ	REDONDO	33,8	07:20:00	-	-	-	Periodos Escolares exp. Sabados, Domingos e Feriados

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

Para além das carreiras principalmente relacionadas com o transporte escolar, existem também carreiras intermunicipais que fazem a ligação da sede de concelho a Reguengos de Monsaraz, a Évora, a Vila Viçosa e ao Alandroal e cujos diagramas se apresentam nas figuras seguintes.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 166 – Carreira Intermunicipal - Percurso Évora-Reguengos e Paragens

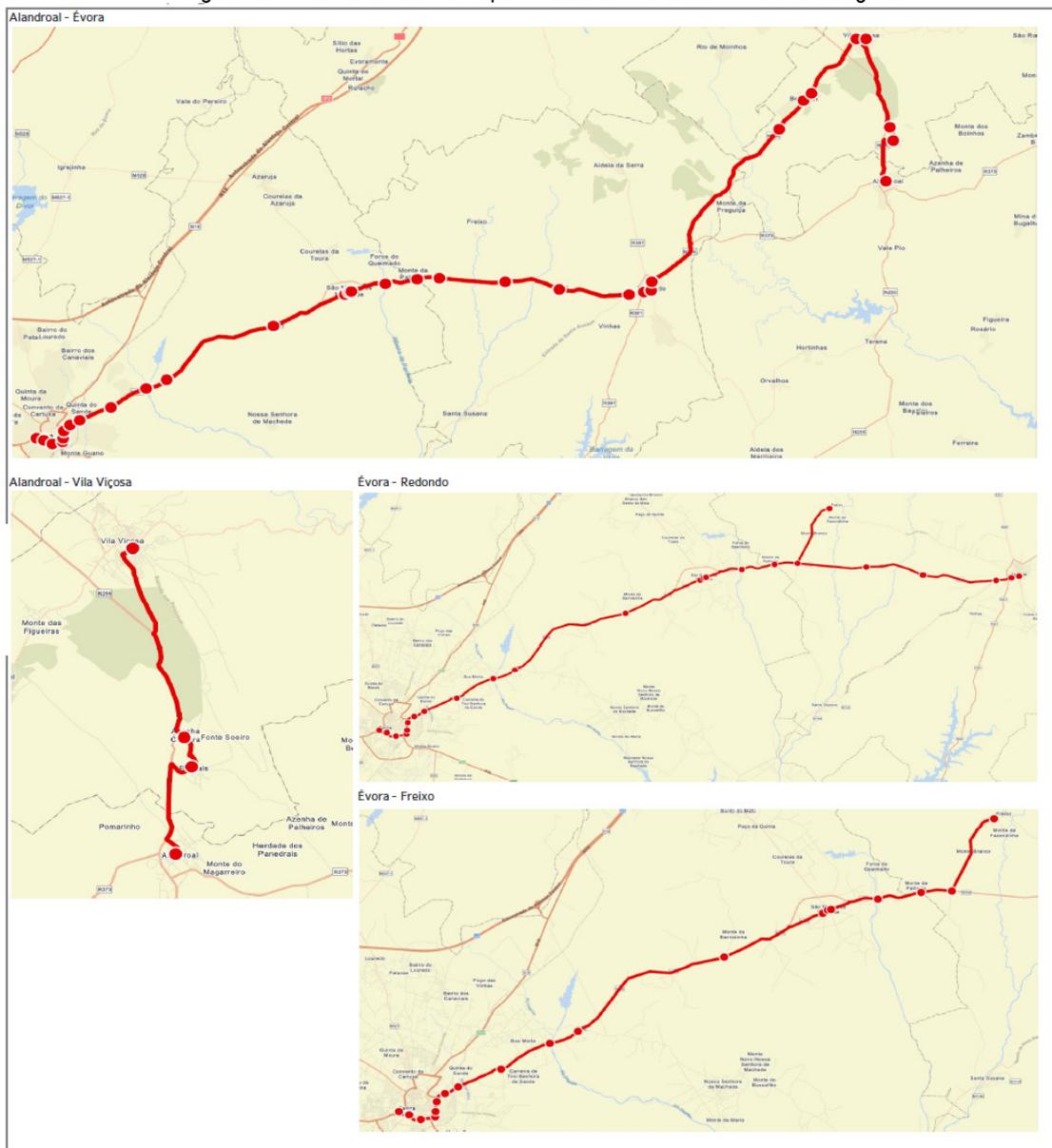


Código	Origem	Destino	Extensão (km)	Dia útil PE	Dia útil PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
5.1.a	EVORA	REGUENGOS	67,8	06:40:00	-	-	-	Periodos Escolares - exp. Sabados, Domingos e Feriados
5.1.b	EVORA	REGUENGOS	67,8	-	17:10:00	-	-	Periodos Não Escolares - exp. Sabados, Domingos e Feriados, 2ª feira Páscoa e 3ª feira Carnaval
5.1.c	EVORA	REGUENGOS	67,8	17:45:00	-	-	-	Periodos Escolares - exp. Sabados, Domingos e Feriados

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

Figura 167 – Carreira Intermunicipal - Percurso Alandroal - Évora e Paragens



Código	Origem	Destino	Extensão (km)	Dia útil PE	Dia útil PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
15.2.a	EVORA	ALANDROAL	74,0	13:00:00	13:00:00	-	-	Dias uteis exp Feriados, 3ªfeira Carnaval e 2ªfeira Pascoa
15.1.a	ALANDROAL	VILA VIÇOSA	10,0	06:55:00	-	-	-	Periodos Escolares exp. Sabados, Domingos e Feriados
15.2.b	VILA VIÇOSA	ALANDROAL	10,0	-	14:20:00	-	-	Periodo Não Escolar exp. Sabados, Domingos e Feriados, 2ªfeira Pascoa e 3ª feira Carnaval

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

Para além das carreiras intermunicipais, o concelho de Redondo é também servido por carreiras inter-regionais no percurso Elvas – Évora e Évora –Elvas, com várias paragens.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO  
 ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

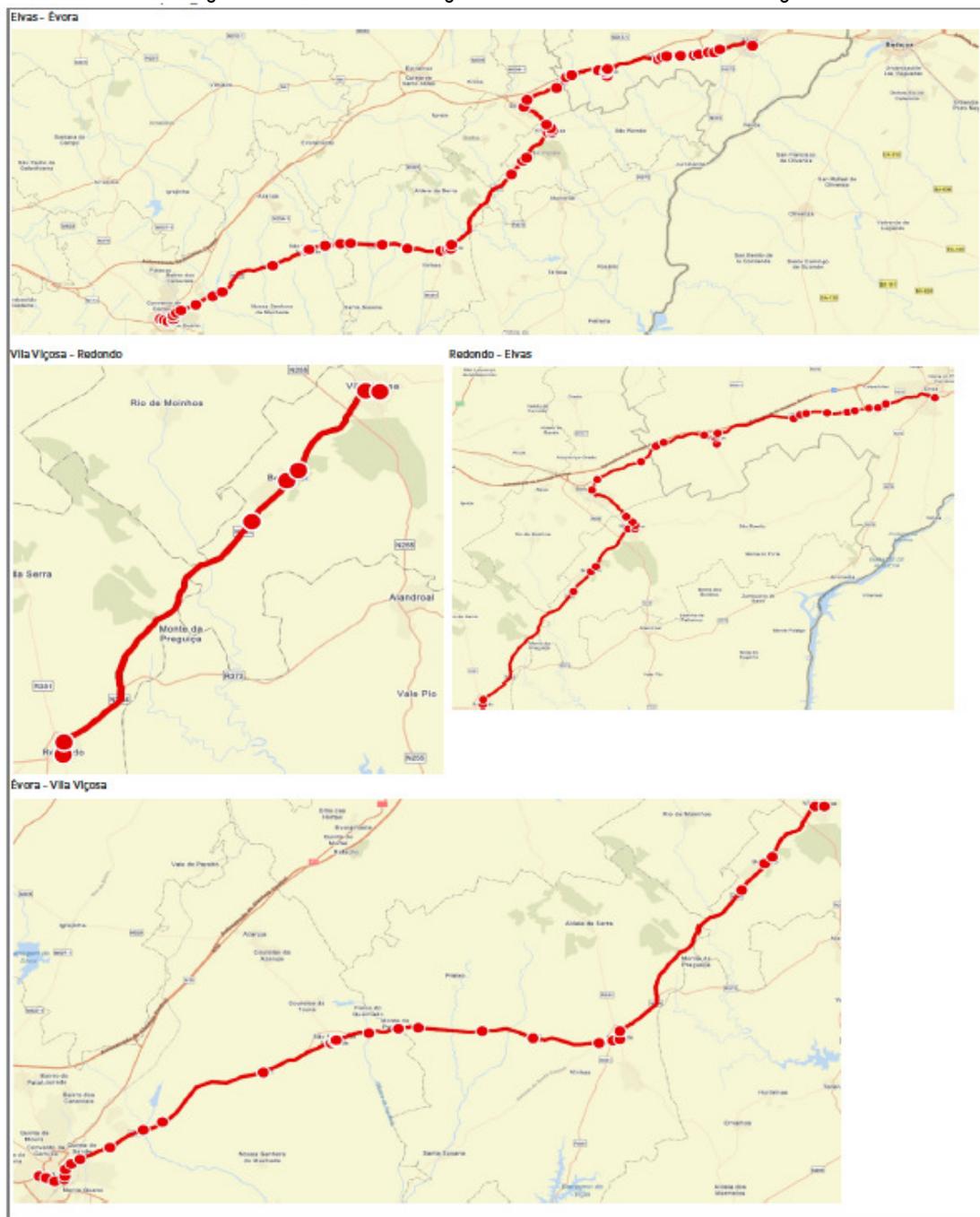
Figura 168 - Carreira Inter-Regional - Percurso Elvas - Évora e Paragens



Código	Origem	Destino	Extensão (km)	Dia útil PE	Dia útil PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
855B.1.a	ELVAS	ÉVORA	91,4	16:00:00	16:00:00	-	-	Todo ano às 6 <sup>h</sup> , feiras
855B.1.b	ELVAS	ÉVORA	91,4	07:10:00	07:10:00	-	-	Dias úteis

Fonte: CIMAC; "Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central"

Figura 169- Carreira Inter-Regional - Percurso Elvas - Évora e Paragens



Código	Origem	Destino	Extensão (km)	Dia (di) PE	Dia (di) PNE	FS PE	FS PNE	Frequência
8976.1.a	ELVAS	ÉVORA	92,4	-	13:30:00	-	-	Período Não Escolar, exp. Sábados, Domingos e Feriados, 3ª feira de Carnaval, 2ª feira de Páscoa
8976.1.b	ELVAS	ÉVORA	92,4	13:45:00	-	-	-	Período Escolar, exp Sábados, Domingos e Feriados

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

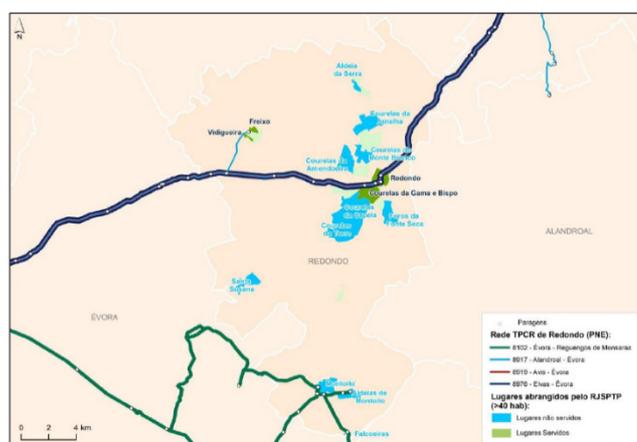
No que concerne às ligações dos lugares à sede de concelho constata-se que:

- A oferta é muito diferenciada entre o Período Escolar (PE) e o Período Não Escolar (PNE), sendo que neste último período são suprimidos muitos dos serviços regulares;
- No PE apenas 1 lugar com mais de 40 residentes (Courelas do monte branco) não dispõe dos níveis mínimos de serviço;
- No PNE o número de lugares que não dispõe dos níveis de serviço ascende a 12 abrangendo cerca de 2557 residentes.

Figura 170 - Cobertura da Rede de TPCR no Município de Redondo – PE



Figura 171 - Cobertura da rede de TPCR no Município de Redondo – PNE



Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

Quadro 154 - Lugares que não cumprem os níveis mínimos de serviço

Lugares que não cumprem	PE - População Residente	PNE - População Residente
Aldeias de Montoito		470
Falcoeirias		99
Montoito		696
Foros da Fonte Seca		435
Gafanhas		30
Santa Suzana		334
Aldeia da Serra		140
Courelas da Arnalha		49
Courelas da Amendoeira		45
Courelas da Capela		133
Courelas da Torre		79
Courelas do Monte Branco	47	47
Nº Lugares	1	12
População não servida	47	2557

Fonte: CIMAC; “Estudo para a contratualização dos Serviços TPCR no Alentejo Central”

O Município de Redondo apenas constata uma necessidade de reforço de transporte das ligações Montoito – Redondo no PNE e reforço na ligação Montoito – Redondo com uma carreira no período da hora de almoço.

No que concerne à mobilidade sustentável o Município de Redondo pretende continuar a implementar medidas que contribuam para uma mobilidade sustentável, tais como:

- O desenvolvimento de espaços pedonais qualificados nas áreas centrais, o controlo do acesso automóvel nas zonas históricas ou a moderação da circulação nos bairros residenciais;
- Criação de redes de circulação de peões e bicicletas, quer através do recurso a espaços dedicados, quer pela partilha controlada do espaço viário;
- Implementação de serviços de bicicletas públicas, como modo de transporte complementar para deslocações de curta distância baseadas no local de emprego ou escola, ou mesmo para acesso à rede de transportes coletivos.

É de salientar que foi criada uma circular poente em redor da Vila de Redondo com o objetivo de diminuir o trânsito automóvel dentro da Vila, podendo proporcionar para os cidadãos uma maior segurança e reduzir a poluição causada pelos transportes rodoviários. O Município de Redondo têm vindo a requalificar a Vila de Redondo, tal como já se referiu no ponto anterior, de forma a criar melhores condições para os habitantes se deslocarem a pé ou de bicicleta.

Dispõe também de um posto de abastecimento elétrico na Zona Industrial de Redondo, oferecido pela Rede MOBI.E, fornecendo abastecimento gratuito, de forma a promover a aquisição de transportes elétricos.

## 2. INFRAESTRUTURAS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO

### 2.1. Abastecimento de Água

Segundo o REOT (Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território Municipal), desde 1903 que a Vila de Redondo possui abastecimento de água canalizada, sendo a mesma proveniente das nascentes da Serra d' Ossa (Herdade dos Mamões e Vale de Abraão). Durante anos foi um serviço de água para consumo geral e público, gratuito, não havendo distribuição domiciliária, sendo a mesma efetuada em 3 fontanários. Em 1928 foi projetado o serviço de abastecimento particular e domiciliário à vila de Redondo. O reservatório da Boavista foi construído por volta dos anos 40 com uma capacidade de 500m<sup>3</sup>, enterrado, dando início à distribuição domiciliária à Vila de Redondo.

Nos anos 80 e devido ao aumento das necessidades de água, os concelhos de Redondo e Reguengos de Monsaraz iniciam a exploração da Barragem da Vigia em parceria com a Associação de Beneficiários da Obra da Vigia (ABO Vigia). A conduta adutora entre a Estação de Tratamento de Água (ETA) da Vigia e a Vila de Redondo é em fibrocimento de 200 mm de diâmetro, sendo a partir da ETA até às Falcoeirias de PEAD com 250 mm de diâmetro.

A Aldeia da Serra e os Foros da Fonte Seca ficaram também dotados de rede de distribuição de água no final de 1981 início 1982. A Aldeia da Serra possui um reservatório enterrado de 80 m<sup>3</sup>, da responsabilidade do município, sendo a rede de fibrocimento com 80mm de diâmetro. Este aglomerado é abastecido através dos poços da Candeeira grande parte do ano.

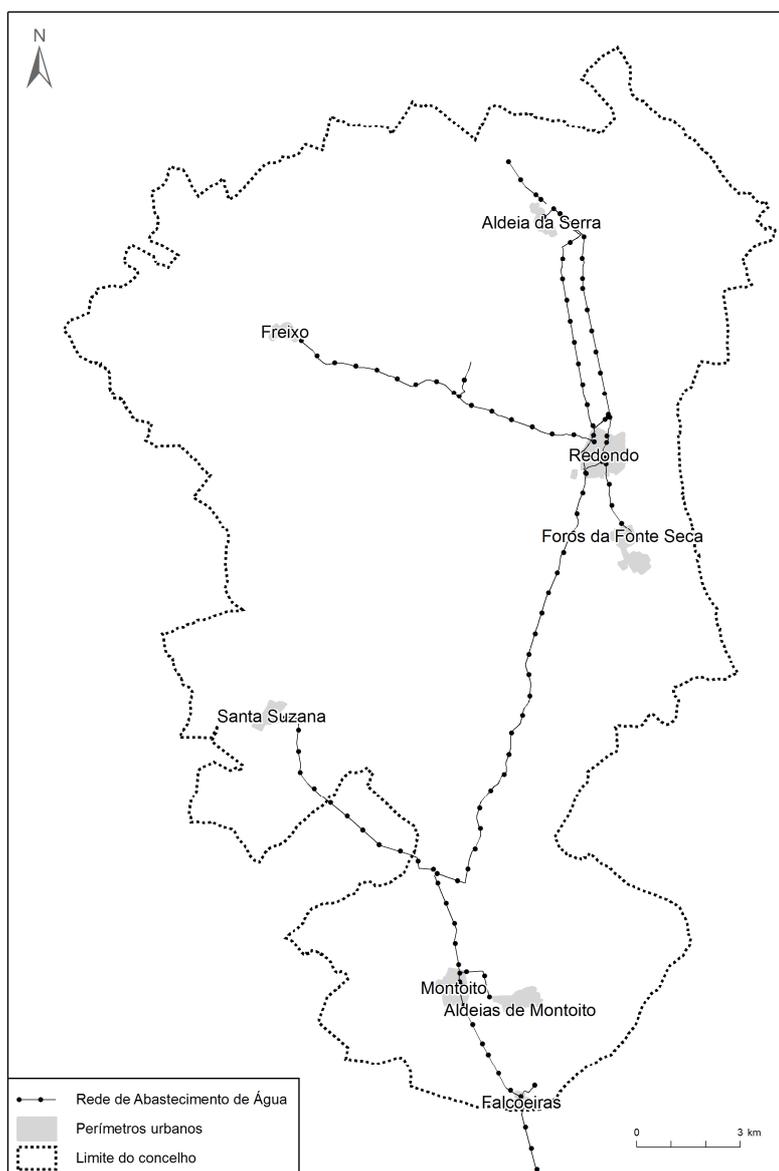
Em 1997, devido à redução de caudal registados nos meses de verão, foi construída uma adutora em fibrocimento de 160 mm, que tem como objetivo fazer o reforço aos poços da Candeeira. A Aldeia da Serra é abastecida pelo sistema de abastecimento da Candeeira diferenciado dos restantes aglomerados do Concelho. O Município de Redondo é atualmente responsável pela Rede de Distribuição em Alta e Baixa neste sistema.

O abastecimento estendeu-se aos aglomerados a sul do Concelho: Montoito, Aldeias de Montoito e Falcoeirias, em 1982. A conduta de distribuição era inicialmente em fibrocimento de 80mm, e ainda se mantém, excepcionalmente alguns troços foram sendo substituídos por PVC (o standard das canalizações de alta e baixa pressão até anos recentes, de policloreto de vinil) de 90 mm, devido à ocorrência de roturas. Em 1981, foi igualmente construído um reservatório de 70 m<sup>3</sup> com a função de distribuição, da responsabilidade do município de Redondo. Um ano mais tarde, em 1983, a rede de distribuição de água estendeu-se a Santa Susana. Foi construído um reservatório de superfície de 80 m<sup>3</sup>, da responsabilidade do Município, sendo a rede é em PVC de 63 a 90 mm e de 6 3mm de PEAD (polietileno de alta densidade). A adução de água para Santa Susana é feita partir de uma adutora em PVC de 90mm ligada diretamente à ETA da Vigia.

---

Em 1984 a aldeia do Freixo ficou dotado de rede de distribuição de água com a construção do reservatório de superfície com capacidade de 80m<sup>3</sup>, da responsabilidade do Município. A rede de distribuição é em PVC de 90 mm.

Figura 172 – Rede de abastecimento de água no Concelho



Fonte: SIG municipal

A adução de água até ao reservatório do Freixo é feita por uma adutora em PVC de 90mm. Uma vez que os Forós da Fonte Seca se encontram aproximadamente a 1Km da Vila de Redondo a distribuição de água está ligada diretamente à rede da Vila de Redondo por uma conduta distribuidora em PVC de 110 mm. A rede dos Forós da Fonte Seca é em PVC de 90 mm.

Todos os aglomerados a Norte da ETA da Vigia são abastecidos pela adutora de 200 mm em ferro dúctil, até ao Reservatório da Boavista com 2000 m<sup>3</sup> capacidade, da responsabilidade da AdLVT.

Em 2005 deu-se início à construção da rede de distribuição de água na área agrícola específica das Vinhas. Nos últimos anos a rede de distribuição de água tem sido alargada às áreas agrícolas limítrofes à Vila de Redondo (ex. Courelas Monte Branco, Courelas da Amendoeira, Courelas da Arnalha e Courelas das Roucas).

Desde o final de 2014 o Município de Redondo tem vindo a substituir a rede de abastecimento de água no centro histórico da Vila de Redondo, por novas condutas em PEAD com gama entre diâmetros os 75 mm a 200 mm.

Atualmente a rede de distribuição de água é constituída por 2 sistemas de abastecimento: a Candeeira e Vigia. Em 2005 a AdCA ficou com a responsabilidade do Sistema de abastecimento em alta de todo o concelho, excetuado o sistema de abastecimento da Candeeira.

O Município de Redondo possui uma rede de distribuição de água para consumo humano que cobre cerca de 99% das habitações. Existindo mais de 4000 consumidores com contrato de fornecimento de água.

## **2.2. Saneamento de Água**

Segundo o REOT, a construção da rede de saneamento da Vila de Redondo iniciou-se em 1977. Era um sistema unitário em grés cerâmico de 200 mm, com escoamento gravítico. Atualmente esta rede ainda se mantém. De qualquer modo, após os investimentos iniciais do período pós 25 de abril de 1974, os quais tentaram de forma rápida e eficiente resolver os problemas acumulados por um Estado cuja despesa pública estava inteiramente direcionada para a guerra colonial, entre 1997 e 2000 foram construídas Estações de Tratamento de Águas Residuais com o objetivo de melhorar substancialmente a qualidade do ambiente natural.

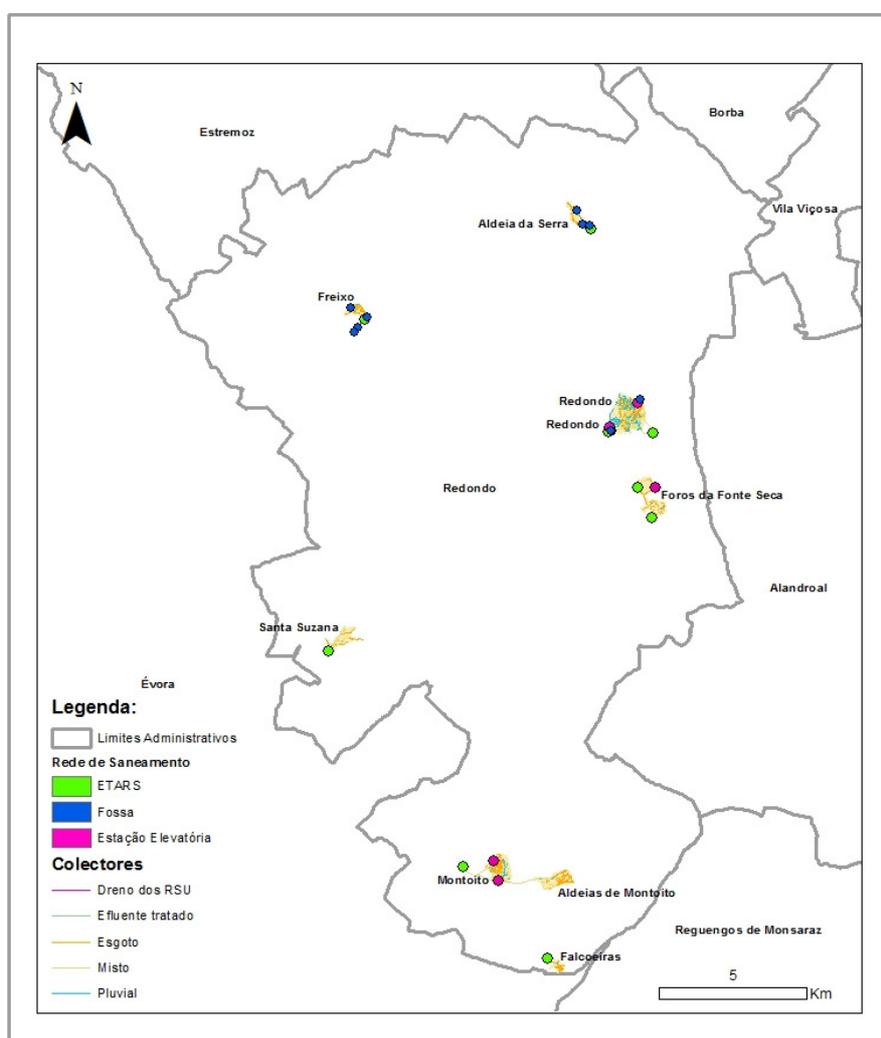
Os restantes aglomerados urbanos inicialmente eram dotados de fossas sépticas de filtros de areia. A rede de coletores nos vários aglomerados era inicialmente em grés cerâmico, sendo os vários alargamentos da rede já efetuados em PVC.

Em 2005 ocorreu a transferência da responsabilidade da rede de saneamento em alta para as Águas do Centro Alentejo (AdCA). Desde aí que as fossas sépticas foram sendo substituídas por ETAR's, atualmente da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT). As águas residuais do concelho de Redondo são todas tratadas em ETAR's.

Atualmente o município de Redondo é responsável pela rede de saneamento em baixa e a gestão de duas Estações Elevatórias (EE), a EE da Quinta da Faia, em Redondo, e uma EE dos Foros da Fonte Seca, na localidade com o mesmo nome.

A figura seguinte, com origem no REOT e que pretende apenas ser ilustrativa deste tema, mostra as grandes ligações das redes de saneamento que servem as principais aglomerações do Concelho. Trata-se de um tema que será objeto de uma análise mais detalhada ao nível das propostas a delinear nas fases subsequentes do processo de revisão do PDM.

Figura 173 - Redes de saneamento no Concelho de Redondo

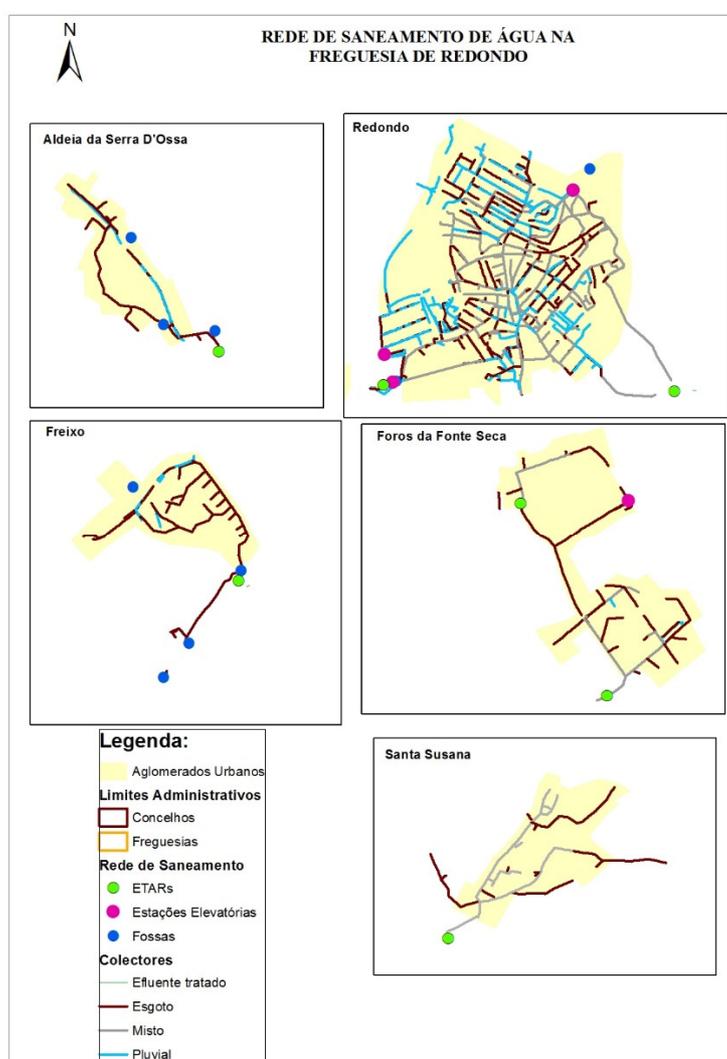


Fonte: CMR, REOT

As Figuras seguintes ilustram a rede de Saneamento em pormenor por Aglomerado Urbano. Pode-se constatar que na Freguesia de Redondo os coletores são unitários e mistos na Aldeia da Serra D'Ossa, no

Freixo, Foros da Fonte Seca e Santa Susana. Na Vila de Redondo já existe rede separativa nas zonas de recente expansão urbana, nomeadamente no loteamento da Quinta da Faia, na zona de expansão da Zona Industrial de Redondo e em algumas zonas do loteamento da Tapada a norte da vila. A zona mais antiga da Vila encontra-se ainda com rede unitária. Todos os Aglomerados Urbanos da Freguesia de Redondo estão abastecidos de ETARs, uma na Aldeia da Serra, Freixo e Santa Susana e duas ETARs na Vila de Redondo e nos Foros da Fonte Seca. Estações Elevatórias existem 3 na Vila de Redondo e 1 nos Foros da Fonte Seca.

Figura 174 - Rede de Saneamento de Água na Freguesia de Redondo

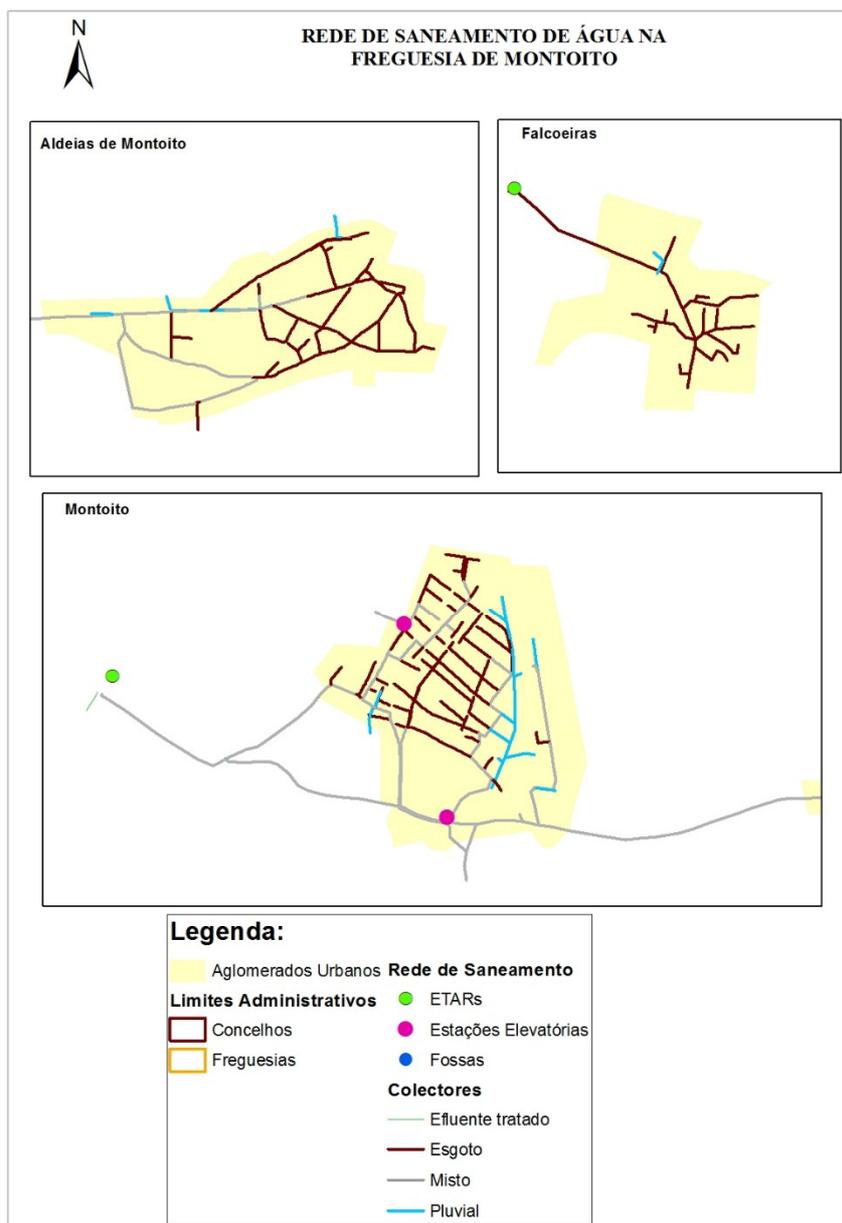


Fonte: CMR

Na Freguesia de Montoito, os Colectores de Saneamento são essencialmente de Esgotos, verificando-se uma rede separativa de águas pluviais na Vila de Montoito na Zona atualmente requalificada, junto à ER

381. As Aldeias de Montoito, devido à proximidade à vila de Montoito não têm ETAR, uma vês que se encontra ligada a Montoito. Assim sendo, na Freguesia de Montoito existem apenas 2 ETARs, uma em Montoito e outra nas Falcoeiras.

Figura 175 - Rede de Saneamento de Água na Freguesia de Montoito



Fonte: CMR

### 3. INFRAESTRUTURAS DE ENERGIA

#### 3.1. Eletricidade

A rede de abastecimento de energia elétrica constitui uma das infraestruturas territoriais mais importantes pois possibilita a satisfação das condições necessárias que garantem o bom desempenho das atividades económicas e o bem-estar das populações atuais e futuras. Neste enquadramento, o processo de análise e diagnóstico da rede elétrica existente e prevista é uma etapa decisiva para avaliar a situação atual e estruturar a visão estratégica de desenvolvimento futuro do Concelho. Tendo em conta os aspetos atrás mencionados, podem ter-se em conta os seguintes objetivos:

- Descrever a evolução dos consumos da energia elétrica por sectores de atividades e sua relação com as condições funcionais da rede de energia elétrica, que determinam a sua capacidade global;
- Analisar as infraestruturas do território associado à produção, transformação e distribuição de energia elétrica;
- Identificar eventuais condicionamentos existentes e futuros à ocupação urbana associados à existência de servidões e restrições que se destinam a garantir o carácter de utilidade pública da rede elétrica e as questões de segurança.

A metodologia adotada para caracterizar e avaliar a rede de distribuição de energia elétrica contemplou, numa primeira fase, a caracterização da procura agregada de energia decorrente do atual modelo de desenvolvimento do Concelho, com base nos dados estatísticos da DGEG. A segunda fase envolveu uma análise rigorosa das infraestruturas energéticas existentes e previstas no Concelho, com base em elementos fornecidos pelos serviços da Câmara Municipal e pelas entidades concessionárias da rede de energia elétrica, nomeadamente a EDP Distribuição – Energia, S.A e REN – Rede Elétrica Nacional, S.A..

Através da condução de ações de processamento ao nível de SIG (tais como a agregação das informações cadastrais obtidas, a respetiva avaliação através da análise de fotografia aérea complementada pela informação do levantamento de campo e preparação do mapeamento das redes existentes e projetadas) foi realizada a sistematização da distribuição espacial das infraestruturas energéticas no Concelho.

Esta organização dos conteúdos da rede de energia elétrica será posteriormente (fases seguintes do processo de revisão do PDM de Redondo), associada ao conjunto de servidões e restrições de utilidade pública que enformarão, tal como previsto na legislação, a carta de condicionantes.

### **3.1.1. Rede de Alta e Média tensão**

No âmbito do processo de revisão do PDM de Redondo, no que respeita à definição do ordenamento e das condicionantes respetivas, serão tidos em conta os seguintes instrumentos legais:

- O Decreto-lei n.º 26.852, de 30 de Julho de 1936, simplificado pelo Decreto-lei n.º 101/2007, de 2 de Abril que estabelece o Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas (RLIE);
- o Decreto-Lei n.º 43.335, de 19 de Novembro de 1960, na matéria relativa à implantação de instalações elétricas e à constituição de servidões;
- o Decreto-Lei n.º 446/76, de 5/06 que determina a existência de corredores de proteção para linhas de alta tensão;
- o Decreto-Lei n.º 1/92, de 18 de Fevereiro que estabelece o Regulamento de Segurança de Linhas de Alta Tensão (RSLEAT);
- o Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na redação do Decreto -Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

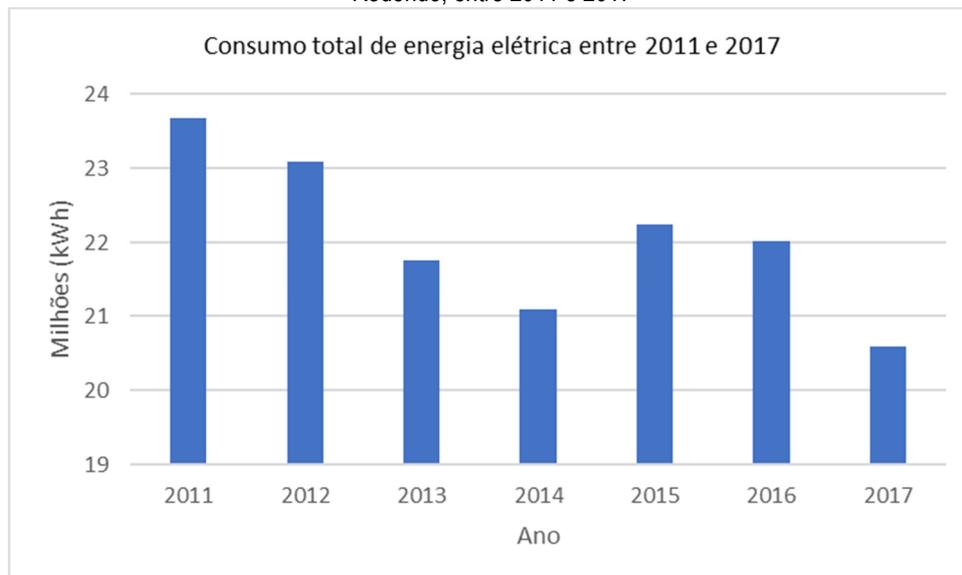
### **3.1.2. Rede de Baixa Tensão**

Relativamente à rede de distribuição em baixa tensão, importa ter presentes os seguintes instrumentos legais:

- Decreto-lei n.º 26.852, de 30 de julho de 1936, simplificado pelo Decreto-lei n.º 101/2007 de 2 de Abril de 2007;
- Decreto-Lei n.º 43.335, de 19 de Novembro de 1960;
- Decreto Regulamentar n.º 90/84, de 26 de Dezembro que estabelece o Regulamento de Segurança das Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão (RSRDEEBT).

De acordo com dados do INE o consumo total de energia elétrica consumida entre 2011 e 2017 apresentou uma tendência de baixa, tendo o seu valor mais elevado de consumo sido no ano de 2011 ( $\cong$  23, 6 milhões de kWh) e o ano de menor consumo registado em 2017 ( $\cong$  20,5 milhões de kWh).

Figura 176 – Quantidade de consumo total de energia elétrica (em milhões de quilovátios por hora), no concelho de Redondo, entre 2011 e 2017



Fonte: INE

A observação destes dados em períodos de observação longos, mostra, como seria de esperar, uma preponderância dos consumos domésticos, enquanto os relativos à “Iluminação das vias públicas” e à “Iluminação do interior de edifícios do Estado”, correspondem a menores consumos. Aliás, estes indicadores de consumo energético servem exatamente, por razões óbvias, para diferenciar entre áreas urbanas e rurais.

O Município de Redondo em colaboração com a CIMAC num projeto financiado pelo European Energy Efficiency Fund (EEEF) tem vindo a substituir todas as luminárias existentes no Concelho de Redondo por lâmpadas de menor consumo.

### 3.2. Gás

No Concelho de Redondo apenas existe rede de abastecimento de gás natural na Vila de Redondo, no Loteamento da Quinta da Faia, existindo depois distribuidores licenciados de gás butano.

### 3.3. Energias alternativas

Em Portugal, a utilização de energia proveniente de fontes endógenas renováveis constitui o vetor central do modelo energético preconizado pelo governo na ENE 2020 (Estratégia Nacional para a Energia, 2020, Presidência do Conselho de Ministros). A aposta nas energias renováveis visa um desenvolvimento territorial articulado com o quadro de sustentabilidade económica e ambiental global, bem como com a promoção de melhores condições para a competitividade, o crescimento e a independência energética e

financeira do País. Neste sentido, o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER 2020) identifica três eixos estratégicos fundamentais para o desenvolvimento das fontes de energia renovável, nomeadamente: Eletricidade, Aquecimento e Arrefecimento e Transportes. Paralelamente, a articulação entre fontes renováveis e eficiência energética surge como um elemento chave para responder com maior flexibilidade tanto às condicionantes de natureza ambiental como aos determinantes decorrentes da evolução dos consumos de energia (CCDR Alentejo, 2014).

No âmbito das grandes linhas estratégicas de desenvolvimento do Alentejo previstas pelo Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 (PORALENTEJO 2020), a questão das energias renováveis constitui um tema de grande significado sobretudo considerando o raciocínio de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo definido pela Comissão Europeia (CCDR Alentejo, 2014).

Deste modo, a necessidade de um posicionamento estratégico das câmaras municipais, em particular, no que se refere à produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis constitui um tema de grande significado. Neste enquadramento, a integração da avaliação do potencial de energia renovável no contexto da revisão do PDM, representa uma etapa fundamental em termos estratégicos para promover o balanço entre oferta e procura e garantir a mudança de paradigma substancial, quer na forma de conceber áreas urbanas mais eficientes do ponto de vista energético, quer na estruturação de áreas rurais produtoras de energia limpa.

A oferta de fontes de energias renováveis está dependente de uma ampla gama de soluções que, devido à sua especificidade tecnológica e abrangência física/espacial, impõem uma articulação integrada com o território e os instrumentos de planeamento elegíveis para uma implementação e gestão eficiente dos recursos endógenos disponíveis.

Têm existido alguma procura por parte de privados na procura de terrenos para o aproveitamento extensivo de energia solar por recolha fotovoltaica, no entanto aguarda-se a revisão do PDM de Redondo para que esses projetos possam ter enquadramento, uma vez que, de momento e com o atual PDM, não têm enquadramento. É uma área na qual o Município está desperto e apoia a criação de soluções energéticas eficientes, no entanto terá de se verificar os impactos que essas instalações poderão ter no território, nomeadamente o seu forte impacte negativo na disponibilidade de solo agrícola.

De qualquer modo, seja qual for o projeto de aproveitamento de energias renováveis com fator de produção acima da potência prevista na legislação, ele terá de ser objeto de EIA (Estudo de Impacte Ambiental).

#### **4. SISTEMA DE RECOLHA, DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS**

##### **4.1. Resíduos urbanos**

O Município de Redondo está integrado no Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos do distrito de Évora (SIRU), cuja exploração e gestão se encontra adjudicada à GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EM.

O serviço de recolha, transporte e destino final dos resíduos indiferenciados produzidos no concelho é da competência e responsabilidade do Município.

Existem 454 contentores para recolha de RU indiferenciados de 800L e 21 contentores de 1100L distribuídos por todo o concelho. Estão implementados 10 circuitos diferentes de recolha, que variam consoante o dia da semana de modo a fazer a face às necessidades de cada zona.

Na Vila de Redondo, a recolha é efetuada diariamente, com exceção dos Domingos. Nos restantes aglomerados, a recolha é realizada 2 ou 3 vezes por semana.

A quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos no concelho tem vindo a diminuir, tendo de se verificado uma redução acentuada no ano de 2012, fato que poderá ser reflexo da crise económica sentida em 2011/2012.

No concelho de Redondo existem 36 ecopontos sendo a gestão da recolha seletiva (colocação, distribuição e recolha de ecopontos) dos resíduos recicláveis da total competência e responsabilidade da GESAMB.

Os resíduos recicláveis são colocados pelo munícipe nos ecopontos sendo que em 2017 existia uma média de 191 habitantes por ecoponto e, em 2016, foram recolhidas 103,1 toneladas de resíduos recicláveis.

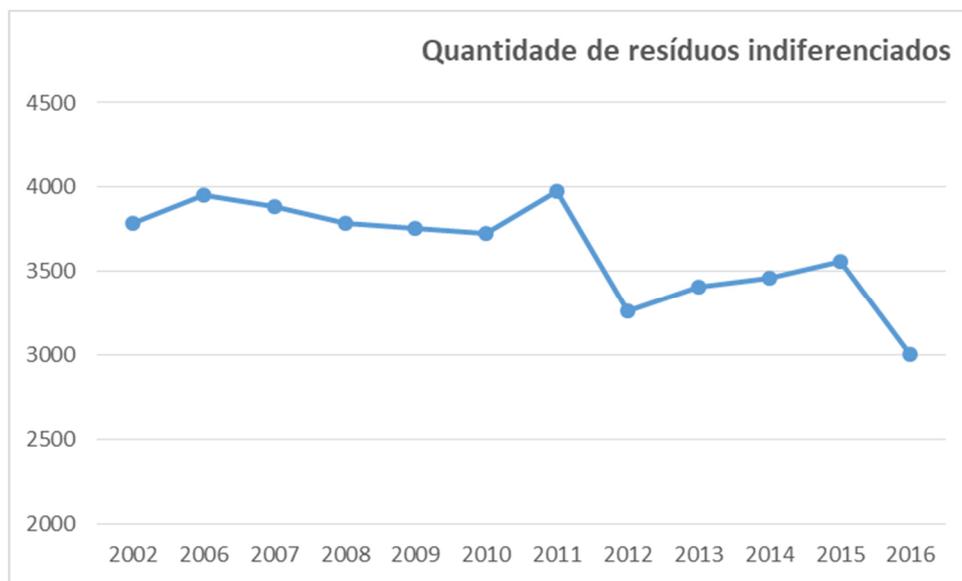
Existem pilhões em cada bateria de ecopontos localizados no concelho e 8 pontos de recolha de óleos alimentares usados, os oleões.

Para além das estruturas instaladas, interessa ter presente os resultados de recolha de vários tipos de resíduos, pois são esses resultados que, por um lado, ilustram a forma e as condições de funcionamento do sistema e, por outro, manifestam as atitudes e práticas de comportamento por parte dos cidadãos. Nesses particulares, as figuras seguintes são elucidativas. Por um lado, tem vindo a reduzir-se a quantidade de resíduos indiferenciados, mas, por outro, também vindo a diminuir a quantidade de resíduos recicláveis.

Este padrão aparentemente disfuncional, parece traduzir-se, de forma inequívoca, em dois tipos de comportamento diretamente benéficos para a qualidade ambiental: por um lado, a diminuição na recolha de resíduos indiferenciados, talvez agora integrados em processos de compostagem e reaproveitamento doméstico; por outro lado, a diminuição dos resíduos recicláveis, talvez como consequência de uma

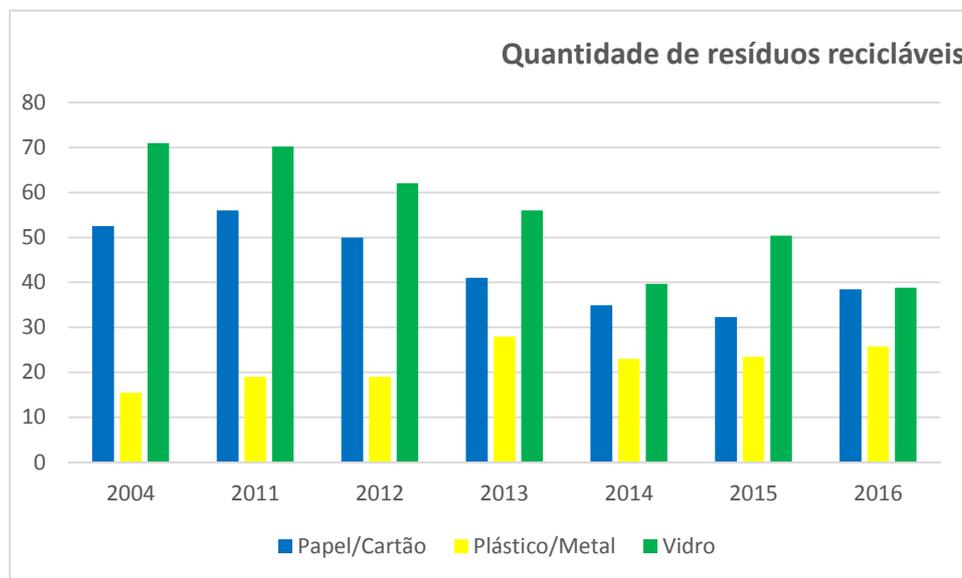
melhoria nos conhecimentos, atitudes e práticas da população, com consequências ao nível da redução do consumo de produtos de ciclo energético mais longo em termos de reassimilação.

Figura 177 – Quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos no concelho de Redondo, entre 2002 e 2016



Fonte: CMR

Figura 178 – Quantidade de resíduos recicláveis recolhidos no concelho de Redondo, entre 2004 e 2016



Fonte: CMR

#### **4.2. Resíduos provenientes das Atividades Industriais**

A atividade industrial está, inevitavelmente, associada, a uma certa degradação do ambiente, uma vez que não existem processos de fabrico totalmente limpos. Variando a perigosidade dos resíduos de acordo com o tipo de atividade, matérias-primas usadas, processos de fabrico, produtos fabricados ou substâncias produzidas, visto conterem componentes que afetam os ecossistemas.

Deste modo, a gestão adequada dos resíduos é um desafio inadiável para as sociedades modernas, uma vez que se todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, têm também o dever de o defender.

De acordo com o Decreto-Lei n.º73/2011 de 17 de junho a responsabilidade pelo destino final dos resíduos é de quem os produz, sendo os custos de gestão dos resíduos suportados pelo respetivo produtor de acordo com o princípio do “poluidor-pagador”, sendo proibido o abandono de resíduos, bem como a sua emissão, transporte, armazenagem, tratamento, valorização ou eliminação por entidades ou em instalações não autorizadas.

## XI. DIAGNÓSTICO

O PDM (Plano Diretor Municipal) é o principal instrumento de gestão do território concelhio. Nele, estabelecem-se, à escala do município, (i) a estratégia de desenvolvimento, (ii) a política de solos, de ordenamento e de urbanismo, (iii) o modelo de organização territorial, (iv) as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e (v) as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal (Cf. Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio).

Conceber um modelo de desenvolvimento futuro para um dado município, envolve uma análise retrospectiva que permita a compreensão do presente, enquanto suporte para a definição de propostas futuras, coerentes com a realidade territorial em causa. Como é prática da equipa, também no caso da revisão do PDM do Redondo, se recorreu a uma análise clássica de diagnóstico - análise SWOT (Strengths – pontos fortes -, Weaknesses – pontos fracos -, Opportunities – oportunidades -, Threats – ameaças).

Este diagnóstico deverá ser entendido como um primeiro exercício sugerido pela equipa técnica, deliberadamente simples, mas considerado fundamental para acolher a clarificação e o enriquecimento derivado do seu alargamento à apreciação e contribuição por parte de outras pessoas e entidades, ou seja, das forças vivas do Concelho.

Quadro 155 - Matriz de diagnóstico

<b>Temática analisada</b>	<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
Enquadramento	Relativamente próximo da AML (130 km do NAL), de Espanha (70 km de Badajoz) e de Évora (35 km)	Apesar da proximidade relativa, faltam melhores infraestruturas e serviços	Integração territorial a diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional)	Falta de articulação territorial (obnubilação por parte dos poderes públicos)
Análise biofísica	Qualidade, diversidade e potencialidade do ambiente natural	Debilidades relacionadas com o armazenamento e disponibilidade de água	Recursos mobilizáveis para domínios diversificados da economia e da sociedade	Riscos de degradação associada ao uso intensivo dos recursos ambientais / ecossistemas
População e condições sociais	Capacidade de inversão dos comportamentos demográficos mais negativos	Perda de vitalidade demográfica	Recursos humanos qualificados e ajustados às condições económicas locais	Perda de sustentabilidade demográfica
Atividades económicas e emprego	Equilíbrio setorial, ajustado às condições locais de produção	Dimensão dos mercados e reduzidos volumes de negócios e de rendimentos	Expansão dos negócios tradicionais e introdução de novos, com destaque para o potencial agrário	Riscos de dependência estrutural face a outras localizações mais competitivas

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE REDONDO

ATUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO

<b>Temática analisada</b>	<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
Equipamentos	Bons a razoáveis níveis e qualidade de serviço dos equipamentos existentes	Algumas debilidades na oferta de equipamentos de apoio a idosos	Redimensionamento da rede de equipamentos, com aplicação de investimentos na sua reconversão e requalificação	Deterioração das condições de acesso e fruição de alguns equipamentos chave para o desenvolvimento
Património	Diversidade de elementos culturais (vernaculares, tradicionais e eruditos), históricos e arqueológicos	Reduzido número de elementos marcantes do ponto de vista do património arquitetónico	Iniciativas municipais de valorização do património material e imaterial	Erosão da identidade local por assimilação ou banalização de elementos alóctones e globalizados
Rede urbana	Hierarquia urbana bem definida...	... mas com debilidades ao nível da sua expansão territorial (fragmentação e dispersão do povoamento)	Reforço da centralidade da sede de concelho sem deterioração das condições de acesso do restante território (racionalidade relativa)	Deterioração das condições de acessibilidade interna com efeitos na marginalização territorial
Infraestruturas	Bons a razoáveis níveis de serviço	Racionalidade dos custos operacionais por relação aos quantitativos demográficos	Nova linha de alta velocidade de ligação a Espanha	Riscos de compartimentação territorial

Fonte: Elaboração própria com base nas análises efetuadas no presente relatório

**Bibliografia**

Borges, J. F. et al. (2001) "Seismotectonics of Portugal and its adjacent Atlantic area". *Tectonophysics*, (337), p. 373-387.

Mourad Bezzeghoud et al., apud Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Redondo, CMR.